

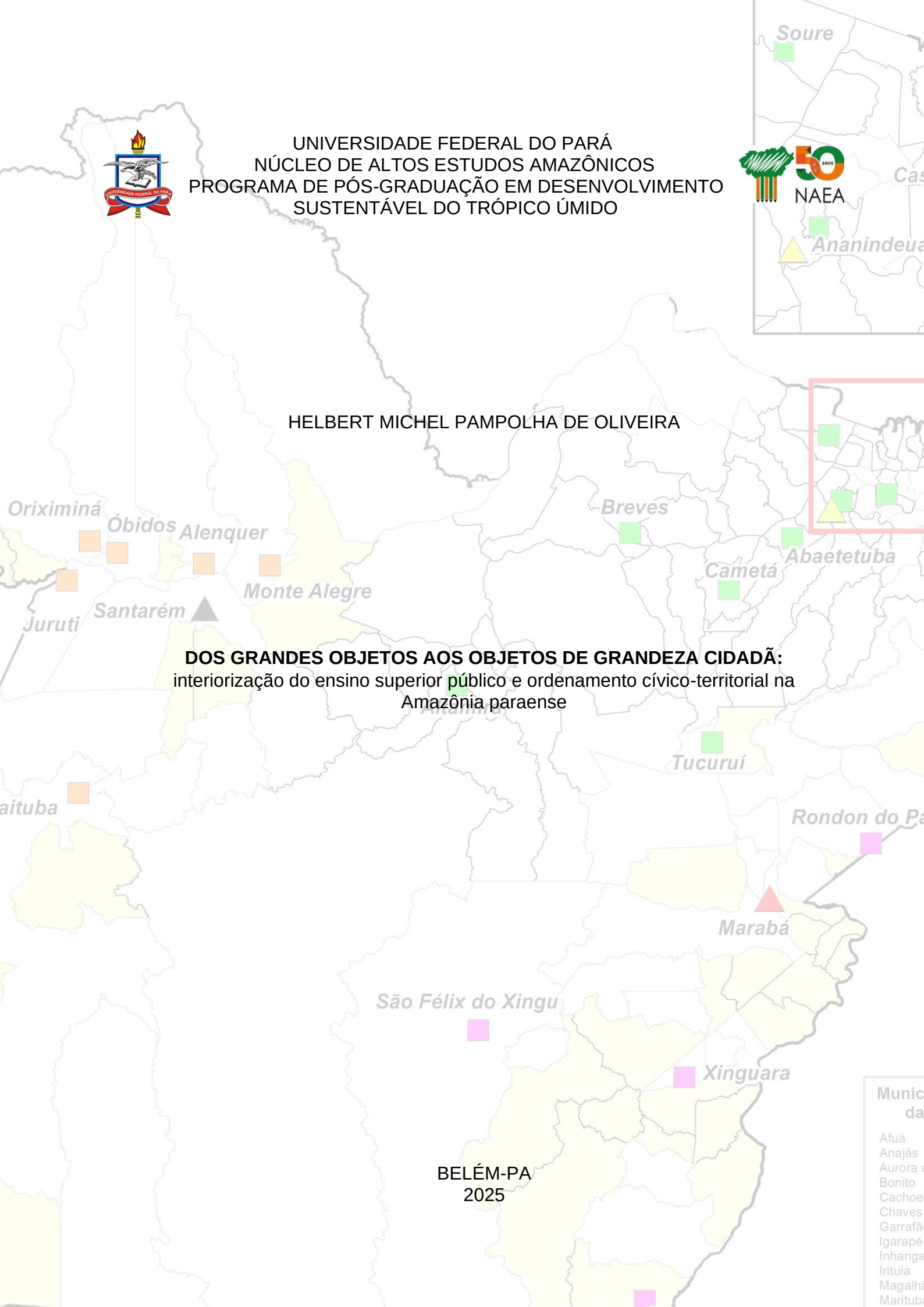


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO



HELBERT MICHEL PAMPOLHA DE OLIVEIRA

**DOS GRANDES OBJETOS AOS OBJETOS DE GRANDEZA CIDADÃ:**  
interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na  
Amazônia paraense



Municípios da

Afuá  
Anajás  
Aurora do  
Bonito  
Cachoeira  
Chaves  
Garrafão  
Igarapé  
Inhangá  
Irituia  
Magalhães  
Marituba

HELBERT MICHEL PAMPOLHA DE OLIVEIRA

**DOS GRANDES OBJETOS AOS OBJETOS DE GRANDEZA CIDADÃ:**  
interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na  
Amazônia paraense

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

BELÉM-PA  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

O48g Oliveira, Helbert Michel Pampolha de.  
Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã :  
interiorização do ensino superior público e ordenamento  
cívico-territorial na Amazônia paraense / Helbert Michel  
Pampolha de Oliveira. — 2025.  
435 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade  
Júnior

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico  
Úmido, Belém, 2025.

1. Ordenamento cívico-territorial. 2. Interiorização do  
ensino superior. 3. Solidariedade orgânica. 4. Objetos  
de grandeza cidadã. 5. Amazônia paraense. I. Título.

CDD 378.107

---

HELBERT MICHEL PAMPOLHA DE OLIVEIRA

**DOS GRANDES OBJETOS AOS OBJETOS DE GRANDEZA CIDADÃ:**  
interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na  
Amazônia paraense

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em: 8 de abril de 2025.

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – Orientador  
PPGDSTU – NAEA/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nirvia Ravena – Examinadora Interna  
PPGDSTU – NAEA/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simaia do Socorro Sales das Mercês – Examinadora Interna  
PPGDSTU – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral – Examinador Externo  
PPGEO – IFCH/UFPA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> María Mónica Arroyo – Examinadora Externa  
PPGH – FFLCH/USP

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia – Suplente  
PPGDSTU – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Thales Maximiliano Ravena Cañete – Suplente  
PPGDSTU – NAEA/UFPA



À Rita, para quem esta tese pretende fazer jus à sua dedicação, em meio a tantos desafios e lutas, para formar um filho na universidade pública. Obrigado por tudo, mãe!

## AGRADECIMENTOS

Ainda que constituam algo impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso, como bem nos disse o poeta português Fernando Pessoa, acredito que os sonhos também traduzem as aspirações coletivas daqueles que nos querem bem e, de certo modo, em muito contribuem para a sua realização. Sempre soube que o caminho não é fácil, mas repleto de batalhas, algumas internas e outras tantas externas, mas, nesses últimos cinco anos, sobretudo, eu realmente tive a dura certeza disso.

No entanto, a superação dos vários obstáculos que se antepuseram neste meu caminho e a concretização desses sonhos, individuais e coletivos, decerto, não seriam possíveis sem a ajuda direta e indireta de muitas pessoas e instituições, que, como tento lembrar nesta tese, também são... pessoas. A essa gente toda, portanto, pretendo, tecer alguns agradecimentos.

Considerando que o início do meu doutorado se deu juntamente com o prelúdio da pandemia no Brasil, um período obscuro por várias razões, agradeço, em primeiro lugar, a Deus e à Nossa Senhora de Nazaré pela vida, pela saúde, pelas oportunidades e, principalmente, pela força, sobretudo naqueles momentos em que me vi tomado pela angústia, pelo medo e pelas incertezas ao longo desse percurso.

À minha mãe, Rita Pampolha, expresso a minha eterna gratidão por tantas e tantas batalhas enfrentadas e vencidas para que, hoje, eu pudesse estar concluindo essa etapa de minha vida. Bom, não quero aqui escrever mais do que devo, algo que, aliás, preciso aprender, mas registro que essa vitória também é muito sua, mãe! Obrigado por tudo! Te amo, Titon!

Ao meu pai, José Ocimar de Oliveira, agradeço pelo amor, pelo carinho e pela leveza com os quais sempre me recebe quando vou visitá-lo, em busca de um abraço particular que, por circunstâncias da vida, está distante de mim a cerca de 1.500 km. Te amo, meu pai!

Aos meus irmãos, Patrick e Paula, e aos meus sobrinhos, Estéfany, Eduardo, Vitor, Sophia e Malú, quero agradecer pelos sorrisos e pelas descontrações quando, em muitas ocasiões, ao longo dessa jornada, pudemos conviver e compartilhar o amor genuíno que nutrimos em nossos encontros.

À Amanda Silva, minha namorada, por todo o companheirismo, por toda a ajuda, pelas descontrações, pela leveza e pela enorme força que me deu em vários

momentos da elaboração deste trabalho, principalmente naqueles em que me vi tomado pelo pessimismo e pelo desespero. Obrigado por tudo, moLequinha! Te amo!

Ao meu eterno professor e mestre, Saint-Clair Trindade Júnior, por ter acreditado em mim lá em 2013 e, desde então, ter me orientado e sido decisivo em minha formação intelectual e humana, nesses ricos anos de aprendizado, parceria e amizade. Seus ensinamentos, conselhos e “puxões de orelha” foram fundamentais para mim. Conte comigo, mano! Estarei sempre por perto! Obrigado por tudo!

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade (Geourbam), liderado pelo Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Júnior, por ser um importante espaço de pensamento crítico, repleto de trocas e de muitos aprendizados, bem como aos amigos(as) que pude conhecer e conviver a partir desse grupo, como Ágila Rodrigues, Carla Peixoto, David Góes, Eliana Schuber, Érica Corrêa, Gabriel Leite, Gesiane Trindade, Michel Lima, Miguel Filho, Suelem Cardoso, Thayanna Barros, Thiago Sabino, Vanessa Oliveira e Victor Silveira, pelas trocas, pela solidariedade, pelos sorrisos e, em certas ocasiões, algumas cervejas tomadas. Valeu, pessoal!

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), por ser uma espécie de “segunda casa” para mim nesses 12 anos em que pude integrá-lo como bolsista de iniciação científica, mestrando e doutorando, e, claro, por todo o aprendizado sobre e com a Amazônia, em uma perspectiva interdisciplinar. Especial agradecimento deve ser registrado aos professores do NAEA, sobretudo a Saint-Clair Trindade Júnior, Mirleide Bahia, Nirvia Ravena, Simaia Mercês, Marcela Vecchione, Ligia Simonian, Fábio Castro, Silvio Figueiredo, Fábio Carlos, Francisco de Assis Costa, Edna Castro, Rosa Acevedo, Armin Mathis, Cláudia Azevedo-Ramos e Thales Ravena Cañete, pelos ensinamentos durante as disciplinas e demais momentos de troca acadêmica.

Ao corpo técnico do NAEA, notadamente à Carolina Maués, à Carmem Santos ao Elivaldo Cristo, ao José Vieira, à Josilene Ferreira, à Maria da Paz Saavedra, ao Paulo Mesquita, à Rosângela Mourão, à Ruthane Saraiva, à Socorro Albuquerque, ao Wellington Fernandes e ao Albano Gomes, pelas descontrações, pela gentileza e pelo respeito de sempre. Destaco, também, uma lembrança especial a algumas funcionárias ligadas à manutenção do NAEA, em diferentes

momentos, como a Dona Graça, a Carla e a Dona Alda, por muitas gentilezas nesse tempo em que estive como aluno do núcleo.

Menciono, ainda, um agradecimento aos colegas/amigos que fiz durante todo esse tempo no NAEA, no contexto das turmas de mestrado e doutorado, especificamente, mas também a partir das trocas em torno de experiências, angústias, sonhos e resistências acadêmica e política nos corredores e demais espaços deste importante núcleo da universidade. Dada a quantidade de pessoas, não ousarei nominá-las, até para não ser injusto e cometer esquecimentos. Mas fica o registro do meu agradecimento por tantas e tantas partilhas nesses muitos anos de NAEA, pessoal!

Sem dúvidas, um importante agradecimento deve ser feito à banca examinadora de minha tese de doutorado – as professoras doutoras Nirvia Ravena, Simaia Mercês e Mónica Arroyo, e os professores doutores Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Márcio Douglas Brito Amaral – pelos valiosos apontamentos e questionamentos acerca da pesquisa que desenvolvi. Foi um momento muito enriquecedor para mim, sem dúvida alguma. Obrigado pela disponibilidade e por todas as contribuições!

Gostaria de expressar um agradecimento à Simone Ribeiro, à Gaby Ribeiro e ao Sidney Ribeiro, pelo carinho, respeito e disponibilidade nesses meus 12 anos como bolsista e, depois, aluno do NAEA, assim como pelo acolhimento e pela boa e descontraída conversa de sempre. São pessoas pelas quais tenho grande estima e que sempre estarão em meu coração!

Aos amigos de Santarém, em especial à Socorro Santos, à Edna Araújo e ao Lino Arlem, pela acolhida, pelas ajudas e pelos encontros quando que precisei ir à “Pérola do Tapajós”. Aos amigos de Marabá, destaco um agradecimento ao Hugo Serra, ao Bruno Malheiro e à Tatiane Malheiro, pelo acolhimento e pela presteza com várias informações sobre a cidade e sobre o ensino superior no sul e sudeste do Pará.

Agradeço, ainda, ao amigo Gabriel Leite, pelo abstract da tese e pelas conversas sempre muito inteligentes durante esses quase 10 anos no Geourbam; ao amigo Thiago Sabino, que solidariamente arrumou um tempo e me ajudou com a produção dos mapas deste trabalho; e ao amigo Michel Lima, pelos incentivos, encorajamento e experiência compartilhada, sempre de grande valia. Muito obrigado a vocês, rapaziada!

Também agradeço aos professores Reinaldo Fleury e Rodrigo Peixoto, pela bonita disciplina sobre educação intercultural, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da UFPA, em 2020 (duas semanas antes do início da pandemia, sendo essa a única disciplina que cursei presencialmente durante meu doutorado), e aos professores Márcio Cataia, Fábio Tozi, Leandro Duarte e Silvana Silva, pelos ricos debates ensejados na disciplina “Globalização e território: tempo, técnica e modernizações perversas”, ofertada remotamente no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no ano de 2021.

Às instituições públicas de ensino superior que selecionei para a pesquisa da tese – Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Oeste do Pará e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – e que, por meio de seus discentes, egressos, técnicos e docentes, prestaram informações importantes sobre os seus respectivos processos de interiorização e os dilemas desse nível de formação no espaço paraense, expresso meu respeito e profundo agradecimento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, importante entidade do governo brasileiro, pela bolsa de doutorado (processo nº 141001/2020-8) concedida e que foi de fundamental importância para a realização desta tese.

Agradeço, ainda, à Biblioteca Pública Arthur Viana (BAPV), da Fundação Cultural do Estado Pará (FCP/Centur), espaço pelo qual tenho grande carinho e onde pude realizar muitas manhãs e tardes sistemáticas de estudo, leitura e escrita deste trabalho.

Por fim, e certamente não menos importante, à Universidade Federal do Pará (UFPA), de forma geral, o “meu lugar” há 13 anos... Uma instituição pública de ensino superior que, de certa forma, para mim, é “casa”. Um espaço onde pude realizar sonhos individuais e coletivos e tive/tenho importantes oportunidades, em vários sentidos. A essa universidade e a todas as pessoas que fazem dela um objeto de grandeza cidadã, expresso a minha profunda gratidão por todas as transformações produzidas em minha vida!

Muito obrigado!

*Matar o sonho é matarmo-nos.  
É mutilar a nossa alma.  
O sonho é o que temos de realmente nosso,  
de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso.*

(Fernando Pessoa)

*Porque se chamavam homens  
Também se chamavam sonhos  
E sonhos não envelhecem...*

(Márcio Borges, Lô Borges e Milton Nascimento)

*Com sol e chuva, você sonhava  
Que ia ser melhor depois  
Você queria ser o grande herói das estradas  
Tudo que você queria ser...*

(Márcio Borges e Lô Borges)

*Sonho e destino têm  
Entre a razão e a fé, eu sei  
Sorte é não querer mais que viver...*

(Rodrigo Amarante)

*Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho, sempre...*

(Fernando Brant e Milton Nascimento)

*Às vezes a felicidade demora a chegar  
Aí é que a gente não pode deixar de sonhar  
Guerreiro não foge da luta e não pode correr...*

(Alexandre Assis, Carlos Rodrigues e Gilson Bernini)

## RESUMO

Considerando as tensões e intenções de ordenamento territorial em curso na Amazônia como objeto de estudo, esta tese sustenta que os processos de expansão e interiorização do ensino superior público contribuíram, não sem contradições, para uma expansão da “geografização da cidadania” no estado do Pará, oferecendo bases importantes que vislumbram o delineamento de um ordenamento cívico do território nesse espaço. Para tanto, a pesquisa objetivou analisar os contornos desse ordenamento como possibilidade à luz dos referidos processos da educação superior pública e do correlato atendimento das demandas dos povos da floresta por esse nível de formação na Amazônia paraense, apoiando-se nos pressupostos do pensamento dialético e, mediante uma abordagem quali-quantitativa, na utilização das técnicas de levantamento e revisão bibliográfica, levantamento e análise documental, análise de conteúdo, observação sistemática de campo e entrevistas semiestruturadas. A partir da seleção qualitativa de três instituições públicas de ensino superior – Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Oeste do Pará e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – e da análise da oferta de seus cursos regulares de graduação no espaço paraense, demonstra-se tanto a criação/reforço de centralidades urbanas de natureza socioterritorial, dada a presença e o papel desses fixos sociais em cidades da região, quanto o fortalecimento de solidariedades orgânicas e de horizontalidades espaciais, especialmente através da realização de determinados cursos superiores, como aqueles voltados às demandas dos povos da floresta para esse nível de formação. Por outro lado, mostra-se que tais instituições também respondem às investidas de interesses capitalistas na região com a oferta de graduações que instrumentalizam grandes atividades econômicas, responsáveis, em grande medida, pela histórica configuração de um ordenamento econômico-corporativo do território. Mesmo enquanto espaços de contenda, conclui-se que as instituições públicas de ensino superior podem ser reconhecidas como importantes fixos sociais que servem de suporte à “geografização da cidadania” e, portanto, podem ser entendidas como objetos de grandeza cidadã, cuja espacialização nos ajuda a entrever a construção de um ordenamento cívico-territorial como possibilidade na Amazônia paraense.

**Palavras-chave:** ordenamento cívico-territorial; interiorização do ensino superior; solidariedade orgânica; objetos de grandeza cidadã; Amazônia paraense.

## ABSTRACT

Considering the ongoing tensions and intentions of territorial planning in the Amazon as an object of study, this thesis argues that the processes of expansion and internalization of public higher education have contributed, albeit not without contradictions, to an expansion of the a “geographization of citizenship” in the state of Pará, providing important foundations that envision the outline of a civic-territorial ordering in this space. To this end, the research aimed to analyze the contours of this ordering as a possibility in light of the aforementioned processes of public higher education and the corresponding response to the demands of forest peoples for this level of education in the Pará Amazon. The research was based on the assumptions of dialectical thought and, through a quali-quantitative approach, employed techniques such as literature review, documentary collection and analysis, content analysis, systematic field observation, and semi-structured interviews. Based on the qualitative selection of three public higher education institutions – Federal University of Pará, Federal University of Western Pará, and Federal University of Southern and Southeastern Pará – and the analysis of their regular undergraduate course offerings in the Pará space, it demonstrates both the creation/reinforcement of urban centralities of a socio-territorial nature, given the presence and role of these social fixtures in cities in the region, and the strengthening of organic solidarities and spatial horizontalities, especially through the provision of certain higher education programs, such as those aimed at addressing the demands of forest peoples for this level of education. On the other hand, it shows that these institutions also respond to the onslaught of capitalist interests in the region by offering degrees that instrumentalize major economic activities, which are largely responsible for the historical configuration of an economic-corporate territorial ordering. Even as spaces of contention, it can be concluded that public higher education institutions can be recognized as important social fixtures that support the “geographization of citizenship” and, therefore, they can be understood as objects of civic grandeur, whose spatialization helps envision the construction of a civic-territorial ordering as a possibility in the Pará Amazon.

**Keywords:** civic-territorial ordering; interiorization of higher education; organic solidarity; objects of civic grandeur; Pará Amazon.



## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Iniciativas privadas e governamentais voltadas ao desenvolvimento da Amazônia .....                                                   | 71  |
| Figura 2 – Amazônia: eixos de integração e desenvolvimento e suas zonas de influência .....                                                      | 74  |
| Figura 3 – Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal (MacroZEE) .....                                                                | 77  |
| Figura 4 – Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) de Afuá (PA) .....                                                                             | 104 |
| Figura 5 – Agência-barco “Chico Mendes” da Caixa Econômica Federal .....                                                                         | 105 |
| Figura 6 – Agência-barco “Ilha do Marajó” da Caixa Econômica Federal .....                                                                       | 106 |
| Figura 7 – UFPA: vista parcial da área adquirida para a construção de seu “Núcleo Pioneiro”, em 1967 .....                                       | 198 |
| Figura 8 – UFPA: vista parcial da entrada da cidade universitária “José da Silveira Netto”, atualmente .....                                     | 199 |
| Figura 9 – UFPA: núcleo de Marabá no contexto das microrregiões de Marabá, Xingu e Araguaia paraense .....                                       | 203 |
| Figura 10 – UFPA: núcleo de Soure no contexto das microrregiões de Furos e Campos do Marajó .....                                                | 204 |
| Figura 11 – UFPA: núcleo de Castanhal no contexto das microrregiões Bragantina, Guajará e Salgado.....                                           | 205 |
| Figura 12 – UFPA: núcleo de Santarém no contexto das microrregiões do Médio e Baixo Amazonas paraense e Tapajós.....                             | 206 |
| Figura 13 – UFPA: núcleo de Abaetetuba no contexto da microrregião do Baixo Tocantins.....                                                       | 207 |
| Figura 14 – UFPA: representação da espacialização de seus núcleos de educação na Amazônia .....                                                  | 209 |
| Figura 15 – UFPA: <i>campi</i> e polos no espaço paraense .....                                                                                  | 215 |
| Figura 16 – UFOPA: vista parcial da frente do <i>Campus Rondon</i> , em Santarém.....                                                            | 274 |
| Figura 17 – UFOPA: interior do <i>Campus Rondon</i> , em Santarém, com destaque para o busto do Marechal Rondon no jardim do <i>campus</i> ..... | 275 |

|                                                                                                                                                                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 18 – UFOPA: vista parcial de um bloco de aulas (à esquerda), um laboratório de ensino (à direita) e da biblioteca (ao fundo, à direita) no <i>Campus Rondon</i> , em Santarém.....                                                    | 276 |
| Figura 19 – UFOPA: vista parcial de um bloco de aulas (à direita), laboratórios de ensino, pesquisa e extensão (à esquerda) e do prédio de salas de aula de graduação e pós-graduação (ao fundo) no <i>Campus Rondon</i> , em Santarém ..... | 277 |
| Figura 20 – UFOPA: vista parcial da entrada do <i>Campus Tapajós</i> , em Santarém..                                                                                                                                                         | 278 |
| Figura 21 – UFOPA: vista parcial do interior do <i>Campus Tapajós</i> , em Santarém, com destaque, ao fundo, para o Laboratório de Ecologia e Comportamento Animal (LECAN).....                                                              | 279 |
| Figura 22 – UFOPA: vista parcial do Bloco Modular Tapajós (BMT) no <i>Campus Tapajós</i> , em Santarém, onde funcionam reitoria, pró-reitorias e demais espaços de gestão e acadêmicos .....                                                 | 280 |
| Figura 23 – UFOPA: vista parcial do “Palafita Madeirão”, espaço de convívio/recreação recém-reformado às margens do Rio Tapajós, no <i>Campus Tapajós</i> , em Santarém .....                                                                | 281 |
| Figura 24 – UFOPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Alenquer, recém-construído.....                                                                                                                                                         | 283 |
| Figura 25 – UFOPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Juruti, recém-construído .....                                                                                                                                                          | 284 |
| Figura 26 – UFOPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Monte Alegre, recém-construído                                                                                                                                                          | 285 |
| Figura 27 – UFOPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Óbidos, com estrutura aproveitada da UFPA.....                                                                                                                                          | 286 |
| Figura 28 – UFOPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Oriximiná, com estrutura aproveitada da UFPA .....                                                                                                                                      | 287 |
| Figura 29 – UNIFESSPA: vista parcial da frente do <i>Campus</i> I.....                                                                                                                                                                       | 330 |
| Figura 30 – UNIFESSPA: vista parcial da frente do <i>Campus</i> II.....                                                                                                                                                                      | 331 |
| Figura 31 – UNIFESSPA: vista parcial da frente do <i>Campus</i> III.....                                                                                                                                                                     | 332 |
| Figura 32 – UNIFESSPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Rondon do Pará.....                                                                                                                                                                 | 333 |
| Figura 33 – UNIFESSPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Santana do Araguaia .....                                                                                                                                                           | 334 |
| Figura 34 – UNIFESSPA: vista parcial do <i>Campus</i> de São Félix do Xingu.....                                                                                                                                                             | 335 |
| Figura 35 – UNIFESSPA: vista parcial do <i>Campus</i> de Xinguara.....                                                                                                                                                                       | 336 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – Brasil: evolução do total de matriculados no ensino superior (1908 a 1960) .....                                                    | 137 |
| Gráfico 2 – Brasil: quantidade de instituições de ensino superior, por categoria administrativa (2000-2022).....                                | 150 |
| Gráfico 3 – Brasil: quantidade de cursos de graduação presencial, por categoria administrativa (2000-2022).....                                 | 151 |
| Gráfico 4 – Brasil: quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa (2000-2022).....                 | 151 |
| Gráfico 5 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2010-2022) .....              | 164 |
| Gráfico 6 – Evolução da quantidade de instituições de ensino superior na Amazônia, por categoria administrativa (2000-2022).....                | 175 |
| Gráfico 7 – Evolução da quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2000-2022)..... | 175 |
| Gráfico 8 – Evolução da quantidade de cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2000-2022) .....                | 176 |
| Gráfico 9 – UFPA: evolução da quantidade de alunos matriculados e diplomados na graduação entre 1990 e 2000 .....                               | 212 |
| Gráfico 10 – UFPA: cursos por <i>campi</i> no espaço paraense.....                                                                              | 227 |
| Gráfico 11 – UFPA: evolução da demanda e das vagas ofertadas (2000-2022) em Belém e no interior .....                                           | 241 |
| Gráfico 12 – UFPA: evolução do ingresso de alunos indígenas e quilombolas (2010-2022) .....                                                     | 246 |
| Gráfico 13 – UFOPA: evolução do número de vagas em cursos de graduação presencial (2011-2022) .....                                             | 302 |
| Gráfico 14 – UFOPA: quantidade de alunos ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação (2011-2022) .....                       | 305 |

## LISTA DE MAPAS

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1 – “Grandes objetos” na Amazônia .....                                                              | 116 |
| Mapa 2 – UFPA: localização do <i>campus</i> -sede, em Belém (PA).....                                     | 217 |
| Mapa 3 – UFPA: <i>campi</i> que ofertam cursos regulares de graduação e fluxos de formação superior ..... | 235 |
| Mapa 4 – Santarém: localização geográfica e principais fixos da UFOPA no espaço santareno .....           | 262 |
| Mapa 5 – UFOPA: <i>campi</i> universitários no oeste do Pará .....                                        | 264 |
| Mapa 6 – UFOPA: <i>campi</i> universitários e fluxos ligados aos cursos regulares de graduação .....      | 298 |
| Mapa 7 – Marabá: localização geográfica e <i>campi</i> da UNIFESSPA no espaço urbano marabaense .....     | 323 |
| Mapa 8 – UNIFESSPA: <i>campi</i> universitários no sul e sudeste do Pará .....                            | 324 |
| Mapa 9 – UNIFESSPA: <i>campi</i> universitários e fluxos ligados aos cursos regulares de graduação .....  | 341 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – “Grandes objetos” <i>versus</i> objetos de grandeza cidadã: síntese aproximativa” .....                         | 128 |
| Quadro 2 – Projeto Rondon: relação de “ <i>campi</i> avançados” instalados na Amazônia .....                               | 170 |
| Quadro 3 – Instituições públicas de ensino superior na Amazônia: municípios atendidos.....                                 | 189 |
| Quadro 4 – UFPA: municípios envolvidos pela atuação sub-regional dos núcleos da instituição (década de 1970/1980) .....    | 208 |
| Quadro 5 – UFPA: cursos regulares de graduação presencial ofertados no <i>Campus</i> de Belém .....                        | 216 |
| Quadro 6 – UFPA: contextualização dos <i>campi</i> e das ofertas regulares de graduação presencial no espaço paraense..... | 218 |
| Quadro 7 – UFPA: processos seletivos que possui na atualidade e seus respectivos perfis .....                              | 239 |
| Quadro 8 – UFPA: principais ações voltadas à assistência/permanência estudantil .....                                      | 249 |
| Quadro 9 – UFOPA: breve contextualização dos <i>campi</i> e ofertas regulares de graduação presencial .....                | 288 |
| Quadro 10 – UNIFESSPA: cursos de graduação presencial ofertados nos <i>campi</i> de Marabá .....                           | 337 |
| Quadro 11 – UNIFESSPA: breve contextualização dos <i>campi</i> e ofertas regulares de graduação presencial .....           | 338 |
| Quadro 12 – UNIFESSPA: cursos de graduação ofertados em Canaã dos Carajás a partir dos <i>campi</i> da instituição .....   | 349 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Vagas ofertadas, inscritos no vestibular e média de inscritos por vaga no ensino superior (público e privado): 1971 e 1985.....                                                                        | 138 |
| Tabela 2 – Oferta e demanda no ensino superior público e privado no Brasil: 1985 .....                                                                                                                            | 139 |
| Tabela 3 – Quantidade de instituições de ensino superior, de cursos de graduação presencial oferecidos e de matrículas em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2000-2022)..... | 149 |
| Tabela 4 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014) .....                                                                                | 153 |
| Tabela 5 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2003 e 2014) .....                                                                          | 153 |
| Tabela 6 – Quantidade de cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014) .....                                                                                 | 155 |
| Tabela 7 – Quantidade de cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2003 e 2014) .....                                                                           | 155 |
| Tabela 8 – Quantidade de cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e por grande área (2003 e 2014).....                                                                              | 156 |
| Tabela 9 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014).....                                                                  | 157 |
| Tabela 10 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2003 e 2014).....                                                           | 157 |
| Tabela 11 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2016 e 2022) .....                                                                         | 160 |
| Tabela 12 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa (2016 e 2022) .....                                                                                             | 161 |
| Tabela 13 – Quantidade de cursos graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2016 e 2022) .....                                                                                                 | 161 |
| Tabela 14 – Quantidade de cursos graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2016 e 2022) .....                                                                             | 162 |
| Tabela 15 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2016 e 2022) .....                                                                              | 162 |

|                                                                                                                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 16 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2016 e 2022).....                                                            | 163 |
| Tabela 17 – Amazônia: quantidade de instituições de ensino superior, de cursos de graduação presencial oferecidos e de matrículas em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa (2000-2022)..... | 173 |
| Tabela 18 – Quantidade de instituições de ensino superior na Amazônia, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014).....                                                                               | 177 |
| Tabela 19 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014).....                                                                | 180 |
| Tabela 20 – Quantidade de cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014).....                                                                                | 183 |
| Tabela 21 – Quantidade de instituições de ensino superior na Amazônia, por categoria administrativa (2016 e 2022) .....                                                                                            | 185 |
| Tabela 22 – Quantidade de cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2016 e 2022) .....                                                                                             | 186 |
| Tabela 23 – Quantidade de matrículas em cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2016 e 2022) .....                                                                               | 187 |
| Tabela 24 – UFPA: quantitativo de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, por <i>campi</i> .....                                                                                                          | 237 |
| Tabela 25 – UFPA: quantidade de ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação presencial (2000-2022) em Belém e no interior .....                                                                 | 242 |
| Tabela 26 – UFPA: ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação, por <i>campi</i> , no ano 2022.....                                                                                              | 244 |
| Tabela 27 – UFPA: alunos indígenas e quilombolas em relação ao total de matriculados em cursos de graduação, por <i>campi</i> , no ano de 2022 .....                                                               | 247 |
| Tabela 28 – UFOPA: vagas de graduação (VG) ofertadas e demanda (D) nos <i>campi</i> (2017-2022)* .....                                                                                                             | 303 |
| Tabela 29 – UFOPA: média de inscritos por vaga na graduação em todos os <i>campi</i> (2017-2022).....                                                                                                              | 304 |
| Tabela 30 – UFOPA: número de ingressantes em cursos de graduação presencial por <i>campi</i> e por processo seletivo (2011-2022) .....                                                                             | 307 |
| Tabela 31 – UFOPA: número de matriculados em cursos de graduação presencial por <i>campi</i> e por processo seletivo (2011-2022) .....                                                                             | 308 |

|                                                                                                                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 32 – UFOPA: número de diplomados em cursos de graduação presencial por <i>campi</i> e por processo seletivo (2011-2022) .....                         | 309 |
| Tabela 33 – UFPA Marabá: quantidade de cursos de graduação, vagas ofertadas, ingressantes, matriculados e diplomados nesse nível de formação (2000-2010) ... | 328 |
| Tabela 34 – UNIFESSPA: vagas ofertadas em cursos de graduação presencial mediante o PS-SiSU (2014-2022) .....                                                | 354 |
| Tabela 35 – UNIFESSPA: vagas ofertadas em cursos de graduação presencial mediante o PSIQ (2014-2022).....                                                    | 354 |
| Tabela 36 – UNIFESSPA: vagas ofertadas mediante o PSE Educação do Campo (2014-2022).....                                                                     | 354 |
| Tabela 37 – UNIFESSPA: alunos ingressantes em cursos de graduação presencial (2013-2022).....                                                                | 361 |
| Tabela 38 – UNIFESSPA: alunos matriculados em cursos de graduação presencial (2013-2022).....                                                                | 361 |
| Tabela 39 – UNIFESSPA: alunos diplomados em cursos de graduação presencial (2013-2022).....                                                                  | 361 |
| Tabela 40 – UNIFESSPA: alunos indígenas e quilombolas ingressantes em cursos de graduação presencial (2013-2022).....                                        | 364 |
| Tabela 41 – UNIFESSPA: alunos indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação presencial (2013-2022).....                                        | 364 |
| Tabela 42 – UNIFESSPA: alunos indígenas e quilombolas diplomados em cursos de graduação presencial (2013-2022).....                                          | 365 |



## LISTA DE SIGLAS

|           |                                                                                   |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| ADQ       | Associação dos Discentes Quilombolas                                              |
| ALEPA     | Assembleia Legislativa do Estado do Pará                                          |
| ALPA      | Aços Laminados do Pará                                                            |
| AM        | Amazonas                                                                          |
| AMUCAN    | Associação dos Municípios da Calha Norte                                          |
| AMUT      | Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica                             |
| ANPUR     | Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional |
| APEIQ     | Auxílio Permanência para Indígenas e Quilombolas                                  |
| APIYEUFPA | Associação dos Discentes Indígenas da UFPA                                        |
| BASA      | Banco da Amazônia                                                                 |
| BCA       | Banco de Crédito da Amazônia                                                      |
| BMT       | Bloco Modular Tapajós                                                             |
| CALE      | <i>Campus</i> de Alenquer                                                         |
| CAPES     | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                       |
| CEBRAN    | Central de Biotecnologia e Reprodução Animal                                      |
| CEDIVET   | Central de Diagnóstico Veterinário                                                |
| CEF       | Caixa Econômica Federal                                                           |
| CEFET     | Centro Federal de Educação Tecnológica                                            |
| CITA      | <i>Campus</i> de Itaituba                                                         |
| CJUR      | <i>Campus</i> de Juruti                                                           |
| CMAL      | <i>Campus</i> de Monte Alegre                                                     |
| CNPQ      | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                     |
| COBI      | <i>Campus</i> de Óbidos                                                           |
| CONSUN    | Conselho Universitário                                                            |
| CORI      | <i>Campus</i> de Oriximiná                                                        |
| COVID     | Corona Virus Disease                                                              |
| CPF       | Cadastro de Pessoa Física                                                         |
| CRUTAC    | Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias                 |
| CVRD      | Companhia Vale do Rio Doce                                                        |
| DAIN      | Diretório Acadêmico Indígena                                                      |
| EaD       | Educação a Distância                                                              |

|         |                                                                  |
|---------|------------------------------------------------------------------|
| EFC     | Estrada de Ferro Carajás                                         |
| ENEM    | Exame Nacional do Ensino Médio                                   |
| ENID    | Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento                  |
| ESB     | Escola Superior de Bauru                                         |
| ESFF    | Equipes de Saúde da Família Fluviais                             |
| ESRP    | Escola Superior de Ribeirão Preto                                |
| ESSC    | Escola Superior de Santa Catarina                                |
| FACETNO | Faculdade de Etnodiversidade                                     |
| FAU     | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo                             |
| FBI     | Formação Básica Indígena                                         |
| FCAP    | Faculdade de Ciências Agrárias do Pará                           |
| FEPIPA  | Federação dos Povos Indígenas do Pará                            |
| FGV     | Fundação Getúlio Vargas                                          |
| FHC     | Fernando Henrique Cardoso                                        |
| FIES    | Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior           |
| FIPAM   | Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas |
| IBEF    | Instituto de Biodiversidade e Florestas                          |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                  |
| ICE     | Instituto de Ciências Exatas                                     |
| ICED    | Instituto de Ciências da Educação                                |
| ICH     | Institutos de Ciências Humanas                                   |
| ICOMI   | Indústria e Comércio de Minérios S.A.                            |
| ICS     | Instituto de Ciências da Saúde                                   |
| ICSA    | Instituto de Ciências Sociais Aplicadas                          |
| ICTA    | Ciências e Tecnologias das Águas                                 |
| IEA     | Instituto de Engenharia do Araguaia                              |
| IEDAR   | Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional       |
| IEDS    | Instituto Estudos em Direito e Sociedade                         |
| IESB    | Instituto de Estudos em Saúde e Biológicas                       |
| IEX     | Instituto de Estudos do Xingu                                    |
| IFAC    | Instituto Federal do Acre                                        |
| IFAP    | Instituto Federal do Amapá                                       |
| IFES    | Instituição Federal de Ensino Superior                           |

|          |                                                               |
|----------|---------------------------------------------------------------|
| IFII     | Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural        |
| IFPA     | Instituto Federal do Pará                                     |
| IFRO     | Instituto Federal de Rondônia                                 |
| IFRR     | Instituto Federal de Roraima                                  |
| IFTO     | Instituto Federal de Tocantins                                |
| IGE      | Instituto de Geociências e Engenharias                        |
| IIRSA    | Integração da Infraestrutura Regional e Sul-Americana         |
| ILC      | Instituto de Letras e Comunicação                             |
| ILLA     | Instituto de Linguística, Letras e Artes                      |
| INCRA    | Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária           |
| INEAF    | Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares                |
| INEP     | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas                     |
| INPA     | Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia                   |
| IPEAN    | Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte                 |
| IPES     | Instituição Pública de Ensino Superior                        |
| ISCO     | Instituto de Saúde Coletiva                                   |
| LECAN    | Laboratório de Ecologia e Comportamento Animal                |
| MacroZEE | Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal         |
| MBA      | <i>Master Business Administration</i>                         |
| MDB      | Movimento Democrático Brasileiro                              |
| MEC      | Ministério da Educação                                        |
| MOBA     | Processo Seletivo para Mobilidade Acadêmica                   |
| MOBAF    | Processo Seletivo para Mobilidade Acadêmica Ações Afirmativas |
| MOBEX    | Mobilidade Externa                                            |
| MOBIN    | Mobilidade Interna                                            |
| MRN      | Mineração Rio do Norte                                        |
| MST      | Movimento Sem Terra                                           |
| NAEA     | Núcleo de Altos Estudos Amazônicos                            |
| NCADR    | Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural           |
| OCDE     | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico     |
| PAC      | Programa de Aceleração do Crescimento                         |
| PAEQUI   | Programa de Apoio ao Estudante Quilombola                     |
| PAIND    | Programa de Apoio ao Estudante Indígena                       |

|             |                                                                            |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------|
| PARFOR      | Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica            |
| PAS         | Plano Amazônia Sustentável                                                 |
| PcD         | Pessoa com Deficiência                                                     |
| PDI         | Plano de Desenvolvimento Institucional                                     |
| PPGDSTU     | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido  |
| PEC         | Programa de Estudantes Convênio                                            |
| PEPETI      | Polo de Ensino, Pesquisa, Extensão, Tecnologia e Inovação                  |
| PFC         | Projeto Ferro Carajás                                                      |
| PGC         | Programa Grande Carajás                                                    |
| PIN         | Programa de Integração Nacional                                            |
| PL          | Partido Liberal                                                            |
| PLADES      | Planejamento do Desenvolvimento                                            |
| PND         | Plano Nacional de Desenvolvimento                                          |
| Polamazônia | Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia                 |
| PPC         | Projeto Pedagógico do Curso                                                |
| PROAES      | Pró-Reitoria de Assistência Estudantil                                     |
| PROCAD      | Programa de Acompanhamento Discente                                        |
| PROCAMPO    | Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo |
| PROEG       | Pró-Reitoria de Ensino de Graduação                                        |
| PROUNI      | Programa Universidade para Todos                                           |
| PSDB        | Partido da Social Democracia Brasileira                                    |
| PSE I/Q     | Processo Seletivo Especial Indígenas e Quilombolas                         |
| PSOL        | Partido Socialismo e Liberdade                                             |
| PSR         | Processo Seletivo Regular                                                  |
| PSS         | Processo Seletivo Simplificado                                             |
| PT          | Partido dos Trabalhadores                                                  |
| PUC         | Pontifícia Universidade Católica                                           |
| REGIC       | Regiões de Influência das Cidades                                          |
| REUNI       | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais                       |
| RMB         | Região Metropolitana de Belém                                              |
| RMM         | Região Metropolitana de Manaus                                             |

|         |                                                                |
|---------|----------------------------------------------------------------|
| RU      | Restaurante Universitário                                      |
| SAEST   | Superintendência de Assistência Estudantil                     |
| SBPC    | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência               |
| SESAI   | Secretaria de Saúde Indígena                                   |
| SIGAA   | Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas           |
| SiSu    | Sistema de Seleção Unificada                                   |
| SPVEA   | Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia |
| STF     | Supremo Tribunal Federal                                       |
| SUDAM   | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia                |
| SUFRAMA | Superintendência da Zona Franca de Manaus                      |
| SUS     | Sistema Único de Saúde                                         |
| TIs     | Terras Indígenas                                               |
| TPD     | Tecnólogo em Processamento de Dados                            |
| UAB     | Universidade Aberta do Brasil                                  |
| UBSF    | Unidade Básica de Saúde Fluvial                                |
| UCs     | Unidades de Conservação                                        |
| UEA     | Universidade do Estado do Amazonas                             |
| UEAP    | Universidade do Estado do Amapá                                |
| UEPA    | Universidade do Estado do Pará                                 |
| UERR    | Universidade Estadual de Roraima                               |
| UFAC    | Universidade Federal do Acre                                   |
| UFAM    | Universidade Federal do Amazonas                               |
| UFJF    | Universidade Federal de Juiz de Fora                           |
| UFNT    | Universidade Federal do Norte do Tocantins                     |
| UFOPA   | Universidade Federal do Oeste do Pará                          |
| UFPA    | Universidade Federal do Pará                                   |
| UFRA    | Universidade Federal Rural da Amazônia                         |
| UFRGS   | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                      |
| UFRJ    | Universidade Federal do Rio de Janeiro                         |
| UFRR    | Universidade Federal de Roraima                                |
| UFRRJ   | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro                   |
| UFSM    | Universidade Federal de Santa Maria                            |
| UFT     | Universidade Federal do Tocantins                              |
| UHE     | Usina Hidrelétrica                                             |

|           |                                               |
|-----------|-----------------------------------------------|
| UNAMAZ    | Universidades Amazônicas                      |
| UnB       | Universidade de Brasília                      |
| UNICAMP   | Universidade Estadual de Campinas             |
| UNIFAP    | Universidade Federal do Amapá                 |
| UNIFESSPA | Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará |
| UNIR      | Universidade Federal de Rondônia              |
| UNITINS   | Universidade Estadual do Tocantins            |
| USP       | Universidade de São Paulo                     |
| ZFM       | Zona Franca de Manaus                         |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                |            |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                         | <b>27</b>  |
| <b>2</b> | <b>AMAZÔNIA E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO.....</b>                                                                           | <b>51</b>  |
| 2.1      | A produção recente do espaço regional .....                                                                                    | 52         |
| 2.2      | O uso corporativo do território e a seletividade espacial .....                                                                | 68         |
| <b>3</b> | <b>EM BUSCA DA CIDADANIA CONCRETA: POR UM ORDENAMENTO CÍVICO-TERRITORIAL .....</b>                                             | <b>83</b>  |
| 3.1      | O espaço como condição de cidadania .....                                                                                      | 84         |
| 3.2      | Ordenamento cívico-territorial como possibilidade na Amazônia.....                                                             | 95         |
| <b>4</b> | <b>DOS GRANDES OBJETOS AOS OBJETOS DE GRANDEZA CIDADÃ NA AMAZÔNIA.....</b>                                                     | <b>112</b> |
| 4.1      | Os grandes objetos: solidariedades organizacionais e verticalidades espaciais.....                                             | 113        |
| 4.2      | Os objetos de grandeza cidadã: solidariedades orgânicas e as horizontalidades espaciais .....                                  | 126        |
| <b>5</b> | <b>A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA AMAZÔNIA E AS NOVAS CENTRALIDADES SOCIOTERRITORIAIS.....</b>                   | <b>133</b> |
| 5.1      | Um breve panorama sobre a expansão do ensino superior no Brasil no século XX.....                                              | 134        |
| 5.2      | A expansão recente do ensino superior no Brasil .....                                                                          | 146        |
| 5.3      | A expansão recente do ensino superior na Amazônia e as novas centralidades socioterritoriais.....                              | 167        |
| <b>6</b> | <b>INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E CIDADANIA NO ESPAÇO PARAENSE: RUMO A UM OUTRO ORDENAMENTO TERRITORIAL?.....</b> | <b>193</b> |
| 6.1      | Universidade Federal do Pará (UFPA): <i>alma mater</i> do ensino superior na Amazônia.....                                     | 194        |
| 6.2      | Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA): a primeira universidade do interior da Amazônia brasileira .....                | 261        |
| 6.3      | Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA): a solidariedade orgânica pelo(s) conflito(s).....                   | 321        |

|          |                                                                                                                                            |            |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>7</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                           | <b>373</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                    | <b>383</b> |
|          | <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM DISCENTES DAS UNIVERSIDADES.....</b>                                             | <b>425</b> |
|          | <b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS UNIVERSIDADES.....</b>                              | <b>427</b> |
|          | <b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM DOCENTES DAS UNIVERSIDADES .....</b>                                             | <b>429</b> |
|          | <b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS REITORES E PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR.....</b> | <b>431</b> |
|          | <b>APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM EGRESSOS DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES.....</b>                                 | <b>433</b> |
|          | <b>APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>                                                                        | <b>435</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

*O sonho obriga o homem a pensar.*  
(Milton Santos)

Esta tese sustenta que os processos de expansão e interiorização do ensino superior público têm contribuído, não sem contradições, para uma ampliação da “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) no estado do Pará, oferecendo bases importantes que vislumbram o delineamento de um ordenamento cívico<sup>1</sup> do território nesse espaço. Para tanto, sua concepção foi inspirada em parte das discussões realizadas em nossa dissertação de mestrado (Oliveira, 2019), momento em que se estabeleceu uma análise da Amazônia<sup>2</sup> como região à luz das contribuições teórico-conceituais do geógrafo Milton Santos.

Nesse empreendimento, problematizou-se a lógica dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento instalados no espaço amazônico e a consequente desestruturação que provocaram e ainda provocam aos povos desta região; projetos esses cujas materializações no território assumem, no dizer de Santos (1995), a forma de “grandes objetos” técnicos (como, por exemplo, rodovias, portos modernizados, hidrelétricas, indústrias e fazendas modernas, grandes empresas e mesmo cidades) concebidos para atender precipuamente aos interesses de agentes hegemônicos da economia e da política.

Como contraponto a essa lógica perversa, sugeriu-se a pertinência de se pensar em *outros objetos* e em suas respectivas ações na Amazônia, especialmente na articulação dos saberes e na potencialização das lutas políticas dos sujeitos e grupos sociais locais impactados pelos “grandes objetos” e seu ordenamento

---

<sup>1</sup> Adverte-se ao leitor que, nesta tese, a palavra “cívico” – assim como em Santos (2014a), quando esse autor trata de modelo cívico-territorial – faz referência não à questão do patriotismo *per se*, mas à figura do cidadão e, principalmente, à cidadania. Veremos isto no decorrer do trabalho.

<sup>2</sup> Em pesquisa anterior (Oliveira, 2019), consideramos a regionalização do Brasil proposta por Santos e Silveira (2012) e que reconhece a existência de quatro grandes regiões nesse país: a Amazônia, o Centro-Oeste, o Nordeste e a Região Concentrada (formada pelos estados que compõem o Sul e o Sudeste brasileiros). Ainda conforme os autores, esse reconhecimento fundamenta-se na identificação das heranças socioespaciais do passado e na difusão diferencial de dados científicos, técnicos e informacionais no território brasileiro, a configurar, com particularidades, o que Santos (2012a, 2013a) denomina como meio técnico-científico-informacional, a expressão espacial do processo de globalização. Salienta-se, ademais, que grande parte desta pesquisa levará em conta a o recorte da Amazônia dos quatro “Brasis” (Santos; Silveira, 2012), composta por seis unidades da federação: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, enfocando-se, especificamente, o território paraense, doravante denominado como tal ou mesmo como “estado do Pará”, “Amazônia paraense” e/ou “espaço paraense”.

territorial<sup>3</sup> econômico-corporativo na região (Oliveira, 2019; Santos, 1995); daí a tese aqui apresentada tratar, a partir da importância e do papel de outros objetos, da possibilidade de se pensar e mesmo propor os contornos de um outro ordenamento territorial para a referida região. Esse esforço, por sua vez, encontra fundamento nas ideias de Santos (2014a) acerca da relação território e cidadania, sobretudo quando esse autor nos convoca a refletir sobre a “geografização da cidadania” e a construção de um possível modelo cívico-territorial no Brasil.

Dada a sua natureza cidadã, o modelo cívico-territorial pressupõe uma justa e adequada distribuição de bens, equipamentos e serviços sociais no contexto socioespacial de um dado lugar, região ou nação, de modo que os indivíduos neles pertencentes possam ter as suas necessidades básicas e essenciais (saúde, educação, saneamento, esporte, lazer etc.) atendidas, independentemente da porção do território onde se localizam (Santos, 2014a).

É nessa perspectiva, então, que esta tese considera as tensões e intenções de ordenamento territorial em curso na Amazônia como objeto de estudo, indicando a possibilidade de vislumbrar os contornos de um *ordenamento cívico-territorial na Amazônia*, notadamente a partir da distribuição e das funções socioespaciais desempenhadas por determinados fixos sociais públicos<sup>4</sup> no espaço paraense, onde

---

<sup>3</sup> Sem desconsiderar o que preconiza a Carta Europeia de Ordenamento Territorial (Oliveira, 2002), na qual o ordenamento do território seria uma tradução espacial das políticas sociais, econômicas, culturais e ecológicas da sociedade, o autor citado aponta duas concepções em torno da referida ideia: a ampla e a restrita. Na primeira concepção, o ordenamento territorial está ligado ao estabelecimento de políticas voltadas à garantia do equilíbrio das condições de vida nas diferentes partes de um território, enquanto a perspectiva restrita aduz que o ordenamento deve compreender, harmonizar e coordenar as várias atividades existentes em uma determinada porção do espaço, de modo que se possa vislumbrar o desenvolvimento das regiões. Nesse particular, Balbim e Contel (2013) entendem o ordenamento territorial como uma importante estratégia territorial para se pensar o planejamento do desenvolvimento em determinada realidade socioespacial; leitura essa que aqui nos será de grande relevância.

<sup>4</sup> Segundo a concepção de Santos (2014b) na obra *Metamorfoses do espaço habitado*, o fenômeno espacial é formado pela inseparabilidade entre fixos (instrumentos de trabalho e forças produtivas em geral, inclusive a massa de seres humanos) e fluxos (o movimento, a circulação). Nesse processo, cada tipo de fixo surge com características técnicas e organizacionais particulares em relação a uma determinada tipologia de fluxos no espaço, isso porque um fixo apresenta-se à realidade como um objeto técnico, mas também como um objeto social, graças aos fluxos que a ele se interligam e revelam seus pesos políticos na dinâmica espacial. No livro *O espaço do cidadão* (Santos, 2014a), por sua vez, o mesmo autor nos informa que os fixos podem ser de diversos tipos (econômicos, culturais, religiosos, sociais etc.) e que, para entendê-los nos lugares, cabe distinguir aqueles de natureza pública daqueles de natureza privada: “[os fixos privados] são localizados [no território] segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro” (Santos, 2014a, p. 142).

o processo de internacionalização e a lógica corporativa revelam-se com bastante força em seu ordenamento territorial.

Há algumas décadas, autores de diferentes áreas do conhecimento têm questionado e denunciado a atuação dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento na Amazônia paraense, como, por exemplo, os trabalhos de Hébette (1991, 1995a), Castro (1995), Castro e Acevedo Marin (1993), Pinto (1995), Martins (1991, 1993) e outros estudiosos cujas reflexões evidenciam a territorialização perversa desses empreendimentos na região, principalmente no que concerne aos impactos socioambientais diversos que esses “grandes objetos” (Santos, 1995) causam à vida, à cultura e aos territórios de populações que historicamente sobrevivem nessa porção do espaço nacional.

Não obstante essa invasiva presença dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento no estado do Pará, esse território também se destaca no cenário regional por possuir o maior número de instituições públicas de ensino superior, inclusive de forma interiorizada. Aqui, a reflexão relacionada à possibilidade de um ordenamento cívico-territorial gira em torno desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a) e suas ações, bem como de seus processos de interiorização no espaço paraense.

Assim, e para efeitos de análise, serão consideradas as seguintes instituições: a) Universidade Federal do Pará (UFPA), institucionalizada em 1957 e tida, aqui, como a *alma mater* do ensino superior na Amazônia; b) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), concebida a partir do desmembramento da UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) no ano de 2009 e posta como a primeira universidade criada no interior da região; e c) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), originada também a partir da UFPA, em 2013, em uma porção do espaço paraense marcada pela expressiva tensão entre diferentes lógicas econômicas e sociais.

Tais instituições, verdadeiros fixos sociais públicos (Santos, 2014a), adquirem destaque não apenas pela oferta de cursos superiores, mas também pela realização de pesquisas e de atividades de extensão nos lugares onde se encontram. No entanto, com vistas à delimitação da pesquisa, serão considerados no seio desta problematização apenas os cursos regulares de graduação ofertados nos *campi* de cada universidade em comento, nas suas diferentes sub-regiões de atuação.

Nesse sentido, ainda que essas instituições mantenham eventuais relações com atividades e empresas ligadas à lógica corporativa (p. ex.: realização de cursos voltados ao fortalecimento dessas atividades, convênios para a realização de pesquisas e para a construção de infraestruturas etc.), assinala-se que elas desempenham um importante papel cidadão nos espaços onde estão situadas, isso tanto no acolhimento de demandas (fluxos) por formação em nível superior quanto na articulação dos saberes de diferentes sujeitos sociais e na potencialização de suas lutas políticas; fato que, inclusive, sugere notáveis elementos à compreensão dos lugares por eles próprios (Santos; Silveira, 2000) e, conseqüentemente, ao “desenvolvimento” regional a partir de parâmetros mais endógenos, que não o perfil de destruição da sociobiodiversidade regional engendrado pelo ordenamento corporativo do território.

Dessa maneira, ao passo em que *ordem* significa estruturar e regular algo no contexto de determinada lógica (Haesbaert, 2006), e que *território* consiste na dimensão política do espaço, na espacialização das relações de poder (Souza, 2013), entende-se o *ordenamento territorial*, *latu sensu*, como uma ação conflituosa e contraditória voltada à produção de uma ordem e à regulação da organização do espaço (Haesbaert, 2024); daí o porquê de a problematização desta pesquisa girar em torno destes dois grandes aspectos ligados à produção do espaço: um pautado pela urbanização corporativa (Santos, 2013b), responsável por engendrar uma ordem econômico-corporativa do território, e outro relacionado à “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) e à estruturação de uma ordem cívico-territorial, sendo ambas as lógicas coexistentes, conviventes e conflitantes no processo de produção do espaço.

Ora, profundamente impactada pelas políticas desenvolvimentistas e, mais recentemente, neodesenvolvimentistas<sup>5</sup> (Bresser-Pereira, 2016; Cêpeda, 2012; Sampaio Júnior, 2012) resultantes da articulação entre Estado e mercado durante

---

<sup>5</sup> Expressivo no Brasil durante grande parte do século XX, o desenvolvimentismo é entendido por alguns autores (Bresser-Pereira, 2016; Cêpeda, 2012; Sampaio Júnior, 2012) a partir da forte atuação do Estado em sua preocupação de integrar industrialização e desenvolvimento da economia nacional. O neodesenvolvimentismo, por sua vez, constitui fenômeno recente na economia política brasileira e, segundo Sampaio Júnior (2012), consiste em conciliar aspectos ditos “positivos” tanto do velho desenvolvimentismo quanto do neoliberalismo, sem, contudo, questionar a dupla articulação (situação de dependência externa e forte desigualdade entre as classes sociais) responsável por autorizar a continuidade do capitalismo selvagem na economia e na sociedade nacionais.

grande parte do século XX e no início do século XXI (Pinto, 1995; Castro, 2008; Castro; Campos, 2015; Silva; Ravena, 2015), a Amazônia resguarda em sua história regional a implementação de ordenamentos territoriais bastante dramáticos (Kohlhepp, 2002) aos povos da floresta<sup>6</sup> (indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores, ribeirinhos etc.) que secularmente vivem e resistem nessa porção do território brasileiro.

A implantação de uma “malha programada” (estradas, redes de telecomunicação etc.) de controle técnico e político (Becker, 1994, 2001) por sobre o espaço amazônico ocasionou a integração efetiva dessa região ao território nacional, mas também, com a abertura e o avanço da fronteira econômica (Castro; Campos, 2015; Silva; Ravena, 2015), engendrou uma série de problemas e questões socioambientais a esses povos da floresta (Castro, 2004, 2008), especialmente com o aumento dos conflitos sociais (Schmink; Wood, 2012) e a exploração desmedida dos recursos regionais (rios, florestas, terras etc.) por agentes e projetos capitalistas que nela se instalaram.

Com o intuito de compreender e, do ponto de vista político, denunciar as perversidades desse ordenamento territorial economicista na Amazônia, uma diversidade de estudos nos traz leituras e perspectivas interessantes sobre os grandes projetos econômicos e de desenvolvimento materializados nessa região, colocando-a em um contexto de conflitos entre o homem e a natureza, o local e o global, o “velho” e o “novo”, e o tradicional e o moderno. Implicado com esse esforço, o economista Jean Hébette assinalou que a chegada dos grandes projetos trouxe impactos enormes ao espaço amazônico, e isso no que concerne tanto ao esgotamento de energias e reservas existentes (Hébette, 1995a) quanto ao cerco às populações que vivem na região (Hébette, 1991), como, por exemplo, os indígenas, os quilombolas e os camponeses.

---

<sup>6</sup> Diferentes categorias de populações tradicionais abrangem a ocupação e os usos do território na Amazônia, como, para mencionar alguns exemplos, indígenas, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, camponeses e castanheiros; populações que, invariavelmente, habitam a região há algum tempo e desenvolvem atividades de baixo impacto ambiental (SBPC, 2007), contribuindo, assim, para a preservação do bioma. Para efeitos de análise, tais povos serão reconhecidos neste trabalho como *povos da floresta*, salientando-se que a ideia de “floresta” subjacente à referida noção pretende caracterizar a Amazônia como região socialmente produzida e, dessa maneira, toda a diversidade social, cultural e econômica que consubstancia um dos espaços mais importantes do planeta; diversidade essa que também se manifesta em associação com as dimensões territorial e urbana, conforme Trindade Júnior (2010a, 2010b, 2013a) tem apontado em seus estudos.

Ao problematizar a questão do desencontro, da estranheza e do outro, frequentemente relacionada aos agentes e grupos sociais alheios às sociabilidades dominantes, Martins (1993) nos informa que uma sociologia do estranho e do estranhamento constitui reclamo genuíno em uma sociedade de tradição corporativa, a qual, mediada por preconceitos, não contribui para o estabelecimento de igualdade e de cidadania nas relações sociais. Nesse particular, o autor sugere uma inversão de perspectiva e confere a alcunha de “estranho” aos agentes hegemônicos que definem e viabilizam as expansões capitalistas<sup>7</sup>, tendo em vista os impactos que causam às sociedades preestabelecidas em determinado território.

No cerne dessas reflexões, Martins (1991, 1993) classifica o processo de implantação dos grandes projetos na Amazônia como a “chegada do estranho”. Essa intrusão, para o autor, acaba por representar a devastação da floresta e a consequente destruição de espécies animais e vegetais diversas. Representa, outrossim, a invasão dos territórios de populações originárias e a mutilação/supressão de saberes e modos de pensar e viver alternativos à desumanização acelerada do período atual.

Castro e Acevedo Marin (1993), por sua vez, indicam que as violências produzidas por esses “estranhos” (Martins, 1991, 1993) na Amazônia são orientadas por um padrão tecnológico definido segundo parâmetros externos à realidade atingida; daí um autor como Milton Santos pontuar que esse grandes projetos – na verdade “grandes objetos”, que resultam da materialização de um sistema de relações definido em nível global (Santos, 1995) – constituem “correias de transmissão” dos objetivos dos agentes do capital.

Esses objetos também podem ser definidos pelas suas características de onipresença e universalidade, assim como pelo excesso de especialização e intencionalidade que apresentam em sua composição (Simondon, 2001; Stiegler, 2002; Santos, 2012a); intencionalidade essa que serve aos agentes hegemônicos da economia e que também é responsável pela localização precisa dos objetos no território, de modo que eles produzam os resultados específicos para os quais foram projetados (Santos, 1995, 2013a).

---

<sup>7</sup> Com perspicácia, Martins (1993) nos adverte que, em nossa sociedade, o “estranho” se caracteriza não apenas pelas figuras dos agentes imediatos do capital, como os empresários, os gerentes e os capatazes, mas também em sujeitos como o policial, o militar, o jagunço/pistoleiro, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social, enfim, todos aqueles que, por cooptação ou não, atuam em favor da aniquilação dos agentes e grupos sociais oprimidos.

Ademais, atento às transformações impostas ao mundo por ocasião do período técnico-científico-informacional<sup>8</sup>, Santos (1995) chama a atenção para o fato de que os objetos não mais obedecem às lógicas do lugar em que se encontram, pois, alienados, eles são instalados de modo a cumprir ordens forâneas e estranhas ao local de sua implantação, o que, uma vez mais, vai ao encontro das reflexões de Castro e Acevedo Marin (1993) quanto aos parâmetros orientadores dos grandes projetos no espaço amazônico. Assim sendo, em linha com a literatura regional, Santos (1995) entende que a importância socioeconômica e política desses objetos é extrema *na* Amazônia, mas nem sempre ou quase nunca *para* essa região, sobretudo pelo fato de a finalidade desses fixos estar mais associada ao externo do que propriamente às demandas das sociedades locais.

É com base nesses elementos típicos do período atual e na condição assumida pela Amazônia na divisão territorial do trabalho que um autor como Trindade Júnior (2010a) problematiza a redefinição do perfil desse espaço regional e as novas características conferidas à dinâmica da rede urbana amazônica<sup>9</sup>; fato que pode ser observado pela relativa perda de importância das cidades *da* floresta – peculiares à rede urbana mais tradicional, orientada mormente pelos rios (Corrêa, 1987), e que não abrigam “grandes objetos” – e pela proeminência das cidades *na* floresta, as quais, pela sua natureza, servem de apoio logístico aos referidos objetos espaciais, configurando, portanto, verdadeiras expressões da difusão desigual do meio técnico-científico-informacional e da modernização do território nessa porção do Brasil.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Refere-se ao período atual da história, marcado pela força do processo de globalização que redefine as relações e os espaços com base em ciência, técnica e informação, dados centrais/variáveis-chaves do referido momento histórico (Santos, 2012a).

<sup>9</sup> Comuns na região até a década de 1960, as cidades *da* floresta seriam aqueles núcleos urbanos enraizados na dinâmica local e definidos por valores advindos notadamente da floresta e dos rios, ainda que não se trate de espaços congelados no tempo. Já as cidades *na* floresta tornaram-se frequentes no ordenamento territorial amazônico a partir da década de 1960 e caracterizam-se principalmente pelas articulações extralocais que estabelecem, posto que foram criadas para atender às demandas dos grandes projetos ou “grandes objetos” (Santos, 1995) instalados na região. Assim, ambas as proposições foram apresentadas por Trindade Júnior (2010a, 2010b) como tipos ideais, não constituindo, portanto, realidades excludentes e duais. Antes, consistem em um esforço interpretativo no sentido de melhor apreender a diversidade e a convivência – ora tensa, ora complementar – de relações, espaço-temporalidades e ordenamentos territoriais que revelam a dinâmica regional e a complexidade do processo de urbanização da Amazônia (Trindade Júnior, 2010a, 2013a).

<sup>10</sup> A título de exemplo, tem-se as cidades-empresa ou *company-towns* (Trindade Júnior; Rocha, 2002) implantadas na Amazônia, isto é, núcleos urbanos planejados para atender às necessidades operacionais dos grandes empreendimentos materializados na região e que, dadas as suas

Muitas são as contribuições que, de alguma forma, jogam luzes sobre a problemática dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento instalados em diferentes porções da Amazônia, com destaque para o espaço paraense, foco desta pesquisa. Reforça-se, ademais, que as lógicas econômico-corporativas de ordenamento territorial correlatas a esses projetos provocam impactos socioambientais diversos e engendram uma redefinição do papel de muitas cidades da/na região (Trindade Júnior, 2010a), consolidando centralidades urbanas configuradas, precipuamente, pelas demandas dos agentes hegemônicos da economia e da política, os quais, em sua realização, articulam esses espaços a lógicas alheias às sociedades local e regional.

Dessa maneira, e com a intenção de contribuir com este importante debate, a pesquisa em tela busca contrapor os “grandes objetos” (Santos, 1995) e seu ordenamento economicista ao papel e à atuação de *outros objetos* na Amazônia paraense; objetos esses que, socialmente distribuídos e referenciados em muitas frações desse espaço, sugerem a produção/definição dos contornos de um ordenamento territorial menos corporativo e mais comprometido com as demandas e particularidades dos povos da região, inclusive com a constituição de centralidades urbanas que valorizem/reforcem a cidadania concreta (Santos, 2014a) em diferentes partes desse território.

Na linha da contraposição aqui sugerida, não tem sido frequente, em nosso levantamento bibliográfico-documental, a presença de políticas que trazem como preocupação central o esforço analítico de refletir sobre formas outras de ordenar o território para além do viés econômico-corporativo, principalmente no que diz respeito à possibilidade de um *ordenamento territorial definido por e para relações mais cidadãos*. Embora pouco explorada no contexto dos estudos urbanos e regionais, a obra *O espaço do cidadão*, de Milton Santos, publicada no ano de 1987 (Santos, 2014a), oferece-nos notáveis contribuições nessa direção, pois traz elementos teórico-conceituais interessantes acerca da relação território e cidadania e, nesse sentido, para a configuração de um outro ordenamento territorial no Brasil.

---

principais características: a) constituem uma espécie de extensão da linha de produção das empresas a eles correlatas; b) negam, em sua concepção, os padrões regionais de urbanização; c) definem uma nova perspectiva de gestão local e regional dos espaços; e, por fim, d) representam verdadeiros “enclaves urbanos” que pouco dialogam com seus entornos imediatos no espaço amazônico.



Um exemplo, outrossim, é o trabalho de Gabriel Leite (2019), que, ao problematizar o planejamento urbano e regional brasileiro recente e ressaltar o processo de corporativização produzido pela manutenção de uma agenda neoliberal no referido campo nas últimas três décadas, critica a consagração de um modelo eminentemente econômico de ordenamento territorial no Brasil. Dessa maneira, à luz das realidades do presente e sem desconsiderar os princípios pelos quais Milton Santos originalmente se pautou, o autor tece reflexões em torno de um ordenamento cívico do território, considerado como uma contraposição àquele primeiro e fruto da ideia miltoniana de modelo cívico-territorial, algo que, para Santos (2014a), está relacionado não a “pactos territoriais funcionais”, mas sim a um “pacto territorial estrutural” que não deve estar restrito tão somente à economia.

Ademais, ao levar em consideração a proposta de Santos e Silveira (2012) baseada nas desigualdades territoriais contemporâneas – com preocupação prioritária para com os espaços ditos “opacos” e “lentos” do território brasileiro, como a Amazônia – e na pluralidade de pactos territoriais no presente, Leite (2019) nos fala da importância de densidades cívicas ou cidadãs para pensar o território e seus (novos) conteúdos. É nesse sentido que, apoiado em uma série de estudos e problematizando o planejamento urbano e regional hodierno, o autor defende a possibilidade de se potencializar outras centralidades no espaço (Trindade Júnior, 2018), as quais devem ser orientadas por um ordenamento cívico-territorial que, efetivamente a serviço da sociedade e de relações organicamente solidárias, possa subordinar os ordenamentos econômicos e políticos de espaço.

A inspiração de Leite (2019) acerca de outras centralidades como possibilidade advém em grande medida da contribuição de Trindade Júnior (2018)<sup>11</sup>, que, pensando a cidade e o urbano no Brasil, particularmente desde a Amazônia, também revela a pertinência de se propor um ordenamento cívico-territorial. Assim, após refletir sobre as centralidades econômicas e políticas (Trindade Júnior, 2011a; Nunes; Trindade Júnior; Trindade, 2016) que em muito definem as cidades

---

<sup>11</sup>As reflexões de Bitoun (2009) e Tella (2016) colocam-se como importantes nesse empreendimento de Trindade Júnior (2018). Isso porque, o primeiro chama a atenção para a “responsabilidade territorial” que algumas cidades do Brasil central e ocidental desempenham em determinada rede urbana, em especial, com a oferta de bens e serviços a núcleos populacionais menores (Bitoun, 2009), enquanto o segundo trata do desenvolvimento de centros cívicos como uma iniciativa fundamental à rearticulação social e ao fomento da cidadania, de modo a incrementar a diversidade social e contribuir na construção de centralidades urbanas cívicas (Tella, 2016).

impactadas pelas modernizações do território decorrentes do avanço de frentes de expansão, o autor sinaliza para a pluralidade que caracteriza o difuso fenômeno urbano e regional contemporâneo e nos fala de outras especificidades territoriais que não devem escapar do escopo de nossas reflexões.

Tais especificidades, segundo Trindade Júnior (2018), relacionam-se em larga medida àquelas cidades não diretamente tocadas pelas referidas modernizações e cujas lógicas de ordenamento do território estão vinculadas, sobretudo, às demandas sociais e territoriais endógenas. Assim, dado o fato de essas cidades atuarem na oferta e distribuição de importantes bens e serviços junto a núcleos populacionais menores que as orbitam, o autor nos fala da constituição de uma centralidade socioterritorial; proposição conceitual essa baseada fundamentalmente em demandas de fluxos relacionadas a uma lógica de relativa proximidade espacial e que, por isso, são capazes de se contrapor à natureza corporativa daquelas relações econômicas e políticas que relativamente têm definido as formações urbanas no atual período.

É dessa maneira que a ideia de centralidade socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) pode ser fortemente associada à proposta de um ordenamento cívico do território, segundo a qual há necessidade de se conceber lógicas de ordenamento mais afeitas aos pressupostos das pessoas vivendo em copresença nos seus lugares de vida – a “solidariedade orgânica”, nos termos de Santos (2003, 2012a) – e às demandas sociais internas, com capacidade não somente de se contrapor, mas também de subordinar os modelos econômicos e políticos hegemônicos de organização do espaço (Santos, 2014a), tão marcado pelos processos de corporativização engendrados pela associação entre o Estado e o mercado.

Essa e as demais contribuições que aqui foram brevemente arroladas avançam no debate relacionado à ideia e mesmo à configuração de um ordenamento cidadão do território (Santos, 2014a; Leite, 2019). Entretanto, nota-se uma ausência de trabalhos que aprofundem essas discussões a partir de problemáticas e particularidades concernentes a determinada realidade espacial.

Por essa razão, à luz da relação território e cidadania (Santos, 2014a), faz-se importante a realização de um contraponto ao ordenamento economicista na Amazônia, o qual tem sido experimentado a partir da violenta atuação de grandes projetos econômicos e de desenvolvimento que, em suas realizações, apropriam-se dos recursos regionais e promovem desarticulações territoriais nesse espaço,

implicando na obliteração dos modos de vida de diversos sujeitos e grupos sociais locais.

Em vista disso, a necessidade de questionar o ordenamento vigente e vislumbrar o estabelecimento de outros ordenamentos territoriais na Amazônia, inclusive no que diz respeito aos povos da floresta (indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas, pescadores etc.), cujas sociabilidades cotidianas são prejudicadas pela lógica econômica e perversa dos “estranhos” (Martins, 1991, 1993), parece se colocar como um imperativo à investigação científica; daí a problematização sobre esse ordenamento economicista a partir do papel e da atuação de *outros objetos* na região, a exemplo das instituições públicas de ensino superior, como a UFPA, a universidade oficialmente mais antiga da Amazônia (Nunes, 2012), e duas novas universidades paraenses derivadas direta e principalmente da interiorização dessa instituição no estado: a UFOPA e a UNIFESSPA.

A presença desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a) na Amazônia paraense, por sua vez, chama a atenção para o papel e a importância que desempenham na região e nos lugares onde estão localizados. Leva-nos a refletir, por exemplo, sobre a criação dessas instituições nesse território estadual e qual o “lugar” reservado a ele no contexto das políticas públicas de expansão e interiorização do ensino superior em nível nacional. Assim, a relação entre os cursos regulares de graduação ofertados e as sub-regiões onde são realizados também constitui importante elemento de problematização nesta pesquisa, da mesma forma que o atendimento de demandas locais e sub-regionais dos povos da floresta por esse tipo de formação no espaço paraense.

Diante desses elementos, e tendo em vista o delineamento das bases de um ordenamento cívico-territorial como possibilidade, a pesquisa foi realizada a partir da seguintes questões-problema:

- a) a expansão e a interiorização recentes da educação superior pública corroboram a possibilidade de um outro ordenamento territorial na Amazônia paraense? Por quê?
- b) o processo de expansão e interiorização do ensino superior público reforça a consolidação de centralidades urbanas de natureza socioterritorial? De que maneira?

c) há relação entre a oferta de cursos de formação superior e as demandas regionais dos povos da floresta? Por quê?

Mediante o exposto, enquanto um elemento (que deveria estar) alinhado à execução de políticas públicas, ou melhor, enquanto uma estratégia territorial interessante para se pensar o planejamento do desenvolvimento (Balbim; Contel, 2013), o ordenamento do território apresenta-se como um tema de elevada importância e atualidade para a realidade de todos os países (Haesbaert, 2006, 2024). No contexto do Brasil, isso parece adquirir uma notável amplitude diante das próprias dimensões de seu território, mas também, e principalmente, pela flagrante diversidade de situações socioespaciais complexas (ambientais, culturais, econômicas, políticas, urbanas, sociais etc.) que marcam seus lugares e suas regiões.

A Amazônia, em particular, parece-nos uma região interessante à reflexão dessa complexidade frequentemente negada no/pelo ordenamento territorial implementado pelo Estado brasileiro. Isso porque, conforme já ressaltado, esta região e toda a sua diversidade física, ecológica, social e cultural foram, durante muito tempo, colocadas à disposição do imaginário de tecnocratas desprovidos de qualquer conhecimento adequado acerca de sua realidade empírica (Ab'Sáber, 1996); algo que, ainda de acordo com Ab'Saber (1989, 1994), consubstanciou, em certos momentos, um “pseudoplanejamento regional” para o espaço amazônico, sobretudo durante e após a fase inicial de integração da região ao território nacional, no final da década de 1960, com a implantação dos “grandes objetos” (Santos, 1995) na região.

Nesse contexto, ao problematizar a corporativização do território engendrada desde a segunda metade do século XX, enfatiza-se a importância de políticas como a de expansão e interiorização do ensino superior público no Brasil e seus rebatimentos na Amazônia, notadamente no território paraense, pois, como bem pontua Santos (2004), quando o Estado oferece suporte ao capital mediante a construção de infraestruturas, ele produz elementos de concentração econômica e demográfica e reforça o ordenamento economicista, dada a seletividade espacial que orienta a instalação dos empreendimentos.

Por outro lado, quando o mesmo agente distribui fixos sociais públicos (agências públicas, hospitais, escolas, universidades etc.) pelo território ou, por

exemplo, estende políticas públicas a lugares e regiões marcadas pelo “vazio de cidadania” (Santos, 2014a) e concede incentivos/subsídios à agricultura familiar, ele não concentra, mas oferece condições à dispersão do desenvolvimento pelo território (Santos, 2004) e lança as bases de um ordenamento mais comprometido com as questões e necessidades das populações locais (Santos, 2014a).

Daí a relevância deste esforço de pesquisa, que se assenta especialmente na interpretação do processo de expansão e interiorização do ensino superior público no território paraense, sobretudo a partir da UFPA, da UFOPA e da UNIFESSPA em suas respectivas realidades de atuação, entre os anos 1970 até 2022; recorte temporal esse que se justifica tanto por marcar o momento de abertura da fronteira capitalista e a instalação/realização de grandes projetos econômicos e de desenvolvimento na região, como por representar o período de institucionalização e de desenvolvimento (expansão e interiorização) do ensino superior público no estado do Pará, iniciado notadamente com a UFPA.

O último evento destacado no recorte em questão, por seu turno, vislumbra-nos uma possibilidade ligada ao estabelecimento de outra forma de ordenamento territorial nessa porção do espaço amazônico, uma vez que, conforme a análise de Marques e Cêpeda (2012) para o nível nacional, o referido processo trouxe benefícios tanto do ponto de vista quantitativo, com o aumento do número de instituições, cursos e vagas, quanto na perspectiva qualitativa, tendo em vista a ampliação do acesso à universidade por sujeitos e grupos sociais que, antes, dada a escassez de ações afirmativas voltadas à amenização das desigualdades, não tinham essa possibilidade como algo fácil de concretizar diretamente em suas realidades socioespaciais.

Desse modo, aponta-se que a análise da interiorização da UFPA, da UFOPA e da UNIFESSPA na Amazônia paraense e, conseqüentemente, dos rebatimentos dessa importante política pública para o ordenamento desse território contribui, não sem contradições, para a reflexão e para o vislumbre de horizontes menos corporativos para a região amazônica. Trata-se de perspectivas pautadas nas ações transformadoras de sujeitos e grupos sociais que, com e/ou a partir desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a), potencializam suas lutas políticas e valorizam suas formas e modos de viver com as florestas, com os rios e com todos os atributos sociobiogeográficos que asseguram as singularidades e particularidades da Amazônia no território brasileiro e, mesmo, na região sul-americana.

Por isso, esta tese busca analisar os contornos de um possível ordenamento cívico-territorial à luz da expansão e da interiorização recentes da educação superior pública e do correlato atendimento das demandas dos povos da floresta por esse nível de formação. Esse objetivo, mais geral, desdobra-se em outros três de natureza mais específica, quais sejam:

- a) analisar a expansão e a interiorização recentes da educação superior pública no território brasileiro e sua importância para o delineamento de um outro ordenamento territorial na Amazônia paraense;
- b) relacionar o processo de expansão e interiorização do ensino superior público à definição e à consolidação de centralidades urbanas socioterritoriais no espaço paraense; e
- c) identificar a distribuição geográfica dos cursos de formação superior e analisar o atendimento de demandas cidadãs locais e regionais a partir dos municípios que sediam IPES.

Nesse sentido, mesmo como um resultado das contraditórias políticas desenvolvimentistas (segunda metade do século XX) e neodesenvolvimentistas (final do século XX e início do século XXI) implementadas no Brasil, sustenta-se a tese de que a expansão e a interiorização recentes da educação superior pública no território brasileiro produziram rebatimentos socioespaciais interessantes na direção de uma “geografização da cidadania” na Amazônia paraense, oferecendo bases importantes que, não sem problemas, vão ao encontro da construção de um ordenamento cívico-territorial nesse subespaço.

Em que pese a existência de cursos e ações nessas instituições comprometidos com as dinâmicas dos processos de natureza econômica voltadas ao mercado, inclusive com estruturas financiadas por grandes corporações, as universidades revelam-se, ainda assim, por meio de suas ações, como importantes espaços para a reflexão e para a construção de um outro ordenamento do território na região, desta feita, de natureza cívico-territorial, com especial atenção aos povos da floresta que ingressam nessas instituições e, mediante seus pressupostos culturais, étnicos e territoriais, sugerem formas outras de pensar o território, as relações, o conhecimento e a vida mediante a produção de um saber emancipatório.

Nesse particular, aponta-se que os rebatimentos do referido processo na Amazônia paraense refletem, de certo modo, uma “geografização da cidadania”

(Santos, 2014a), mas também uma “geografização da florestania”<sup>12</sup>, tendo em conta a importância de determinados sujeitos e grupos sociais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.) que bem sugerem outras formas de cidadania sintonizadas com as especificidades correlatas aos hábitos, valores e modos de vida provenientes da própria diversidade da região em suas formas e conteúdos socioespaciais.

Outrossim, considerando-se as articulações que essas instituições viabilizam no estado do Pará, principalmente no que diz respeito ao atendimento de demandas locais e sub-regionais por formação superior universal e gratuita, sustenta-se que esses fixos públicos promovem a consolidação de centralidades socioterritoriais na região, atuando tanto no fortalecimento de relações definidas pela proximidade espacial quanto no reforço de lógicas localmente estabelecidas na Amazônia paraense. Daí se afirmar, aqui, que as instituições públicas de ensino superior se apresentam como verdadeiros *objetos de grandeza cidadã*, cuja distribuição espacial e ação concreta refletem a possibilidade de um ordenamento cidadão contrário aos ordenamentos econômico-políticos vigentes no espaço, os quais, em sua realização, produzem a obliteração das diferenças e acirram as desigualdades socioterritoriais nessa porção do território brasileiro.

Uma vez expostos o objeto de estudo, a tese, a problemática e as questões-problema, a justificativa e os objetivos da pesquisa, faz-se importante apresentar os termos metodológicos deste trabalho. Minayo (2002) considera que o processo de pesquisa se caracteriza como uma atividade científica básica capaz de tanto alimentar quanto atualizar a atividade de ensino frente à realidade do mundo, tarefa essa tornada possível graças à indagação e à (re)construção dessa própria realidade. Nesse sentido, embora a pesquisa seja uma prática teórica, ela também tem a capacidade de vincular pensamento e ação, uma vez que “*nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*” (Minayo, 2002, p. 17, grifo da autora).

A metodologia, por sua natureza, adquire lugar central nesse processo descrito pela autora em referência. Isso porque, enquanto “caminho do pensamento”

---

<sup>12</sup>A noção de florestania surge no Acre, nos anos 1980, a partir da luta do sindicalista Chico Mendes e dos seringueiros contra a exploração predatória da Amazônia, isto é, como uma forma de defender um modo de vida, mas, principalmente, um ecossistema, questionando a ideia de que a cidadania é algo peculiar apenas a quem vive nas cidades. Daí a proposição da florestania como uma cidadania da floresta, peculiar a todos os povos da região que se utilizam desse ambiente sem destruí-lo (Abud, 2022).

e/ou “prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2002, p. 16), é ela que evidencia as opções epistemológicas coerentes à pesquisa e o conjunto de técnicas que o pesquisador elege para melhor proceder na investigação do objeto de estudo. É com base nessa compreensão que, doravante, adquirem destaque os procedimentos metodológicos adotados nesta tese, enfocando, respectivamente, o *método de interpretação* e os *métodos de investigação* (Moraes; Costa, 1987; Lencioni; Trindade Júnior, 2024) desta pesquisa.

O método de interpretação diz respeito aos fundamentos filosóficos que balizam a leitura, a análise e a compreensão dos processos, das informações e dos dados arrolados no contexto da pesquisa científica (Moraes; Costa, 1987; Lencioni; Trindade Júnior, 2024). Deve, portanto, concertar com o objeto estudado (Lefèbvre, 2017) e a ele correlacionar-se reciprocamente através de suas categorias e princípios orientadores. Assim sendo, adota-se aqui os pressupostos dialéticos de reflexão científica (Marx, 1983, 2013) como tal, considerando-o não como um conjunto de regras formais que se “aplicam” ou “enquadram” o objeto de investigação, mas como uma orientação epistemológica que nos ajuda a desvelar a estrutura e as dinâmicas reais (a essência) de determinado elemento tomado pela análise investigativa (Paulo Netto, 2011).

Lançar mão desse método pressupõe um esforço de apreensão da realidade objetiva em movimento e em seus aspectos e elementos contraditórios (Lefèbvre, 2017). Esse processo de reconstrução das contradições, por sua vez, não pode ser tomado de antemão em abstrato, à luz de uma lógica formal; antes, por meio de uma lógica concreta, dialética (Lefèbvre, 1991), deve-se partir do real e, então, revelar o encadeamento histórico e relacional das diferentes situações que, concreta e conflitualmente, na prática (Cheptulin, 1982), definem determinada formação econômico-social (Marx, 1983, 2013) ou, nos termos de Santos (1977), particular formação socioespacial. Doravante, essa totalidade concreta (Kosic, 1976), agora pensada, síntese objetiva de múltiplas determinações, pode enfim ser retomada pelo conhecimento e situada no movimento real (histórico) do devir, conforme nos adverte Marx (1983) em seu método da economia política.

Analizando os fecundos aspectos da filosofia da história que Marx elaborou, Bobbio (2006) reafirma que o elemento central do método dialético desenvolvido pelo referido pensador alemão, com base em Hegel, consiste na oposição, nas contradições relacionadas às questões objetivas da sociedade. Dessa maneira, a



“força do negativo” (Bobbio, 2006, p. 141), isto é, a síntese dos contrários (Lefèbvre, 1991), coloca-se como o motor do movimento de realização da história em determinada formação social.

Assim, a justificativa e a relevância do método dialético nesta pesquisa podem ser explicitadas pela possibilidade de, por meio dele, se contrapor formas distintas de ordenar o espaço amazônico, particularmente no estado do Pará. Uma delas de natureza econômico-corporativa e que historicamente tem atendido aos interesses de agentes precipuamente externos à região, e a outra que pode ser construída a partir da operacionalização de políticas sociais e da distribuição de serviços e equipamentos públicos de natureza cidadã no espaço regional, oferecendo, dessa forma, elementos substantivos à materialização desse ordenamento cívico do território (Santos, 2014a; Leite, 2019).

Nesse particular, alguns elementos e princípios do método escolhido nos permitem estabelecer mediações e aproximações em relação à totalidade concreta, como, por exemplo, as categorias de *forma* e *conteúdo* para pensar a presença material, mas, sobretudo, o papel socioespacial desempenhado pelos grandes objetos (Santos, 1995) (frutos de um ordenamento mais corporativo) e pelos objetos de grandeza cidadã (tidos aqui como expressões de um possível ordenamento cívico-territorial) na Amazônia paraense. A contradição resultante entre essas duas categorias do método dialético possibilita-nos o seguinte: mesmo que tais objetos possuam ou não uma forma grandiosa na paisagem regional, o que convém analisar são as ações e os impactos dessas dinâmicas nos mais diferentes espaços da região.

Não obstante a forma espacial que determinado objeto possui – seja uma hidrelétrica (um grande objeto) ou uma instituição pública de ensino superior (aqui denominada como um objeto de grandeza cidadã) –, importa compreender o conteúdo por eles definido em determinada realidade socioespacial. Os grandes projetos econômicos e de desenvolvimento instalados na Amazônia frequentemente dinamizam formas e relações decorrentes de uma estrutura que promove prejuízos socioambientais e desarticulações socioterritoriais aos povos da região. Suscitam, ainda, a criação de cidades e territórios voltados primordialmente para a realização de suas atividades, estabelecendo, com isso, pouca integração com os lugares e a região, conforme pontua Trindade Júnior (2021a).

Por outro lado, mesmo que haja um fortalecimento mútuo entre as instituições públicas de ensino superior e aquela dinâmica, as universidades reúnem condições objetivas que, sob muitas contradições, podem articular populações diversas e, mediante a oferta de formação superior, potencializar processos e alternativas a essa forma de desenvolvimento que há tempos marca de maneira perversa a história regional do espaço amazônico. O enraizamento para com as cidades e demais núcleos populacionais parece se colocar como um elemento relativamente prioritário do sistema de ações promovido por esses fixos públicos na região, fortalecendo, inclusive, iniciativas pertinentes ao estabelecimento de formas-conteúdo mais sintonizadas com a cultura e com os valores das populações locais (Trindade Júnior, 2021a), tendo em vista a possibilidade de interpretação do lugar pelo próprio lugar (Santos; Silveira, 2000).

Elementos caros à dialética marxista, *quantidade* e *qualidade* também definem um dos princípios centrais ao método em tela, uma vez que a quantidade busca dar conta das propriedades que revelam a grandeza e as dimensões de um fenômeno, enquanto a qualidade, por sua natureza, visa caracterizar o que determinada coisa representa e é na realidade. Dessa maneira, a mobilização das referidas categorias nesta pesquisa contribui para que compreendamos não apenas a criação e a ampliação do número de instituições públicas de ensino superior, *campi*, cursos e vagas, mas, essencialmente, as transformações qualitativas que a presença desse importante serviço público proporciona em determinadas sub-regiões da Amazônia paraense, e que sugerem, igualmente, a ampliação/criação de *campi*, cursos de graduação e/ou pós-graduação e de vagas; movimento esse que pode se dar em cidades impactadas e em cidades não diretamente tocadas pelo processo de modernização do território definido pelo ordenamento econômico-corporativo.

Assim, a lógica social subjacente à distribuição dos objetos de grandeza cidadã na Amazônia paraense pode se contrapor à ordem econômico-corporativa que orienta a materialização dos grandes objetos nessa região. Suscita, ademais, o vislumbre de contornos de um ordenamento territorial de natureza cidadã e que esteja pautado na justa geografização de bens, equipamentos e serviços públicos essenciais à sociedade, de modo a atender a necessidades e demandas locais e sub-regionais das pessoas, independentemente do lugar que elas habitam; daí se falar em “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) ou mesmo, no contexto desta

pesquisa, em “geografização de florestanias”, considerando-se, nesse particular, o atendimento das demandas dos povos da floresta por ensino superior.

É desta maneira, portanto, que a mobilização do materialismo histórico e dialético se constitui enquanto relevante nesta tese: por propiciar ao pesquisador a possibilidade de confrontar valores, opiniões e pontos de vista relacionados aos mais diferentes aspectos do objeto e da problemática de pesquisa. Esse movimento do pensamento, pautado por uma lógica dialética (Lefèbvre, 1991) que se fundamenta nas oposições e nas contradições correlatas a uma determinada situação concreta, contribui para que a análise do real seja elevada a um ponto de vista mais amplo e compreensivo, viabilizando-nos, assim, uma perspectiva crítica de interpretação dos processos socioespaciais.

Uma vez explicitado o método de interpretação e análise e sua contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado, destaca-se o método de investigação que reúne o instrumental técnico-empírico mobilizado no trabalho; método esse que está relacionado aos elementos operacionais da pesquisa e diz respeito ao conjunto de meios utilizados durante a execução deste empreendimento (Moraes; Costa, 1987; Lencioni; Trindade Júnior, 2024). Destarte, portanto, explica-se a natureza da pesquisa, as técnicas que auxiliaram o levantamento dos dados, bem como as fontes dos dados que foram empregados neste estudo.

A fim de estabelecer um olhar renovado sobre a problemática do ordenamento territorial na Amazônia, especialmente pelo viés da relação território e cidadania (Santos, 2014a), a abordagem adotada valorizou os aspectos qualitativos do processo de levantamento/análise dos dados, sem, contudo, desconsiderar determinados elementos quantitativos que, de certa forma, auxiliaram na mensuração e na compreensão do objeto de estudo; razão pela qual se destaca, nesse sentido, que a natureza da investigação aqui apresentada é qualiquanti, sobretudo por, razoavelmente, combinar e tratar como complementares os elementos de uma e outra abordagem (Günter, 2006).

Correlatas a essa perspectiva e aos objetivos da pesquisa, algumas técnicas de investigação subsidiaram o desenvolvimento do estudo, como: a) levantamento e revisão bibliográfica de teorias, categorias, conceitos, definições e noções afins ao objeto de estudo; b) levantamento e análise documental (Cellard, 2008) de dados primários e secundários em relatórios, projetos, planos, programas, legislações e matérias de jornais correlatos ao tema da pesquisa; c) análise de conteúdo (Bardin,

1979; Bauer, 2008; Chizzotti, 2008) do material qualitativamente selecionado e pertinente aos objetivos desta investigação científica; d) observação sistemática de campo em realidades empíricas importantes ao desenvolvimento da temática (Pádua, 2016); e e) entrevistas individuais semiestruturadas (Gaskell, 2008) com agentes (p. ex.: técnicos, docentes, discentes, movimentos sociais) envolvidos nos reatamentos socioterritoriais das universidades selecionadas no Pará.

Importante por aproximar o pesquisador do que já se produziu e se publicou em relação ao seu objeto de estudo, a técnica de levantamento e revisão bibliográfica consiste em um procedimento inicial e elementar à produção do conhecimento científico, tendo em vista a sua relevância na identificação e na leitura de materiais fundamentais à delimitação do objeto de estudo, bem como, ao próprio desenvolvimento da problemática de pesquisa. Assim, a partir do levantamento de materiais bibliográficos diversos (teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, relatórios de pesquisa etc.) e de seu consequente processo de revisão/leitura crítica, pôde-se aprofundar o referencial teórico da pesquisa, identificar reflexões e/ou dados pertinentes ao trabalho e, com efeito, delimitar de forma mais precisa o objeto da investigação proposta.

O segundo procedimento metodológico mobilizado foi o de levantamento e análise documental. Isso porque, de acordo com Cellard (2008), os documentos (contemporâneos ou retrospectivos) são fontes de dados, informações e evidências científicas muito importantes ao pesquisador das ciências humanas e sociais, sobretudo por, às vezes, revelarem elementos ainda não sistematizados em publicações correlatas ao tema da investigação científica. Nesse processo, o autor aponta a identificação do contexto, da autenticidade e da confiabilidade, bem como da natureza do texto, dos conceitos-chave e da lógica interna do material como elementos indispensáveis à análise crítica e sistemática dos documentos, que, conforme sustenta, são importantes fontes de informação (Cellard, 2008).

Inicialmente, considera-se o levantamento dos seguintes documentos nesta pesquisa: a) legislações, relatórios, projetos, planos e programas relacionados à expansão e à interiorização do ensino superior público no Brasil e, destacadamente, no estado do Pará; b) planos de desenvolvimento institucional das universidades paraenses selecionadas para estudo, a fim de compreender o lugar atribuído às demandas locais/sub-regionais por ensino superior público e gratuito; c) dados secundários sobre os cursos ofertados e a quantidade de ingressantes, matriculados

e diplomados por essas instituições; e, complementarmente, d) matérias jornalísticas acerca do processo de interiorização do ensino superior público no Pará, com destaque, por exemplo, para o Jornal *Beira do Rio*, da Universidade Federal do Pará.

Após o levantamento e a sistematização dos documentos selecionados para a investigação, utilizou-se, de forma complementar, o procedimento de análise de conteúdo (Bardin, 1979), pois essa técnica se caracteriza como um meio importante para as pesquisas de abordagem qualitativa (Chizzotti, 2008) e possibilita ao pesquisador a reconstrução de valores, atitudes, cosmovisões e opiniões em uma análise textual. Em consequência, viabiliza a realização de inferências sobre determinado tema, tendo como base a seleção e a categorização dos materiais analisados à luz do problema e dos objetivos da pesquisa desenvolvida (Bauer, 2008).

A operacionalização desse instrumento se deu principalmente por ocasião da análise dos relatórios, projetos, planos, programas, legislações e matérias jornalísticas que tragam elementos correlatos às instituições públicas de ensino superior e aos seus respectivos processos de expansão e interiorização pelo estado do Pará. Com isso, foram identificados dados e informações pertinentes à problemática de pesquisa e que, dessa maneira, auxiliaram na verificação das hipóteses estabelecidas.

Quanto à observação sistemática de campo (Pádua, 2016), aponta-se para a sua realização em localidades pertinentes para esta pesquisa, ou seja, naqueles espaços que abrigam as universidades selecionadas e desempenhem um importante papel no atendimento de demandas cidadãos dos povos da floresta por cursos de formação superior. Para tanto, foram escolhidos principalmente os *campi*-sedes da UFPA, da UFOPA e da UNIFESSPA. Ademais, destaca-se com Magnani (2002) que tal procedimento foi realizado mediante uma abordagem de *fora e de longe* (que não leva em consideração as especificidades e a dinâmica local), mas de um olhar de *perto e de dentro*, capaz de apreender os padrões de comportamento e práticas sociais.

A técnica de entrevistas individuais semiestruturadas (Gaskell, 2008) também constitui um importante recurso mobilizado nesta investigação, uma vez que o processo de interação dá-lhe que elas propiciam permite ao pesquisador o estabelecimento de certa compreensão quanto ao mundo da vida dos sujeitos

entrevistados. Sua execução foi realizada a partir da especificação do tópico guia (um conjunto de títulos de parágrafos norteadores, com certa flexibilidade, que deve funcionar como um esquema preliminar para análise das transcrições, vide os apêndices deste trabalho) e da seleção qualitativa dos interlocutores em potencial (isto é, quem será entrevistado).

Dessa maneira, foram realizadas 21 entrevistas individuais semiestruturadas com diferentes interlocutores, como discentes, egressos, técnicos, docentes, reitores, pró-reitores e lideranças/pessoas importantes de movimentos sociais. O principal critério de escolha foi qualitativo e levou em conta a relevância/implicação dos agentes escolhidos para com as três instituições paraenses selecionadas para estudo, mas, igualmente, com a oferta de cursos de formação superior e/ou com o atendimento das demandas cidadãs dos povos da região por esse nível de formação nessa parte da Amazônia. As transcrições das falas dos entrevistados, os quais foram citados na tese por meio de códigos<sup>13</sup>, serviu para cotejarmos os dados levantados mediante outras técnicas de pesquisa e, principalmente, cobrir possíveis lacunas nesse processo, além de enfatizar e valorizar as opiniões e as representações prestadas pelos interlocutores selecionados sobre o tema da pesquisa.

Com base nesses procedimentos, realizou-se a triangulação do material levantado com vistas à discussão e à sistematização crítica e contextualizada do objeto de estudo para fins de redação desta tese de doutorado, que, além desta introdução – que apresenta o objeto de estudo, a problemática e as questões-problema, a (hipó)tese, a justificativa e os objetivos da pesquisa, bem como o método de interpretação e as técnicas de investigação que conformam a metodologia do trabalho –, está estruturada em cinco capítulos centrais e mais as considerações finais.

Assim, o segundo capítulo discute o processo de produção do espaço amazônico a partir da segunda metade do século XX e pontua a configuração de um

---

<sup>13</sup>A identificação dos entrevistados cujas falas transcritas foram utilizadas nesta tese foi destacada por meio das seguintes codificações: AQ para aluno(a) quilombola, AI para aluno(a) indígena, EI para egresso(a) indígena, EQ para egresso(a) quilombola, TA para técnico(a)-administrativo(a), DO para docente e GT para gestor(a). Essas codificações foram acrescidas pela sigla da instituição à qual o interlocutor foi/pertencente (p. ex.: DO-UFPA, TA-UNIFESSPA, AI-UFOPA, AQ-UNIFESSPA, EI-UFPA e GT-UFOPA), de modo a preservar a identidade dos entrevistados que aceitaram participar da pesquisa.

uso corporativo do território nesta região; processo esse que fora conformado na Amazônia a partir da articulação torpe entre o Estado e o mercado, responsável, em grande medida, pelo avanço da fronteira econômica e pela materialização de sistemas de engenharias basilares às novas relações instauradas na região. Diante desse argumento, aponta-se a consolidação de um ordenamento econômico-corporativo do território, em que se tem a realização de políticas de desenvolvimento regional pautadas na seletividade espacial e, portanto, na corporativização do território.

O terceiro capítulo, na sequência, traz reflexões sobre o espaço como condição de cidadania, retomando o próprio debate da cidadania e dos direitos sociais para, desse modo, revelar que é no território que ela se revela tal como é: incompleta. Ademais, apresenta possibilidades quanto ao vislumbre de um outro ordenamento territorial, desta feita, mais cidadão, humano e verdadeiramente comprometido com os lugares, especialmente a partir da Amazônia, momento em que se destaca a importância de se pensar as cidades de responsabilidade territorial e outros tipos de centralidades urbanas, mas também algumas políticas públicas pensadas em sintonia com as particularidades e necessidades sociais dos povos da floresta, elementos caros à “geografização da cidadania”, à florestania e à construção do ordenamento cívico-territorial.

No quarto capítulo são problematizadas determinadas formas materiais de ambos os tipos de ordenamento territorial discutidos nos tópicos anteriores. Para tanto, e pensando as dinâmicas espaciais da Amazônia, são utilizados os exemplos dos “grandes objetos” técnicos enquanto expressões do ordenamento econômico-corporativo do território; objetos esses fortemente dinamizados por solidariedades orgânicas e por verticalidades espaciais nas regiões. Na perspectiva do ordenamento cívico-territorial, busca-se destacar a proposição dos “objetos de grandeza cidadã”, de modo a realizar uma discussão com vistas à sua conceituação e à sua importância no espaço regional amazônico, a partir das solidariedades orgânicas e das horizontalidades geográficas.

Já o quinto capítulo, por seu turno, realiza um debate sobre a expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil e, particularmente, na Amazônia, jogando luzes sobre as novas centralidades socioterritoriais como um resultado desses processos no território brasileiro. Dessa forma, apresenta um breve panorama ligado à consolidação e à expansão do ensino superior brasileiro ao longo do século XX

para, em seguida, enfocar a expansão desse nível de formação a partir dos anos 2000 no país, propiciada pelas importantes políticas de expansão e interiorização do ensino superior nesse período. Finaliza conferindo destaque à Amazônia, de modo a perceber como essa expansão recente do ensino superior se manifesta nessa porção do Brasil.

Por fim, o sexto capítulo, na perspectiva da relação território e cidadania, analisa a interiorização do ensino superior público no espaço paraense e sua contribuição para a construção de um outro ordenamento territorial. Assim, realiza um breve resgate sobre a criação da UFPA, da UFOPA e da UNIFESSPA, bem como da participação delas na interiorização do ensino superior público no espaço paraense, destacando-se os cursos de formação superior cujas particularidades tendem a reforçar, não sem tensões, os laços de solidariedade orgânica e regional. Nesse particular, busca-se entender o papel dessas instituições na construção de um ordenamento cívico do território na Amazônia, analisando a condição desses fixos sociais como “objetos de grandeza cidadã”.



## 2 AMAZÔNIA E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO

*O Brasil quer a Amazônia. Mas a Amazônia quer o Brasil? Que Amazônia o Brasil quer? Qual Brasil a Amazônia recusa?*  
(Lúcio Flávio Pinto)

A integração da Amazônia à economia-mundo não é recente. Remonta ao período da sua colonização pelos portugueses no século XVII e, nesse movimento, às primeiras atividades exploratórias dos produtos originários da floresta, as “drogas do sertão” (cacau, salsaparrilha, pimenta do reino etc.) (Castro; Campos, 2015). Daí em diante, o extrativismo das riquezas amazônicas demarcou verdadeiros surtos devassadores, bem como, formas e processos de ocupação, colonização e delineamento deste espaço regional (Becker, 2007), com destaque para o significativo *boom* econômico da borracha, na transição do século XIX para o XX, e sua correlata comercialização no mercado internacional (Tocantins, 1982; Weinstein, 1993); economia essa que, segundo Machado (1999), foi responsável por conferir o impulso inicial da urbanização da Amazônia, a chamada “proto-urbanização”.

Porém, com o declínio da produção gomífera na primeira metade do século passado, após o fim da Segunda Guerra Mundial, e o decorrente arrefecimento da economia regional (Weinstein, 1993; Porto-Gonçalves, 2001), acompanha-se o início de uma fase de forte atuação do Estado em nível federal na Amazônia (Becker, 1994, 2007; Castro, 2004, 2008). Isso porque, dado o quadro de relativo isolamento entre suas economias regionais, o Estado brasileiro adotou mecanismos e estratégias de planejamento que objetivaram integrar regiões como a Amazônia ao mercado e ao território nacionais, de modo a desenvolvê-la economicamente (Monteiro; Coelho, 2004; Tavares, 2011; Silva; Ravena, 2015; Trindade Júnior; Madeira, 2016) e romper com a lógica do “Brasil arquipélago” (Santos, 2013b; Santos; Silveira, 2012).

É nesse contexto que, a partir da segunda metade do século XX, a Amazônia assiste a uma transformação acelerada de sua configuração territorial<sup>14</sup> (Santos, 2014b), observando-se a criação de órgãos de planejamento, a abertura de

---

<sup>14</sup>Formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, os quais, na fase atual, decorrem, por exemplo, de um significativo desenvolvimento dos sistemas de transporte, telecomunicações e produção de energia, Santos (2014b) pontua que a configuração territorial permite que se criem as condições de trabalho próprias de cada época.

importantes rodovias federais, o incentivo a processos migratórios e ao estabelecimento de políticas de colonização, a formação e a reconfiguração de cidades, assim como a atração de agentes econômicos e grandes empresas cujas atividades em muito aprofundaram a exploração/saque dos recursos naturais (Hébette; Acevedo Marin, 1979; Becker, 1994; Castro, 2008; Silva; Ravena, 2015); fato que definiu, na produção recente deste espaço regional, um ordenamento mais afeito às demandas econômico-corporativas.

Dessa maneira, este capítulo objetiva discutir o processo de produção do espaço amazônico a partir da segunda metade do século XX e pontuar a configuração de um uso corporativo do território nessa região. Quanto ao aporte procedimental, são mobilizadas as técnicas de levantamento e revisão bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo. Assim, dividido em dois subcapítulos, problematiza-se a produção recente do espaço regional amazônico em um primeiro momento para, em seguida, tratarmos do uso corporativo do território e sua correspondente seletividade espacial na Amazônia.

## **2.1 A produção recente do espaço regional**

No fim dos anos 1940 e durante toda a década de 1950, em um contexto de nacional-desenvolvimentismo<sup>15</sup>, o governo federal brasileiro trabalhou na criação de planos e programas de estímulo e recuperação de regiões menos desenvolvidas do país. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia é um exemplo (Renha, 2019). Assim, diante da à época recente crise da borracha e da própria condição econômica da Amazônia em âmbito nacional, estabeleceu-se a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) mediante a aprovação da Lei n. 1.806/1953 (Brasil, 1953). O objetivo da SPVEA, portanto, consistia em promover o desenvolvimento econômico na Amazônia para, então, recuperá-la regionalmente em face dos demais subespaços brasileiros.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup>Em linhas gerais, o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo é entendido por alguns autores (Bresser-Pereira, 2016; Cêpeda, 2012; Sampaio Júnior, 2012) a partir da forte atuação do Estado em sua preocupação de integrar industrialização e desenvolvimento na potencialização da economia nacional.

<sup>16</sup>Em tese, o objetivo da SPVEA seria viabilizado em sintonia com o artigo 199 da Constituição brasileira de 1946 que previa, em um período de 20 anos, a destinação de 3% da receita da União, bem como dos estados e municípios da região por intermédio do governo federal, para a “execução do plano de valorização econômica da Amazônia” (Brasil, 1946, art. 199).

Após a determinação de um novo recorte para o espaço amazônico brasileiro – a Amazônia Legal<sup>17</sup> – e a avaliação dos problemas e necessidades da região, os planejadores da SPVEA formularam estratégias de atuação no Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959). Nesse momento, dividiram a Amazônia em 28 áreas<sup>18</sup> tidas como imediatamente recuperáveis e conceberam “projetos de aplicações práticas”<sup>19</sup> (Renha, 2019, p. 90) para viabilizar as tarefas planejadas. Vergolino e Gomes (2004) destacam algumas realizações decorrentes da ação regional da SPVEA em certos campos, como, por exemplo, na agricultura, na indústria, na pesquisa geológica, na infraestrutura econômica, no transporte fluvial e na educação superior.

Em relação a esse último campo, dado um certo interesse em institucionalizar e consolidar a formação em nível superior na Amazônia (Moreira, 1989; Nunes, 2012), tendo em vista a difundida necessidade por mão de obra qualificada no território brasileiro (Santos; Silveira, 2000), destaca-se a contribuição da SPVEA no apoio à criação da Universidade Federal do Pará (UFPA), ocorrida em 1957 (Brasil, 1957; Nunes, 2012), e ao pleno funcionamento da Escola de Agronomia da Amazônia (Vergolino; Gomes, 2004); essa última posteriormente transformada em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), no ano de 1971, e, em 2002, institucionalizada como Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) (UFRA, 2021a).

Porém, em meio a contratempos políticos e administrativos, as ações previstas no Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA não foram votadas no Congresso Nacional e, por isso, não puderam ser implementadas a contento (Vergolino;

<sup>17</sup>[...] Art. 2º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé [atual estado de Rondônia] e Rio Branco [atual estado de Roraima] e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º [...] (Brasil, 1953, cap. I, art. 2º).

<sup>18</sup>1) Belém-Bragança, 2) Manaus, 3) São Luiz, 4) Cuiabá, 5) Macapá, 6) Rio Branco (Acre), 7) Porto Velho, 8) Boa Vista (Rio Branco), 9) Santarém, 10) Marajó, 11) Altamira, 12) Tucuruí - Jatobal, 13) Itaituba, 14) Benjamin Constant, 15) Eirunepê, 16) Boca do Acre, 17) Campos de Puciri, 18) Parintins, 19) Tefé, 20) Uapês - Cucuí, 21) Vila Bittencourt (Rio Japurá), 22) Guajará-Mirim, 23) Cruzeiro do Sul, 24) Paranã (Alto Tocantins), 25) Bacia Rios Mearim e Pindaré, 26) Oiapoque, 27) Poxoréu, 28) Tocantinópolis” (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, 1954, p. 5 *apud* Renha, 2019, p. 90)

<sup>19</sup>Sinteticamente, os objetivos desses projetos consistiam em “[...] investir de forma intensa no desenvolvimento da agricultura, acompanhada de uma política de colonização; [...] incentivar a produção de carne bovina; implantar um sistema eficiente de transporte fluvial e construir rodovias; executar um amplo programa de saúde; incentivar o comércio das matérias-primas locais; e ampliar a distribuição de recursos financeiros a quem quisesse investir na região” (Renha, 2019, p. 90-91).

Gomes, 2004; Renha, 2019). Como efeito, essa superintendência assistiu ao seu enfraquecimento e foi extinta em 1966 (Monteiro; Coelho, 2004), estabelecendo-se, doravante, um novo momento para o ordenamento territorial da Amazônia com a forte e contundente presença do Estado brasileiro na região (Trindade Júnior; Madeira, 2016; Silva; Ravena, 2015).

Isso porque, alguns autores (p. ex.: Becker, 1994, 2007; Castro, 2004, 2008; Castro; Campos, 2015; Kohlhepp, 2002; Leitão, 2009; Monteiro; Coelho, 2004; Silva; Ravena, 2015; Tavares, 2011; Trindade Júnior, 2010a, 2015a) assinalam que a década de 1960 marca a efetivação do planejamento governamental no espaço amazônico; planejamento esse que fora instaurado nos anos 1950, com a própria criação da SPVEA, mas também por meio do “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a abertura de rodovias federais como a Belém-Brasília e a Brasília-Acre/Cuiabá-Porto-Velho (Hébette; Acevedo Marin, 1979), verdadeiras “pinças rodoviárias” (Becker, 1994) responsáveis por conferir grandes mudanças à face demográfica e ao perfil regional da Amazônia<sup>20</sup> (Vergolino; Gomes, 2004).

Com o início do governo civil-militar no Brasil, em 1964, destaca-se a realização de um projeto de modernização institucional, econômica e territorial do país. Assumindo um papel central na Amazônia, o Estado federal define uma série de estratégias de intervenção nessa região, como, por exemplo, o anúncio da chamada “Operação Amazônia” no ano de 1966 (Silva; Ravena, 2015). Do conjunto de medidas instaurado em seu contexto, ressalta-se a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA); a já mencionada extinção da SPVEA e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a ampliação da política de incentivos fiscais para a região; e, por fim, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que regulamenta a atuação da Zona Franca de Manaus (ZFM), criada em 1957 (Vergolino; Gomes, 2004; Becker, 2007).

---

<sup>20</sup>Becker (2007) nos informa que, a partir da abertura dessas rodovias, a migração que já se efetuava em direção à Amazônia fora acentuada, de modo que, entre 1950 e 1960, a população regional cresceu cerca de cinco vezes, aumentando ainda mais com as ações posteriores promovidas pela ação do Estado na região. Aragón (2013) acrescenta que, nesse período, os fluxos migratórios direcionados para a Amazônia foram determinantes para o crescimento populacional e, sobretudo, para a urbanização regional do espaço amazônico; urbanização essa tida por Becker (1994) e Castro (2008) como um elemento central da estratégia do Estado com vistas à ocupação dessa parte do território brasileiro.

Ademais, como parte da estratégia de “integrar para não entregar”, cabe destacar a criação do Projeto Rondon, uma ação concebida pelo governo federal nos anos 1960 como parte das iniciativas voltadas à ocupação da Amazônia por meio de programas de extensão universitária vinculados a universidades de fora da região (Mendes, 1988); instituições essas cujas materializações no espaço amazônico se davam mediante a implantação de “*campi* avançados” em diferentes porções deste subespaço nacional (Brasil, 1980), com destaque para a promoção de atividades de natureza assistencial, de promoção cultural e de investigação científica. Assim, em face da complexificação da realidade amazônica, dada a “descoberta” de suas potencialidades naturais e minerais, sobretudo, Mendes (1988) chama a atenção para o interesse que fora despertado em estabelecer um conhecimento cada vez mais exigente sobre os elementos que configuram essa região.

Todo esse aparato decorrente da “Operação Amazônia” viabilizou a inserção definitiva desse espaço regional no processo de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro (Vergolino; Gomes, 2004), bem como, a configuração de um embrionário e pontual meio técnico-científico (Santos; Silveira, 2012) nessa porção do território nacional; expressão espacial essa que, sendo “o terreno [propício] para a manifestação do capitalismo maduro” (Santos, 2013b, p. 43), materializou-se paulatinamente por meio da implantação seletiva de sistemas de engenharia (Santos, 2014b) funcionais às demandas de capitais corporativos (Santos, 1995), os quais, por sua vez, avançaram mais agressivamente por sobre a região a partir de meados do século XX (Castro, 2004, 2008).

Nesse particular, autoras como Castro (2004, 2008) e Becker (1994) nos informam que a urbanização foi realizada pelo Estado como uma forte estratégia de ocupação regional, estabelecendo uma nova composição orgânica (Marx, 2013) do espaço (Santos, 1992, 2013b)<sup>21</sup> amazônico por meio da renovação de sua materialidade (Santos; Silveira, 2012); materialidade essa que, então, passaria a

---

<sup>21</sup>Ao investigar a produção capitalista e considerar a questão da produtividade entre fábricas, Marx (2013) menciona o conceito de composição orgânica do capital e o define como um resultado da proporção entre capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho). Pensando o avanço do capitalismo por sobre os territórios, Santos (1992, 2013a) problematiza o acréscimo paulatino de capital constante (sobretudo na forma de objetos técnicos) ao espaço, para viabilizar os interesses capitalistas, e nos fala de uma composição orgânica do território, responsável, inclusive, pelo estabelecimento da diferenciação regional.

conviver e, mesmo, a se sobrepor às “rugosidades” espaciais<sup>22</sup> (Santos, 2008) da região. Desse modo, juntamente com essa tecnosfera<sup>23</sup>, criam-se elementos produtores de uma psicosfera estranha aos atributos espaciais e socioculturais da Amazônia e peculiar a esse meio técnico-científico (Santos, 2013b) que começara a ser delineado nesta região.

Assim, dada a sua abertura para o “novo”<sup>24</sup>, a Amazônia se torna uma fronteira econômica de expansão do capital e de controle político do Estado (Becker, 1994; Castro; Campos, 2015; Silva; Ravena, 2015) no processo de estruturação e modernização do território brasileiro (Santos, 1979, 2013b), que, pouco a pouco, rompe com a lógica dos “arquipélagos” (Santos; Silveira, 2012). Nesse movimento, com a chegada de variados agentes, instituições e recursos, a região apresenta-se ao conjunto nacional como um espaço marcado por conflitos e (des)encontros de lógicas diversas (Castro, 2004, 2008; Martins, 1996; Trindade Júnior, 2015a), o que, segundo Schmink e Wood (2012), marcou de forma indelével e multidimensional a história da Amazônia.

Fala-se isso porque a arrogância do “novo” no encontro entre o tradicional e o pretense moderno é algo que, em larga medida, definiu o ordenamento territorial dessa região na segunda metade do século XX. Destarte, vista como “válvula de escape” (Becker, 1994) ou “escape espacial” (Kohlhepp, 2002) para os conflitos sociais decorrentes de outras regiões do país (seca, indisponibilidade de terras, expulsão de camponeses pela modernização da agricultura etc.), a Amazônia foi objeto de várias políticas de desenvolvimento concebidas por tecnocratas alheios à sua complexidade (Ab’Saber, 1989, 1994, 1996; Monteiro; Coelho, 2004; Castro; Campos, 2015) e movidos pela equivocada e colonial ideia de “vazio demográfico” (Hébette, 1991), deixando profundas “cicatrizes” em seu território (Schmink; Wood, 2012).

---

<sup>22</sup>Santos (2008) chama de “rugosidades” aquelas formas espaciais herdadas do passado que, no presente, desempenham ou não a mesma função de origem.

<sup>23</sup>Relacionada ao reino dos objetos técnicos que configuram materialmente o espaço, a tecnosfera tem como par dialético a psicosfera, sendo essa última constituída por hábitos, comportamentos, valores e desejos. Ambas se apresentam como os pilares da difusão do meio técnico-científico-informacional no território (Santos, 2013a).

<sup>24</sup>Uma autora como Machado (1990) define o “novo” como um elemento pautado no uso de modernos recursos técnicos, pela articulação do capital privado de origem nacional e internacional e pela incorporação do processo de colonização regional a um projeto mais amplo de modernização econômica e institucional do território brasileiro.

Além da abertura da Belém-Brasília e da Brasília-Acre/Cuiabá-Porto Velho, que, sem dúvida, simbolizaram um trágico e irreversível porvir à Amazônia (Hébette; Acevedo Marin, 1979; Castro, 2004) em sua integração ao território brasileiro (Santos; Silveira, 2012), a instauração da “malha programada” de duplo controle, técnico e político (Becker, 1994), define uma profunda reestruturação do espaço amazônico (Monteiro; Coelho, 2004). Com ela, ademais, promove-se: a) a instalação de grandes redes de integração espacial (rodoviária, telecomunicações, urbana, hidrelétrica e ferroviária); b) a superposição de territórios federais sobre os estaduais, conferindo ao poder central a jurisdição absoluta; c) a concessão de subsídios ao fluxo de capital para a apropriação privada da terra; e d) a oferta de incentivos à migração à luz de dois objetivos: ocupar a região e formar um mercado regional de mão de obra (Becker, 1994).

É também Becker (1997) quem nos informa que a maneira violenta de implantação dessa malha e a atribuição de privilégios aos grupos econômicos acabaram resultando em conflitos ambientais e sociais generalizados na Amazônia; conflitos que foram intensificados por conta da crise financeira e política do Estado motivada pelo seu excesso – e consequente descontrole – em suas funções regulatórias e empresariais. Nesse sentido, a autora ainda alude que o próprio grau de urbanização do espaço amazônico também foi um dos elementos que definiram a estruturação da fronteira econômica na região, tendo em vista que, entre 1960 e 1980, suas taxas de crescimento foram superiores ao que foi verificado em nível nacional (Becker, 1994; Ribeiro, 1995; Castro, 2008; Trindade Júnior, 2016a).

Ora, enquanto uma estratégia de ocupação regional (Castro, 2004, 2008; Becker, 1994), como dito anteriormente, o processo de urbanização empreendido em determinadas porções da Amazônia antecipa o efetivo estabelecimento das frentes produtivas agrícolas e industriais que nela chegam a partir dos anos 1970 (Hébette; Acevedo Marin, 1979; Ribeiro, 1995); processo esse ao qual a mobilidade do trabalho, mediante fluxos migratórios espontâneos ou não, esteve intimamente associada (Becker, 1997; Machado, 1999). É dessa maneira, portanto, que a fronteira já nasce urbana no espaço amazônico e possui um ritmo mais acelerado em relação ao dos demais subespaços nacionais:

[a urbanização na fronteira] é uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional: sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e

novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior (Becker, 1994, p. 52).

Assim sendo, dada em um contexto urbano, uma vez que os fluxos que se dirigiam à região não possuíam um destino predominantemente rural, a expansão da fronteira econômica na Amazônia resultou em uma complexa e dinâmica organização espacial (Trindade Júnior, 2013b, 2015b). Desse modo, sublinhando a relevância do processo de urbanização como instrumento de ocupação, Becker (1994) assevera que os núcleos urbanos (novos e antigos) desempenharam papéis essenciais nesse movimento de configuração da fronteira no espaço amazônico, quais sejam: a) atração de migrantes; b) organização do mercado de trabalho; e c) controle social.

Sobre essa dinâmica, a estudiosa citada (Becker, 1994) elucida que os núcleos urbanos atuam como poderosos fatores de atração de migrantes (destacando-se os fluxos embalados por ocasião da Zona Franca de Manaus, do “urbanismo rural” do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e dos núcleos planejados para servir de base logística aos grandes projetos na região), contribuindo para a organização do mercado de trabalho enquanto pontos de concentração e redistribuição de mão de obra. Além disso, por sustentarem a ideia da fronteira como um espaço onde há facilidade em adquirir lotes urbanos, relativizando a tensão decorrente dos movimentos de maior ou menor apropriação da terra pelo capital, os núcleos urbanos também figuram, segundo a autora, como *locus* da ação político-ideológica do Estado voltada ao controle social.

Por conseguinte, a Amazônia assiste à transformação de sua configuração territorial – com a difusão seletiva do meio técnico-científico (Santos; Silveira, 2012; Santos, 2013b) –, bem como à afirmação de um novo padrão socioespacial por ocasião do renovado sistema de objetos e ações (Santos, 2012a) implantado em seu espaço: a circulação regional que, antes, dava-se em grande medida pelos rios (Corrêa, 1987; Machado, 1999) e, em algumas porções da região, através de ferrovias (Miranda, 2009, 2024; Trindade Júnior, 2015a), agora, também passa a ser



fortemente realizada por meio de rodovias<sup>25</sup>, destacando-se, por exemplo, mas não somente, a abertura da Transamazônica (BR-230) e da Cuiabá-Santarém (BR-163). O rodoviarismo é definido, assim, como o principal vetor da organização socioespacial da Amazônia a partir de 1960.

Enquanto novos eixos de circulação, esses objetos espaciais contribuíram para a própria mudança de situação dos núcleos urbanos, deslocando-os cada vez mais para as áreas de terra firme e, até mesmo, revivendo cidades que comandavam a economia e a circulação dos grandes vales amazônicos (Becker, 1994; Castro, 2008). Nesse processo, enquanto uma fronteira de acumulação do capital pós-1960, o espaço amazônico vai sendo configurado, cada vez mais, como uma acumulação desigual de diferentes temporalidades (Santos, 2008, 2012b) que se (des)encontram, ora convivendo, ora entrando em conflito.

Becker (1994) também nos informa sobre a gênese de outros núcleos urbanos, espontâneos e planejados, que emergem com a estruturação da fronteira urbana na Amazônia entre 1970 e 1980, destacando-se cinco movimentos importantes: a) a concentração populacional urbana nas capitais estaduais; b) o revigoreamento e/ou consolidação de centros urbanos de importância regional; c) a reprodução de povoados e vilas dispersos no território; d) a retração de centros tradicionais diretamente ligados à circulação fluvial; e e) a implantação de franjas urbanas avançadas, isto é, cidades planejadas para atender às empresas que se instalavam na região. Consoante a autora, nota-se, portanto, a complexidade e a diversidade do processo de urbanização da Amazônia.

---

<sup>25</sup>Na Amazônia, segundo Porto-Gonçalves (2001, p. 79, grifos do autor), é possível a identificação de dois principais padrões de organização espacial que são mutuamente contraditórios e que se relacionam às diferentes paisagens coetâneas da região, o “rio-várzea-floresta” e o “estrada-terra firme-subsolo”. O reconhecimento de tais padrões, dessa forma, ajuda no estabelecimento de uma compreensão didática da organização espacial da Amazônia antes e depois de 1960, ainda que não dê conta, de fato, da complexidade da organização espacial regional, senão, o que falar das contribuições de Miranda (2009, 2024) e Trindade Júnior (2015a), que, ao reafirmarem a existência daqueles padrões identificados por Porto-Gonçalves (2001), também dão conta da identificação de um padrão associado às ferrovias; fixos esses responsáveis pelo processo de ocupação e urbanização de diferentes porções dessa região, como a Amazônia oriental (vide o caso da Região Bragantina, pela Estrada de Ferro Belém-Bragança) e a Amazônia meridional (com destaque para a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, importante na gênese de muitos núcleos urbanos rondonienses, por exemplo) (Miranda, 2024). Nesse sentido, ressalta-se que um padrão não exclui o outro, ainda que o estabelecimento das rodovias, por exemplo, tenha relativizado a importância dos padrões de organização espacial delineados a partir dos rios e das ferrovias na Amazônia. Isso, por sua vez, bem revela a complexidade inerente à produção e à organização do espaço amazônico.

Nessa perspectiva, inspirado em Becker (1994, 2007), um autor como Trindade Júnior (2010b, 2013b) acrescenta que a fronteira urbana na região amazônica representa não apenas um espaço de crescimento populacional e de notável expansão das dimensões físicas das cidades, mas também de difusão de valores da vida moderna e de formas (novas e renovadas) de reprodução do capital e controle social. Com essa assertiva, por sua vez, o autor reafirma a existência de outras dimensões daquele processo para além da urbanização da população, como a urbanização da sociedade e a urbanização do território.

Nesse sentido, Trindade Júnior (2010b) observa que não se trata tão somente de uma urbanização da população o que ocorreu na Amazônia da segunda metade do século XX. Essa diz respeito aos parâmetros quantitativos que, a exemplo do que faz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), refletem a maior quantidade de pessoas residindo em sedes municipais e vilas distritais. Dessa maneira, apresentando potencial explicativo apenas parcial (Becker, 1994), a noção de urbanização da população (bem como o caráter homogêneo que a subjaz) não dá conta de revelar a característica urbana dos espaços amazônicos, uma vez que ela não representa a complexidade dos processos socioespaciais que conferem dinamismo às cidades, sobretudo no período atual.

Uma outra expressão do fenômeno em tela é que, de certo modo, vai de encontro a qualquer esforço de homogeneização é aquela relacionada à tese da sociedade urbana (Lefèbvre, 2019): a urbanização da sociedade. Pautado na tendência à virtual urbanização completa, esse processo diz respeito à difusão de valores próprios do modo de vida urbano nas práticas cotidianas de uma sociedade, e isso para além da cidade enquanto forma espacial; daí o porquê de Trindade Júnior (2010b, 2015b) corroborar as reflexões de Oliveira (2000), para quem o processo de urbanização, no caso amazônico, não necessariamente se define pela presença da cidade na paisagem regional (urbanização do território), mas, sobretudo, pela propagação de estilos e comportamentos ditos modernos (urbanização da sociedade) e que expressam aquele modo de vida.

Além do mais, decorrente da análise de Santos (2013b) sobre o território nacional, a ideia de urbanização do território expressa outra dimensão do processo e diz respeito ao movimento no qual as variáveis e os nexos modernos do período atual tendem a se capilarizar cada vez mais pela totalidade de uma determinada realidade socioespacial. Nesse contexto, diante da ampla difusão do fenômeno

urbano no território brasileiro no fim do século XX, possibilitada pelo Estado desenvolvimentista, o autor identifica algumas expressões desse processo de urbanização, advertindo-nos que um número cada vez maior de cidades assiste a uma transformação em seu perfil para atender às demandas econômico-corporativas (Santos, 2013b) que se impunham em um espaço nacional colocado a serviço da economia internacional (Santos, 2012a; Santos; Silveira, 2012).

Ora, para a maior parte do território brasileiro, a urbanização do território parece ser algo inconteste, porém, ao considerar a Amazônia, Trindade Júnior (2010a, 2010b, 2015b) sustenta que essa modernização do território não se realizou de forma homogênea nesse subespaço nacional e, por isso, foi assimilada com diferenciações e particularidades, resultando em um interessante quadro de diversidade territorial e urbana na região. Daí, por exemplo, o fato de o estudioso citado teorizar sobre a conformação de uma verdadeira *urbanodiversidade regional* decorrente de todo esse processo de produção do espaço amazônico, identificando a manifestação de formas e conteúdos que configuram uma Amazônia urbana plural e diversa.

Nesse esforço intelectual, por sua vez, o autor nos ajuda a compreender o processo de urbanização da Amazônia e a consequente produção de diferenciadas e particulares formas-conteúdo na região; empreendimento esse que nos evidencia a coexistência de diversos tempos e espaços nessa porção do território brasileiro que tem o rio e a floresta como elementos de forte presença na paisagem e na vida regionais, a demonstrar as distintas expressões da relação cidade-região na Amazônia (Trindade Júnior, 2002, 2013a). Dessa maneira, alguns delineamentos se fazem necessários.

Em seus estudos da primeira década dos anos 2000, por exemplo, Trindade Júnior (2002) traçou uma investigação sobre a produção social do espaço urbano na Amazônia e buscou compreender a relação cidade e região, principalmente no que concerne à interação cidade-rio. Desse modo, a partir dos objetos e das ações que dialeticamente definiam a configuração territorial das chamadas orlas fluviais

urbanas<sup>26</sup>, o autor identificou a presença de pelo menos três perfis de cidades beira-rio no espaço regional amazônico, a partir do estado do Pará.

O primeiro perfil de cidade distinguido por Trindade Júnior (2002) diz respeito àquelas que guardam fortes relações e raízes para com as identidades tradicionalmente reconhecidas como regionais. Nas paisagens urbanas de suas orlas fluviais, que normalmente refletem espacialidades e temporalidades mais lentas (Santos, 2013a), adquirem destaque as estratégias de sobrevivência econômica de pessoas citadinas que diariamente estabelecem relações com o rio. O autor também ressalta os habitantes de núcleos populacionais do entorno que, por meio de portos e trapiches, a ela se integram em razão de demandas econômicas e/ou culturais, as sociabilidades e vivências cotidianas que demarcam lógicas que não a da mercadoria, bem como as atividades lúdicas que revelam outras faces da interação cidade-rio na Amazônia (Trindade Júnior, 2002).

Os elementos acima arrolados sem dúvida caracterizam o que é a cidade ribeirinha na região (Trindade Júnior, 2002), algo posteriormente aprofundado em Trindade Júnior e Tavares (2008) sobre esses núcleos urbanos. A negação desses atributos, práticas e valores, por outro lado, em muito se associa ao segundo perfil sobre o qual aquele autor nos informa: o das cidades cujas identidades mostram-se mais fluidas e, por isso, no âmbito das atividades turísticas, por exemplo, pouco potencializam aquelas imagens e representações ribeirinhas no urbano. Marcadas por objetos e ações (calçadões padronizados, novas vias de circulação, dimensão cidade-rio meramente contemplativa e voltada ao lazer da vida urbana) tidos como mais interessantes do ponto de vista do mercado, as orlas desses espaços apresentam expressões mais frágeis de interação com o rio.

A paisagem urbana, nesses casos, típica de uma cidade que tende a voltar-se mais para si, apresenta a convivência entre novas formas de uso do rio (ligadas a relações funcionais e simbólicas) e permanências da cidade ribeirinha que, em fragmentos, aparecem como resistência (Trindade Júnior, 2002). No limite dessa negação, o autor nos apresenta o terceiro perfil por ele tratado: aquele dos espaços urbanos cujos vínculos orgânicos com a região tendem a ser sobrepostos por padrões e modos de vida standardizados. Nessas cidades e, particularmente em

---

<sup>26</sup>Denominação atribuída, para efeitos da análise desenvolvida por Trindade Júnior (2002), à faixa de contato entre a cidade e o elemento hídrico, tida como representativa nessas investigações realizadas pelo autor.

suas orlas urbanas, como aponta Trindade Júnior (2002), as relações estabelecidas para com a natureza adquirem um caráter residual e tendem a conferir um esvaziamento da interação cidade-rio nos termos daquele primeiro perfil de cidade.

Esse processo, na interpretação do autor (Trindade Júnior, 2002), justifica-se em razão do avanço de processos econômicos e de políticas homogeneizantes que almejam inserir esses espaços em formas mais gerais de reprodução das relações de produção, atribuindo-lhes novos conteúdos sociais que, em sua realização, pouco tem a ver com a cultura e a história locais. Nesse contexto, assiste-se a um movimento de negação da interação cidade-rio e/ou mesmo de descaracterização de sua multidimensionalidade na Amazônia, resultando em prejuízos àqueles que têm o rio como espaço de sobrevivência, de ludicidade e de representações simbólico-culturais.

Avançando na compreensão da relação cidade-região na Amazônia, Trindade Júnior (2013a) associa a floresta à particularidade regional e, dessa vez, reflete sobre a flagrante importância desse elemento na paisagem e no espaço amazônicos. Nesse momento, sua preocupação é a de ultrapassar leituras dicotômicas e mecânicas que, respectivamente, associam cidade e campo (forma) a urbano e rural (conteúdo) (Trindade Júnior, 2021a). Assim, busca entender a floresta em relação à diversidade urbana e à forma de inserção das cidades da região em seus respectivos entornos espaciais (Trindade Júnior, 2010b), sendo o referido elemento, em suas múltiplas dimensões (ecológica, econômica, lúdica, funcional e simbólico-cultural), algo marcante ou não nesse liame que é estabelecido (Trindade Júnior, 2013a).

Ressalta-se, portanto, que a ideia de floresta é tida por Trindade Júnior (2021a) não simplesmente como um bioma ou espaço natural, mas como uma metáfora para pensar a Amazônia nas condições de região (Trindade Júnior, 2006a, 2013a) e de espaço socialmente produzido (Lefèbvre, 2013); fato esse que nos leva a tratá-la como um elemento que configura a particularidade amazônica sem, contudo, nos autorizar a concebê-la de forma dissociada das relações sociais nas quais ela se insere e que nela se projetam (segundo aspectos mais ou menos visíveis) na paisagem (Trindade Júnior, 2021a), a revelar os termos de uma socationatureza na região (Swyngedouw, 2001; Trindade Júnior, 2023). É dessa maneira que o mesmo autor chama a atenção para o avanço da urbanização da

sociedade (Lefèbvre, 2019) no interior da floresta, complexificando a sua própria condição espacial na atualidade.

Fundamentado nessas ideias, Trindade Júnior (2010a, 2010b, 2013a, 2015b, 2021a) problematiza a estrutura urbana e regional do espaço amazônico, especialmente a partir do processo de integração regional recente, pós-1960, e propõe dois “tipos-ideais”<sup>27</sup> que, de certa forma, ajudam na compreensão da diversidade que tem caracterizado a Amazônia urbana a partir do seu recente processo de produção do espaço: as ideias de cidades *da* floresta e de cidades *na* floresta. Enquanto abstrações, Trindade Júnior (2021a) esclarece se tratar de dois extremos de vida urbana na região e que não devem ser encarados como excludentes entre si, mas como realidades que convivem e coexistem no espaço regional.

Mais comuns no ordenamento territorial da Amazônia até a década de 1960, as cidades *da* floresta apresentam características de pequenas cidades (Trindade Júnior, 2010a, 2013a) e normalmente não estão inseridas nos grandes circuitos globais de produção e de difusão de consumo, conquanto disponham da presença de novas formas de comunicação e, em alguns casos, de circulação (Trindade Júnior, 2015b, 2021a). Apresentando forte enraizamento com a vida da floresta, bem como com as formas alternativas de reprodução cultural, econômica e social que dela decorrem, são espaços que estabelecem estritas e intensas relações (notadamente pelo rio) com os entornos sub-regionais imediatos dos quais fazem parte (Trindade Júnior, 2021a), configurando verdadeiras horizontalidades e solidariedades orgânicas, nos termos de Santos (2012a).

Nesse sentido, por meio de seus equipamentos ditos urbanos e, conseqüentemente, de suas centralidades<sup>28</sup> locais, Trindade Júnior (2021a) nos

---

<sup>27</sup>Trata-se de um instrumento de análise sociológica empírica da sociedade discutido por Weber (2004) que viabiliza a realização de interpretações acerca das ações sociais em determinadas circunstâncias. Todavia, por meio do tipo-ideal, não se deve ter a pretensão de submeter a sociedade a tipificações previamente definidas e imutáveis, tendo em vista a sua importância como recurso metodológico de aproximação da realidade e de explicação causal dos fatos históricos.

<sup>28</sup>A noção de centralidade não deve, em hipótese alguma, ser confundida com a ideia de centro. Isso porque, segundo Sposito (2001), o centro se revela por tudo aquilo que fixamente se localiza no território possuindo uma dimensão mais espacial, enquanto a centralidade tem como pressuposto basilar o movimento e, com efeito, o que se movimenta no território, destacando-se a dimensão temporal da realidade. Nesse sentido, a autora acrescenta que “[a] relação entre centro e centralidade é inexorável, como a distinção entre esses conceitos faz-se necessária. Ambos se definem através de dinâmicas propulsionadas por determinantes objetivas, como as possibilidades de mercado dadas por uma localização qualquer, mas, por outro lado, resultam também de

informa que as cidades *da* floresta se colocam como espaços de apoio às realidades e atividades rurais que lhes estão próximas e/ou que dependem de sua estrutura na região. Essa forma de interação orgânica, para o autor, é o que define a importância do rio e da floresta e reafirma a multidimensionalidade desses elementos na vida regional; fato esse que “não nos permite falar, portanto, de ruptura dessas cidades com a floresta, ainda que sejam criações humanas como qualquer outra cidade, onde se faz presente a artificialidade das formas construídas e mesmo de suas relações sociais” (Trindade Júnior, 2021a, p. 315-316).

Ainda que as cidades *da* floresta não tenham desaparecido, colocando-se, inclusive, como marcas fortes em algumas sub-regiões da Amazônia contemporânea (Trindade Júnior, 2010b), a exemplo das cidades ribeirinhas (Trindade Júnior, 2002; Trindade Júnior; Tavares, 2008), elas têm perdido relativa importância em face da afirmação das cidades *na* floresta (Trindade Júnior, 2010b, 2013a) no cenário regional. Mais recentes no ordenamento territorial amazônico, essas formações urbanas, por sua vez, articulam-se principalmente às demandas externas ao espaço regional e fazem da floresta um elemento de pouca integração aos valores da vida urbana que representa, sobretudo ao negar seus atributos ecológicos e valores culturais e metamorfoseá-la em um mero espaço de exploração econômica para o capital (Trindade Júnior, 2015b).

Criadas e/ou transformadas para abrigar empresas e a instalação de atividades econômicas modernas no conjunto regional, conforme já ressaltado, as cidades *na* floresta contribuem para o estabelecimento de uma configuração pontual do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2013a) no interior da floresta, definindo, assim, uma ruptura mais flagrante com o passado regional da Amazônia (Trindade Júnior, 2010a, 2021a). Trata-se de cidades que se apresentam como “econômicas” e “corporativas” (Santos, 2013b) e, por isso, articulam-se

---

determinantes subjetivas, definidas através dos conteúdos simbólicos produzidos historicamente ou de signos forjados pelas lógicas de mercado” (Sposito, 2001, p. 238). Na Amazônia, tem-se o reconhecimento de centralidades urbanas que em muito definem a produção desse espaço regional, contribuindo, inclusive, na interpretação do perfil e do papel de muitas de suas cidades. Trata-se das centralidades econômica (definida pelo potencial de articulação que determinada cidade exerce na rede urbana a partir, especialmente, da localização de atividades e agentes econômicos em seu território – agências bancárias, *shopping centers*, franquias, lojas de departamento, indústrias, empresas multinacionais etc.), política (caracterizada pela expressão que um núcleo urbano exerce em sua *hinterlândia* enquanto sede de instituições políticas e fórum de discussões políticas de interesse regional/sub-regional) e socioterritorial (produzida pelo papel que uma cidade desempenha no atendimento de demandas por equipamentos e serviços sociais – educação, saúde, cidadania etc. – em sua rede urbana) (Trindade Júnior, 2011a, 2016b, 2018).

principalmente aos interesses exógenos; daí o autor enfatizar que, mesmo quando pequenas, as cidades *na* floresta não são locais, dada a natureza das relações que estabelecem (Trindade Júnior, 2021a), muito mais pautadas em verticalidades e em solidariedades organizacionais (Santos, 2012a).

Diferentemente das cidades *da* floresta, que estabelecem notáveis interações com o entorno e potencializam a vida rural não moderna, podendo, inclusive, serem pensadas como “cidades das agrovivências” (Trindade Júnior, 2021a), as cidades *na* floresta servem de apoio a grandes projetos econômicos (Trindade Júnior; Rocha, 2002) e neodesenvolvimentistas e a frentes de expansão recentes (Trindade Júnior, 2015b), como a da soja, que, com o aval do Estado, instalam-se na região e estabelecem forte pressão sobre a floresta, seus recursos e suas populações (Trindade Júnior, 2015b). Considerando os conteúdos rurais e urbanos inerentes aos dois tipos de cidades amazônicas, que se mesclam com maior ou menor força em determinadas realidades, a definir conteúdos rurubanos em certas cidades da região, Trindade Júnior (2021a) chama a atenção para um terceiro elemento, o qual busca evitar e, sobretudo, ultrapassar qualquer polarização simplória entre as cidades *da* e *na* floresta.

Atento à importância de se pensar uma Amazônia urbana que seja plural e diversa, Trindade Júnior (2015b, 2016b, 2021a) também sugere a existência de cidades *para* a floresta. Com essa proposição, o autor robustece a tese da urbanodiversidade regional à luz do espaço amazônico e realiza um duplo movimento: por um lado, enfatiza a coexistência de espaço-temporalidades diversas na região e, por outro, reforça a crítica que faz às políticas públicas homogêneas que, insistentemente, negam as particularidades e singularidades da Amazônia e potencializam a edificação de cidades *na* floresta, isto é, de realidades urbanas pouco afeitas às verdadeiras potencialidades ecológicas e socioculturais da região (Trindade Júnior, 2016b).

Da mesma forma, o autor tem clareza quanto à impossibilidade de se pensar as cidades *da* floresta como formações urbanas congeladas no tempo e à dificuldade de resgatá-las como um ideal para o planejamento urbano, ainda que a experiência de vida cotidiana que elas representam seja, de algum modo, inspiradora (Trindade Júnior, 2021a). Assim, com a noção de cidades *para* a floresta, o autor propõe uma alternativa tanto ao economicismo das cidades *na* floresta quanto ao essencialismo conferido às cidades *da* floresta, típicas do



passado. Busca, por conseguinte, estabelecer um avanço na valorização da existência humana nas cidades amazônicas, de modo a considerar as culturas, as vivências, as vidas cotidianas e as potencialidades de reprodução econômica e social assentadas nas singularidades e nas particularidades locais e regionais (Trindade Júnior, 2016b).

Trata-se, então, de uma concepção de cidade enquanto espaço verdadeiramente humano (Santos, 2012b) e de sociabilidades cotidianas mais alinhadas à sua própria realidade, de modo que ela se afirme como importante tanto para quem nela habita quanto para quem dela depende para desenvolver suas atividades; ou, conforme Trindade Júnior (2021a, p. 319, grifo do autor), “significa potencializar suas virtudes, mas, ao mesmo tempo, fazê-las contemporâneas dos processos que na região se realizam, vislumbrando-as verdadeiramente como cidades *para a floresta*” ou para a vida na floresta (Trindade Júnior, 2023). Nesse sentido, o estudioso sinaliza para a possibilidade relativa ao fortalecimento de centralidades urbanas mais cidadãs na Amazônia (Trindade Júnior, 2018), mas também a repensar o papel daquelas de dimensão econômica com o intuito de reforçar demandas regionais que não as corporativas, do circuito superior da economia<sup>29</sup> (Santos, 2004).

A produção recente desse espaço regional revela, portanto, um quadro de diversidade urbana atinente não apenas às formas, mas também – e fundamentalmente – aos conteúdos que traduzem múltiplas espacialidades e temporalidades (Trindade Júnior, 2004, 2010a, 2015b, 2021a) na Amazônia; região essa cujas transformações podem ser atribuídas ao uso corporativo do território viabilizado pelo Estado brasileiro em favor das demandas capitalistas nacionais e internacionais que sobre ela se espalharam e, difusamente, foram materializadas,

---

<sup>29</sup>Preocupado em compreender as particularidades da organização espacial dos “países subdesenvolvidos” nos anos 1970, Santos (2004, 2009a) reconheceu a existência de circuitos da economia urbana. O circuito superior seria um resultado direto da modernização tecnológica e de uma mais elevada mobilização e composição orgânica de capital, relacionando-se, assim, a formas de produção, comércios e serviços de grande escala. Já o circuito inferior, por seu turno, seria um resultado indireto daquela modernização, havendo, nele, maior mobilização de trabalho e de baixos investimentos de capital. Sua caracterização pode ser verificada por atividades diversas de produção, comércio e serviços, mas de pequena escala. O autor também destacou a ocorrência de um circuito superior marginal, menos moderno tecnológica e organizacionalmente, mas que têm suprido uma demanda incapaz de suscitar atividades modernas por excelência, a ele estando relacionadas as médias e pequenas firmas que ocupam um lugar estratégico e pouco atrativo ao grande capital.

especialmente no último quartel do século XX. O próximo subcapítulo, por sua vez, trata de algumas expressões dessa corporativização do espaço amazônico.

## 2.2 O uso corporativo do território e a seletividade espacial

A contribuição de Santos e Silveira (2012) demonstra que o uso do território brasileiro passou por profundas transformações ao longo do século XX, as quais podem ser compreendidas a partir da análise de elementos como a ocupação dos lugares, a instalação de sistemas de engenharia, as dinâmicas econômicas e sociais, mas também as políticas do Estado e das empresas e as leis e normas utilizadas na regulação do espaço nacional. Perpassa, portanto, pela leitura dos fixos, dos fluxos (Santos, 2014b) e das normas (Santos, 2012a) que determinam e regem a produção e os usos do território brasileiro, fortemente impactado pela ação do Estado que, em linha com os interesses do mercado, torna o território mais funcional e fluido (Arroyo, 2005) às demandas corporativas.

Outrossim, a lógica inerente ao processo de urbanização da Amazônia, igualmente dinamizado pela atuação conjunta do Estado com o capital (Becker, 1994; Pinto, 1995; Ribeiro, 1995; Castro, 2004, 2008; Trindade Júnior, 2015b), demonstra o estabelecimento de um ordenamento territorial de natureza econômico-corporativa na região; ordenamento esse que encontrou sustentação em planejamentos regionais concebidos em favor da instalação de grandes empresas e demais agentes econômicos nacionais e internacionais cujas atividades foram estruturadas segundo uma valorização seletiva dos lugares. Fala-se, portanto, da configuração de um uso corporativo do território na Amazônia.

A ideia de seletividade espacial<sup>30</sup>, segundo Moreira (2001), constitui uma espécie de “pontapé” para a organização da sociedade no espaço e, em nossa acepção, condição *sine qua non* para a realização desse uso corporativo do território, o qual, por sua natureza predatória e expansiva, provoca uma série de transformações ambientais, culturais, econômicas, sociais e territoriais nos lugares/regiões objetos de atuação de grandes agentes econômicos. No espaço

---

<sup>30</sup>Moreira (2001) diz que a seletividade consiste no “processo de eleição do lugar e do(s) respectivo(s) recurso(s) que inicia a montagem da estrutura espacial das sociedades” (Moreira, 2001, p. 16). O autor também acrescenta que a seletividade tem como norte um processo de ensaio e erro, mediante o qual, sucessivamente, a sociedade tanto se ambientaliza quanto se territorializa e se enraíza culturalmente.

amazônico, em particular, ressalta-se que tal seletividade produziu um quadro de centralização extravertida de riquezas e de ampliação da devastação regional, dado o compromisso das políticas desenvolvimentistas pós-1960 para com interesses estranhos às necessidades locais, conforme já pontuado.

É dessa maneira, então, que a espacialidade do modo de produção capitalista se configura: definindo o ordenamento dos territórios, apropriando-se dos lugares e realizando um uso intensivo dos recursos (Moraes, 2011), especialmente na Amazônia. Assim, a urbanização recente do espaço amazônico, por meio de pseudoplanejamentos (Ab'Sáber, 1989, 1994) e políticas de desenvolvimento regional, engendrou uma reconfiguração territorial que alterou a composição orgânica (Marx, 2013) desse espaço (Santos, 1992, 2013b) com a criação de condições gerais de produção<sup>31</sup> (Lencioni, 2007) que articularam a região às necessidades produtivas e de circulação do capital; esse que, segundo Moraes (2011), seleciona os lugares para sua aplicação e fixação.

Algumas expressões desse ordenamento territorial nos últimos 50 anos nos auxiliam a compreender a configuração de uma nova ordem espacial na Amazônia, definida segundo o estabelecimento de usos corporativos desse espaço regional. De modo a melhor elucidar essa discussão, destacam-se, por exemplo, as respectivas criações do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), do Programa Grande Carajás (PGC), dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), do Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia (MacroZEE) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estando esse último, atualmente, em sua terceira versão.

Diante dos interesses nacionais em favor de uma economia e um território em franca transnacionalização (Santos, 1979), houve, na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, em plena ditadura civil-militar no Brasil, a realização de estudos que identificaram áreas amazônicas possuidoras de “vantagens comparativas” à ocupação produtiva e ao desenvolvimento, isto é, espaços com localização estratégica e com altas potencialidades de aproveitamento dos recursos minerais, de solo e de flora (Brasil, 1974). Considerando a implantação da “malha

---

<sup>31</sup> Conceito marxista que, de acordo Lencioni (2007), trata da articulação direta e indireta do particular ao geral por meio de equipamentos coletivos, como, por exemplo, as vias de circulação material (rodovias, hidrovias e aeroportos) e as redes de energia (hidrelétricas e torres de transmissão) e telecomunicação, objetos cuja concepção, não raro, está diretamente ligada à reprodução do capital.

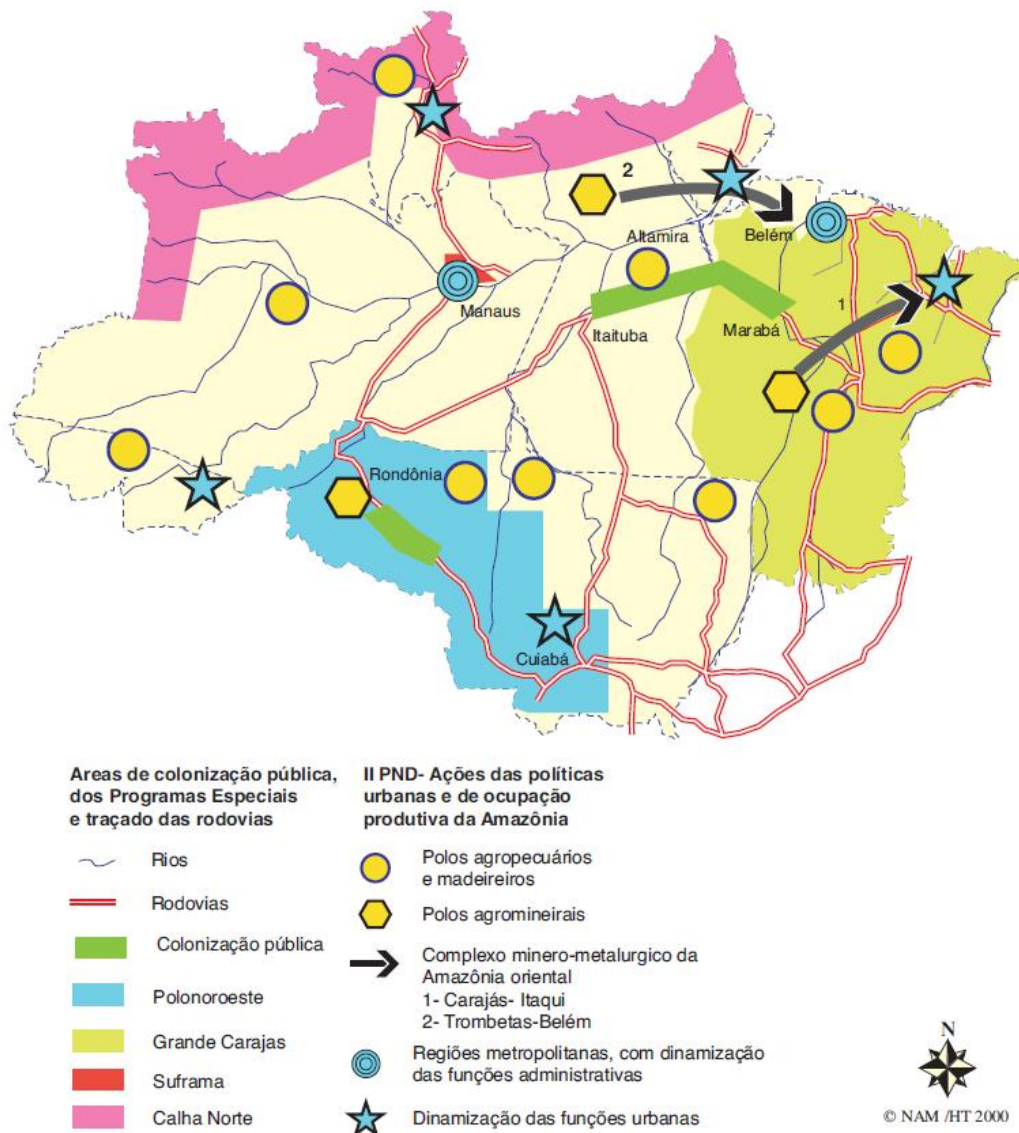
programada”<sup>32</sup> (Becker, 1994) e a equivocada identificação de “vazios” (Hébert, 1991) na região, o governo federal preconizava a necessidade de uma ocupação econômico-produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste em seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (Brasil, 1974), concebido para o quinquênio 1975-1979.

Dentre as estratégias idealizadas no II PND, destaca-se, principalmente, a criação do POLAMAZÔNIA e do Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental (Brasil, 1974). Baseadas na ocupação de áreas selecionadas da região, essas iniciativas foram responsáveis por provocar um verdadeiro reordenamento territorial do espaço amazônico, definindo-o, doravante, como uma fronteira agromineral no território brasileiro, conforme sustenta Nahum (2012). No que concerne ao primeiro programa, foram escolhidos polos nos quais deveriam ser realizados investimentos infraestruturais necessários à “promoção de atividades diretamente produtivas” (Brasil, 1976, p. 20). Dentre outros elementos, a Figura 1 demonstra a espacialização do POLAMAZÔNIA, bem como de outras iniciativas concebidas para o desenvolvimento regional do espaço amazônico nesse momento.

---

<sup>32</sup>Destaca-se, principalmente, a infraestrutura concebida por meio do Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970, como a implantação de grandes eixos viários, a revitalização da navegação fluvial, o incremento da oferta de energia aos núcleos urbanos de maior expressão, bem como a introdução do sistema de telecomunicações na região (Becker, 1994; Brasil, 1976; Kohlhepp, 2002), ou seja, de condições gerais de produção (Lencioni, 2007) instrumentais à reprodução do capital.

Figura 1 – Iniciativas privadas e governamentais voltadas ao desenvolvimento da Amazônia



Fonte: Mello e Théry (2001).

Baseado na proposição perrouxiana dos “polos de crescimento” (Perroux, 1967), o POLAMAZÔNIA selecionou seus espaços de atuação (Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó) a fim de estruturar polos agropecuários, agrominerais, madeireiros e minerais na região (Brasil, 1976). Com isso, almejava-se estabelecer um incentivo à mobilidade da mão de obra para fins de povoamento e de formação do mercado de trabalho (Machado, 1999; Trindade Júnior; Madeira, 2016), priorizando atividades empresariais e produtivas; implantar e melhorar a infraestrutura econômica e social

nas áreas escolhidas; e, com efeito, propiciar maior articulação intra e inter-regional na Amazônia (Brasil, 1974, 1976).

Dessa maneira, acreditando que a expansão econômica não se dá de maneira homogênea e equilibrada e que o crescimento não surge de forma sincrônica, mas em pontos ou polos de crescimento (Perroux, 1967), o programa previa que a determinação de uma “atividade motriz” em cada um dos núcleos dos espaços escolhidos seria capaz de, pela concentração espacial de investimentos, viabilizar tanto o crescimento do polo quanto o desenvolvimento de sua região de influência (áreas prioritárias), polarizada pelo núcleo. Trindade Júnior e Madeira (2016) acrescentam que o estabelecimento de projetos de colonização associados aos polos de crescimento e a ação intensiva de empresas capitalistas na exploração dos recursos regionais também constituíam as estratégias de desenvolvimento previstas no POLAMAZÔNIA.

Encerrado no início dos anos 1980, ainda no período da ditadura militar, Kohlhepp (2002) nos lembra que, em vez de promover uma “concentração descentralizada”, o POLAMAZÔNIA propiciou o incremento das desigualdades intra e inter-regionais no espaço amazônico, pois, no lugar de polos de crescimento com ímpeto de desenvolvimento, houve a produção de verdadeiros enclaves mantidos artificialmente na Amazônia, destacando-se uma rápida expansão do desmatamento, um aumento desmedido da especulação fundiária e da exploração dos recursos minerais, bem como a produção de graves problemas socioambientais, com danos irreparáveis ao ecossistema amazônico e a ocorrência de conflitos sociais na região.

Ainda em uma perspectiva de concentração espacial de investimentos, salienta-se, no seio da estratégia de concepção do Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, a criação do Programa Grande Carajás (PGC) em 1980, voltado ao aproveitamento dos potenciais florestal, hidrelétrico, territorial e mineral (níquel, estanho, bauxita, ouro, manganês e, principalmente, ferro) da porção leste do espaço amazônico, em uma área de quase 900 mil km<sup>2</sup> (ver Figura 1). Monteiro (2005) assevera que a criação do “Grande Carajás” decorre de uma tentativa de o governo federal englobar, coordenar e executar projetos já existentes nessa área, como o Projeto Ferro Carajás (PFC), a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí e outros empreendimentos de exploração/beneficiamento mineral ligados às empresas Albras, Alunorte e Alubar.

Desse modo, demonstrando forte dependência para com as condições do mercado mundial, Kohlhepp (2002) destaca que o PGC, desenvolvido pela, à época estatal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), objetivou estabelecer uma gama de iniciativas de cunho infraestrutural, industrial e mineral nessa região. Seu principal projeto, segundo Trindade Júnior e Madeira (2016), consistiu na exportação de minérios da Serra dos Carajás, no sudeste paraense, viabilizada por meio de uma ferrovia construída para interligar a mina de exploração ao porto de escoamento Ponta da Madeira, em São Luís (MA). Trata-se da Estrada de Ferro Carajás (EFC), cuja extensão de 892 km atravessa uma série de territórios indígenas, camponeses e quilombolas e gera um quadro sistemático de violências contra essas populações da região (Malheiro, B., 2019).

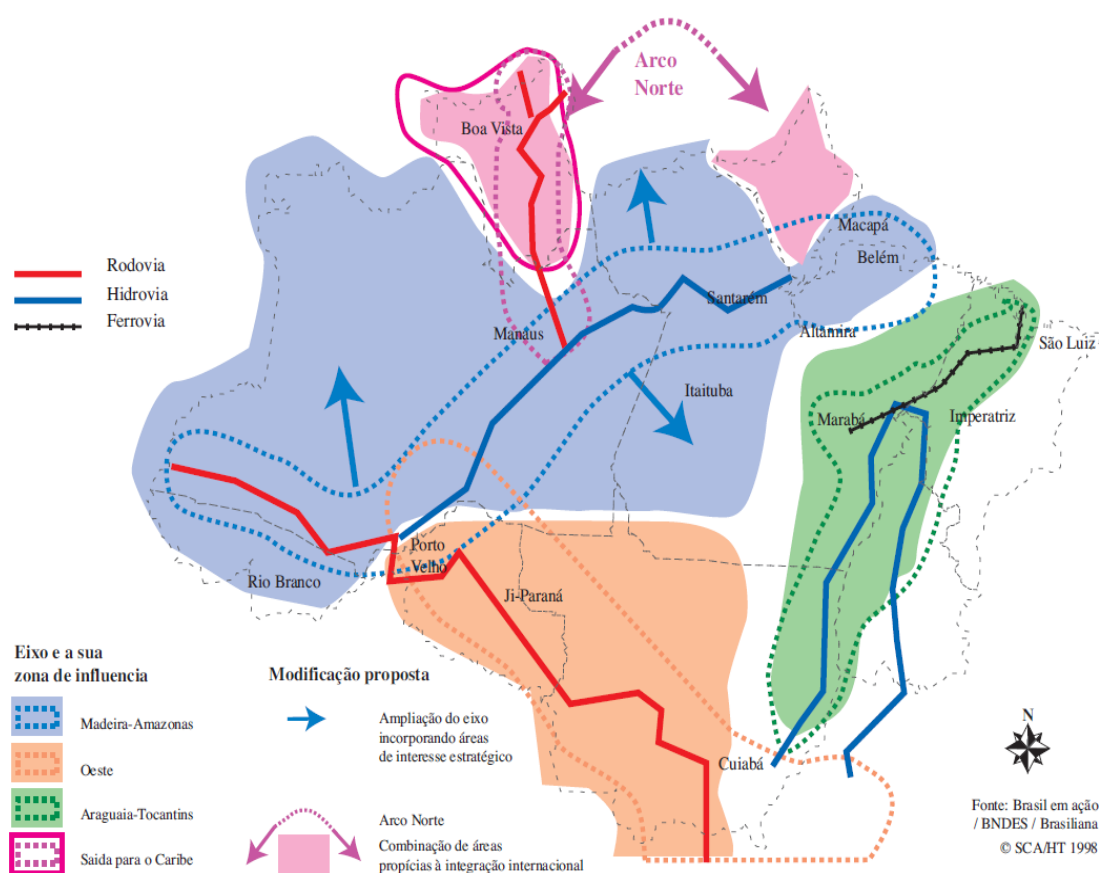
Esse cenário de graves problemas socioambientais, produzido pela instalação de um complexo sistema de objetos e de ações (Santos, 1995, 2012a), resultou em uma situação caótica na porção oriental do espaço amazônico. Além da ferrovia e do porto citados, bem como da migração espontânea e descontrolada ocorrida na região, Kohlhepp (2002) também aponta a construção de estradas, a construção da UHE Tucuruí e dos sistemas de transmissão de energia para alimentar as indústrias ligadas à cadeia do alumínio instaladas em Barcarena (PA) e São Luís (MA); elementos cuja materialização promoveu e aprofundou a já existente devastação da floresta (Hébette, 1991) e o ambiente de desigualdades territoriais na Amazônia.

Com o fim da ditadura civil-militar em meados da década de 1980, o PGC foi esvaziado e, em seguida, extinto. Diante desse movimento, contudo, Monteiro (2005) chama a atenção para uma redução significativa da intervenção estatal no que diz respeito às políticas públicas voltadas à valorização dos minérios da Amazônia; algo que, de certa forma, revela uma crise fiscal vivenciada pelo Estado brasileiro e sua entrada em um contexto marcado pela neoliberalização da economia, da sociedade e do território, isto é, com o recuo das políticas desenvolvimentistas e a adoção de “novas” estratégias de desenvolvimento para o país.

Assim, diante da necessidade de inserção do Brasil em um mundo em processo de globalização, destaca-se, na década de 1990, a proposição de uma política de ordenamento territorial centrada no estabelecimento de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) (Ablas, 2003). Apresentada no contexto de programas de desenvolvimento como o “Brasil em Ação” (1996-1999) e o

“Avança Brasil” (2000-2003), referentes aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), essa política dividiu o território nacional em nove eixos (Figura 2) – posteriormente reagrupados em quatro regiões definitivas – com o intuito de ampliar a capacidade competitiva das economias regionais brasileiras (Nasser, 2000; Tavares, 2016). A Figura 2 ilustra essa política de eixos na Amazônia, bem como as suas respectivas zonas de influência na região.

Figura 2 – Amazônia: eixos de integração e desenvolvimento e suas zonas de influência



Fonte: Mello e Théry (2001).

Desse conjunto de eixos, criados para viabilizar uma base física intermodal integrada capaz de orientar investimentos públicos e privados e ampliar a competitividade do país junto ao mercado internacional (Tavares, 2016), observa-se que três estabelecem relação imediata com a Amazônia: o Arco Norte, o Madeira-Amazonas e o Araguaia-Tocantins (Trindade Júnior; Madeira, 2016). Com essa política, tem-se a rememoração de um objetivo nada novo do planejamento regional, qual seja: o de desenvolver a região e integrá-la ao Brasil e ao exterior (Monteiro; Coelho, 2004; Castro, 2012). O efeito, entretanto, é a desestruturação de relações



sociais e econômicas e a produção de impactos significativos sobre os eco(sócio)sistemas regionais, como elabora Castro (2001).

Nasser (2000) e Tavares (2016) explicam que os eixos voltados para a Amazônia, principalmente o Arco Norte e o Madeira-Amazonas, revelam características próprias fortemente ligadas à conservação ambiental e, por isso, apresentam atividades relacionadas às potencialidades do meio ambiente, como a biodiversidade e o turismo ecológico. Por intermédio do transporte hidroviário, tais eixos também oferecem notáveis possibilidades de integração internacional, com o vislumbre de interligações ao Oceano Pacífico, e nacional, com os eixos Oeste e Araguaia-Tocantins. Esse último, como parte da Amazônia, destaca-se por conta do desenvolvimento de atividades agrícolas e agropecuárias e da produção de alimentos para exportação, apresentando, conforme os autores citados, grande possibilidade de crescimento.

Quanto às intervenções planejadas nesses três eixos, tem-se que grande parte delas esteve voltada à recuperação de hidrovias e rodovias existentes ou à construção de infraestruturas tidas como estratégicas aos objetivos de integração e desenvolvimento propostos, como a pavimentação de trechos das rodovias BR-401, entre Boa Vista (RR) e Bonfim (RR) (fronteira com a Guiana), e BR-174, entre Manaus (AM) e Caracaraí (AM) (fronteira com o Peru); a recuperação da BR-317, entre Rio Branco (AC) e Assis Brasil (AC); a restauração das rodovias Belém-Brasília e Marabá-São Geraldo do Araguaia; e a melhoria da hidrovia do Rio Madeira (Trindade Júnior; Madeira, 2016).

Outrossim, os autores também chamam a atenção para a construção da hidrovia do eixo Araguaia-Tocantins e das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (no Rio Madeira, em Rondônia) e de Belo Monte (no Rio Xingu, no Pará) (Trindade Júnior; Madeira, 2016), hoje em dia já materializadas e em funcionamento na região. Trata-se de projetos que, como sugerem Becker (2007) e Castro (2012), favoreceram uma retomada de forças externas com interesses na exploração dos recursos regionais, sobretudo para exportação. Com Mello (2003), adverte-se que, ao privilegiar a construção de redes logísticas no seio de suas intervenções, a política de eixos traz como consequência a produção de inúmeras transformações na região.

Ainda segundo Mello (2003), a implantação de novas infraestruturas tanto redireciona as dinâmicas territoriais quanto produz significativos impactos

socioambientais na Amazônia, com destaque, por exemplo, para o desmatamento em áreas doravante incorporadas ao espaço produtivo nacional. É dessa maneira que, conforme denuncia Castro (2001, 2012), as questões sociais e ambientais foram secundarizadas em função dos interesses mercadológicos e de integração das economias regionais ao mercado internacional; *modus operandi* esse continuado, inclusive, na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional e Sul-Americana (IIRSA).

A partir de 2003, entretanto, houve uma tentativa de incorporação da sustentabilidade ambiental no(s) modelo(s) de desenvolvimento então pensado(s) para o Brasil (Becker, 2007; Trindade Júnior; Madeira, 2016), algo observado, ao menos discursivamente, nos dois primeiros governos Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e nos dois mandatos de Dilma Rousseff, o de 2010 a 2013 e o 2014-2016, tendo esse último sido interrompido por um golpe jurídico-midiático-parlamentar.<sup>33</sup> Marcava-se, nesse momento, a entrada do país em um novo cenário com a retomada do desenvolvimentismo sob bases alinhadas aos pressupostos do neoliberalismo, período identificado por autores como Cêpeda (2012) e Sampaio Júnior (2012) como neodesenvolvimentismo.

A inclinação do país à sustentabilidade, portanto, fora registrada no ano de 2008 com o lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS) (Brasil, 2008) e, dois anos depois, com a realização do Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal (MacroZEE) (Brasil, 2010a); iniciativas essas que, respectivamente, visavam consolidar o dito modelo de desenvolvimento sustentável, com base no combate das ações de degradação ambiental e no estabelecimento de diretrizes para o ordenamento territorial e a gestão ambiental (Brasil, 2008), bem como, reafirmar essa estratégia com a oportunização de maior harmonia entre as atividades produtivas e as políticas alinhadas com os objetivos da agenda de conservação ambiental (Brasil, 2010a).

A Figura 3, a seguir, representa o ordenamento territorial promovido pelo Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal (MacroZEE) nesta região.

---

<sup>33</sup>Trata-se de uma manobra política ensejada contra o governo Dilma Rousseff e que envolveu a grande mídia (televisão, redes sociais etc.), membros do judiciário (como, por exemplo, juízes e procuradores) e parlamentares (deputados federais e senadores), além de outros agentes econômico-políticos, em uma trama golpista que impediu a permanência de Dilma Rousseff, eleita democrática e legitimamente, na presidência da República.



empreendimento como parte central de um projeto nacional voltado à inserção do país no atual cenário do processo de globalização, destacando-se, outrossim, a determinação de uma possível junção das dimensões ambiental, econômica e social que orientam a perspectiva (neo)desenvolvimentista dessa política de ordenamento territorial.

Nessa mesma perspectiva, ademais, deve-se destacar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Trata-se de uma política territorial (Mello, 2006; Borges, 2018) criada no ano de 2007, em um cenário de crise econômica mundial, com o objetivo de catalisar o crescimento econômico do país por meio da retomada do investimento em obras de infraestrutura, garantindo, com isso, aumento da oferta de empregos, melhorias nas condições de vida da população brasileira e combate às desigualdades regionais (Brasil, 2010b). Sua operacionalização, por seu turno, previa a realização de intervenções público-privadas no cerne de três conjuntos de ações tidos como estratégicos para o Brasil, a saber: infraestrutura energética, infraestrutura logística e infraestrutura social e urbana.

Estruturado inicialmente em duas versões (PAC 1 – 2007-2010 e PAC 2 – 2011-2014), de modo a dar sequência às obras iniciadas/ planejadas, destaca-se que os investimentos bilionários em infraestrutura energética (sobretudo de produção e transmissão de energia elétrica) e logística (rodovias, ferroviárias e hidrovias, principalmente) tiveram como mote tornar o território brasileiro funcional ao atendimento de demandas globais por *commodities* agrícolas e minerais (Werner, 2020). Nota-se, então, um reforço do papel do país na divisão internacional do trabalho e uma continuidade dos processos de corporativização do território nacional (Santos; Silveira, 2012) então concebidos e desenvolvidos pelo Estado em parceria com o mercado.

Na Amazônia, tais eixos são os que justamente adquirem maior proeminência no conjunto das intervenções do PAC nessa porção do território brasileiro, pois, reafirmando estratégias de desenvolvimento comuns em planejamentos de outrora, o programa valoriza tanto as potencialidades naturais quanto a posição geográfica da região em face dos mercados internacionais (Leitão, 2009; Cardoso, 2015; Oliveira, 2017). Nesse sentido, pensando a sua porção paraense, destaca-se, por exemplo, a conclusão das obras ligadas às eclusas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a construção das usinas de Belo Monte, em Altamira, e as obras de pavimentação

de trechos de rodovias como a BR-163 (Cuiabá-Santarém); isto é, objetos centrais à viabilização dos interesses e ações/fluxos do capital na/pela região amazônica.

Atualmente, por ocasião do início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, houve o lançamento da terceira edição do PAC, o chamado “Novo PAC”. Nele, figura o interesse do Estado quanto à retomada das obras de infraestrutura no país (Craide, 2023), paralisadas no interregno de 2016 a 2022. O discurso da sustentabilidade também se faz presente como panaceia no plano de intervenções que prevê triplicar o investimento em obras infraestruturais no território brasileiro, com destaque, na Amazônia paraense, para o projeto da “Ferrogrão”, a ferrovia EF-170 (Brasil, 2023a), cujo trajeto terá quase mil quilômetros de extensão e, contraditoriamente àquele discurso, afetará ao menos 17 Unidades de Conservação, seis Terras Indígenas e três povos isolados (Melito, 2023) nessa interligação da produção graneleira entre o Cerrado e a Amazônia com o mundo.

Todas essas expressões de uso corporativo do território aqui destacadas revelam como a produção recente do espaço regional amazônico tem consolidado a difusão de um meio técnico-científico-informacional (Santos, 2013a) nesse particular subespaço brasileiro; processo esse que, segundo Santos e Silveira (2012), materializa-se de forma seletiva e, portanto, desigual, valorizando sobretudo aqueles territórios onde as demandas e os interesses capitalistas se sobrepõem – não raro violentamente – ao que preexiste. Manifestando-se principalmente de maneira pontual e por meio de algumas “manchas” na Amazônia (Santos; Silveira, 2012), esse meio geográfico em comento também se exterioriza na região através, por exemplo, de cidades e outras áreas territoriais concebidas e/ou transformadas pela urbanização corporativa (Santos, 2013b), algo que Trindade Júnior (2010a) tem chamado de cidades *na* floresta, conforme já mencionado.

Ao problematizarem a concepção e o papel das cidades no ordenamento territorial imposto à Amazônia, Trindade Júnior e Madeira (2016) reafirmam que a urbanização regional, em sua forma mais sistemática, foi difusamente impulsionada pelas políticas de desenvolvimento direcionadas para a região pós-1960, destacando-se tanto o surgimento de novas cidades quanto a reconfiguração de alguns núcleos urbanos já existentes. Nesse contexto, para atender a esse uso corporativo que intentava se consolidar no espaço amazônico nas décadas de 1970 e 1980, os autores mencionam a criação das *agrovilas*, *agrópolis* e *rurópolis*, associadas a alguns eixos rodoviários e a determinados “polos de crescimento”

pensados para o espaço regional, e das *idades planejadas*, concebidas para servir de base logística aos grandes projetos instalados na região.

Contudo, referindo-se às expressões do “urbanismo rural”, Trindade Júnior e Madeira (2016, p. 45) informam que, mesmo que tais núcleos urbanos não tenham atendido aos objetivos inicialmente previstos, muitos acabaram se tornando pequenas cidades. Quanto às cidades planejadas, os autores ressaltam que tal proposta de conceber cidades modernas e dotadas de boa infraestrutura acabou se tornando um modelo de urbanismo de enclave, com “pouca troca favorável à população do entorno e de clara conexão com espaços extralocais, em que pese o discurso de interação e de atendimento das demandas regionais” (Trindade Júnior; Madeira, 2016, p. 45).

Com o estabelecimento de uma nova lógica de desenvolvimento regional, relacionada aos chamados “corredores de desenvolvimento” tornados comuns no território brasileiro a partir dos anos 1990 (Ablas, 2003; Nasser, 2000; Tavares, 2016), o urbano amazônico conhece novas formas de difusão (Trindade Júnior, 2015a, 2015b) que, inclusive, diferenciam-se das anteriores. Desse modo, levando-se em conta uma menor rigidez da perspectiva hierárquica da rede urbana e o estabelecimento de curtos-circuitos e conexões tão diversas como difusas, Trindade Júnior e Madeira (2016) chamam a atenção para os papéis assumidos pelos novos centros de importância sub-regional na Amazônia.

Segundo os autores, trata-se, em geral, de cidades intermediárias e que, por isso, constituem-se enquanto notáveis anteparos de variados fluxos de bens e serviços em uma determinada realidade sub-regional, destacando-se, sobretudo, àqueles derivados do agronegócio, da mineração e da produção de energia elétrica, não obstante o discurso da sustentabilidade presente em políticas de desenvolvimento animadas nos anos 2000, como o MacroZEE e o PAC. Nesse sentido, Trindade Júnior e Madeira (2016) acrescentam que tais cidades passam a desempenhar funções logísticas de cunho estratégico na região, principalmente por atender a demandas corporativas correlatas a produtos altamente requisitados pelos mercados nacionais e globais, o que, como efeito, no caso amazônico, acaba resultando em forte pressão nos ecossistemas florestais.

Diante desse cenário de modernização capitalista, os conteúdos urbanos dessas cidades assistem a significativas e contínuas transformações (Santos, 2013a; Trindade Júnior, 2015b), de modo que a presença de equipamentos típicos

de atividades de um circuito superior da economia (Santos, 2004), tais como agências bancárias públicas e privadas, lojas de departamento e *franchisings* nacionais e internacionais, *shopping centers*, concessionárias de veículos automotores e demais estabelecimentos de serviços atinentes a atividades modernas, tornam-se comuns nas paisagens das cidades amazônicas, conferindo a esses espaços verdadeiras centralidades econômicas (Trindade Júnior, 2011a, 2015a) nas suas respectivas sub-regiões.<sup>34</sup>

Expressões desse processo na Amazônia, por exemplo, são as cidades médias<sup>35</sup> de Açailândia, no oeste maranhense, dado o seu papel de entreposto para o escoamento da produção de soja (Trindade Júnior; Madeira, 2016), da mesma forma que Itaituba (Schuber, 2019) e Santarém (Trindade, 2015; Trindade Júnior; Trindade; Oliveira, 2014) o são no oeste do Pará. Ainda no espaço paraense, mas em suas porções sudeste e sudoeste, respectivamente, destacam-se as cidades de Marabá, em razão de sua importância basilar relacionada ao circuito do ferro (Nunes; Trindade Júnior; Cardoso, 2016; Trindade Júnior *et al.*, 2016), e Altamira (Miranda Neto, 2017; Cardoso, 2018; Carvalho; Conceição; Amaral, 2019), tendo em vista a sua condição de principal núcleo de apoio ao processo de construção da Usina Hidrelétrica (UH) de Belo Monte.

Nesse sentido, as formas e conteúdos técnico-científico-informacionais instalados no espaço amazônico correspondem, sem dúvida, à voracidade do uso corporativo do território brasileiro, tendo em vista as principais atividades econômicas que sustentam a posição do país na divisão internacional do trabalho. A viabilidade desse uso, por sua natureza, é propiciada no bojo de um ordenamento territorial fortemente comprometido com as demandas econômico-corporativas do mundo moderno, as quais, infelizmente, como elabora Kahil (2010), marcam o espírito de nossa época.

---

<sup>34</sup>Há, igualmente, uma centralidade urbana de natureza econômica definida pelo circuito inferior da economia (Santos, 2004), isto é, por relações que pouco ou em nada são marcadas pelas formas modernas de produção e circulação capitalistas, mas que assumem fortes densidades sociais.

<sup>35</sup>De acordo com Trindade Júnior (2011a, p. 137), “são consideradas cidades médias aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem. Funcionam, assim, como anteparos e suportes às metrópoles regionais, não compondo junto com estas uma unidade funcional contínua e/ou contígua”.

Essa lógica em muito revela a “Amazônia” que o “Brasil” frequentemente quis (Pinto, 2012) e quer, isto é, a Amazônia cujas políticas ditas de desenvolvimento regional transformaram-na em “almoxarifado”, em “caixa de força” e em mero “corredor logístico” dos/para os interesses nacionais e internacionais que, por sobre ela, histórica e continuamente se projetam – e sempre *sobre* ela; quase nunca *com* ela e, mormente, *para* ela. Tal é a face desse ordenamento econômico-corporativo cujas dinâmicas de uso do território, pautadas em verdadeiros geometrismos do desenvolvimento, como polos, eixos e zonas (Trindade Júnior; Madeira, 2016), por exemplo, reforçam a exploração e o saque dos recursos regionais e engendram graves problemas socioambientais nessa porção do espaço brasileiro.

Contudo, esse é o “Brasil” que, por certo, as populações amazônicas violentadas e invisibilizadas pela corporativização do território (Santos; Silveira, 2012) recusam. Com elas, não obstante, há possibilidades quanto à descoberta de outras “Amazônias” e de outros “Brasis”, nos quais, com suas resistências de ordem cultural, econômica, política e territorial, suas sociabilidades simples e temporalidades não hegemônicas, ditam, não sem conflitos e contradições, formas mais humanas e solidárias de se pensar o mundo e a vida.

Assim, diante desses processos de uso corporativo do território, viabilizados por um pseudoplanejamento regional (Ab’Sáber, 1989, 1994) que funciona como um meio de penetração do capital no espaço (Santos, 2007), sugere-se a importância de se pensar em um espaço mais cidadão (Santos, 2014a) e em formas de ordenamento territorial mais afeitas às demandas sociais e à constituição de um espaço verdadeiramente humano (Santos, 2012b), ou seja, em espaços marcados não por “geometrismos de desenvolvimento” (Trindade Júnior; Madeira, 2016), tal como discutido, mas pela “geografização da cidadania” (Santos, 2014a); discussão a ser empreendida no capítulo seguinte.



### 3 EM BUSCA DA CIDADANIA CONCRETA: POR UM ORDENAMENTO CÍVICO-TERRITORIAL

*Nessas condições, deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e a gestão do espaço sendo instrumentais [...] à justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo.*  
(Milton Santos)

Diante das perversidades praticadas pelo capital e suas materializações contra populações e territórios, cumpre estabelecer a crítica e pensar em possibilidades (e) alternativas ao que está posto. Em uma reflexão sobre o fenômeno regional, Santos (2003) apontou a importância de fugir ao pragmatismo do hábito de tudo pensarmos em termos economicistas; economicismo esse responsável por criar, no território, verdadeiros quadros de desigualdades (Santos; Silveira, 2012) e de “vazios de cidadania” (Santos, 2014a). Em uma região como a Amazônia, marcada por situação socioespacial particular e regida, em sua maioria, por temporalidades mais lentas, determinadas pela natureza, e coladas às rugosidades, tal situação parece se complexificar.

Daí a necessidade e a importância de se pensar em formas outras de produção do espaço e de ordenamento territorial que sugiram uma inversão de prioridades, de modo a tirar a centralidade historicamente conferida ao economicismo abstrato, por meio das ações e de suas respectivas materializações no território, e enfatizar, em primeiro plano, as reais demandas e necessidades sociais, cidadãs, das pessoas a partir de seus respectivos lugares de vida, algo basilar na teoria social do espaço de Milton Santos, como lembra Arroyo (2009).

Nesse sentido, por meio de revisão bibliográfica de teorias, categorias, conceitos e noções atinentes à questão em tela, este capítulo objetiva discutir o espaço como condição de cidadania e apresentar possibilidades dele derivadas quanto ao vislumbre de um outro ordenamento territorial, desta feita, mais cidadão, humano e verdadeiramente comprometido com os lugares, especialmente a partir da Amazônia; tarefa essa a ser apresentada ao leitor, na sequência, em dois momentos cujas estruturações seguem a linha de raciocínio objetivamente supramencionada.

### 3.1 O espaço como condição de cidadania

A relação entre espaço e cidadania (Santos, 2014a) constitui um dos principais pilares que sustentam o edifício teórico-epistemológico de Milton Santos (Trindade Júnior; Leite; Oliveira, 2021a), especialmente pela particularidade do debate no conjunto de sua obra. O autor critica o modelo econômico que orientou a criação de condições gerais de produção (Marx, 2013; Lencioni, 2007) instrumentais ao ordenamento corporativo do território – bem como a economização da vida social por ele propiciada – e propõe um tratamento para a questão da cidadania pelo viés territorial, pois, em sua acepção, “é no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta” (Santos, 2014a, p. 18).

Antes, entretanto, cabe a realização de um breve apanhado acerca da noção de cidadania. Manzini-Covre (2002) indica que, em tese, o prelúdio da cidadania relaciona-se à cidade ou pólis grega, onde “homens livres”, em coletividade, debatiam direitos e deveres e revelavam um dito espírito democrático, o qual, contraditoriamente, excluía a participação de mulheres, escravos e crianças. No entanto, embora fossem escravistas e configurassem uma democracia restrita, a autora afirma que as sociedades grega e romana promoveram certo exercício de cidadania em suas cidades; algo esmaecido com o surgimento do feudalismo (de predomínio rural), entre os séculos V e XIII, e retomado pouco a pouco, a partir do século XV, com o desenvolvimento da sociedade capitalista e, novamente, a convivência das pessoas em núcleos urbanos.

Assim, o paulatino estabelecimento do capitalismo e a consequente instauração das revoluções burguesas nos séculos XVII e XVIII foram determinantes para a imposição progressiva de uma nova visão de mundo e a afirmação da cidadania. Mondaini (2005) adverte que, daí, não basta mais ao homem o fato de ser cidadão, isto é, viver em uma cidade, pois, nesse espaço, “os novos tempos [pautados em valores modernos] exigem que [ele] passe a ter também direitos [...] e não mais somente deveres” (Mondaini, 2005, p. 116). Doravante, a evolução da cidadania *desde a Europa* percorreu ao menos três séculos de acirradas conquistas sociais que resultaram em três conteúdos de direitos, principalmente: os civis, no século XVIII; os políticos, no século XIX; e os sociais, no século XX (Marshall, 1967).

Apesar de diversas entre si (Mondaini, 2005), essas formas de direitos são fortemente complementares na definição hodierna do fenômeno da cidadania como

conceito e prática. Nessa perspectiva, por enfaixar uma série de direitos correlatos ao dia a dia, um autor como Pinsky (2000) aduz que a cidadania diz respeito não apenas a uma concepção abstrata, mas também a uma prática cotidiana, enquanto Manzini-Covre (2002) a considera como um direito à vida e cuja construção deve se dar coletivamente com vistas ao acesso às necessidades básicas em todos os níveis de existência; afirmativa essa que coaduna com Santos (2014a, p. 19), para quem “o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana”.

Enquanto palavra, Castro (2003) ressalta que a cidadania abrange muitos significados, o que, de certa forma, acaba dificultando uma objetivação conceitual que açambarque a variedade de práticas políticas e sociais por ela evocada no tempo e no espaço. Dessa maneira, a autora expõe que desde a concepção gestada na pólis grega, passando pelas revoluções burguesas e seus conteúdos modernos, até as interpretações coetâneas, somente um núcleo forte persiste na conceituação de cidadania: a que “considera o justo equilíbrio entre direitos e deveres na relação entre indivíduos e comunidade” (Castro, 2003, p. 10); núcleo esse que, em sua reflexão, se não resolve o problema conceitual inerente à questão da cidadania, ao menos constitui um importante ponto de partida filosófico.

Uma definição costumeira, por sua vez, advém da sistematização feita por Marshall (1967), o qual distingue a cidadania segundo aqueles três conteúdos enunciados acima. Em sua acepção, os *direitos civis* dizem respeito aos direitos elementares à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade com base nos preceitos da lei. Sua essência assenta-se na liberdade individual. Os *direitos políticos* referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade mediante o voto e sua atuação em partidos, conselhos, movimentos sociais etc. Têm a noção de autogoverno como elementar. Os *direitos sociais*, por fim, garantem o envolvimento das pessoas na riqueza coletiva e incluem, por exemplo, o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e ao salário justo. Baseando-se na ideia de justiça social, essa forma de direito permite uma atenuação das desigualdades produzidas pelo capitalismo (Marshall, 1967).

Castro (2003) pontua que, inobstante as limitações relacionadas à dimensão espacial e à perspectiva evolucionista adotada por Marshall (1967) no que se refere à conquista dos direitos, trata-se dos três pilares que, indubitavelmente, sustentam a cidadania no seio da cultura política ocidental. Em adição, Carvalho (2021) observa

que, sem os direitos civis, os direitos políticos podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo, servindo mais para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos sociais, por seu turno, podem existir sem os direitos civis e, decerto, sem os direitos políticos, porém, na ausência de ambos, seu conteúdo e alcance tendem a ser comprometidos e arbitrários. Desse modo, Pinsky (2000) sinaliza que, idealmente, o cidadão é aquele que goza de plenos direitos nas esferas civil, política e social.

Sopesando esse contexto, então, tornou-se comum desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais (Carvalho, 2021), ainda que outros direitos sejam igualmente pertinentes à sua conceituação no período contemporâneo. Por exemplo, à luz da realidade francesa, o filósofo Henri Lefèbvre (1990) problematiza que ser cidadão implica o gozo de outros direitos tão importantes quanto àqueles conquistados em séculos anteriores, como o direito à informação, o direito à expressão, o direito à cultura, o direito à identidade na diferença, o direito à autogestão, o direito à cidade e, por fim, o direito aos serviços, “[...] peut-être le plus important et pourtant le plus implicite des droits, celui que tire le citoyen de l'isolement et donne un sens à toutes ses obligations”<sup>36</sup> (Lefèbvre, 1990, p. 36).

Diante desses fatores, concorda-se com Carvalho (2021, p. 16), para quem a cidadania se apresenta como um fenômeno “complexo”, dado o caráter multifacetado dos elementos que lhes são intrínsecos, e “historicamente definido”, tendo em vista o surgimento sequencial daqueles direitos tidos como pilares da sua constituição moderna. No Brasil, a trajetória particular da cidadania se mostra longa e permeada por avanços e muitos retrocessos. Nesse sentido, por se tratar de um fenômeno variável no tempo e no espaço, Pinsky (2005) assevera que ser cidadão na Alemanha ou na Inglaterra é diferente de sê-lo no Brasil, onde histórica (Carvalho, 2021) e espacialmente (Santos, 2014a) a figura do cidadão é desrespeitada, quando não anulada.

Carvalho (2021) ainda enfatiza que, durante um longo tempo, desde o período colonial (1500-1822), passando pelo Império (1822-1889) e pela Primeira República (1889-1930), a cidadania se deu “em negativo” (Carvalho, 2021, p. 90) no Brasil, tendo sido a escravidão o fato mais problemático. O autor afirma que até 1930 não

---

<sup>36</sup>Tradução livre: “[...] talvez o mais importante e, no entanto, o mais implícito dos direitos, aquele que tira o cidadão do isolamento e dá sentido a todas as suas obrigações”.

havia um povo politicamente organizado, tampouco um sentimento nacional consolidado no país, pois a participação política era limitada a pequenos grupos e a maioria da população mantinha certo distanciamento e desconfiança em relação ao governo. Assim sendo, tanto no Império quanto na Primeira República, a massa não tinha lugar no sistema político brasileiro e o conjunto de direitos civis, políticos e sociais praticamente inexistia.

A partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder<sup>37</sup>, houve, contudo, importantes avanços no campo dos direitos sociais, como a criação da legislação trabalhista e previdenciária (concluída em 1943 com a Consolidação das Leis Trabalhistas). Os direitos políticos, por seu turno, tiveram uma evolução mais complexa (Carvalho, 2021), dada a fase de instabilidade instaurada no Brasil e a alternância entre ditaduras e regimes democráticos. No que tange aos direitos civis, o historiador citado informa que eles progrediram lentamente e sua garantia no cotidiano continuou precária para a maioria da população; algo piorado a partir de 1964, com o início do regime ditatorial no país, e atenuado com a redemocratização brasileira em meados da década de 1980.

Vale ressaltar que, nesse primeiro momento, até a irrupção do golpe militar de 1964, há uma inversão da conquista dos direitos no Brasil. Isso porque, diferente da ordem cronológica e evolutiva referente ao estabelecimento da cidadania na Europa – direitos civis, direitos políticos e direitos sociais (Marshall, 1967) –, os direitos sociais (“doados” pelo Governo Vargas e não conquistados pelo povo) antecederam a consolidação dos direitos civis e políticos neste país. Isso, de certa forma, particulariza o fenômeno da cidadania brasileira (conformada “de cima para baixo”, sem a efetiva participação do povo na reivindicação dos seus direitos) e caracteriza aspectos referentes à figura do (quase) cidadão nacional (Carvalho, 2021).

Porém, a instauração do regime ditatorial de 1964 significou um sufocamento dos direitos políticos e sociais no Brasil através de medidas repressivas bastante

---

<sup>37</sup>Em 1930, o então presidente da República Washington Luís foi deposto pelo movimento armado capitaneado por civis e militares de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Essa intervenção ficou conhecida como “Revolução de 30” e pôs fim à Primeira República, momento em que Getúlio Vargas assume o poder, sendo, em 1934, eleito presidente da República. Três anos depois, com o apoio dos militares, Vargas dá um golpe e inaugura um período ditatorial que durou até 1945; período esse que ficou conhecido como Estado Novo. Nesse ano, mediante nova intervenção militar, Vargas é deposto e o Brasil assiste à sua primeira experiência democrática, terminada em 1964 com a implantação de nova ditadura militar (Carvalho, 2021). Essa, por sua vez, estendeu-se até o ano de 1985 e fora marcada por violentas repressões e cerceamentos políticos e sociais.

duras. Sobre esse período, Santos (2014a) adverte que, além de aprofundar a supressão das liberdades individuais, o modelo econômico-político concebido pelos militares consubstanciou um modelo cívico pautado na conformação de uma massa de consumidores e, por isso, prejudicial à embrionária cidadania no país, destacando-se, como contradição, as altas taxas médias de crescimento econômico nacional por ocasião do chamado “milagre econômico”. Todos esses processos, segundo o autor, foram basilares para a elaboração brasileira do não cidadão e para a formação de verdadeiros deficientes cívicos (Santos, 2002).

No âmbito de uma sociedade em que a pobreza não só se alarga como se aprofunda (a despeito da panaceia do crescimento econômico), Santos (2014a) alude que a enorme força ideológica exercida pelo milagre econômico agravou a vocação ao consumo e, com efeito, contaminou a sociedade nacional em todos os seus estratos sociais. Ademais, à luz da seletividade espacial norteadas pela urbanização corporativa do território brasileiro (Santos, 2013a), o crescimento econômico obtido privilegiou certos setores produtivos com base nas potencialidades de determinados lugares do país e engendrou tanto uma concentração de riquezas quanto as suas já desiguais distribuições no território nacional.

Nesse particular, o mesmo modelo econômico que produziu um meio técnico-científico-informacional (Santos, 2013a; Santos; Silveira, 2012) equipado às necessidades mercadológicas impostas ao Brasil também foi o responsável pelos grandes e brutais movimentos migratórios, pelo esvaziamento demográfico em vários subespaços nacionais, pela cada vez maior concentração populacional em áreas urbanas – resultando na formação de metrópoles em todas as regiões (Santos, 2013b) – e, como um efeito igualmente perverso, pela pauperização de significativos contingentes de pessoas que, sem acesso a bens e serviços essenciais à dignidade humana, sobrevivem em espaços urbanos precários. Assim, Santos (2014a) enfatiza que a maximização dos interesses econômico-corporativos e o problemático modelo de cidadania adotado, baseado no consumismo, são responsáveis pelo extremo grau de pobreza instalado no país.

Desse modo, tal como a cidadania urbana, a cidadania rural também é prejudicada pelas perversidades praticadas pelo par Estado e mercado, uma vez que os povos do campo são ainda menos titulares de direitos (à educação, à saúde, ao saneamento etc.) do que a maioria das pessoas que habita as cidades (Santos,

2014a). Além disso, a difusão de uma psicofera (Santos, 2013a) com valores distorcidos da modernidade, usualmente tidos como urbanos e marcados pela dominação, acaba por estender o tecido de relações instalado nas cidades por meio da industrialização da agricultura e da modernização do campo; fato que, *per se*, amplia o domínio do capitalismo a todas as partes e agrava o quadro de atrofia e mutilação da cidadania no território brasileiro.

Todavia, o ápice do processo de redemocratização instaurado no Brasil, com o fim da ditadura civil-militar em 1985, conferiu novos ares ao conjunto nacional. Fala-se isso porque, no ano seguinte, houve a convocação de eleições para formar a Assembleia Nacional Constituinte (Canêdo, 2005) e, pouco a pouco, os direitos cerceados pelo regime de exceção foram sendo reestabelecidos e ampliados, de modo a conferir uma certa potencialização à cidadania no país (Carvalho, 2021). Um ponto importante desse processo foi, sem dúvida, a elaboração e a aprovação da nova Constituição Federal no ano de 1988 (Brasil, 1988a), a denominada “Constituição Cidadã”, tida como uma peça importante à consolidação do Estado Democrático de Direito e à garantia de direitos fundamentais no Brasil.

Assim, ao adotar a cidadania como um dos seus princípios fundamentais e norteadores, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece os direitos e deveres individuais e coletivos e, em seu art. 6º, assegura os direitos sociais que devem ser garantidos no país:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988, *tít. II, cap. II, art. 6*).

Além da salvaguarda dos direitos civis e políticos, o estabelecimento dos direitos sociais constitui um dos pilares fundamentais à garantia da cidadania. É atento a esse contexto e motivado por interesses pessoais e intelectuais que Milton Santos tece reflexões sobre a cidadania no Brasil, estabelecendo proposições importantes a respeito do território como uma condição essencial à realização desse fenômeno. Isso porque, em sua leitura (Santos, 1986; Brasil, 1987), o território vinha figurando como um elemento ausente no debate da nova Constituição e, quando muito, tido em sua acepção “clássica”, isto é, enquanto limite político-administrativo de um Estado nacional. Dessa maneira, o autor chama a atenção para o papel ativo

do território (Brasil, 1987; Santos, 1986, 2008) e alerta que existem desigualdades sociais que, antes, são desigualdades territoriais, pois é na base territorial que a cidadania se manifesta como ela é: incompleta (Santos, 2014a).

Nesse sentido, o autor problematiza o fato segundo o qual “a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço” (Santos, 2014a, p. 16), definindo, inclusive, o acesso ou não dessas pessoas aos bens e serviços básicos e essenciais à dignidade humana (educação, saúde, moradia etc.), bem como à informação, às fontes de poder e à justiça. Ora, diante desse argumento, que subentende o espaço como base, meio e condição para a realização social (Santos, 2008), o estudioso em comento (Brasil, 1987; Santos, 1986, 2014a) avalia que aos indivíduos é atribuído um valor segundo a sua condição socioeconômica e o lugar que ocupam no território, tanto no campo como na cidade.

Assim, a depender de sua condição socioespacial, o indivíduo é mais ou menos produtor, mais ou menos consumidor e, inclusive, mais ou menos cidadão, sendo o critério da acessibilidade a esses bens e serviços (frequentemente distribuídos de forma desigual e de acordo com a hierarquia urbana) um elemento central para essa definição (Santos, 2014a). Fundamentado nessa constatação, o autor questiona o pragmatismo econômico-político que privilegia as ditas necessidades do mercado – e que orienta a configuração de um ordenamento territorial mais corporativo – e pondera ser insuficiente uma mudança nos modelos econômicos e políticos vigentes sem, contudo, a proposição de um novo modelo cívico que conteste as perversidades praticadas pelo capital.

Desse modo, em sua interpretação, um modelo societal renovado deve, a partir do presente, ser comprometido com o futuro e estar pautado na “[...] recuperação da cultura, com a substituição da ideia de recursos, noção estreita e enganadora, pela ideia de valor” (Santos, 2014a, p. 126). Além do mais, sua codificação deve romper com a subordinação à lógica econômica, pois a sociedade é mais do que a economia e o “hábito de tudo pensarmos em termos econômicos impede que o jogo de outras causas seja levado em conta” (Santos, 2014a, p. 124). Nessa perspectiva, há que se edificar um novo modelo cívico que norteie a ação política e, dessa forma, constitua-se como um alicerce à solidariedade social, subordinando o modelo econômico e todos os demais.



Em adição, Santos (2014a) elabora que, para ser eficaz, esse modelo precisa ser formado principalmente por dois componentes fundamentais: o componente cívico e o componente territorial. Em suas palavras:

[o] *componente cívico* supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência. [...] O *componente territorial* supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde a pessoa esteja; e, de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada (Santos, 2014a, p. 17-18, grifos nossos).

Esse modelo concebido por Santos (2014a), *cívico-territorial*, portanto, tem como finalidade a articulação de mecanismos de gestão e organização do espaço em prol de uma política efetivamente redistributiva; esforço esse que, concretamente, deve propiciar justiça social e acesso igualitário aos bens e serviços coletivamente produzidos à totalidade da população, independentemente do lugar onde cada pessoa vive/habita no território. Dessa maneira, o autor defende que a plena realização dos indivíduos precisa advir de um quadro de vida – material e imaterial – que inclua não apenas a economia, mas também a cultura, apontando, para isso, a necessidade de implementar mudanças na gestão e nas formas de uso do território se se quer uma cidadania calcada no respeito à cultura, à liberdade e à diversidade.

Vislumbrando uma operacionalização de sua proposta, Santos (2014a) reforça que a incorporação do território como uma variável-chave no tratamento dos problemas sociais também seria eficaz econômica e politicamente. Para tanto, considerando a dialética entre fixos e fluxos que dinamiza o espaço (Santos, 2014b), o autor chama a atenção para a distinção entre fixos públicos e fixos privados e para as ações que os distribuem no território. Alega que os privados são dispostos segundo os interesses de mercado e, por isso, são orientados pela lei da oferta e da procura, enquanto os públicos, em geral, são instalados nos lugares à luz de princípios sociais e têm seu funcionamento definido independentemente das exigências do lucro (Santos, 2014a), não obstante a agressividade com que a neoliberalização da sociedade e do território se impõe ao serviço público e à vida.

A título de exemplo, Santos (2014a) reflete sobre a instalação de fixos sociais privados – que são criados, mantidos e gerenciados pelo próprio mercado – e

adverte que se a população situada nas redondezas de objetos dessa natureza for demograficamente rarefeita e/ou economicamente fraca, o limiar necessário para o seu funcionamento não é atingido e, assim, tais serviços deixam de ser ofertados; fato que acaba deixando certas áreas, às vezes vastas, sem recursos básicos às pessoas que nelas vivem, revelando um *modus operandi* perverso que se aplica à instalação de bens e serviços tanto no campo como na periferia dos espaços urbanos.

Dessa maneira, “morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza” (Santos, 2014a, p. 143), isto é, à econômica – dada a seletividade inerente ao mercado de trabalho e às classes sociais – e à territorial, sobretudo quando o poder público supervaloriza algumas áreas (frequentemente as que abrigam as classes mais abastadas) e relega à maioria da população aqueles espaços infraestruturalmente precarizados, determinando quem é mais ou menos pobre por habitar tal ou qual lugar. Para essas pessoas, o acesso a bens e serviços essenciais torna-se ainda mais difícil, o que amplia as desigualdades sociais e os distancia da cidadania. Daí o porquê da afirmação de Santos (2014a, p. 143): “ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-se o empobrecimento pela má organização do território pelo poder político”.

Assim, conforme demonstrado pelo autor em outro momento (Santos, 2008), a sociedade é também espaço e não pode ser definida fora dele, sendo o componente territorial uma importante condição ao alcance da cidadania. Por essa razão, Santos (2014a, p. 144) é enfático: “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial”. A concepção do modelo cívico-territorial, nesse sentido, vai de encontro às perversidades praticadas pelo modelo econômico-político vigente – peculiares à neoliberalização da economia, da sociedade e do território – e pressupõe, como proposta à Constituição de 1988 (Santos, 1986; Brasil, 1987), a “*geografização da cidadania*” mediante a garantia de, pelo menos, dois direitos aos indivíduos: os culturais e os territoriais (Santos, 2014a).

Nessa perspectiva, o ponto de partida para essa ação, como já pontuado, é a constatação de que a distribuição dos serviços e dos bens sociais está em forte descompasso com as demandas das populações. As periferias urbanas contam com bem menos equipamentos e serviços sociais do que as áreas citadinas economicamente mais abastadas, sendo pior, em grande medida, no campo. Dessa

maneira, Santos (2014a) aduz que o território deve ser considerado como um meio de viabilizar um projeto social igualitário que estabeleça as condições necessárias para que cada indivíduo – respeitada a sua cultura, onde quer que esteja – venha a se tornar um cidadão integral e completo no país. O ordenamento territorial, por sua vez, deve ter como consequência essa realização; razão pela qual, inclusive, pode-se mesmo falar na possibilidade de um *ordenamento cívico-territorial* para pensar as desigualdades territoriais nas diversas regiões do Brasil.

O ordenamento cívico-territorial não diz respeito a um modelo estático e fechado a ser imposto verticalmente à totalidade do espaço nacional, como bem lembra Leite (2019). Pelo contrário, a proposta miltoniana pressupõe uma notável abertura à diversidade de situações regionais e locais, de modo que as populações tenham direito à palavra, da mesma forma que considera uma certa dinamicidade na definição dos limites territoriais, das instâncias governamentais e, claro, das correlatas e importantes dotações orçamentárias (Leite, 2019). Nesse particular, o atendimento aos direitos territoriais (p. ex.: à mobilidade, ao entorno, àqueles bens e serviços indispensáveis à dignidade humana) deve figurar como um elemento norteador dessa forma de ordenar o espaço (Santos, 2014a).

Isso porque, mediante um ordenamento cívico do território, estabelece-se à sociedade o direito àqueles recursos mínimos sem os quais a existência não é digna; recursos esses que, por sua natureza, constituem um encargo da sociedade e, por intermédio das devidas instâncias governamentais, devem ser ofertados a todas as pessoas, sem distinção. Porém, uma vez que a urbanização corporativa tem sido a lógica dominante na estruturação dos espaços (Santos, 2013b), tais reclamos sociais acabam sendo atendidos pelo poder público com o que sobra de outras áreas que, *via de regra*, estão diretamente ligadas ao econômico-corporativo, ao político, ao militar e ao estratégico (Santos, 2014a). Dessa forma, o próprio Estado se apresenta como um criador privilegiado de escassez, pois:

[...] estimula [...] a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensáveis e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (Santos, 2013b, p. 123).

Todos esses problemas apontados por Santos (2013b) decorrem da insistente diminuição das somas de recursos públicos destinados à saúde, à educação, ao transporte, ao lazer, ao saneamento, em função do atendimento das demandas mercadológicas. O efeito dessa subserviência do Estado ao capital é a ampliação das reais necessidades da sociedade (Santos, 2014a), que, em grandes, médias e pequenas cidades, sofre, por exemplo, com a falta de transporte público de qualidade, de saneamento básico nas ruas, de merenda escolar, de professores em sala de aula, de profissionais da saúde e demais áreas do serviço público, bem como de equipamentos públicos importantes às demandas cidadãs; daí a atrofia e a mutilação da cidadania e sua flagrante incompletude no território, onde, de fato, ela se revela tal como é.

O ordenamento cívico-territorial, por sua natureza cidadã, pressupõe uma inversão dessas prioridades. Na concepção que lhe dá sustentação, o território é, corretamente, um meio comum de atuação para todos os agentes (Santos, 2012a), mas o reclamo das corporações não constitui demanda central. Sobre essa questão, Santos (2014a) elabora que a dotação dos recursos não deve partir de uma alocação enviesada, mas de uma explícita e urgente definição da cidadania concreta, *id est*, dos direitos que efetivamente constituem a cidadania e são devidos a qualquer pessoa diante de suas reais necessidades. Com isso, o autor nos autoriza a reflexão de que o poder político, não efetivamente partidário, deveria ser norteado por essas questões e não pelas demandas de grandes corporações (vide as várias “bancadas” no Congresso Nacional brasileiro), por vezes estrangeiras, sequiosas por lucro e pela extração dos excedentes nacionais.

Assim, a instalação de determinados fixos públicos ou fixos sociais em certas realidades socioespaciais ajudaria, na acepção do autor, a promover uma transformação cidadã em nível territorial, uma vez que tais inserções de equipamentos e, conseqüentemente, de serviços sociais seriam realizadas para atender a uma demanda existente a partir dos reclamos das pessoas em seus lugares. Essa “acessibilidade compulsória aos bens e serviços” (Santos, 2014a, p. 159), que, para o estudioso em referência, não será resolvida da noite para o dia, deve ser encarada como um componente obrigatório em qualquer projeto nacional que seja pensado para o país em suas diferenças regionais, desde o território.

É por isso que, como um direito inalienável dos indivíduos, o território deve adquirir centralidade na questão da cidadania. Sua conceituação, entretanto, deve

ter em conta não uma noção herdada da modernidade, que privilegia o território em si, mas uma concepção híbrida, que revela a pertinência dos seus usos pela sociedade, pois “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1994, p. 15). Trata-se, portanto, de uma dimensão que privilegia o território como totalidade, um *território usado* (Santos, 1994), forma-conteúdo em processo (Santos, 1999), expressão do dinamismo social cuja apreensão nos é possibilitada pela dialética entre objetos e ações (Santos *et al.*, 2000).

Em linha com esse pensamento, portanto, Silveira (2003, p. 128) nos adverte sobre a impossibilidade de explicar o território sem o seu uso, isto é, sem uma análise “de sistemas de objetos e normas presentificados pelas desiguais ações contemporâneas” (Silveira, 2003, p. 130). Disso, por sua vez, resulta o reconhecimento das dinâmicas socioespaciais no período atual e, sobretudo, das desigualdades territoriais que condicionam lugares e regiões a um contexto de inequidade e de “vazio de cidadania” (Santos, 2014a), algo que, por certo, justifica/reafirma o território como um elemento basilar da proposta de ordenamento cívico-territorial, aqui explicada.

Nessa perspectiva, os lugares ou regiões onde há uma rarefação de equipamentos para atender a determinadas demandas sociais centrais à dignidade humana são, portanto, objetos prioritários nessa proposta cidadã de ordenamento territorial, voltada a uma “geografização da cidadania” (Santos, 2014a). A Amazônia, região historicamente impactada pela atuação do Estado em favor do mercado, mediante formas de ordenamento econômico-corporativo do seu espaço regional, apresenta um quadro de fortes desigualdades territoriais em relação às demais regiões brasileiras. Por isso, na próxima seção, busca-se analisar algumas possibilidades produzidas pela ideia de um ordenamento mais cidadão no espaço amazônico.

### **3.2 Ordenamento cívico-territorial como possibilidade na Amazônia**

Tida como um mote do ordenamento cívico-territorial, a “geografização da cidadania” pressupõe que avancemos de uma cidadania abstrata a uma cidadania concreta (Santos, 2014a), determinada, portanto, pela própria materialização dos direitos no território, que é onde o fenômeno da cidadania se manifesta de fato. Isso,

por sua vez, nos leva a pensar no papel das cidades, tendo em vista o potencial de articulação e de organização cultural, econômica, política e social que possuem em determinada realidade regional e/ou sub-regional. Para o contexto amazônico, essa constatação torna-se mais evidente, sobretudo se se considerar, por exemplo, a responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) que determinadas cidades possuem na rede urbana regional. Mas, o que isso significa? Qual é a relação entre esse processo e a configuração de um ordenamento cívico-territorial como possibilidade na Amazônia?

Conforme já mencionado anteriormente, sabe-se que o ordenamento econômico-corporativo fora estruturado na Amazônia pelo Estado por meio da seletividade espacial, isto é, da concentração de investimentos, bens e serviços públicos e privados em determinados “pontos” da região; processo esse realizado no contexto de uma urbanização difusa (Trindade Júnior, 2015b) e corporativa (Santos, 2013b) que contribuiu diretamente com a difusão desigual e seletiva do meio técnico-científico-informacional (Santos; Silveira, 2012) nesse subespaço brasileiro. Daí a centralidade (Sposito, 2001) de algumas cidades amazônicas em particular, sobretudo daquelas que, por sua relativa densidade de fixos e fluxos, acabam assumindo um papel relevante no anteparo de demandas multiescalares na região (Trindade Júnior, 2015a).

Para além das centralidades econômicas e políticas que estabelecem o papel de determinadas cidades da Amazônia (Trindade Júnior; Pereira, 2007; Trindade Júnior, 2011a, 2015a, 2015b, 2016b), por vezes fortemente definidas e estruturadas a partir da atuação hegemônica do mercado mediante grandes projetos econômicos e de desenvolvimento e suas respectivas materializações no território, os “grandes objetos” (Santos, 1995), há que se destacar na região a produção de uma forma de centralidade urbana muito mais afeita ao atendimento de demandas sociais e cidadãos no território, o que sugere a existência de especificidades intrínsecas ao fenômeno urbano nessa porção do território brasileiro.

Fala-se isso porque, como uma consequência do referido processo de urbanização corporativa, da seletividade espacial a ele inerente e que dele resulta na configuração de um meio técnico-científico-informacional (Santos, 2012a, 2013a, 2013b), tem-se a produção de verdadeiros “vazios de cidadania” no país (Santos, 2014a), especialmente naquelas áreas mais pobres, que não apresentam uma tal “vocação” econômica e, por isso, não são interessantes para o mercado no contexto

do ordenamento econômico-corporativo do território. Nesses espaços, as políticas públicas devem ser concebidas para atender às demandas e necessidades sociais de parcelas da população invisibilizadas por toda essa lógica economicista e hegemônica; contexto esse onde recebem destaque as chamadas “cidades de responsabilidade territorial”, apontadas por Bitoun (2009).

Ao problematizar o urbano disperso e isolado em porções do Brasil, Bitoun (2009) elabora que a posição geográfica e a relativa boa estrutura de muitas cidades do país acabam as definindo como os únicos recursos “urbanos” em certas regiões; daí a ideia por ele estabelecida de “cidades de responsabilidade territorial”, espaços que, em determinadas redes urbanas e dadas as distâncias que as separam de centros regionais e metropolitanos relativamente mais bem estruturados, tendem a se apresentar enquanto suportes aos núcleos urbanos dos seus entornos sub-regionais, onde parcelas da população regional carecem de acesso a bens e serviços sociais importantes à reprodução da vida.

Acerca dessas realidades socioespaciais particulares, Bitoun (2009) chama a atenção para a inseparabilidade entre conteúdos urbanos e rurais na economia urbana e no cotidiano das cidades; inseparabilidade essa, inclusive, deveras marcante na urbanodiversidade amazônica, conforme propõe Trindade Júnior (2021b). Aquele autor também pondera sobre a importância do reconhecimento das desigualdades sociais, que, nelas, tendem a se agravar com o crescimento urbano e se manifestar nas diferenciações do habitat das populações, algo que, por si só, sugere e justifica a concepção de intervenções urbanísticas alinhadas às suas particularidades. Por fim, Bitoun (2009) aponta o relativo distanciamento geográfico dessas cidades em face das metrópoles e dos grandes centros regionais (sobretudo na Amazônia ocidental, dos grandes rios, conforme o autor); daí advindo, portanto, a necessidade de melhor equipá-las com fixos sociais públicos (Santos, 2014a) com vistas ao atendimento das demandas cidadãos existentes nesses contextos sub-regionais.

Problematizando a Amazônia oriental, Trindade Júnior e Ribeiro (2009) apontam que, diferentemente das cidades médias localizadas em regiões economicamente mais desenvolvidas, onde a presença do meio técnico-científico-informacional se manifesta de forma mais contínua (Santos; Silveira, 2012), na Amazônia, o reconhecimento das cidades médias e a leitura de suas respectivas centralidades são propiciados mais pela densidade dos fluxos do que propriamente

pela massiva presença dos fixos na paisagem regional. Assim sendo, considerada como uma região onde as relações das cidades com suas respectivas hinterlândias são esgarçadas (Santos; Silveira, 2012) e onde há um notável quadro de “vazio de cidadania” (Santos, 2014a), as demandas por bens e equipamentos sociais é flagrante no espaço amazônico; razão pela qual o argumento de Bitoun (2009) quanto à necessidade de melhor equipar as cidades com fixos sociais públicos (Santos, 2014a) ganha sustentação.

Conforme lembra Santos (2014a), um indivíduo é mais ou menos cidadão a depender de sua condição socioespacial no território e, mesmo, desse território na rede urbana, uma vez que os equipamentos e serviços sociais não raro são distribuídos desigualmente e em consonância com a hierarquia urbana. Nesse sentido, para as populações de muitas cidades da Amazônia, quando não se está perto de uma metrópole, a referência socioterritorial para o atendimento/viabilização de determinadas necessidades está em cidades médias ou em cidades pequenas que abrigam atividades econômicas de expressão e, por isso, apresentam razoável estrutura urbana em comparação com a maioria das cidades pequenas da região, definidas por um quadro de precariedade quanto à presença de bens e serviços essenciais; daí a pertinência da ideia de “responsabilidade territorial” atribuída por Bitoun (2009) a determinadas cidades.

Em se tratando da Amazônia ocidental, comentada por Bitoun (2009), destaca-se a pesquisa realizada por Schor, Costa e Oliveira (2007) nas cidades situadas ao longo da calha do Rio Solimões (mais de 1.500 km de percurso), na qual os autores analisaram a rede urbana existente nessa sub-região do espaço amazônico e elaboraram tipologia que contribui para a compreensão do papel funcional das diversas cidades dessa realidade. Nesse sentido, após estabelecer algumas diferenciações de ordem teórico-conceitual, alguns perfis de cidades foram identificados no trabalho, como, por exemplo, as cidades médias (a) de responsabilidade territorial, (b) com dinâmica externa e (c) de fronteira; e as cidades pequenas (a) dependentes, (b) de responsabilidade territorial, (c) com dinâmica econômica externa e (d) de fronteira (Schor; Costa; Oliveira, 2007).

No que diz respeito às cidades de responsabilidade territorial, em particular, os autores (Schor; Costa; Oliveira, 2007; Schor; Costa, 2007) apontam as funções de intermediação por elas desempenhadas em seus respectivos entornos sub-regionais ao longo da calha do Rio Solimões, seja no ponto de vista dos fluxos de



transporte entre as cidades médias e as demais cidades menores (como o fazem as cidades pequenas de Benjamin Constant, São Antônio do Içá e Fonte Boa), seja nas perspectivas institucional, econômica e territorial (como o fazem as cidades médias de Tabatinga, Tefé, Manacapuru, Parintins e Itacoatiara), conformando um conjunto de redes que configuram a rede urbana dessa região analisada e revelam a complexidade do perfil e das funções dessas cidades na realidade socioespacial em foco.

A par desse debate e a fim de problematizar o papel das cidades amazônicas para além dos atributos econômicos e políticos usualmente mobilizados para a interpretação do urbano na região, Trindade Júnior (2018) contribui com a discussão ao sugerir a pertinência de pensarmos em outras centralidades urbanas para a Amazônia. Assim, após refletir sobre as centralidades econômicas e políticas (Trindade Júnior, 2011a; Trindade Júnior, 2016c) que em muito definem as cidades impactadas pelas modernizações do território decorrentes do avanço de frentes de expansão (Trindade Júnior, 2015b), o autor sinaliza para a pluralidade que caracteriza o difuso fenômeno urbano e regional contemporâneo e nos fala de outras especificidades territoriais que não devem escapar do escopo de nossas reflexões (Trindade Júnior, 2018).

Tais especificidades, em sua leitura, relacionam-se em larga medida àquelas cidades não diretamente tocadas pelas referidas modernizações e cujas lógicas de ordenamento do território estão vinculadas, sobretudo, às demandas sociais e territoriais endógenas (Trindade Júnior, 2018). Desse modo, dado o fato de essas cidades atuarem na oferta e distribuição de importantes bens e serviços junto a núcleos populacionais menores que as orbitam, o autor nos fala da constituição de uma centralidade socioterritorial; proposição conceitual essa baseada fundamentalmente em demandas de fluxos relacionadas a uma lógica de relativa proximidade espacial e que, por isso, são capazes de se contrapor à natureza corporativa daquelas relações econômicas e políticas que relativamente têm definido as formações urbanas no período técnico-científico-informacional.

Na Amazônia oriental, uma cidade como Cametá, situada na sub-região paraense do Baixo Tocantins (Trindade Júnior, 2009), conquanto apresente pouca convergência de fluxos e atividades econômicas globais e esteja em uma sub-região afetada diretamente por dois grandes projetos econômicos e infraestruturais (UHE Tucuruí, a montante do Rio Tocantins, e o Projeto Albras-Alunorte, a sua jusante),

ainda possui fortes vínculos com o rio e a floresta e adquire destaque em sua rede urbana pela importância que possui no atendimento de demandas sociais e territoriais de natureza mais endógena. Por essa razão, Trindade Júnior (2015c) propõe reconhecê-la como uma cidade média nessa porção do espaço amazônico, dado o seu papel sub-regional no oferecimento de serviços e na distribuição de mercadorias, isto é, sua centralidade socioterritorial.

Ademais, salienta-se que a centralidade socioterritorial não se circunscreve apenas às cidades mais tradicionais e não diretamente envolvidas pelas lógicas corporativas. Isso porque, em cidades da Amazônia oriental onde estão estabelecidas grandes atividades econômicas, como Marabá (sudeste paraense) e Santarém (oeste paraense), por exemplo, nota-se o já consolidado papel econômico-político que elas desempenham em suas respectivas sub-regiões imediatas (Nunes; Trindade Júnior; Cardoso, 2014; Trindade Júnior; Trindade; Oliveira, 2014; Trindade Júnior, 2016c), mas também a articulação socioterritorial que desempenham na rede urbana, por meio do atendimento de demandas sociais a partir da oferta de serviços médico-hospitalares (hospitais regionais), educacionais (instituições de ensino superior) e outros mais ligados à vida cotidiana, como nas feiras, nos portos e trapiches.

Acerca de Marabá, por exemplo, Trindade Júnior (2024) reflete sobre algumas atividades e agentes que fazem com que essa cidade possa ser entendida para além das dinâmicas corporativas (Nunes; Trindade Júnior; Cardoso, 2014; Trindade Júnior *et al.*, 2016) que têm definido esse espaço nas últimas décadas. Trata-se, segundo o autor, de atividades fortemente ligadas a um circuito inferior da economia (Santos, 2004), a um circuito superior marginal (Santos, 2009a), mas também a atividades não propriamente econômicas, como aquelas derivadas de demandas culturais, políticas e sociais de grupos e classes diversos, manifestas residualmente em face da lógica capitalista e/ou como formas de resistência diante da urbanidade que as recusa (Trindade Júnior, 2024).

Nessa perspectiva, o autor em comento destaca a presença dos espaços de vivência ribeirinha (portos, trapiches, balneários, rampas etc.) e o papel que eles desempenham no apoio e na reprodução desse modo de vida na cidade (Trindade Júnior *et al.*, 2016); dos equipamentos, atividades e instituições de apoio às populações indígenas do sudeste paraense que habitam e têm a cidade como um espaço de reprodução multidimensional da vida (Malheiro, T., 2019); das feiras

livres, verdadeiros elos entre o rural e o urbano tidos como permanentes no cotidiano da cidade, especialmente no atendimento das necessidades de varejo dos consumidores locais, próprias de um circuito inferior da economia; e das instituições de ensino superior que atuam na oferta de cursos técnicos e superiores em Marabá, polarizando fluxos sub-regionais de pessoas em busca de formação profissional (Trindade Júnior, 2024).

A identificação desse tipo de centralidade, segundo Trindade Júnior (2018, 2024), nos leva tanto a reconhecer as diversidades inerentes ao fenômeno urbano no território brasileiro quanto a estabelecer um certo descentramento no modo de analisar os processos socioespaciais da Amazônia em relação ao próprio Brasil. Busca, nesse sentido, potencializar outras formas de centralidade urbana não relacionadas estritamente aos modelos econômicos e políticos (Santos, 2014a) de espaço há mais de meio século em voga no país, mas em formas e conteúdos não dominantes que estão diretamente ligados à reprodução da vida.

É dessa forma que a ideia de centralidade socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) pode ser fortemente associada à proposta de um ordenamento cívico do território (Santos, 2014a), segundo a qual há necessidade de se conceber lógicas de ordenamento mais afeitas aos pressupostos das pessoas vivendo em copresença nos seus lugares de vida – a “solidariedade orgânica”, nos termos de Santos (2003, 2012a) – e às demandas sociais internas, com capacidade não somente de se contrapor, mas também de subordinar os modelos econômicos e políticos hegemônicos de organização do espaço (Santos, 2014a), tão marcado pelos processos de corporativização (Santos, 2013b) engendrados pela associação entre o Estado e o mercado, especialmente em uma região como a Amazônia (Castro, 2008).

As cidades, nesse processo, resguardam um papel importante não apenas por se constituírem historicamente enquanto espaços de apoio às atividades econômicas realizadas por grandes empresas e agentes hegemônicos do capital. Isso porque, mediante o atendimento das demandas e necessidades sociais, seja por equipamentos e serviços públicos, seja por formas não modernas de reprodução da vida, especialmente em sub-regiões excluídas dos processos de modernização do território e, por isso, dramaticamente marcadas por um “vazio de cidadania” (Santos, 2014a), há possibilidades de se pensar em ordenamentos territoriais menos economicistas e que valorizem a dimensão humana do espaço.

Na Amazônia, as cidades de responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) e suas centralidades socioterritoriais (Trindade Júnior, 2015c, 2018, 2024) parecem bem sinalizar para essa possibilidade, sobretudo se se pensar em formas de “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) que nos ajudem a vislumbrar a cidadania concreta e, assim, a combater a igualmente histórica incompletude desse fenômeno no território; daí a importância de problematizar a dinâmica decorrente de determinados objetos e ações (Santos, 2012a) na região, bem como as diferentes expressões de ordenamento territorial que tanto se consolidaram quanto podem ser vislumbradas.

Alguns outros elementos, quando visualizados em conjunto, acontecendo simultaneamente (ou não), nos ajudam a entrever os contornos de um ordenamento cívico-territorial na Amazônia, como, por exemplo, o papel das instituições públicas de ensino superior (questão a ser mais bem discutida em outros capítulos desta tese), a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) diante das particularidades da região, a partir da implementação de programas voltados à produção de medicamentos fitoterápicos e da circulação de Unidades Básicas de Saúde Fluviais, a atuação das agências-barco de bancos públicos em face das cidades e comunidades ribeirinhas amazônicas, bem como a pertinência que uma empresa pública como os Correios desempenha em um espaço regional marcado por viscosidades e lentidões.

No que se refere à relevância do Sistema Único de Saúde (SUS), sabe-se que esse macrossistema de saúde possui quase três décadas e meia de existência e realização no território brasileiro<sup>38</sup>. Assim, ao agregar ampla e diversa materialidade em sua estruturação, estabelecida como uma verticalidade (Santos, 2012a) no país, Ribeiro (2015, 2017) pondera que o SUS organiza e gerencia uma variedade de fluxos no espaço nacional, de modo que dois atributos, principalmente, conferem notável importância ao seu estabelecimento nesse contexto, quais sejam: a centralização e descentralização de natureza técnica e política de suas ações; e a

---

<sup>38</sup>O SUS foi regulamentado pela Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Brasil, 1990), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, definindo esse sistema de saúde como um “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público” (Brasil, 1990, art. 4º).

necessária sensibilidade desse sistema de saúde às especificidades dos lugares onde se instala.

Sobre esse último aspecto, destaca-se uma iniciativa pautada nas particularidades regionais e desenvolvida com vistas à promoção da cidadania em uma importante cidade da Amazônia. Trata-se do Programa Farmácia Nativa<sup>39</sup>, uma ação que potencializa o uso de plantas medicinais – um aspecto caro à cultura regional, dada a mobilização da sabedoria popular e da ancestralidade dos povos amazônicos – e que foi reimplementada em Belém (PA), mediante parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do curso de graduação em Farmácia, com vistas ao cultivo de plantas medicinais e à produção de medicamentos fitoterápicos a serem distribuídos de forma gratuita à população local (Gomes, 2022).

Como parte da iniciativa, foram definidos tipos de plantas medicinais a serem, inicialmente, utilizadas no seio do programa – *Allium sativum* (alho), *Aloe vera* (babosa), *Alpinia zerumbet* (colônia), *Curcuma longa* (açafrão), *Cymbopogon citratus* (capim santo), *Plectranthus barbatus* (boldo brasileiro) e *Zingiber officinale* Roscos (gengibre) – e hortos onde essas plantas serão plantadas e cultivadas na cidade, para posterior encaminhamento para produção e, depois, distribuição dos medicamentos já processados nas Unidades de Saúde do município de Belém (Gomes, 2022).

Isso, certamente, revela-se como uma importante ação cidadã concebida em sintonia com as tradições inerentes à cultura amazônica, valorizando-a, e com dinâmicas não hegemônicas ligadas ao uso do território na região, não obstante o fato de o SUS se apresentar como uma política definida verticalmente. Assim, a partir da solidariedade orgânica (Santos, 2003, 2012a) estabelecida entre prefeitura e uma instituição de ensino superior, o SUS acaba contribuindo com o fortalecimento de horizontalidades espaciais (Santos, 2012a) e, mesmo, com a potencialização de aspectos particulares do espaço amazônico; algo também possível de ser verificado quando analisamos o papel desempenhado pelas Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) nesta região.

---

<sup>39</sup>O Programa Farmácia Nativa foi criado na segunda gestão (2002-2005) de Edmilson Rodrigues (PSOL) na Prefeitura de Belém e retomado em seu terceiro mandato (2021-2024) à frente do executivo municipal belense. As quatro outras gestões que intercalaram o segundo e o terceiro governo de Edmilson Rodrigues em Belém não promoveram o programa.

Pensadas como uma forma de reforçar a saúde em áreas marcadas pelas viscosidades da navegação fluvial e pelo tempo lento (Santos, 2013a), relativamente característico dessa forma de circulação, as UBFS foram estruturadas como um novo modelo da Atenção Básica para a região amazônica (El Kadri *et al.*, 2019). Nessa perspectiva, essas embarcações foram concebidas para comportar as Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF), devidamente equipadas, que irão atender às populações ribeirinhas da Amazônia. A Figura 4 ilustra a UBFS de Afuá, uma pequena cidade amazônica situada na sub-região paraense do Marajó, marcada por muitos desafios econômicos e sociais.

Figura 4 – Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) de Afuá (PA)



Fonte: Gabriel Carvalho da Silva Leite, ago. 2024.

Em sua estrutura, uma UBSF conta com consultórios médico, odontológico e de enfermagem, ambiente para armazenamento e dispensação de medicamentos, laboratório, sala de vacina, cabines com leitos para a equipe de saúde (composta, minimamente, por cinco profissionais) e outros espaços como banheiros e cozinha. Por meio desses objetos, que funcionam durante 20 dias por mês em áreas selecionadas para a atuação (Unidades [...], 2024), o SUS consegue estender a sua

política pública de Atenção Básica em saúde a muitas realidades da Amazônia que são marcadas pela ausência de serviços sociais e, com efeito, por um “vazio de cidadania” (Santos, 2014a). Nesse mesmo sentido, mas fomentando a oferta de outros serviços sociais, adquirem destaque as agências-barco de bancos públicos como a Caixa Econômica Federal (CEF).

Também como uma forma de atender às demandas sociais de populações ribeirinhas da região amazônica, a Caixa Econômica Federal criou duas agências-barco (Figura 5) a fim de dar suporte ao atendimento bancário em localidades da região cujas populações precisam, periodicamente, deslocar-se até pequenas, médias e grandes cidades para viabilizar demandas como cadastramento e saque de benefícios sociais, emissão e recebimentos de cartões, abertura de contas, concessão de microcréditos, negociação de dívidas, atualização de aplicativos etc. (CEF, s.d.).

Figura 5 – Agência-barco “Chico Mendes” da Caixa Econômica Federal



Fonte: CEF (s.d.).

A agência-barco “Chico Mendes”, criada em 2010, é uma das duas embarcações itinerantes utilizadas pela Caixa Econômica Federal na promoção dos serviços bancários junto às comunidades ribeirinhas da Amazônia, especialmente na porção ocidental desta região, abrangendo os municípios amazonenses de Alvarães, Amaturá, Anamã, Anori, Barcelos, Beruri, Codajás, Careiro da Várzea, Fonte Boa, Jutai, Manaquiri, Novo Airão, Uarini, Tonantins e Santo Antônio do Içá. A outra é a



agência-barco “Ilha do Marajó” (Figura 6), que, desde 2014, na Amazônia oriental, atende alguns municípios do estado do Pará, como Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Limoeiro do Ajuru, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Figura 6 – Agência-barco “Ilha do Marajó” da Caixa Econômica Federal



Fonte: Caixa [...] (2024).

A partir dos lugares onde ancoram e atuam como pontos de atendimento da Caixa<sup>40</sup>, esses barcos viajam uma vez por mês até o próximo município a receber os serviços bancários, realizando tudo que uma agência convencional oferece, com exceção de movimentações de grandes quantias em espécie (CEF, s.d.), algo que se justifica em razão dos crimes fluviais praticados por piratas nos rios da região. Assim, a CEF garante cidadania a muitas populações da região que, sem a presença desses fixos sociais (Santos, 2014a) em suas localidades, aumentam seus gastos com passagem de barco e/ou combustível para suas pequenas embarcações, por ocasião do deslocamento até os centros urbanos que possuem agências convencionais desse banco. Acrescenta-se nesse esforço analítico a importância da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – os Correios, que, segundo Venceslau (2017), possui diferentes estratégias de uso do território,

---

<sup>40</sup>O cronograma de atendimento das agências-barco nos municípios da região pode ser acessado no site da Caixa Econômica Federal (CEF, s.d.).



sobretudo em um espaço regional como a Amazônia, e oferece outros serviços para além dos serviços postais.

De antemão, deve-se frisar que os Correios são uma empresa pública que tem 362 anos de existência e, durante todo esse tempo, construiu uma importante base espacial no Brasil, de modo que, atualmente, ela está presente em praticamente todos os municípios do país e possui cerca de 11 mil unidades espalhadas pelo espaço nacional, o que denota a sua alta capilaridade e difusão no território brasileiro. Nesse sentido, para além dos serviços postais, que definiram durante muitos anos a sua principal atividade, os Correios também têm atuado no comércio eletrônico e na oferta de outros serviços relevantes ao cidadão, como, por exemplo, criação de endereços formais, emissão de Cadastro de Pessoa Física (CPF), emissão de certificados digitais<sup>41</sup> e realização de serviços financeiros (saque, pagamentos etc.).

Por meio de suas agências, os Correios também promovem a distribuição das urnas eletrônicas em todo o território brasileiro, viabilizando as eleições no país, e garantem à sociedade o acesso a importantes programas sociais, como o extinto Programa Fome Zero<sup>42</sup>, responsável pela arrecadação e entrega de centenas de toneladas de alimentos, e o Programa Bolsa Família, que viabiliza uma renda a milhares de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Durante a pandemia de Covid-19 (2020-2023), a empresa pública em comento continuou sendo um importante braço logístico do Estado brasileiro, atuando na distribuição das vacinas contra o coronavírus nos municípios do país (Venceslau, 2020). Esses aspectos, por si só, revelam a importância desse importante fixo social (Santos, 2014a) brasileiro, bem como esclarecem o porquê dos interesses em torno de sua privatização.

---

<sup>41</sup>“A certificação digital é um documento que autoriza transações em ambiente virtual que demandam identificação clara do usuário, como o comércio eletrônico, a assinatura de contratos, governo eletrônico e algumas operações bancárias” (Venceslau, 2017, p. 215).

<sup>42</sup>O Programa Fome Zero foi iniciado no ano de 2003, no primeiro governo (2003-2006) de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores-PT), e extinto governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Caracterizou-se como uma das primeiras políticas sociais postas em prática pelo presidente Lula da Silva durante todo o período dos seus dois primeiros mandatos (2003-2006 e 2007-2011) à frente da Presidência do Brasil.

Isto posto, aponta-se que, diante das propostas de quebra do monopólio postal da União (lançadas no ano de 2009<sup>43</sup>) e da entrada de multinacionais ligadas a esse serviço no país, Venceslau (2017) avalia que a atuação dos Correios se caracteriza como condição importante para a construção de um modelo cívico-territorial (Santos, 2014a). Esse, conforme sustenta o autor, contrapõe-se ao ordenamento territorial economicista pretendido pelas empresas privadas do serviço postal no Brasil, mediante o qual a disposição e a instalação desses fixos estariam baseadas em uma relação de custo-benefício que, em vez de fortalecer a cidadania no território nacional, inviabilizaria a prestação do serviço nas áreas mais distantes dessa porção do território brasileiro; fato esse que também contribui para a criação de espaços “vazios de cidadania”, como discute Santos (2014a).

Nesse particular, ao considerar a diversidade territorial brasileira e marcar a importância dos Correios, Venceslau (2017) chama a atenção e, ao mesmo tempo, defende a necessidade de um serviço postal que seja público e acessível, mesmo naqueles espaços, a exemplo da Amazônia, onde as condições materiais impõem aos fluxos postais as maiores viscosidades do território nacional. Assim, ao refletir sobre o papel dos Correios e a construção de um ordenamento cívico-territorial no Brasil, o autor conclui que importará mais o tempo das necessidades humanas e dos lugares do que propriamente o tempo mais expresso, produtor de alienação e, nesses termos, correlato a um modelo econômico de espaço; daí advindo a pertinência dessa empresa pública na construção de outro ordenamento territorial.

Implicados mais com as necessidades sociais do que com as demandas de mercado, destaca-se que os Correios e as demais iniciativas aqui arroladas sugerem a promoção de uma “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) na Amazônia e nos ajudam a entrever a construção de um outro ordenamento territorial, mais comprometido com as demandas populares e cidadãs a partir da oferta de serviços essenciais às populações da região, em especial, aquelas que habitam as áreas marcadas pela ausência de cidadania no extenso espaço amazônico. O Estado, nesse particular, age no sentido de garantir a cidadania, por meio de políticas

---

<sup>43</sup>No mês de agosto de 2021, houve a aprovação do texto-base do Projeto de Lei 591, de 2021 (Brasil, 2021a), que autoriza/abre caminho para a exploração de todos os serviços postais no Brasil pela iniciativa privada, com destaque para a desestatização dos Correios. Em 2023, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato como presidente da República, os Correios e outras estatais foram retirados do programa de privatização iniciado na gestão anterior (Bischoff, 2023).

públicas e da viabilização de objetos e ações sintonizados com tais realidades (Santos, 2004, 2014a). Dessa maneira, e considerando as particularidades desta região, chama-se a atenção para a pertinência de pensarmos a cidadania, mas, sobretudo, a florestania, dadas as especificidades que marcam a dinâmica deste espaço regional.

A florestania surge nos anos 1980, com o movimento social liderado pelo seringueiro Chico Mendes, no Acre, no seio da Aliança dos Povos da Floresta, e busca dar conta da vida cidadã na floresta, questionando a narrativa segundo a qual a cidadania é algo peculiar apenas a quem vive nas cidades, quando, na verdade, e por aquela perspectiva, deve ser estendida a todas as pessoas que vivem na Amazônia (Abud, 2022). Isso porque, conforme a problematização de Trindade Júnior (2013a), a floresta nada mais é que um espaço socialmente produzido (Lefèbvre, 2013) e, na Amazônia, um elemento que confere particularidade regional a esse espaço, não devendo ser dissociada das relações sociais nas quais ela se insere e que nela adquirem mais ou menos projeção na paisagem, ora afirmando, ora negando a sua multidimensionalidade.

Nessa perspectiva, um autor como Gudynas (2019) destaca que a florestania vai ao encontro da ideia de metacidadanias, as quais são plurais e, por isso, adquirem expressão em diferentes dimensões, sejam elas culturais, étnicas e mesmo ambientais, determinando, portanto, a impossibilidade quanto ao estabelecimento de um padrão único de cidadania que possa ser imposto a todas as comunidades humanas e a todos os ecossistemas. Ou seja, a realização de diferentes interações socioambientais resulta em metacidadanias específicas, de modo que, para o caso amazônico, a florestania bem pode ser entendida como tal, como um tipo de cidadania, ou de metacidania (Gudynas, 2019), forjado pelas relações sociais dos povos da região para com a floresta, mormente daquelas populações que lutam pela floresta em pé e pela manutenção de dimensões outras desse espaço socialmente produzido, para além do mero economicismo.

Dessa maneira, a partir da luta dos seringueiros acreanos em razão do aproveitamento dos recursos florestais com baixo nível de intervenção e um processo de extração cuidadoso, mas também da reivindicação da própria cidadania desses povos diante dos grandes fazendeiros e do desmatamento por eles produzido para sustentar a pecuária, advém a ideia de florestania como uma forma de defender um modo de vida, mas, principalmente, um ecossistema. Assim,

ao conjugar “floresta” e “cidadania”, a florestania lança luzes sobre aspectos que nos permitem compreender os diversos grupos sociais da região como integrantes de uma determinada comunidade ecológica, uma alusão, conforme observa Gudynas (2019), à cidadania da selva.

Nesse sentido, a florestania faz referência a uma metacidania que deriva de um contexto ecológico particular situado no trópico úmido e que é formado por uma diversidade de povos (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, entre outros) que vive nesse ecossistema e, sobretudo, o aproveita sem destruí-lo, por meio de práticas organicamente solidárias (Santos, 2003, 2012a) e diretamente adaptadas a ele (Trindade Júnior; Leite; Oliveira, 2021b). Revela-se, por conseguinte, uma forte indissociabilidade entre as práticas sociais e o contexto ecológico-espacial em tela, algo que nos permite ir além da nebulosa divisão entre sociedade e natureza e, nos termos de Swyngedouw (2001), a pensá-la dialeticamente como socionatureza:

[...] tanto a sociedade quanto a natureza são produzidas [...] A idéia de uma espécie de natureza absolutamente pura (primeira natureza nos termos de Lefèbvre) torna-se crescentemente problemática à medida que a socionatureza produz uma “natureza” inteiramente nova no espaço e no tempo e o número de híbridos e quase-objetos se multiplica. De fato, desde o início da modernização, mas em ritmo acelerado na medida em que ela avançava, os objetos e sujeitos da vida cotidiana tornaram-se gradualmente mais socionaturais [...] Sem dúvida, o processo de produção da socionatureza inclui processos materiais (edifícios e novos materiais genéticos), bem como múltiplas representações simbólicas e discursivas da natureza [...] (Swyngedouw, 2001, p. 87-88).

Em sintonia com esse raciocínio, Trindade Júnior (2023) reflete sobre a produção social do espaço amazônico e afirma que a ideia de socionatureza demonstra certa importância na compreensão desta região, pois:

[...] nesta, a separação natureza e sociedade é mera abstração, uma vez que, na primeira, de alguma maneira, a sociedade se faz presente, seja de forma direta, por meio de alterações visíveis na paisagem, seja de forma indireta, mediante representações e valores socioculturais; e, na segunda, a natureza se integra de maneira mais ou menos alterada aos demais elementos socioespaciais criados pelo trabalho humano, assim como aos imaginários simbólico-culturais da vida cotidiana [...] (Trindade Júnior, 2023, p. 224).

Diante desse arrazoado, destaca-se a importância dos povos da floresta, do campo e das águas na proteção do ecossistema amazônico e a pertinência da ideia

de florestania, que sugere a inseparabilidade desses grupos sociais para com o seu espaço. Desse modo, entendida como uma “cidadania da floresta”, a florestania certamente vai ao encontro de todos esses elementos até aqui articulados em torno da “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) na Amazônia; algo que, além do mais, pode nos indicar, inclusive, a reflexão em torno de uma “geografização da florestania” neste espaço regional, dadas as suas particularidades e a importância/força que os povos da floresta possuem – força essa, entretanto, forjada na ausência de políticas públicas relacionadas à oferta de serviços sociais essenciais e que lhes são de direito.

Isso ratifica a pertinência de pensarmos nessa dimensão da cidadania à luz da particularidade regional amazônica e na formulação de um ordenamento cívico do território como possibilidade, em que as demandas dos povos da própria região, em sua diversidade, sejam priorizadas em face das demandas economicistas e que são caras ao ordenamento territorial econômico-corporativo historicamente configurado na Amazônia. Pensar o ordenamento cívico-territorial, como contraponto, suscita a consideração do espaço como uma condição elementar à cidadania, tendo em vista ser nele onde a cidadania se revela como tal, incompleta (Santos, 2014a), e a oferta de serviços sociais essenciais às populações amazônicas, materializados por meio de políticas públicas sintonizadas com as especificidades regionais.

Deve-se levar em conta, também, a importância e o papel daquelas cidades que, em espaços marcados pelo “vazio de cidadania” (Santos, 2014a), possuem uma verdadeira responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) na região, especialmente no que diz respeito à oferta desses serviços às populações dramaticamente alijadas de seus direitos sociais e territoriais pela ausência de políticas públicas voltadas às suas localidades. Potencializar a cidadania e, assim sendo, a florestania dos povos da Amazônia coloca-se como uma tarefa central no esforço de construção de um outro ordenamento territorial na região, desta feita, cívico-territorial.

O próximo capítulo, por seu turno, explora elementos importantes a esse debate, estabelecendo uma crítica a algumas expressões do ordenamento econômico-corporativo na Amazônia, mas, especialmente, conferindo destaque à pertinência de *outros objetos* na região, cujos papéis possuem relevância na tarefa de pensarmos um ordenamento territorial mais cidadão nesta porção do espaço brasileiro.

#### 4 DOS GRANDES OBJETOS AOS OBJETOS DE GRANDEZA CIDADÃ NA AMAZÔNIA

*O conhecimento dos objetos e dos processos  
passa a ser fundamental para uma ação  
deliberada e renovadora [...] na análise social  
e na construção do futuro.  
(Milton Santos)*

Investigando a natureza do espaço na década de 1990, Santos (2012a) nos mostra que o fenômeno espacial é formado por um conjunto contraditório, indissociável e também solidário entre sistema de objetos e sistema de ações. Essa definição, por sua vez, marca o aprimoramento intelectual desse autor quanto à sua investigação sobre o mais interdisciplinar dos objetos de estudo (Santos, 2005, 2008, 2014b). Assim, se a realidade espacial poderia ser apreendida à luz da interação entre fixos e fluxos (Santos, 2008, 2014b), ou entre configuração territorial e relações sociais (Santos, 2014b), Santos (2012a) aduz que, doravante, ela também deve ser entendida a partir da inter-relação recíproca entre objetos e ações<sup>44</sup>, tal qual nos ilustra aquela conceituação.

A leitura e a interpretação de ambos, objetos e ações, dialeticamente articulados, ofertam-nos a possibilidade de estabelecer uma aproximação crítica quanto à dinâmica e à realidade concretas em movimento, uma vez que o sistema de objetos condiciona a maneira pela qual as ações se realizam, ao passo que o sistema de ações, por seu turno, suscita tanto a criação de novos objetos quanto a realização da história por sobre aqueles objetos preexistentes na sociedade, outrora denominados por Santos (2008) como “rugosidades”. Considerando esse ponto, Santos (2012a) afirma que “[o]s objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos”. O que isso pode significar?

Diante desse preâmbulo, este capítulo objetiva discutir a existência de determinados objetos espaciais e suas respectivas ações na Amazônia. Assim, por meio de levantamento e revisão bibliográfica, mormente, busca-se problematizar a

---

<sup>44</sup>O que, evidentemente, não diminui a pertinência dos conceitos de fixo, fluxo e configuração territorial (Santos, 2014b) na análise do espaço; análise essa que, inclusive, torna-se reforçada com a devida operacionalização dos instrumentos conceituais em comento.

questão dos “grandes objetos” na Amazônia, apontando algumas de suas expressões e respectivas formas de atuação regionais, para, em seguida, discutir a ideia de objetos de grandeza cidadã com vistas tanto à sua conceituação quanto à sua importância no espaço amazônico.

#### **4.1 Os grandes objetos: solidariedades organizacionais e verticalidades espaciais**

Na década de 1990, quando foi convidado<sup>45</sup> para refletir sobre os grandes projetos na Amazônia, Santos (1995) articulou questões interessantes acerca da configuração territorial dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento na região, denominando-os de “grandes objetos” técnicos (Santos, 1995), isto é, materializações de partes de um sistema de ações projetado em nível global e que é responsável por introjetar uma nova dinâmica territorial no espaço amazônico (Trindade Júnior, 2010a). Funcionando em sistema, graças ao período da globalização, esses objetos técnicos apresentam uma unidade de comando informacional que advém dos centros econômico-políticos do mundo; inform(ações) essas que, inclusive, têm a capacidade de, em muitos casos, (re)definir o papel das regiões na hegemônica divisão territorial do trabalho. Trata-se, nos termos de Santos (2012a), de uma solidariedade organizacional.

Assim, considerando as reflexões de Santos (1995, 2012a), para quem o espaço passa a apresentar um conteúdo extremamente técnico, sobretudo no final do século XX, Trindade Júnior (2010a) assinala que os “grandes objetos” revelam-se como verdadeiras expressões da “cara geográfica” da globalização – o meio técnico-científico-informacional – (Santos, 2013a), entendidos também como símbolos de uma urbanização corporativa (Santos, 2013b) que cada vez mais se desdobra na região. Além disso, por estarem configurados por intencionalidades e objetivos alheios às demandas e necessidades do local de sua implantação – sendo, por isso,

---

<sup>45</sup>O convite a Milton Santos se deu por parte da socióloga Edna Castro, responsável pela coordenação do seminário nacional “Grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço”, promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), em abril de 1991, na cidade de Belém-PA (Oliveira, 2019).

importante diferenciar a “escala da ação” da “escala do resultado”<sup>46</sup> (Santos, 2009b) –, esses objetos técnicos afiguram-se como autênticas “correias de transmissão” (Santos, 1995, p. 17) aos reclamos de agentes e grupos econômicos a serviço do capital hegemônico.

Trata-se, portanto, de um “cavalo de Tróia”, ou, em outros termos miltonianos, da configuração territorial de uma “totalidade do diabo” (Santos, 1978) na Amazônia; região essa cujas relações histórica e tradicionalmente estabelecidas se veem desarticuladas por formas e conteúdos importados que consubstanciam uma forma de alienação sempre renovada nesse subespaço brasileiro. Sobre essa intencionalidade inerente aos “grandes objetos” no espaço amazônico, Santos (1995) destaca que ela é mercantil, mas também usualmente simbólica. E acrescenta:

Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vem (sic) trazer para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (Santos, 1995, p. 15-16).

É assim que, atendendo ao discurso e às intencionalidades do capital, as ações peculiares a esse período são instrumentalizadas nos objetos técnicos com o propósito de maximizar os objetivos dos agentes hegemônicos no espaço; o que, de acordo com Akrich (2014), abre possibilidades para entendermos tais objetos como instrumentos politicamente poderosos em um território, e isso tanto pela capacidade de invasão que eles possuem (Santos, 1995, 2012a) quanto pela capacidade de relativa despolitização e de produção de conteúdos estranhos (Akrich, 2014) nos seus espaços de instalação – locais onde, felizmente, eles encontram resistência ou, como diria Santos (2012a), a força do lugar.

Na Amazônia, uma vez mais, Santos (1995) nos autoriza o entendimento de que, territorialmente, os “grandes objetos” assumem a forma de extensas rodovias e ferrovias, de hidrovias, de modernos portos e aeroportos, de hidrelétricas faraônicas, de “cidades corporativas” (Santos, 2013b) – cidades *na* floresta (Trindade Júnior,

---

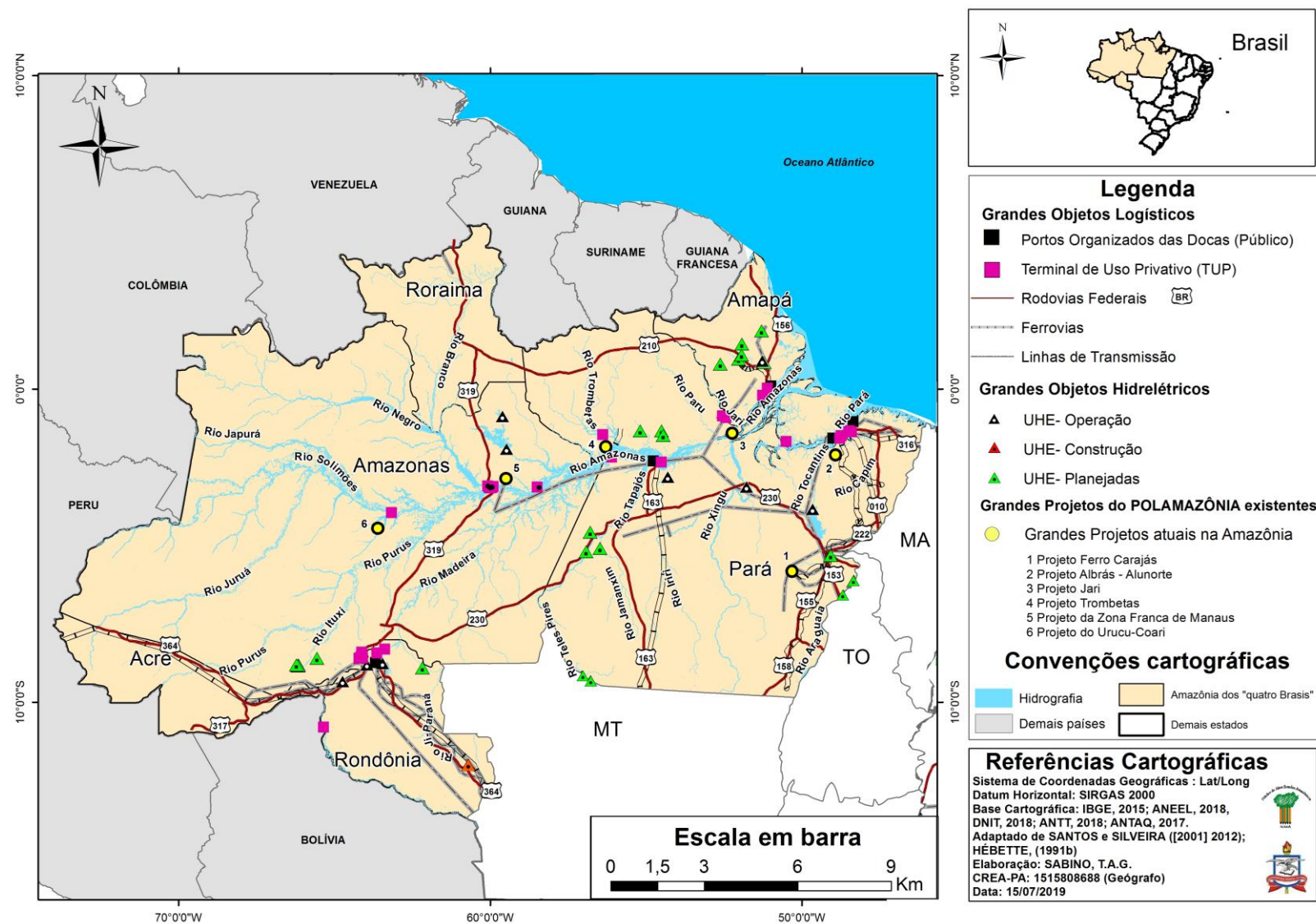
<sup>46</sup>Na obra *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, Santos (2009a) pondera que a “escala da ação” se relaciona à origem de determinado processo, enquanto a “escala do resultado” diz respeito ao *locus* onde a referida ação se realiza e se expressa territorialmente.



2010a) – e outros fixos que, mantidos ou não com dinheiro público, estão a serviço das lógicas capitalistas dominantes, de modo a conferir certa fluidez ao território (Arroyo, 2005) face as suas demandas. Trata-se de objetos articulados ao externo e criados sob o fito da eficácia, da logística, da produtividade, da rentabilidade, e que, sem a garantia de retorno aos investimentos (econômicos, políticos etc.) aplicados e/ou previstos, perdem importância e deixam um rastro de destruição nos seus locais de instalação. O Mapa 1 representa alguns desses “grandes objetos” na região.

Nesse particular, um autor como Hébette (1995b) nos chama a atenção para pensar criticamente a “problemática regional de uma região como esta” (Santos, 1995, p. 16), pois, a partir da década de 1960, a palavra “projeto” apareceu constantemente associada à questão do desenvolvimento, especialmente em regiões consideradas social e economicamente “subdesenvolvidas”, como a Amazônia e o Nordeste. Nesse sentido, levando-se em conta as robustas dimensões do espaço amazônico nos territórios brasileiro e latino-americano, bem como sua condição de possuidor dos maiores recursos do planeta (os maiores rios, a mais diversa biodiversidade, uma gigantesca floresta etc.), devia-se, ironicamente, projetar algumas “grandes obras” (Hébette, 1995b, p. 361), a fim de utilizar “racionalmente” essa reserva de grandezas que era/é o referido subespaço nacional.

Mapa 1 – “Grandes objetos” na Amazônia



A denominação “grandes objetos”, de Santos (1995), não nos parece fugir a esse raciocínio de Hébette (1995b), pois, no que concerne à Amazônia, aquele autor afirma se tratar de “[...] uma região que resta natural para uma quantidade de coisas e que, de sopetão (sic), recebe objetos imensos, cheios de intencionalidades estranhas, dotados de uma força que jamais antes se viu a serviço do que não está aqui” (Santos, 1995, p. 16-17). Ainda no contexto desse debate, mas em outra contribuição (Santos, 2012a), o autor acrescenta que esses “grandes objetos” catalisam as relações predatórias entre os seres humanos e o meio, inclusive impondo severas transformações à natureza; fato esse que coloca tais objetos técnicos como “centrais na produção do que se convencionou chamar de crise ecológica” (Santos, 2012a, p. 253) no período atual.

Páginas da história regional recente da Amazônia resguardam marcas dramáticas que decorrem da instalação desses objetos na região, uma vez que, sob a articulação do Estado nacional com o grande capital (Castro, 2008; Pinto, 1995) e do conhecido lema “terras sem homens para homens sem terra”, uma série de investimentos pôde ser direcionada para este espaço regional com o intuito de colonizá-lo e de “desenvolvê-lo” econômica e socialmente. Destacando um paradoxo, Hébette (1995b) denuncia que, em plena selva amazônica, o que se produziu foi, na verdade, “quilômetros de terra sem mata e pouca gente” (Hébette, 1995b, p. 365), sobretudo em suas porções oriental e meridional, tidas como as áreas mais agressivamente apropriadas pelo saque capitalista na região.

No Acre, assim como em outras partes da região amazônica, as políticas públicas definidas pelo governo militar foram decisivas ao seu reordenamento territorial, que adquiriu impulso principalmente na década de 1970 com a incorporação do estado à fronteira agrícola, com a construção de grandes obras de infraestrutura (p. ex.: BRs 317 e 364), bem como com a concessão de incentivos fiscais e a realização de programas agropecuários (Morais, 2001). Da mesma maneira, a chegada de petrolíferas e, mais recentemente, a retomada de seus projetos de prospecção mineral em áreas como o Vale do Rio Juruá, na fronteira com o Peru, têm representado um alto risco aos indígenas que ali vivem isolados (Mesquita; Sevá, 2019), sobretudo pela ameaça aos territórios e ao próprio modo de vida desses sujeitos que habitam as florestas densas e pouco alteradas dessa região.

No que diz respeito a Roraima, Lapola e Repetto (2018) analisam os impactos de grandes projetos de desenvolvimento em terras indígenas, mais especificamente aqueles relacionados à Usina Hidrelétrica de Jatapu, no Rio Jatapu. Embora não esteja instalado nas dependências de uma terra indígena, os autores revelam que essa usina tem ocasionado sérios contratempos junto aos indígenas Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, uma vez que, dentre os diversos prejuízos trazidos à vida desse povo, a barragem provocou problemas quanto à disponibilidade de alimentos e colocou em perigo o uso do rio como um recurso fundamental para a sobrevivência; motivo pelo qual os Wai Wai têm se posicionado de forma crítica e questionado o discurso dos grandes projetos nesse território, tendo em vista a ausência de medidas mitigadoras em relação aos impactos que são gerados pelo empreendimento.

A instalação de um “grande objeto” e o aumento de problemas epidemiológicos foi objeto de preocupações de Delani (2015), que, em Rondônia, investigou a relação entre a disseminação dos casos de dengue no município de Porto Velho, capital desse estado, e a construção dos novos sistemas de engenharia do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Em sua análise, o autor identifica problemas quanto à aplicação de um planejamento consentâneo às necessidades locais e nos adverte que os impactos ambientais e sociais decorrentes da implantação desses empreendimentos foram maiores do que o previsto. Não obstante, Delani (2015) também confirma a sua hipótese quanto à influência direta da epidemia de dengue relacionada à edificação do referido complexo de objetos hidrelétricos; fato que, por certo, amplia nossa percepção no que concerne aos problemas causados por esses objetos técnicos no espaço amazônico.

No estado do Amazonas, destacam-se os rebatimentos socioespaciais de grandes projetos energéticos e de transporte na cidade de Iranduba, situada na Região Metropolitana de Manaus (RMM) (Sousa, 2011). Ao tratar do gasoduto Coari-Manaus (que tem Iranduba em sua região de influência) e da ponte sobre o Rio Negro (que interliga essa cidade e outras a Manaus), o autor destaca a forma pela qual os empreendimentos cancelados pelo Estado contribuem para a dinâmica de produção do espaço urbano no Amazonas e como a política de desenvolvimento tem sido pensada nesse contexto urbano-regional. Em que pese os repetitivos e falaciosos discursos de preocupação com o meio ambiente, Sousa (2011) também aponta alguns problemas decorrentes das referidas obras de infraestrutura nessa

realidade local, com destaque para o aumento do preço de determinados serviços, o início da especulação imobiliária (principalmente em áreas rurais), o incremento do processo de ocupação e a intensificação do tráfego diário de veículos na cidade.

O esforço de Emmanuel Santos (2010) em compreender aspectos da produção do espaço do Amapá também revela questões interessantes sobre a atuação dos grandes projetos públicos e privados nessa fração da Amazônia, sobretudo desde os anos 1950, com o Projeto ICOMI (extração de manganês), o Complexo Industrial do Jari (produção de celulose e extração e beneficiamento de caulim e bauxita)<sup>47</sup> e o Projeto – depois tornado Programa – Calha Norte (proteção da fronteira Norte da região e estabelecimento/oferta de determinadas ações e serviços públicos). Às exigências do capital, esses projetos produziram os primeiros delineamentos de modernização e ordenamento do território amapaense, o qual, em meados da década de 2000, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Margarit, 2019), também passou a contar com a materialização de redes técnicas que desestruturaram, não sem resistência, o modo de vida de diversas comunidades tradicionais para afirmar interesses capitalistas na região.

Na Amazônia paraense, foco deste trabalho, destaca-se que a atividade pecuária, a exploração madeireira, a mineração, a edificação de barragens, o agronegócio, bem como a abertura e a construção de rodovias, hidrovias e ferrovias, por exemplo, são alguns dos processos relacionados à atuação dos grandes projetos e que suscitam suas respectivas materializações neste subespaço, os “grandes objetos”, como quer Santos (1995); elemento esse que reforça a tese miltoniana (Santos, 2012a, 2013a) de que os objetos técnicos funcionam em sistema e, nesse sentido, não podem ser dissociados das ações que os projetam e os dinamizam no espaço.

Além disso, salienta-se o quadro de “impunidade legalizada”<sup>48</sup> (Castro, 2018) que impera na aplicação dos dispositivos legais reguladores da

---

<sup>47</sup>Este projeto ocupa 1,3 milhão de hectares de terras distribuídos nos territórios paraense (55%) e amapaense (45%), ambos cortados e separados pelo Rio Jari (Santos, E., 2010).

<sup>48</sup>Embora a expressão “impunidade legalizada” tenha sido cunhada por Castro (2018) para se referir à questão das hidrelétricas, bem como dos desastres e da judicialização dos conflitos socioambientais inerentes ao setor elétrico no Brasil e, particularmente, na Amazônia, parece-nos que a ideia também pode ser aplicada aos demais grandes projetos (minerais, rodoviários, hidroviários etc.) concebidos e/ou materializados no espaço amazônico, tendo em vista a letargia dos órgãos competentes quanto à fiscalização das operações desses projetos e/ou da exigência em relação ao cumprimento dos compromissos socioambientais na região por parte desses agentes econômicos.

materialização/operação dos grandes projetos econômicos e de desenvolvimento, aprofundando os problemas e conflitos de natureza socioambiental na região. O trabalho de Nascimento (2019), nesse sentido, pontua os crimes ambientais praticados em 2003, 2009 e 2018 pela fábrica de alumina Hydro-Alunorte em Barcarena (PA) e que acometeram seriamente a sobrevivência de comunidades locais. Em sua contribuição, a autora relata problemas quanto à emissão de licenças, à fiscalização das atividades da empresa e à ausência de estudos necessários à sua operação, bem como ao não cumprimento de importantes condicionantes e medidas de segurança que poderiam ter evitado os reincidentes desastres minerais nesse município.<sup>49</sup>

Crítica aos discursos de “progresso” e de desenvolvimento regional veiculados pelo Estado aquando da instalação desses empreendimentos na Amazônia, mas também em outras partes do Brasil, Castro (2019) nos indica que a proximidade desses “grandes objetos” (Santos, 1995) em relação às áreas de antiga ocupação de comunidades locais tem proporcionado vários impactos às formas de organização de vida e de trabalho desses grupos sociais. Cria-se, ainda segundo a autora, um campo de ameaças e de perda de direitos em virtude da expansão das estruturas do capital por sobre os territórios desses povos, que, nesses processos, são submetidos aos conflitos, à violência e aos desastres socioambientais (Castro; Carmo, 2019); elementos esses tão peculiares ao *modus operandi* do desenvolvimento capitalista que, sob resistências, é responsável por produzir verdadeiras “zonas de sacrifício”<sup>50</sup> ambiental, étnico e social (Castro, 2019) no espaço amazônico.

O sudeste do estado do Pará, por exemplo, em muito revela as perversidades praticadas por esse avanço capitalista na região. É o que nos evidencia, entre outros trabalhos sobre a problemática, a contribuição de Bruno Malheiro (2019), que, ao analisar a atuação da mineradora Vale S.A., indica o processo de acumulação por

---

<sup>49</sup>Desastres esses que não cessam de acontecer. Isso porque, em 2021, o município de Barcarena foi acometido por mais um desses crimes ambientais, dessa vez, decorrente da explosão do depósito de produtos químicos da mineradora multinacional Imerys, que, na ocasião, por conta do incêndio do local onde estava armazenado hidrossulfato de sódio, provocou poluição tanto do ar (com o prejudicial odor da fumaça, característico de dióxido de enxofre) quanto da água em Barcarena.

<sup>50</sup>Recorrentemente utilizada por intelectuais latino-americanos críticos ao desenvolvimento, a ideia de zonas de sacrifício busca dar conta daquelas áreas onde o capital subjuga recursos e populações locais à voracidade de suas dinâmicas predatórias e espoliadoras e deixa um dramático rastro de destruição, exclusão e morte (Castro, 2019).

espoliação<sup>51</sup> (Harvey, 2005) praticado por essa empresa junto aos povos da região (quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, camponeses etc.), os quais, localizados nos “caminhos do ferro”, têm seus territórios e seus modos de vida sistematicamente violentados<sup>52</sup> em nome dos lucros daquela corporação. Novaes e Acevedo Marin (2015), por sua vez, contribuem com a identificação de estratégias de resistência coletiva por parte de povos e comunidades tradicionais atingidos e expropriados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Para as autoras, trata-se de estratégias que, além de contestarem a atuação desse empreendimento, conferem visibilidade à mobilização política de agentes sociais frequentemente invisibilizados e anulados pela Eletronorte.

Tal lógica de modernização regional inerente aos empreendimentos hidrelétricos, mas também logísticos e turísticos, foi igualmente questionada por Lima (2020), cuja tese revela os impactos desses objetos em territórios de uso/apropriação comum nas cidades de Altamira (sudoeste paraense), Marabá e Tucuruí (sudeste paraense). Nessa contribuição, o autor também enfoca as formas de protagonismo e solidariedade estabelecidas entre movimentos socioambientais e diferentes grupos sociais que resistem coletivamente às práticas nocivas de tais projetos infraestruturais nessas realidades sub-regionais da Amazônia paraense.

Ademais, a problemática ligada principalmente às hidrelétricas tem traduzido as questões e os conflitos instaurados na sub-região do sudoeste paraense, conforme nos informam os trabalhos de Silva (2016), que analisa a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, e as fortes transformações causadas às vilas e comunidades rurais impactadas diretamente ou não pelo empreendimento; e de Padinha (2017), que, também sobre Belo Monte, investiga a força “espoliadora” desse objeto na região e seus rebatimentos socioespaciais perversos às vidas de

---

<sup>51</sup>Harvey (2005) assinala que essa forma de acumulação encontra fundamento em modos de operar bastante peculiares ao capitalismo, como, por exemplo, a fraude, o saque e a violência, que, sistematicamente, contribuem com o projeto capitalista de transformação de bens públicos e comuns em mercadoria.

<sup>52</sup>Barbosa e Almeida (2013) advertem que os efeitos da atividade mineradora de ferro praticada pela Vale estendem-se para a Amazônia maranhense. Isso porque, em sua pesquisa, os autores nos informam sobre a articulação escalar relacionada aos projetos econômicos que integram o antigo Programa Grande Carajás (PGC) e chamam a atenção para o papel estratégico desempenhado pela Ferrovia Carajás e pelo Porto de Itaqui – os “caminhos do ferro”, de acordo com Bruno Malheiro (2019) – na exportação de *commodities*; objetos esses que contribuíram, outrossim, para o avanço do agronegócio (controlado por grandes grupos econômicos multinacionais, por exemplo, Bunge e Cargill) e para a expulsão de populações camponesas de seus territórios de vida nessa conflituosa região.

indígenas, quilombolas, ribeirinhos e mesmo de pessoas que habitam a periferia da cidade de Altamira (PA). Nascimento e Castro (2017) nos advertem que a postura adotada pelo Estado na construção e na operação de Belo Monte – que atinge as populações de onze municípios<sup>53</sup> dessa sub-região – está assentada na suspensão de aparatos normativos, sem os quais o caminho para a produção de violências, como as citadas, torna-se permitido.

A questão da logística relacionada ao agronegócio, bem como os problemas decorrentes dessas atividades, é o que tem conferido certo destaque às dinâmicas socioespaciais do oeste paraense. O trabalho de Brito e Castro (2017) nos permite atribuir esse fato à construção da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), tida como um importante eixo para o escoamento da produção graneleira e de outras *commodities* para o mercado internacional; objeto espacial esse cujo longo processo de asfaltamento culminou e ainda culmina em uma série de vicissitudes problemáticas nessa porção da Amazônia, como, por exemplo, na grilagem de terras, no aumento do desmatamento, no tráfico de metais preciosos e nos conflitos engendrados para com as etnias indígenas que vivem nessa sub-região.

Ainda sobre essa porção do estado do Pará, a tese de Schuber (2019) revela o quadro de transformações socioespaciais (difusão de novas práticas de consumo e lazer estranhas ao lugar, agravamento das desigualdades, ampliação dos contrastes na estrutura intraurbana) produzido em Itaituba, especialmente a partir da instalação de portos, estações de transbordo de cargas, terminais de uso privativo etc. para servir aos interesses do agronegócio globalizado. A autora também aponta que, mediante a reestruturação urbana provocada pelas políticas neodesenvolvimentistas e pela consequente chegada de diversos agentes econômicos nessa região, Itaituba pode ser entendida como uma cidade média na rede urbana regional, sobretudo pelo aprofundamento de seus papéis econômicos e políticos nessa importante fração do espaço amazônico.

A acelerada expansão dos grandes projetos ligados à cultura do dendê nas últimas décadas também tem contribuído para o ordenamento territorial economicista da Amazônia paraense. É o que revela, por exemplo, o estudo de Mota *et al.* (2019) em relação à dendeicultura em municípios do nordeste do Pará,

---

<sup>53</sup>As operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte atingem os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu (Nascimento; Castro, 2017).



especialmente quanto à disputa entre dois modelos não excludentes de agricultura: de um lado, uma agricultura ligada a culturas tradicionalmente cultivadas e associadas a padrões locais de consumo (farinha, mandioca, feijão-caupi etc.) e, de outro, uma com produção proveniente de contratos para preparação de matérias-primas voltadas à agroindústria articulada a mercados globais. Por parte do Estado, e relativamente em seus três níveis, a dendeicultura recebeu um expressivo conjunto de incentivos: maior financiamento, maior suporte técnico/“pacotes tecnológicos”, além de melhor valorização do produto no mercado, se comparado às culturas locais. Essas situações, portanto, contribuem para o abandono dessas últimas culturas (desvalorizadas e com falta de incentivos) e à integração dos agricultores tradicionais à produção de *commodities*.

Em outra porção do estado do Pará, especificamente na sub-região do Marajó, é a economia madeireira que se destaca no saque dos recursos da floresta e na produção do desmatamento. O objetivo é o mesmo: ampliar seus lucros na região, sem, com ela, socializá-lo. A exploração da força de trabalho local, conforme afirmam Carmo, Fernandes e Medeiros (2020), também desponta como um dos principais pilares que sustentam a atuação das grandes empresas do ramo nessa realidade. Assim, não obstante o ordenamento ambiental e territorial implementado no arquipélago do Marajó (Acevedo Marin *et al.*, 2015), a realização dessa atividade, sobretudo de forma clandestina, baseia-se na concentração de terras e na exportação dessa matéria-prima para os mercados internacionais, o que resulta em sérios problemas ao meio ambiente, mas também aos trabalhadores marajoaras (frequentemente populações tradicionais – pescadores, ribeirinhos, quilombolas etc.) envolvidos nesse processo, tendo em vista as condições de controle social, a invisibilização, a insalubridade e os impactos provocados pelas empresas ao modo de vida e à saúde dessas pessoas (Carmo; Fernandes; Medeiros, 2020; Santos, D., 2015).

Como se pode perceber, muitas são as contribuições que, de alguma forma, jogam luzes sobre a “chegada do estranho” (Martins, 1991, 1993), isto é, a problemática dos “grandes objetos” (Santos, 1995) instalados em diferentes porções da Amazônia, com destaque para o espaço paraense, foco desta pesquisa. Reforça-se, ademais, que as lógicas econômico-corporativas de ordenamento territorial correlatas a esses projetos provocam impactos socioambientais diversos e engendram uma redefinição do papel de muitas cidades da/na região (Trindade

Júnior, 2010a), consolidando centralidades urbanas configuradas, precipuamente, pelas demandas dos agentes hegemônicos da economia e da política, os quais, em sua realização, articulam esses espaços a lógicas alheias às sociedades local e regional.

Enquanto instrumentos da universalização perversa<sup>54</sup> (Santos, 2008), nota-se que esses objetos se instalam nos lugares com propósitos bem delineados e com capacidade, inclusive, de suspender a densidade normativa (Silveira, 1999) nesses subespaços. Tem-se, então, a produção de mecanismos que favorecem a implantação e o pleno funcionamento dos “grandes objetos” técnicos no espaço amazônico; mecanismos esses que, perversamente, cancelam a atuação irresponsável de empresas multinacionais e suas respectivas materializações em territórios tradicionalmente ocupados por povos da floresta, escancarando a tensão entre aquilo que chega face ao que preexiste.

Como já mencionado anteriormente, Castro (2018) nos fala de “impunidade legalizada”, enquanto Nascimento e Castro (2017) chamam a atenção para a própria suspensão dos aparatos normativos e que possibilitam não apenas a materialização dos referidos objetos técnicos, mas também a prática de violências várias em nome do pleno funcionamento desses agentes capitalistas na região.

Todos esses elementos, por sua vez, autorizam-nos a afirmar a correlação entre os “grandes objetos” e a forma de ordenamento territorial aqui denominada como econômico-corporativa. Inspirando-se nas contribuições de Silveira (1999) e de Trindade Júnior (2011b), pode-se visualizar esses objetos técnicos como verdadeiros “pontos de verticalidade” (Silveira, 1999) e autênticos “nós”<sup>55</sup> (Trindade Júnior, 2011b) no espaço amazônico; isso porque, na região, sua configuração

---

<sup>54</sup>Trata-se de um processo alçado ao nível universal e que, de acordo Santos (2008, p. 212), “não atinge a todos os atores, não é utilizado por todos os agentes; e somente beneficia a uns poucos, em detrimento do maior número. [...] Trata-se, portanto [...], de uma universalização perversa, porque sob o seu rótulo de generalização o que ela faz, sobretudo, é discriminar e aumentar, de um lado, a riqueza e o poder de alguns e, de outro lado, a pobreza e a fragilidade da imensa maioria”.

<sup>55</sup>Analisando as repercussões decorrentes da reestruturação mais recente do espaço amazônico, bem como seus rebatimentos na forma de articulação da cidade com o rio, Trindade Júnior (2011b) considera os espaços de vivências e os espaços de fluxos enquanto expressões da organização intraurbana atual dessa região. Nesse sentido, e metaforicamente, o autor se utiliza do termo “laços”, para reconhecer os espaços de fortes vivências e identidades ribeirinhas, e da palavra “nós”, para representar aquelas outras realidades espaciais cujo reino dos fluxos, da velocidade e da standardização da paisagem tem substituído o reino dos lugares. Estabelecendo um paralelo, os “nós” bem podem ser associados aos “grandes objetos” técnicos que promovem desarticulações socioterritoriais na região, enquanto os “laços” podem ser relacionados àqueles elementos que priorizam articulações socioterritoriais em determinado subespaço.

territorial e seu sistema de ações, pautado por uma solidariedade organizacional, atendem precipuamente às demandas mercadológicas. A natureza dos fixos, nesse sentido, é privada (Santos, 2014a) e, em muitos casos, como já pontuado, privada e mantida com recursos públicos, o que revela o cinismo dos agentes capitalistas que se apropriam dos recursos regionais através de incentivos estatais e pouco ou nada socializam com a região-objeto de suas atividades.

Por todas essas características, aponta-se que a ação regional decorrente da atuação dos “grandes objetos” é notadamente uma ação conservadora, que, de acordo com Bonazzi (1998), especialmente quanto à ideia de conservadorismo e sua função na sociedade, mostra-se contrária ao surgimento de forças inovadoras e revolucionárias, no sentido de garantir a manutenção do sistema político vigente e não raro alinhado ao capital hegemônico. Pensando a Amazônia paraense, observa-se que o papel dos “grandes objetos” e seu sistema de ações revela-se com o intuito de reforçar a estrutura de exploração capitalista por sobre os recursos regionais, bem como, de opressão em relação aos povos da floresta, do campo e dos rios, inclusive obliterando toda e qualquer mobilização contrária ao funcionamento/presença desses fixos na região.

Daí se falar, outrossim, que essas populações são, do ponto de vista dos seus direitos territoriais, violentadas e invisibilizadas pela atuação do grande capital no espaço amazônico. Trata-se de uma constatação largamente demonstrada em diversas contribuições (p. ex.: Acevedo Marin; Castro, 1993; Castro, 1995, 2018; Hébette, 1991, 1995a, 1995b; Martins, 1991) que desvelam o *modus operandi* e toda a agressividade – não sem resistência – inerente à atuação dos projetos capitalistas de grande escala e suas grandiosas materializações na Amazônia. Assim sendo, na perspectiva da divisão territorial do trabalho hegemônica, essa região é alçada à condição de “região do obedecer” (Santos, 1995), isto é, um subespaço que apresenta baixas densidades técnica e informacional e que, dessa maneira, serve de suporte às necessidades econômico-corporativas do grande capital (nacional ou estrangeiro) no território brasileiro.

Diante desses aspectos ora abordados, chama-se a atenção para a pertinência de se pensar em objetos e relações cuja dialética se coloca para além da dinâmica econômico-corporativa que tem definido um ordenamento territorial excludente e produtor de violências físicas e simbólicas nas regiões onde adquire

materialidade, graças a relação entre Estado e mercado, como até aqui pudemos verificar; discussão a ser mais bem tangenciada a seguir.

#### **4.2 Os objetos de grandeza cidadã: solidariedades orgânicas e as horizontalidades espaciais**

Considerando-se a importância das contribuições/denúncias que tratam dos grandes projetos e de suas respectivas materializações no espaço amazônico, sugere-se aqui a necessidade de se pensar e problematizar o papel e a atuação de *outros objetos* nessa realidade socioespacial tão relevante quanto “estrategicamente” visada nos planos nacional e internacional, tal como nos revela a produção recente desse espaço regional. Nesse sentido, quer-se vislumbrar as potencialidades de objetos e relações que, de certa forma, contraponham-se à dominância peculiar à dinâmica dos “grandes objetos” (Santos, 1995) e que promovam solidariedades socioespaciais mais alinhadas à emancipação dos seres humanos, como propõe Santos (2012b) em sua busca por um espaço verdadeiramente humano.

Avançando nesse debate, ventilado senão brevemente em outras oportunidades (Oliveira, 2019, 2024; Trindade Júnior; Leite; Oliveira, 2021a, 2021b), propõe-se a reflexão em torno de objetos que, para além da forma grandiosa que por vezes apresentam na paisagem regional, destacam-se pela grandeza cidadã de seus conteúdos, isto é, de suas ações nos lugares e nas regiões onde estão/serão instalados; daí, uma vez mais, denominarmos tais fixos como objetos de grandeza cidadã, aqui entendidos em contraposição àquelas expressões do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1995; Trindade Júnior, 2010a) e suas lógicas espaciais corporativas no território brasileiro.

Diante de nossa ambição em conferir um estatuto conceitual à ideia de objetos de grandeza cidadã, concordamos com Koselleck (1992), para quem a distinção entre palavra e conceito é algo primordial, haja vista que nem todo termo existente em nosso léxico pode, de forma irreflexiva, ser transformado em conceito, pois cada palavra possui um sentido que, por sua vez, sugere um conteúdo. Nessa perspectiva, a escolha das palavras para a composição de um conceito deve ser

realizada de forma criteriosa, de modo a possibilitar certo nível de teorização e de consequente reflexão sobre o que se quer compreender.

Assim, ainda de acordo com Koselleck (1992), para além de sua definição puramente linguística, o conceito viabiliza a realização de meditações sobre a realidade concreta com base em um conjunto de determinantes econômicos, culturais, políticos e sociais, ou seja, um contexto que tanto o justifica quanto pode ser pensado e/ou problematizado a partir dele, dialeticamente. Nesse particular, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser tornado inteligível é sempre tensa (Koselleck, 1992), haja vista que o primeiro estabelece contínuas relações com aquilo que se quer compreender, mas, evidentemente, não deve supor uma redução da totalidade e suas totalizações (Santos, 2012a) à sua abstração *per se*.

Ora, o conceito é fruto de um exercício do pensamento sobre a totalidade concreta (Lencioni, 2008; Lencioni; Trindade Júnior, 2024), portanto, uma abstração sobre coisas, fenômenos, fatos, leis, relações, lugares (Kosic, 1976), isto é, tudo aquilo que é objeto do conhecimento e se coloca na esfera do pensamento sobre o real. Dessa forma, a existência desse último, por sua natureza, independe de quaisquer meditações sobre ele, ao passo que o conceito, nesse processo, constitui-se enquanto mera representação *a posteriori* daquela totalidade, com ela não se confundindo. Assim sendo, como sustenta Lencioni (2008), um conceito nunca será capaz de expressar toda a riqueza inerente ao real, do qual ele é apenas um reflexo e, ao mesmo tempo, simplificação e generalização.

Enquanto uma dimensão objetiva e subjetiva das formas espaciais cujas ações apresentam uma potência cidadã no território, o conceito ora em proposição estabelece nexos com outros conceitos, categorias e noções importantes à sua elaboração, dos quais, por isso, não se pretende independente. Longe da pretensão de conter toda a riqueza do real (Lencioni, 2008), sua construção intenta capturar o essencial daquilo que se almeja representar para, desse modo, podermos refletir certo grau de generalização. Na sequência, o Quadro 1 sintetiza os principais elementos já discutidos em relação aos “grandes objetos”, bem como as principais características do que aqui estamos propondo como objetos de grandeza cidadã.

Quadro 1 – “Grandes objetos” *versus* objetos de grandeza cidadã: síntese aproximativa”

| Elementos               | “Grandes objetos”                                           | Objetos de grandeza cidadã                |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Representação espacial  | “Nós”, pontos de verticalidade                              | “Laços”, meio para novas horizontalidades |
| Natureza do ordenamento | Econômico-corporativa                                       | Cívico-territorial                        |
| Concepção de espaço     | Corporativo                                                 | Cidadão                                   |
| Natureza dos fixos      | Totalmente privada/ Privada e mantida com recursos públicos | Pública                                   |
| Ação regional           | Conservadora                                                | Transformadora                            |
| Direitos territoriais   | Invisibilizados, violentados                                | Realizados, geografizados                 |
| Perspectiva regional    | “Região do obedecer”                                        | “Região do (des)obedecer”                 |

Elaborado pelo autor, em 2021, com base em Oliveira (2019, 2021), Santos (1992a, 1995, 2013a, 2013b, 2014a), Silveira (1999) e Trindade Júnior (2010a, 2011b).

Ofertados à população à luz das demandas da própria sociedade, os objetos de grandeza cidadã representam metaforicamente verdadeiros “laços” (Trindade Júnior, 2011b) no território, tendo em vista, por meio de suas ações, a articulação socioterritorial e o reforço de identidades e vivências locais e regionais que eles pressupõem. Dessa maneira, em vez de “pontos de verticalidade” (Silveira, 1999), como os “grandes objetos” (Santos, 1995), os objetos de grandeza cidadã constituem, em nossa acepção, meios para novas horizontalidades (Santos, 1994) nos subespaços onde estão presentes.

Isso, de certa forma, anima a (re)descoberta e mesmo a potencialização de novas solidariedades orgânicas (Santos, 2012a; Silveira, 2011) e sinaliza para a construção de um ordenamento territorial de outra natureza, desejavelmente mais cidadão (Santos, 2014a), que priorize questões eminentemente sociais no território e se contraponha àquele dos “grandes objetos” (Santos, 1995), pautado em lógicas econômico-corporativas, conforme já discutido e exemplificado.

Nessa leitura, os objetos de grandeza cidadã podem ser definidos como autênticos fixos sociais públicos (Santos, 2014a), tendo em vista a sua disposição no território para atender às necessidades não exclusivamente do mercado, como frequentemente ocorre com os fixos privados, mas as necessidades e reclamos sociais por bens, equipamentos e serviços públicos fundamentais à reprodução da vida cotidiana das pessoas nos seus lugares.

É nesse sentido que a ação regional que orientam pode se apresentar como transformadora (Santos, 1992b, 2013a), pois tais objetos oferecem condições que fortalecem o processo de compreensão e de transformação do conteúdo espacial do cotidiano; daí se afirmar, outrossim, que os direitos territoriais (Santos, 2014a) das

populações que dialeticamente se articulam aos objetos de grandeza cidadã tendem a ser realizados, portanto, geografizados, o que reforça a condição desses fixos enquanto “laços” (Trindade Júnior, 2011b) no território e suscita a criação de centralidades urbanas de natureza socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) nos subespaços onde estão localizados.

Ora, se os “grandes objetos” sustentam uma perspectiva de obediência da região amazônica à hegemônica divisão territorial do trabalho, ao transformá-la em uma simples “caixa de força” e até mesmo em um mero “almoxarifado” ou “corredor logístico” para os interesses economicistas do capital transnacional, os objetos de grandeza cidadã, por outro lado, autorizam-nos uma leitura da região considerando o rendilhado de outras divisões do trabalho (Silveira, 2011) e a pluralidade de existências (Xavier, 2018) que, de fato, traduzem o que é o conteúdo socioespacial da região.

Permitem-nos, assim, uma interpretação do espaço regional a partir das lutas políticas, das culturas e dos saberes que, historicamente, são vilipendiados pelo avanço modo do capitalista de produção e suas correlatas dinâmicas de mercado; fato esse que, portanto, pode substanciar uma perspectiva regional de (des)obediência, *id est*, de uma “região do (des)obedecer” (Oliveira, 2024), em que todos os elementos invisibilizados pelo capital têm a possibilidade de serem valorizados.

Além de todas as características acima destacadas, aponta-se que os objetos de grandeza cidadã também contribuem para:

- a) o desvelamento dos lugares a partir, essencialmente, das variáveis internas em copresença;
- b) a articulação de saberes diversos;
- c) a potencialização de lutas e movimentos políticos de agentes e grupos sociais locais/regionais;
- d) o fortalecimento da solidariedade orgânica, histórica e corriqueiramente constrangida pela solidariedade organizacional;
- e) a valorização de um saber-fazer fundamentado na criatividade e na imaginação locais mediante a mobilização de técnicas próprias da vida cotidiana regional e, não menos importante;

f) a reflexão sobre concepções de espaços alinhadas à pluralidade de espacialidades e temporalidades presente na região, com vistas à concepção de um espaço precipuamente humano e cidadão.

Dessa maneira, sustenta-se que os objetos de grandeza cidadã têm o fortalecimento da cidadania concreta (Santos, 2014a) como horizonte de atuação, isto é, a expansão da “geografização da cidadania” no território, especialmente pela difusão de bens e serviços e pela garantia de direitos a todas as pessoas em seus respectivos lugares. É nessa perspectiva que se quer indicar as instituições públicas de ensino superior como tal, sem, entretanto, romantizar suas funções em determinado subespaço da região, tendo em vista as contradições que caracterizam a sua atuação em uma realidade, ora fortalecendo as demandas cidadãs, ora fortalecendo lógicas economicistas.

Não obstante, entendendo-as como objetos de grandeza cidadã (Oliveira, 2019, 2024; Trindade Júnior; Leite; Oliveira, 2021b), vislumbra-se compreender a forma de atuação regional desses fixos sociais na Amazônia, especialmente em sua porção paraense, onde a presença e o impacto dos “grandes objetos” (Santos, 1995; Trindade Júnior, 2010a) são bastante visíveis, sobretudo no que concerne aos povos da floresta que se veem invisibilizados, desrespeitados e violentados pela lógica corporativa nesse território, mesmo no interior daqueles fixos sociais (Santos, 2014a), conforme veremos em capítulo posterior.

Por essas razões, torna-se importante refletir sobre a presença contraditória dessas instituições nos mais recônditos lugares de uma região como a Amazônia e, principalmente, sobre a articulação dos povos da floresta para com esses objetos de grandeza cidadã, considerando-se a oferta de cursos de formação superior alinhados às especificidades espaço-temporais desses agentes sociais.

Dessa maneira, tem-se o reforço de possibilidades interessantes em relação à incorporação das instituições públicas de ensino superior em um projeto social que, para além da criação e da difusão necessárias do saber a um maior número de pessoas, também realize um diálogo profícuo com aqueles saberes e formas de conhecimento usualmente obliterados ou mesmo não plenamente incorporados ao âmbito institucional desses fixos.

É assim que, a despeito dos desafios, tais instituições, enquanto objetos de grandeza cidadã, tendem a contribuir no atendimento das necessidades cidadãs por



formação superior e, inclusive, possibilitar a potencialização de outros saberes (Santos, 2000a) desenvolvidos por agentes e grupos sociais diversos nos seus lugares de vida; fato esse que as políticas públicas de interiorização e de democratização do ensino superior gratuito têm viabilizado no território brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000.

Condição para a construção de um ordenamento territorial mais cidadão, os objetos em questão, juntamente com suas ações, podem potencializar o desvelamento dos lugares pelos próprios lugares (Santos; Silveira, 2000), tendo em vista a importante interpretação desses subespaços a partir de seus agentes e à luz de suas respectivas e particulares realidades socioespaciais. Tem-se, com isso, a valorização do saber local, da região, sem necessariamente descartar o saber do *expert* (Santos, 1999); o primeiro, relacionado aos sábios cujo conhecimento é nutrido pelo cotidiano e suas espacialidades, enquanto o segundo diz respeito ao conhecimento que um intelectual estranho à realidade analisada, ainda que importante, apresenta sobre determinado lugar ou região.

Essa valorização dos saberes locais no contexto dos objetos de grandeza cidadã nos permite considerar a articulação do conhecimento entre povos da floresta como um elemento “novo” e bastante importante no campo do sistema de ações, já que o “novo”, como lembra Silveira (2004), nem sempre é o moderno, isto é, aquilo que em um dado momento é instalado sob a lógica hegemônica do capital. Assim, apoiadas em um saber nutrido pelo cotidiano (Santos, 1999), criam-se condições para a produção de uma nova política, de baixo para cima (Santos, 2000b), que em nada se assemelha à política institucional fundada na ideologia do crescimento e em parâmetros quantitativos que mais enquadram e pouco compreendem a vida e o cotidiano dos seres humanos, em especial, na Amazônia e, particularmente, na Amazônia paraense.

Por fim, assinala-se que enquanto os “grandes objetos” técnicos tendem a fragmentar verticalmente os territórios e a (des)articular esses povos e suas formas e modos de viver, os objetos de grandeza cidadã, por outro lado e por sua natureza, sugerem uma agregação horizontal entre essas populações e seus saberes; sugerem, portanto, a produção de novas horizontalidades (Santos, 1994) com o potencial de, inclusive, oferecer maior tomada de consciência em relação aos efeitos daquela tecnosfera perversa, possibilitando a descoberta ou mesmo a redescoberta

de mecanismos capazes de conduzir à elaboração de ações contra-hegemônicas, tal como o pensamento de Santos (2000a) nos inspira.

Diante do que até foi discutido, isto é, considerando-se o uso corporativo do território na Amazônia e os grandes objetos técnicos (Santos, 1995; Santos; Silveira, 2012), mas também a potencialidade inerente à reflexão em torno de um ordenamento cívico do território (Santos, 2014a), que, dentre outros aspectos, pode adquirir expressão por meio de objetos de grandeza cidadã e da solidariedade orgânica (Santos, 2003, 2012a) por eles propiciada, o próximo capítulo problematiza aspectos relacionados à expansão do ensino superior no território brasileiro e, particularmente, na Amazônia.

## 5 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA AMAZÔNIA E AS NOVAS CENTRALIDADES SOCIOTERRITORIAIS

*A difusão desigual – tanto quantitativa quanto qualitativa – das instituições de ensino tem muito a ver com esse jogo de influências entre território e fenômeno educacional.*  
(Milton Santos e María Laura Silveira)

Inicialmente, cumpre destacar que dois grandes processos orientam, principalmente, a difusão espacial do ensino superior em um território: a expansão e a interiorização. Sobre ambos, Campani e Holanda (2020) aludem que a noção de expansão em muito se associa à *ampliação de algo existente*, enquanto a ideia de interiorização consiste em *conduzir algo para dentro*, isto é, para o interior, áreas onde, com frequência, a presença de elementos e conteúdos técnicos, científicos e informacionais é menos densa e, por vezes, manifesta-se de forma pontual no espaço (Santos, 2013a; Santos; Silveira, 2012), sobretudo em certas regiões de um país como o Brasil.

Nesse sentido, aquelas autoras advertem que “não podemos falar de interiorização sem expansão, mas podemos falar de expansão sem interiorização” (Campani; Holanda, 2020, p. 8), evidenciando que a interiorização tem como pressuposto a expansão, mas a expansão nem sempre tem a interiorização enquanto condição *sine qua non* à sua realização. Assim, diante desses elementos, tais processos ligados ao ensino superior serão aqui compreendidos da seguinte forma:

- expansão: processo de aumento da oferta geral de vagas e cursos de ensino superior em um determinado espaço regional e/ou país, seja pela criação de novas instituições de ensino superior, seja pela ampliação da estrutura e da capacidade das instituições já existentes;
- interiorização: processo que direciona a presença de instituições de ensino superior para áreas do país que revelam um menor acesso a esse nível de formação; ação essa realizada por meio da implantação de polos universitários e/ou *campi* em municípios que não possuem essas instituições, com o propósito de descentralizar o ensino das capitais e proporcionar formação superior para populações que, de outra forma, enfrentam obstáculos para acessá-las.

Dessa maneira, adverte-se que os processos em questão serão problematizados nesta tese principalmente em relação à educação universitária de natureza pública, sem, contudo, na medida do possível, desconsiderar o ensino superior privado, cujo processo de expansão o tornou, desde a década de 1970, proeminente no território brasileiro.

Assim, por meio de revisão bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo, visando ao levantamento de dados primários e secundários qualiquantitativos, este capítulo busca, inicialmente, apresentar um breve panorama ligado à consolidação e à expansão do ensino superior brasileiro ao longo do século XX. Em seguida, analisa a ampliação desse nível de formação entre os anos de 2000 e 2022 no país, propiciada pelas importantes políticas de expansão e interiorização do ensino superior nesse período. Por fim, enfoca a Amazônia<sup>56</sup>, de modo a perceber como essa expansão recente do ensino superior se manifesta nessa porção do Brasil e, desse modo, contribui com o reforço/criação de novas centralidades socioterritoriais.

## **5.1 Um breve panorama sobre a expansão do ensino superior no Brasil no século XX**

Considerando-se a história em sua longa duração (Braudel, 1965), a educação superior é um fenômeno recente no território brasileiro (Cunha, 2000; Sampaio, 1991; Saviani, 2010; Teixeira, 1989). Isso porque, enquanto países europeus e colônias europeias situadas nas Américas contavam com instituições universitárias já seculares (Chauí, 2001; Charle; Verger, 1996), o Brasil teve a sua primeira universidade oficialmente criada apenas no século XX, devido à proibição imposta por Portugal quanto à criação de universidades em sua colônia (Cunha, 2000). Tal perversidade, dentre outras decorrentes do processo de colonização do

---

<sup>56</sup>Embora o subcapítulo trate nominalmente da Amazônia, os dados utilizados para efeitos de análise concernem à Região Norte, uma das regiões geográficas identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua regionalização do espaço brasileiro. Ademais, salienta-se o fato de esse ser o recorte regional adotado por importantes órgãos brasileiros de produção e divulgação de dados quantitativos e qualitativos sobre o território brasileiro, como o próprio IBGE e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), esse último vinculado ao Ministério da Educação (MEC), tido como central no levantamento dos dados sobre o ensino superior no Brasil.

Brasil, resultou em um atraso notável na institucionalização da educação universitária e na difusão da formação superior neste território nacional.

Nesse particular, ainda que, durante os períodos colonial e imperial, o Brasil tenha contado com a realização de cursos superiores em áreas litorâneas e economicamente importantes do seu território (Cunha, 2000; Santos; Silveira, 2000; Saviani, 2010), foi somente a partir de 1889 – com a instauração do período republicano e, logo em seguida, da Constituição de 1891<sup>57</sup> – que esse importante nível de formação começa a tomar forma no espaço nacional.

Entretanto, é no interregno entre 1930 e 1945<sup>58</sup>, no seio do governo de Getúlio Vargas, que o ensino superior assiste à sua embrionária consolidação no Brasil (Teixeira, 1989), destacando-se, por exemplo, a criação de importantes e simbólicas instituições, como a Universidade do Rio de Janeiro<sup>59</sup>, criada em 1920 via decreto federal (Brasil, 1920), e a estadual Universidade de São Paulo (USP), fundada no ano de 1934 (São Paulo, 1934).

Ressalta-se que entre 1930 e 1960 o Brasil vivenciou um período de prosperidade econômica e de institucionalização da atuação do Estado, que se torna fortalecido e se constitui um importante agente no desenvolvimento de vários setores sociais, como a educação superior (Spatti; Serafim; Dias, 2016). Nesse

---

<sup>57</sup>Em seu Art. 35, parágrafo 3º, a primeira Constituição republicana do Brasil impele ao Congresso, mas não privativamente, a criação de instituições de ensino superior e secundário nos estados do país (Brasil, 1891). Isso, por sua vez, abriu caminho para que iniciativas fossem tomadas – sobretudo no domínio privado – quanto à criação de algumas instituições de ensino superior, algo decorrente da fusão das preexistentes faculdades livres e isoladas que já atuavam ao longo do território nacional. Foram elas, por exemplo, a pioneira Universidade de Manaus (em 1909), a Universidade de São Paulo (em 1911), a Universidade do Paraná (em 1912), bem como, as estatais Universidade do Rio de Janeiro (em 1920) e, no ano de 1927, a Universidade de Minas Gerais. Contudo, aponta-se que, logo após as suas respectivas criações, essas instituições foram rapidamente dissolvidas, sendo, em momentos posteriores, retomadas e consolidadas (Teixeira, 1989; Cunha, 2000).

<sup>58</sup>A década de 1920 assistiu à instauração de um importante debate em prol da criação de universidades no Brasil. Na década seguinte, junto com a fundação do Ministério da Educação (MEC), esse debate é apropriado pelo governo central e reformulado no âmbito do Estatuto das Universidades Brasileiras (Brasil, 1931), uma reforma educacional conservadora que tanto pretendia definir a universidade como forma preferencial para a oferta de ensino superior quanto visava regulamentar os sistemas público e privado desse nível de formação. Porém, pondera-se que tal iniciativa não suprimiu a forma de escolas e faculdades autônomas atuantes no país, preservando, assim, a hegemonia do modelo anterior: uma Reunião de estabelecimentos preexistentes (Durham, 2003; Teixeira, 1989); modelo esse que, por seu turno, acabou orientando a configuração e o surgimento de várias instituições universitárias públicas no país, na primeira metade do século XX.

<sup>59</sup>Aqui, trata-se da primeira experiência referente à federal do Rio de Janeiro, que, em meados da década de 1930, passa a ser denominada como Universidade do Brasil e, em momento posterior a essa década, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conforme alude Teixeira (1989).

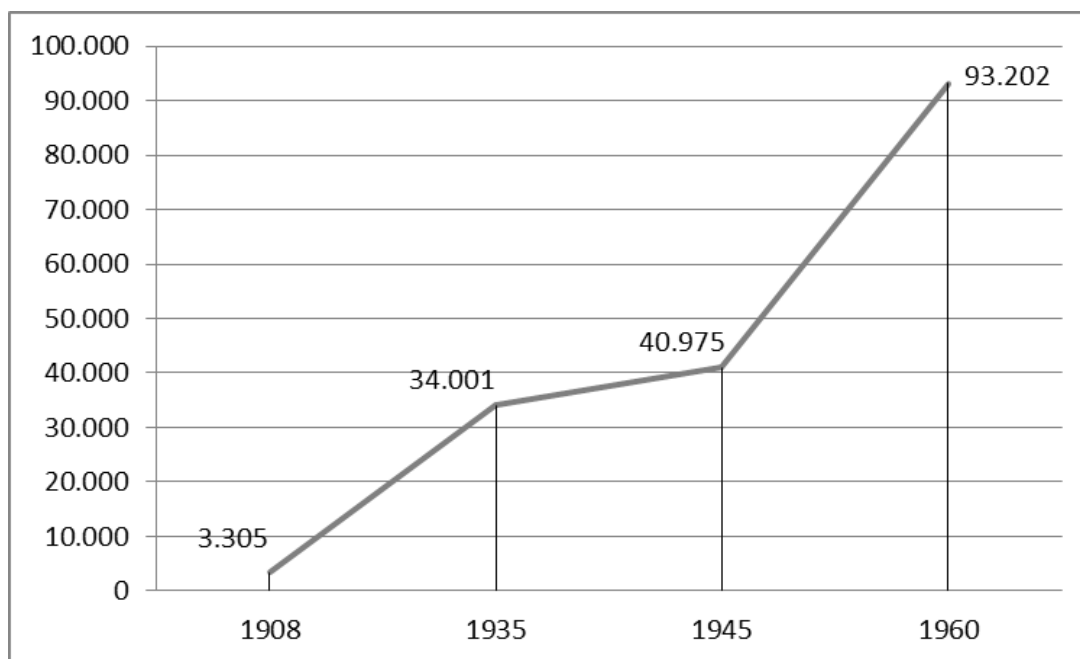
momento, o país começa a assistir a um processo de industrialização que estabelece influências na cultura nacional e, aos poucos, sobretudo a partir da década de 1950, no movimento de integração do território e do mercado brasileiros (Santos; Silveira, 2012). Assim, em um contexto de mecanização territorial e de configuração de um meio técnico-científico no Brasil (Santos, 2013b), a expansão do ensino superior adquire certos contornos no país (Santos; Silveira, 2000).

Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998) informam que, entretanto, no ano de 1945, o Brasil atinge a quantidade de 325 instituições de ensino superior (públicas e privadas), com destaque para a proeminência do Sudeste (185), do Sul (68) e do Nordeste (64) em relação às regiões Norte (7) e Centro-Oeste (1). Desse total nacional, Teixeira (1989) aponta que as instituições universitárias públicas representavam a minoria, menos que 30% do total.

A partir de 1945, porém, ocorre certa cristalização do sistema federal de ensino superior graças à federalização (1945-1962) de algumas instituições (estaduais e particulares) que operavam de forma autônoma e isolada em diferentes porções do espaço nacional. O resultado foi a criação de pelo menos uma universidade federal na capital de cada Unidade da Federação (Sampaio; Balbachesky; Peñaloza, 1998).

Considerando esse contexto, aqui exposto senão de maneira breve, um autor como Martins (2002) chama a atenção para o franco processo de expansão do incipiente ensino superior (público e privado) no Brasil, o qual, ainda assim, continuava bastante restrito às capitais e a algumas poucas zonas economicamente importantes de um território nacional que, então, revelava-se internamente desarticulado (Santos; Silveira, 2000, 2012). O Gráfico 1, por seu turno, evidencia a evolução do número de matriculados nesse nível de formação no Brasil, entre 1908 e 1960.

Gráfico 1 – Brasil: evolução do total de matriculados no ensino superior (1908 a 1960)



Elaborado pelo autor, em 2022, de acordo com dados do IBGE (1938, 1947, 1962).

Assim, embora concentradoras, uma vez que o fenômeno da educação superior se encontrava restrito, mormente, às capitais estaduais, trata-se de iniciativas fundamentais à expansão desse nível de formação no seio do processo de mecanização do território brasileiro. Disso resulta a ampliação da necessidade por novas qualificações profissionais e, conseqüentemente, da demanda por novos saberes técnicos que passaram a se difundir pelo país, especialmente nos centros urbanos. Sobre isso, Santos e Silveira (2000) acrescentam que:

[...] [às] demandas pelos saberes técnicos, próprias de uma época de equipamento do território e de produção agropecuária, associavam-se outras, oriundas de uma nova vida de relações nas cidades. Era a necessidade de formação de professores, a expansão da área da saúde e a força que [...] ganhava o comércio exterior e interior, confluindo para a criação de novos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Obstetrícia, Ciências Econômicas e Contabilidade, assim como o crescimento da área do Magistério (Santos; Silveira, 2000, p. 18).

A essa expansão propriamente dita do ensino superior público em todas as regiões brasileiras, ocorrida entre as décadas de 1940 e 1960, juntamente com o processo de urbanização do território (Santos, 2013b), soma-se o vertiginoso crescimento dos ensinos fundamental e médio (público e particular) no mesmo

período.<sup>60</sup> Isso, de certa forma, provoca rebatimentos na educação superior e pode ser percebido por meio da explosão do número de candidatos ao vestibular nos anos 1970 e 1980 (Tabela 1) (Santos; Silveira, 2000), considerando-se que a educação superior passou a assumir um lugar central no desenvolvimentismo concebido para o país com a instalação do regime civil-militar e seus respectivos governos autoritários a partir de 1964.<sup>61</sup>

Isso porque, tal como ponderado por Gomes (2016), as mudanças políticas implementadas com e pelo período ditatorial no Brasil, correlatas à nova face da economia desenvolvimentista e às consequentes mudanças materiais e culturais derivadas do período técnico-científico (Santos, 2013b; Santos; Silveira, 2012), acabaram elevando as expectativas da população nacional por formação profissional de nível superior, principalmente das classes médias e altas do país.

Tabela 1 – Vagas ofertadas, inscritos no vestibular e média de inscritos por vaga no ensino superior (público e privado): 1971 e 1985

| Região        | 1971            |                         |                    | 1985            |                         |                    |
|---------------|-----------------|-------------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|--------------------|
|               | Vagas ofertadas | Inscritos no vestibular | Inscritos por vaga | Vagas ofertadas | Inscritos no vestibular | Inscritos por vaga |
| Norte         | 3.597           | 8.124                   | 2,36               | 7.625           | 58.096                  | 7,62               |
| Nordeste      | 23.106          | 65.872                  | 2,85               | 55.048          | 276.707                 | 5,03               |
| Centro-Oeste  | 7.628           | 14.629                  | 2,09               | 19.379          | 104.705                 | 5,40               |
| Sudeste       | 127.145         | 250.732                 | 1,97               | 268.992         | 840.511                 | 3,12               |
| Sul           | 30.109          | 61.601                  | 2,05               | 79.438          | 234.322                 | 2,95               |
| <b>BRASIL</b> | <b>191.585</b>  | <b>400.958</b>          | <b>2,09</b>        | <b>430.482</b>  | <b>1.514.341</b>        | <b>3,52</b>        |

Elaborada pelo autor, em 2022, com base em Brasil (1988b) e Santos e Silveira (2000).

Assim, não obstante a “conquista” do território brasileiro pelo ensino superior (Santos; Silveira, 2000), a expansão do número de vagas ofertadas nas regiões brasileiras entre 1971 e 1985 (52,8% no Norte, 28% no Nordeste, 60,6% no Centro-Oeste, 52,7% no Sudeste e 62,1% no Sul) parece não ter acompanhado o ritmo imposto pela demanda, que aumentou 73,5% em nível nacional. Por essa razão, a

<sup>60</sup>Desde os anos 1930, a melhoria dos índices da educação básica foi definida como uma prioridade a ser encarada no Brasil. Por essa razão, destaca-se a progressiva ampliação dos cursos superiores voltados ao magistério (Santos; Silveira, 2000), os quais, em um primeiro momento, encontravam-se reunidos em formações ofertadas no seio das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras existentes no Brasil (Teixeira, 1989), principalmente nos estabelecimentos privados. Isso porque, em 1960, tais cursos representavam a maioria (52,5%) das ofertas nacionais, bem como o maior número de concluintes no país, sendo 70,6% pela rede privada e 29,4% pela rede pública (IBGE, 1962).

<sup>61</sup>Fala-se isso sem desconsiderar, entretanto, as sequelas que os governos militares e seu autoritarismo produziram entre 1964 e 1985 na sociedade nacional e, nesse caso em particular, nas instituições universitárias públicas, as quais passaram a vivenciar um contexto de forte vigilância e repressão políticas.



média de inscritos por vaga apresentou significativo incremento em todos os subespaços mencionados, exceto no Sul, que conseguiu manter relativa proporcionalidade nos dois anos em análise, não demonstrando grande discrepância: 2,05 em 1971 e 2,95 em 1985.

Ainda sobre 1985<sup>62</sup>, destaca-se que dos 1.514.341 inscritos no vestibular, 779.887 candidatos (51,5%) o fizeram para ingressar na rede pública (Brasil, 1988b), a qual, no mesmo ano, apresentava a oferta de apenas 141.274 vagas (32,8%) distribuídas entre 889 instituições de sua alçada – desse total, somente 48 eram universidades (Brasil, 1999). A Tabela 2, por sua vez, desagrega os dados gerais de oferta e demanda no ensino superior brasileiro e os organiza de acordo com os sistemas público e privado.

Tabela 2 – Oferta e demanda no ensino superior público e privado no Brasil: 1985

| Oferta e demanda        | Norte  | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul     | Brasil         |
|-------------------------|--------|----------|--------------|---------|---------|----------------|
| <b>Público</b>          |        |          |              |         |         |                |
| Vagas ofertadas         | 5.515  | 35.943   | 7.339        | 56.942  | 35.535  | <b>141.274</b> |
| Inscritos no vestibular | 48.815 | 199.488  | 48.089       | 343.401 | 140.094 | <b>779.887</b> |
| Inscritos por vaga      | 8,85   | 5,55     | 6,55         | 6,03    | 3,94    | <b>5,52</b>    |
| <b>Privado</b>          |        |          |              |         |         |                |
| Vagas ofertadas         | 2.110  | 19.105   | 12.040       | 212.050 | 43.903  | <b>289.208</b> |
| Inscritos no vestibular | 9.281  | 77.219   | 56.616       | 497.110 | 94.228  | <b>734.454</b> |
| Inscritos por vaga      | 4,40   | 4,04     | 4,70         | 2,34    | 2,15    | <b>2,54</b>    |

Elaborada pelo autor, em 2022, com base em Brasil (1988b).

Apesar das assimetrias regionais, nota-se que embora a rede pública ofereça a menor quantidade de vagas nacionais para ingresso no ensino superior, ela é a mais requisitada pelos candidatos ao vestibular em todas as regiões brasileiras, o que pode ser atribuído à sua gratuidade. Norte e Nordeste, por seu turno, são as únicas regiões cujo quantitativo de vagas no sistema público é superior ao da rede privada. No Sul brasileiro, observa-se maior número de vagas na educação superior particular, mas alta demanda de inscritos na pública; constatação essa que, por exemplo, não ocorre no Centro-Oeste e no Sudeste do país, onde o setor privado é mais expressivo que o público tanto na oferta quanto na demanda. O Norte, uma vez mais, destaca-se com a mais alta demanda por ensino superior (especialmente

<sup>62</sup>Trata-se do ano em que, com certo nível de sistematização e regularidade, o Anuário Estatístico do Brasil passa a classificar os dados sobre o ensino superior nacional de acordo com os sistemas público e privado.

público) no país, algo atribuído à escassa presença desse nível educacional (conforme as tabelas 1 e 2) na região.

Vinte e cinco anos antes, porém, Oliven (2002) salienta que 65% das matrículas no ensino superior nacional estavam concentradas em universidades públicas. Esse cenário, entretanto, altera-se no decorrer da mesma década em função do aceno que tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1961) quanto a Constituição de 1967 (Brasil, 1967) e a Reforma Universitária de 1968 (Brasil, 1968)<sup>63</sup> (essas duas últimas, no seio do regime civil-militar) concederam à iniciativa privada, a qual amplia a sua operação no Brasil e se direciona para as áreas economicamente mais desenvolvidas e rentáveis do país (Durham, 2003). Daí porque a quantidade de matrículas na graduação “explodiu” entre 1960 (93.202) e 1970 (425.478) e a participação do setor privado nesse número se tornou nacionalmente proeminente, atingindo, em 1980, 64,2% de 1.377.286 matriculados (Brasil, 1981).

Oliven (2002) nos adverte que a expansão do setor privado, nesse período, foi realizada pelos governos militares tendo em vista os objetivos de promoção da segurança e do desenvolvimento nacionais, uma vez que a difusão de faculdades isoladas representava um impedimento à mobilização política dos estudantes contrários ao regime civil-militar então instalado no Brasil. Além disso, a autora também nos informa que, a fim de promover a formação de recursos humanos de alto nível para atender às novas demandas resultantes da modernização da sociedade e do território no pós-guerra, peculiares ao chamado período tecnológico (Barracough, 1968; Richta, 1972) ou técnico-científico-informacional (Santos, 1992a, 2012a), o sistema público, por meio das universidades (alvos de um processo de “limpeza ideológica”), foi o responsável pelo desenvolvimento e consolidação de um importante segmento do ensino superior brasileiro: a pós-graduação.

---

<sup>63</sup>Vale mencionar que a reforma em questão produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro, como, por exemplo, a modernização de parte significativa de determinadas instituições públicas e confessionais e a distinção entre os sistemas públicos e privados, com um setor universitário público dedicado ao ensino, à pesquisa e à extensão e um setor privado constituído por instituições não universitárias dedicadas, em grande medida, ao ensino. Salienta-se, também, a instituição do regime departamental, com a abolição do sistema de cátedras vitalícias, e a institucionalização da carreira acadêmica (Martins, 2002).

Dessa maneira, as universidades, sobretudo as mais tradicionais da época, assistiram à criação de cursos de mestrado e, posteriormente, de doutorado, bem como ao incentivo à pesquisa. Nessa perspectiva, Oliven (2002) assevera que o desenvolvimento da pós-graduação decorreu das seguintes ações:

- a) a valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares;
- b) liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil. Num primeiro momento, as bolsas de mestrado e doutorado destinavam-se a formar docentes pesquisadores no exterior e, mais tarde, para estudantes de pós-graduação em programas nacionais;
- c) a atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento), voltado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951;
- d) a escolha das universidades públicas, como o locus principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no país. A carreira docente, no setor público, passou a estimular a titulação e a produção científica dos professores universitários, sendo, a sua profissionalização, assegurada pela possibilidade de virem a obter o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Essas medidas tornaram a carreira do magistério universitário público suficientemente compensadora para atrair jovens mestres e doutores para as atividades acadêmicas;
- e) a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado. A flexibilidade ou “desinstitucionalização” foi uma característica dos programas e facilitou o seu desenvolvimento;
- f) o processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas;
- g) criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento. Os Encontros Anuais dessas associações, apoiados financeiramente por agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciaram a integração da comunidade científica de áreas afins, oriundas de diferentes regiões e universidades do país (Oliven, 2002, p. 35-36).

Desse momento em diante, isto é, a partir das décadas de 1970 e 1980, a pós-graduação passou a compor o sistema de ensino superior brasileiro e, mesmo que de forma embrionária, a formar pessoas em nível de mestrado e doutorado que, antes, tinham que se deslocar para outros países, sobretudo da América do Norte e da Europa, para dar sequência às suas pós-graduações.

Importa mencionar que os anos 1980 aprofundaram no Brasil uma série de problemas econômico-políticos derivados da crise global engendrada na década de

1970.<sup>64</sup> Em decorrência desse colapso, o processo de expansão do ensino superior nacional entrou em um quadro de estagnação (Durham, 2003) que atingiu, de forma mais direta, o setor privado. Assim, se a rede pública de ensino superior manteve uma tímida evolução entre 1980 e 1985 no seu número de matrículas nacionais (eram 492.232 em 1980 e, cinco anos depois, 556.680), o sistema particular apresentou um decréscimo de 74.125 matriculados nesse período (eram 885.054 em 1980 e 810.929 em 1985). Tal redução se fez sentir no total de matrículas efetivas no ensino superior brasileiro, que apresentou ligeira redução e registrou 1.367.609 alunos em 1985 (Brasil, 1988), dos quais a minoria (40,7%) ainda permanece arrolada ao sistema público.

Entre 1985 e 1990, que marca o período da transição conservadora-democrática do país, a rede privada demonstra uma retomada do seu crescimento por meio de 150.526 novas matrículas no seu total (961.455 em 1990), continuando a representar a maioria das matrículas nacionais (62,4%) que, em 1990, atingiu 1.540.080 estudantes no ensino superior. O setor público, por outro lado, conheceu uma ampliação de apenas 21.945 novas matrículas no mesmo interregno, correspondendo a 37,6% (578.625) do referido total nacional no ano de 1990 (Brasil, 1999).

Nesse último quartel do século XX, que marca um turbulento período de transição para o século XXI, o neoliberalismo adquire expressão no país e, em 1995, com a proposição de uma reforma do Estado pelo governo neoliberal-conservador de Fernando Henrique Cardoso<sup>65</sup>, áreas sociais como a educação passaram a ser definidas como serviços não exclusivos da iniciativa estatal (Chauí, 2003; Sguissardi, 2004), isto é, um serviço – não mais um bem público, conforme preconizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

---

<sup>64</sup>Assumindo papel importante no desenvolvimento do Brasil em décadas anteriores, Bresser-Pereira (1997) aduz que o Estado foi classificado como o principal responsável pelos problemas econômico-políticos que se rebateram sobre o país, seja em decorrência da crise global de 1970, seja em função do enfraquecimento do regime civil-militar e seu “milagre econômico”. Tais acontecimentos, aliás, guardam certa relação. Dessa forma, a atuação estatal outrora expressiva se vê reduzida – como, por exemplo, no financiamento do ensino superior, mormente privado (Durham, 2003; Oliven, 2002) – e o projeto neoliberal, que avança no mundo desde o final dos anos 1970, começa a ganhar robustez no Brasil.

<sup>65</sup>Marcado pela implementação de políticas de corte neoliberal no Brasil, Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) durante dois mandatos seguidos: de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002. Nesse interregno, destaca-se a realização de práticas de enxugamento estatal, de austeridade fiscal e de flexibilização das políticas públicas no país.

(OCDE) – cuja obtenção pode ocorrer com base nas opções disponíveis no mercado (Camargo; Medeiros, 2018).

Dessa maneira, abre-se o caminho para o aprofundamento do processo de mercadorização da educação (Prates, 2010; Bianchetti; Sguissardi, 2017; Laval, 2019) e, em particular, do ensino superior no Brasil, colocando-o a serviço de um modelo econômico (Santos, 2014a) que prioriza interesses privado-mercantis em detrimento do sistema público. Camargo e Medeiros (2018) avaliam que, no bojo do governo FHC, houve um alinhamento das políticas para a educação superior às orientações neoliberais, especialmente daquelas derivadas do Banco Mundial, disseminando, assim, uma racionalidade mercantil que projetou a educação superior como mais uma mercadoria no mundo globalizado.

Vale ressaltar que, no âmbito desse histórico processo, a escola e as instituições universitárias sempre foram tidas como meios para fornecer mão de obra qualificada às necessidades da economia e, por essa razão, em face de um processo de (neo)liberalização da educação em nível mundial, a lógica do mercado de trabalho passou a exercer uma pressão exponencial sobre esse campo em fins do século XX (Laval, 2019), não sendo diferente no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, com a ideia de retirar do setor público o “peso” das responsabilidades financeiras com o ensino superior.

Assim, a autorização do funcionamento de instituições privadas com fins lucrativos e de cursos de graduação à distância no país (Brasil, 1996) tanto expressa quanto vem reforçar esse processo. Com efeito, o número de matrículas nacionais aumentou de 1.759.703 em 1995 para 3.479.913 em 2002, sendo que, nessa significativa evolução, o sistema privado responde ao incremento de 1.369.095 alunos (89,1%) enquanto o público a apenas 351.115 (10,9%). Também nesse intervalo, a quantidade de professores salta de 145.290 (52,5% na rede pública) em 1995 para 227.884 (36,9% na rede pública) em 2002, mas também denota o encolhimento do sistema público de ensino superior no Brasil (Brasil, 2003a).

Outrossim, dados sobre o número de instituições no período em destaque corroboram essa constatação: enquanto os estabelecimentos privados aumentam em 758 unidades (eram 684 em 1995 e 1.442 em 2002, sendo a maioria de estabelecimentos isolados), o setor público apresenta esta pequena diminuição: de 210 instituições em 1995 para 195 no ano de 2002. Nesse último ano, portanto, o Brasil possuía o total de 1.637 instituições de ensino superior, sendo 11,9% no

sistema público e 88,1% no particular (Brasil, 2003a). Observa-se, assim, que a expansão desse nível de formação no território brasileiro foi *colocada* a cargo da iniciativa privada, a qual, orientada pelo lucro, era responsável pela maior expressão quantitativa da educação superior brasileira no alvorecer do século XXI.

Em termos de expansão e interiorização desse nível de formação, Santos e Silveira (2000) esclarecem que, em meados dos anos 1990, a localização da totalidade das matrículas no ensino superior estava concentrada principalmente nas regiões metropolitanas do Brasil, sobretudo nas cidades mais importantes desses subespaços, o que sinaliza para uma baixa difusão desse nível de formação em áreas interioranas do espaço nacional. Essa distribuição, ademais, revela-se bastante correlata ao próprio espraiamento do meio técnico-científico informacional (Santos, 2013a; Santos; Silveira, 2012), um meio geográfico que materializa o processo de globalização no território e, nesse movimento, tende a se manifestar de forma mais significativa nos principais centros urbanos do território brasileiro.

Ademais, Santos e Silveira (2000) também acrescentam que, com exceção das regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte (que abrigam menos de 56% das matrículas nos seus respectivos estados e, assim, demonstram relativa dispersão desse ensino em relação às capitais), as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador reúnem mais de 70% das matrículas efetivas em seus territórios estaduais, enquanto a do Rio de Janeiro aglutina, sozinha, 89,14% das matrículas em cursos de graduação nesse estado.

Desse modo, na virada do século XX para o século XXI, o sistema de ensino superior brasileiro (público e particular) se mostra concentrado principalmente naqueles subespaços economicamente mais desenvolvidos do território nacional (como as macrorregiões Sul e Sudeste, por exemplo) e, particularmente, em sedes de regiões metropolitanas (Santos; Silveira, 2000), as quais, de forma relativa, apresentam as maiores densidades do ponto de vista técnico, científico e informacional (Santos; Silveira, 2012). Salienta-se, nesse contexto, a expressiva presença quantitativa do setor privado no referido nível de ensino, com forte atuação nas capitais, mas também em áreas economicamente relevantes do interior do país, conforme sustenta Oliven (2002).

De forma ampla, aponta-se que a arquitetura desenhada para o sistema de ensino superior brasileiro entre a segunda metade da década de 1960 e os anos 1990 em muito contribuiu para o notável avanço da iniciativa privada por sobre esse

nível de formação (Oliven, 2002; Marques; Cêpeda, 2012; Gomes, 2016), inclusive com a criação de mecanismos de financiamento estudantil bancados pelo Estado, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), institucionalizado em 2001 com o intuito de atender alunos que pretendem cursar a graduação em instituições não gratuitas.

Assim sendo, a partir dos anos 2000, com a chegada de um governo neoliberal-popular (Gomes, 2016) à presidência do país, esse cenário parece encontrar continuidades e certas rupturas em relação ao momento anterior. Isso porque, nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>66</sup> (2003-2006 e 2007-2010) e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) – todos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) –, embora tenha havido certa relativização do conservadorismo até então vigente na política nacional, mormente em termos de políticas públicas sociais, a expansão privada com fins lucrativos permaneceu.

Fala-se isso em razão de ambos os governos terem mantido a mesma lógica de incentivo à iniciativa privada, com a potencialização do já mencionado FIES – que repercute frontalmente na expansão das matrículas na rede particular – e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005 (Camargo; Araújo, 2018). Baseado na oferta de bolsas de estudo parciais e integrais em instituições particulares, especialmente para alunos de baixa renda e que não possuem diploma de nível superior, o ProUni representa uma oportunidade de acesso à educação superior a muitos estudantes que até então não tinham como ingressar nesse nível de formação. Em troca, as instituições aderentes ao programa passaram a receber isenção de tributos devidos à União, resolvendo o problema das vagas ociosas pelo qual atravessavam (Carvalho, 2008).

Tal constatação, entretanto, não invalida a importância dos investimentos em desenvolvimento regional realizados nesse período no Brasil, especialmente por meio de políticas nacionais de corte setorial que, em certa medida, impactaram relativa e positivamente na redução das históricas desigualdades presentes no território brasileiro (Araújo, 2013a). Dentre essas políticas, uma das que tiveram significativa expressão regional no país foi a de educação, com destaque, aqui, para a implementação de importantes políticas de expansão, interiorização e

---

<sup>66</sup>Adverte-se que as referências ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva serão aqui mencionadas, doravante, como “governo Lula da Silva”. Outrossim, as menções ao governo de Dilma Rousseff serão indicadas como “governo Dilma”.

democratização do ensino superior (Araújo, 2013b); discussão essa a ser mais bem explicitada na próxima seção.

## 5.2 A expansão recente do ensino superior no Brasil

Tido como um fenômeno tardio no Brasil, dada a sua recente institucionalização em relação, inclusive, a outros países latino-americanos (Chauí, 2001; Charle; Verger, 1996; Cunha, 2000; Sampaio, 1991; Saviani, 2010; Teixeira, 1989), o ensino superior foi se constituindo bastante centralizador e elitista no território brasileiro, a definir ausências e presenças no espaço nacional (Santos; Silveira, 2000). Nesse sentido, Santos, Amaral e Luz (2023) afirmam ter havido um processo de catalização de desigualdades tanto do ponto de vista espacial, com o favorecimento de regiões com maiores investimentos e recursos públicos, quanto na perspectiva social, dada a pouca acessibilidade de estratos sociais mais baixos a esse importante e emancipador serviço comum (Santos; Amaral; Luz, 2023).

Assim, a fim de amenizar ao menos um pouco esse quadro de desigualdades, algumas ações importantes foram implementadas a partir dos anos 2000, de modo a ampliar democraticamente o acesso ao ensino superior público brasileiro, enfraquecido durante o final do século XX. Nesse empreendimento, por exemplo, destacam-se iniciativas federais de expansão e interiorização da educação superior, como o Programa Expandir (2003 a 2006) (Brasil, [2006?]), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (primeira fase: 2007 a 2011; e segunda fase: 2011 a 2014) (Brasil, 2007a, 2007b)<sup>67</sup>, bem como a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia<sup>68</sup> por

---

<sup>67</sup>Vigente a partir de 2008, o Reuni destinou aporte financeiro para as universidades federais e se destacou, outrossim, pela criação de 14 novas instituições públicas dessa natureza (Camargo; Medeiros, 2018). Contudo, tida como a principal política de expansão e interiorização do ensino superior público nesse período (Araújo, R., 2011; Bizerril, 2018; Favato; Ruiz, 2018), alguns trabalhos (p. ex.: Paula, 2009; Sousa, 2011; Medeiros, 2012) identificam criticamente uma concepção de educação superior alinhada à matriz neoliberal, que, orientada por uma visão gerencialista-empresarial, preconiza a necessidade de se fazer mais com menos recursos. O resultado disso se expressa, por exemplo, no excesso de produtivismo acadêmico e na própria precarização do trabalho (docente, técnico etc.) nas instituições de ensino superior, sobretudo públicas. Tais questões, conquanto aqui mencionadas, não serão aprofundadas nesta tese.

<sup>68</sup>Alcançando importante capilaridade no território brasileiro, ressalta-se que essas instituições surgiram a partir da reorganização e do reaproveitamento da estrutura de vários Centros de Educação Profissional Tecnológica (CEFETs), escolas técnicas federais e escolas agrotécnicas federais vinculadas às universidades federais brasileiras, momento em que se pôde contar com a criação de 38 unidades distribuídas pelo espaço nacional (Brasil, 2018).



todo o território brasileiro, em 2008 (Brasil, 2008); instituições essas que foram concebidas para estabelecer uma articulação com os diversos níveis e modalidades da educação nacional, inclusive a superior.

Em adição, e de forma transversal a essas iniciativas governamentais, salienta-se a concepção de políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior por intermédio da implementação de cotas sociais e raciais<sup>69</sup> e de outras ações afirmativas (processos seletivos especiais, por exemplo) que em muito contribuíram com a diversificação do perfil do alunado das instituições de ensino superior (Artes; Ricoldi, 2015), especialmente, mas não somente, as de natureza pública; espaços esses outrora voltados em grande medida para as classes médias e altas e, por isso, fortemente elitistas.

Destaca-se, ainda, a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. O objetivo dessa iniciativa visou expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de ensino superior à distância no país, com foco especial em professores da rede pública de educação básica (Brasil, 2006). Em relação ao ensino particular, reafirma-se o fortalecimento de programas como o FIES e o ProUni, com grande participação de investimentos públicos diretos e indiretos na alavancagem do setor privado (Carvalho, 2008; Sampaio, 2011).

Todas essas iniciativas implementadas pelos governos petistas em relação à educação superior revelam, na verdade, a configuração de um ordenamento econômico-social do território brasileiro, isto é, uma forma de ordenar o território que, viabilizando os interesses econômicos e corporativos historicamente dominantes no país, também ofereceu algumas contribuições para o desenvolvimento social em diferentes porções do espaço nacional. Trata-se, por isso mesmo, de um modo de ordenamento territorial típico das políticas neodesenvolvimentistas que tomaram corpo no Brasil nos anos 1990 e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XXI.

---

<sup>69</sup>Salienta-se, aqui, a implementação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a chamada “Lei de Cotas” (Brasil, 2012), responsável por regulamentar o sistema de cotas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com a reserva de, no mínimo, 50% das vagas nos processos seletivos para ingresso em cursos de graduação, especialmente para estudantes negros, pardos e indígenas oriundos da rede pública de ensino, bem como para alunos de qualquer origem étnica oriundos dessa mesma rede de ensino e com renda *per capita* máxima de até um salário-mínimo e meio.

Assim, dentro desse contexto, o território brasileiro assistiu a uma expansão do ensino superior público e privado, a qual, aqui, pode ser verificada com base no crescimento do número de instituições, graduações presenciais e de matrículas nessa modalidade, tal como, panoramicamente, pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade de instituições de ensino superior, de cursos de graduação presencial oferecidos e de matrículas em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2000-2022)

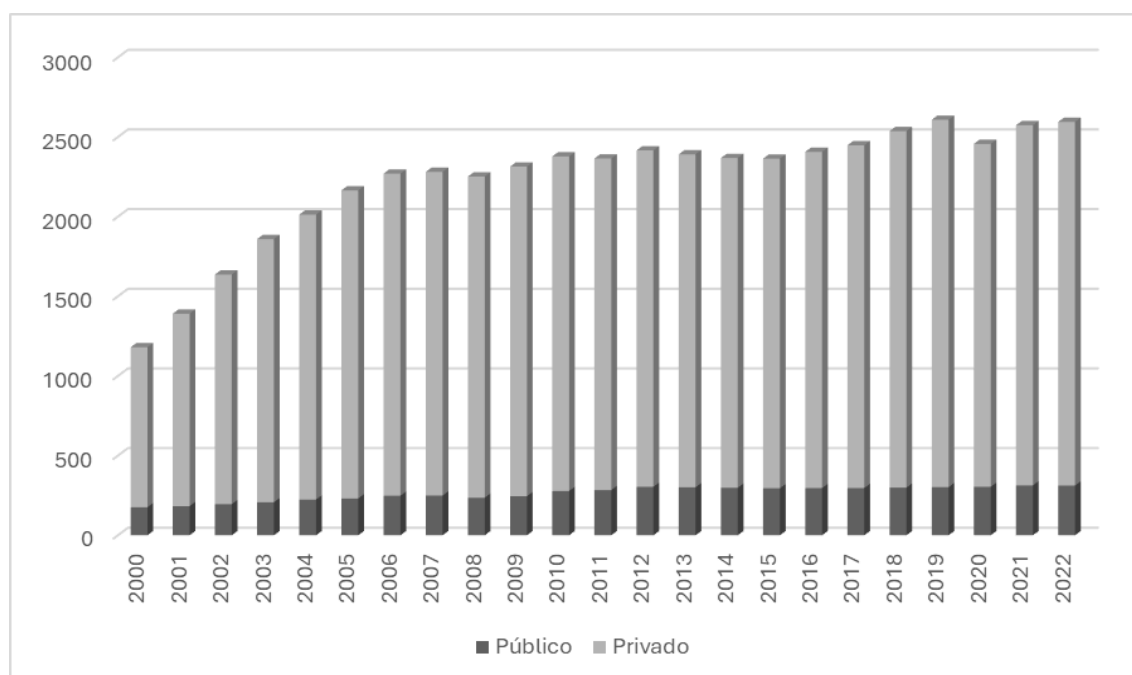
| Ano  | Quantidade de instituições de ensino superior |         |       | Quantidade de cursos de graduação presencial |         |        | Quantidade de matrículas em cursos de graduação presencial |           |           |
|------|-----------------------------------------------|---------|-------|----------------------------------------------|---------|--------|------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
|      | Público                                       | Privado | Total | Público                                      | Privado | Total  | Público                                                    | Privado   | Total     |
| 2000 | 176                                           | 1.004   | 1.180 | 4.021                                        | 6.564   | 10.585 | 887.026                                                    | 1.807.219 | 2.694.245 |
| 2001 | 183                                           | 1.208   | 1.391 | 4.401                                        | 7.754   | 12.155 | 939.225                                                    | 2.091.529 | 3.030.754 |
| 2002 | 195                                           | 1.442   | 1.637 | 5.252                                        | 9.147   | 14.399 | 1.051.652                                                  | 2.428.258 | 3.479.913 |
| 2003 | 207                                           | 1.652   | 1.859 | 5.662                                        | 10.791  | 16.453 | 1.136.370                                                  | 2.750.652 | 3.887.022 |
| 2004 | 224                                           | 1.789   | 2.013 | 6.262                                        | 12.382  | 18.644 | 1.178.328                                                  | 2.985.405 | 4.163.733 |
| 2005 | 231                                           | 1.934   | 2.165 | 6.191                                        | 14.216  | 20.407 | 1.192.189                                                  | 3.260.967 | 4.453.156 |
| 2006 | 248                                           | 2.022   | 2.270 | 6.549                                        | 15.552  | 22.101 | 1.209.304                                                  | 3.467.342 | 4.676.646 |
| 2007 | 249                                           | 2.032   | 2.281 | 6.596                                        | 16.892  | 23.488 | 1.240.968                                                  | 3.639.413 | 4.880.381 |
| 2008 | 236                                           | 2.016   | 2.252 | 6.772                                        | 17.974  | 24.719 | 1.273.965                                                  | 3.806.091 | 5.080.056 |
| 2009 | 245                                           | 2.069   | 2.314 | 8.228                                        | 19.599  | 27.827 | 1.351.168                                                  | 3.764.728 | 5.115.896 |
| 2010 | 278                                           | 2.100   | 2.378 | 8.821                                        | 19.756  | 28.577 | 1.461.696                                                  | 3.987.424 | 5.449.120 |
| 2011 | 284                                           | 2.081   | 2.365 | 9.368                                        | 20.008  | 29.376 | 1.595.391                                                  | 4.151.371 | 5.746.762 |
| 2012 | 304                                           | 2.112   | 2.416 | 10.394                                       | 20.324  | 30.718 | 1.715.752                                                  | 4.208.086 | 5.923.838 |
| 2013 | 301                                           | 2.090   | 2.391 | 10.344                                       | 20.447  | 30.791 | 1.777.974                                                  | 4.374.431 | 6.152.405 |
| 2014 | 298                                           | 2.070   | 2.368 | 10.609                                       | 20.904  | 31.513 | 1.821.629                                                  | 4.664.542 | 6.484.171 |
| 2015 | 295                                           | 2.069   | 2.364 | 10.347                                       | 21.681  | 32.028 | 1.823.752                                                  | 4.809.793 | 6.633.545 |
| 2016 | 296                                           | 2.111   | 2.407 | 10.093                                       | 22.611  | 32.704 | 1.867.477                                                  | 4.686.806 | 6.554.283 |
| 2017 | 296                                           | 2.152   | 2.448 | 9.963                                        | 23.309  | 33.272 | 1.879.784                                                  | 4.649.897 | 6.529.681 |
| 2018 | 299                                           | 2.238   | 2.537 | 10.031                                       | 24.754  | 34.785 | 1.904.554                                                  | 4.489.690 | 6.394.244 |
| 2019 | 302                                           | 2.306   | 2.608 | 10.195                                       | 25.703  | 35.898 | 1.922.489                                                  | 4.231.071 | 6.153.560 |
| 2020 | 304                                           | 2.153   | 2.457 | 10.267                                       | 25.570  | 35.837 | 1.798.980                                                  | 3.775.571 | 5.574.551 |
| 2021 | 313                                           | 2.261   | 2.574 | 10.234                                       | 25.231  | 35.465 | 1.906.440                                                  | 3.363.744 | 5.270.184 |
| 2022 | 312                                           | 2.283   | 2.595 | 10.456                                       | 25.309  | 35.765 | 1.894.260                                                  | 3.218.403 | 5.112.663 |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2023, com base em INEP (2023).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o ensino superior brasileiro conheceu uma significativa ampliação em sua estrutura (Tabela 3); fato que se deu em razão da expressiva atuação do Estado, com a implementação de políticas públicas de expansão e interiorização desse nível de formação, sobretudo em nível federal (Araújo, 2013b), mas principalmente da forte presença do mercado no setor educacional, dado o global processo de mercadorização da educação (Prates, 2010; Bianchetti; Sguissardi, 2017; Laval, 2019) e a utilização de investimentos públicos diretos e indiretos (Carvalho, 2008) que, nesse particular, foram responsáveis por alavancar ainda mais a participação do setor privado na educação superior (Sampaio, 2011).

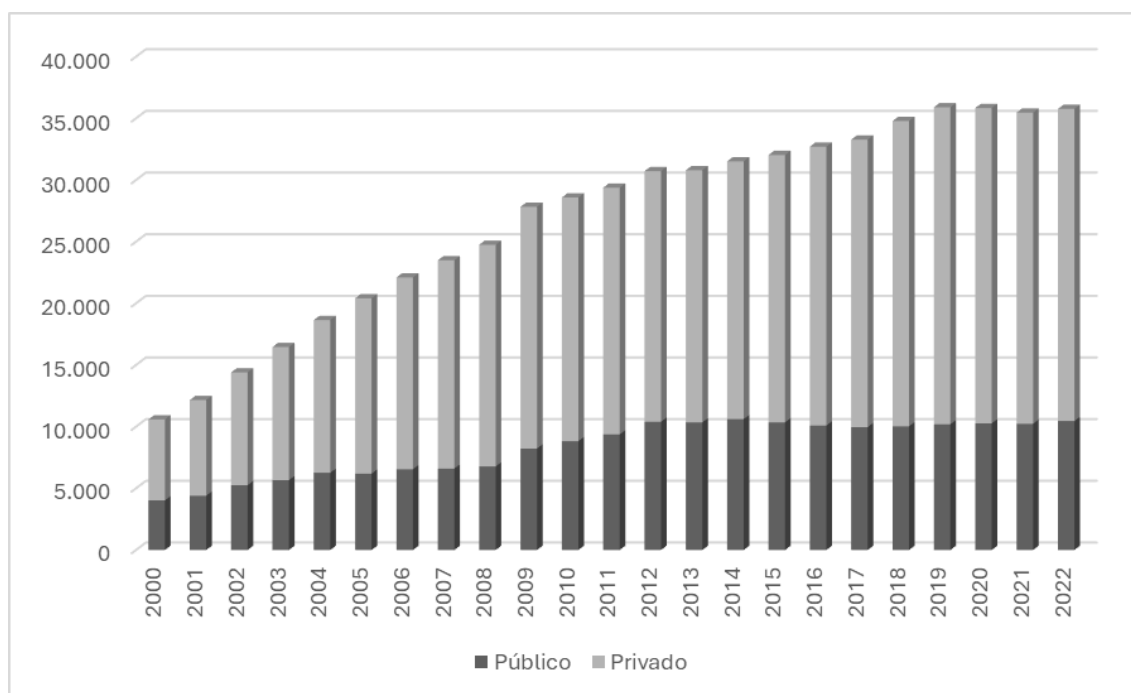
Os dados sistematizados na Tabela 3 evidenciam a expansão do ensino superior (público e privado) brasileiro mediante o aumento das quantidades de instituições (crescimento de 54% no período) (Gráfico 2), de cursos de graduação presencial (crescimento de 70% no período) (Gráfico 3) e de matrículas nesses mesmos cursos (crescimento de 47% no período) (Gráfico 4). Por meio deles, nota-se a flagrante e contínua discrepância entre os níveis público e privado, com destaque para esse último, que, em 2022, aglutinou quase 88% das instituições, 70% dos cursos e 63% das matrículas no país.

Gráfico 2 – Brasil: quantidade de instituições de ensino superior, por categoria administrativa (2000-2022)



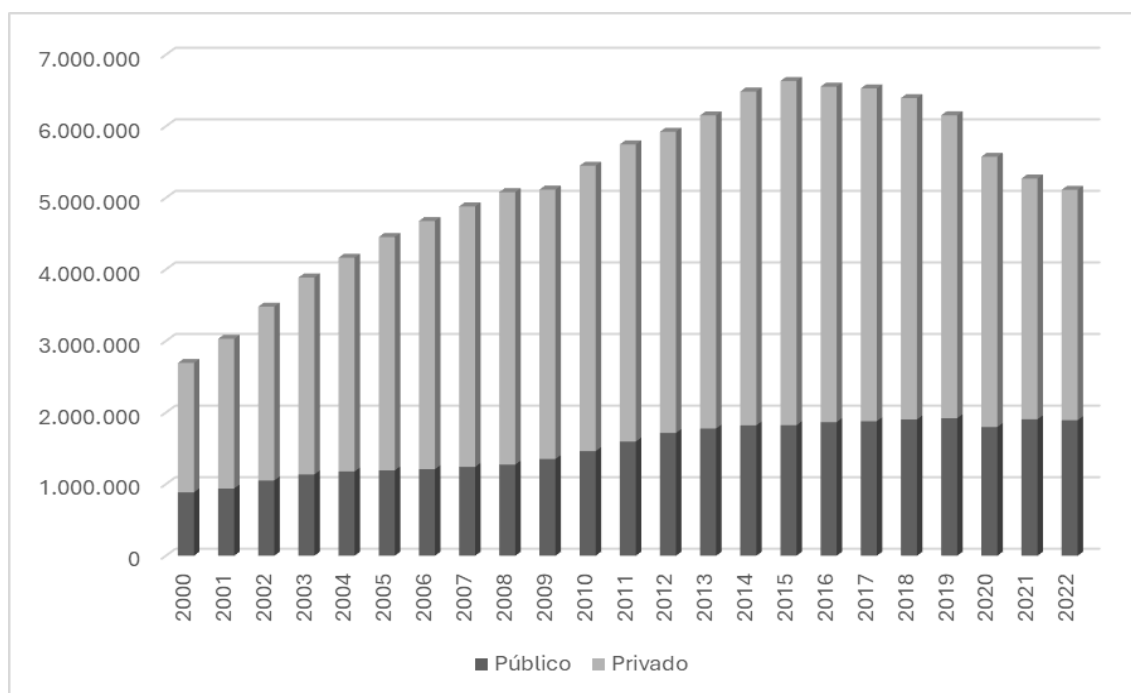
Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em INEP (2023).

Gráfico 3 – Brasil: quantidade de cursos de graduação presencial, por categoria administrativa (2000-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em INEP (2023).

Gráfico 4 – Brasil: quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa (2000-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em INEP (2023).

Todavia, inobstante a proeminência do sistema particular na educação superior em nível nacional, denotando a força de “uma lógica privada, privatista e regulada pelas práticas do mercado” (Sousa Neto, 2017, p. 19) nessa política de expansão, reconhecida por Gomes (2016) como uma política de Estado, o incremento do sistema público – embora em menor escala e sob controvérsias – revela sua importância em um território nacional marcado por históricas desigualdades territoriais (Araújo, 2013b). Na avaliação de Sguissardi (2006), tal disparidade foi motivada, por um lado, pela significativa redução do financiamento às instituições federais de ensino superior<sup>70</sup> e, por outro, pelas facilidades conferidas à criação de instituições privadas que tratam a educação como negócio e têm o lucro como finalidade.

Assim, diante desse contexto, e dado o caráter espacialmente concentrador e socialmente elitista/excludente pelo qual a educação superior foi sendo configurada no território brasileiro, as políticas públicas de expansão, interiorização e democratização da educação superior – implementadas especialmente a partir de 2003 – promoveram alguns resultados importantes no país, como, por exemplo, o aumento das vagas ofertadas nesse nível de ensino.

Isso porque, entre 2003 e 2014<sup>71</sup>, no seio de gestões neoliberais-populares (Gomes, 2016) ou neodesenvolvimentistas (Sampaio Júnior, 2012; Marques; Cêpeda, 2012), o número de vagas oferecidas em cursos de graduação presencial conheceu um aumento de quase 44% no Brasil, saindo de 2.002.733, em 2003, para 3.545.364 no ano de 2014. Em específico, 281.213 vagas pertenciam ao sistema público em 2003, sendo 121.455 na esfera federal; quantitativos esses que, em 2014, passaram para 533.018 e 299.234, respectivamente. Trata-se de um

---

<sup>70</sup>Camargo e Medeiros (2018) falam, nessa perspectiva, de um processo de precarização das instituições públicas de ensino superior, especialmente federais, desde 2014, motivado pelos significativos cortes orçamentários na educação com vistas à garantia tanto do chamado superávit primário quanto do pagamento dos serviços/juros da dívida pública.

<sup>71</sup>Esse período compreende os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Adverte-se que, embora tenha sido democraticamente reeleita no ano de 2014 para a gestão 2015-2018, Dilma Rousseff não teve o seu segundo mandato concluído por conta da articulação econômico-política que resultou no golpe parlamentar-jurídico-midiático que, de forma ilegítima, sacramentou o seu *impeachment* em abril de 2016, destituindo-a do cargo de presidente da República. A partir de 2014, portanto, houve flagrante “suspensão” das políticas de expansão e interiorização do ensino superior, a despeito da crise que já vinha sendo constatada no setor por conta de cortes orçamentários.

crescimento de 47% das vagas oferecidas pelo setor público e de cerca de 60% em instituições federais.

Em se tratando do aumento do número de instituições, de cursos de graduação presencial e de matrículas nesses mesmos cursos no período em foco, tem-se que, em 2003, existiam 1.859 instituições de ensino superior no país, sendo 89% delas privadas e apenas 11% públicas no território brasileiro. No ano de 2014, o *quantum* total das instituições atingiu a marca de 2.368 fixos ao longo do país (variação de 27,4% em relação a 2003), dos quais algo em torno de 87,5% correspondiam ao sistema particular e 12,5% ao setor público. Ainda em face do período sinalizado, a Tabela 4 evidencia, numericamente, a localização dessas instituições entre capital e interior no Brasil, enquanto a Tabela 5 sistematiza os dados sobre os cursos por região geográfica.

Tabela 4 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014)

|               | 2003         |            |              | 2014         |            |              |
|---------------|--------------|------------|--------------|--------------|------------|--------------|
|               | Instituições | Capital    | Interior     | Instituições | Capital    | Interior     |
| Público       | 207          | 76         | 131          | 298          | 97         | 201          |
| Privado       | 1.652        | 589        | 1.063        | 2.070        | 748        | 1.322        |
| <b>BRASIL</b> | <b>1.859</b> | <b>665</b> | <b>1.194</b> | <b>2.368</b> | <b>845</b> | <b>1.523</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2023, com base em Brasil (2004, 2015).

Tabela 5 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2003 e 2014)

|               | 2003       |              |              | 2014       |              |              | Δ%<br>2003-2014 |
|---------------|------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|-----------------|
|               | Público    | Privado      | Total        | Público    | Privado      | Total        |                 |
| Norte         | 15         | 86           | 101          | 25         | 124          | 149          | 47,5%           |
| Nordeste      | 52         | 252          | 304          | 67         | 385          | 452          | 48,7%           |
| Centro-Oeste  | 23         | 187          | 210          | 20         | 219          | 239          | 13,8%           |
| Sudeste       | 81         | 857          | 938          | 146        | 980          | 1.126        | 20%             |
| Sul           | 36         | 270          | 306          | 40         | 362          | 402          | 31,4%           |
| <b>BRASIL</b> | <b>207</b> | <b>1.652</b> | <b>1.859</b> | <b>298</b> | <b>2.070</b> | <b>2.368</b> | <b>27,4%</b>    |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2023, com base em Brasil (2004, 2015).

Ainda no interregno em tela, nota-se que o crescimento das instituições foi mais expressivo fora das capitais do país, tanto no setor público quanto no setor privado, destacando-se a proeminência desse último: em 2014, das 2.368 instituições de ensino superior registradas no país (Brasil, 2015), 87,4% delas pertenciam à rede particular e 63,8% dessas 2.070 instituições privadas de ensino superior estavam localizadas fora das capitais brasileiras (tabelas 4 e 5).

Não obstante, chama-se a atenção, em particular, para a criação de 70 novas instituições públicas em áreas ditas interioranas do território nacional, o que revela os efeitos da preocupação das políticas governamentais orientadas para o ensino superior brasileiro a partir dos anos 2000, com destaque para a criação de novas universidades e *campi* de instituições federais; fixos sociais esses criados, sobretudo, em cidades médias e pequenas do interior do país (Baumgartner, 2015), após um significativo período de expansão do ensino superior concentrada nas capitais brasileiras, como já discutido.

Regionalmente, consoante os dados da Tabela 5, nota-se que os subespaços nacionais Nordeste (48,7%) e Norte (47,5%) tiveram um crescimento do número de instituições de ensino superior acima da média nacional (27,4%) entre 2003 e 2014. Isso porque, essas regiões foram tidas como áreas prioritárias no âmbito das políticas de expansão e interiorização do ensino superior promovidas, principalmente, pelo governo Lula da Silva, devido ao histórico quadro de desigualdades sociais e territoriais que caracteriza esses espaços regionais do território brasileiro (Bacelar, 2013b). Em seguida, tem-se a expansão desses fixos sociais nas regiões Sul (31,4%), Sudeste (20%) e Centro-Oeste (13,8%), com destaque para a recorrente proeminência quantitativa do Sudeste, a região mais populosa<sup>72</sup> e, junto com o Sul, forma o que Santos e Silveira (2012) chamam de Região Concentrada do país.

Os cursos de graduação presencial também parecem ter acompanhado, de certa forma, a ampliação da quantidade de instituições de ensino superior no Brasil. Isso porque, em 2003, o país contava com a oferta de 16.453 cursos, distribuídos em 10.791 na iniciativa privada e 5.662 no sistema público; números esses que, em 2014, assistiram ao crescimento percentual de 32% e 15,6%, na mesma ordem, totalizando 31.513 cursos de graduação de natureza presencial no território brasileiro, o que representa uma variação de 91,5% em relação àquele total de 2003 (tabelas 6 e 7).

---

<sup>72</sup>De acordo com a estimativa populacional do IBGE para o ano de 2014, Brandão (2014) assinala que “[a] Região Sudeste é a mais populosa, com 85,1 milhões de habitantes. A região menos populosa é a Centro-Oeste, com 15,2 milhões de pessoas. A Região Norte tem 17,3 milhões de pessoas, enquanto o Nordeste tem 56,1 milhões. Já a Região Sul conta com 29 milhões de habitantes”.



Tabela 6 – Quantidade de cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014)

|               | 2003          |              |               | 2014          |               |               |
|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|               | Cursos        | Capital      | Interior      | Cursos        | Capital       | Interior      |
| Público       | 5.662         | 1.656        | 4.006         | 10.609        | 3.027         | 7.582         |
| Privado       | 10.791        | 3.977        | 6.814         | 20.904        | 8.598         | 12.306        |
| <b>BRASIL</b> | <b>16.453</b> | <b>5.633</b> | <b>10.820</b> | <b>31.513</b> | <b>11.625</b> | <b>19.888</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2023, com base em Brasil (2004, 2015).

Tabela 7 – Quantidade de cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2003 e 2014)

|               | 2003         |               |               | 2014          |               |               | Δ%<br>2003-2014 |
|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|
|               | Público      | Privado       | Total         | Público       | Privado       | Total         |                 |
| Norte         | 875          | 431           | 1.306         | 1.332         | 1.069         | 2.401         | 83,8%           |
| Nordeste      | 1.902        | 1.025         | 2.927         | 2.999         | 2.993         | 5.992         | 104,7%          |
| Centro-Oeste  | 691          | 883           | 1.574         | 1.054         | 1.708         | 2.762         | 75,4%           |
| Sudeste       | 1.273        | 6.121         | 7.394         | 3.033         | 11.263        | 14.296        | 93,3%           |
| Sul           | 921          | 2.331         | 3.252         | 2.191         | 3.871         | 6.062         | 86,4%           |
| <b>BRASIL</b> | <b>5.662</b> | <b>10.791</b> | <b>16.453</b> | <b>10.609</b> | <b>20.904</b> | <b>31.513</b> | <b>91,5%</b>    |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2023, com base em Brasil (2004, 2015).

No que diz respeito à localização desses cursos no espaço nacional, a Tabela 6 demonstra que houve uma expansão de 5.992 novas ofertas nas capitais (quase 23% pelo setor público) e de 9.068 novas ofertas fora das capitais (cerca de 40% pelo setor público), sendo esses incrementos também um reflexo das políticas de expansão, interiorização e democratização do acesso ao ensino superior no território brasileiro. Regiões como o Nordeste (104,7%) e o Sudeste (93,3%), segundo dados da Tabela 7, apresentaram as maiores variações percentuais no período em análise, inclusive acima da média nacional registrada (91,5%), seguidas por Sul (86,4%), Norte (83,8%) e Centro-Oeste (75,4%).

Para Santos e Silveira (2000), a natureza e a localização dos cursos nos autorizam a conceber uma geografia do ensino superior que, por um lado, incide diretamente na reconfiguração dos territórios e, por outro, é por esse mesmo motivo condicionada, sugerindo tanto um aumento das ofertas existentes quanto a criação de novas demandas por cursos de formação superior no país. Considerando a segmentação entre os sistemas público e privado de ensino superior, a Tabela 8 mostra o crescimento de graduações presenciais de acordo com as grandes áreas indicadas na sinopse estatística da educação superior (Brasil, 2004, 2015).<sup>73</sup>

<sup>73</sup>As sinopses estatísticas oficiais analisadas não dispõem de dados sobre a oferta de cursos de graduação presencial por grande área e região geográfica, o que nos impede de fazer o devido

Observa-se que a área de “Engenharia, produção e construção” foi a que apresentou maior crescimento (73%) no interregno analisado, seguida, principalmente, por “Agricultura e veterinária” (60,3%), o que nos sugere o peso de cursos ligados às engenharias e às atividades agropecuárias no país e, quiçá, guarde relação com políticas públicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dada a instalação de grandes obras de infraestrutura no território nacional, e com o papel desempenhado pelo Brasil na Divisão Territorial do Trabalho, destacando-se a forte presença do agronegócio na economia nacional.

Tabela 8 – Quantidade de cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e por grande área (2003 e 2014)

| Grandes áreas                        | 2003         |               |               | 2014          |               |               | Δ%<br>2003-2014 |
|--------------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|
|                                      | Público      | Privado       | Total         | Público       | Privado       | Total         |                 |
| Agricultura e veterinária            | 209          | 151           | <b>360</b>    | 573           | 335           | <b>908</b>    | 60,3%           |
| Ciências, matemática e computação    | 626          | 1.245         | <b>1.871</b>  | 1.177         | 2.006         | <b>3.183</b>  | 41,2%           |
| Ciências sociais, negócios e direito | 794          | 3.726         | <b>4.520</b>  | 1.609         | 7.670         | <b>9.279</b>  | 51,2%           |
| Educação                             | 2.716        | 2.579         | <b>5.295</b>  | 4.024         | 3.217         | <b>7.241</b>  | 26,8%           |
| Engenharia, produção e construção    | 519          | 698           | <b>1.217</b>  | 1.530         | 2.971         | <b>4.501</b>  | 73%             |
| Humanidades e artes                  | 298          | 503           | <b>801</b>    | 600           | 859           | <b>1.459</b>  | 45,1%           |
| Saúde e bem-estar social             | 435          | 1.365         | <b>1.800</b>  | 843           | 3.010         | <b>3.853</b>  | 53,2%           |
| Serviços                             | 65           | 524           | <b>589</b>    | 253           | 836           | <b>1.089</b>  | 46%             |
| <b>BRASIL</b>                        | <b>5.662</b> | <b>10.791</b> | <b>16.453</b> | <b>10.609</b> | <b>20.904</b> | <b>31.513</b> | <b>91,5%</b>    |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2004, 2015).

Não obstante o significativo crescimento dos cursos ligados à grande área “Engenharia, produção e construção” (mais 1.011 ofertas pelo setor público e mais 2.273 cursos pela iniciativa privada, em 2014), aponta-se que “Ciências sociais, negócios e direito” e “Educação”, nessa ordem, despontam como as áreas com os maiores números absolutos – 9.279 cursos (apenas 17,3% no sistema público) e 7.421 cursos (55,5% no sistema público), respectivamente – de graduações presenciais no território brasileiro, ao passo que a última, entretanto, apresentou a menor variação percentual de crescimento (26,8%) entre 2003 e 2014, tal como explicitado na Tabela 8.

Ademais, os impactos quantitativos da expansão de instituições de ensino superior e dos cursos de graduação presencial se fazem notar, evidentemente,

---

cruzamento de dados e estabelecer uma análise regional sobre essa face da expansão do ensino superior.

quando observamos o número de matrículas nesses cursos no país, no período analisado, conforme as tabelas 9 e 10.

Tabela 9 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014)

|               | 2003             |                  |                  | 2014             |                  |                  |
|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|               | Matrículas       | Capital          | Interior         | Matrículas       | Capital          | Interior         |
| Público       | 1.136.370        | 497.784          | 638.586          | 1.821.629        | 698.559          | 1.123.070        |
| Privado       | 2.750.652        | 1.278.015        | 1.472.637        | 4.664.542        | 2.315.199        | 2.349.343        |
| <b>BRASIL</b> | <b>3.887.022</b> | <b>1.775.799</b> | <b>2.111.223</b> | <b>6.486.171</b> | <b>3.013.758</b> | <b>3.472.413</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2023, com base em Brasil (2004, 2015).

Tabela 10 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2003 e 2014)

|               | 2003             |                  |                  | 2014             |                  |                  | Δ%<br>2003-<br>2014 |
|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------|
|               | Público          | Privado          | Total            | Público          | Privado          | Total            |                     |
| Norte         | 129.759          | 100.468          | 230.227          | 189.279          | 261.565          | 450.844          | 95,8%               |
| Nordeste      | 339.536          | 285.156          | 642.692          | 527.984          | 850.936          | 1.378.920        | 114,5%              |
| Centro-Oeste  | 114.649          | 254.257          | 368.906          | 160.122          | 451.805          | 611.927          | 65,8%               |
| Sudeste       | 342.851          | 1.575.182        | 1.918.033        | 617.285          | 2.431.526        | 3.048.811        | 58,9%               |
| Sul           | 209.575          | 535.589          | 745.164          | 326.959          | 668.710          | 995.669          | 33,6%               |
| <b>BRASIL</b> | <b>1.136.370</b> | <b>2.750.652</b> | <b>3.887.022</b> | <b>1.821.629</b> | <b>4.664.542</b> | <b>6.486.171</b> | <b>66,8%</b>        |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2023, com base em Brasil (2004, 2015).

Com base nos dados sistematizados nas tabelas acima, houve um crescimento de 2.599.149 matrículas (variação de 66,8%) no território brasileiro nesse período, sendo 1.913.890 de novos matriculados na rede privada e 685.259 na rede pública, o que corresponde a um incremento percentual de 29,5% e 10,5% das matrículas em ambos os sistemas de ensino superior, respectivamente. Por outro lado, segundo a localização, nota-se que entre 2003 e 2014 ocorreu um aumento de 1.237.959 matrículas em capitais (com apenas 16,2% de participação do sistema público) e 1.361.190 matrículas fora de capitais (estando 35,6% relacionados ao sistema público).

A Tabela 10, em particular, demonstra a notável expansão das matrículas em cursos de graduação presencial nas regiões Nordeste (114,5%) e Norte (95,8%), entre 2003 e 2014, bem como revela a baixa participação do setor público nesse crescimento do número de matriculados em tela: 188.448 (25,5%) de 736.228 novas matrículas registradas na Região Nordeste e 59.520 (27%) de 220.617 novas matrículas na Região Norte. Em se tratando das demais regiões, destaca-se a seguinte participação do setor público em relação ao total de novos matriculados no

mesmo período: 46,8% de 250.505 no Sul, 24,2% de 1.130.778 no Sudeste e 18,7% de 243.021 no Centro-Oeste (Tabela 10); fato que demonstra o peso do setor privado nessa face da expansão do ensino superior no território brasileiro.

Mediante o exposto, verifica-se a concretização de um movimento de expansão e interiorização do ensino superior, seja por meio da instalação de novas instituições e *campi*, seja por meio da ampliação da oferta de cursos de graduação presencial e de suas respectivas matrículas. Afirma-se que o esforço de expandir e interiorizar democraticamente a educação superior, fazendo com que mais e mais pessoas deixem de sair dos seus lugares de origem para acessar esse importante serviço de emancipação humana, portanto, guarda a sua relevância em um território como o brasileiro, onde a cidadania e a figura do cidadão ainda se revelam bastante questionáveis.

Santos (2014a), conforme mencionamos, já nos advertia que uma pessoa é mais ou menos cidadã dependendo de sua localização no território, especialmente se se levar em consideração a presença/ausência de bens e serviços essenciais à reprodução da sua vida, os quais são distribuídos de forma desigual e de acordo com a hierarquia urbana; daí a sua proposição, tratada anteriormente, de um modelo cívico-territorial, idealmente pautado em uma política redistributiva e em princípios de justiça social e, portanto, de acesso igualitário aos bens, equipamentos e serviços coletivamente produzidos à totalidade da população, independentemente do lugar onde cada pessoa vive/habita no território.

Assim, em face desses processos, salienta-se a participação e o papel das cidades médias em todas as regiões brasileiras, tidas como as principais responsáveis pela ampliação desse importante serviço social (Holanda, 2018; Valença, 2020) que, até então, encontrava-se bastante concentrado nas sedes das regiões metropolitanas do país e nas cidades de grande porte, conforme explicitaram Santos e Silveira (2000). Nesse movimento, destaca-se que as políticas de expansão e interiorização do ensino superior, entendidas como uma das mais expressivas do governo Lula da Silva, priorizaram, para além das metrópoles, cidades com importância sub-regional na rede urbana (Araújo, 2013b; Brito, 2014).

Acrescenta-se, também, que a presença dos *campi* de instituições públicas de ensino superior em cidades médias, por exemplo, possui importância significativa na vida cultural, mas também nas atividades comerciais e nos serviços locais praticados nesses espaços (Araújo, 2013b; Brito, 2014), algo que tanto reforça quanto cria

centralidades urbanas (Trindade Júnior, 2018, 2024) em determinadas porções do território brasileiro. Nesse sentido, o fenômeno do ensino superior passa a alcançar mais pessoas e, assim, a se materializar em lugares além das capitais dos estados brasileiros, viabilizando tanto a sua difusão (inclusive a classes populares que, outrora, tinham pouco acesso) quanto, cada vez mais, a incorporação de ciência e tecnologia ao território nacional.

Contudo, o processo de expansão do ensino superior no território brasileiro assistiu a um relativo arrefecimento em seu ritmo a partir de meados da década de 2010. Isso porque, desde o segundo trimestre de 2014, a economia brasileira passou a vivenciar um quadro de recessão econômica (Barbosa Filho, 2017) que resultou, entre 2014 e 2016, em uma queda acumulada de mais de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, “talvez a nossa pior crise dos últimos 50 anos” (Gala, 2020). Como consequência desse processo, houve um desgaste político do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (eleito para governar o país entre 2015 e 2018), interrompido no ano de 2016 por conta do golpe parlamentar-jurídico-midiático que culminou no seu *impeachment*.

Enquanto vice-presidente da chapa liderada por Dilma Rousseff, Michel Temer (MDB) assumiu a presidência da República em agosto de 2016. Doravante, uma série de políticas liberais foi aprofundada no Brasil, com destaque, em particular, para a PEC 55 de 2016 (Brasil, 2016), que objetivava instituir um novo regime fiscal no país e, com efeito, congelar os gastos públicos (saúde, educação, seguridade social etc.) do governo federal como uma alternativa de superação à crise econômica posta, sem deixar, todavia, de pagar os juros e amortizações da dívida pública. Em relação ao ensino superior, sobretudo público, houve um duro desinvestimento na área, com medidas que precarizaram a estrutura das instituições universitárias com vistas à sua privatização, especialmente as de nível federal, dando seguimento, assim, a um processo que já vinha se manifestando desde o último quartel do século XX, como aponta Figueiredo (2017).

A permanência de Michel Temer como presidente da República durou um pouco mais de dois anos (2016-2018) e, nesse período, houve um aprofundamento da presença de grupos econômicos nacionais e internacionais ligados ao ensino superior no Brasil (Figueiredo, 2017; Sousa Neto, 2017). Tais iniciativas de corte neoliberal, por sua vez, mantiveram a sua expressão também no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022), momento em que, novamente, a

educação superior pública recebeu cortes em seus recursos – inviabilizando, inclusive, a continuidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades federais – e sofreu ataques à sua autonomia de gestão, com a interferência do então presidente Jair Bolsonaro na escolha dos reitores eleitos democraticamente nas instituições federais de ensino superior, por exemplo.

Dessa maneira, acrescenta-se que, entre 2016 e 2022<sup>74</sup>, houve um expressivo crescimento das vagas ofertadas no sistema privado (26,2% contra apenas 4,1% no sistema público), sendo isso um reflexo do *modus operandi* dos governos de direita e extrema-direita em relação às instituições públicas de ensino superior do país. De forma geral, no mesmo período, as instituições de ensino superior cresceram algo em torno de 7,2% no Brasil, com destaque, em perspectiva regional, para o Centro-Oeste (51,5%), o Norte (22,3%) e o Nordeste (21,4%) que – diferentemente das regiões Sudeste e Sul, as quais registraram variações negativas de -2,5% e -2,2%, nessa ordem – apresentaram um movimento de expansão nas quantidades de fixos sociais em discussão (Tabela 11).

Nesse particular, evidencia-se que as regiões Centro-Oeste e Sudeste foram as únicas que apresentaram aumentos nos respectivos números de instituições públicas de ensino superior, inobstante a variação negativa imputada a essa última por conta da diminuição da quantidade de instituições privadas de ensino superior, conforme evidenciado na Tabela 11.

Tabela 11 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2016 e 2022)

|               | 2016       |              |              | 2022       |              |              | Δ%<br>2016-2022 |
|---------------|------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|-----------------|
|               | Público    | Privado      | Total        | Público    | Privado      | Total        |                 |
| Norte         | 24         | 132          | 156          | 23         | 178          | 201          | 22,3%           |
| Nordeste      | 66         | 414          | 480          | 66         | 545          | 611          | 21,4%           |
| Centro-Oeste  | 19         | 221          | 140          | 23         | 266          | 289          | 51,5%           |
| Sudeste       | 153        | 973          | 1.126        | 166        | 932          | 1.098        | -2,5%           |
| Sul           | 34         | 371          | 405          | 34         | 362          | 396          | -2,2%           |
| <b>BRASIL</b> | <b>296</b> | <b>2.111</b> | <b>2.407</b> | <b>312</b> | <b>2.283</b> | <b>2.595</b> | <b>7,2%</b>     |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

<sup>74</sup>Adverte-se que, a partir de 2021, as sinopses estatísticas do ensino superior brasileiro, organizadas pelo INEP, passaram a não mais informar determinados dados (matrículas, instituições, cursos etc.) de acordo a localização entre capital e interior, tal como nos anos anteriores; daí o porquê de não termos demonstrado essa distribuição espacial dos dados sistematizados nas tabelas a seguir, bem como, nas respectivas tabelas da próxima seção, que abordará essa discussão com foco na Amazônia.

A Tabela 11 também nos informa que, diferentemente do Norte, que registrou a diminuição de uma instituição pública no recorte temporal analisado, nota-se que as regiões Nordeste e Sul mantiveram os números de 2016 no ano de 2022, o que, evidentemente, não significa que eles permaneceram os mesmos durante todo o período analisado. No que toca às instituições privadas, todos os subespaços nacionais obtiveram aumentos no *quantum* dos fixos dessa natureza, com exceção do Sudeste e do Sul brasileiros, conforme o exposto na Tabela 11.

Ademais, conquanto as baixas no campo da iniciativa privada, foi por meio dela que a expansão da educação superior, pelo viés do aumento do número de instituições físicas, teve a sua maior expressão no território brasileiro, no intervalo 2016-2022, de acordo com a Tabela 12.

Tabela 12 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa (2016 e 2022)

|               | 2016         | 2022         | Δ% 2016-2022 |
|---------------|--------------|--------------|--------------|
| Público       | 296          | 312          | 0,6%         |
| Privado       | 2.111        | 2.283        | 6,6%         |
| <b>BRASIL</b> | <b>2.407</b> | <b>2.595</b> | <b>7,2%</b>  |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

Assim, se as instituições de ensino superior apresentaram uma variação de 7,2% entre 2016 e 2022 (tabelas 11 e 12), os cursos de graduação presencial tiveram um incremento de 8,5% em seu total nacional (Tabela 13). Diferentemente do cenário evidenciado na Tabela 11, com variações negativas em alguns subespaços nacionais quanto à expansão daqueles fixos sociais, o número de graduações de natureza presencial conheceu um aumento em todas as regiões brasileiras, tal como nos revela a Tabela 14.

Tabela 13 – Quantidade de cursos graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2016 e 2022)

|               | 2016          | 2022          | Δ% 2016-2022 |
|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Público       | 10.093        | 10.456        | 1%           |
| Privado       | 22.611        | 25.309        | 7,5%         |
| <b>BRASIL</b> | <b>32.704</b> | <b>35.765</b> | <b>8,5%</b>  |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

Tabela 14 – Quantidade de cursos graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2016 e 2022)

|               | 2016          |               |               | 2022          |               |               | Δ%<br>2016-2022 |
|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|
|               | Público       | Privado       | Total         | Público       | Privado       | Total         |                 |
| Norte         | 1.249         | 1.220         | 2.469         | 1.209         | 1.576         | 2.785         | 11,3%           |
| Nordeste      | 2.831         | 3.563         | 6.394         | 2.886         | 4.907         | 7.793         | 17,9%           |
| Centro-Oeste  | 1.076         | 1.859         | 2.935         | 1.170         | 2.276         | 3.446         | 14,8%           |
| Sudeste       | 3.050         | 11.647        | 14.697        | 3.281         | 11.842        | 15.123        | 2,8%            |
| Sul           | 1.887         | 4.322         | 6.209         | 1.910         | 4.708         | 6.618         | 6,2%            |
| <b>BRASIL</b> | <b>10.093</b> | <b>22.611</b> | <b>32.704</b> | <b>10.456</b> | <b>25.309</b> | <b>35.765</b> | <b>8,5%</b>     |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

Com variações positivas na quantidade de cursos de graduação presencial de 1% na rede pública e 7,5% no setor privado (Tabela 13), destaca-se, regionalmente, o crescimento apresentado pelas regiões Nordeste (17,9%), Centro-Oeste (14,8%) e Norte (11,3%) quanto às ofertas em comento, ainda que, nessa última região, tenha havido uma diminuição no número de cursos vinculados ao setor público (Tabela 14). Percebe-se, além do mais, que o Sul e o Sudeste foram as regiões que apresentaram os menores incrementos nas ofertas de graduação presencial no território brasileiro, com variações respectivas de 6,2% e 2,8% no período em foco.

No que se refere às matrículas nesses cursos de graduação, chama a atenção o recuo percentual de -28,2% na rede particular de ensino (Tabela 15).

Tabela 15 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2016 e 2022)

|               | 2016             | 2022             | Δ% 2016-2022  |
|---------------|------------------|------------------|---------------|
| Público       | 1.867.477        | 1.894.260        | 0,5%          |
| Privado       | 4.686.806        | 3.218.403        | -28,7%        |
| <b>BRASIL</b> | <b>6.554.283</b> | <b>5.112.663</b> | <b>-28,2%</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

Ainda que a rede pública de ensino superior tenha apresentado um pequeníssimo aumento percentual (0,5%) na quantidade de matriculados na graduação presencial no país (Tabela 15), a Tabela 16 mostra que todas as regiões brasileiras registraram variações negativas entre 2016 e 2022, com destaque para a significativa diminuição de alunos vinculados aos cursos de graduação presencial no Sul (-34%), no Sudeste (-33,6%) e no Centro-Oeste (-30,4%). O Nordeste e o Norte, por seu turno, foram as regiões que menos perderam, consoante a Tabela 16.



Tabela 16 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa e região geográfica (2016 e 2022)

|               | 2016             |                  |                  | 2022             |                  |                  | Δ%<br>2016-<br>2022 |
|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------|
|               | Público          | Privado          | Total            | Público          | Privado          | Total            |                     |
| Norte         | 193.437          | 280.042          | 473.479          | 187.520          | 215.381          | 402.901          | -17,5%              |
| Nordeste      | 546.473          | 897.895          | 1.443.515        | 560.747          | 671.400          | 1.232.147        | -17,1%              |
| Centro-Oeste  | 170.753          | 435.770          | 606.523          | 184.760          | 280.310          | 465.070          | -30,4%              |
| Sudeste       | 647.413          | 2.373.452        | 3.020.865        | 677.052          | 1.582.663        | 2.259.715        | -33,6%              |
| Sul           | 309.401          | 699.647          | 1.009.048        | 284.181          | 468.649          | 752.830          | -34%                |
| <b>BRASIL</b> | <b>1.867.477</b> | <b>4.686.806</b> | <b>6.554.283</b> | <b>1.894.260</b> | <b>3.218.403</b> | <b>5.112.663</b> | <b>-28,2%</b>       |

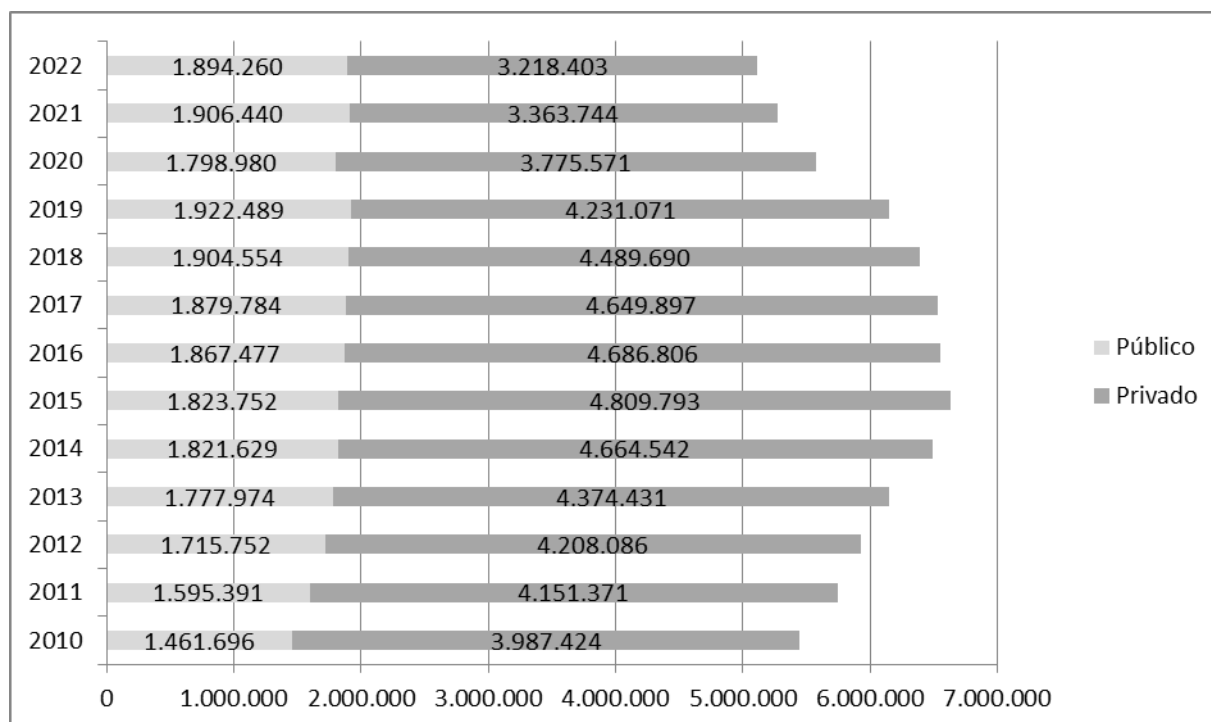
Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

A análise das tabelas acima ratifica o ínfimo crescimento do setor público nos anos de governos liberais e de extrema-direita, bem como a contínua expansão do setor privado no período pós-2016 no território brasileiro, especialmente quanto ao número de instituições e à quantidade de cursos. Todavia, também revela uma diminuição de 1.441.620 matrículas entre 2016 e 2022, isto é, -28,7% em relação ao total de matriculados no último ano de referência.

Compreendendo o período de 2010 a 2022, o Gráfico 5 demonstra que esse decréscimo vem ocorrendo desde o ano de 2016, o que pode ser atribuído à crise econômica instalada no Brasil (Barbosa Filho, 2017; Gala, 2020) e à consequente perda de capacidade de os estudantes vinculados à rede privada continuarem arcando com as mensalidades dessas instituições, especialmente aqueles financiados pelo FIES, uma vez que a taxa de juros do financiamento quase dobrou a partir de 2015/2016 (Nascimento; Longo, 2016), saindo de 3,4% ao ano (a.a.) para 6,5% a.a.

A pandemia global de Covid-19 que abateu o Brasil no início de 2020 – somada à nova crise econômica decorrente desse problema sanitário, ampliada em grande medida pela negligência do então presidente Jair Bolsonaro em relação à compra de vacinas – certamente também contribuiu com essa diminuição do número de matriculados em cursos de graduação presencial na rede particular de ensino superior, apresentado no ano de 2022 (Tabela 13). Isso porque, de 2019 a 2020 houve uma queda significativa de quase meio milhão de matrículas no sistema privado, ao passo que, no sistema público, registrou-se uma redução de 123.509 matrículas no país (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no Brasil, por categoria administrativa (2010-2022)



Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em INEP (2023).

Por outro lado, ainda entre 2019 e 2020, houve um crescimento de 655.824 matrículas em cursos a distância na rede particular, a qual, no ano de 2020, açambarcou 2.948.431 das 3.105.803 registradas nessa modalidade de ensino de graduação no território brasileiro (Brasil, 2020, 2021), isto é, quase 95% desse total de matrículas em nível nacional. Com base em Sousa Neto (2017), salienta-se que tal aumento das matrículas em cursos de graduação a distância no setor privado no Brasil é uma expressão da forte atuação das corporações educacionais que veem esse bem comum como um negócio e, por meio de avanços técnicos e informacionais, estendem o seu raio de atuação a quase todo o território nacional<sup>75</sup>, inclusive a espaços marcados por baixos conteúdos técnico-científicos-informacionais, como revela Campos (2011) em sua análise no estado do Amazonas.

<sup>75</sup>Priorizando o lucro em detrimento da qualidade do ensino/formação, nota-se a produção de algumas situações problemáticas na rede privada de educação superior a distância, como, por exemplo, a desproporcionalidade na quantidade de alunos por professor, uma vez que, conforme denuncia Palhares (2023), 11 instituições investigadas pelo MEC apresentam uma proporção de 500 alunos por docente em cursos a distância, média superior ao que, convencionalmente, é constatado nessa modalidade de ensino: 171 alunos por professor.

Os dados até aqui arrolados e discutidos indicam, portanto, a contínua e expressiva presença do setor privado na educação superior brasileira nas primeiras duas décadas do século XXI. É por essa razão que autores como Marques e Cêpeda (2012) salientam a não existência de um déficit de vagas nesse nível de formação no país; antes, o que há, em verdade, é um déficit no sistema público e uma inflação bastante significativa no campo da iniciativa privada, a qual, ao longo de décadas, mantém proeminência quanto à oferta desse importante serviço emancipador da sociedade. Dessa forma, majoritariamente mantida nas mãos desse setor, a difusão da educação superior acaba sendo colocada a cargo de um modelo econômico neoliberal excludente, que, conforme a lei do lucro, oferta bens e serviços essenciais a quem pode pagar.

Controversamente, o Estado, em sua tentativa de democratizar a expansão e o acesso ao ensino superior às classes populares por meio de programas como o FIES e o Prouni, acaba privilegiando grandes grupos econômicos ligados ao “mercado educacional” brasileiro mediante renúncias fiscais que viabilizaram a ampliação da oferta de instituições, vagas, cursos e matrículas de graduação no setor privado; recursos esses que, sem desconsiderar a pertinência de se ampliar vagas no ensino superior, poderiam ser mais bem investidos na expansão quantitativa e qualitativa das instituições públicas de ensino superior do país.<sup>76</sup>

A valorização dessas instituições, por sua vez, contribuiria com o reforço e a potencialização das pesquisas científicas que são feitas no Brasil, uma vez que as universidades públicas, sozinhas, são majoritariamente responsáveis pela ciência desenvolvida no país (Bizerril, 2018). Vale destacar que, segundo dados da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 325.311 alunos encontram-se matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*<sup>77</sup> no

---

<sup>76</sup> Acrescenta-se a isso o endividamento de jovens e adultos que, por meio do FIES, iniciaram e/ou concluíram os seus estudos na rede privada, mas não tiveram como pagar o financiamento após a saída/conclusão do curso superior; algo que, entre outros aspectos, tem como justificativa os problemas ligados à renda, diante da dificuldade de entrada no mercado de trabalho.

<sup>77</sup> A pós-graduação *stricto sensu* compreende programas de mestrado e doutorado que podem ser cursados por candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências da instituição de ensino superior e do edital de seleção dos alunos disponibilizado. Por outro lado, tem-se a pós-graduação *lato sensu*, a qual diz respeito a programas de especialização e aos cursos *Master Business Administration* (MBA), com duração mínima de 360 horas. Outrossim, podem concorrer alunos diplomados em cursos de formação superior e que estejam em sintonia com as exigências da instituição e dos correlatos editais de seleção (Brasil, [2020?]).

território brasileiro, em 2022 (Brasil, 2022), um setor de grande importância na produção de inovações no e para o país.

Nesse sentido, acrescenta-se que as universidades brasileiras também se destacam como as instituições que mais produzem pesquisa científica na região latino-americana, algo que simboliza a importância desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a) em nível internacional e, por isso, justifica a pertinência de maiores e melhores investimentos em prol do desenvolvimento científico e tecnológico nacional; algo sinalizado como possível diante da eleição de Lula da Silva para o seu terceiro mandato (2023-2026) à frente da presidência da República e, por exemplo, do aumento nos valores das bolsas de pesquisa (pós-graduação e iniciação científica) e na quantidade de bolsas a serem concedidas no país (Governo [...], 2023).

Enquanto um agente capaz de “intervir na sociedade por dentro” (Saramago, 2013, p. 38), as instituições públicas de ensino superior, como as universidades, têm um papel de extrema relevância nos lugares onde são instaladas, não obstante as contradições que também permeiam tais fixos. Essa importância, todavia, revela-se nos campos social, dado o desenvolvimento humano propiciado às pessoas envolvidas e/ou formadas por elas; cultural, por conta do reforço dos laços locais/regionais embalados pela “descoberta” do lugar pelo lugar (Santos; Silveira, 2000); político, pela potencialização das lutas e movimentos políticos como possibilidade de afirmação e/ou contestação de demandas; e econômico, em razão do investimento que a instalação/presença de um *campus* universitário significa em determinado município/cidade e sua região.

Conquanto as políticas públicas de educação superior empreendidas no início do século XXI tenham promovido um quadro de privatização do ensino superior (Prates, 2010; Coelho; Penha; Milanski, 2022) e não tenham acabado com as assimetrias regionais ligadas à presença desse nível de formação no país (Santos; Amaral; Luz, 2023), deve-se destacar a relativa expansão do ensino superior promovida em regiões como a Amazônia e o Nordeste do Brasil, áreas historicamente marcadas por desigualdades sociais; fato que, conforme já pontuado, reafirma o ordenamento econômico-social do território brasileiro, experimentado, sobretudo, nos primeiros quinze anos do século XXI.

Nessas realidades, por exemplo, salienta-se que a expansão das instituições públicas de ensino superior se deu, sobretudo, em direção às cidades médias e

pequenas (Campani; Holanda, 2020; Holanda, 2018; Valença, 2020), de modo a constituir a criação de novas centralidades nesses espaços. Assim, essas cidades puderam assistir a relativas transformações tanto locais, dado o impacto social, econômico, cultural e político engendrado pela presença de *campi* universitários em suas estruturas intraurbanas, quanto sub-regionais e regionais, tendo em vista a diversificação dos papéis e funções das cidades que abrigam esses fixos sociais (Santos, 2014a) no âmbito de suas respectivas redes urbanas (Brito, 2014; Baumgartner, 2015).

Incrementa-se, assim, a responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) de muitas cidades em suas respectivas sub-regiões, algo que, conforme a interpretação de Trindade Júnior (2018) sobre o papel dessas cidades na região, contribui para a definição de centralidades urbanas socioterritoriais, tendo em vista a relevância por elas adquirida no contexto regional em se tratando da oferta de equipamentos e serviços essenciais, sobretudo de natureza pública, como, por exemplo, a educação superior. Decerto, a partir dessas cidades, esses aspectos nos ajudam a pensar na “geografização da cidadania” defendida por Santos (2014a) e, principalmente, a entrever a construção de um ordenamento territorial mais afeito às demandas verdadeiramente sociais dos lugares e das regiões, isto é, pautado pela cidadania.

Dessa maneira, a presença socialmente referenciada dessas instituições públicas no território, inclusive, torna-se fator determinante para pensar e mesmo promover o desenvolvimento dos lugares e das regiões (Serra; Rolim; Bastos, 2018). Nesse sentido, a próxima seção busca evidenciar os resultados desse processo de expansão recente do ensino superior na Amazônia, bem como problematizar, em certa medida, a criação/reforço de novas centralidades urbanas nas cidades que passaram a contar com fixos sociais dessa natureza em suas respectivas estruturas espaciais.

### **5.3 A expansão recente do ensino superior na Amazônia e as novas centralidades socioterritoriais**

Em *Ciência, universidade e crise*, Armando Mendes (1981) já chamava a atenção para a importância e, principalmente, para as necessidades sociais ligadas à expansão do ensino superior na Amazônia; processo esse cujo empreendimento fora oficialmente realizado a partir de meados do século XX, no seio das políticas de

ocupação do espaço amazônico promovidas pelo Estado (Castro; Campos, 2015; Silva; Ravena, 2015), e, com efeito, do novo panorama regional então configurado nessa porção do território brasileiro (Moreira, 1989)<sup>78</sup>, tal como também nos informa Mendes (1988), desta vez, em reflexão sobre o papel da universidade na Amazônia.

Problematizando questões atinentes ao desenvolvimento regional, Mello (2002) aponta que todo e qualquer plano dessa natureza para a Amazônia deve levar em conta, de forma articulada, três principais eixos de investimento em suas metas: a) educação de qualidade, condição elementar para quaisquer iniciativas de desenvolvimento, especialmente se se pensar na formação qualitativa de recursos humanos; b) conhecimento científico básico e aplicado, de modo a alterar o padrão econômico instalado na região e viabilizar a verticalização e a diversificação produtivas; e c) obras estratégicas de infraestrutura, a fim de incentivar a produção e a circulação de mercadorias, estimular o turismo e dirimir a urgente questão do saneamento básico regional.

Entretanto, com base em vasta literatura (p. ex.: Hébette, 1991, 1995a, 1995b; Castro; Acevedo Marin, 1993; Pinto, 1995; Castro; Campos, 2015; Silva; Ravena, 2015), a história regional recente da Amazônia evidencia os graves problemas nela engendrados em nome de um falso conceito de desenvolvimento (Ab'Sáber, 1996). Isso porque, houve a materialização de um sistema de ações (Santos, 2012a) muito mais voltado ao atendimento de demandas econômico-corporativas, não raro visualizadas por meio da instalação de “grandes objetos” técnicos (Santos, 1995), do que propriamente dos reclamos de uma população regional que carece de intervenções em campos sociais prioritários, como, por exemplo, saúde, saneamento e educação, a configurar “vazios” de políticas públicas produzidos, por vezes, pela presença-ausente do Estado.

---

<sup>78</sup>Todavia, Eidorfe Moreira (1989) nos lembra que, no início do século XX, a Amazônia se destaca no cenário nacional pela criação da Escola Universitária Livre de Manaus ou, simplesmente, Universidade de Manaus, tida, ainda que não oficialmente, como a primeira universidade brasileira. Surgida para além do Sudeste, núcleo da industrialização brasileira, o autor em comento acentua que essa instituição foi concebida em pleno apogeu da economia da borracha e em consonância com condições culturais adequadas ao florescimento e mesmo à implantação do universitarismo no estado do Amazonas (Moreira, 1989). Porém, planejada em 1908 e criada no ano seguinte, através da reunião de diversos cursos livres que eram ofertados às elites locais da época (como em outras partes do país), essa universidade desfrutou de curta experiência no seio da região amazônica e não durou mais que dezessete anos após a sua instalação (Daniel Júnior, 2018), muito embora seu funcionamento tenha sido mais longo que, citando caso parecido, o da primeira tentativa de consolidar a Universidade de São Paulo, dissolvida em 1917.

Em se tratando da educação superior, sua expansão nos territórios brasileiro e, particularmente, amazônico foi realizada não rigorosamente como uma necessidade social (Mendes, 1981), mas para responder às determinações do período tecnológico (Barraclough, 1968; Richta, 1972) ou da globalização (Santos, 1992a, 2012a) por ciência, tecnologia, informação e força de trabalho qualificada; determinações essas que, segundo Daniel Júnior (2018), visavam ao desenvolvimento da economia e da sociedade capitalistas, cujas formas e valores cada vez mais encontravam difusão no espaço. Nessa direção, salienta-se, portanto, o papel fundamental que a criação de universidades e institutos científico-tecnológicos (Costa, 1998; Faulhaber; Toledo, 2001) desempenhou na Amazônia ao longo do século XX.

Algo que merece atenção, neste particular, é o Projeto Rondon, o qual, criado em 1967, em pleno regime civil-militar e no seio do empreendimento desenvolvimentista no Brasil, consistia na realização de atividades de extensão promovidas por universidades e escolas superiores em regiões do país tidas como carentes e “afastadas” (Frank, 2020). O autor ainda destaca que o projeto seria uma maneira de o Estado atuar em favor do desenvolvimento e, na Amazônia, foco das iniciativas desenvolvimentistas com o lema “integrar para não entregar”, houve a realização dessas ações extensionistas como uma forma de, também, promover a ocupação regional sob a alegação da defesa nacional e do combate à pobreza.

Contudo, após a realização de críticas dos estudantes e pesquisadores envolvidos no projeto, devido à falta de continuidade e ao caráter assistencialista da iniciativa nas localidades, assistiu-se, em 1969, à criação dos chamados “*campi* avançados” (Brasil, 1980) no território brasileiro, marcando, segundo Frank (2020), um ponto-chave das ações de expansão e interiorização das universidades públicas no país. No que se refere à Amazônia, Mendes (1988) aponta a criação dos *campi* indicados no Quadro 2, os quais, mediante relativa estrutura física, constituíram os embriões da presença universitária na região amazônica.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup>Staevie (2012) acrescenta que o primeiro “*campus* avançado” da Amazônia brasileira foi o do então Território Federal de Roraima, implementado em Boa Vista, no ano de 1969, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo essa a primeira universidade federal do Brasil criada para além de uma capital estadual, em 1960.

Quadro 2 – Projeto Rondon: relação de “campi avançados” instalados na Amazônia

| Estado/<br>Território<br>Federal * | Município/sub-<br>região de<br>atuação | Principais universidades/escolas<br>superiores envolvidas      | Sede das<br>instituições |
|------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>Acre</b>                        | Cruzeiro do Sul                        | Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)                    | Campinas (SP)            |
|                                    | Xapuri                                 | Escola Superior de Ribeirão Preto (ESRP)                       | Ribeirão Preto (SP)      |
| <b>Amapá *</b>                     | Amapá                                  | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)           | Rio de Janeiro (RJ)      |
| <b>Amazonas</b>                    | Benjamin Constant                      | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) | Porto Alegre (RS)        |
|                                    | Humaitá                                | Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho” (UNESP)           | São Paulo (SP)           |
|                                    | Parintins                              | Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)                | Rio de Janeiro (RJ)      |
|                                    | Tefé                                   | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)           | Rio de Janeiro (RJ)      |
|                                    |                                        | Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)                    | Juiz de Fora (MG)        |
|                                    |                                        | Universidade Federal de Minas Gerais                           | Belo Horizonte (MG)      |
| <b>Pará</b>                        | Médio Araguaia <sup>i</sup>            | Universidade de Brasília (UnB)                                 | Brasília (DF)            |
|                                    | Altamira                               | Universidade Federal de Viçosa (UFV)                           | Viçosa (MG)              |
|                                    | Itaituba                               | Escola Superior de Santa Catarina (ESSC)                       | Florianópolis (SC)       |
|                                    | Marabá                                 | Universidade de São Paulo (USP)                                | São Paulo (SP)           |
|                                    | Óbidos e Oriximiná                     | Universidade Federal Fluminense (UFF)                          | Niterói (RJ)             |
|                                    | Santarém                               | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)                  | Florianópolis (SC)       |
| <b>Rondônia *</b>                  | Porto Velho                            | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)              | Porto Alegre (RS)        |
| <b>Roraima *</b>                   | Boa Vista                              | Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)                     | Santa Maria (RS)         |

<sup>i</sup> Inclui o estado de Goiás, que, no fim da década de 1980, foi redividido, dando origem ao estado do Tocantins.

Elaborado pelo autor, em 2024, com base em Brasil (1980) e Mendes (1988).

Vistos como um novo momento da experiência extensionista do Projeto Rondon, os “campi avançados” objetivaram dar continuidade às ações estudantis que já vinham sendo desenvolvidas na Amazônia, bem como, viabilizar a realização de estágios aos estudantes universitários envolvidos no projeto, diretamente na região (Brasil, 1980; Frank, 2020). Após as inúmeras iniciativas extensionistas de caráter assistencialista e nacionalista (Borges *et al.*, 2021), não obstante o viés de cooptação dos movimentos estudantis evidenciado em algumas situações (Freiberger, 2017), o projeto em comento entrou em um período de decadência que



culminou em sua paralisação nos anos 1990.<sup>80</sup> Em 2004, o Projeto Rondon foi retomado pelo governo federal e, em 2024, encerrado, depois de quase uma centena de operações em diferentes partes do país.

Ainda no que diz respeito à expansão do ensino superior público nesta região, deve-se conferir destaque a instituições como a Universidade Federal do Pará (UFPA), criada no ano de 1957 (Brasil, 1957) a partir da reunião de algumas faculdades isoladas que atuavam na oferta de cursos superiores no Pará, especialmente em sua capital estadual, Belém (Fontes, 2007; Moreira, 1989; Nunes, 2012; Pinto, 2007). Após a sua consolidação, a UFPA desempenhou um papel importantíssimo na oferta de formação superior na Amazônia, uma vez que, nas décadas de 1970 e 1980, sua atuação universitária extrapolava o espaço paraense e se fazia presente em outros estados amazônicos, com destaque para iniciativas de interiorização voltadas à formação de docentes da educação básica situados nas zonas rurais da região (UFPA, [1981?]).

Assim, além de qualificar professores e promover desenvolvimento social nos rincões do espaço amazônico, essa ação transformadora (Santos, 1992b, 2013a) da UFPA também contribuiu frontalmente para a expansão da rede pública de ensino superior na Amazônia, tendo em vista a criação das respectivas universidades federais dos espaços onde essa instituição atuava por intermédio da oferta de cursos superiores em seus “núcleos de educação” (UFPA, [1981?]), como, por exemplo, nos então territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá, no segundo quartel do século XX.

O estabelecimento de acordos internacionais bilaterais também ratifica a importância da UFPA na oferta de ensino superior não apenas para a Amazônia, mas para a Pan-Amazônia<sup>81</sup>, pois, conforme Aragón e Imbiriba (1988), a instituição recebia em seus cursos de graduação e pós-graduação alunos oriundos de outros países sul-americanos, como a Colômbia, o Equador e o Peru. Nesse particular, merece destaque a atuação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) dessa

---

<sup>80</sup>Nos anos 1980, a estrutura de muitos “*campi* avançados” do Projeto Rondon foi incorporada pelas universidades da região, ajudando a consolidar seus próprios *campi* universitários, como, por exemplo, os *campi* da Universidade Federal do Pará em Santarém e Marabá, conforme veremos mais adiante.

<sup>81</sup>A Pan-Amazônia é um recorte regional que abarca todos os países sul-americanos que possuem floresta amazônica em seus territórios, como, exemplo, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, além do Brasil, evidentemente.

universidade, que, desde a sua criação em 1973, passou a ofertar cursos de pós-graduação – inicialmente, em nível de especialização e de mestrado e, nos anos 1990, de doutorado – dedicados à formação crítica e interdisciplinar de pesquisadores e profissionais implicados com o desenvolvimento regional da Amazônia a partir de suas problemáticas internas (Mendes, 2008; Aragón, 2019).

Ainda em relação a esse contexto, vale mencionar a criação da Associação Universidades Amazônicas (UNAMAZ) no fim dos anos 1980, instituição responsável por congregar ações para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia a partir de iniciativas concebidas no âmbito da educação superior (Aragón; Imbiriba, 1988). Trata-se, como lembra Aragón (2001, p. 28), de “um esforço no sentido de buscar alternativas endógenas para a melhoria da educação superior, conforme as exigências do próprio desenvolvimento sustentável da região”. Nessa perspectiva, o autor aponta o estabelecimento de uma rede universitária regional com o objetivo de formar profissionais implicados com as questões amazônicas (Aragón, 2001), sobretudo nas áreas de saúde, meio ambiente, populações humanas, agropecuária, tecnologia e socioeconomia, tidas como prioritárias (Diniz, 1996).

No que se refere à expansão da rede particular de ensino superior nesse final do século XX, Brasil e Acevedo Marin (2003) e Brasil (2008) nos informam que tal processo assentou-se em um modelo que promove um perfil de formação superior em áreas do conhecimento que pouco têm a ver com as dinâmicas regional e local da Amazônia, não havendo, ainda, certa correspondência para com as perspectivas de desenvolvimento social e econômico concebidas para a região. Isto é, os cursos não foram verdadeiramente planejados em linha com os reais problemas emergentes do espaço amazônico (Brasil; Acevedo Marin, 2003), tais quais os pontuados por Diniz (1996).

Nesse movimento, a Amazônia chega ao século XXI como uma das regiões onde a presença da educação superior se revela menos expressiva do ponto de vista numérico, conforme já discutido anteriormente. Sobre a sua expansão recente, viabilizada, em certa medida, pelas políticas públicas de expansão e interiorização do ensino superior implementadas pelo governo federal nos anos 2000, a Tabela 17 nos possibilita algumas reflexões com base nos quantitativos de instituições, cursos de graduação presencial e matrículas nessas mesmas graduações neste espaço regional, considerando o período 2000-2022.

Tabela 17 – Amazônia: quantidade de instituições de ensino superior, de cursos de graduação presencial oferecidos e de matrículas em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa (2000-2022)

| Ano  | Quantidade de instituições de ensino superior |         |       | Quantidade de cursos de graduação presencial |         |       | Quantidade de matrículas em cursos de graduação presencial |         |         |
|------|-----------------------------------------------|---------|-------|----------------------------------------------|---------|-------|------------------------------------------------------------|---------|---------|
|      | Público                                       | Privado | Total | Público                                      | Privado | Total | Público                                                    | Privado | Total   |
| 2000 | 11                                            | 35      | 46    | 542                                          | 184     | 708   | 71.412                                                     | 43.646  | 115.058 |
| 2001 | 12                                            | 49      | 61    | 602                                          | 241     | 843   | 86.100                                                     | 55.792  | 141.892 |
| 2002 | 14                                            | 69      | 83    | 863                                          | 331     | 1.200 | 115.943                                                    | 74.168  | 190.111 |
| 2003 | 15                                            | 86      | 101   | 875                                          | 431     | 1.306 | 129.759                                                    | 100.468 | 230.227 |
| 2004 | 18                                            | 100     | 118   | 1.015                                        | 512     | 1.527 | 133.914                                                    | 116.762 | 250.676 |
| 2005 | 16                                            | 106     | 122   | 876                                          | 606     | 1.482 | 124.763                                                    | 136.384 | 261.147 |
| 2006 | 18                                            | 117     | 135   | 961                                          | 688     | 1.649 | 128.173                                                    | 152.381 | 280.554 |
| 2007 | 18                                            | 122     | 140   | 1.010                                        | 782     | 1.792 | 136.754                                                    | 167.230 | 303.984 |
| 2008 | 18                                            | 121     | 139   | 946                                          | 856     | 1.802 | 136.519                                                    | 186.671 | 323.190 |
| 2009 | 19                                            | 128     | 147   | 1.041                                        | 963     | 2.004 | 128.689                                                    | 185.270 | 313.959 |
| 2010 | 25                                            | 121     | 146   | 1.148                                        | 918     | 2.066 | 152.469                                                    | 199.889 | 352.358 |
| 2011 | 27                                            | 125     | 152   | 1.221                                        | 970     | 2.191 | 168.327                                                    | 217.390 | 385.717 |
| 2012 | 28                                            | 126     | 154   | 1.337                                        | 1.000   | 2.337 | 180.017                                                    | 224.710 | 404.727 |
| 2013 | 26                                            | 120     | 146   | 1.293                                        | 1.006   | 2.299 | 185.753                                                    | 237.812 | 423.565 |
| 2014 | 25                                            | 124     | 149   | 1.332                                        | 1.069   | 2.401 | 189.279                                                    | 261.565 | 450.844 |
| 2015 | 24                                            | 126     | 150   | 1.310                                        | 1.108   | 2.418 | 186.069                                                    | 287.779 | 473.848 |
| 2016 | 24                                            | 132     | 156   | 1.249                                        | 1.220   | 2.469 | 193.437                                                    | 280.042 | 473.479 |
| 2017 | 24                                            | 141     | 165   | 1.247                                        | 1.260   | 2.507 | 188.502                                                    | 285.514 | 473.716 |
| 2018 | 24                                            | 149     | 173   | 1.249                                        | 1.420   | 2.669 | 190.108                                                    | 279.654 | 469.762 |
| 2019 | 24                                            | 167     | 191   | 1.248                                        | 1.513   | 2.761 | 187.054                                                    | 265.920 | 452.974 |
| 2020 | 23                                            | 161     | 184   | 1.111                                        | 1.557   | 2.668 | 127.389                                                    | 239.193 | 366.582 |
| 2021 | 24                                            | 174     | 198   | 1.214                                        | 1.543   | 2.757 | 187.444                                                    | 221.014 | 408.458 |
| 2022 | 23                                            | 178     | 201   | 1.209                                        | 1.576   | 2.785 | 187.520                                                    | 215.381 | 402.901 |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em INEP (2023).

Como pudemos perceber na seção anterior, especialmente na Tabela 16, a Amazônia<sup>82</sup>, enquanto uma das regiões menos populosas do país<sup>83</sup>, é o subespaço nacional com a menor quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial no território brasileiro. Nesse particular, aponta-se que, entre 2000 e 2022, o espaço amazônico apresentou um crescimento modesto desse nível de formação (Tabela 17): 71,4% no quantitativo de matrículas supramencionado, 74,5% no montante de cursos de graduação presencial e 77,1% no número de instituições.

Seguindo a tendência nacional relacionada à educação superior, constata-se a proeminência da rede privada em relação à rede pública, seja na quantidade de instituições de ensino superior (Gráfico 6), seja no número de matrículas em cursos de graduação presencial (Gráfico 7) ou, mesmo, no quantitativo desses cursos, como explicita o Gráfico 8. Contudo, deve-se fazer uma observação: conquanto o setor privado se revele numericamente maior em relação ao setor público, ainda assim, nota-se uma participação relativamente significativa desse último setor na Amazônia, sobretudo se se considerar o exposto nos gráficos 7 e 8, referentes, respectivamente, aos quantitativos de graduações presenciais e de matrículas nesses mesmos cursos.

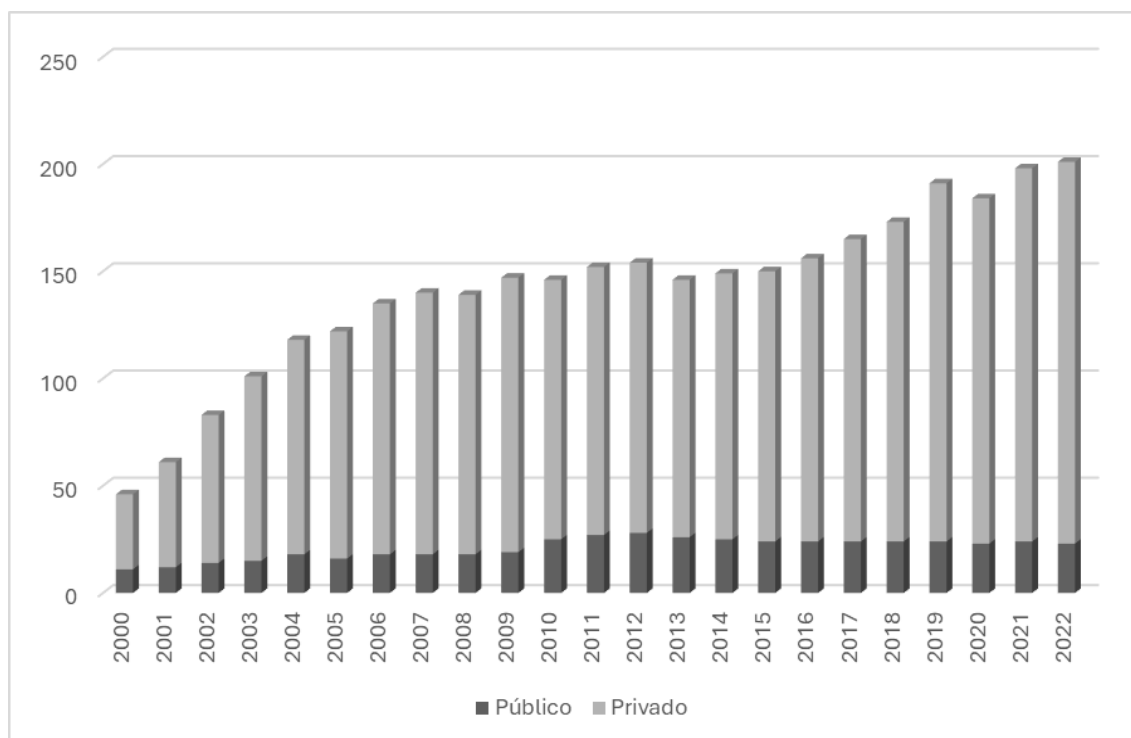
Desse modo, no ano de 2022, dos 402.901 matriculados em cursos de graduação de natureza presencial (Tabela 17), 53,4% correspondem à rede privada de ensino superior e 46,6% ao setor público; dos 2.785 cursos de graduação presencial, 56,6% deles estão relacionados à rede privada e 43,4% à educação superior pública. Todavia, essa razoável discrepância entre público e privado no ensino superior da Amazônia se amplia em favor do segundo no que se refere ao número de instituições, pois, dos 201 fixos presentes na região, 178 (88,5%) pertencem ao setor particular e apenas 25 (11,5%) integram a rede pública.

---

<sup>82</sup>Uma vez mais, reforça-se que, para efeitos de análise, a Região Norte está sendo aqui nominada como Amazônia. Portanto, a Amazônia, em nossa reflexão, não concerne ao recorte da Amazônia Legal, tampouco ao recorte da Amazônia dos “quatro Brasis” (Santos; Silveira, 2012), mas à Região Norte, concebida pelo IBGE e formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

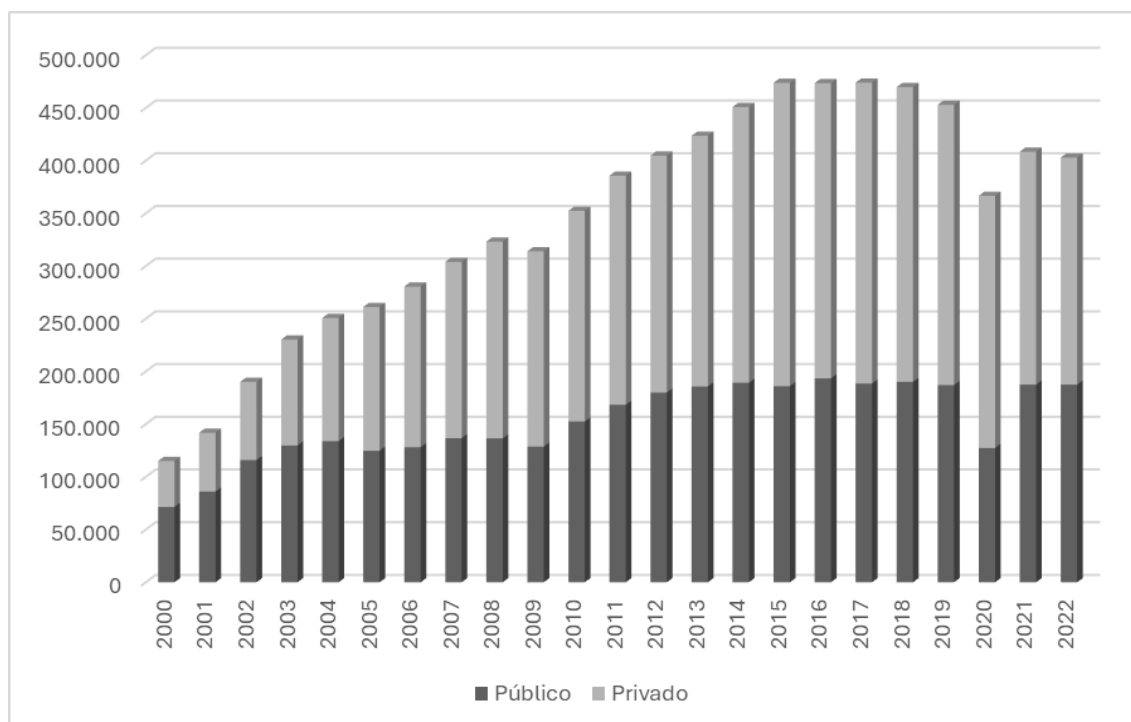
<sup>83</sup>O Censo 2022 do IBGE (IBGE, 2023) registrou 203.080.756 habitantes no Brasil, sendo 84.840.113 no Sudeste, 54.658.515 no Nordeste, 29.397.706 no Sul, 17.354.884 no Norte e 16.289.538 no Centro-Oeste.

Gráfico 6 – Evolução da quantidade de instituições de ensino superior na Amazônia, por categoria administrativa (2000-2022)



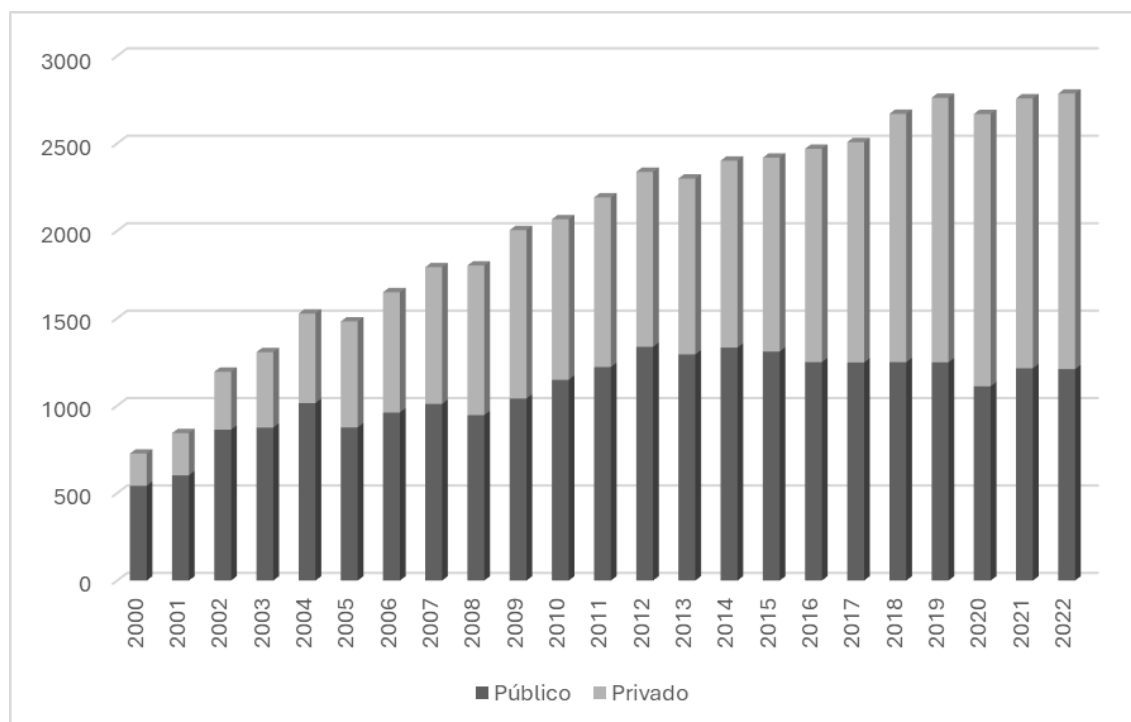
Fonte: Elaborado pelo autor, em 2024, com base em INEP (2023).

Gráfico 7 – Evolução da quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2000-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2024, com base em INEP (2023).

Gráfico 8 – Evolução da quantidade de cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2000-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2024, com base em INEP (2023).

Inobstante a baixa presença de instituições públicas de ensino superior na Amazônia (Gráfico 6) em relação ao quantitativo regional registrado no ano de 2022 (Tabela 17), bem como no que se refere a outras regiões brasileiras (ver Tabela 11), é válido ressaltar o papel desempenhado pela educação superior pública em uma das regiões mais desiguais do território brasileiro; algo que pode ser visualizado, por exemplo, mediante a participação do setor público nas matrículas (Gráfico 7) e nos cursos de graduação presencial (Gráfico 8) no espaço amazônico.

A isso, atribui-se o impacto das políticas de desenvolvimento regional voltadas ao ensino superior no início do século XX (Araújo, 2013a), por meio de processos como os de expansão e interiorização desse campo da educação nacional, que, entre os anos de 2003 e 2014, viabilizaram o acesso de milhares de pessoas a esse importante direito social. Nesse período, portanto, a Amazônia assistiu ao aumento de 48 instituições de ensino superior, sendo 28 em capitais e 20 no interior da região, conforme demonstra a Tabela 18. Porém, desses 48 fixos sociais criados no período em análise, 38 o foram pelo setor privado e apenas 10 pela rede pública.

Tabela 18 – Quantidade de instituições de ensino superior na Amazônia, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014)

| Estados         | Categoria administrativa | 2003      |           |           | 2014      |           |            |
|-----------------|--------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
|                 |                          | Capital   | Interior  | Total     | Capital   | Interior  | Total      |
| Acre            | Público                  | 1         | -         | 1         | 2         | -         | 2          |
|                 | Privado                  | 5         | -         | 5         | 8         | 1         | 9          |
| Amapá           | Público                  | 1         | -         | 1         | 3         | -         | 3          |
|                 | Privado                  | 7         | -         | 7         | 12        | 1         | 13         |
| Amazonas        | Público                  | 4         | -         | 4         | 3         | -         | 3          |
|                 | Privado                  | 14        | -         | 14        | 17        | -         | 17         |
| Pará            | Público                  | 4         | -         | 4         | 4         | 2         | 6          |
|                 | Privado                  | 10        | 6         | 16        | 15        | 15        | 30         |
| Rondônia        | Público                  | 1         | -         | 1         | 2         | -         | 2          |
|                 | Privado                  | 9         | 15        | 24        | 13        | 19        | 32         |
| Roraima         | Público                  | 1         | -         | 1         | 3         | -         | 3          |
|                 | Privado                  | 5         | -         | 5         | 4         | -         | 4          |
| Tocantins       | Público                  | 2         | 1         | 3         | 3         | 3         | 6          |
|                 | Privado                  | 11        | 4         | 15        | 7         | 12        | 19         |
| <b>Amazônia</b> | <b>Público</b>           | <b>14</b> | <b>1</b>  | <b>15</b> | <b>20</b> | <b>5</b>  | <b>25</b>  |
|                 | <b>Privado</b>           | <b>54</b> | <b>32</b> | <b>86</b> | <b>76</b> | <b>48</b> | <b>124</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2004, 2015).

A análise da Tabela 18 nos revela que, em 2003, existiam 101 instituições de ensino superior na Amazônia: 68 sediadas em capitais (54 pelo setor privado e 14 pela rede pública) e 33 com sede no interior (32 pelo setor privado e apenas uma pela rede pública). Entre aquele ano e 2014, esses números conhecem crescimentos relativamente modestos, já comentados, de modo que, na região amazônica, foram registrados 149 estabelecimentos de educação superior, dos quais 96 estavam localizados nas capitais dos estados (76 na iniciativa privada e 20 no sistema público) e 53 sediados no interior dos estados que integram este espaço regional, sendo 48 pela iniciativa privada e somente 5 pelo sistema público.

A despeito da evidente baixa participação do setor público na ampliação do número de instituições de ensino superior na Amazônia, destaca-se que apenas os estados do Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins, nessa ordem, apresentaram uma pequena expansão em áreas de capital, enquanto o Amazonas apresentou decréscimo de uma instituição e o Pará manteve a quantidade desses fixos sociais no período analisado (Tabela 18). Em áreas de interior, a tabela em análise evidencia que, com exceção do Amazonas e de Roraima, todos os estados dispõem de instituições de ensino superior com sede fora de suas capitais, com destaque para Rondônia, Pará e Tocantins que, respectivamente, contam com 19, 15 e 12 desses fixos sociais privados no interior.

No campo do setor público, nota-se que Pará e Tocantins foram os únicos estados amazônicos que, entre 2003 e 2014, contaram com o surgimento de instituições públicas de ensino superior com sede fora de suas respectivas capitais (Tabela 18), Belém e Palmas. Nesse processo, e como um exemplo do resultado dessa política de expansão da educação superior, o estado do Pará teve a institucionalização de duas novas universidades federais em sub-regiões distintas de seu território: a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), criada em 2009 com sede em Santarém (PA), e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), concebida em 2013 em Marabá (PA).

Essas ações voltadas à expansão, à interiorização e à democratização do acesso ao ensino superior, especialmente de natureza pública, constituem uma importante alternativa para o desenvolvimento tanto dos municípios que abrigam a sede e/ou *campi* desses fixos sociais (Santos, 2014a) quanto da região que passa a contar com a materialização dessa rede de cidadania no território. Nesse sentido, tais iniciativas viabilizam maiores oportunidades de acesso ao ensino superior para



além das capitais, sobretudo às populações que, antes, precisavam sair dos seus respectivos lugares de origem para buscar formação em nível superior.

Uma vez instaladas nas respectivas cidades que vão abrigá-las, tais instituições revelam-se enquanto agentes de reestruturação urbana e econômica (Brito, 2014; Baumgartner, 2015), tendo em vista o volume de recursos financeiros por elas, doravante, mobilizado no município e na região, bem como a potencial modificação das dinâmicas locais, de nível intraurbano, como a moradia, a circulação etc. Na perspectiva das centralidades urbanas, a presença desses fixos sociais serve para ratificar a importância que as cidades que os acolhem desempenham em suas redes urbanas, seja do ponto de vista econômico, político ou mesmo socioterritorial, conforme Trindade Júnior (2011a, 2016c, 2018, 2024) tem sustentado em suas reflexões.

Ainda no que se refere à expansão do ensino superior na Amazônia, destaca-se, decerto, os rebatimentos desse processo no que diz respeito às matrículas em cursos de graduação presencial na região. Nesse sentido, constata-se que essa quantidade de matriculados assistiu a uma variação percentual de 31,3% na rede pública e de 61,6% no setor privado, entre 2003 e 2014, na Amazônia. A Tabela 19 sistematiza esses dados sobre o número de matrículas em tela e nos mostra essa variação em relação aos estados da região, por categoria administrativa e localização.

Tabela 19 – Quantidade de matriculados em cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014)

| Estados         | Categoria administrativa | 2003          |               |                | 2014           |               |                | Δ% 2003-2014 |
|-----------------|--------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|--------------|
|                 |                          | Capital       | Interior      | Total          | Capital        | Interior      | Total          |              |
| Acre            | Público                  | 5.686         | 3.122         | 8.808          | 8.100          | 2.749         | 10.849         | 18,8%        |
|                 | Privado                  | 3.383         | -             | 3.383          | 14.251         | 187           | 14.438         | 76,5%        |
| Amapá           | Público                  | 7.054         | 494           | 7.548          | 9.014          | 1.114         | 10.128         | 25,4%        |
|                 | Privado                  | 6.128         | 793           | 6.921          | 21.023         | 814           | 21.837         | 68,3%        |
| Amazonas        | Público                  | 21.781        | 14.313        | 36.094         | 31.357         | 20.234        | 51.591         | 30%          |
|                 | Privado                  | 34.966        | -             | 34.966         | 88.793         | -             | 88.793         | 60,6%        |
| Pará            | Público                  | 25.017        | 15.837        | 40.854         | 34.884         | 34.929        | 69.813         | 41,5%        |
|                 | Privado                  | 21.773        | 5.789         | 27.562         | 45.965         | 18.785        | 64.750         | 57,4%        |
| Rondônia        | Público                  | 6.110         | 6.611         | 12.721         | 4.092          | 5.905         | 9.997          | -21,4%       |
|                 | Privado                  | 9.387         | 7.420         | 16.807         | 21.965         | 16.529        | 38.494         | 56,3%        |
| Roraima         | Público                  | 3.005         | -             | 3.005          | 9.830          | 1.289         | 11.119         | 73%          |
|                 | Privado                  | 959           | -             | 959            | 9.473          | -             | 9.473          | 89,8%        |
| Tocantins       | Público                  | 3.948         | 16.781        | 20.729         | 8.693          | 17.089        | 25.782         | 19,6%        |
|                 | Privado                  | 5.850         | 4.020         | 9.870          | 12.865         | 10.915        | 23.780         | 58,5%        |
| <b>Amazônia</b> | <b>Público</b>           | <b>72.601</b> | <b>57.158</b> | <b>129.759</b> | <b>105.970</b> | <b>83.309</b> | <b>189.279</b> | <b>31,3%</b> |
|                 | <b>Privado</b>           | <b>82.446</b> | <b>18.022</b> | <b>100.468</b> | <b>214.335</b> | <b>47.230</b> | <b>261.565</b> | <b>61,6%</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2004, 2015).

Considerando-se o crescimento do número de matriculados em graduações presenciais nos estados da Amazônia, reafirma-se o papel preponderante da educação superior privada em termos quantitativos, com destaque para Roraima, Acre e Amapá, os quais, nesse período analisado, assistiram ao aumento percentual respectivo de 89,8%, 76,5% e 68,3% dessas matrículas na referida rede de ensino; números esses superiores, inclusive, à variação correlata de 61,6% registrada no espaço amazônico entre 2003 e 2014, como nos mostra a Tabela 19. Ainda no que se refere a esses três estados amazônicos, aponta-se que tal expansão no setor particular de ensino superior ocorreu largamente nas capitais, mas, dessa vez, com destaque para o Amapá e o Acre, onde, nessa ordem, houve uma ampliação de 14.285 e 10.868 alunos, enquanto no estado de Roraima esse crescimento foi de 8.514, unicamente na capital estadual (Tabela 19).

Ainda sobre o estado de Roraima, mas também no Amazonas, a ausência de instituições privadas de ensino superior sediadas no interior dessas realidades (Tabela 18) resulta na consequente inexistência de matrículas de graduação (Tabela 19), tanto em 2003 quanto em 2014. Isso, de certa forma, reforça a ideia de Santos (2014a) sobre os “vazios de cidadania” e, com efeito, as lógicas que estruturam a implantação e o funcionamento dos fixos privados em uma região como a Amazônia, onde a presença ou ausência de objetos dessa natureza é prioritariamente definida pelo lucro e não pelas necessidades e reclamos socioterritoriais pelo serviço em tela. Assim, de acordo com a Tabela 19, Amazonas e Roraima foram os únicos estados onde o setor privado de ensino superior não expandiu a sua atuação neste espaço regional.

Em comparação ao setor supramencionado, o sistema público de educação superior apresentou um quadro modesto de expansão na Amazônia. Em seu âmbito, tem-se que o estado de Roraima novamente adquire proeminência em termos de expansão na região, registrando 73% de aumento dos matriculados em graduação presencial no período analisado (Tabela 18), isto é, 8.114 novas matrículas no estado, sendo 1.289 em áreas situadas fora de sua capital, Boa Vista, o que pode ser atribuído a iniciativas de interiorização das instituições públicas de ensino superior sediadas na capital, cuja oferta, em certa medida, pauta-se no atendimento de demandas cidadãos (Santos, 2014a) no território roraimense.

Na mesma perspectiva, ainda conforme a Tabela 18, nota-se um crescimento de 41,5% nas matrículas de graduação no Pará, ou seja, 28.959 novos alunos, dos

quais 9.867 encontram-se matriculados em Belém e 19.092 no interior do espaço paraense. Tal expansão das matrículas resulta, quiçá, da atuação das duas novas instituições públicas de ensino superior criadas nas porções oeste e sudeste do Pará, mas também dos *campi* de interiorização dos demais fixos sociais públicos dessa natureza<sup>84</sup> sediados em Belém.

Leitura semelhante a essa pode ser feita com relação ao Amazonas, que mesmo não dispondo de instituições de educação superior sediadas no interior do estado, apresenta importante presença de *campi* das instituições estaduais e federais de ensino superior para além de Manaus; daí o porquê, talvez, das 20.234 matrículas de graduação presencial no interior do Amazonas (Tabela 19).

Esses resultados, em nossa leitura, decorrem notadamente das políticas públicas de expansão e interiorização comentadas na seção anterior. Essas políticas, inclusive, contribuíram com a criação das já mencionadas duas novas universidades federais no estado do Pará, além da criação e da difusão dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) a partir de 2008. Em adição, cabe enfatizar a expansão do ensino superior na Amazônia pelo viés dos cursos de graduação presencial, cujos dados para o interregno 2003-2014 estão sistematizados na Tabela 20.

---

<sup>84</sup>Além da Universidade Federal do Pará (UFPA), trata-se das seguintes instituições: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Sediadas em Belém (PA), tais instituições apresentam *campi* em outros municípios paraenses.

Tabela 20 – Quantidade de cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa e localização (2003 e 2014)

| Estados         | Categoria administrativa | 2003       |            |            | 2014       |            |              | Δ%<br>2003-2014 |
|-----------------|--------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|-----------------|
|                 |                          | Capital    | Interior   | Total      | Capital    | Interior   | Total        |                 |
| Acre            | Público                  | 26         | 40         | 66         | 44         | 54         | 98           | 32,6%           |
|                 | Privado                  | 14         | -          | 14         | 48         | 2          | 50           | 72%             |
| Amapá           | Público                  | 11         | 10         | 21         | 51         | 12         | 63           | 66,6%           |
|                 | Privado                  | 22         | 3          | 25         | 69         | 4          | 73           | 65,7%           |
| Amazonas        | Público                  | 106        | 174        | 280        | 153        | 310        | 463          | 39,5%           |
|                 | Privado                  | 133        | -          | 133        | 267        | -          | 267          | 50,2%           |
| Pará            | Público                  | 80         | 175        | 255        | 130        | 314        | 444          | 42,5%           |
|                 | Privado                  | 61         | 56         | 117        | 198        | 113        | 311          | 62,3%           |
| Rondônia        | Público                  | 27         | 28         | 55         | 31         | 36         | 67           | 18%             |
|                 | Privado                  | 43         | 42         | 85         | 84         | 133        | 217          | 60,8%           |
| Roraima         | Público                  | 19         | -          | 19         | 69         | 9          | 78           | 75,6%           |
|                 | Privado                  | 8          | -          | 8          | 37         | -          | 37           | 78,3%           |
| Tocantins       | Público                  | 18         | 161        | 179        | 33         | 86         | 119          | -33,5%          |
|                 | Privado                  | 33         | 16         | 49         | 63         | 51         | 114          | 57%             |
| <b>Amazônia</b> | <b>Público</b>           | <b>287</b> | <b>588</b> | <b>875</b> | <b>511</b> | <b>821</b> | <b>1.332</b> | <b>34,3%</b>    |
|                 | <b>Privado</b>           | <b>314</b> | <b>117</b> | <b>431</b> | <b>766</b> | <b>303</b> | <b>1.069</b> | <b>59,7%</b>    |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2004, 2015).

No que concerne à oferta de cursos de graduação presencial, observa-se que, em nível regional, a participação do setor privado também foi maior na expansão do ensino superior na Amazônia. Isso porque, enquanto a rede pública registrou um aumento de 34,3%, a rede particular açambarcou quase 60% dos 2.401 cursos existentes na região em 2014. Nesse processo, e seguindo a tendência das matrículas (Tabela 19), o estado de Roraima apresentou um crescimento de 78,3% dos cursos no setor privado e 75,6% no setor público, com destaque, nesse último, para a criação de 50 cursos na capital e de 9 ofertas no interior (Tabela 20).

Ainda que, em termos percentuais, a expansão desses cursos tenha sido menor no estado do Pará – 62,3% no ensino superior particular e 42,5% na educação superior pública (Tabela 20) – em relação aos mesmos dados de Roraima, chama a atenção o fato de que, no período 2003-2014, a ampliação das ofertas de graduação presencial no espaço paraense foi maior no interior do que na capital, uma vez que esse estado passou a contar com 50 novos cursos na capital e 175 novas ofertas em áreas de interior, isso no sistema público, conforme também nos mostra a Tabela 20.

Já no Amapá a expansão dos cursos de graduação presencial foi maior na rede pública (66,6%, sendo 40 ofertas na capital e duas no interior), mas sem muita diferença percentual no que toca à rede particular (65,7%), ainda que, somente em Macapá, tenha havido a criação de 47 novos cursos.

O estado do Acre, por sua vez, emplacou um crescimento de 72% nos cursos de graduação ligados ao ensino superior privado (34 ofertas na capital e apenas duas no interior) contra 32,6% no sistema público (18 em Rio Branco e 14 em outras localidades para além da capital), segundo a Tabela 20. De todo modo, mesmo em um cenário de expansão da educação superior na Amazônia, nota-se tanto a proeminência do setor privado quanto a concentração ainda insistente desse importante nível de formação nas capitais dos estados amazônicos (Tabela 20).

Outro ponto que merece destaque, uma vez mais, diz respeito à baixa presença de instituições públicas de ensino superior na Amazônia, também fortemente concentrada nas capitais estaduais (Tabela 18), mas a não tão discrepante participação do setor público no que diz respeito às matrículas de graduação presencial e à quantidade desses mesmos cursos na região. Ou seja, embora a rede particular apresente notável proeminência quanto ao número desses fixos sociais privados no espaço amazônico (88,5% contra 11,5% da rede pública), a

educação superior pública desempenha um papel importante na oferta de formação superior na região por meio dos cursos de graduação presencial (56,6% contra 43,4% da rede pública), o que também pode ser evidenciado no quantitativo de matriculados em ambas as categorias: 53,4% no setor privado e 46,6% no sistema público.

Todo esse processo, conforme já discutido, deriva da aposta global na expansão do sistema privado no ensino superior, a qual encontrou terreno fértil no território brasileiro desde, pelo menos, os anos 1990, com o governo neoliberal-conservador de Fernando Henrique Cardoso (FHC), mas também, de alguma forma, nos governos neoliberais-populares de Lula da Silva e Dilma Rousseff nas duas primeiras décadas dos anos 2000 (Gomes, 2016). Nada mais que expressões do ordenamento econômico-social adotado no Brasil no fim do século XX e, principalmente, no início do século atual. A partir de 2016, tendo em vista a crise econômica instalada no país nos dois anos seguintes (Gala, 2020), esse processo de mercadorização da educação (Bianchetti; Sguissardi, 2017; Laval, 2019; Prates, 2010) conheceu certo aprofundamento no seio dos governos liberal, de Michel Temer (2016-2018), e ultraliberal, de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Os reflexos dessa conjuntura mais recente (2016-2022) na expansão do ensino superior brasileiro, de forma geral, já foram discutidos em seção anterior. No que diz respeito à Amazônia, em particular, observa-se que o setor privado apresentou significativos crescimentos tanto em termos de número de instituições (Tabela 21) quanto em relação aos cursos de graduação presencial (Tabela 22) e às matrículas nesses cursos (Tabela 23), enquanto, nesse período, a rede pública assistiu a um pequeno aumento somente no quantitativo de matriculados, conforme também se observa na Tabela (23).

Tabela 21 – Quantidade de instituições de ensino superior na Amazônia, por categoria administrativa (2016 e 2022)

| Estados da<br>Amazônia | 2016      |            |            | 2022      |            |            |
|------------------------|-----------|------------|------------|-----------|------------|------------|
|                        | Público   | Privado    | Total      | Público   | Privado    | Total      |
| Acre                   | 2         | 9          | 11         | 2         | 10         | 12         |
| Amapá                  | 3         | 13         | 16         | 3         | 13         | 16         |
| Amazonas               | 3         | 16         | 19         | 3         | 29         | 32         |
| Pará                   | 6         | 41         | 47         | 6         | 72         | 78         |
| Rondônia               | 2         | 30         | 32         | 2         | 30         | 32         |
| Roraima                | 3         | 4          | 7          | 3         | 6          | 9          |
| Tocantins              | 5         | 19         | 24         | 4         | 18         | 22         |
| <b>Amazônia</b>        | <b>24</b> | <b>132</b> | <b>156</b> | <b>23</b> | <b>178</b> | <b>201</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

A análise da Tabela 21 demonstra que o total de instituições públicas de ensino superior conheceu uma redução em sua quantidade na Amazônia, especialmente por conta do Tocantins, que possuía 5 estabelecimentos em 2016 e passou a ter apenas 4 em 2022. Os demais estados da região não apresentaram crescimento em seus respectivos quantitativos desses fixos sociais públicos e, inclusive, mantiveram os dados de 2014, informados na Tabela 18. O setor particular, por sua vez, foi o responsável pelo crescimento de 45 instituições de ensino superior no período 2016-2022, com destaque para os estados do Amazonas e do Pará, os quais, nessa ordem, assistiram ao aumento de 13 e 31 desses fixos sociais privados (Tabela 21).

Em relação à expansão da oferta de cursos de graduação presencial, nota-se uma variação percentual de 11,3% desse quantitativo entre 2016 e 2022 no espaço amazônico, como nos informa a Tabela 22; crescimento esse ocasionado, em larga medida, pela rede particular de ensino superior, a qual, em números absolutos, foi ampliada em 316 novos cursos, enquanto a rede pública, por outro lado, conheceu uma involução no total regional, com menos 40 ofertas.

Tabela 22 – Quantidade de cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2016 e 2022)

| Estados da<br>Amazônia | 2016         |              |              | 2022         |              |              | Δ%<br>2016-2022 |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
|                        | Público      | Privado      | Total        | Público      | Privado      | Total        |                 |
| Acre                   | 69           | 55           | 124          | 69           | 67           | 136          | 8,8%            |
| Amapá                  | 64           | 90           | 154          | 77           | 95           | 172          | 10,4%           |
| Amazonas               | 442          | 300          | 742          | 270          | 407          | 677          | -8,7%           |
| Pará                   | 390          | 379          | 769          | 485          | 521          | 1.006        | 23,5%           |
| Rondônia               | 78           | 240          | 318          | 95           | 294          | 389          | 18,2%           |
| Roraima                | 78           | 33           | 111          | 80           | 50           | 130          | 14,6%           |
| Tocantins              | 128          | 123          | 251          | 133          | 142          | 275          | 8,7%            |
| <b>Amazônia</b>        | <b>1.249</b> | <b>1.220</b> | <b>2.469</b> | <b>1.209</b> | <b>1.576</b> | <b>2.785</b> | <b>11,3%</b>    |

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

Essa involução dos cursos de graduação na rede pública deve-se, unicamente, ao Amazonas, onde houve um decréscimo de 172 (-8,7%) ofertas nas instituições públicas de ensino superior (Tabela 22). Essa diminuição, de certa forma, fora um pouco amenizada por conta da expansão dos cursos nos outros estados da região, com exceção do Acre, que, em 2022, apresentou a mesma quantidade de cursos demonstrada em 2016. Salienta-se que, nesse intervalo temporal, a quantidade de ofertas de graduação presencial pela rede particular se



sobrepôs à pública na Amazônia, de modo que, em 2022, conforme a tabela acima, 56,6% desses cursos passaram a corresponder ao setor privado na região.

Nesse sentido, ainda de acordo com a Tabela 22, os cursos de graduação presencial eram numericamente dominantes pelo setor público nos estados do Amazonas (442 ofertas contra 300 na rede privada), Pará (390 ofertas contra 379 na rede privada), Tocantins (128 ofertas contra 123 na rede privada), Roraima (78 ofertas contra 33 na rede privada) e Acre (69 ofertas contra 55 na rede privada) no ano de 2016. Em 2022, com a mencionada preponderância do privado em relação ao público na expansão dessas ofertas, nota-se que a rede pública era superior no montante dos cursos em discussão apenas nos estados de Roraima (80 ofertas contra 50 na rede privada) e do Acre, onde o sistema público manteve as 69 ofertas e a rede privada aumentou em 12 cursos.

Ademais, acrescenta-se que o Pará desponta com as maiores ofertas de cursos de graduação presencial na Amazônia, tanto na rede pública (485 cursos) quanto na rede particular (521 cursos), seguido pelos estados do Amazonas (407 ofertas pelo sistema privado e 270 pelo sistema público) e de Rondônia (294 ofertas pelo sistema privado e 95 pelo sistema público), conforme sistematizado na Tabela 22.

A Tabela 23, na sequência, organiza os dados relacionados à quantidade de matrículas em cursos de graduação presencial na Amazônia, para o mesmo período em foco.

Tabela 23 – Quantidade de matrículas em cursos de graduação presencial na Amazônia, por categoria administrativa (2016 e 2022)

| Estados da<br>Amazônia | 2016           |                |                | 2022           |                |                | $\Delta\%$<br>2016-2022 |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------------|
|                        | Público        | Privado        | Total          | Público        | Privado        | Total          |                         |
| Acre                   | 10.734         | 15.670         | 26.404         | 10.268         | 28.648         | 38.916         | 32,1%                   |
| Amapá                  | 13.233         | 22.526         | 35.759         | 16.674         | 32.580         | 49.254         | 27,4%                   |
| Amazonas               | 51.223         | 89.644         | 140.867        | 48.662         | 130.214        | 178.876        | 21,2%                   |
| Pará                   | 71.183         | 77.553         | 148.736        | 70.781         | 261.987        | 332.768        | 55,3%                   |
| Rondônia               | 10.801         | 38.322         | 49.123         | 12.743         | 72.742         | 85.485         | 42,5%                   |
| Roraima                | 10.215         | 9.624          | 19.839         | 8.485          | 22.424         | 30.909         | 35,8%                   |
| Tocantins              | 26.048         | 26.706         | 52.751         | 30.567         | 53.896         | 84.463         | 37,5%                   |
| <b>Amazônia</b>        | <b>193.437</b> | <b>280.042</b> | <b>473.479</b> | <b>198.180</b> | <b>602.491</b> | <b>800.671</b> | <b>40,8%</b>            |

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2024, com base em Brasil (2017, 2023).

Se em 2016 a quantidade de cursos de graduação presencial era maior na rede pública, os dados de matrículas nesses mesmos cursos, também em 2016, demonstram uma diferença em favor da rede particular (Tabela 23) em todos os

estados da região. Isso, por sua vez, sugere-nos como possibilidade o *modus operandi* da iniciativa privada em promover cursos de graduação presencial (mas, em larga medida, também à distância) com altas quantidades de alunos por turma, pois, mesmo com baixa oferta de cursos em comparação com a rede pública (Tabela 22), concentram a maior parte do número de alunos matriculados em cursos de graduação, como pode ser observado na Tabela 23.

Essa diferença em favor do sistema privado de ensino superior se aprofunda no ano de 2022, de modo que, ainda de acordo com a Tabela 23, a participação desse sistema em todos os estados que integram a Amazônia se faz superior a 50% na oferta de matrículas em graduações presenciais. Nesse particular, adquirem prominência os estados do Pará e Rondônia, com variações percentuais totais de 55,3% e 42,5%, respectivamente, no interregno 2016-2022, inclusive, acima da média regional no período, de quase 41%.

A despeito da variação percentual positiva, notadamente a cargo da rede privada, a rede pública, por sua vez, conheceu um decréscimo no quantitativo de matriculados nos estados do Acre, do Amazonas, do Pará e de Roraima (Tabela 23). Talvez isso se justifique por conta do período pandêmico, sobretudo em 2020 e 2021, com os cortes orçamentários impostos pelo governo Bolsonaro às instituições públicas de ensino superior e, com efeito, as dificuldades de os alunos darem sequência aos seus estudos no regime *on-line*, dadas as limitações tecnológicas que muitos municípios amazônicos enfrentam (Campos, 2011), mesmo no bojo do processo de globalização, o que não deixa de demonstrar os aspectos de sua perversidade, tal como discutido por Santos (2000b).

Não obstante os quadros de inflação da rede particular de ensino superior e de déficit no sistema público de educação superior, há que se reconhecer o papel fundamental e resistente das instituições públicas de ensino superior em uma região como a Amazônia, dadas as possibilidades de oferta e realização de ensino, pesquisa e extensão socialmente referenciadas e, como consequência, importantes aos processos de desenvolvimento comprometidos com a população regional e toda a diversidade intrínseca ao espaço amazônico.

Nessa perspectiva, Rolim e Serra (2009) destacam a relação entre ensino superior e desenvolvimento nas realidades que contam com instituições universitárias, de modo que as regiões que dispõem de universidades em seus contextos socioespaciais têm, nelas, um verdadeiro “motor” do desenvolvimento

econômico, cultural e social, a despeito das dificuldades de inserção econômica e social que muitas instituições dessa natureza enfrentam em determinadas realidades. De todo modo, é inegável o potencial de mobilização que as universidades possuem nas regiões onde estão inseridas, algo que para Haddad (2018) qualifica essas instituições como verdadeiros agentes de transformação regional, seja na perspectiva socioeconômica, seja na perspectiva socioambiental.

Em que pese as potencialidades e os desafios estruturais enfrentados pelo sistema público, a Amazônia conta, atualmente, com 23 instituições públicas de ensino superior, distribuídas entre os sete estados que integram a região (Brasil, 2023b). A expansão da educação superior pública, gratuita e de qualidade em uma determinada realidade socioespacial, assim como a ampliação dos investimentos em ciência e tecnologia, constitui um fator-chave para o desenvolvimento não apenas do lugar que abriga um fixo social público (Santos, 2014a) dessa natureza, mas, igualmente, da região direta e/ou potencialmente envolvida pela atuação/presença desse objeto.

O Quadro 3 sistematiza a distribuição das instituições públicas de ensino superior na Amazônia e aponta, ainda, os municípios atendidos por esses fixos sociais em cada um dos estados que a integram.

Quadro 3 – Instituições públicas de ensino superior na Amazônia: municípios atendidos

| Estado          | Instituição                                           | Municípios atendidos (Sede)                                                                                                                                                              |
|-----------------|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Acre</b>     | Universidade Federal do Acre (UFAC)                   | Rio Branco (sede), Brasileia e Cruzeiro do Sul.                                                                                                                                          |
|                 | Instituto Federal do Acre (IFAC)                      | Rio Branco (sede), Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.                                                                                                                   |
| <b>Amapá</b>    | Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)                | Macapá (sede), Mazagão, Oiapoque e Santana.                                                                                                                                              |
|                 | Universidade do Estado do Amapá (UEAP)                | Macapá (sede).                                                                                                                                                                           |
|                 | Instituto Federal do Amapá (IFAP)                     | Macapá (sede), Laranjal do Jari, Oiapoque, Porto Grande, Santana e Pedra Branca do Amapari.                                                                                              |
| <b>Amazonas</b> | Universidade Federal do Amazonas (UFAM)               | Manaus (sede), Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins.                                                                                                               |
|                 | Universidade do Estado do Amazonas (UEA) <sup>i</sup> | Manaus (sede), Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Maués, Novo Aripuanã, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. |
|                 | Instituto Federal do Amazonas (IFAM)                  | Manaus (sede), Boca do Acre, Coari, Eirunepé, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.   |
| <b>Pará</b>     | Universidade Federal do Pará (UFPA) <sup>ii</sup>     | Belém (sede), Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.                                                             |

|                  |                                                             |                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)   | Marabá (sede), Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.                                                                                                                                |
|                  | Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)               | Santarém (sede), Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.                                                                                                                                    |
|                  | Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)               | Belém (sede), Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu.                                                                                                                                        |
|                  | Universidade do Estado do Pará (UEPA)                       | Belém (sede)*, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Bragança, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Igarapé Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Vigia. |
|                  | Instituto Federal do Pará (IFPA)                            | Belém (sede)**, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá**, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia.                    |
| <b>Rondônia</b>  | Universidade Federal de Rondônia (UNIR)                     | Porto Velho (sede), Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.                                                                                                     |
|                  | Instituto Federal de Rondônia (IFRO)                        | Porto Velho (sede), Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé e Vilhena.                                                                                        |
| <b>Roraima</b>   | Universidade Federal de Roraima (UFRR)                      | Boa Vista (sede).                                                                                                                                                                                                 |
|                  | Universidade Estadual de Roraima (UERR)                     | Boa Vista (sede), Caracaraí, Rorainópolis e São João da Baliza.                                                                                                                                                   |
|                  | Instituto Federal de Roraima (IFRR)                         | Boa Vista (sede), Amajari, Bonfim e Novo Paraíso.                                                                                                                                                                 |
| <b>Tocantins</b> | Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) <sup>iii</sup> | Palmas (sede), Araguatins, Augustinópolis, Dianópolis e Paraíso.                                                                                                                                                  |
|                  | Universidade Federal do Tocantins (UFT)                     | Palmas (sede), Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis.                                                                                                                             |
|                  | Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)           | Araguaína (sede) e Tocantinópolis.                                                                                                                                                                                |
|                  | Instituto Federal do Tocantins (IFTO)                       | Palmas (sede), Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional.                                      |

\* Possui 5 campi.

\*\* Possui 2 campi.

Elaborado pelo autor, em 2024, com base em IFAC (2021), IFAP (2021), IFAM (2021), IFPA (2019), IFRO (2021), IFRR (2021), IFTO (2024), UEA (2021), UEAP (2021), UEPA (2021), UERR (2021), UFAC (2021), UFAM (2021), UFNT (2024), UFOPA (2021), UFPA (2021), UFRA (2021b), UFRR (2019), UFT (2024), UNIFAP (2021), UNIFESSPA (2021) e UNIR (2021) e Unitins (2024).

Das 23 instituições públicas de ensino superior instaladas no espaço amazônico, observa-se que 20 estão sediadas nas capitais dos estados da região e grande parte dessas instituições possui estrutura relativamente interiorizada por meio de seus *campi* nos respectivos territórios estaduais onde estão localizadas, como se pode observar no Quadro 3. A partir desse quantitativo de instituições, a Amazônia conta com a presença de 178 *campi* em seu espaço, com destaque para os estados do Pará (71 *campi*) e do Amazonas (37 *campi*) que, juntos, concentram

cerca de 60% dos *campi* na região, revelando a presença desses fixos sociais em boa parte de seus territórios. No que diz respeito ao Pará, o Quadro 3 também revela que esse estado concentra a maior quantidade (6) de instituições de ensino superior na Amazônia, o que, certamente, justifica a presença de quase 40% dos *campi* na região em seu território.

Ademais, o espaço paraense também se notabiliza por, junto com o Tocantins, possuir instituições públicas de ensino superior sediadas para além de suas capitais. Assim, Araguaína (norte do Tocantins), Marabá (sudeste paraense) e Santarém (oeste paraense) são os únicos municípios amazônicos que sediam fixos sociais públicos dessa natureza (Quadro 3) em suas respectivas cidades, evidenciando, dessa forma, a importância desses espaços no contexto urbano-regional onde se inserem.

Isso, de certa forma, reforça a centralidade urbana que essas cidades desempenham em seus respectivos contextos urbano-regionais, pois tanto Araguaína (marcada por atividades ligadas ao agronegócio, sobretudo à pecuária de corte, e à prestação de serviços) (Pacífico Filho *et al.*, 2020) quanto Marabá (principal referência urbana em uma região definida pela agropecuária, pela indústria minero-metalúrgica e pelo extrativismo vegetal e mineral) (Trindade Júnior *et al.*, 2016) e Santarém (marcada pelo recente avanço do agronegócio de soja no oeste paraense) (Trindade Júnior; Trindade; Oliveira, 2014) apresentam-se como cidades de importância econômico-política em suas sub-regiões e, por isso, são consideradas enquanto cidades médias na Amazônia.

Dessa maneira, as cidades médias desempenham papéis essenciais na difusão do comércio, na desconcentração da produção industrial e na provisão de bens e serviços sociais públicos e privados a uma gama de núcleos espaciais menores que, imediatamente ou não, integram o seu entorno sub-regional/regional (Brandão, 2017). A instalação de instituições de ensino superior, especialmente públicas, nessas realidades tende a reforçar centralidades de outra natureza, isto é, centralidades urbanas marcadas pelo atendimento de demandas por bens, equipamentos e serviços essenciais, entendidas por Trindade Júnior (2018, 2024) como centralidades socioterritoriais.

Assim, a presença desses fixos sociais públicos nessas cidades potencializa o papel por elas desempenhado no âmbito da divisão territorial do trabalho e, principalmente, na materialização de uma rede de cidadania nos territórios direta e

indiretamente envolvidos pela prestação de um importante serviço público nos níveis local e regional; fato que oportuniza o direito à educação pública, gratuita e de qualidade aos cidadãos nos mais diferentes subespaços de uma região. Representa, por isso, a constituição de centralidades socioterritoriais que nos permitem entrever a configuração de um ordenamento territorial mais comprometido com a “geografização da cidadania”, de que fala Santos (2014a).

Com base nessa discussão, o próximo capítulo enfoca a Amazônia paraense e, particularmente, três de suas instituições públicas de ensino superior, de modo a problematizar a interiorização do ensino superior por elas propiciada nessa realidade, a oferta de cursos de graduação comprometidos com as demandas locais e regionais e, como resultado, o vislumbre de um ordenamento cívico-territorial como possibilidade.

## 6 INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E CIDADANIA NO ESPAÇO PARAENSE: RUMO A UM OUTRO ORDENAMENTO TERRITORIAL?

*Todo nosso esforço deve estar empenhado na codificação desse modelo cívico, [...] que oriente a ação política e alicerce a solidariedade social [...] É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial.*  
(Milton Santos)

Além de desafiadora, a tarefa de interiorizar uma instituição pública de ensino superior constitui iniciativa das mais nobres na sociedade e no espaço, sobretudo por oportunizar às pessoas a democratização do acesso a esse importante nível de formação humana em seus próprios lugares e/ou regiões de origem. Trata-se, por várias razões, de uma ação verdadeiramente cidadã e transformadora (Santos, 1992b, 2014a) nas realidades socioespaciais por ela envolvidas e que, evidentemente, não está livre de problemas e contradições em sua realização.

Na Amazônia, os processos de expansão e de interiorização do ensino superior público perpassam, necessariamente, pela criação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Isso porque, não obstante a já comentada criação da Universidade Livre de Manaus, ou simplesmente Universidade de Manaus, em 1909 (Moreira, 1989), a federal paraense constitui a primeira expressão institucional do ensino superior na região amazônica, dela derivando iniciativas fundamentais tanto à expansão quanto à interiorização da educação superior neste espaço regional, como as ações universitárias em zonas rurais (UFPA, [1981?]), na década de 1970.

Soma-se a isso a experiência extensionista do Projeto Rondon, que, no fim dos anos 1960, contribuiu com a expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil (Frank, 2020) e, particularmente, na Amazônia (Mendes, 1988). Nesse empreendimento, destaca-se a criação dos chamados “*campi* avançados” das instituições do Sul e Sudeste brasileiros (Brasil, 1980) que, nesta região, acabaram servindo como embriões da atual estrutura *multicampi* da UFPA (Beltrão, 2007; Camargo *et al.*, 2011), viabilizada no contexto de um projeto de interiorização nos anos 1980 e igualmente pertinente à criação de novas universidades públicas na região; o que, novamente, reforça a importância e o papel cidadão dessa universidade na promoção do ensino superior na Amazônia.

Além da UFPA, conforme já pontuado, o estado do Pará conta atualmente com mais cinco instituições públicas que ofertam ensino superior (UFRA, UEPA, UFOPA, UNIFESSPA e IFPA) em seu território. A partir desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a), tem-se a existência de mais de 70 *campi* distribuídos, no entanto, em cerca de 30% dos 144 municípios paraenses (Brasil, 2023b), apenas.

Neste capítulo, entretanto, serão discutidos os processos de expansão e interiorização da UFPA, UFOPA e UNIFESSPA, chamando a atenção para as suas respectivas importâncias regionais e sub-regionais em seus espaços de atuação. Tal problematização foi desenvolvida mediante a realização de levantamento e revisão bibliográfica, análises documental e de conteúdo voltadas ao levantamento de dados primário e secundários de natureza qualiquantitativa e entrevistas individuais semiestruturadas, cujos interlocutores foram aqui identificados por meio de códigos.

Assim, intenta-se realizar um breve resgate acerca da criação das instituições supramencionadas, bem como da participação delas na interiorização do ensino superior público no espaço paraense, destacando-se os cursos regulares de graduação cujas particularidades tendem a reforçar, não sem tensões, os laços de solidariedade orgânica e regional; elementos esses que nos ajudam a analisar o papel dessas instituições na construção de um outro ordenamento territorial na Amazônia, considerando a condição desses fixos sociais como objetos de grandeza cidadã.

### **6.1 Universidade Federal do Pará (UFPA): *alma mater* do ensino superior na Amazônia**

Mesmo com todas as mudanças na vida regional propiciadas pelo ciclo da borracha, especialmente em seu período áureo, entre 1879 e 1912 (Weinstein, 1993), a ideia da criação de uma universidade na Amazônia contou, senão, com algumas manifestações avulsas e efêmeras, conforme lembra Moreira (1989). Nesse particular, o autor também aponta que o estado do Amazonas adquire certo destaque, dada a iniciativa das elites locais em reunir as escolas e faculdades livres ora existentes para a criação da chamada Universidade de Manaus, em 1909; iniciativa essa que, embora sustente o mérito do pioneirismo universitário na Amazônia e no Brasil, não durou mais que dezessete anos, tendo sido dissolvida em 1926.



No que se refere ao estado do Pará, Moreira (1989) chama a atenção para um certo descompromisso das oligarquias locais para com a ciência, pois, mesmo durante o ápice da economia gomífera, não houve um florescimento significativo do ensino superior no espaço paraense, acontecendo, nesse período, o surgimento de apenas dois estabelecimentos desse nível de ensino e que funcionavam de forma modesta, quando não em condições infraestruturalmente precárias, a saber: a Faculdade Livre de Direito, criada em 1902, e a Escola de Farmácia, instaurada dois anos depois.

Curiosamente, ainda segundo Moreira (1989), o incremento do ensino superior no Pará coincidiu com a fase de declínio da economia da borracha na Amazônia, destacando-se, a partir de 1913, a criação de outras escolas e faculdades livres no espaço paraense, como a Escola Livre de Odontologia, em 1914, a Escola de Agronomia e Veterinária, em 1918, e, um ano depois, a Faculdade de Medicina. A Escola de Engenharia, por sua vez, foi criada anos mais tarde, em 1931, em um contexto nacionalmente favorável ao universitarismo no Brasil (Teixeira, 1989) e no âmbito do qual, entretanto, o Pará ainda não tinha forças para consolidar o ensino superior em seu território (Moreira, 1989).

Entrementes, merece destaque o significativo esforço da *intelligentsia* local em torno da criação da Universidade Livre do Pará, no ano de 1924, a partir da iniciativa de pessoas científica e culturalmente notáveis neste estado, como o médico Camilo Salgado, o engenheiro Ignácio Moura e o jornalista Fran Paxeco (Moreira, 1989; Vasconcellos Sobrinho, 2000; Cunha, 2004; Nunes, 2012). A “Universidade Livre”, nesse sentido, fora concebida para manter a realização de cursos avulsos sobre diferentes campos do conhecimento não por meio de um regime de aulas, mas de conferências e palestras acerca de temas voltados à formação cultural em torno de ideias gerais. Porém, como alude Moreira (1989, p. 15), tal empreendimento “foi a semente de uma nobre ideia que mal chegou a vingar” ou, como pondera Nunes (2012, p. 62), um “projeto natimorto, sepultado no papel em que o riscaram”. O problema do ensino superior no Pará persistia.

Com a crise da borracha na Amazônia (Tocantins, 1982) concorrendo em paralelo com a urbanização e a industrialização brasileiras (Santos, 2013b; Ribeiro, 2022), especialmente na chamada Região Concentrada do país (Santos; Silveira, 2012), houve a necessidade de integrar a imensa região amazônica ao restante do território nacional; daí a criação da SPVEA no início dos anos 1950 (Brasil, 1953) e,

em seu bojo, a abertura da Rodovia Belém-Brasília (BR-010), no fim dessa década (Renha, 2019). Nesse contexto, destaca-se o prelúdio de um ordenamento econômico-corporativo do território, conforme já discutido, bem como o interesse em institucionalizar e consolidar a formação em nível superior na Amazônia (Moreira, 1989; Nunes, 2012), tendo em vista a então difundida necessidade por mão de obra qualificada no país (Santos; Silveira, 2000).

Assim, a partir do movimento de federalização das faculdades/escolas livres isoladas empreendido no Brasil entre 1945 e 1962, com vistas à criação de uma universidade federal para cada estado da federação (Sampaio; Balbachesky; Peñaloza, 1998), o Pará<sup>85</sup>, por meio da Lei nº 3.191, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia 02 de julho de 1957, assiste à formação da “Universidade do Pará”<sup>86</sup> mediante a reunião das sete faculdades isoladas (estaduais, federais e particulares) ora existentes em seu território, notadamente na capital: Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, Faculdade de Direito do Pará, Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, Faculdade de Odontologia do Pará, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, Escola de Engenharia do Pará e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará (Marques *et al.*, 2021).

A instituição da lei de criação da Universidade Federal do Pará resulta, portanto, de um terreno cujas sementes já vinham sendo plantadas. Trata-se de uma tendência que estava sendo definida e acentuada não apenas em termos históricos, como pontua Moreira (1989), mas igualmente em termos legais, marcando uma nova fase da história cultural do estado do Pará e, claro, da Amazônia, uma vez que “nenhuma outra providência da União tivera até então tamanha relevância cultural na região” (Moreira, 1989, p. 21). Após a sanção da lei, a instalação da primeira

---

<sup>85</sup>No que se refere às primeiras federalizações de faculdades livres no Pará, Moreira (1989, p. 20) acrescenta: “[em] termos práticos, o passo mais importante no sentido de se fundar a Universidade foi sem dúvida a federalização das faculdades de Medicina, Direito e Farmácia, a primeira federalizada pela lei nº 1.049, de 3 de janeiro de 1950, e as outras duas através da lei nº 1.254, de 4 de dezembro do mesmo ano. Essas duas constituíram por assim dizer o prenúncio legal do advento da Universidade”.

<sup>86</sup>Considerando-se o processo de federalização ao qual algumas universidades e escolas técnicas brasileiras foram submetidas nesse período, houve, em 20 de agosto de 1965, a sanção da Lei federal nº 4.759, que determinou o seguinte: “[as] Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado” (Brasil, 1965, art. 1º). Doravante, como acrescentam Camargo *et al.* (2011), a então Universidade do Pará passou a ser denominada como Universidade Federal do Pará, assim como diversas outras universidades federalizadas ao longo das capitais do território brasileiro.

universidade da Amazônia e oitava de sua classe no Brasil ocorreu dois anos depois, no dia 31 de janeiro, em sessão solene ocorrida no Theatro da Paz, em Belém-PA, e que também marcou a comemoração do terceiro ano de governo do presidente supramencionado.

A partir de então, a “invenção” da UFPA (Fontes, 2007) não apenas quebrou a ideia de vazio universitário na Amazônia – até o ano de 1956, a Universidade do Ceará era a instituição universitária mais setentrional do Brasil –, como também passou a atuar de forma significativa no interior desse espaço regional, pois “foi ao seu influxo pioneiro que surgiram as do Maranhão (1961) e do Amazonas (1962)” (Moreira, 1989, p. 33). Por essa razão, ainda segundo o autor em referência, a UFPA desempenhou um papel cultural e político fundamental no combate às desigualdades regionais atinentes à rede universitária do território brasileiro, atuando, assim, no sentido da integração e da unidade nacionais, tão propaladas pelo discurso desenvolvimentista da época.

Do ponto de vista de sua infraestrutura, a Universidade Federal do Pará funcionou, inicialmente, no contexto dos prédios das antigas faculdades isoladas, isto é, em edificações espalhadas pela cidade de Belém, onde cursos como os de Medicina, Direito, Engenharia, Farmácia, Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Odontologia, entre outros, eram realizados. A primeira sede da reitoria, como lembra Meira (2007), foi instalada no Palacete Augusto Montenegro (situado na atual Av. Governador José Malcher, em frente onde, hoje, funciona o Museu da UFPA), adquirido pela universidade no início dos anos 1960 como uma forma de estabelecer uma sede condigna à instituição.

Tratava-se, então, de uma universidade composta por prédios isolados uns dos outros e que carecia de uma unidade física; unidade essa que, de forma relativa, veio se tornar realidade a partir de 1963, com a doação de aproximadamente 200 hectares de terras na confluência do Igarapé Tucunduba com o Rio Guamá, pelo Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte (IPEAN), vinculado ao Ministério da Agricultura, e da desapropriação de quase 250 hectares de terras nas imediações da referida área (Meira, 2007), tida como periférica. Desses processos resultou o lugar onde foi construído o chamado “Núcleo Pioneiro” da Universidade Federal do Pará (Figura 7), que hoje abriga o chamado *campus* básico da Cidade Universitária “José da Silveira Netto” (Figura 8), um *campus* de mata e ribeirão, típico de uma universidade amazônica, como destaca Loureiro (2007).

Figura 7 – UFPA: vista parcial da área adquirida para a construção de seu “Núcleo Pioneiro”, em 1967



Fonte: FAU UFPA (2016).



Figura 8 – UFPA: vista parcial da entrada da cidade universitária “José da Silveira Netto”, atualmente



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, maio 2024.

A partir desse lugar<sup>87</sup>, não obstante o obscuro período marcado pela ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e todas as violências praticadas contra funcionários e discentes da instituição<sup>88</sup>, a UFPA se antenou ao mundo e, fundamentalmente, à sua região. Merecem destaque nesse empreendimento as iniciativas ligadas ao envolvimento da universidade com a sociedade, tanto no Pará quanto em outros estados da Amazônia, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de atividades extensionistas voltadas à assistência das comunidades rurais, no âmbito dos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs), criados em meados dos anos 1960<sup>89</sup> no Brasil.

Como meios de atividades extensionistas, os CRUTACs objetivavam proporcionar a estudantes que estavam cursando o último período de suas graduações o contato com a realidade de comunidades rurais interioranas e seus respectivos problemas. Trata-se, assim, de uma iniciativa de extensão pautada na realização de treinamentos como parte da formação interprofissional dos estudantes envolvidos (Ramos, 2018), com a qual a UFPA firmou parcerias nos idos de 1972, fomentando atividades extensionistas em vários municípios do espaço paraense<sup>90</sup>. Ressalta-se que essa ação universitária, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), constituiu um marco para a interiorização da universidade na região amazônica.

Também nos anos 1970, a Universidade Federal do Pará assistiu à criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), em 1973, concebido por intelectuais implicados com as questões regionais com vistas à formação crítica e interdisciplinar

---

<sup>87</sup>Tratava-se de uma área de quase 500 hectares, desmatada e parcialmente aterrada para dar forma ao “Núcleo Pioneiro” da UFPA.

<sup>88</sup>O livro organizado por Mello (2007) traz contribuições com relatos de vários professores que vivenciaram a implementação da UFPA durante o período ditatorial brasileiro em meados do século XX. Vale mencionar o quão importante foi a resistência de muitos alunos e professores nesse momento para a consolidação da universidade que hoje conhecemos, mesmo com todos os riscos e perdas inerentes àquela fase política do país.

<sup>89</sup>Os CRUTACs foram consolidados por meio do Decreto-Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969, que instituiu a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários (CINCRUTAC), voltada à gestão dos CRUTACs nos estados brasileiros. Ressalta-se que essas iniciativas foram concebidas tendo como pano de fundo a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que tornou obrigatório o desenvolvimento de ações extensionistas nas instituições de ensino superior brasileiras (Ramos, 2018).

<sup>90</sup>O CRUTAC-PA iniciou suas ações em 1972 no município de Viseu-PA, mobilizando estudantes de Medicina e Serviço Social. Posteriormente, Ramos (2018) aponta que as atividades do CRUTAC-PA foram ampliadas para outros municípios paraenses, como Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Belterra, Capitão Poço, Maracanã e Santarém, com estudantes de diversos cursos (Educação, Ciências Biológicas, Economia, Serviço Social, Direito, Medicina, Arquitetura, Educação Sanitária etc.).

acerca das questões atinentes ao planejamento do desenvolvimento na Pan-Amazônia, *id est*, “uma ‘usina de ideias’ da Amazônia sobre a Amazônia, obtidas, sobretudo, em regime de estudo interdisciplinar” (Nunes, 2012, p. 72). Tido como um núcleo de excelência na oferta de pós-graduação, o NAEA fora iniciado, na ocasião, com o Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), responsável pela consolidação do núcleo ainda nessa década (Mendes, 2008; Aragón, 2019).<sup>91</sup> A partir do NAEA, destaca-se que muitos professores e pesquisadores tanto foram formados quanto integraram/integram a instituição, muitos dos quais, aliás, tiveram um importante papel no processo de interiorização da UFPA na região.

Ainda nos anos 1970, e com o objetivo de atacar os problemas educacionais na Amazônia, a UFPA elegeu alguns municípios como “polos de desenvolvimento” e estabeleceu microrregiões para a sua atuação “extramuros”, *id est*, para realizar ações voltadas à qualificação profissional de professores da educação básica que atuavam/viviam em áreas rurais do interior; tudo isso mediante recursos humanos próprios e com vistas ao desenvolvimento regional. Assim, a partir de 1971, foram criados cursos especiais de licenciatura, sobretudo em Pedagogia, e definidos “Núcleos de Educação” em municípios da zona rural onde havia um significativo quadro de precariedade socioeconômica e de expressiva quantidade de professores sem qualquer qualificação para atuar na educação básica (UFPA, [1981?]). Esses seriam, nessa ordem, os *loci* e o objeto dessa proposta de interiorização da universidade no início dos anos 1970.

Nesse sentido, “em confronto com essa dura realidade” (UFPA, [1981?], p. 30), a UFPA empreendeu essa ação formativa no espaço paraense e para além dele. Desse modo, suas linhas de atuação, pautadas em uma adequação crítica da política estabelecida pelo MEC, à época, quanto à mitigação dos problemas na educação básica, buscaram valorizar a realidade e as necessidades regionais. Dessa forma, diante dos desafios ora colocados, a universidade implantou Núcleos de Educação ao longo do Pará, mas também nos então territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima (UFPA, [1981?]); iniciativa essa deveras importante,

---

<sup>91</sup>Alguns anos depois, ainda nos anos 1970, foi o criado o curso de mestrado internacional em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) e, na década de 1990, o curso de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), iniciativas importantes à consolidação do NAEA e à formação de profissionais críticos e voltados para as questões do desenvolvimento regional da Amazônia (Aragón, 2019).

inclusive, para o posterior surgimento das respectivas universidades federais nesses espaços.

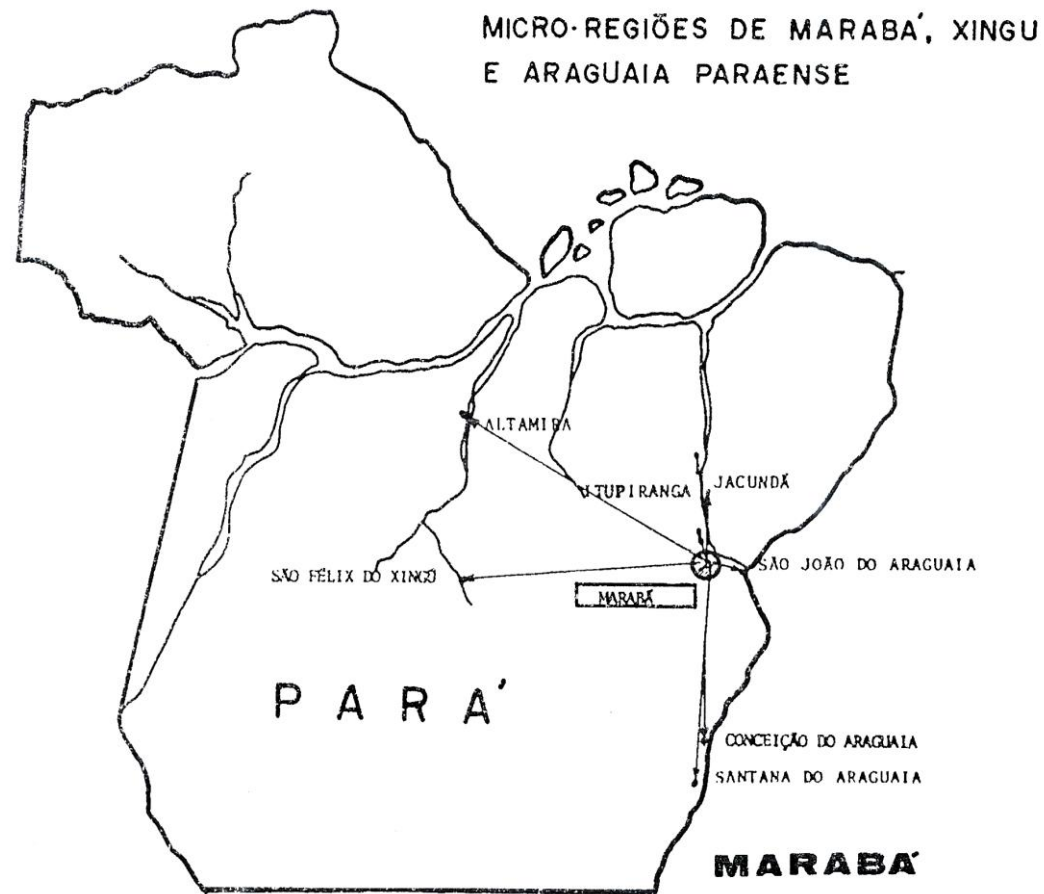
No que diz respeito ao estado do Pará, essa ação universitária da UFPA foi fundamental tanto para a proposição de um projeto mais substancial de interiorização da universidade no espaço paraense quanto para a escolha dos seus *campi*; essa última com forte influência dos CRUTACs, mas também do Projeto Rondon e seus “*campi* avançado” na Amazônia. Destarte, em face da impossibilidade de continuação dos cursos especiais em determinadas realidades regionais, dadas as dificuldades inerentes à sua manutenção, houve a paralisação da iniciativa e a consequente desativação de alguns Núcleos de Educação. Por essa razão, a UFPA trabalhou na institucionalização de um modelo próprio de atuação na realidade amazônica e “não só reativou os Núcleos Educacionais anteriormente desativados como imprimiu uma política mais autêntica, mais agressiva e mais dinâmica de interiorização da própria Universidade” (UFPA, [1981?], p. 31).

Dessa maneira, a UFPA assume uma nova proposta educacional e se coloca diante de um desafio da regionalização do ensino superior na Amazônia, implantando o seu programa de interiorização que encontra fundamento em três alternativas de solução, de acordo com UFPA ([1981?]): a) atuação por blocos de municípios, para viabilizar a eficácia da ação diante das grandes dimensões do estado e da região; b) ampliação das funções dos Núcleos de Educação, a fim de estimular o ensino e, paulatinamente, potencializar a pesquisa e a extensão; e c) flexibilidade curricular, de modo a atender e incorporar no currículo as necessidades peculiares de uma região tão diversa.

Assim, a UFPA concebeu algumas perspectivas importantes à sua interiorização na Amazônia, especialmente no estado do Pará, como, por exemplo, a reativação dos Núcleos de Educação – derivados da ação dos CRUTACs – descontinuados nos anos 1970 e a implantação de novos, todos em municípios com certa importância/centralidade em suas respectivas microrregiões de abrangência voltadas à ação universitária. Nesse movimento, destaca-se a implantação de dois núcleos, um com sede em Marabá (Figura 9) e outro com sede em Soure (Figura 10). Quanto aos núcleos reativados, trata-se dos sediados em Castanhal, Santarém e Abaetetuba, identificados nas figuras 11, 12 e 13, respectivamente.

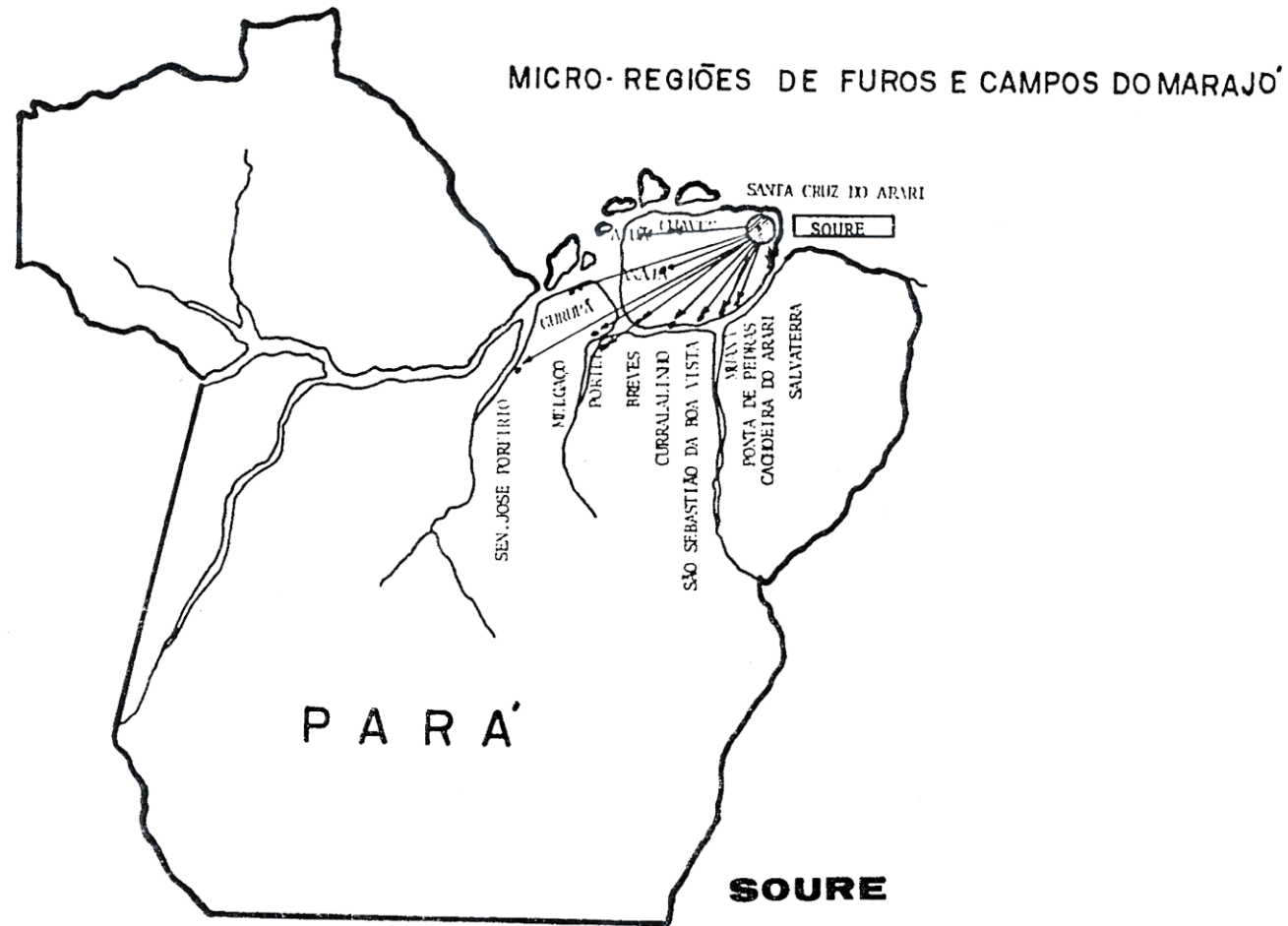


Figura 9 – UFPA: núcleo de Marabá no contexto das microrregiões de Marabá, Xingu e Araguaia paraense



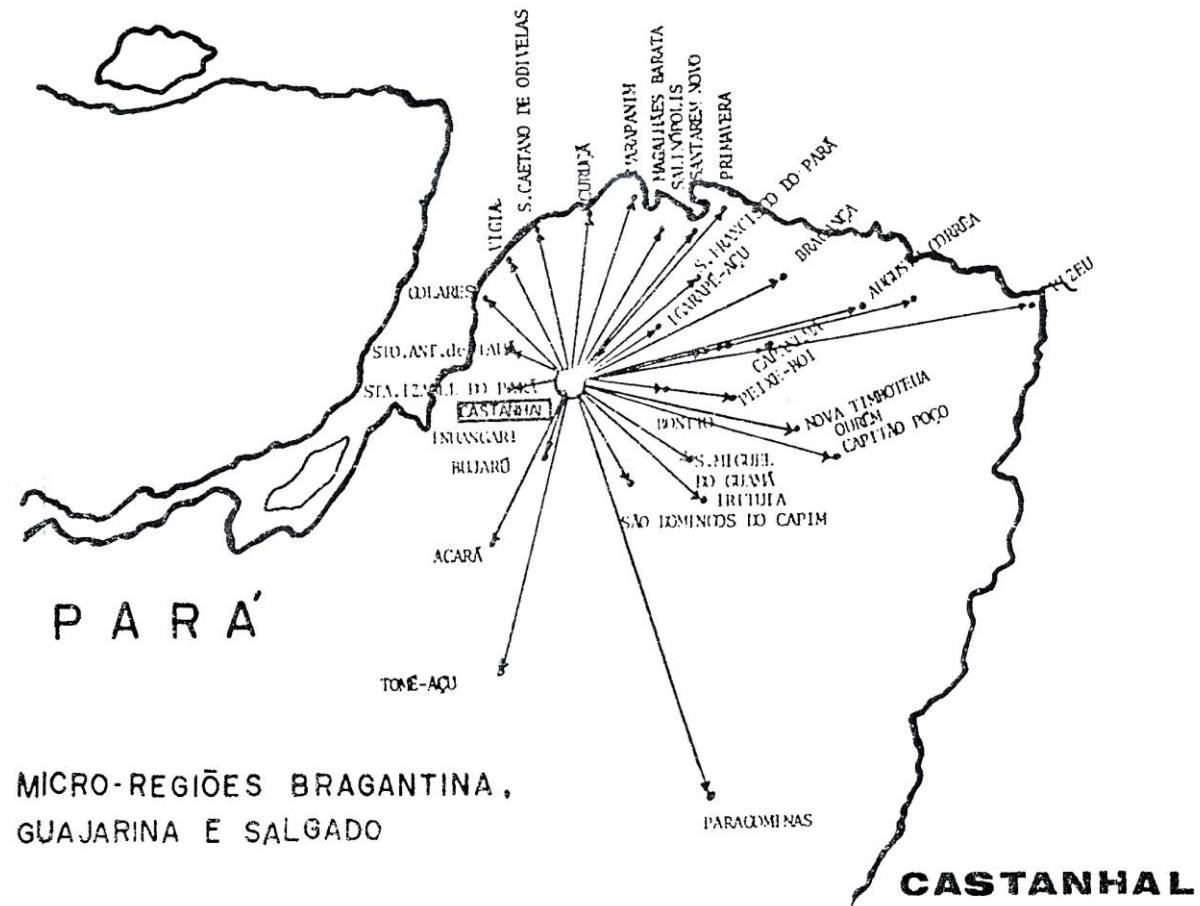
Fonte: UFPA ([1981?]).

Figura 10 – UFPA: núcleo de Soure no contexto das microrregiões de Furos e Campos do Marajó



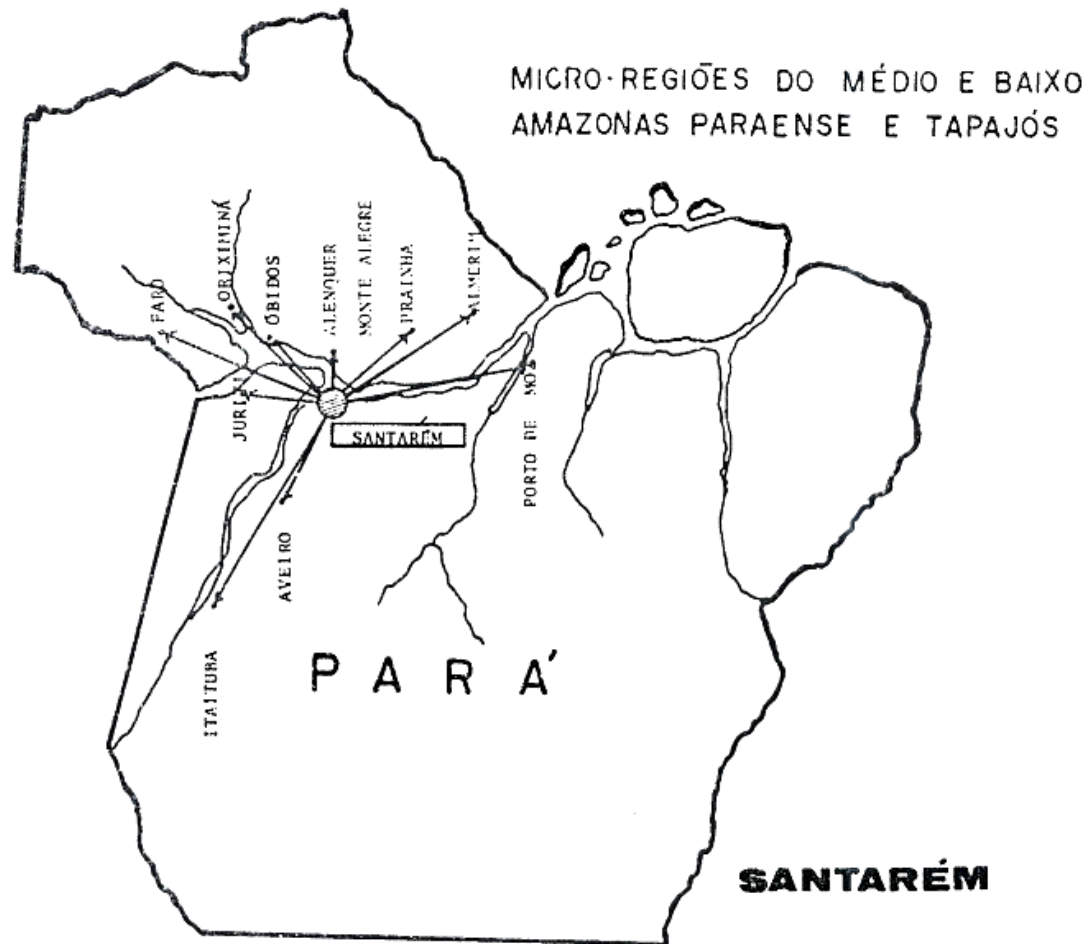
Fonte: UFPA ([1981?]).

Figura 11 – UFPA: núcleo de Castanhal no contexto das microrregiões Bragantina, Guajarina e Salgado



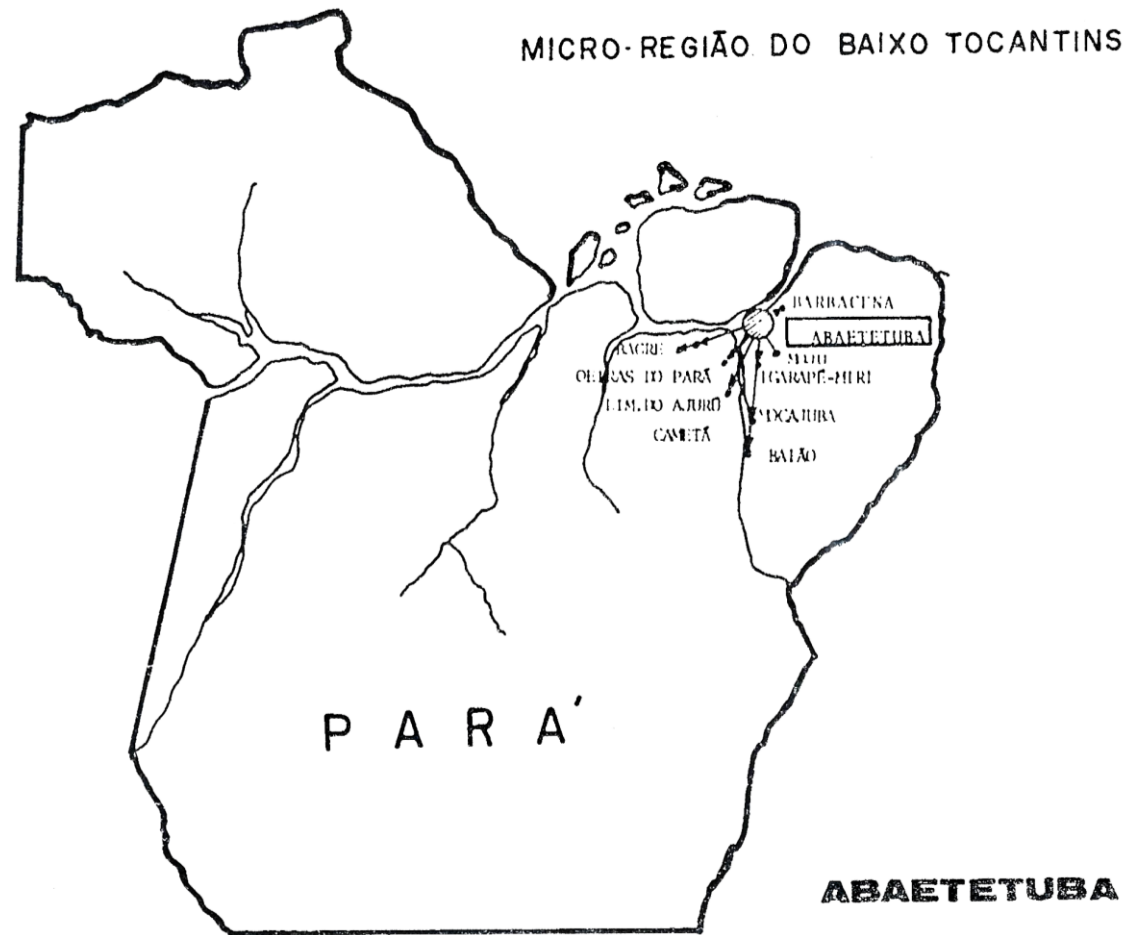
Fonte: UFPA ([1981?]).

Figura 12 – UFPA: núcleo de Santarém no contexto das microrregiões do Médio e Baixo Amazonas paraense e Tapajós



Fonte: UFPA ([1981?]).

Figura 13 – UFPA: núcleo de Abaetetuba no contexto da microrregião do Baixo Tocantins



Fonte: UFPA ([1981?]).

Nota-se que o esforço de interiorização da UFPA, à época, estabeleceu algumas sub-regiões de atuação por meio dos chamados núcleos de educação no espaço paraense, sediados em municípios tidos como verdadeiros polos para essa ação universitária. A escolha desses lugares levou em consideração a posição estratégica dos núcleos face ao deslocamento de alunos e demais envolvidos oriundos dos municípios próximos. O Quadro 4 sistematiza os municípios articulados aos núcleos universitários nessa proposta da instituição no Pará.

Quadro 4 – UFPA: municípios envolvidos pela atuação sub-regional dos núcleos da instituição (década de 1970/1980)

| <b>Microrregiões</b>                      | <b>Município-sede do núcleo universitário</b> | <b>Municípios atendidos a partir do núcleo</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Médio e Baixo Amazonas Paraense e Tapajós | Santarém                                      | Alenquer, Almeirim, Aveiro, Faro, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Porto de Moz e Prainha                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Baixo Tocantins                           | Abaetetuba                                    | Bagre, Baião, Barbacena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Marabá, Xingu e Araguaia Paraense         | Marabá                                        | Altamira, Conceição do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, São Félix do Xingu, São João do Araguaia e Santana do Araguaia                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Bragantina, Guajará e Salgado             | Castanhal                                     | Acará, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Bujarú, Capanema, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Irituia, Magalhães Barata, Marapanim, Nova Timboteua, Paragominas, Peixe-Boi, Primavera, Salinópolis, Santa Izabel do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu, Vigia, Viseu, Ourém e Capitão Poço |
| Furos e Campos do Marajó                  | Soure                                         | Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Senador José Porfírio                                                                                                                                                                                                             |

Elaborado pelo autor, em 2022, com base em UFPA ([1981?]).

Para além do espaço paraense, a UFPA também realizou a implantação de atividades universitárias – sobretudo de ensino – nos seguintes núcleos de educação: Porto Velho (no então Território Federal de Rondônia), com extensão em Ji-Paraná, e Macapá, capital do, à época, Território Federal do Amapá (UFPA, [1981?]). A Figura 14 representa a localização desses núcleos e dos já indicados núcleos paraenses.

Figura 14 – UFPA: representação da espacialização de seus núcleos de educação na Amazônia



Fonte: UFPA ([1981?]).

Todo esse esforço em nível regional representa, segundo Freitas (2005), a primeira fase da interiorização da Universidade Federal do Pará, iniciada em 1971. Nesse particular, Marques *et al.* (2021) chamam a atenção para a importância da atuação regional da UFPA, que resultou na posterior criação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em 1982, e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no ano de 1986<sup>92</sup>, como mencionado.

Quinze anos depois, entre 1986 e 1989, em pleno processo de redemocratização do Brasil, a UFPA configura e sistematiza o seu Programa de Interiorização no estado do Pará, aprovado pela Resolução nº 1.355, de 03 de fevereiro de 1986 (UFPA, 1986; Fontes, 2012). Levando-se em conta as localidades paraenses nas quais atuou durante aquela fase, a instituição selecionou oito municípios onde, em um primeiro momento, os seus *campi* universitários seriam oficialmente instalados: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Cametá, Marabá, Santarém e Soure. O objetivo foi ampliar a implantação dos cursos de licenciatura da Universidade no interior do Pará e, assim, graduar técnicos e habilitar professores para o ensino básico (UFPA, 1986).

Da mesma forma que esse projeto da UFPA não se implantou sem questionamentos, ainda que não houvesse posições radicalmente contrárias à sua realização (Marques *et al.*, 2021), salienta-se que a definição/escolha desses municípios não foi realizada de maneira consensual diante da comunidade envolvida no debate (Camargo, 1997; Cunha, 2004), isto é, não levou em consideração as divergências naturalmente apontadas durante o processo de prospecção dos lugares.

Dessa maneira, a escolha dos municípios para abrigar os *campi* foi pautada na localização estratégica que suas respectivas cidades assumem em face dos fluxos oriundos dos municípios do entorno, mas também na importância que possuem do ponto de vista político, econômico e cultural em suas respectivas sub-regiões (UFPA, 2016a), sem descartar, contudo, a dita “vocação” (Camargo, 1997; Cunha, 2004) por eles revelada no contexto na divisão do trabalho. Nesses espaços, os cursos de licenciatura eram ofertados nos períodos de recesso escolar/intervalar (entre julho e agosto e entre janeiro e fevereiro) no *Campus* de Belém (Marques *et*

---

<sup>92</sup>Marques *et al.* (2021) também apontam que, além da UNIR e da UNIFAP, a atuação da UFPA por meio dos Núcleos de Educação também foi central para a criação/implantação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), no ano de 1989.



*al.*, 2021), de modo a melhor viabilizar a participação dos docentes universitários até então restritos à capital, os quais apenas nesses períodos poderiam se deslocar até o interior para ministrar as disciplinas, bem como dos professores da educação básica, público-alvo dessa iniciativa de formação universitária.

Sob muitos desafios, dado o não empenho e a insuficiente destinação de recursos por parte do governo federal, tal iniciativa contou com um louvável esforço de solidariedade institucional entre a UFPA e as prefeituras dos municípios paraenses envolvidos pelas ações de interiorização do ensino superior, especialmente no que se refere à infraestrutura adequada para a realização dos cursos intervalares e à cessão de servidores administrativos, bem como de vigilantes e motoristas para dar suporte ao processo de formação (Freitas, 2005). Trata-se de uma parceria que, sem dúvida, favoreceu o desenvolvimento e mesmo a materialização de uma rede de cidadania no espaço paraense nessa segunda fase da interiorização da UFPA; iniciativa essa que inspirou a elaboração do I Projeto Norte de Interiorização (Projeto [...], [1989]) voltado à interiorização das instituições federais de ensino superior da Amazônia, no qual a federal paraense saiu na frente.

A terceira fase do processo de interiorização da UFPA acompanha o relativo sucesso das ações universitárias decorrentes do I Projeto Norte de Interiorização, fato que sugeriu a sua continuidade e, com efeito, a elaboração do II Projeto Norte de Interiorização (II Projeto [...], [1993]), desta vez, para o período 1994-1997.

Na perspectiva de continuidade da interiorização das atividades acadêmicas, visando a consolidação do papel da Universidade como agente de apoio ao processo de transformação social e de desenvolvimento regional, as IFES [Instituições Federais de Ensino Superior] da região amazônica formularam [...] o II Projeto Norte de Interiorização, assumindo cada Universidade o compromisso para a execução de oferecer cursos de licenciatura curta e plena, destinados preferencialmente aos professores do então denominado 1º e 2º graus, da rede pública de ensino, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, cursos de reciclagem para qualificação ocupacional/profissional e para capacitação de mão de obra não especializada, projetos artístico-culturais, projetos e pesquisa; projetos de trabalho comunitário, treinamentos e assessoramentos (UFPA, 2007, p. 24).

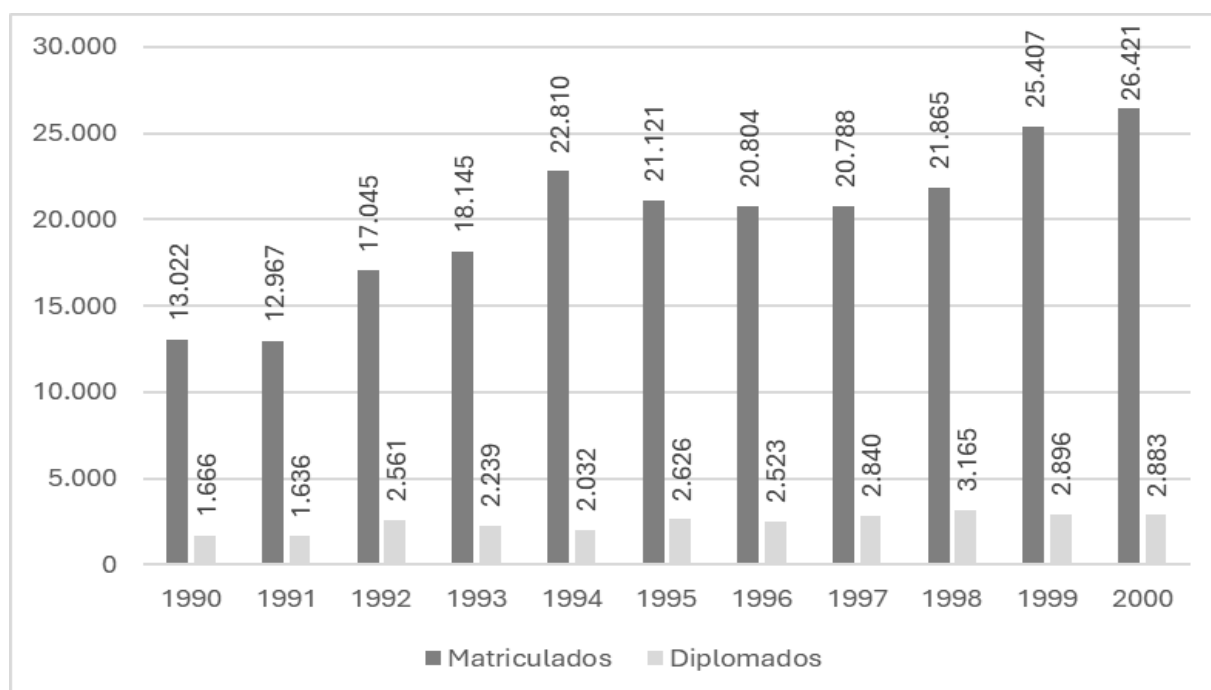
Nessa perspectiva, Freitas (2005) aponta que as instituições federais de ensino superior amazônicas reafirmaram a continuidade de suas ações de interiorização e acusaram a necessidade de obter maiores recursos para a manutenção do processo em tela, dado o contexto de cortes orçamentários no período, engendrado pela gestão FHC (1995-2002) à frente da presidência da

República. De todo modo, a UFPA, por sua vez, seguiu ampliando suas ações no estado do Pará, ao passo em que a realização dos cursos voltados à formação de professores irradiou-se para os municípios do entorno dos municípios-sede, marcando o surgimento dos polos universitários.

Além disso, Freitas (2005, p. 20) comenta que “os cursos de graduação realizados no interior deixaram de ser apenas os de Licenciatura [e passaram] a incluir os Cursos de Bacharelado”, a fim de atender às demandas sociais de uma população cada vez mais interessada na formação profissional de nível superior. Com a ampliação dessas atividades acadêmicas, os *campi* dos municípios envolvidos pela interiorização assistiram à relativa expansão de suas infraestruturas, dada a construção, em alguns *campi*, de edificações (salas de aula, laboratórios, bibliotecas etc.) necessárias à realização das atividades de ensino de graduação e, posteriormente, de pesquisa e de extensão, cuja integração é tida como um princípio da universidade.

Dados do Anuário Estatístico da UFPA (UFPA, 2001) nos permitem demonstrar a evolução do número de alunos matriculados e diplomados na graduação nessa universidade entre 1990 e 2000, conforme sistematizado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – UFPA: evolução da quantidade de alunos matriculados e diplomados na graduação entre 1990 e 2000



Fonte: UFPA (2001).

Com base no Gráfico 9, nota-se que, a partir de 1992<sup>93</sup>, houve certo aumento do número de matrículas nesse nível de formação, o que evidencia o impacto da política e do processo de interiorização da UFPA implementado no espaço paraense na passagem da década de 1980 para a década de 1990, não obstante a queda registrada em meados dos anos 1990 e que tem relação com as já pontuadas políticas de austeridade fiscal praticadas pelo governo federal da época. Quanto aos diplomados, aponta-se um aumento também em 1992, mas, principalmente, a partir de 1995, quando muitos discentes passaram a concluir seus respectivos cursos de graduação regular/intervalar iniciados nessa mesma década.

Na virada do século XX para o século XXI, as universidades federais da Amazônia trabalharam na formulação do III Projeto Norte de Interiorização, voltado para o quadriênio 1998-2001. Nessa etapa, as instituições amazônicas objetivaram consolidar a atuação que já vinha sendo desenvolvida tanto na área de formação e capacitação ligada à educação básica, como no fortalecimento das licenciaturas e na implantação dos cursos de bacharelados, algo já empreendido pela UFPA em momentos anteriores (Freitas, 2005). Considerando a oferta de cursos de pós-graduação como uma inovação no âmbito do III Projeto Norte de Interiorização, a autora em comento destaca que a Universidade Federal do Pará ratifica a importância dessa iniciativa e estabelece programas ou linhas de ação pautados nas especificidades regionais, com vistas ao “desenvolvimento” do interior do estado.

Inobstante os desafios e toda a precariedade enfrentados nessas fases de estruturação do projeto de interiorização da UFPA, destacam-se os importantes feitos dessa iniciativa ao longo do espaço paraense, seja na qualificação dos professores ligados à educação básica, ensejando melhorias ao ensino e à gestão escolar do estado, seja na formação de pessoal de nível superior, incorporando, cada vez mais, conhecimento e informação ao território, conforme discutem Santos e Silveira (2000).

Assim, a ampliação da estrutura de uma universidade federal em um estado brasileiro marcado por assimetrias socioespaciais e econômicas contribuiu para a

---

<sup>93</sup>O ano de 1992 marca, também, a abertura/realização de vestibulares da UFPA em seus *campi* do interior, sobretudo para os cursos regulares de licenciatura ora ofertados nessas realidades fora da capital (Fontes, 2012), fato que, evidentemente, contribuiu para o incremento do número de matrículas a partir desse ano, bem como para a seguinte evolução da quantidade de diplomados pela instituição na década de 1990.

configuração de uma rede de cidadania materializada em diversos pontos do espaço paraense, de modo que, hoje, a UFPA apresenta uma estrutura *multicampi* (Freitas, 2005) implicada, em tese, com a oferta de ensino, pesquisa e extensão.<sup>94</sup>

Em sua dissertação de mestrado, Sousa (2011) aponta que, ao longo desse processo de interiorização, os *campi* de então da UFPA (Belém, Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure) apresentaram uma trajetória diferenciada quanto ao seu desenvolvimento, de modo que alguns alcançaram certo nível de consolidação, mediante a oferta de graduação e pós-graduação e a realização de pesquisas avançadas em áreas consideradas “estratégicas” face as características de determinadas porções da Amazônia, como, por exemplo, os de Bragança e Castanhal, e outros tornaram-se universidades, tais os casos de Santarém e Marabá.<sup>95</sup>

Os já mencionados programas federais Expandir (2003 a 2006) e, sobretudo, Reuni (2007 a 2014) contribuíram em alguma medida para a consolidação de alguns desses *campi* da Universidade Federal do Pará, mas também para a criação de novas universidades federais nesse estado brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa de Sousa (2011) revela criticamente a importância dessas iniciativas na expansão da estrutura física dos *campi*, na composição dos quadros docente e técnico-administrativo, bem como na criação de novos cursos e na expansão das vagas, o que contribuiu para o avanço, não sem problemas, da expansão e da interiorização da UFPA no espaço paraense.

Na atualidade, aponta-se que, além do *campus*-sede, em Belém, que apresenta significativa estrutura<sup>96</sup>, a UFPA conta com onze *campi* universitários (Figura 15) no estado do Pará, sendo eles os *campi* oriundos das fases iniciais de sua interiorização – Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal e Soure – e outros recentemente consolidados, como os de Ananindeua, Breves, Capanema, Salinópolis e Tucuruí (UFPA, 2024a).

---

<sup>94</sup>Adverte-se, uma vez mais, que o ensino de graduação, por meio dos cursos regulares presenciais, adquire centralidade na análise empreendida nesta tese, de modo a revelar alguns elementos sobre a formação superior no espaço paraense.

<sup>95</sup>Santarém e Marabá, municípios que, inicialmente, abrigaram *campi* da UFPA, foram transformados em sedes de novas universidades federais criadas no seio do processo de expansão recente do ensino superior público, como veremos nas seções seguintes.

<sup>96</sup>O *Campus* de Belém da UFPA conta com uma estrutura formada por dezesseis institutos, nove núcleos, dois hospitais universitários, um hospital veterinário, uma escola de aplicação, uma escola de música, uma escola de teatro e dança e uma escola de aplicação (UFPA, 2024a).

Figura 15 – UFPA: *campi* e polos no espaço paraense



## 12 Campi

|                                                                                                |                                                                                              |                                                                                               |                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Abaetetuba |  Belém    |  Cametá    |  Salinópolis |
|  Altamira   |  Bragança |  Capanema  |  Soure       |
|  Ananindeua |  Breves   |  Castanhal |  Tucuruí     |

## 82 municípios

|                    |                   |                         |                            |
|--------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|
| Abaetetuba         | Capitão Poço      | Mocajuba                | Salinópolis                |
| Acará              | Castanhal         | Moju                    | Santa Luzia do Pará        |
| Alenquer           | Colares           | Monte Alegre            | Santa Maria do Pará        |
| Almeirim           | Concórdia do Pará | Muaná                   | Santarém                   |
| Altamira           | Curralinho        | Nova Esperança do Piriá | São Caetano de Odivelas    |
| Ananindeua         | Curuçá            | Nova Ipixuna            | São Félix do Xingu         |
| Anapu              | Dom Eliseu        | Novo Progresso          | São João de Pirabas        |
| Augusto Corrêa     | Goianésia do Pará | Novo Repartimento       | São Sebastião da Boa Vista |
| Bagre              | Gurupá            | Óbidos                  | Senador José Porfírio      |
| Baião              | Igarapé-Miri      | Oeiras do Pará          | Soure                      |
| Barcarena          | Ipixuna do Pará   | Oriximiná               | Tailândia                  |
| Belém              | Itaituba          | Pacajá                  | Tomé-Açu                   |
| Benevides          | Jacundá           | Paragominas             | Tracuateua                 |
| Bragança           | Juruti            | Parauapebas             | Tucumã                     |
| Brasil Novo        | Limoeiro do Ajuru | Placas                  | Tucuruí                    |
| Breves             | Mãe do Rio        | Ponta de Pedras         | Uruará                     |
| Bujaru             | Marabá            | Portel                  | Viseu                      |
| Cachoeira do Arari | Maracanã          | Porto de Moz            | Vitória do Xingu           |
| Cametá             | Marapanim         | Redenção                | Xinguara                   |
| Canaã dos Carajás  | Medicilândia      | Rondon do Pará          |                            |
| Capanema           | Melgaço           | Rurópolis               |                            |

Fonte: adaptado de UFPA (2024a).

Além dos 12 *campi* universitários que a UFPA possui, a representação cartográfica acima ainda revela que a instituição também está presente em cerca de 70 municípios paraenses por meio de polos regionais; espaços esses que, de certa forma, contribuem para a interiorização da instituição e, conseqüentemente, para a difusão da formação superior nessa realidade socioespacial.

Em sua sede (Mapa 2), na perspectiva do ensino de graduação, a UFPA oferta 78 cursos, entre bacharelados, licenciaturas e cursos tecnológicos (UFPA, 2024a), atendendo não apenas às demandas por ensino superior de Belém e dos demais municípios que integram a sua Região Metropolitana (Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena) e que por essa instituição são relativamente polarizados, mas também do próprio espaço paraense como um todo, tendo em vista, por exemplo, aquelas iniciativas de formação que estendem a oferta de cursos de graduação em municípios que não dispõem de *campi* universitários e/ou polos regionais de ensino.

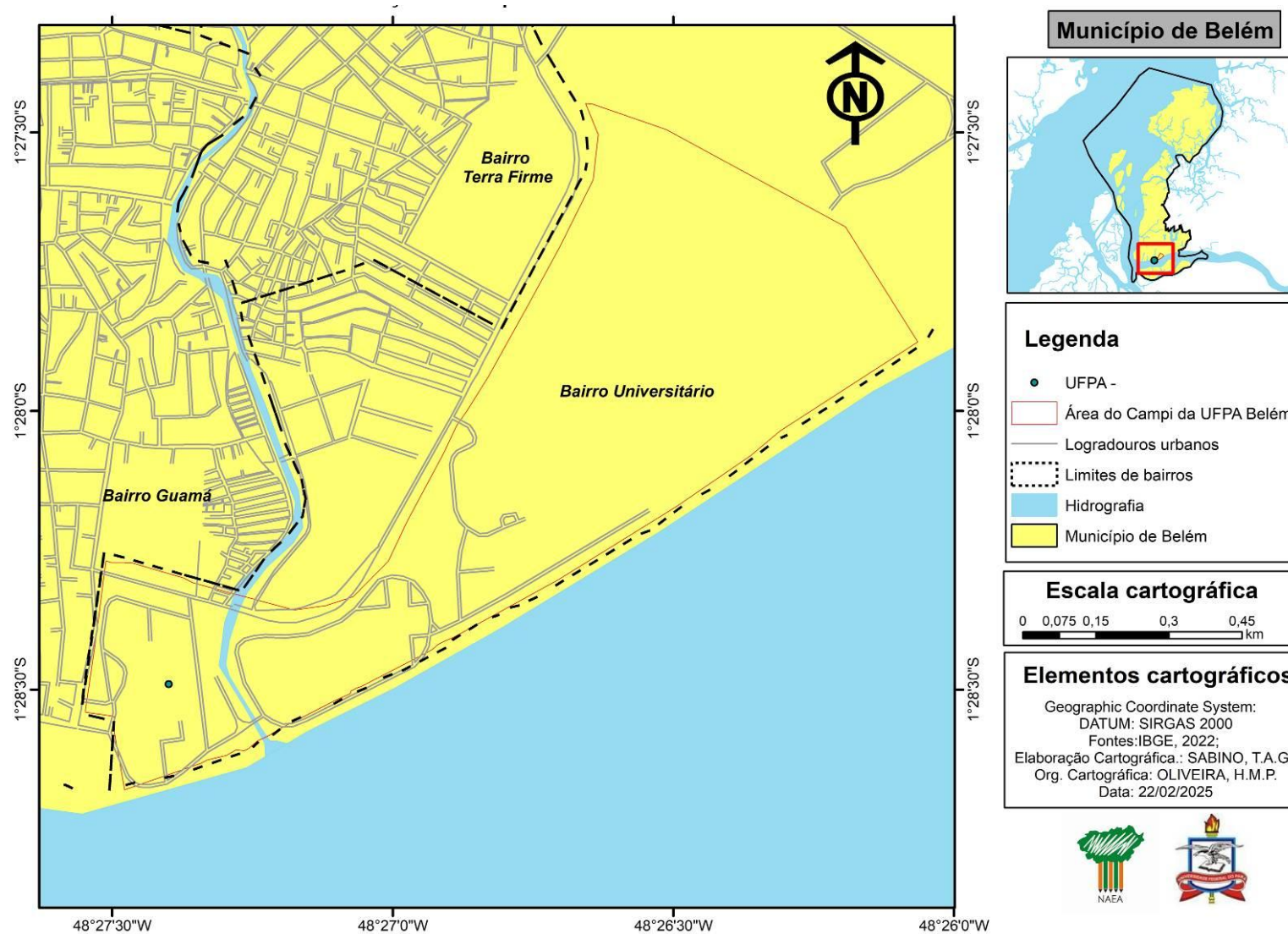
O Quadro 5 sistematiza as ofertas regulares de graduação presencial no *Campus* de Belém, enquanto o Quadro 6, na sequência, traz uma breve contextualização dos *campi* fora de sede da UFPA, bem como dos cursos de graduação presencial que cada *campus* oferta nas diferentes sub-regiões do Pará.

Quadro 5 – UFPA: cursos regulares de graduação presencial ofertados no *Campus* de Belém

| <b>Campus</b> | <b>Cursos regulares de graduação presencial ofertados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Belém         | Administração (Bach.), Arquitetura e Urbanismo (Bach.), Arquivologia (Bach.), Artes Visuais (Bach.), Artes Visuais (Lic.), Cinema e Audiovisual (Bach.), Produção Multimídia (Tecnólogo), Museologia (Bach.), Biblioteconomia (Bach.), Biomedicina (Bach.), Biotecnologia (Bach.), Engenharia de Bioprocessos (Bach.), Ciência da Computação (Bach.), Sistemas de Informação (Bach.), Ciências Biológicas (Bach.), Ciências Biológicas (Lic.), Ciências Contábeis (Bach.), Ciências Naturais (Lic.), Ciências Sociais (Bach.), Ciências Sociais (Lic.), Ciências, Matemática e Linguagens (Lic. Integrada), Comunicação Social – Jornalismo (Bach.), Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (Bach.), Conservação e Restauro (Bach.), Dança (Lic.), Desenvolvimento Rural (Bach.), Direito (Bach.), Economia (Bach.), Educação Física (Lic.), Enfermagem (Bach.), Engenharia Civil (Bach.), Engenharia de Alimentos (Bach.), Engenharia de Computação (Bach.), Engenharia de Telecomunicações (Bach.), Engenharia Elétrica (Bach.), Engenharia Biomédica (Bach.), Engenharia Ferroviária e Logística (Bach.), Engenharia Mecânica (Bach.), Engenharia Naval (Bach.), Engenharia Química (Bach.), Engenharia Sanitária e Ambiental (Bach.), Estatística (Bach.), Farmácia (Bach.), Filosofia (Bach.), Filosofia (Lic.), Física (Lic.), Física (Bach.), Fisioterapia (Bach.), Terapia Ocupacional (Bach.), Geofísica (Bach.), Geografia (Bach.), Geografia (Lic.), Geologia (Bach.), História (Bach.), História (Lic.), Letras – Língua Alemã (Lic.), Letras – Língua Francesa (Lic.), Letras – Libras (Lic.), Letras – Língua Espanhola (Lic.), Letras – Língua Inglesa (Lic.), Letras – Língua Portuguesa (Lic.), Matemática (Lic.), Medicina (Bach.), Meteorologia (Bach.), Música (Lic.), Nutrição (Bach.), Oceanografia (Bach.), Odontologia (Bach.), Pedagogia (Lic.), Produção Cênica (Tecnólogo), Teatro (Lic.), Psicologia (Bach.), Química (Lic.), Química (Bach.), Química Industrial (Bach.), Serviço Social (Bach.) e Turismo (Bach.). |

Fonte: UFPA (2024a).

Mapa 2 – UFPA: localização do *campus-sede*, em Belém (PA)



Quadro 6 – UFPA: contextualização dos *campi* e das ofertas regulares de graduação presencial no espaço paraense

| Campus     | Breve contextualização do campus                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Cursos regulares de graduação presencial atualmente ofertados                                                                                                                                                                             |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Abaetetuba | <p>Situado na sub-região paraense do Baixo Tocantins, cujo ordenamento territorial (Trindade Júnior, 2009, 2023) é marcado pelos grandes rios que a compõem, pela presença de “grandes objetos” e de novos projetos de infraestrutura e logística, mas também pela existência de diversos povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores, quilombolas, indígenas e extrativistas) que resistem a essas estruturas capitalistas na região (Costa; Hazeu, 2024), o município de Abaetetuba – 158.188 habitantes, estando 98.390 deles localizados na área urbana (IBGE, 2024) – revela-se como um importante espaço de apoio nessa realidade sub-regional, sendo, a sua cidade, anteparo de variados fluxos nesse contexto socioespacial, inclusive ligados ao ensino superior. A origem do <i>Campus</i> Universitário de Abaetetuba remonta aos primeiros momentos do processo de interiorização da UFPA, ainda na década de 1970, quando houve a escolha do município para abrigar um Núcleo de Educação da universidade com vistas à viabilização de suas ações na sub-região (UFPA, [1981?]). Em 1986, tem-se a institucionalização do programa de interiorização da UFPA (pautado mormente na oferta de cursos intervalares de licenciatura em Pedagogia, História, Geografia, Letras e Matemática) e a consequente criação de seus <i>campi</i> universitários (UFPA, 1986) (dentre eles, o de Abaetetuba, construído com recursos do convênio UFPA-Albrás, na época), consolidados nas décadas de 1990 e 2000 graças, em grande medida, aos esforços de docentes, técnicos e alunos em parceria com os governos estadual e municipais. Assim, desses cursos intervalares, apenas o de Pedagogia teve a sua oferta consolidada de forma regular, e desde 1987. Já nos anos 2000, como uma resposta da instituição às demandas locais, teve-se a criação das licenciaturas regulares em Física (2005), em Letras – Língua Portuguesa (2006) e em Matemática (2007). No contexto do Reuni, houve a abertura dos cursos de Letras – Língua Espanhola e de Educação do Campo, em 2009, somando à oferta existente e reforçando a formação de professores no município e no Baixo Tocantins, especialmente de povos da floresta, dos rios e dos campos. No decênio seguinte, Abaetetuba assistiu à criação do Bacharelado em Engenharia de Produção, em 2010, e, oito anos depois, do curso Tecnológico em Agroecologia. Por meio dessas ofertas, o <i>Campus</i> de Abaetetuba tanto polariza quanto atua junto aos polos de Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Muaná e Tomé-Açu, bem como de Goianésia do Pará, Jacundá e Parauapebas. Adverte-se ainda que, em municípios que já contam com <i>campi</i> da UFPA, como Cametá, Soure e Tucuruí, o <i>Campus</i> de Abaetetuba também oferece, sob demanda, cursos de graduação não disponibilizados regulamente pela instituição nesses lugares (SIGAA UFPA, 2024; UFPA, 2024b, 2024c), a demonstrar a solidariedade socioespacial por ele estabelecida na região.</p> | <p>Agroecologia (Tecnológico)<br/>Educação do Campo (Lic.)<br/>Engenharia de Produção (Bach.)<br/>Física (Lic.)<br/>Matemática (Lic.)<br/>Letras – Língua Espanhola (Lic.)<br/>Letras – Língua Portuguesa (Lic.)<br/>Pedagogia (Lic.)</p> |
| Ananindeua | <p>Integrando a Região Metropolitana de Belém (RMB), Ananindeua se destaca-se como o segundo município mais populoso (478.778 habitantes, com 99% deles na área urbana) do Pará (IBGE, 2024) e em forte processo de conurbação com a metrópole. Sua escolha para sediar um <i>campus</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <p>Engenharia de Materiais (Bach.)<br/>Física (Lic.)<br/>Geografia (Lic.)</p>                                                                                                                                                             |



|          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|          | <p>universitário da UFPA, algo concretizado em meados de 2013, resulta, precipuamente, de uma decisão político-clientelista consubstanciada entre gestores da instituição para com os interesses de determinados agentes políticos do lugar. Disso derivou a instalação do <i>campus</i> nesse município da RMB e, com efeito, a ampliação da oferta de ensino superior nessa região, especialmente em áreas tidas enquanto estratégicas, como ciência, tecnologia e formação de professores (UFPA, 2021a); daí o quadro de oferta de cursos regulares de graduação nessa unidade acadêmica, inicialmente com Geoprocessamento, Engenharia de Materiais e Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, em 2014, e, dois anos depois, com as licenciaturas em História, Geografia, Física e Química. Nessa perspectiva, o fixo social público em comento atende aos fluxos por formação superior de alguns municípios da própria RMB, como Marituba, Benevides, Santa Isabel, Santa Barbara e, até mesmo, Belém, mas também de realidades adjacentes, como Curuçá (onde, inclusive, há um Núcleo Universitário da UFPA cujas ações estão vinculadas ao <i>Campus</i> de Ananindeua) (UFPA, 2021a) e os polos regionais da universidade em São João de Pirabas, Santo Antônio do Tauá, Vigia, Colares, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Bujarú, Terra Alta e Marapanim. Nos <i>campi</i> de Altamira e Soure, ademais, destaca-se a oferta de cursos intervalares por parte do <i>Campus</i> de Ananindeua, especialmente de graduações não oferecidas nesses municípios (UFPA, 2021a, 2024b; SIGAA UFPA, 2024).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <p>Geoprocessamento (Tecnológico)<br/> História (Lic.)<br/> Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (Bach.)<br/> Química (Lic.)</p>                                                                                                                                                                                                   |
| Altamira | <p>Maior município do Brasil e segundo maior do mundo, em termos de extensão, Altamira possui 126.279 habitantes (104.202 na área urbana) (IBGE, 2024) e se localiza no sudoeste do Pará, uma sub-região fortemente marcada pela política de colonização agrária nos anos 1970, pela abertura de importantes rodovias e pela instalação de grandes projetos econômicos (p. ex.: exploração mineral) e de infraestrutura (como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte) que têm provocado uma série de impactos socioambientais às populações e comunidades tradicionais historicamente estabelecidas nesse subespaço da Amazônia paraense (Araújo, R., 2011; Cardoso, 2018; Carvalho; Conceição; Amaral, 2019; Cornélio; Amaral, 2023). Recebendo atividades extensionistas e de ensino no âmbito do Projeto Rondon, com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) nos anos 1970 (Brasil, 1980) e, na sequência, tido como um polo do Núcleo de Educação de Marabá na década de 1970 e início dos anos 1980 (UFPA, [1981?]), o município de Altamira veio assistir à instalação do <i>Campus</i> Universitário em sua sede somente em 1986, no seio do projeto de interiorização da UFPA, momento em que passou a contar com a oferta dos cursos intervalares de licenciatura. Na década seguinte, houve a instalação de cursos regulares, especialmente em Letras – Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia, destacando-se, em 1998, a abertura de turmas de Licenciatura em Educação do Campo como resposta às demandas dos movimentos sociais camponeses na sub-região. Já nos anos 2000, assistiu-se à criação do curso de Agronomia, em 2001 (cuja oferta inicial remonta ao ano de 1996, com a Licenciatura em Ciências Agrárias, concebida pelo então Centro Agropecuário-CAP, depois Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural-NCADR e, hoje, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares-INEAF da UFPA), como uma forma de ir ao encontro das demandas da economia agropecuária da região, mas também dos cursos de Engenharia Florestal, em 2008, e de Geografia, Letras – Língua Inglesa e Etnodesenvolvimento, aprovados em</p> | <p>Agronomia (Bach.)<br/> Ciências Biológicas (Lic.)<br/> Educação do Campo (Lic.)<br/> Etnodesenvolvimento (Lic.)<br/> Etnodesenvolvimento (Bach.)<br/> Engenharia Florestal (Bach.)<br/> Geografia (Lic.)<br/> Letras – Língua Inglesa (Lic.)<br/> Letras – Língua Portuguesa (Lic.)<br/> Medicina (Bach.)<br/> Pedagogia (Lic.)</p> |

|          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|          | 2009, no contexto do Reuni. Em 2013, houve a aprovação do curso de Educação do Campo nessa unidade acadêmica, reforçando a formação superior voltada aos povos e comunidades tradicionais, e, três anos depois, do curso de Medicina, de modo a potencializar ações de capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da saúde na região, sendo Altamira uma das poucas cidades da Amazônia a ofertar o curso de Medicina. Atualmente, o <i>Campus</i> de Altamira polariza os municípios de Almeirim, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Novo Repartimento, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu, mas também atende a realidades como Marabá, Soure, Tucuruí e São Caetano de Odivelas, com a oferta ocasional de cursos de graduação (SIGAA UFPA, 2024; UFPA, 2017a), estabelecendo importantes horizontalidades espaciais (Santos, 2012a) no espaço paraense.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Bragança | Tendo em vista o histórico de atuação dos CRUTACs e das iniciativas extensionistas realizadas em áreas rurais nos anos 1970 (Cunha, 2004), Bragança – que, hoje, possui 123.082 habitantes, sendo 87.608 na área urbana (IBGE, 2024) – fora selecionada como município-sede para abrigar um dos <i>campus</i> de interiorização da Universidade (UFPA, 1986) na sub-região do nordeste paraense, não obstante a centralidade conferida a Castanhal naquele período, tanto por sediar o Núcleo de Educação da UFPA quanto por servir de anteparo aos fluxos de demandas por formação superior nas microrregiões bragantina, guajarina e do salgado, conforme a instituição documenta em UFPA ([1981?]). Desse modo, localizado em sub-região marcada por processos de colonização agrícola antiga (Penteado, 1967; Miranda, 2009) e inserido na maior faixa contínua de manguezais mais bem preservados do mundo (UFPA, 2024d), o <i>Campus</i> de Bragança adquiriu destaque por conta da oferta de cursos voltados à formação de professores (Letras – Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia), iniciativa elementar do projeto de interiorização da UFPA, a partir de 1986, e que foi tornada regular desde 1992, porém, com as licenciaturas em Pedagogia, História, Matemática e, no ano seguinte, Ciências Biológicas. Com esse último curso, a Universidade sinaliza a sua preocupação para com estudos relacionados ao ecossistema costeiro/marinho da chamada “Amazônia atlântica” (Trindade Júnior, 2021b), o que tanto ajudou a firmar certa identidade do <i>Campus</i> quanto demonstra, evidentemente, a inter-relação da instituição para com as singularidades e particularidades da realidade onde está presente, a qual fora ampliada em 2005 com a instalação do Bacharelado em Engenharia de Pesca; curso esse que vai ao encontro de atividades costumeiramente desenvolvidas nessa realidade (UFPA, 2024d). Em 2009, em virtude do Reuni, o <i>Campus</i> de Bragança robustece a sua contribuição na formação de professores na região com a abertura da Licenciatura em Ciências Naturais, integrando um quadro de ofertas muito importante a municípios como Augusto Corrêa, Capitão Poço, Tracuateua, Santa Luzia do Pará e Nova Esperança do Piriá, em certa medida polarizados por Bragança nesse contexto sub-regional, mas também a Capanema (relação a ser mais bem comentada neste quadro) e Tucuruí, que, mesmo com a presença de unidades acadêmicas da instituição em suas realidades, são beneficiados com ofertas ocasionais derivadas do <i>Campus</i> Universitário de Bragança, conforme explicitado no SIGAA UFPA (2024). | <p>Ciências Biológicas (Lic.)</p> <p>Ciências Naturais (Lic.)</p> <p>Engenharia de Pesca (Bach.)</p> <p>História (Lic.)</p> <p>Letras – Língua Inglesa (Lic.)</p> <p>Letras – Língua Portuguesa (Lic.)</p> <p>Matemática (Lic.)</p> <p>Pedagogia (Lic.)</p> |
| Breves   | Contextualizado no Arquipélago do Marajó, localizado na reentrância da costa norte brasileira                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Ciências Naturais (Lic.)                                                                                                                                                                                                                                    |

|        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|        | <p>conhecida como golfão do Amazonas (Santos Júnior, 2006) e marcado por um forte quadro de desigualdades e precariedades socioespaciais, Breves tem figurado como um dos principais municípios marajoaras, especialmente na porção ocidental dessa sub-região, tendo em vista a presença de fixos econômicos e sociais em sua estrutura urbana e a consequente intermediação de fluxos/demandas de municípios do seu entorno nessa realidade socioespacial. Nesse particular, a história de seu <i>Campus</i> Universitário surge atrelada ao <i>Campus</i> Universitário de Soure (ao qual era subordinado como Núcleo de Ensino desde os anos 1990), com a oferta de cursos de licenciatura a comunidades do Marajó ocidental que, por questões de distância e transporte, tinham dificuldades de se deslocar até a cidade de Soure (Paes, 2021; UFPA, 2022a). Assim, após um período de articulações políticas iniciado na década de 1990, o Núcleo de Ensino de Breves foi alçado à condição de <i>Campus</i> Universitário da UFPA em 2006 e, por meio do Reuni, em 2009, pôde realizar concursos públicos e contratar docentes e técnicos-administrativos com vistas à consolidação da sua estrutura. Do ponto de vista do ensino de graduação, o <i>Campus</i> de Breves oferta quatro cursos voltados à formação de professores – as licenciaturas em Matemática (desde 1994) e Pedagogia (desde 1995) e em Ciências Naturais e Letras – Língua Portuguesa, a partir de 2000 e 2009, respectivamente – e, em 2009, em razão daquele programa que reforçou a expansão e a interiorização da UFPA, um bacharelado comprometido com a formação de profissionais para lidar com a assistência social nessa sub-região paraense marcada por sérios problemas socioeconômicos engendrados pelo avanço de atividades capitalistas. Desse modo, a oferta de formação superior a partir de Breves tem sido pertinente a municípios como Bagre, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Portel, São Sebastião da Boa Vista e mesmo Soure, além de Cametá, que, sob demanda, conta com a oferta do curso intercalar de Serviço Social em seu <i>Campus</i> Universitário no Baixo Tocantins (UFPA, 2022a; SIGAA UFPA, 2024).</p> | <p>Letras – Português (Lic.)<br/>Matemática (Lic.)<br/>Pedagogia (Lic.)<br/>Serviço Social (Bach.)</p>                                                                                                                                                             |
| Cametá | <p>Também integrando o Baixo Tocantins (Trindade Júnior, 2009), o município de Cametá possui 134.184 habitantes, dos quais 68.213 vivem na área urbana (IBGE, 2024), e sua cidade tem se destacado naquele contexto socioespacial pelo atendimento das demandas sociais e territoriais nessa sub-região, o que a qualifica como uma cidade intermediária na rede urbana regional, conforme sustenta Trindade Júnior (2015c). Nesse sentido, a implantação de um <i>campus</i> da Universidade Federal do Pará nessa realidade constitui um dos elementos importantes que reforçam a definição de sua centralidade urbana, dada a articulação que desempenha junto a outros núcleos populacionais do seu entorno sub-regional com a oferta de formação superior. A história de seu <i>Campus</i>, assim, faz referência ao Núcleo de Educação de Abaetetuba, que, no primeiro esforço de interiorização da UFPA, atuava como município-sede do Baixo Tocantins, sendo Cametá um de seus polos de ensino (UFPA, [1981?]). Com o projeto de interiorização da UFPA na década de 1980 (UFPA, 1986), houve o surgimento do <i>Campus</i> Universitário na cidade de Cametá e, depois da realização de vestibulares para cursos intercalares de licenciatura, somente em 1994 passou a ofertar turmas regulares na graduação, notadamente em Pedagogia. Mesmo sob muitas dificuldades, especialmente de ordem infraestrutural, como aponta Coelho (2008), o <i>Campus</i> de Cametá conseguiu se afirmar e, hoje, na perspectiva do ensino de graduação, atua com a oferta de</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <p>Agronomia (Bach.)<br/>Ciências Naturais (Lic.)<br/>Educação do Campo (Lic.)<br/>Geografia (Lic.)<br/>História (Lic.)<br/>Letras – Inglês (Lic.)<br/>Letras – Português (Lic.)<br/>Matemática (Lic.)<br/>Pedagogia (Lic.)<br/>Sistemas de Informação (Bach.)</p> |

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                              |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|           | dez cursos superiores, com destaque para as licenciaturas em Matemática, História e Pedagogia, estas consolidadas na década de 1990, bem como em Letras – Língua Portuguesa (em 2001), Letras – Língua Inglesa (em 2007), Ciências Naturais (em 2009, através do Reuni), Geografia (em 2013) e, um ano depois, Educação do Campo (revelando a sensibilidade da instituição face as demandas sub-regionais dos povos da floresta), além de dois bacharelados, em Agronomia e Sistemas de Informação, criados respectivamente nos anos de 2012 e 2013. Dessa maneira, ao dispor de quatro polos de ensino (Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará) diretamente ligados ao seu <i>Campus</i> no Baixo Tocantins, reforçando a interiorização da UFPA no Baixo Tocantins, a cidade de Cametá também atrai fluxos ligados ao ensino superior público oriundos de Bagre, Barcarena, Bujaru, Igarapé-Miri, Novo Repartimento, Tomé-Açu e a localidade de Vila do Carmo do Tocantins, assim como, em alguma medida, atua no atendimento de algumas demandas por graduação diretamente nos municípios Abaetetuba e Tucuruí, que sediam <i>campi</i> da UFPA (UFPA, 2022b; SIGAA UFPA, 2024).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                              |
| Capanema  | Distante de Bragança cerca de 50 km, Capanema possui 70.394 habitantes e é um dos municípios que também integram o nordeste paraense. Em sua cidade, que atualmente reúne 85% (59.704) da população municipal (IBGE, 2024), a Universidade Federal do Pará se estabeleceu inicialmente através de um Núcleo Universitário imediatamente relacionado ao <i>Campus</i> de Bragança, em 1992, como decorrência do projeto de interiorização instaurado em 1986 (UFPA, 1986). Todavia, em 2009, como parte das ações de expansão e interiorização da instituição, muito em virtude do Reuni, esse polo da UFPA foi transformado em <i>campus</i> por meio da Resolução Nº 673, de 18 de maio (UFPA, 2009), incrementando, com isso, a promoção do acesso ao ensino superior às populações local e sub-regional. Nesse sentido, a oferta de ensino de graduação no <i>Campus</i> Universitário de Capanema foi também consolidada com base em cursos voltados à formação de professores, alguns dos quais ofertados não regularmente desde o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, bem como ainda atualmente, de modo que o <i>Campus</i> não possui cursos e corpo docente próprios. Assim, o referido <i>Campus</i> da UFPA se encontra muito ligado aos <i>campi</i> de Bragança – através das ofertas de licenciatura, conforme consta em UFPA ([2018?]) – e de Castanhal (ofertas de Licenciatura em Educação Física e de Bacharelado em Sistemas de Informação) (SIGAA UFPA, 2024), ambos situados na mesma realidade sub-regional; parceria essa que contribui para a configuração de horizontalidades (Santos, 2012a) a partir do atendimento das demandas e dos fluxos por formação superior nessa porção da Amazônia paraense (UFPA, 2017b). | História (Lic.)<br>Letras – Língua Inglesa (Lic.)<br>Letras – Língua Portuguesa (Lic.)<br>Matemática (Lic.)<br>Pedagogia (Lic.)*                                                                             |
| Castanhal | De acordo com o último censo demográfico do IBGE, Castanhal, também no nordeste paraense, apresentou 192.256 habitantes, sendo que 177.867, mais de 90%, portanto, vivem em sua área urbana (IBGE, 2014). Figura, ademais, como um dos mais antigos espaços de atuação da UFPA, pois, em 1965, essa universidade chega ao município mediante a oferta de cursos de extensão em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Didática, nas férias de julho, por meio do Núcleo de Letras da instituição (Cunha, 2004) – até então, presente apenas em Belém. Contudo, foi a partir de 1972, no seio da primeira fase de seu processo de interiorização (UFPA, [1981?]; Freitas, 2005), que a UFPA aprofunda a sua relação com Castanhal, selecionando-o como um dos Núcleos de Educação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Educação Física (Lic.)<br>Engenharia da Computação (Bach.)<br>Letras – Língua Espanhola (Lic.)<br>Letras – Língua Portuguesa (Lic.)<br>Matemática (Lic.)<br>Medicina Veterinária (Bach.)<br>Pedagogia (Lic.) |

|             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                               |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
|             | <p>voltados à realização de cursos polivalentes de formação de professores de ensino fundamental. Assim, diferente dos demais <i>campi</i> de interiorização, sua constituição como <i>Campus</i> Universitário não se deu propriamente em 1986, mas no fim dos anos 1970, com a celebração de dois convênios entre a UFPA e a prefeitura de Castanhal (um voltado ao estabelecimento de Castanhal como um dos Núcleo de Educação da UFPA e outro referente a uma parceria com vistas à realização de ações extensionistas na área do Direito, via CRUTAC) e, no início da década de 1980, com a abertura das licenciaturas curtas em Ciências, voltadas à qualificação de professores da educação básica nessa sub-região. O projeto de interiorização, de 1986, apenas consagrou as atividades universitárias que vinham sendo desenvolvidas nessa unidade acadêmica. Dessa forma, já nos anos 1990, o <i>Campus</i> ofertou as licenciaturas regulares em Pedagogia e Matemática e, em 2000, instalou a Licenciatura em Educação Física, buscando consolidar, além da formação de professores, certa vocação do <i>Campus</i> ao fomento de práticas esportivas na região. Outro curso implantado nessa unidade acadêmica da UFPA no início dos anos 2000 e que contribuiu fortemente para a construção do perfil do <i>Campus</i> foi o Bacharelado em Medicina Veterinária, criado em 2001 para atender às atividades agropecuárias e de reprodução animal peculiares à sub-região (Morhy, 2003). Com o advento do Reuni, implantado em 2007, o <i>Campus</i> de Castanhal assistiu à ampliação de sua oferta de graduação, notadamente com a abertura dos cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, em 2008, Bacharelado em Sistemas de Informação, em 2009, Licenciatura em Letras – Língua Espanhola, em 2011, e, dois anos depois, Bacharelado em Engenharia de Computação. Destarte, houve uma diversificação do seu quadro de ofertas de graduação, com importante contribuição para a interiorização da UFPA nessa porção da Amazônia paraense, que, inclusive, por intermédio do <i>Campus</i> de Castanhal, irradia e polariza fluxos por formação superior em municípios como Capitão Poço, Colares, Curuçá, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Maracanã, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São João de Pirabas, Tailândia, Tomé-Açu, Viseu, mas também Abaetetuba, Bragança, Breves, Capanema, Soure, Tucuruí, Itaituba e Belém, através do atendimento de demandas por cursos de graduação que esse <i>Campus</i> oferta (SIGAA UFPA, 2024; UFPA, 2022c).</p> | Sistemas de Informação (Bach.)                                                                |
| Salinópolis | <p>Integrante da chamada “Amazônia atlântica” (Trindade Júnior, 2021b), porção do espaço amazônico banhada pelo Oceano Atlântico, com o qual muitos municípios costeiros e suas respectivas cidades mantêm estreita relação por conta da pesca (Melo; Amaral, 2024), Salinópolis apresenta 44.772 munícipes (estando 41.139 deles na área urbana) (IBGE, 2024) e se destaca no estado do Pará como um “espaço metropolizado” (Trindade Júnior, 2021b), que, mesmo estando fisicamente descontínuo em relação à metrópole Belém, reproduz muitos dos valores e comportamentos metropolitanos através de formas, mas, principalmente, de conteúdos urbano-metropolitanos que para lá são estendidos, especialmente nos períodos de férias, em sua sede. No que se refere ao ensino superior, sua população era polarizada principalmente pelos <i>campi</i> de Castanhal (com o qual, já nas décadas de 1970 e 1980, Salinópolis mantinha vínculo na condição de polo daquele Núcleo de Educação da UFPA), Bragança (dada a especificidade de certos cursos de graduação) ou, mesmo, pelo <i>campus</i>-sede, Belém, ampliando o deslocamento das pessoas que pretendiam</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo (Bach.)<br>Física (Lic.)<br>Matemática (Lic.) |

|              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                      |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
|              | <p>acessar o ensino superior. Dessa maneira, no contexto das iniciativas de interiorização da UFPA, houve a criação do <i>Campus</i> Universitário de Salinópolis em 2013, considerando a sua “vocação regional nas áreas de formação de professores e de tecnologias voltadas para atividades econômicas da costa oceânica do estado do Pará” (UFPA, 2024e), como, por exemplo, a exploração de petróleo (recentemente iniciada no município), área essa que apresenta déficit de mão de obra qualificada. Assim sendo, destaca-se a oferta inicial de dois cursos de graduação após a criação do <i>Campus</i>, a saber: Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo, ambos em 2015. Dois anos depois, tem-se a abertura da Licenciatura em Física no referido <i>Campus</i> e, em 2021, por meio da Resolução Nº 5.407, de 25 de agosto (UFPA, 2021b), a aprovação do Bacharelado em Engenharia Costeira e Oceânica, com vistas ao reforço dos estudos e pesquisas ligados a esse particular ecossistema amazônico. Com base nesses cursos, o <i>campus</i> de Salinópolis tem contribuído com a formação profissional e humana nessa porção do espaço paraense, atendendo não apenas à demanda local, mas também de municípios do entorno, como, por exemplo, São João de Pirabas.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                      |
| <p>Soure</p> | <p>Diferentemente de Breves, que se localiza no chamado Marajó ocidental, Soure está situado na costa oriental dessa Ilha e se apresenta como um espaço de referência nesta porção do arquipélago marajoara, com relativa importância econômica e política na sub-região. Em termos populacionais, dados recentes do IBGE (2024) dão conta que Soure possui 24.204 habitantes, dos quais 22.543 estão vivendo na área urbana. Nessa realidade, a história do ensino superior e, particularmente, da UFPA remontam à parceria firmada com os CRUTACs, nos anos 1970, para a realização de cursos de extensão no município de Ponta de Pedras, os quais duraram até meados da década de 1980 (Cunha, 2004). Entretanto, considerando-se algumas questões políticas e o fato de as iniciativas pioneiras de interiorização da UFPA terem elegido Soure como um de seus Núcleos de Educação na mesma época, atuando com certa centralidade na sub-região de furos e campos do Marajó (UFPA, [1981?]), foi na cidade de Soure que a UFPA empreendeu a instalação do primeiro <i>Campus</i> Universitário do Marajó, no bojo do projeto de interiorização dessa universidade (UFPA, 1986), tendo em vista a sua condição de maior núcleo urbano da sub-região nesse período (Cunha, 2004; Sousa, 2011). No fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, o <i>Campus</i> de Soure atuou com a oferta de licenciaturas intervalares (Letras – Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática e Pedagogia), tal como instituído pelo projeto interiorização (UFPA, 1986), mas foi somente a partir dos anos 2000 que conheceu a instalação de cursos de graduação regulares, um relacionado à formação de professores de língua inglesa, em 2004, e outro, também de licenciatura, voltado à preocupação com o potencial dos recursos naturais e biológicos da região, em 2006, sendo essas, ainda hoje, as ofertas de graduação do <i>Campus</i> e a partir das quais polariza municípios do entorno, como, por exemplo, Salvaterra (UFPA, 2017c). Acrescenta-se ainda que Soure também contou/conta com a parceria de outros <i>campi</i> da UFPA quanto à realização de cursos não ofertados nesse município marajoara, a exemplo das licenciaturas em Ciências Biológicas e em História, pelo <i>campus</i> de Bragança, e da Licenciatura em Etnodiversidade, pelo <i>campus</i> de Altamira (SIGAA UFPA, 2024), em uma clara manifestação de solidariedade orgânica entre os <i>campi</i> universitários da</p> | <p>Ciências Biológicas (Lic.)<br/>Letras – Língua Inglesa (Lic.)</p> |

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                        |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|         | UFPA, especialmente pelo perfil dos cursos. Vale dizer que, em face da baixa oferta no <i>Campus</i> de Soure, o <i>Campus</i> de Breves acabou adquirindo relativa proeminência no Marajó (Paes, 2021), o que evidencia, em alguma medida, um enfraquecimento dessa unidade da UFPA em Soure.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                        |
| Tucuruí | A realidade socioespacial onde o município de Tucuruí – o qual possui 91.306 munícipes, com 93% deles (85.560) na área urbana (IBGE, 2024) – está inserido é fortemente marcada pelos impactos socioambientais e territoriais provocados pela instalação de um grande projeto de geração de energia, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Trindade Júnior; Rocha, 2002; Novaes; Acevedo Marin, 2015); “grande objeto” esse construído no último quartel do século XX, a montante do Rio Tocantins, para atender, principalmente, aos interesses produtivos de grandes multinacionais mineradoras localizadas no estado do Pará. A presença institucional do ensino superior em Tucuruí, por sua vez, é recente. Isso porque, considerando-se a regionalização da primeira iniciativa de interiorização da UFPA na década de 1970 e início dos anos 1980, Tucuruí não aparece nas sub-regiões de atuação de alguns dos municípios-sede que lhes são próximos, como Marabá (sudeste paraense, região à qual Tucuruí pertence) e, em certa medida, Abaetetuba (Baixo Tocantins) (UFPA, [1981?]). Dessa maneira, mediante um acordo firmado entre a UFPA, a Eletrobrás/Eletronorte e o governo municipal em 2005, Tucuruí passa a contar com uma estrutura da Universidade Federal do Pará sob a forma de Núcleo Universitário, amparada, inicialmente, na oferta dos bacharelados em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica (UFPA, 2022d), muito em função das demandas ensejadas pela referida usina hidrelétrica no lugar. Em 2007, o núcleo é transformado em Faculdade de Engenharia de Tucuruí e, dois anos depois, em face da política de expansão e interiorização da UFPA propiciada pelo Reuni, a faculdade é elevada à condição de <i>Campus</i> Universitário dessa instituição, consolidando o seu perfil como uma unidade da UFPA pautada, mormente, na oferta de graduações na área da Engenharia; oferta essa ampliada em 2013 com a criação dos cursos de Engenharia Sanitária e Ambiental e de Engenharia da Computação. Com base nessa estrutura, o <i>Campus</i> Universitário de Tucuruí polariza municípios como Goianésia do Pará, Nova Ipixuna e Rondon do Pará (este com um <i>campus</i> da UNIFESSPA) e atende às demandas de outros <i>campi</i> da universidade (Cametá, por exemplo) por formação superior na área das engenharias, da mesma forma que muitos desses <i>campi</i> (Castanhal, Cametá, Bragança, Ananindeua, Altamira, Abaetetuba e, mesmo, Belém) também acolhem os fluxos de estudantes de Tucuruí que pretendem ingressar em cursos de licenciatura e em outros bacharelados não ofertados regularmente em sua realidade local (SIGAA UFPA, 2024), firmando verdadeiras relações horizontais (Santos, 2012a) na região. | Engenharia Civil (Bach.)<br>Engenharia da Computação (Bach.)<br>Engenharia Elétrica (Bach.)<br>Engenharia Mecânica (Bach.)<br>Engenharia Sanitária e Ambiental (Bach.) |

\* Os cursos ofertados no *Campus* de Capanema são realizados, principalmente, pelo *Campus* de Bragança, conforme contato estabelecido com a secretaria daquele *campus* (Marques, 2024).

Elaborado pelo autor, em 2024, com base em Araújo, R. (2011), Morhy (2003), Cardoso (2018), Carvalho, Conceição e Amaral (2019), Coelho (2008), Cornélio e Amaral (2023), Costa e Hazeu (2024), Cunha (2004), Freitas (2005), IBGE (2024), Miranda (2009), Melo e Amaral (2024), Paes (2021), Penteadó (1967), Santos (2012a), Santos Júnior (2006), Sousa (2011), Trindade Júnior (2009, 2015c, 2021b, 2023), UFPA ([1981?], [2018?], 1986, 2009, 2017a, 2017b, 2017c, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d, 2024b, 2024c, 2024d, 2024e) e SIGAA UFPA (2024).

O Quadro 6 revela a importância da interiorização da UFPA no que se refere à formação de professores no espaço paraense, cujas unidades universitárias estão situadas nas cidades dos municípios que sediam os *campi*. Isso porque, dada a alta quantidade de professores que trabalhavam na educação básica sem a devida habilitação/formação superior para atuar no magistério, a oferta de cursos de licenciatura possibilitou a muitos docentes daquele nível de ensino a obtenção de formação superior em suas respectivas áreas de atuação (Oliveira, 2006), promovendo, com efeito, uma importante mudança nesse panorama educacional do estado do Pará (Morhy, 2007). Trata-se, inegavelmente, de uma forte contribuição dessa universidade ao fortalecimento de solidariedades socioespaciais organicamente (Santos, 2003, 2012a) gestadas na região.

A oferta de formações superiores do tipo bacharelado também foi pouco a pouco sendo consolidada no espaço paraense mediante a expansão e a interiorização da UFPA. Nesse sentido, como o próprio território enseja demandas educacionais de formação superior das pessoas nos lugares (Santos; Silveira, 2000), tem-se a criação de determinados cursos de graduação em função das necessidades sociais (Mendes, 1981) e territoriais ora impostas, mas também em sintonia com o papel econômico, político, cultural, social etc. que tal ou qual lugar desempenha na divisão do trabalho, potencializando, em curto, médio e longo prazos, a própria incorporação de conhecimentos ao território.

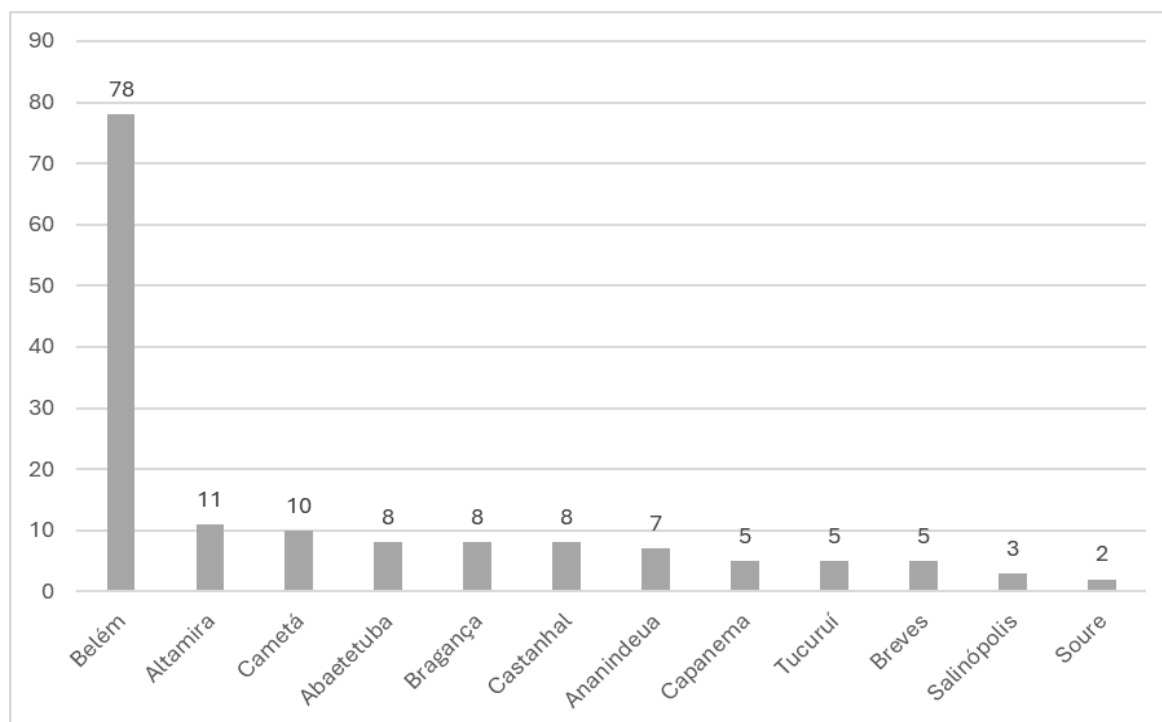
A criação dos cursos de licenciatura e de bacharelado pela UFPA no estado do Pará sustenta esse argumento de Santos e Silveira (2000), pois tanto a oferta dos cursos de licenciatura, já comentados, quanto a abertura de determinados cursos de bacharelado em certas sub-regiões paraenses – resultando, atualmente, em 150 cursos regulares de graduação disponibilizados no estado do Pará (Gráfico 10) – respondem às demandas sugeridas pelo próprio território por educação superior.

Se a tese de Santos e Silveira (2000) não é verdadeira, o que pensar, então, da criação dos cursos de Agronomia, em Altamira, de Medicina Veterinária, em Castanhal, de Engenharia (em vários subcampos), em Tucuruí, ou, mais recentemente, de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo, em Salinópolis? Ou, ainda, da oferta do Bacharelado em Serviço Social no município de Breves, em uma região com graves problemas sociais, e mesmo da Licenciatura em



Ciências Biológicas, em Bragança, em uma sub-região com forte relação com a dinâmica costeira e com os ecossistemas marinhos?

Gráfico 10 – UFPA: cursos por *campi* no espaço paraense



Fonte: elaborado pelo autor, em 2025, com base em SIGAA UFPA (2024) e UFPA (2023).

Nesse sentido, ainda que seja algo próprio do papel da universidade e, mesmo, do ensino superior, face a garantia e a democratização da oferta de ensino superior de qualidade e a formação de diplomados nas diferentes áreas do conhecimento (Brasil, 1996), cumpre chamar a atenção para a existência daqueles cursos que, em alguma medida, mostram-se comprometidos com a potencialização das lógicas econômicas que, histórica e contemporaneamente, têm contribuído com a exploração e a destruição da floresta, dos rios, enfim, da região amazônica. A título de exemplo, o caso do curso de Medicina Veterinária, em Castanhal, entre outros, parece elucidativo do que aqui queremos sustentar.

Há décadas, a agropecuária tem se destacado muito fortemente na sub-região do nordeste paraense, dadas as lógicas econômicas ligadas à criação de pastos para a promoção da atividade produtiva de gado de corte nessa realidade. Compreendendo essa como uma demanda imposta pela região e seguindo a lógica do dito desenvolvimento regional, tem-se que a Universidade Federal do Pará cria, em 2001, o curso de Bacharelado em Medicina Veterinária em Castanhal, principal

cidade da sub-região, como uma maneira de garantir formação superior de qualidade às populações que pretendem atuar diretamente com a saúde animal e, também, em atividades econômicas como a agropecuária, tendo em vista o perfil que possuem (Morhy, 2003).

Com isso, não se quer dizer, entretanto, que um curso como esse dará subsídios para os alunos e futuros profissionais atuarem apenas no que diz respeito ao fortalecimento dessa atividade, mas, conforme indicado em matéria do *Jornal Beira do Rio*, da UFPA:

[...] totalmente afinado com as necessidades regionais, o curso enfatiza a área de grandes animais. “Os alunos formados saberão tratar de animais pequenos, mas estamos querendo formar profissionais para trabalhar com grandes animais de fazendas, principalmente bovinos, bubalinos, equinos, caprinos e ovinos, assim como animais silvestres”, exemplifica Diomedes Barbosa, coordenador da Central de Diagnóstico Veterinário (Cedivet) e um dos idealizadores do curso (Morhy, 2003, p. 7).

A análise da matéria em referência também nos permite mostrar que o curso de Medicina Veterinária, até hoje o único ofertado pela UFPA em todos os seus *campi* (vide quadros 5 e 6), ajudou a consolidar uma espécie de perfil desse *Campus* no espaço paraense. Prova disso, por exemplo, é a estrutura da Central de Biotecnologia e Reprodução Animal (Cebran) – criada nos anos 1980 e vinculada ao antigo Centro Agropecuário da UFPA em Castanhal – utilizada, desde 2001, pelo curso de Medicina Veterinária desse *campus* universitário, consolidando-o como uma referência no desenvolvimento de tecnologias voltadas à reprodução animal. Nessa perspectiva, um dos idealizadores do curso acrescenta: “[...] ‘Nosso curso tem um grande potencial, mas precisamos dessas parcerias não só para que os alunos tenham acesso às fazendas, mas também para que essas pessoas venham ajudar na formação do curso’ [...]” (Morhy, 2003, p. 7).

Percebe-se, nesse sentido, que embora o curso de Medicina Veterinária estabeleça preocupações em trazer soluções para os problemas de saúde animal enfrentados nas pequenas e médias propriedades de terras da região, em particular do nordeste paraense, onde o *Campus* de Castanhal está inserido, é à pecuária de gado de corte (Morhy, 2003), realizada principalmente nas grandes fazendas – verdadeiros “grandes objetos” (Santos, 1995) – dessa sub-região, que o curso parece centralizar o essencial de suas ações formativas em torno da “problemática agropecuária da Amazônia” (IMV, 2020).

Assim, trata-se de uma graduação que, em certa medida, pode reforçar a consolidação de atividades com forte relação com um ordenamento econômico-corporativo do território na Amazônia paraense, como a pecuária, historicamente realizada por grandes agentes econômicos (grandes empresas, fazendeiros etc.), os quais, em suas ações hierarquicamente definidas, contribuem com a devastação regional e fortalecem lógicas fundamentadas não em uma solidariedade orgânica, mas em uma solidariedade organizacional (Santos, 2012a), fortemente orientada pelos ditames dos agentes e atividades econômicos hegemônicos do capitalismo na Amazônia, tal o exemplo dessa realidade sub-regional do espaço paraense.

Todavia, ainda que esse curso defina certo perfil ao referido *Campus*, a ele, evidentemente, a caracterização desse fixo social público (Santos, 2014a) não pode ser totalmente reduzida, nisso adquirindo destaque, *exempli gratia*, as licenciaturas em Educação Física, Letras e Pedagogia, cujas ações, em outra perspectiva, desempenham um papel fundamental de formação superior e fortalecimento da educação básica nessa realidade sub-regional, a partir desse objeto; situação essa que, também na perspectiva do ensino de graduação, revela-se diferente em se tratando do *Campus* de Tucuruí dessa instituição, o qual, como destacado no Quadro 6, fora estruturado inteiramente em função das engenharias, desde a sua criação.

A análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Engenharia Mecânica, realizado no *Campus* de Tucuruí, demonstra que a concepção desse e dos demais cursos de engenharia (Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Sanitária e Ambiental e Engenharia de Computação) no município contribuiu de maneira direta “para suprir a necessidade de mão de obra para atender a demanda de diversas empresas da região, das quais destacam-se: Eletrobrás/Eletronorte, Rede Celpa, Vale, Alunorte, Albrás, etc.” (UFPA, 2010, p. 6); empresas essas que, conforme mencionamos nesta tese, têm atuado historicamente na exploração dos recursos regionais, a exemplo da Eletrobrás/Eletronorte, com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, um “grande objeto” (Santos, 1995) que desestruturou e ainda impacta a vida de milhares de pessoas (Novaes; Acevedo Marin, 2015; Lima, 2020; Pereira, 2023) por conta de sua instalação na região.

Por um lado, a existência desses cursos tem possibilitado a formação de recursos humanos na própria região; profissionais esses que, uma vez diplomados, poderão ocupar cargos nessas empresas e que, outrora, eram ocupados sobretudo

por pessoas oriundas de outras regiões do país. A despeito disso, e valorizando a existência de cursos de graduação da Universidade Federal do Pará pautados em outras perspectivas, que não a das grandes atividades econômicas, comumente nocivas e predatórias à região, cabe destacar a realização de ofertas definidas e estruturadas a partir de outras lógicas, como, por exemplo, as graduações em Educação do Campo, nos *campi* de Abaetetuba, Altamira e Cametá, em Serviço Social, no *Campus* de Breves, e em Etnodesenvolvimento, também no *Campus* de Altamira (Quadro 6).

Problematizando essa última graduação, por sua vez, tem-se que ela fora criada oficialmente em 2009, na UFPA Altamira, enquanto uma das ações de política afirmativa, na modalidade de curso diferenciado, destinadas à inclusão de estudantes oriundos de povos e comunidades tradicionais. Assim, integrando a Faculdade de Etnodiversidade (FACETNO), junto com o curso de Licenciatura em Educação do Campo, as graduações em Etnodesenvolvimento (bacharelado e licenciatura) estão fundamentadas na Pedagogia da Alternância, uma metodologia de ensino que conjuga, alternando, períodos de aulas com períodos de práticas em campo (FACETNO, 2018).

Dessa maneira, o curso de Etnodesenvolvimento, em particular, destaca-se pela inclusão de estudantes indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais no ensino superior e surge em razão da demanda do movimento indígena da região do Xingu, o qual, em diálogo com o *Campus* de Altamira, reivindicava a criação de cursos específicos voltados aos povos indígenas e que potencializassem suas lutas políticas na Amazônia (Parente, 2018); aspecto que, por si só, já revela a diferença e a particularidade da criação e da oferta de cursos como esse pela UFPA na Amazônia paraense.

Em vista disso, a análise do conteúdo do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aponta que os objetivos dessa graduação regular da Universidade Federal do Pará estão estritamente voltados à formação de agentes de etnodesenvolvimento e/ou etnoeducadores, os quais, uma vez diplomados, possam atender às necessidades dos povos e comunidades tradicionais da região e, assim, intervir socialmente em suas realidades a partir da relação estabelecida entre as diferentes formas de conhecimento, notadamente entre o saber tradicional e o saber científico (UFPA, [2016?]).

Nesse sentido, sendo ofertado regularmente apenas no *Campus* de Altamira, ainda que ofertas intervalares também sejam realizadas em outros municípios paraenses, como, por exemplo, em Soure, na sub-região do Marajó, e em São Caetano de Odivelas, na microrregião do salgado paraense, no nordeste do Pará, esse curso tem o seu nascimento pautado na proposta intercultural e, hoje, reúne vários discentes que vão ao encontro da conformação de uma diversidade étnica, a qual, evidentemente, faz jus ao propósito da interculturalidade tida como uma prática e um atributo inerentes à própria concepção do curso (UFPA, [2016?]).

Destarte, tendo a sua primeira turma sido iniciada em 2010, o curso de Etnodesenvolvimento já abriu, bianualmente, sete turmas (2010, 2013, 2015, 2016, 2017, 2019 e 2022), sendo que a de 2016 foi realizada de modo flexibilizado no *Campus* de Soure, no Marajó, o que demonstra certa solidariedade orgânica (Santos, 2003, 2012a) na perspectiva da oferta de um curso tão importante para os povos indígenas, quilombolas e de várias outras comunidades tradicionais da Amazônia. Nessa perspectiva, a demonstrar a diversidade étnica à qual o curso de Etnodesenvolvimento encontra-se envolvido, destaca-se que povos de diferentes origens sociais, étnicas e espaciais foram/são discentes dessa graduação, sendo eles:

[...] quilombolas, extrativistas, pescadores e ribeirinhos da Ilha do Marajó; indígenas (etnias Araweté, Kuruaya, Juruna, Xipaya, Assurini, Munduruku e Bakairi), agricultores e pescadores da região Transamazônica, Xingu e do Estado do Mato Grosso; pescadores da região do Salgado Paraense; extrativistas da região Tocantina; agricultores de Igarapé-açu; quilombolas e extrativistas de Baião e Barcarena (FACETNO, 2018).

Salienta-se que, no âmbito do curso de Etnodesenvolvimento, os discentes têm a possibilidade de, mediante a alternância pedagógica, desfrutar de dois tempos, quais sejam: o Tempo Universidade, quando, por dois meses, nos períodos de janeiro e fevereiro, e julho e agosto, os alunos assistem às aulas notadamente no *campus* universitário e promovem a troca de saberes entre os demais colegas; e o Tempo Comunidade, momento em que os estudantes podem estabelecer vivências e dialogar com os seus povos e comunidades, diretamente em seus lugares de vida, algo que, por certo, fomenta laços organicamente solidários (Santos, 2003, 2012a) entre diferentes povos, de distintas origens étnicas, fora e dentro de seus próprios territórios.

Deve-se destacar, também, a ida de professores aos territórios desses alunos, seja para a realização de pesquisas, seja para o acompanhamento de atividades de ensino, seja para levar alunos para estágio; deslocamentos esses que, tanto para quem vai, quanto para quem vem, revelam as viscosidades de uma sub-região onde o tempo lento, conforme Santos (2013a), ainda se faz bastante presente, o que pode ser notabilizado, por exemplo, pelas longas horas – 10, 12 ou mais – de viagem de barco, rio acima, rio abaixo, até os territórios onde aquelas atividades serão realizadas.<sup>97</sup> A compreensão dessa particularidade regional por parte do curso de Etnodesenvolvimento e a operacionalização dos tempos Universidade e Comunidade acabam sendo muito importantes para que os alunos consigam dar sequência ao seu curso superior.

Vale lembrar que o curso em comento também surge no contexto de construção de um “grande objeto” (Santos, 1995), a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu; obra essa que, segundo Domingues (2017), impactou direta e fortemente os hábitos e as crenças de nove etnias que vivem na região do Médio Xingu. Tais dimensões, segundo o autor, são metafísicas e, por isso, difíceis de serem mensuradas e consideradas nos estudos e relatórios de impactos realizados pela empresa responsável pela edificação dessa barragem. Dada a quebra desse *ethos* dos indígenas impactados pela usina, houve, como consequência, a ocorrência de graves problemas de saúde nesses povos, tendo em vista a mudança de hábitos alimentares, o uso excessivo de álcool e outras drogas, além de suicídios e homicídios.

Nesse particular, portanto, a criação de um curso como o de Etnodesenvolvimento, com o objetivo e as características formativas que possui, revela-se de grande importância para as populações indígenas, mas também quilombolas, ribeirinhas e outras comunidades tradicionais dessa sub-região paraense. Isso porque, a existência dessa graduação decorre das demandas sociais e cidadãos desses povos e, conforme destaca DO-UFPA, oferece possibilidades muito concretas aos seus estudantes no que se refere à compreensão das violências e opressões praticadas contra si, bem como à “garantia de direitos para

---

<sup>97</sup>Informação concedida por DO-UFPA, docente da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada no dia em 8 de outubro de 2024.

os seus coletivos, da emancipação social desses coletivos”<sup>98</sup>, fortalecendo suas lutas e seus territórios.

Assim, trata-se de um curso que nasce da interiorização da UFPA no espaço paraense, em uma região marcada por conflitos socioambientais e pelo avanço do capital, e que tem contribuído bastante com o fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais por ele envolvidos, pois, considerando-se as primeiras turmas formadas:

[...] as comunidades fortaleceram suas organizações e as lutas de seus grupos de pertença; estão atuando na docência e gestão das escolas indígenas, quilombolas e do campo, assim como na gestão de órgãos governamentais e não governamentais de educação escolar indígena, educação do campo e de defesa dos direitos humanos; criaram disciplinas específicas nos currículos da Educação Básica de seus municípios, como a de Educação Quilombola, em Salvaterra [PA]; acessaram programas de pós-graduação, além da inserção da área do curso em concursos públicos (Parente, 2018).

Sem dúvidas, isso concerne a processos que, a partir do curso em questão, e não sem desafios (dada a escassez de recursos, a falta de estruturas adequadas para viabilizar a permanência dos estudantes etc.), têm um enorme potencial de fortalecimento de lógicas locais e regionais, fundamentadas pelos ideais de luta, resistência e solidariedade pautados na diversidade e na coexistência de muitas populações da região, duramente violentadas pela lógica perversa dos “grandes objetos” e todo o ordenamento territorial econômico-corporativo que os envolve. Assim sendo, o ingresso e, principalmente, a permanência desses discentes no curso de Etnodesenvolvimento, decerto, contribuem com a produção de uma verdadeira ação transformadora (Santos, 1992b, 2013a) tanto na universidade quanto nas suas próprias realidades, a partir de seus próprios territórios.

Todas essas ofertas de graduação supracitadas a título de exemplo respondem diretamente às demandas e/ou ao perfil que esses lugares sugerem em suas respectivas realidades sub-regionais, o que, em certa medida, revela um tal alinhamento da Universidade, em sua interiorização, com a relação biunívoca estabelecida entre educação (superior, neste caso) e território, como aludem Santos e Silveira (2000).

---

<sup>98</sup>Informação concedida por DO-UFPA, docente da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada no dia em 8 de outubro de 2024.

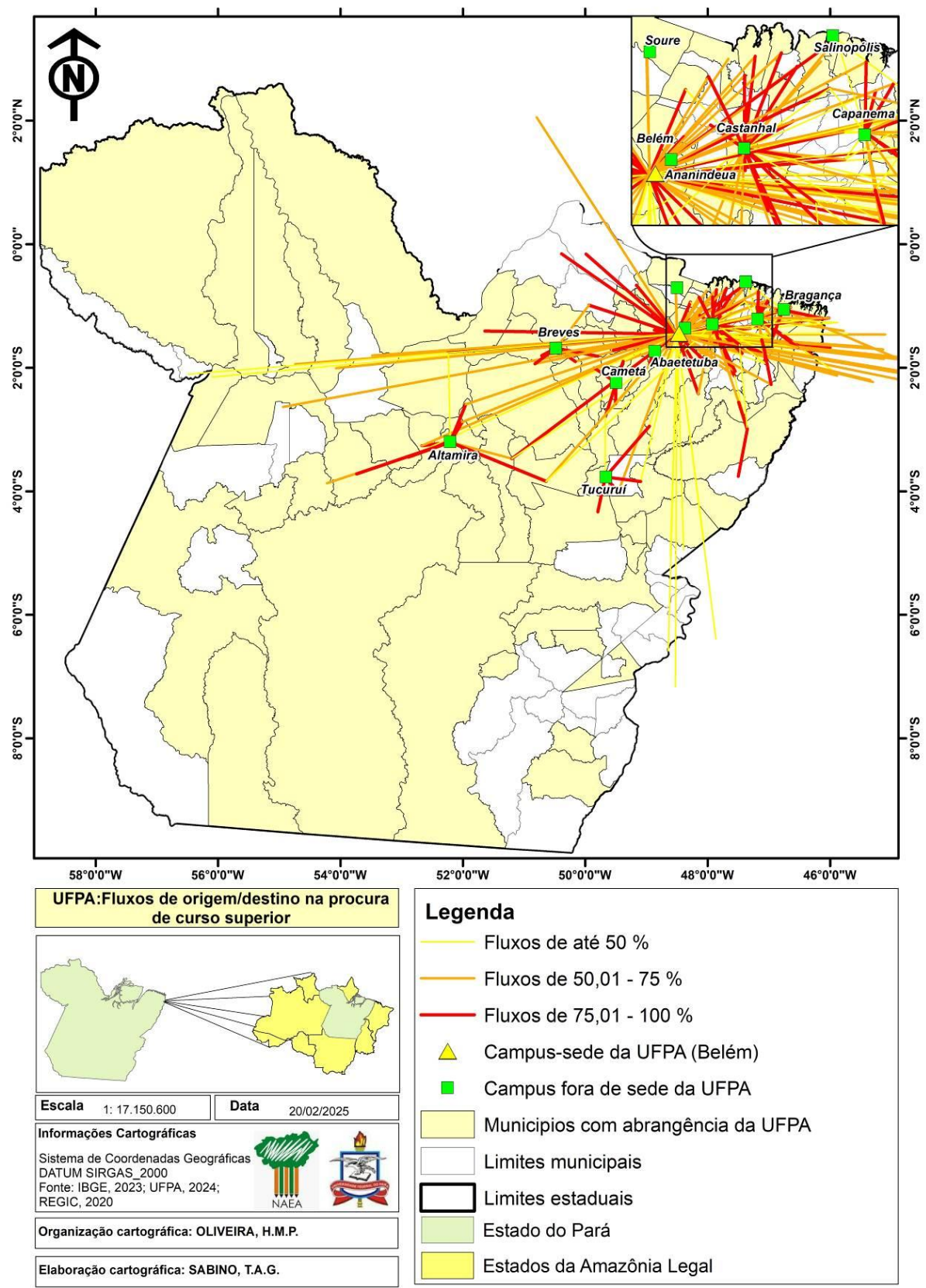
Adverte-se, ainda, que, por meio desses cursos, a instituição acaba contribuindo para a configuração de certa centralidade às cidades dos municípios que abrigam seus *campi* universitários, tendo em vista as relações que são produzidas na sub-região a partir da oferta/distribuição desse importante direito social que é a educação superior pública. O Mapa 3 demonstra, com base nos anuários estatísticos da UFPA (2023), no SIGAA UFPA (2024) e, de certa forma, na *Regiões de Influência das Cidades (REGIC)* (IBGE, 2020)<sup>99</sup>, uma cartografia da centralidade conferida aos municípios e, especialmente, às cidades que abrigam *campus* da Universidade Federal do Pará nesta porção da Amazônia, sobretudo no que diz respeito à oferta/realização de cursos regulares de graduação.

---

<sup>99</sup>Destaca-se, em alguma medida, a consideração dos fluxos ligados ao ensino superior identificados na *Regiões de Influências das Cidades (REGIC)*, realizada em 2018 pelo IBGE e publicada em 2020, de modo a atualizar o quadro de referência da rede urbana brasileira e verificar o estabelecimento de hierarquias urbanas, bem como o vínculo entre as diferentes cidades (em tamanho e perfil) do território brasileiro (IBGE, 2020). A variável “ensino superior” – uma das sete que são consideradas na REGIC – coloca-se como um importante elemento para a interpretação da centralidade socioterritorial que certas cidades possuem em suas respectivas sub-regiões de influência, como, neste caso, os fluxos por formação superior das cidades de menor centralidade (origem) para as cidades de maior centralidade (destino) na rede urbana.



Mapa 3 – UFPA: *campi* que ofertam cursos regulares de graduação e fluxos de formação superior



O Mapa 3 revela a distribuição geográfica da Universidade Federal do Pará no espaço paraense, especialmente a partir das cidades que abrigam *campi* universitários dessa instituição. Assim, percebe-se que os fluxos ligados à educação superior nessa porção da Amazônia acabam reforçando novas centralidades urbanas nessas cidades, isto é, centralidades de caráter principalmente socioterritorial (Trindade Júnior, 2018), tendo em vista a oferta de cursos regulares de graduação que atendem às demandas de populações do entorno.

Belém, por sua condição metropolitana e pela própria expressão do *campus*-sede da UFPA, historicamente construída na Amazônia, acaba tendo grande influência no espaço paraense a partir da oferta de cursos regulares de graduação; influência essa que, aliás, como se pode perceber (Mapa 3), extrapola para aqueles municípios que não possuem *campi* da instituição e cujas populações a ela se dirigem para viabilizar tal ou qual formação superior, bem como para fora do estado do Pará. Outras cidades de diferentes perfis, mas que exercem um notável papel de intermediação nas sub-regiões onde se inserem, também revelam essa centralidade socioterritorial a partir dos expressivos fluxos ligados aos cursos regulares de graduação da UFPA no estado, como, por exemplo, Castanhal (nordeste paraense), Breves (Marajó), Altamira (sudoeste paraense), Cametá (Baixo Tocantins) e Tucuruí (sudeste paraense).

Observando a realidade do nordeste do Pará, em particular, verifica-se a centralidade socioterritorial exercida por Castanhal, Bragança e Capanema na sub-região, não obstante o fato de, considerando a atuação somente da UFPA, as ofertas de graduação regular ocorridas no *Campus* de Capanema serem realizadas principalmente em parceria com os *campi* de Bragança e Castanhal. Nesse contexto, a expressividade de Bragança, notadamente em relação à UFPA, tem sido um elemento determinante para um certo planejamento da expansão do ensino superior público no Pará, com a ideia de criação da Universidade Federal do Nordeste Paraense, com sede nessa cidade (e não em Castanhal, dada a sua relativa proximidade a Belém); situação essa também verificada em relação a Altamira, Breves e Cametá, apontadas possivelmente como as futuras sedes das universidades federais do Xingu, do Marajó e da Amazônia Tocantina, nessa ordem.

Nota-se, portanto, que os fluxos ligados ao ensino superior, dinamizados sobretudo por conta do processo de interiorização constituído pela Universidade Federal do Pará, têm sido determinantes à consolidação de centralidades pautadas

no atendimento de demandas cidadãs sub-regionais por esse nível de formação, isto é, de centralidades socioterritoriais (Trindade Júnior, 2018) a partir da própria condição urbana de determinadas cidades do espaço paraense; algo que, certamente, tal como ventilado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2016-2025) da UFPA (UFPA, 2016a), pode implicar na expansão do ensino superior na região e contribuir com a criação de quatro novas universidades federais nesse estado, as quais tendem, decerto, a constituir seus respectivos *campi* fora de sede e potencializar a interiorização do ensino superior na Amazônia paraense.

Lançando luzes sobre outros aspectos igualmente importantes da interiorização da Universidade Federal do Pará, nota-se que, atualmente, a quantidade da oferta de cursos de bacharelado (54 cursos) se mostra superior à de cursos de licenciatura (22 cursos) na UFPA, especialmente na capital, além de dois tecnólogos. Já no interior, observa-se o contrário: os cursos de licenciatura são numericamente mais expressivos do que em Belém (Tabela 24).

Tabela 24 – UFPA: quantitativo de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, por *campi*

| <b>Campus</b> | <b>Cursos regulares de graduação</b> |                     |                  | <b>Total</b> |
|---------------|--------------------------------------|---------------------|------------------|--------------|
|               | <i>Bacharelado</i>                   | <i>Licenciatura</i> | <i>Tecnólogo</i> |              |
| Belém         | 54                                   | 22                  | 2                | 78           |
| Abaetetuba    | 1                                    | 6                   | 1                | 8            |
| Altamira      | 4                                    | 7                   | 0                | 11           |
| Ananindeua    | 2                                    | 4                   | 1                | 7            |
| Bragança      | 1                                    | 7                   | 0                | 8            |
| Breves        | 1                                    | 4                   | 0                | 5            |
| Cametá        | 2                                    | 8                   | 0                | 10           |
| Capanema      | 0                                    | 5                   | 0                | 5*           |
| Castanhal     | 3                                    | 5                   | 0                | 8            |
| Salinópolis   | 1                                    | 2                   | 0                | 3            |
| Soure         | 0                                    | 2                   | 0                | 2            |
| Tucuruí       | 5                                    | 0                   | 0                | 5            |
| <b>UFPA</b>   | <b>74</b>                            | <b>72</b>           | <b>4</b>         | <b>150</b>   |

\* Ofertas realizadas, principalmente, pelo *Campus* de Bragança.

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFPA (2023).

Isso, de tal forma, demonstra certa manutenção da histórica preocupação social da UFPA em promover a formação de professores nos municípios situados no interior do Pará onde a universidade tem atuação, seja por meio de *campi*, seja por meio de seus polos. Por outro lado, também revela a baixa diversificação dos cursos em termos de grau acadêmico (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) e, com efeito, a necessidade de ampliação de investimentos voltados à instalação de cursos de bacharelado ou tecnólogo que vão ao encontro das demandas locais e sub-regionais

ligadas a esses *campi* fora de sede. Além disso, adverte-se que esse cenário pode estar provocando o deslocamento de muitos estudantes do interior em direção a Belém para realizar um curso de graduação (vide a espessura dos fluxos para a capital no Mapa 3) e, talvez, contribuindo com o estabelecimento de muitos desafios nesse processo.

De todo modo, a falta de certas graduações em tal ou qual *campus* da instituição acaba sendo atendida por meio de parceria firmada com outro *campus* da mesma sub-região ou de sub-regiões diferentes, como, por exemplo, Bragança e Castanhal para com Capanema (ambas no nordeste paraense), Cametá para com Abaetetuba (ambas no Baixo Tocantins), Cametá (Baixo Tocantins) para com Tucuruí (sudeste paraense) ou, ainda, Altamira (sudoeste paraense) para com Soure (Marajó), a revelar, ainda assim, o estabelecimento de importante solidariedade orgânica (Santos, 2003, 2012a) entre os *campi* da instituição no estado do Pará.

Nesse sentido, mesmo com a relativa difusão dos bacharelados para além do campus-sede, algo engendrado sobretudo no fim do século XX com o II Projeto Norte de Interiorização (II Projeto [...], [1993]; Freitas, 2005), a atual estrutura de cursos de graduação – mediante a qual a interiorização da Universidade Federal do Pará adquire materialidade – ainda parece estar bastante pautada na formação de docentes e na superação das históricas assimetrias ligadas à educação básica no espaço paraense, o que indica um forte apelo cidadão nas ações da universidade em comento.

Nessa perspectiva, alguns programas/iniciativas recentes têm corroborado o esforço de interiorização da universidade. A título de exemplo, pode-se destacar o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e o Forma Pará. O primeiro, criado em 2009, consiste em uma ação do governo federal, por meio da CAPES<sup>100</sup>, que oferece contribuições voltadas à adequação da formação inicial dos professores que já atuam na rede pública mediante a oferta de

---

<sup>100</sup>A participação das instituições de ensino superior no PARFOR ocorre por intermédio de Edital com vistas à seleção das propostas de cursos de licenciatura voltados ao atendimento de docentes que já estão em exercício na educação básica. Assim, a CAPES realiza o fomento à implantação de turmas especiais pelas instituições selecionadas em cursos de primeira graduação (para professores que atuam na rede pública e não têm formação superior), segunda graduação (para professores que atuam na rede pública e têm graduação em área diferente da área em que atua na sala de aula) e formação pedagógica (para professores que atuam na rede pública e têm formação superior, mas sem habilitação em licenciatura) (PARFOR, 2023).

curso de licenciatura correlatos às suas respectivas áreas de atuação. Dessa maneira, com o intuito de responder às demandas dos próprios lugares, a UFPA desempenha um papel muito importante na formação de professores no interior, reforçando a educação básica em muitos municípios do espaço paraense. Em 2022, 263 cursos de graduação foram ofertados no contexto do PARFOR, sendo 14 na capital e 249 no interior, o que revela a importância dessa iniciativa na difusão do ensino superior público por meio da UFPA (PARFOR, 2023).

Outra iniciativa que possui relevância na tarefa de interiorizar a formação superior na Amazônia paraense é o Forma Pará, o qual, criado em 2021, é fruto de uma ação do governo estadual que, em parceria com as instituições públicas de ensino superior, as prefeituras e as associações municipais, visa expandir e interiorizar a oferta de vagas dos cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico) nos municípios do estado, a fim de contribuir com o desenvolvimento social e econômico de suas sub-regiões (Pará, 2023). Mediante esse esforço, por exemplo, a UFPA ofertou 327 vagas em 2022/2023, especialmente nos municípios de Novo Repartimento, Cametá, Barcarena, Rondon do Pará, Nova Ipixuna do Pará, Ponta de Pedras e Salinópolis (UFPA, 2023).

Ambas as iniciativas, citadas a título de exemplo, são ações recentes que ajudam a promover a oferta de ensino superior pela UFPA (mas também por outras instituições públicas de ensino superior) no espaço paraense. Contudo, deve-se destacar, evidentemente, as formas de ingresso recorrentemente adotadas por essa universidade, as quais ocorrem através de processos seletivos pautados em ofertas anuais. O Quadro 7 sistematiza o perfil de cada um dos processos seletivos que a Universidade Federal do Pará possui atualmente.

Quadro 7 – UFPA: processos seletivos que possui na atualidade e seus respectivos perfis

| Processo Seletivo      | Perfil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo Seletivo (PS) | O PS é o principal processo seletivo da UFPA e oferta, anualmente, mais de 7 mil vagas para cursos de graduação presenciais em todos os <i>campi</i> da universidade. Em sua execução, esse processo também adota a reserva de vagas para estudantes egressas(os) de escolas públicas, com cotas específicas também para estudantes de baixa renda, negras(os), indígenas e com deficiência, sendo que, para este último grupo, a instituição ainda oferta uma vaga adicional em todos os cursos, independentemente do tipo de escola onde estudou o ensino médio. Ademais, o PS ainda prevê a bonificação de 10% na nota do Enem (adotado única referência para a aprovação e classificação das(os) candidatas(os) desde 2014) para estudantes que estudaram todo o ensino médio em escolas da Região Norte. |
| Processo Seletivo      | O PSE I/Q compõe as políticas de ações afirmativas desenvolvidas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

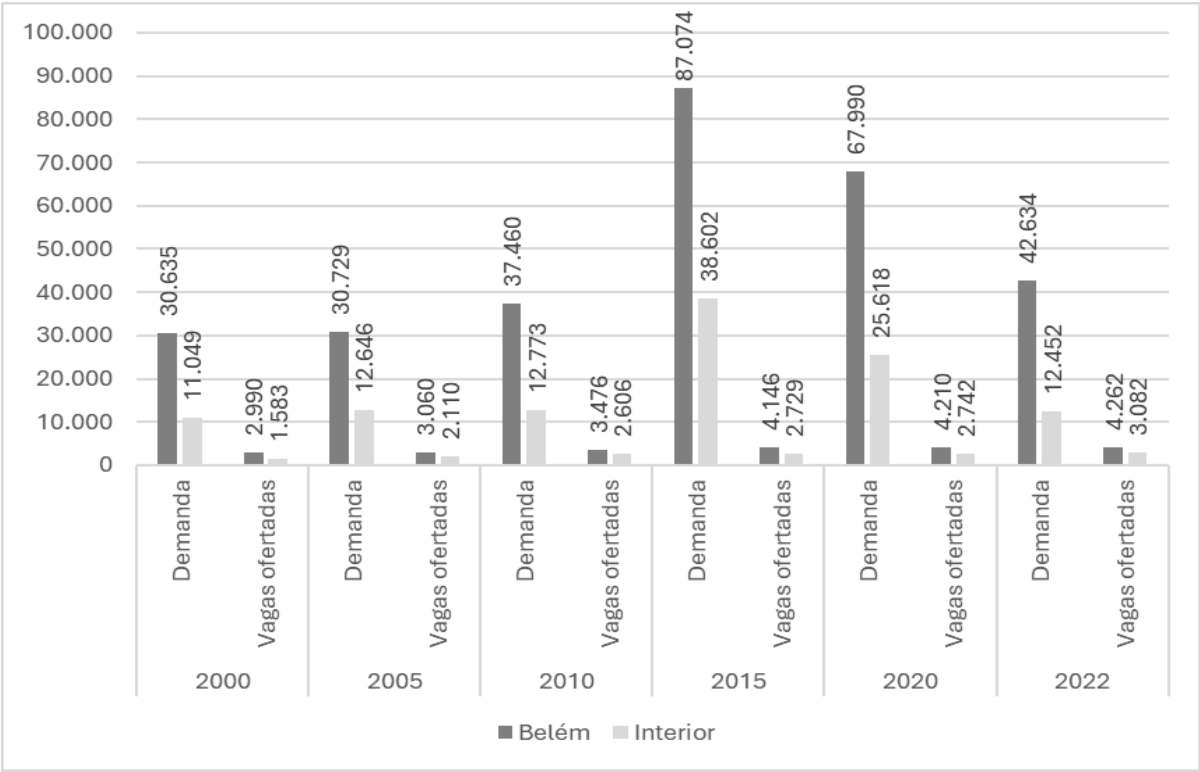
|                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE I/Q)                                                                                 | pela UFPA com vistas à ampliação do acesso de povos e comunidades tradicionais ao ensino superior. A seleção existe desde 2010 para indígenas e desde 2013 para quilombolas e, anualmente – a fim de contemplar candidatas(os) que ainda não tenham sido admitidas(os) em curso superior e que se encontrem em condições de vulnerabilidade socioeconômica –, reserva/oferta duas vagas para indígenas e duas vagas para quilombolas em cada curso de graduação presencial da UFPA. A seleção, por sua vez, consiste em uma prova de redação em Língua Portuguesa e em entrevista, além da comprovação do pertencimento étnico a comunidades indígenas ou quilombolas.                                                                                        |
| Processo Seletivo Especial para Cursos de Educação a Distância (PSE EaD)                                                        | Voltado para o ingresso de estudantes em cursos de graduação na modalidade de educação a distância (EaD), esse PSE é ofertado no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFPA e, desde 2022, adota exclusivamente as notas do Enem como referência para a aprovação e classificação das(os) candidatas(os), obedecendo ao mesmo sistema de reserva de vagas e de bonificação utilizado pelo PS. Nessa perspectiva, o PSE EaD oferta, anualmente, mais de mil vagas.                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Processo Seletivo Especial para o Curso de Educação do Campo (PSE Educação do Campo)                                            | O PSE Educação do Campo é direcionado para o ingresso de estudantes no curso de Licenciatura em Educação do Campo, ofertado pela Faculdade de Etnodiversidade, do <i>Campus</i> Universitário de Altamira da UFPA; curso esse que objetiva atender à demanda por ensino superior das(os) educadoras(es) das escolas do campo que atuam nos anos finais dos ensinos fundamental e médio. Salienta-se que essa oferta faz parte do processo contínuo da instituição para minimizar as desigualdades quali e quantitativas ligadas à oferta da educação básica aos povos do campo, de modo que sua seleção ocorre em duas etapas: a primeira inclui uma prova com questões objetivas e uma redação em Língua Portuguesa; e a segunda consiste em uma entrevista. |
| Processo Seletivo Especial para o Curso de Etnodesenvolvimento (PSE Etnodesenvolvimento)                                        | Semelhante ao PSE Educação do Campo, a particularidade deste processo seletivo reside na oferta de vagas para o curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento, igualmente ofertado pela Faculdade de Etnodiversidade, no <i>Campus</i> Universitário de Altamira da UFPA. Ofertado em regime intensivo, o curso é destinado a estudantes que pertencem a povos indígenas e populações tradicionais, vulneráveis e que não possuem curso superior concluído, em andamento ou iniciado. Também em duas etapas, a seleção do PSE Etnodesenvolvimento envolve análise do pertencimento étnico a comunidades indígenas ou tradicionais e uma redação em Língua Portuguesa (primeira); e uma entrevista (segunda).                                                   |
| Processo Seletivo Especial para Imigrantes, Refugiadas(os), Asiladas(os), Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (PSE Migre) | Este processo seletivo é voltado a imigrantes, refugiadas(os), asiladas(os), apátridas e vítimas de tráfico de pessoas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que tenham sido impossibilitadas(os) de realizar um curso de graduação no país de envio, ou em outro país onde residiu pelo motivo de imigração. As vagas ofertadas são suplementares aos cursos de graduação presenciais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Processo Seletivo para Mobilidade Acadêmica (MOBA)                                                                              | O MOBA é direcionado para o preenchimento de vagas ociosas em cursos presenciais de graduação da UFPA e dispõe de duas modalidades de mobilidade acadêmica: interna, destinada exclusivamente a alunas(os) com vínculo ativo nos cursos de graduação da UFPA; e externa, destinada a candidatas(os) já graduadas(os) ou a alunas(os) de outras Instituições de Ensino Superior que queiram ingressar em cursos da UFPA. A seleção ocorre conforme a disponibilidade de vagas, por meio de prova com questões objetivas relacionadas à grande área do conhecimento à qual pertence o curso escolhido pela(o) candidata(o).                                                                                                                                     |
| Processo Seletivo para Mobilidade Acadêmica                                                                                     | A seleção ensejada pelo MOBAF viabiliza às(aos) estudantes indígenas e quilombolas que ingressaram na UFPA pelo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

|                  |             |                                                                                                                                                                                         |
|------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ações<br>(MOBAF) | Afirmativas | Processo Seletivo Especial (PSE-IQ) a possibilidade de trocar de curso. A seleção ocorre conforme a disponibilidade de vagas e se dá por meio de prova de redação em Língua Portuguesa. |
|------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Elaborado pelo autor, em 2024, com base em UFPA (2024f).

As variadas formas de ingresso disponibilizadas pela Universidade Federal do Pará ao público são de grande importância na promoção do acesso ao ensino superior, especialmente em uma região como a Amazônia e, particularmente, no estado do Pará. De modo geral, aponta-se a relevância e o impacto do Processo Seletivo (PS) no processo supracitado, tendo em vista a oferta de, aproximadamente, 7 mil vagas anuais à sociedade. Nesse sentido, o Gráfico 11 demonstra a evolução da demanda (inscritos) e da oferta de vagas em cursos de graduação na UFPA, na capital e no interior, para o período 2000-2022, levando-se em conta intervalos de cinco anos entre 2000 e 2020 e, por fim, os dados referentes ao ano de 2022, completando o período analisado.

Gráfico 11 – UFPA: evolução da demanda e das vagas ofertadas (2000-2022) em Belém e no interior



Fonte: elaborado pelo autor, em 2024, com base em UFPA (2001, 2006, 2011, 2016b, 2021c, 2023).

Em termos de vagas ofertadas – e ainda que haja notável descompasso em relação à demanda<sup>101</sup>, o que sinaliza para uma relativa insuficiência de vagas no ensino superior ofertadas pela UFPA no espaço paraense (assim como na Amazônia, regionalmente falando, conforme discutido anteriormente) –, observa-se que há um pequeno crescimento das vagas de graduação na capital e no interior, no interregno em tela. Essa relativa ampliação, a despeito da discrepante demanda, guarda relação com as políticas federais de expansão e interiorização do ensino superior já pontuadas, pois, a partir de 2005, tanto em Belém quanto no interior, houve um incremento mais significativo e contínuo das vagas (Gráfico 11).

Com efeito, a Tabela 25, por sua vez, traz uma sistematização da quantidade de ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação da UFPA para o mesmo período, reforçando o argumento da expansão e da interiorização do ensino superior público no espaço paraense por meio dessa universidade.

Tabela 25 – UFPA: quantidade de ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação presencial (2000-2022) em Belém e no interior

| Variável     | Localização geográfica | 2000          | 2005          | 2010          | 2015          | 2020          | 2022          |
|--------------|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Ingressantes | Belém                  | 2.974         | 2.998         | 3.396         | 3.724         | 4.738         | 5.544         |
|              | Interior               | 1.394         | 2.207         | 1.735         | 2.094         | 2.960         | 3.048         |
| <b>TOTAL</b> |                        | <b>4.368</b>  | <b>5.205</b>  | <b>5.131</b>  | <b>5.818</b>  | <b>7.698</b>  | <b>8.592</b>  |
| Matriculados | Belém                  | 17.516        | 20.687        | 18.891        | 21.325        | 21.686        | 25.566        |
|              | Interior               | 8.905         | 14.798        | 13.278        | 12.899        | 13.274        | 14.162        |
| <b>TOTAL</b> |                        | <b>26.421</b> | <b>35.485</b> | <b>32.169</b> | <b>34.224</b> | <b>34.960</b> | <b>39.728</b> |
| Diplomados   | Belém                  | 1.970         | 2.881         | 2.500         | 1.926         | 1.890         | 2.987         |
|              | Interior               | 724           | 2.352         | 1.110         | 1.388         | 1.179         | 1.840         |
| <b>TOTAL</b> |                        | <b>2.694</b>  | <b>5.233</b>  | <b>3.610</b>  | <b>3.314</b>  | <b>3.069</b>  | <b>4.827</b>  |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFPA (2001, 2006, 2011, 2016b, 2021c, 2023).

No que se refere aos ingressantes em cursos de graduação na UFPA por meio do PS, a Tabela 25 evidencia que, entre 2000 e 2022, houve um crescimento contínuo em Belém que, por outro lado, não foi verificado no interior do Pará, pois, entre 2005 e 2010, houve uma queda na quantidade de ingressantes e tímida retomada desse *quantum* no quinquênio seguinte (2010-2015); algo que pode ser

<sup>101</sup>O crescimento da demanda a partir de 2010 tem como fator, possivelmente, a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de ingresso por grande parte das instituições públicas de ensino superior nesse momento, mas também do Sistema de Seleção Unificada (SiSu), mecanismo tido, até então, enquanto uma alternativa aos vestibulares e que, não sem problemas, passou a viabilizar “o pareamento ou ajustamento entre vagas ofertadas por instituições de todo o país e indivíduos, também situados em todo o território nacional, interessados em ocupá-las” (Nogueira *et al.*, 2017, p. 65).



explicado pelo desmembramento dos *campi* de Santarém e Marabá da UFPA para a respectiva criação das universidades federais do Oeste do Pará (UFOPA), em 2009, e do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em 2013, também tida como uma expressiva materialização das políticas federais de expansão e interiorização do ensino superior público na Amazônia paraense.

Nessa mesma esteira, o número de matriculados registrados pela Universidade Federal do Pará em cursos de graduação apresentou semelhante comportamento no período 2000-2022. Chama a atenção o decréscimo desse quantitativo experimentado nos *campi* fora da capital desde 2005 – cujo crescimento só foi retomado mais recentemente, no intervalo 2020-2022 – e que guarda estreita relação com a criação das universidades já mencionadas, mas também com o desafio que é interiorizar uma instituição pública de ensino superior em uma região marcada pela desigualdade em suas várias dimensões (social, econômica, política, territorial etc.). Já em Belém, houve uma diminuição no quantitativo de matriculados no quinquênio 2005-2010 e uma retomada do crescimento entre 2010-2015, mantendo a sua ampliação até 2022.

Em relação ao total de alunos de graduação diplomados no período em análise, destaca-se que, entre 2000 e 2005, a UFPA assistiu à conclusão de quase 1.000 alunos em Belém. No interior, a instituição conheceu um incremento de um pouco mais de três vezes no número de diplomações, revelando o impacto da política e do processo de interiorização da instituição no espaço paraense na virada do século XX para o século XXI. Contudo, tanto na capital quanto fora dela, constata-se uma diminuição na quantidade de alunos diplomados no quinquênio seguinte, sobretudo no interior, resultado, outrossim, do já comentado desmembramento dessa universidade. Ademais, em ambas as localizações geográficas, esse total de graduados revela oscilações, especialmente a partir de 2005.

A Tabela 26 oferece uma organização dos dados relacionados a ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação pela Universidade Federal do Pará, em todos os seus *campi*, especialmente no ano de 2022.

Tabela 26 – UFPA: ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação, por *campi*, no ano 2022

| <i>Campus</i>      | Ingressantes | Matriculados | Diplomados |
|--------------------|--------------|--------------|------------|
| <b>Abaetetuba</b>  | 366          | 2.110        | 275        |
| <b>Altamira</b>    | 435          | 1.610        | 165        |
| <b>Ananindeua</b>  | 357          | 1.240        | 149        |
| <b>Belém</b>       | 5.544        | 25.566       | 2.987      |
| <b>Bragança</b>    | 357          | 1.694        | 318        |
| <b>Breves</b>      | 203          | 1.017        | 79         |
| <b>Cametá</b>      | 545          | 2.562        | 383        |
| <b>Capanema*</b>   | 0            | 0            | 0          |
| <b>Castanhal</b>   | 424          | 2.027        | 264        |
| <b>Salinópolis</b> | 90           | 455          | 18         |
| <b>Soure</b>       | 68           | 399          | 46         |
| <b>Tucuruí</b>     | 203          | 1.048        | 143        |

\* O *Campus* de Capanema não apresentou tais informações nos últimos anuários da instituição; informações essas que foram solicitadas diretamente, por e-mail e ligação, e ainda não foram fornecidas.

Fonte: UFPA (2023).

Depois de Belém, capital do Pará e *campus*-sede da Universidade Federal do Pará, os dados organizados na Tabela 25 evidenciam que, em termos de alunos matriculados na graduação, essa instituição adquire destaque nos *campi* de Cametá (2.562 alunos em 10 cursos), Abaetetuba (2.110 alunos em 8 cursos) e Castanhal (2.027 alunos em 8 cursos), municípios cujas respectivas cidades, indubitavelmente, desempenham relativo papel de intermediação junto a municípios e cidades menores nas sub-regiões onde estão inseridos. Na sequência, vêm os *campi* de Bragança (1.694 alunos em 8 cursos), Altamira (1.610 estudantes em 11 cursos), Ananindeua (1.240 discentes em 7 cursos), Tucuruí (1.048 matriculados em 5 cursos), Breves (1.017 alunos em 4 cursos) e, por fim, os *campi* de Salinópolis e Soure, nessa ordem, com 455 matrículas em 3 cursos e 399 discentes em 2 graduações ofertadas. Capanema, por sua vez, não apresentou informações recentes sobre seu cenário atual.

No que se refere à perspectiva do ingresso, e de acordo com os dados institucionais da universidade (UFPA, 2023), a UFPA informou um total de 8.592 ingressantes em cursos de graduação presencial no ano de 2022, sendo 5.544 (65%) em Belém e 3.048 (35%) em municípios do interior onde a universidade tem atuação, com destaque para Cametá, Altamira e Castanhal (ver tabelas 25 e 26). Nesse particular, chama-se a atenção para o papel cidadão que a Universidade Federal do Pará foi/é cobrada a desempenhar na sociedade, especialmente quanto

ao ingresso de segmentos sociais historicamente excluídos, como os negros e, olhando para a Amazônia, populações indígenas, quilombolas e camponesas.

Isso porque, atendendo a demandas históricas da sociedade brasileira diante de seu passado colonial e escravista, especialmente se se considerar que as universidades são um evento relativamente recente no território brasileiro – início do século XX – e, durante muitas décadas, foram configuradas em grande medida como espaços frequentados sobretudo pelas camadas economicamente privilegiadas do país, o advento da “Lei de Cotas”, criada em 2012 (Brasil, 2012), e demais instrumentos adotados pelas instituições com vistas à reserva de vagas para determinadas populações figuram como uma reparação sócio-histórica e responsável por abrir esses espaços para outras cores, outras culturas e outros saberes, diversificando-os.

Daí a importância ligada à existência de políticas de ações afirmativas, como as cotas, e de processos seletivos especiais, sendo esses voltados ao acesso de povos da floresta, dos rios e do campo ao ensino superior<sup>102</sup>; iniciativas essas que derivam das lutas dos movimento sociais que reivindicam maior sintonia da instituição quanto à democratização do ingresso no ensino superior na Amazônia paraense, especialmente no que diz respeito às populações que apenas recentemente puderam acessar à universidade e realizar um curso de graduação.

Até o ano de 2024, acrescenta-se que a Universidade Federal do Pará também oferecia um “bônus regional” na nota dos candidatos que prestavam o PS regular da instituição. Trata-se de uma medida afirmativa que atribuía 10% sobre a média daqueles estudantes que, comprovadamente, cursaram todo o ensino médio em um ou mais dos estados da Região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins) (UFPA, 2024g), como uma forma de combater, ao menos relativamente, as desigualdades regionais inerentes à formação obtida pelos alunos na educação básica, tendo em vista a precariedade que assola esse nível de formação no Norte do país. No entanto, após o Supremo Tribunal Federal (STF)

---

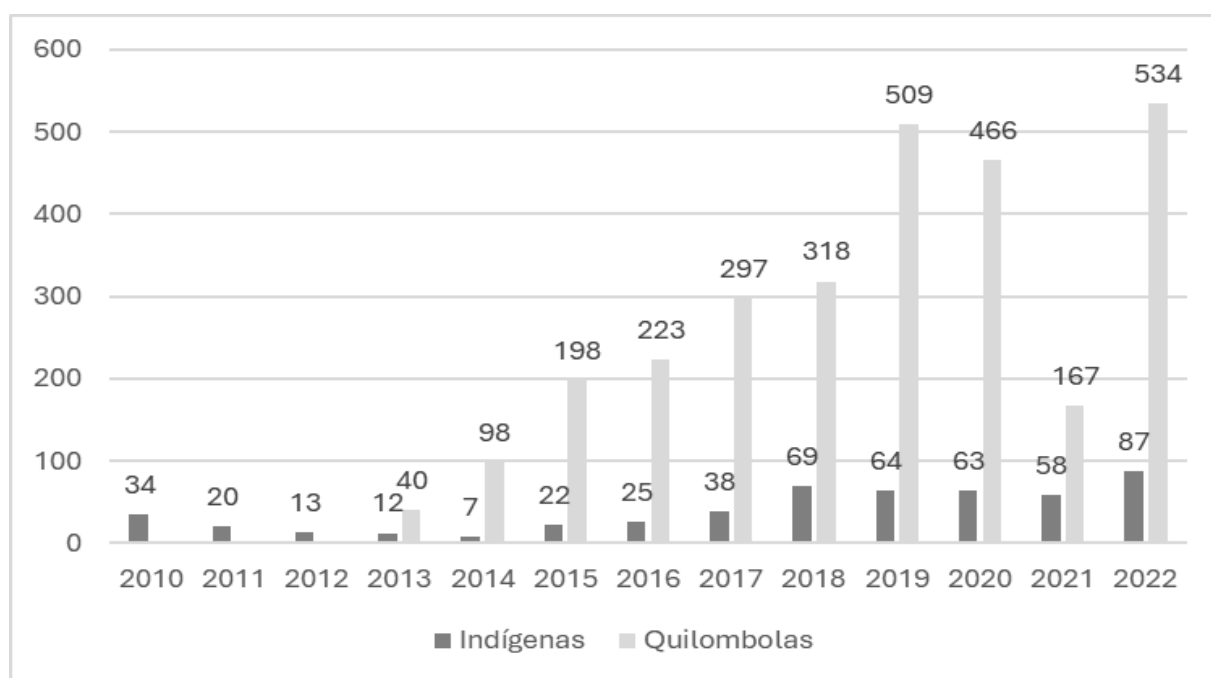
<sup>102</sup>Em maio de 2024, o Deputado Federal Airton Faleiro, do PT, apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 2.117/2024 (Brasil, 2024) que, se aprovado, resultará em uma alteração na Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como “Lei de Cotas” (Brasil, 2012), para inserir os povos ribeirinhos entre os sujeitos e grupos sociais beneficiários de cotas para acesso às instituições federais de ensino superior. Em sendo aprovado, vislumbra-se como importante aos povos dos rios da Amazônia, e particularmente no Pará, a criação de um Processo Seletivo Especial (PSE) por parte das universidades amazônicas voltado aos ribeirinhos – um “PSE Ribeirinho” –, ampliando as possibilidades de um segmento representativo da população regional acessar o ensino superior público.

alegar a inconstitucionalidade da medida, o bônus está suspenso nos processos seletivos das universidades federais e passa por discussão, após recursos realizados por essas instituições.

Sobre esse assunto, Zélia Amador de Deus, professora emérita da UFPA, estudiosa e importante ativista do movimento negro e da inclusão social nas universidades, informa com clareza que políticas dessa natureza “são uma espécie de reforço para fazer com que grupos historicamente discriminados alcancem um patamar de igualdade em relação a outros grupos que não foram vítimas de discriminação” (Deus, 2013, 3min47s-4min02s). Consistem, assim sendo, em importantes mecanismos de transformação das universidades, tanto internamente, dada a potencialização de saberes outros nessas instituições, quanto em sua relação com a sociedade, em razão do enriquecimento das diversas formas de pensar e construir a sociedade a partir de suas ações.

Dessa maneira, destaca-se o Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE I/Q) (ver Quadro 7), o qual reserva duas para indígenas (desde 2010) e duas para quilombolas (desde 2013) em todos os cursos de graduação presencial da instituição. Nesse sentido, o Gráfico 12 demonstra uma série histórica relativa ao acesso de discentes indígenas e quilombolas na UFPA.

Gráfico 12 – UFPA: evolução do ingresso de alunos indígenas e quilombolas (2010-2022)



Fonte: elaborado pelo autor, em 2024, com base em UFPA (2022b).

O gráfico em tela demonstra que, entre 2010 (quando houve a primeira oferta referente ao PSE Indígena da UFPA) e 2014, houve um decréscimo ligado ao ingresso anual de alunos indígenas na instituição, o qual fora retomado em ritmo ascendente a partir de 2015, demonstrando certa consolidação das ações afirmativas da UFPA; consolidação essa que também pode ser evidenciada quando analisamos os dados correlatos ao acesso de estudantes quilombolas nessa universidade – notadamente a partir de 2013, com a primeira oferta do PSE Quilombola – e seu notável crescimento nos anos seguintes. Salienta-se que, entre 2020 e 2021, houve uma diminuição do número de ingressantes indígenas e, principalmente, quilombolas, em razão dos impactos da pandemia de Covid-19 na sociedade. Contudo, a ampliação do ingresso desses estudantes voltou a ocorrer em 2022.

Chama a atenção, ainda, a diferença significativa referente à quantidade de indígenas e de quilombolas que ingressaram na Universidade no período em tela, com destaque para o proeminente acesso de alunos quilombolas, ocorrido sempre com maiores números do que o de estudantes indígenas. Em 2022, o acesso de indígenas e quilombolas correspondeu a cerca 1% e 6,2%, respectivamente, dos 8.592 ingressantes da Universidade Federal do Pará. Tal diferença quantitativa, por certo, apresenta rebatimentos semelhantes quando são analisados os dados referentes ao número de alunos indígenas e quilombolas matriculados na instituição. Isso porque, conforme o relatório da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG) da UFPA (2022e), há 394 alunos indígenas e 2.427 estudantes quilombolas registrados em cursos de graduação dessa universidade, os quais representam, nessa ordem, apenas 1% e 6% dos 39.728 matriculados de graduação dessa universidade.

A distribuição dos alunos indígenas e quilombolas nos *campi* da instituição no ano de 2022, em relação ao total de matriculados na UFPA (Belém e demais *campi*), está demonstrada na Tabela 27.

Tabela 27 – UFPA: alunos indígenas e quilombolas em relação ao total de matriculados em cursos de graduação, por *campi*, no ano de 2022

| <b>Campus</b>     | <b>Total de matriculados</b> | <b>Indígenas (%)</b> | <b>Quilombolas (%)</b> |
|-------------------|------------------------------|----------------------|------------------------|
| <b>Abaetetuba</b> | 2.110                        | 11 (0,5%)            | 181 (8,5%)             |
| <b>Altamira</b>   | 1.610                        | 70 (4,3%)            | 61 (3,7%)              |
| <b>Ananindeua</b> | 1.240                        | 1 (0,1%)             | 82 (6,6%)              |
| <b>Belém</b>      | 25.566                       | 303 (1,2%)           | 1.542 (6%)             |
| <b>Bragança</b>   | 1.694                        | 1 (0,06%)            | 69 (4%)                |

|                    |        |          |            |
|--------------------|--------|----------|------------|
| <b>Breves</b>      | 1.017  | 2 (0,2%) | 44 (4,3%)  |
| <b>Cametá</b>      | 2.562  | 2 (0,1%) | 172 (6,7%) |
| <b>Capanema</b>    | 0      | 0        | 0          |
| <b>Castanhal</b>   | 2.027  | 2 (1%)   | 150 (7,4%) |
| <b>Salinópolis</b> | 455    | 0        | 13 (2,8%)  |
| <b>Soure</b>       | 399    | 0        | 38 (9,5%)  |
| <b>Tucuruí</b>     | 1.048  | 2 (0,2%) | 75 (7%)    |
| <b>UFPA</b>        | 39.728 | 394 (1%) | 2.427 (6%) |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFPA (2022e, 2023).

Considerando-se a maior presença de quilombolas em relação à de indígenas em todos os *campi* da Universidade Federal do Pará, cabe sinalizar aqueles *campi* que têm revelado certo destaque quanto à participação dessas populações regionais em seu alunado. Por exemplo, em números percentuais, o *Campus* de Altamira (4,3%) apresenta maior quantidade de alunos indígenas matriculados do que o próprio *Campus* de Belém (1,2%)<sup>103</sup>. Isso se deve, evidentemente, à forte presença indígena no sudoeste do Pará, que tem, na cidade de Altamira, um importante ponto de apoio quanto à oferta de formação superior na sub-região, graças à realização de cursos de graduação como, por exemplo, a Licenciatura em Etnodesenvolvimento, para a qual, inclusive, há a realização de um processo seletivo diferenciado, conforme já destacado, com vistas exclusivamente ao ingresso de povos indígenas, e que também envolve ribeirinhos, quilombolas e assentados.

Mesmo com o destaque de Altamira, adverte-se que a participação de alunos indígenas entre os discentes matriculados na UFPA, de forma geral, é ainda muito baixa (1%); o que já apresenta relativa diferença – pouca, mas ainda sim, uma diferença – em relação à presença de alunos quilombolas nessa instituição: 6% do total dos matriculados na Universidade Federal do Pará. Nesse particular, os *campi* de Soure, no Marajó, e Abaetetuba, no Baixo Tocantins, são os mais proeminentes em termos percentuais, com 9,5% e 8,5% de estudantes de origem quilombola em seus alunados, respectivamente.

Assim, observa-se que, em paralelo com a criação de processos seletivos espaciais com vistas à democratização do acesso, importante também se faz pensar em políticas de assistência e permanência (Quadro 8) para os estudantes que

<sup>103</sup>Salienta-se, uma vez mais, que todos os cursos de graduação da instituição passaram a contar com a oferta de duas vagas para indígenas, a partir de 2010, e duas vagas para quilombolas, a partir de 2013; o que, por certo, confere a Belém, em termos de matrículas de estudantes indígenas, certa proeminência em termos quantitativos, dada a maior quantidade de vagas, cursos de graduação e, com efeito, a maior quantidade de alunos matriculados na UFPA, de um modo geral.

ingressam na instituição, sobretudo aqueles de origem indígena e quilombola, os quais normalmente precisam se deslocar dos seus territórios de origem para cursar o ensino superior, não obstante o fato de a Universidade se apresentar como uma espécie de “novo mundo”, repleto de desafios e obstáculos às suas presenças na instituição.

Quadro 8 – UFPA: principais ações voltadas à assistência/permanência estudantil

| Ações                                                                             | Perfil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Auxílio Permanência                                                               | Trata-se de um auxílio financeiro de R\$ 400,00, com duração de 12 meses, voltado ao custeamento de despesas com transporte, alimentação e material didático. Sua concessão ocorre mediante edital publicado anualmente, sempre no início do primeiro semestre letivo.                                                                                                                                                                                               |
| Auxílio Moradia                                                                   | Também no valor de R\$ 400,00 e com vigência de um ano, esse auxílio foi concebido para custear aluguel com moradia. É concedido por intermédio de edital publicado uma vez por ano, no início do primeiro semestre letivo.                                                                                                                                                                                                                                          |
| Auxílio Emergencial                                                               | Esse auxílio paga R\$ 400,00 aos estudantes que estão em situações emergenciais, sem que ele esteja escrito em algum auxílio, para custear gastos com alimentação, material didático e transporte. Sua concessão se dá no período em que o estudante aguarda a abertura de edital para se inscrever no devido auxílio.                                                                                                                                               |
| Auxílio Intervalar                                                                | Nessa modalidade, a UFPA custeia, em parcela única, R\$ 400,00 ao aluno com vistas às suas necessidades com alimentação, transporte e material didático. Também é concedido anualmente, por meio de edital.                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Auxílio Intervalar Moradia                                                        | Consiste em um auxílio financeiro de R\$ 500,00 para cobrir despesas com aluguel de moradia, sendo pago em uma única parcela e destinado exclusivamente a alunos matriculados em cursos extensivos. É concedido por meio de edital publicado uma vez ao ano.                                                                                                                                                                                                         |
| Auxílio Primeira Infância                                                         | O Auxílio Primeira Infância volta-se à permanência e à conclusão de curso, de cunho social e pedagógico, vinculada ao Programa de Acompanhamento Discente (PROCAD), executado pela Coordenadoria de Integração Estudantil (CIE) da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), de modo a contribuir com as despesas educacionais de filhos(as) dos(as) discentes da UFPA, prioritariamente, matriculado(a) em curso de graduação presencial em vulnerabilidade. |
| Auxílio Moradia Indígena, Quilombola e pertencentes a Populações Tradicionais     | Apoio financeiro de R\$ 400,00, concedido via edital publicado anualmente, para estudantes indígenas e quilombolas e pertencentes a populações tradicionais para custeio de despesas com aluguel de moradia. Possui validade de 12 meses.                                                                                                                                                                                                                            |
| Auxílio Emergencial Indígena, Quilombola e pertencentes a Populações Tradicionais | Também de R\$ 400,00, tal auxílio custeia despesas com transporte, alimentação e material didático para alunos indígenas e quilombolas e pertencentes a populações tradicionais que estejam em situações emergenciais, sem que ele esteja escrito em algum auxílio.                                                                                                                                                                                                  |
| Auxílio Kit PcD                                                                   | Esse auxílio no valor de R\$ 400,00 foi criado para garantir as despesas com transporte, material didático e alimentação de discentes com deficiência. Sua concessão ocorre uma vez ao ano, a partir de edital publicado.                                                                                                                                                                                                                                            |
| Kit Tecnologia Assistiva                                                          | No valor de R\$ 3.000,00, esse kit é concedido via edital anual e se volta à compra de materiais e à aquisição de tecnologia assistiva, sendo exclusivo para estudantes com deficiência.                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Casas Estudantis                                                    | Trata-se de Casas Estudantis da UFPA nos <i>campi</i> de Belém, Altamira, Breves e Castanhal. O ingresso nessas casas se dá por meio de inscrição.                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Auxílio Casa do Estudante                                           | R\$ 400,00 para cobrir as despesas com alimentação, transporte e material didático de estudantes que residem nas Casas Estudantis, de modo que todos os estudantes aprovados para residirem nas Casas passam, automaticamente, a receber este auxílio. Sua validade é o período em que o estudante fica residindo na Casa.                                                                           |
| Auxílio Taxa Zero                                                   | Refere-se à isenção do pagamento de R\$1,00 do bandeirão nos Restaurantes Universitários da instituição.                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Bolsas para cursos de Línguas Estrangeiras                          | Relacionado ao projeto PRÓLÍNGUAS, trata-se de bolsa concedida para cursar línguas estrangeiras nos Cursos Livres (inglês, francês e espanhol) do Instituto de Letras e Comunicação (ILC). Sua concessão ocorre mediante edital publicado duas vezes ao ano, de modo que o estudante aprovado passa a receber um auxílio financeiro para a compra de livro didático.                                 |
| Auxílio PROMISAES                                                   | Auxílio de R\$ 600,00 voltado a estudantes estrangeiros, concedido via edital publicado anualmente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Auxílio Estudante Estrangeiro                                       | Apoio no valor de R\$ 400,00 para cobrir despesas com transporte, alimentação e material didático de alunos estrangeiros.                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Bolsa para Monitoria com alunos PcD (PROBAC)                        | Trata-se de uma bolsa de R\$ 400,00 para estudantes que pretendem realizar monitorias em atividades de auxílio a estudantes com deficiência.                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Plantão Psicológico por chamada de vídeo                            | Tida como uma das principais políticas de assistência da UFPA, o plantão psicológico por chamada de vídeo volta-se a estudantes com dificuldades emocionais que estejam interferindo nos estudos. Podem participar estudantes de todos os <i>campi</i> , mediante agendamento prévio pelo <i>WhatsApp</i> 98184-0694 às segundas-feiras, das 12h30 às 16h30, e às quartas-feiras, das 7:30 às 12h30. |
| Orientação pedagógicas para alunos com dificuldades nos estudos     | Iniciativa voltada para estudantes com dificuldades de organização do tempo e da agenda para os estudos. O discente será atendido por uma profissional de Pedagogia que irá prestar uma orientação ao aluno sobre instrumentos que possam utilizar para melhorar a participação acadêmica.                                                                                                           |
| Orientação pedagógicas para alunos PcD com dificuldades nos estudos | Iniciativa voltada para estudantes com deficiência com dificuldades de organização do tempo e da agenda para os estudos. O aluno PcD será atendido por uma profissional de Pedagogia que irá prestar uma orientação ao aluno sobre instrumentos que possam utilizar para melhorar a participação acadêmica.                                                                                          |
| Acompanhamento Psicoeducacional para alunos PcD                     | Destinado para alunos com deficiência com alguma dificuldade emocional que interfira nos estudos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Serviço de Interpretação e Tradução em Libras                       | Serviço de interpretação e tradução que pode ser solicitado este nas Unidades ou Subunidades Acadêmicas.                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Adaptação de texto escrito para leitor digital de texto             | Serviço voltado aos alunos com deficiência visual, para que eles possam ter acesso a textos que não estejam em formatos acessíveis.                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Solicitação de Instalação de Software de Leitor de Telas            | Serviço de instalação de programas de Softwares Leitores de Tela (Dosvox e NVDA) em laboratórios de informática da Universidade que têm usuários cegos ou com baixa visão.                                                                                                                                                                                                                           |
| Serviço de Áudio descrição                                          | Trata-se de um serviço de realização de descrição de imagens em eventos acadêmicos e culturais. em fotografias, cartazes, slides, gráficos e vídeos.                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Serviço Transcrição em Braille                                      | Serviço que pode ser realizado em materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula, como livros, apostilas, partituras, mapas, placas de localização e outros.                                                                                                                                                                                                                                 |

Elaborado por Amanda Silva, em 2025, com base em SIGAEST UFPA (s.d.).



Diante da existência dessas ações, verifica-se certa preocupação da Universidade Federal do Pará em garantir não somente o ingresso, mas também a permanência de alunos com diversos perfis e origens por meio de ações de assistência estudantil. Um esforço de pesquisa voltado à efetividade dessas ações se revela importante. Contudo, mesmo reconhecendo a importância de tais políticas, a quilombola e egressa do curso de Ciências Sociais, EQ-UFPA, avalia o processo de permanência dos diversos povos da floresta na instituição, tendo em vista os desafios por eles enfrentados ao longo do seu percurso acadêmico:

[...] eu, por exemplo, o meu quilombo é em Ananindeua, né? Deveria ser alguns minutos, mas com essa loucura de trânsito leva duas horas e meia. E então, é... Deveria ser perto, deveria ser mais acessível e não é. Então eu fico imaginando com os outros que... Eu tenho uma amiga que ela mora em Barcarena, aí ela atravessa à noite, né? Ela estuda à noite, ela vem, aí tem o último barco, ela pega a última lancha que vai pra Barcarena. Então, esses desafios são pra ela não morar aqui. Ela vai e volta. Pra ela não morar aqui na cidade, não ficar aqui em Belém por conta de ser caro os aluguéis, né? Da alimentação também ser, né? O custo de vida aqui é bem mais caro que na comunidade. Aqui tu não tem parente, tu não tem uma rede de apoio que tu tem na comunidade, né? Então tudo aqui é pelo meio econômico, tu não empresta, tu não pede, sabe? Não é como nas comunidades. Então tem muita gente assim que... Esse choque ele é um divisor de águas, sabe? Ele é um divisor de águas pra quem não tem essa vivência, pra quem nunca saiu assim do seu lugar, da comunidade [...] E quando a gente vem pra esse espaço, a gente é atravessado por todas essas situações que a gente tá passando hoje, pelo racismo, pelos preconceitos, pelas discriminações, porque são coisas interligadas. Porque aqui tem o racismo, que ele é estrutural, que é de uma estrutura de Estado, né? E tem o racismo institucional, que vem pra dentro da instituição [...].<sup>104</sup>

Enquanto uma das líderes da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA), EQ-UFPA pontua que as várias dificuldades (vulnerabilidade socioeconômica, racismos etc.) enfrentadas pelos estudantes quilombolas aquando de seu ingresso na instituição acabam se revelando como verdadeiros desafios e obstáculos à permanência desses povos durante a realização de seu curso superior. Também reconhecendo a importância das ações afirmativas e das políticas de permanência da UFPA, a egressa indígena da graduação em Biomedicina, EI-UFPA, uma das pioneiras da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA), reflete o seguinte:

<sup>104</sup>Informação concedida por EQ-UFPA, egressa quilombola da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 17 de dezembro de 2024.

[...] a UFPA [...] tem uma política afirmativa para todos os cursos. Duas vagas para todos os cursos. Nas outras universidades, a gente tem restrições em alguns cursos, né? Mas uma que oferece... É, oferece, não sei se a palavra adequada, mas que disponibilizou depois da luta dos povos indígenas, ter duas vagas em todos os cursos, eu acho que ela se torna a um projeto piloto de ações afirmativas, né? E também aqui dentro da universidade federal a gente já tem uma estrutura de permanência, mesmo com algumas falhas ainda, mas quando a gente entrou não tinha nada, né? E hoje a gente tem bolsa permanência do MEC. Foi luta também num ATL [Acampamento Terra Livre] de 2012 do movimento indígena, né? E depois os quilombolas somaram também. Mas a gente tem uma luta que saiu de dentro do ATL em 2012, em Brasília, que foi a bolsa permanência do MEC que a ex-presidenta Dilma assinou, né? Na verdade, ela acabou assinando uma coisa que foi contra, inclusive o Senado, né? E isso demonstrou o quanto ela acreditava que a gente podia nos formar também e permanecer dentro daqui da universidade. Mas as ações de políticas afirmativas, elas também são um direito, né? Não é para dizer que nós não temos capacidade, mas ela vem para dizer que nós temos direito e garantir a nossa permanência, mas garantir também a nossa entrada aqui, permanência e formação [...].<sup>105</sup>

Em seu discurso, EI-UFPA chama a atenção para importância das políticas afirmativas de ingresso e permanência dos povos da floresta na Universidade Federal do Pará, mas ressalta que todas essas ações hoje implementadas na instituição resultaram, na verdade, da luta permanente de populações indígenas e quilombolas no âmbito da universidade, tencionando-a e mostrando que o ensino superior também é um direito desses povos da Amazônia.

É uma política ainda que precisa ser muito dialogada, muito falada. E a UFPA trouxe isso também um pouco, né? Mas só que foi com muita luta. Tudo o que é universidade hoje tem em nível de bolsa permanência, auxílio moradia, casa do estudante, onde tem indígena morando, tudo isso foi com muita luta, foi muito sofrimento também. Adoecimento, inclusive [interferência de barulho de barco pôpô passando]... A gente não pode dizer e normalizar que agora tudo o que a universidade tem em nível de política afirmativa, a UFPA, que foi porque ela quis. Não foi, sabe? Foi luta. Eu adoeci nesse lugar. Edmar Kaingang, Virgínia Arapasso, Josi [inaudível], todos nós que tivemos à frente da APYEUFGPA [Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará], a associação nossa aqui, nós adoecemos. Nós adoecemos. A gente não pode negar. Uma coisa quando as pessoas, aqui mesmo dentro da universidade, falavam “Ah, a [EI-UFPA] é muito guerreira”, mas esse “guerreira” me adoeceu. O normal seria se a gente não guerreasse o tanto que que a gente guerreou aqui dentro dessa universidade. Hoje ela se torna referência, né? É a única universidade que você tem entrevista, que você ouve, que você interage com os futuros calouros [indígenas e quilombolas] e tudo mais. E foi luta pra que a gente chegasse numa banca. Pra gente entrevistar os parentes, sabe? Foi muita luta! Porque achava que a gente não tinha competência para isso. Então, a Universidade Federal do Pará ela tem toda uma estrutura hoje, mas foi muita luta do movimento, né? [...] em 2009 a

<sup>105</sup> Informação concedida por EI-UFPA, egressa indígena da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA), no dia 27 de dezembro de 2024.

gente tem a primeira resolução, que tem entrada em 2010, a primeira entrada, né? E aí, dessa entrada toda, desde 2011, 2010 e 2011, a gente só teve 8 indígenas que se formaram, né? E foi bem difícil e complexo, porque não só a Universidade Federal do Pará, mas todas as universidades não se prepararam pra nos receber. E nem vão se preparar, viu? Eu não acredito mais nisso. Não acredito que elas vão se preparar. A gente não tem como preparar uma universidade que não conhece a sua própria realidade, do seu próprio povo [...].<sup>106</sup>

Demonstra-se, assim, as tensões estabelecidas entre os movimentos sociais e a Universidade Federal do Pará com vistas à garantia de direitos aos povos da floresta, uma vez que, historicamente, o ensino superior fora um direito negado a essas populações. No entanto, quando a instituição começou a realizar processos seletivos diferenciados para o ingresso de indígenas e quilombolas nesse nível de formação, ela pareceu não estar preparada para recebê-los.

Assim, uma vez mais, destaca-se a relevância das associações de discentes indígenas e quilombolas na Universidade Federal do Pará – a ADQ-UFPA e a APYEUFPA – não apenas pelas lutas voltadas à ampliação do ingresso e à implementação de políticas de assistência estudantil a esses alunos, mas também como um espaço de acolhimento propriamente dito. Nessa perspectiva, EQ-UFPA salienta a importância dos movimentos sociais dentro da universidade, acrescentando que:

[...] a gente tem o espaço da ADQ [Associação dos Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Pará], que a gente fala que é o nosso quilombo, é o espaço que a gente se acolhe, que a gente conversa, a gente chora junto, né? Que a gente também planeja ações de enfrentamento a toda essa violência que a gente passa aqui, né? Que a gente se fortalece nessa permanência aqui também. Porque tem muita gente de comunidades que ficam juntos no mesmo espaço, né? Três, quatro parentes, primos, irmãos... Pra diminuir o custo, pra não ficarem longe também e pra tentar se acolher, pra tentar se fortalecer de alguma forma. Então, pra nós a permanência aqui ela é um fator muito decisivo também, né? A gente fica aqui pensando na família, nas coisas que a gente tem lá na comunidade, nos acessos, sabe? Na facilidade. Eu sempre falo que a gente é dito vulnerável aqui, mas é o Estado que nos torna vulnerável. Porque nos nossos territórios nós não somos vulneráveis, né? A gente tem a alimentação, a gente tem fruta, a gente tem o banho do rio, né? A gente tem várias interações que o Estado nos limita aqui, né? Então não pode passear porque tu tem que ter dinheiro pra ti minimamente sair de ônibus, pra ti pegar um aplicativo, pra ti ir num lugar... Então aqui tudo isso que é diferente, né? E tudo isso constitui dificuldades e nas comunidades não, né? Na comunidade não, não é assim [...] Os movimentos sociais eles têm uma relação fundamental dentro desse processo. Na verdade, a gente não teria as políticas afirmativas, se não

<sup>106</sup>Informação concedida por EI-UFPA, egressa indígena da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA), no dia 27 de dezembro de 2024.

fosse pela luta dos movimentos sociais. Então, é com eles e por eles que a gente tem avançado, né? Só as pressões também que os movimentos eles conseguem fazer externamente, né? E aí pra gente ter uma resposta internamente, são muitas pressões feitas pelos movimentos sociais, e aí eu falo o nosso movimento quilombola, né? Que a gente é muito aproximado dos indígenas, porque tem muitas comunidades quilombolas que são afroindígena, mas tu é obrigado a te autodeclarar, né? Só um segmento. Eu, por exemplo, sou neta de indígena, pela parte da mamãe... A minha avó materna era indígena e o meu vô materno era quilombola. Então tem essa mistura aí, mas a gente precisava decidir pra onde que a gente ia, né? Aí sou autodeclarada quilombola, mas tem as duas vertentes. O Estado ele te impõe muitas coisas, né? Mas assim, é importante a relação dos movimentos com a universidade. nessa pressão, né? Nessa pressão do avançar, nessa pressão do respeito pelas lutas, né? De como nunca foi fácil a gente chegar aqui, não é fácil permanecer. Então os movimentos sociais eles são importantes nesse sentido, em não achar que tá tudo resolvido e as coisas tão às mil maravilha, porque não é assim, né? [...].<sup>107</sup>

É evidente que todos esses aspectos devem, necessariamente, ser considerados quando pensamos na interiorização dessa e de qualquer outra instituição, sobretudo em uma região como a Amazônia. Isso porque, ainda que as políticas de ingresso estejam presentes em todos os *campi* da Universidade Federal do Pará, as ações voltadas à permanência, em particular, ainda parecem estar muito circunscritas ao *campus*-sede da instituição. Uma das principais iniciativas de assistência/permanência, por exemplo, é a de alimentação, ligada aos restaurantes universitários (RU), porém, identificada pelo GT-UFGA, docente e gestor da instituição, como uma limitação da universidade:

[...] Essa ainda é uma limitação da universidade, apesar da gente ter avançado muito, né? Nós avançamos muito, nós temos hoje uma política de auxílios importante, temos uma política de alimentação escolar importante, que é o RU, o Restaurante Universitário, mas temos limitações, porque essa política ainda está só na capital. Então a gente precisa fazer com que essa política esteja em todos os *campi* da universidade. Eu sou daqueles que faz o discurso de que a política mais importante da UFGA é a política de alimentação escolar através do Restaurante Universitário. Mas constato que ela limitada, porque pra ela ser uma política efetiva, ela precisa estar em todos os 12 *campi* da UFGA.<sup>108</sup>

Em adição, o Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, em entrevista fornecida ao *Jornal Beira do Rio*, da UFGA, chama a atenção para a necessidade de ampliar as

<sup>107</sup>Informação concedida por EQ-UFGA, egressa quilombola da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 17 de dezembro de 2024.

<sup>108</sup>Informação concedida por GT-UFGA, docente e gestor da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém, no dia 03 de janeiro de 2024.

políticas de assistência aos estudantes, especialmente em se tratando da alimentação:

[...] precisamos estabelecer uma política consistente de permanência dos estudantes. Isso passa pela garantia de alimentação para todos, como temos no *Campus* Belém. No entanto, onde a pobreza é maior, ainda precisamos nos fazer presentes. Por isso, assumi a responsabilidade de, nos próximos quatro anos, criar uma política de alimentação para os *campi* do interior (Silva, 2025, p. 12).

Como parte desse esforço, o Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva alçou a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) à condição de pró-reitoria, criando, portanto, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) (Silva, 2025), uma iniciativa que pode contribuir com a permanência estudantil na UFPA e, quem sabe, ajudar a estendê-la aos seus demais *campi* universitários distribuídos pelo espaço paraense, garantindo assistência a todos os estudantes e, em particular, aos povos da floresta que ingressam e lutam para permanecer na instituição. Isso, decerto, nos leva a pensar nos pontos positivos e negativos de um projeto como o de interiorização da Universidade Federal do Pará possui na Amazônia paraense.

No que diz respeito aos aspectos positivos, o GT-UFPA destaca a sua própria trajetória como um fruto, um resultado da interiorização dessa universidade, colocando em relevo a importância de se criar um *campus* universitário no interior da Amazônia paraense e possibilitar o acesso ao ensino superior às populações do lugar que abriga o *campus*, mas também de sua sub-região. Formado em Pedagogia, no *Campus* de Abaetetuba, ele assevera:

[...] ah, eu tenho o meu exemplo! [risos] Eu acho que eu não seria nunca professor da universidade se eu não tivesse tido a oportunidade de fazer o vestibular em Abaetetuba. Até porque eu não poderia, eu era um trabalhador, né? E não iria nunca deixar de trabalhar, já casado, pra vir para cá, pra fazer faculdade. Eu fiz a faculdade porque teve lá, então qual é a primeira leitura? É que quando você leva a universidade pra perto da comunidade, a comunidade estuda. Quando você imagina que “Ah, tá aqui perto, tá a 50 km, tá a 40 km, o camarada pode vir”, você realmente não conhece a realidade da Amazônia, a realidade de condições de vida da população. É por isso que quando eu assumi a coordenação do *Campus* de Cametá, a gente pegou e colocou polo em Mocajuba, Baião, Oeiras e Limoeiro. Todo mundo dizia que era um absurdo, porque era muito perto etc. e tal. Mas a gente hoje se dá conta que era a única maneira dos meninos e das meninas ter feito faculdade, inclusive alguns deles se tornaram professores da escola básica e até da universidade. Eles jamais fariam isso, como é o meu caso. Então eu acho que os exemplos são os mais diversos possíveis, mas eu acho que ele passa pelo ponto de vista das pessoas individual, mas ele passa também pelo ponto de vista da cultura,

né? Aonde você tem um Campus da universidade, o sentimento cultural, os valores políticos etc. é muito diferenciado, muito diferenciado. A juventude é diferente, né? Ela é muito mais comprometida, ela faz política, ela dialoga, ela se compromete com ações que as pessoas jamais fariam se não tivessem uma formação, um espaço pra debater, como é o caso da universidade [...] É muito importante! Não tem nada mais marcante do que você imaginar que um camarada de Limoeiro do Ajuru, das ilhas de Limoeiro do Ajuru, das ilhas de Mocajuba, de Baião, lá de Anapu, tenham a oportunidade de fazer um curso superior na sua cidade. Não é? É você garantir que o filho de um trabalhador que nunca viria à universidade, porque tem muitos deles que nunca vieram em Belém, que não faria um curso superior se a universidade não tivesse por lá e não apoiasse pra que eles, pra que a universidade tivesse presente na vida deles, lá no seu espaço.<sup>109</sup>

Isso, de certa forma, ratifica a relevância do projeto empreendido pela UFPA no espaço paraense, seja considerando o seu exemplo, enquanto aluno que foi positivamente impactado pela interiorização da instituição, seja levando-se em conta a sua participação como docente e gestor de um *campus*, o que o levou a criar polos de ensino vinculados aos *campi* universitários, como é o caso de Cametá, que possui polos nas cidades de Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

Dessa maneira, houve o estabelecimento de novas horizontalidades (Santos, 1994) na sub-região do Baixo Tocantins, fortalecendo a solidariedade orgânica regional (Santos, 2003, 2012a), e o reforço de uma centralidade urbana de natureza socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) em Cametá, notadamente pela presença desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a) na cidade e pela oferta de formação superior às populações da Amazônia tocantina.

O DO-UFPA, por sua vez, também acrescenta sobre a importância do processo de interiorização da Universidade Federal do Pará, porém, faz um destaque para o descompasso entre Belém e os *campi* fora de sede:

[...] eu acho que o processo é absolutamente incrível. Ele não é novo, ele é bem antigo e acho que ele basicamente começa com as demandas por conta do tamanho do estado do Pará, antes de se criar a UNIFESSPA e a UFOPA, né? E que tudo era só uma universidade federal, que era a UFPA, aí vinha as demandas dessas cidades, do que em Belém considera como interior, basicamente pela formação de professores. A interiorização ela começa basicamente por aí, pela necessidade da formação de professores [...] A verdade é que esse processo de interiorização ele de fato começa ainda no grosso da ditadura militar, atrelado ao Projeto Rondon, a universidades do Sul, depois ele é assumido pela UFPA. E é um processo que, assim, que há também aquele descompasso entre a capital e o interior,

<sup>109</sup>Informação concedida por GT-UFPA, docente e gestor da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém, no dia 03 de janeiro de 2024.

que é o que talvez seja imperceptível pras pessoas de Belém, mas que pra nós é muito perceptível, né? A gente é meio visto como colônia, né? [risos] Eu até digo que a partilha do bolo precisava ser mais voltada pra esse interior, pra esses contingentes, né? Mas a gente vai se desenvolvendo.<sup>110</sup>

Também um fruto do projeto de interiorização da UFPA, posto que sua graduação foi realizada no *Campus* de Altamira, no curso intervalar de Licenciatura em Pedagogia, o docente em referência não deixa de ponderar sobre as dificuldades inerentes ao processo e que, outrossim, em sua interpretação, derivam dessa diferenciação entre capital e interior:

[...] Eu acho que a gente tem alguns entraves, algumas dificuldades, e todas elas estão relacionadas, sobretudo, à questão de financiamento, né? À questão financeira. Porque... Ou você não tem recursos ou a divisão desse recurso considera os índices, o modelo da capital, né? O modelo de Belém. O modelo de que você tá em casa, pega o ônibus, anda 30 minutos, 1 hora, e tá na universidade, paga R\$ 5,00, R\$ 6,00 nessa passagem [...] pra uma realidade de que o nosso aluno conta os quilômetros, a distância dos seus locais pra universidade, em dias de viagem, né? Nós temos alunos aqui que estão há 15 dias de Altamira, viajando de barco. Então não dá nem pra saber quantos quilômetros dá, porque o rio faz diversas curvas. Às vezes ele tá seco, você tem que puxar a canoa no seco e você passa o dia todinho puxando a canoa em cima de pedra... E é uma outra realidade que demandaria recursos diferenciados. No nosso caso específico, se tratando de um curso que trabalha com alternância, falta recurso pra acompanhar essa alternância. Por exemplo, pra eu ir na minha aldeia, que fica a 100 km de Altamira, em linha reta, medindo no GPS num avião, eu vou gastar, nessa época do ano, 2 dias de viagem, e numa viagem que se eu for pagar aluguel de barco, combustível, piloto, não vai me sair por menos de R\$ 5.000,00. Ou seja, é mais barato eu ir pra Miami e voltar do que ir na minha aldeia e voltar [...].<sup>111</sup>

DO-UFPA é um docente indígena da Universidade Federal do Pará e sua interpretação sobre esse processo adquire especial relevância, tendo em vista a sua própria experiência como um indígena que, habituado ao tempo lento (Santos, 2013a) peculiar à floresta, enfrenta os obstáculos impostos por um “tempo institucional”, da metrópole (Santos, 2005), que, não raro, vai de encontro às lógicas de formação e de vida de povos indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, entre outros, que precisam viajar durante vários dias para chegar à cidade de Altamira e, assim, realizar o seu curso superior.

<sup>110</sup>Informação concedida por DO-UFPA, docente da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada no dia em 8 de outubro de 2024.

<sup>111</sup>Informação concedida por DO-UFPA, docente da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada no dia em 8 de outubro de 2024.

Salienta-se, aqui, a centralidade socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) exercida pela cidade de Altamira no atendimento de demandas cidadãos (ou florestanas) dos povos da floresta que, periodicamente, para ela se dirigem para acessar cursos como os de Etnodesenvolvimento e de Educação do Campo. No entanto, nota-se, criticamente, a equalização dos processos da instituição que tomam como régua Belém e as diretrizes homogeneizadoras do Ministério da Educação; aspectos esses que, aliás, definem a destinação de recursos para graduações como a de Etnodesenvolvimento, pautada na alternância pedagógica e estruturada segundo parâmetros mais sensíveis às dinâmicas dos povos da floresta.

Tais elementos são alguns dos pontos ressaltados por DO-UFPA e que nos mostram certos limites do processo de interiorização da Universidade Federal do Pará. Assim, considerando a questão do financiamento um tema central a todas as instituições públicas de ensino superior, o docente entrevistado arremata afirmando o seguinte: “a gente sabe que a medida do corte no interior é maior do que na capital”<sup>112</sup>; afirmação essa que vai ao encontro, por certo, dos principais problemas enfrentados pelas universidades públicas brasileiras e, em particular, aquelas situadas na Amazônia, sendo esta uma região histórica, econômica e socialmente impactada/prejudicada pelas assimetrias regionais existentes no território brasileiro.

O processo de interiorização também tem pontos positivos e negativos, segundo a leitura da cientista social EQ-UFPA:

[...] tem os seus prós e os seus contras também, né? Os prós é que se tornou acessível para os interiores, para os quilombolas dos interiores adentrarem esse espaço e cursar uma formação profissional, uma graduação. Mas, em contrapartida, a dificuldade é a permanência desses quilombolas, mesmo nos interiores, alguns próximos de suas comunidades ou não, em permanecer na universidade, de forma que tudo o que se consome são gastos, né? Não são baratos, apesar de ser uma universidade pública, não são baratos. E aí a gente é atravessado pelo choque cultural, social, econômico, né? É histórico mesmo [...] Então tem todo um processo de uma dificuldade de não compreender as especificidades de quilombolas. E aí eu vou fazer um recorte de gênero: mulheres, mães com filhos pequenos, que também, sonham e têm o direito de cursar uma graduação, mas não têm com quem deixar o filho ou não pode deixar. Porque não é da nossa natureza largar o filho com outro [...] A gente leva nossa cria pra onde a gente vai. E aí as universidades elas não tão preparadas pra isso, pra esse acolhimento, né? E aí isso é muito difícil, porque... Você ficar na cidade, com todas essas interfaces, né? Cultural, social, econômico... Tu não consegue separar essas coisas. O vínculo que tu cria com esse

---

<sup>112</sup>Informação concedida por DO-UFPA, docente da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada no dia em 8 de outubro de 2024.



território aqui [da universidade], novo, mas o vínculo que tu tem com o teu território [...] quando a gente sai do nosso território pra gente vir para UFPA, a gente faz uma diáspora. Porque aqui é uma outra realidade. Aqui é um outro universo, aqui é uma outra, sei lá, é... Uma outra cosmovisão. E a gente é atravessado, né? De todas as formas. E muitas iguais a mim desistem porque não conseguem se colocar ou superar essas barreiras. Infelizmente. E aí, aí tem essa possibilidade desses *campus*, com o mínimo que a Reitoria consegue levar, disponibilizar, é muito pouco. Porque não tem acolhimento pros alunos, não tem espaço pra esses alunos com suas famílias, né? Mãe com filhos e etc. Não oferecem restaurante universitário, que diminui o custo também desses alunos. Então é uma série de desafios que a universidade maior, a Universidade Federal do Pará, precisa superar. E tudo isso é investimento público, né? É política pública de fato, visando essa perspectiva de levar graduação, de levar qualificação pra todos os locais, seja eles os pertos ou longe [...].<sup>113</sup>

A perspectiva de EQ-UFPA bem demonstra outras limitações relacionadas ao processo de interiorização da Universidade Federal do Pará, como, por exemplo, a necessidade de melhor estender as políticas de assistência estudantil (moradia, alimentação, permanência, transporte, entre outras) aos demais *campi* da instituição, a falta de creches dentro das universidades para que discentes que são mães possam deixar seus filhos enquanto vão assistir às aulas, assim como a ausência de restaurantes universitários nos *campi* universitários para além de Belém, *campus*-sede da UFPA, algo igualmente ponderado pelo gestor GT-UFPA e pelo docente DO-UFPA. Desse modo, a EQ-UFPA considera todos esses aspectos como elementos centrais de uma política de permanência, a qual deveria receber mais investimentos e, assim, ser mais bem implementada nos *campi* da universidade distribuídos pelo espaço paraense, fortalecendo a interiorização da instituição.

Sobre esse processo relacionado à Universidade Federal do Pará, Edilza Fontes, historiadora e estudiosa sobre a temática, acrescenta que:

[...] para se interiorizar, a Universidade Federal do Pará precisou ir muito além de uma expansão física. Ela precisou forjar uma nova cultura acadêmica, constituir novas relações, entre docentes, de docentes com discentes e de funcionários com discentes, assim como estabelecer uma nova relação com as sociedades locais, onde implantou seus *campi* (Fontes, 2012, p. 114).

No sentido de construir novas relações no âmbito e para além desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a), a presença dos povos da floresta na instituição e o fortalecimento dos movimentos políticos demonstram que a universidade e suas

<sup>113</sup>Informação concedida por EQ-UFPA, egressa quilombola da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 17 de dezembro de 2024.

ações são transformadoras, sim, mas evidenciam, sobretudo, que o ingresso e a permanência dessas populações também são transformadores do papel da universidade na região. Revelam, ainda, como destaca EQ-UFGA, que a universidade é “um território em disputa, mas um território que também é nosso”<sup>114</sup>, isto é, de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, camponeses, entre outros grupos sociais, da floresta, que (co)existem e, a partir de tensionamentos, acabam produzindo uma solidariedade orgânica (Santos, 2003, 2012a) junto à instituição e dessa para com o espaço paraense.

Não sem contradições e tendo em vista a preocupação da Universidade Federal do Pará em valorizar o regional (UFGA, 2024) no contexto de suas ações cidadãs de interiorização na Amazônia paraense, faz-se importante potencializar o atendimento das reais demandas sociais, priorizando as necessidades dos povos da floresta, e fortalecer as tradições e os saberes dos grupos sociais localizados para além do *campus*-sede da instituição. Salieta-se a relevância disso considerando as perspectivas de expansão do ensino superior público no Pará a partir da interiorização da UFGA, como as propostas de criação da Universidade Federal do Xingu, com sede em Altamira, da Universidade Federal do Nordeste Paraense, com sede em Bragança, da Universidade Federal da Amazônia Tocantina, com sede em Cametá, e da Universidade Federal do Marajó, com sede em Breves.

Tais esforços, se se concretizarem no médio/longo prazo, tendem a consubstanciar uma rede de solidariedades orgânicas (Santos, 2003, 2012a) no espaço paraense, através da criação de novos *campi* diretamente ligados a cada uma das possíveis novas universidades, bem como a consolidar centralidades socioterritoriais (Trindade Júnior, 2018) em cidades de diferentes e importantes sub-regiões deste estado. Além do mais, potencializando as ações de acesso e permanência de populações da floresta, do campo e das águas, com seus saberes e culturas, há possibilidades, ainda, de ensejar a construção de um ordenamento territorial definido não pelos interesses econômico-corporativos, mas pela cidadania, que, geografizada (Santos, 2014a) através desses objetos de grandeza cidadã, vai ao encontro de um ordenamento cívico do território.

---

<sup>114</sup>Informação concedida por EQ-UFGA, egressa quilombola da Universidade Federal do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 17 de dezembro de 2024.

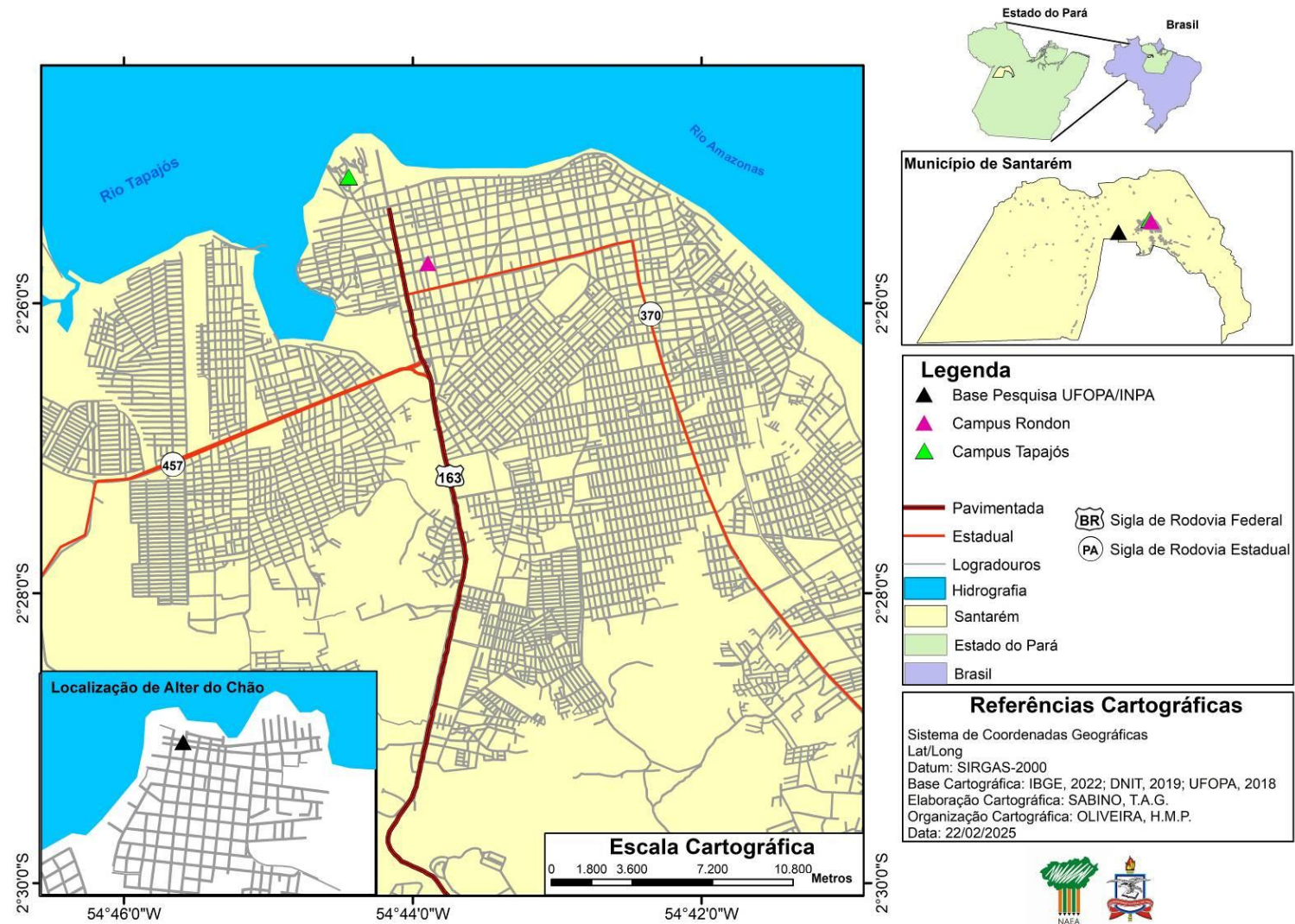
## **6.2 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA): a primeira universidade do interior da Amazônia brasileira**

Sediada em Santarém, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada por meio da Lei nº 12.085, de 05 de novembro de 2009 (Brasil, 2009), a partir do desmembramento e integração dos *campi* da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) presentes no município, no contexto das determinações inerentes ao Reuni. Esse programa federal contribuiu para a criação de 18 novas universidades federais entre 2003 e 2014, dentre elas, a UFOPA e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Nesse particular, especial destaque merece ser dado à cidade de Santarém, propriamente dita, pois, além de sua importância histórica na Amazônia, Santarém possui uma localização geográfica estratégica, posto que se situa no encontro entre dois importantes rios da região, os rios Tapajós e Amazonas (que viabilizam o comércio internacional de grãos, oriundos do Centro-Oeste, a partir da região), e conta com a presença de rodovias estaduais e federais, como a PA-370 (Curuá-Una) e a BR-163 (Cuiabá-Santarém), que integram o seu território à Amazônia e a outras regiões brasileiras, além de um aeroporto (com cerca de 10 voos diários), o qual conecta Santarém a outras cidades brasileiras, como Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Manaus (AM) e Belém (PA), conferindo certo destaque e complexidade ao ordenamento territorial no oeste paraense, onde se situa.

O Mapa 4 apresenta a localização geográfica de Santarém e ressalta os *campi* universitários da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) instalados no espaço urbano santareno, além de uma base de pesquisa da instituição em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), situada no distrito de Alter-do-Chão; fixos esses a serem mais bem explicados em momento posterior deste subcapítulo.

Mapa 4 – Santarém: localização geográfica e principais fixos da UFOPA no espaço santareno

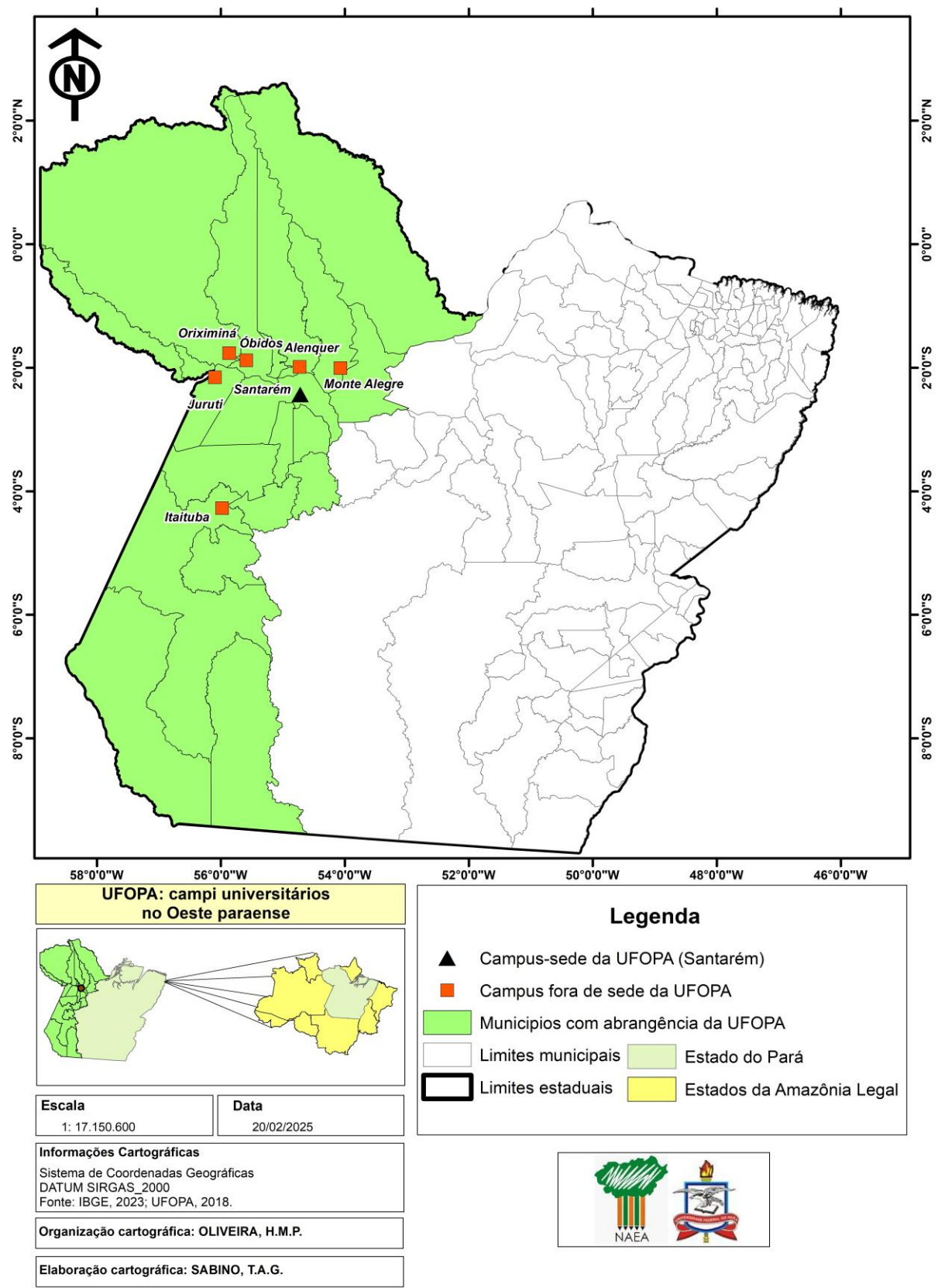


Dados do último censo do IBGE informam que Santarém possui 331.942 habitantes, dos quais cerca de 265.000 vivem na sede municipal (IBGE, 2024), a cidade de Santarém, “nó” importante da rede urbana regional em razão das horizontalidades e verticalidades (Santos, 2012a) que dinamizam a produção social de seu espaço, alçando-a à condição de cidade média na rede urbana regional (Trindade Júnior, 2011a). Com a instalação de uma multinacional norte-americana ligada à produção e exportação de grãos, a Cargill Agrícola S.A, a cidade de Santarém assistiu a um processo de reestruturação de seu espaço (Trindade Júnior; Trindade; Oliveira, 2014; Oliveira, 2017), envolvendo, inclusive, a área rural (Paixão Júnior, 2014) que, junto com a cidade, integra o município, tendo em vista os impactos do avanço da fronteira agrícola por sobre a região a partir da pavimentação da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém) (Toledo, 2009) e da chegada de novos agentes econômicos no oeste paraense.

Tal processo ensejou a produção de diversos problemas socioambientais (aumento do desmatamento, desapropriação de agricultores familiares e incorporação de terras, poluição do ar e do solo a partir do uso de agrotóxicos etc.) e, conseqüentemente, a ampliação de conflitos socioterritoriais nessa sub-região, sendo o oeste paraense uma porção da Amazônia fortemente marcada pela presença de populações indígenas, com significativo movimento organizado, bem como por demais povos da floresta, do campo e das águas. Assim, entendida como a principal cidade dessa sub-região, dado o fato de sua estrutura espacial servir de referência para movimentos sociais, agentes econômicos e políticos do lugar e demais municípios do entorno, Santarém acaba exercendo uma significativa centralidade urbana no oeste do Pará, o qual, segundo dados do IBGE (2023), apresenta população de aproximadamente um milhão de habitantes.

Em se tratando da UFOPA, destaca-se que sua existência no oeste paraense compreende o perfil de uma universidade *multicampi*, de modo que a instituição dispõe, atualmente, de seis campi regionais nessa importante sub-região da Amazônia paraense: Santarém (sede), Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná (Mapa 5), com previsão de construção de um *campus* universitário em Rurópolis, a ser custeada com recursos do PAC Expansão (UFOPA [...], 2024).

Mapa 5 – UFOPA: *campi* universitários no oeste do Pará



Em seu relatório de gestão de 2017 (UFOPA, 2018), a Universidade Federal do Oeste do Pará informa abranger, a partir de Santarém, algo em torno de 20 municípios dessa sub-região paraense, como Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Rurópolis, Terra Santa e Trairão.

Salienta-se, entretanto, que a história do ensino superior no oeste do Pará, notadamente em Santarém, não começa com a criação da UFOPA e remonta à década de 1970, com a atuação dos CRUTACs, a instalação de um “*campus avançado*”<sup>115</sup> da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como parte do Projeto Rondon (Sousa; Colares, 2019) e as iniciativas da UFPA com vistas à sua interiorização no espaço paraense, através da formação de professores (Berbary, 2007). Além desses elementos, destaca-se, nas décadas seguintes, a presença dos *campi* da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), que, juntamente com a UFPA, também atuaram na oferta de ensino superior público nessa realidade sub-regional do estado do Pará, em particular, em Santarém.

Considerando-se que a UFPA, criada em 1957, concentrava seus cursos de graduação principalmente em Belém, foi somente na década de 1970 – cerca de vinte anos depois – que essa universidade empreendeu a oferta de ensino superior em Santarém, sobretudo com a realização precária e experimental das licenciaturas curtas voltadas à formação de professores da educação básica, em parceria com os CRUTACs; daí a criação do Núcleo de Educação de Santarém, pela UFPA, em 1971 (UFPA, [1981?]), o qual fora descontinuado cinco anos depois, após a conclusão das primeiras turmas, e reativado no início dos anos 1980 (ver Figura 12), com as ofertas de licenciaturas curtas em Pedagogia (com habilitação em Supervisão Escolar) e das licenciaturas plenas para as turmas que concluíram aquelas em 1976 (Sousa; Colares, 2019).

Essas iniciativas, segundo Gomes (2011), ensejaram a criação de uma universidade em Santarém, cujo projeto – proposto pela Deputada Lúcia Viveiros, por meio do Projeto de Lei nº 3.884, de 1980 – não frutificou e fora arquivado.

---

<sup>115</sup>Além de Santarém, destaca-se a instalação de “*campi avançados*” em Óbidos, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1972 (o qual, três anos depois, foi transferido para Oriximiná), e em Itaituba, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 1973, nessa sub-região (Brasil, 1980; Schubert, 2019).

Entretanto, tendo em vista a baixa demanda após a realização dos cursos de licenciatura (relacionada ao período em que os cursos ocorriam, mas também à precária infraestrutura oferecida pela universidade) e a avaliação equivocada que a gestão da Universidade Federal do Pará fez sobre esse cenário, a instituição interrompeu a oferta de cursos superiores em Santarém, alegando, erroneamente, conforme Sousa e Colares (2019), o desinteresse da sociedade local por educação superior. Por esse motivo, houve nova ausência de ações universitárias da UFPA em Santarém e municípios do entorno; algo relativamente atenuado pela participação do “*campus avançado*” da UFSC, que, entre 1971 e 1983, fora tido como um importante *locus* de oferta desse serviço mediante a realização de suas ações extensionistas nessa realidade.

O “*campus avançado*” da federal catarinense foi instalado em Santarém no início dos anos 1970, no contexto do Projeto Rondon (Mendes, 1988). Sobre isso, Sousa e Colares (2019) informam que, diferentemente do Núcleo de Educação da UFPA em Santarém, que não contava com o apoio direto do governo federal, o *campus* da UFSC contou com planejamento e com os devidos aparatos financeiro e logístico, havendo, desse modo, o suporte necessário para a realização de suas atividades por mais de uma década nessa porção da Amazônia paraense; fato que contribuiu, inclusive, para a estruturação inicial e oficial do ensino superior em Santarém, já que, com o encerramento de suas atividades em 1985, a estrutura da UFSC fora transferida para a UFPA, que a aproveitou para potencializar o seu processo de interiorização nesse município, a partir de 1986.

Doravante, a Universidade Federal do Pará inicia a consolidação de sua interiorização em Santarém, especialmente com a oferta das licenciaturas intervalares em Letras, Matemática, Pedagogia, História, Geografia e Ciências Sociais (essa última criada em 1991), voltadas às demandas por qualificação dos professores que atuavam nas redes de ensino estadual e municipal da sub-região, mas que não tiveram oportunidades de obter formação superior. Gomes (2011) destaca que, entre 1988 e 1993, período inicial dessa fase de interiorização da UFPA, o *Campus* de Santarém graduou 253 novos licenciados plenos para desempenhar suas funções de ensino nessa realidade do oeste paraense.

Ao longo dos anos 1990, destaca-se a oferta de outros cursos de graduação em Santarém e nos municípios do entorno que têm na cidade de Santarém a sua principal referência socioterritorial no oeste do Pará. Em 1994, conforme Gomes



(2011), houve a criação dos cursos regulares de Biologia, Direito e Tecnólogo em Processamento de Dados (TPD), em Santarém; Pedagogia, em Óbidos; e Letras (na modalidade intervalar) em Itaituba e Monte Alegre. Três anos depois, tem-se a oferta das licenciaturas em Física, Química e Letras – Língua Inglesa, em Santarém, e o curso intervalar de Letras – Língua Inglesa, em Itaituba. A autora acrescenta que, nesse mesmo período, três licenciaturas (Pedagogia, Letras – Língua Portuguesa e Matemática) passaram a ser ofertadas na modalidade regular em Santarém, contribuindo para certa consolidação do ensino superior nesse município.

A partir de então, o *Campus* de Santarém da UFPA conheceu relativa expansão de sua estrutura (infraestrutura com dois espaços/prédios voltados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, quantidade de vagas, docentes, técnicos-administrativos efetivos e de funcionários cedidos pelos governos municipal e estadual), bem como do número de alunos graduados mediante sua oferta de formação superior na sub-região (Sousa, 2019), de modo que, entre 1994 e 1997, o referido *Campus* registrou 369 diplomados e, entre 1998 e 2001, 765 concluintes (Gomes, 2011). Como parte do III Projeto Norte de Interiorização (Freitas, 2005), salienta-se que a UFPA ampliou a abrangência de atuação do *Campus* de Santarém para os municípios de Alenquer, Belterra, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, reafirmando a importância desse fixo social público (Santos, 2014a) no oeste paraense.

Ademais, na virada do século XX para o século XXI, a Universidade Federal do Pará passa a incorporar em seu planejamento a ideia de universidade *multicampi*; ideia essa incluída em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) voltado para o período 2001-2010 (UFPA, 2002), notadamente como um de seus sete eixos estruturantes em torno dos quais a instituição trabalharia no interregno em questão. Nesse período, Gomes (2011) chama a atenção para os investimentos sinalizados para o *Campus* de Santarém, como a criação de cursos de graduação (p. ex.: Física Ambiental, dialogando com as características sub-regionais) e pós-graduação (p. ex.: mestrados em Direito, Biologia, Letras e Recursos Naturais, além do interinstitucional em Engenharia Aplicada em Computação), a construção de laboratórios e a ampliação/reforma da infraestrutura do *Campus*, mas também a elaboração do seu plano de gestão e do projeto de criação da UFOPA.

É nesse período que, no âmbito das iniciativas ligadas ao Programa Expandir (2003-2006), do primeiro governo de Lula da Silva, a Universidade Federal Rural da

Amazônia (UFRA), institucionalizada em 2002 sob essa denominação, implantou a sua Unidade Descentralizada em Santarém, em maio de 2003, o chamado Polo Tapajós; polo esse onde, aliás, a antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), em décadas anteriores, já mantinha atividades de pesquisa em parceria com órgãos locais ligados à questão florestal (UFRA, 2022c). Desse momento em diante, Santarém passou a contar com a oferta do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, uma graduação que tinha como foco a formação de profissionais para interagir com a realidade socioambiental e econômica do oeste do Pará (Projeto [...], 2007 *apud* Gomes, 2011). A instituição em comento assinala que Santarém foi a primeira cidade onde realizou a oferta interiorizada de um curso de graduação (UFRA, 2022).<sup>116</sup>

No que se refere à UFPA, aponta-se que, tendo formado 2.443 estudantes em cursos de graduação entre 2002 e 2008 (Gomes, 2011), sobretudo em cursos de licenciatura, dada a alta demanda por formação de professores na sub-região, o *Campus* de Santarém demonstrava a necessidade de consubstanciar uma estrutura acadêmico-administrativa própria para atender a essas necessidades regionais por formação superior; daí a proposição dos projetos de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará ao longo dos anos 2000, com vistas à promoção do ensino superior nessa realidade particular da Amazônia e em diálogo com as suas potencialidades, com destaque para o Projeto de Lei (PL) nº 657/2003, de autoria do Deputado “Babá” (PT), como uma das tentativas de criação da UFOPA nesse período; projeto esse que fora arquivado em 2004 em razão de sua “inadequação financeira e orçamentária” (Brasil, 2003b, local. 3).

Gomes (2011) também comenta sobre outra tentativa de criação dessa instituição em Santarém, desta vez, em 2006, com o Projeto de Lei nº 213, transformado no ano seguinte em Projeto de Lei nº 887, sob a autoria do então Senador Flexa Ribeiro (PSDB). Nesse PL, solicitava-se a criação da UNIOESPA a partir do desmembramento do *Campus* de Santarém da UFPA; iniciativa essa que também não logrou sucesso e fora arquivada em 2008 com semelhante justificativa

---

<sup>116</sup>“Em 13 de novembro de 2006 o curso de Engenharia Florestal de Santarém foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN) e em 04 de agosto de 2008 o campus foi credenciado pelo Ministério da Educação, homologando o parecer do Conselho Nacional da Educação e autorizando o funcionamento do curso, com a oferta de 30 vagas anuais. Em 19 de maio de 2008 foi realizada a outorga de grau da primeira turma de Engenheiros Florestais do campus, com 21 profissionais” (UFRA, 2022c, local. 1).

do arquivamento do PL nº 657/2003. Contudo, com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu segundo mandato (2007-2010) à presidência da República, garantida pelo apoio de vários partidos, e a eleição de Ana Júlia Carepa (PT) para o governo estadual no Pará, houve certo alinhamento político entre as esferas federal e estadual, mas também com a esfera municipal, que também contou com a vitória da candidata do PT, Maria do Carmo, reeleita para a Prefeitura de Santarém.

O resultado desse alinhamento se expressou no incremento de projetos de desenvolvimento para o estado do Pará, no âmbito do PAC, bem como no reforço de cidades de importância na rede urbana regional, como Santarém e Marabá (Cardoso, 2015; Oliveira, 2017), potencializando suas centralidades urbanas na Amazônia (Trindade Júnior, 2015a). Em Santarém, particularmente, destaca-se o reatamento da política de expansão do ensino superior no país ensejada pelo governo Lula da Silva, o Reuni. Em seu contexto, ficou estabelecida a criação de quatro novas universidades federais no território brasileiro, sendo uma delas na Amazônia, graças às lutas políticas da região. A dúvida, doravante, pairou em torno da escolha do estado para abrigá-la: o Pará ou o Amazonas.

As dimensões territoriais e a estrutura do processo de urbanização do espaço paraense e sua urbanodiversidade (Trindade Júnior, 2010b, 2013a, 2015a) foram elementos decisivos na escolha do estado do Pará para sediar a nova universidade federal da Amazônia. Isso porque, diferentemente do estado do Amazonas, na Amazônia ocidental, cujo padrão de urbanização é mais concentrado em sua capital e mesmo na Região Metropolitana de Manaus (Santos, 2022), o Pará apresenta um padrão de urbanização mais difuso na porção oriental do espaço amazônico (Trindade Júnior, 2015b, 2019), adquirindo destaque a importância de centros sub-regionais que assumem um papel centrípeto e centrífugo quanto ao atendimento/oferta de equipamentos e serviços em diferentes frações desse estado (Trindade Júnior, 2015c, 2018, 2024).

Nesse particular, a escolha de Santarém se deu por conta de sua localização estratégica, no “coração” da região, às margens de dois importantes rios da região e entre as duas maiores metrópoles regionais do espaço amazônico – Belém e Manaus – (Mello, 2007), bem como pela centralidade urbana de sua cidade, tanto do ponto de vista econômico (Santarém é o principal polo econômico do oeste paraense) e político (Santarém exerce significativa influência política na sub-região) quanto socioterritorial, uma vez que a cidade de Santarém se coloca como um

relevante espaço de apoio para as demandas sub-regionais por fixos sociais diversos e seus respectivos serviços, consoante as discussões que Trindade Júnior (2011a, 2015c, 2021b) vem realizando.

Gomes (2011) pondera que a atuação do governo estadual junto ao governo federal também foi de grande valia para a tomada de decisão sobre a escolha de Santarém como sede da nova universidade. A autora ainda acrescenta que:

[...] Junto a isso, houve um grande processo articulatório de vários atores sociais da região, bem como a constituição de um documento [...] com a assinatura de várias entidades que apoiavam que Santarém fosse a sede da nova universidade. Entre essas entidades estavam: a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará (AMUT), Associação dos Municípios da Calha Norte (AMUCAN), Prefeituras e Câmaras de Vereadores da região (Gomes, 2011, p. 78).

Todo esse processo descrito por Gomes (2011) reforça o argumento em torno da centralidade política que Santarém exerce no oeste paraense, conforme Trindade Júnior (2011a, 2015c, 2016c) tem sustentado em suas contribuições. Argumenta-se isso, pois, nesse período, havia uma discussão muito forte em torno da criação de dois novos estados brasileiros a partir da redivisão do estado do Pará: o estado de Carajás, com capital em Marabá, e o estado do Tapajós, com capital em Santarém. Neste último, situado no oeste paraense, constituiu-se significativa articulação política em nível local e sub-regional com vistas ao fortalecimento desse projeto de fragmentação territorial e em função da expressiva centralidade da cidade de Santarém na rede urbana regional, dada a sua estrutura urbana e sua condição de cidade intermediária na região (Trindade Júnior; Trindade; Oliveira, 2014).

Nessa perspectiva, GT-UFOPA 1 pondera que vários segmentos da sociedade civil do oeste paraense reforçaram a escolha de Santarém como sede da nova universidade federal a ser criada nessa porção do espaço amazônico, mas como parte de um projeto que visava fortalecer o processo de redivisão territorial do Pará e a consequente criação do estado do Tapajós:

[...] a UFOPA, a discussão do nome em si, “Região Oeste do Pará”, já foi pensando, talvez, na divisão do estado [do Pará]. E aí isso de alguma forma teria um peso maior, porque se [...] a gente for separar o estado em mesorregiões, então grande parte dos municípios que são polos da UFOPA está dentro do Baixo Amazonas, mais um, que é o de Itaituba, e que pega já o sudoeste do Pará. Então acaba que a gente pega toda a extensão do

oeste paraense, que seria muito próximo do que seria o estado do Tapajós.<sup>117</sup>

Desse modo, a articulação política de variados agentes locais e sub-regionais e a consequente convergência dos interesses do oeste paraense (inclusive econômicos) quanto à criação da nova universidade em Santarém representaram um apoio de grande importância para a interiorização do ensino superior na Amazônia paraense mediante a criação da instituição, mas, evidentemente, para a potencialização da criação do estado do Tapajós, não obstante a recusa da redivisão do Pará em plebiscito realizado em 2011 junto à população do estado.

Ademais, dentre as justificativas defendidas nessa articulação para a criação da UFOPA, adquirem destaque a importância histórica da atuação da UFPA em Santarém, as possibilidades de crescimento econômico do município e de desenvolvimento da indústria e da tecnologia, os anseios da população local e sub-regional pela instalação de uma nova universidade na região, mas também a distância de Santarém em relação à capital, o que, durante muitos anos, dificultou a oferta de ensino superior no oeste paraense (Gomes, 2011).

Assim sendo, e em razão da reiterada centralidade de Santarém no oeste do Pará e da trajetória, principalmente, da Universidade Federal do Pará relacionada à oferta de formação superior na sub-região, ficou decidida a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) no ano de 2009 (Brasil, 2009), resultado do desmembramento dos *campi* de Santarém daquela instituição – com destaque ao importante processo de interiorização por ela desempenhado desde os anos 1980, sobretudo, a despeito da grandeza da demanda – e da Universidade Federal Rural da Amazônia, bem como do aproveitamento infraestrutural dos núcleos universitários de ambas as instituições – mas principalmente da UFPA – em Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná; municípios esses cujas cidades passaram a abrigar *campi* da UFOPA e a contribuir para a consolidação de sua estrutura *multicampi* no oeste paraense.

Em Santarém<sup>118</sup>, a UFOPA desenvolve suas atividades em duas unidades principais, atualmente: o *Campus* Rondon (até então, *Campus* I), localizado no

---

<sup>117</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

bairro Caranazal, e o *Campus* Tapajós (até então, *Campus* II), situado no bairro Salé.<sup>119</sup> No distrito de Alter do Chão, destaca-se a instalação de uma base de pesquisa da UFOPA em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas sobre a Amazônia (INPA) (Pesquisa [...], 2022), voltado ao estudo da biodiversidade da região (vide Mapa 5).

No contexto da estrutura desses dois *campi*, a UFOPA conta com sete unidades acadêmicas – Instituto de Ciências da Educação (Iced), Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef), Instituto de Ciências e Tecnologias das Águas (ICTA), Instituto de Saúde Coletiva (Isco) e Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII) (UFOPA, 2024a) – no âmbito das quais desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de diversos laboratórios de pesquisa.

Vale ressaltar que o *Campus* Rondon é onde, inicialmente, funcionou o “*campus* avançado” da UFSC por ocasião do Projeto Rondon, daí o nome da unidade (Berbary, 2007). Trata-se de uma estrutura situada em área urbana, onde havia o funcionamento da Escola Municipal Everaldo Martins, cujo espaço fora cedido, em parceria com o governo federal, para sediar a base das atividades do referido projeto em Santarém. Nos anos 1980, como já mencionado, as instalações do “*campus* avançado” foram transferidas para a Universidade Federal do Pará, de modo que essa instituição pudesse, a partir desse momento, funcionar o seu *campus* de interiorização nesse município.

Hodiernamente, o *Campus* Rondon, que ainda preserva muitos aspectos de sua estrutura original (figuras 16 e 17), abriga uma biblioteca, blocos/pavilhões de salas de aula de graduação e pós-graduação, além de laboratórios de ensino e pesquisa e um prédio de dois andares onde também funcionam salas de aula e, no térreo, um espaço de convivência (figuras 18 e 19). Em relação aos cursos regulares de graduação, nele são ofertados principalmente os cursos de graduação em licenciatura abrigados no Instituto de Ciências da Educação (Iced), como Ciências

---

<sup>118</sup>Além das instituições particulares, Santarém também conta com *campi* da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), os quais também contribuem com a oferta de ensino superior no município.

<sup>119</sup>Durante cerca de dez anos, a UFOPA também contou com a Unidade Amazônia, no bairro Fátima, a qual funcionava em um prédio alugado e fora desativada em 2021, em razão das obras de expansão da Unidade Tapajós ao longo dos anos 2010.

Biológicas, Geografia, Informática Educacional, História, Letras (Portuguesa e Inglês), Matemática, Física, Pedagogia e Química.

O *Campus* Tapajós (Figuras 20), por sua vez, está situado às margens do Rio Tapajós, ao lado do porto da multinacional Cargill Agrícola. Anteriormente, servia como espaço de alojamento para professores e estudantes da UFPA que desenvolviam atividades no *Campus* Rondon. Hoje em dia, abriga boa parte das estruturas acadêmica e administrativa da UFOPA, contando com núcleos de salas de aula, um núcleo tecnológico de laboratórios (Figura 21), um bloco modular onde funcionam a reitoria, as pró-reitorias e outros espaços acadêmicos e administrativos (Figura 22), um espaço de orla às margens daquele rio, com complexo esportivo e um espaço de convivência/recreação em forma de palafita, popularmente chamado de “Madeirão” (Figura 23), além do Restaurante Universitário (importante instrumento da política de permanência discente na instituição) e de alguns de seus laboratórios de pesquisa, situados em áreas imediatas ao *campus*.

Figura 16 – UFOPA: vista parcial da frente do *Campus Rondon*, em Santarém



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, jan. 2024.



Figura 17 – UFOPA: interior do *Campus Rondon*, em Santarém, com destaque para o busto do Marechal Rondon no jardim do *campus*



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, jan. 2024.



Figura 18 – UFOPA: vista parcial de um bloco de aulas (à esquerda), um laboratório de ensino (à direita) e da biblioteca (ao fundo, à direita) no *Campus Rondon*, em Santarém



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, jan. 2024.



Figura 19 – UFOPA: vista parcial de um bloco de aulas (à direita), laboratórios de ensino, pesquisa e extensão (à esquerda) e do prédio de salas de aula de graduação e pós-graduação (ao fundo) no *Campus Rondon*, em Santarém



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, jun. 2023.



Figura 20 – UFOPA: vista parcial da entrada do *Campus Tapajós*, em Santarém



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, jun. 2023.



Figura 21 – UFOPA: vista parcial do interior do *Campus Tapajós*, em Santarém, com destaque, ao fundo, para o Laboratório de Ecologia e Comportamento Animal (LECAAn)



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, jun. 2023.



Figura 22 – UFOPA: vista parcial do Bloco Modular Tapajós (BMT) no *Campus Tapajós*, em Santarém, onde funcionam reitoria, pró-reitorias e demais espaços de gestão e acadêmicos



Fonte: Lino Arlem Azevedo Baía, nov. 2024.



Figura 23 – UFOPA: vista parcial do “Palafita Madeirão”, espaço de convívio/recreação recém-reformado às margens do Rio Tapajós, no *Campus Tapajós*, em Santarém



Fonte: Lino Arlem Azevedo Baía, nov. 2024.

Em relação às ofertas de graduação em funcionamento no *Campus* Tapajós, tem-se os seguintes cursos de bacharelado: Agronomia, Antropologia, Arqueologia, Biotecnologia, Ciências Atmosféricas, Ciências Biológicas, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia de Pesca, Engenharia Física, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Farmácia, Geofísica, Geologia, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Interdisciplinar em Ciências Agrárias, Interdisciplinar em Ciências Ambientais, Interdisciplinar em Ciências da Terra, Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas - Engenharia Sanitária e Ambiental, Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas - Gestão Ambiental, Interdisciplinar em Saúde, Medicina<sup>120</sup>, Saúde Coletiva, Sistemas de Informação e Zootecnia.

No que se refere aos demais *campi* da instituição, em Alenquer (Figura 24), Itaituba, Juruti (Figura 25), Monte Alegre (Figura 26), Óbidos (Figura 27) e Oriximiná (Figura 28), o Quadro 9 traz, em perspectiva sinótica, uma contextualização sobre cada um e informa os cursos regulares de graduação por eles oferecidos no oeste paraense.

---

<sup>120</sup>O curso de Medicina foi recém-criado na UFOPA e está em fase de implementação nessa universidade. Sua infraestrutura será abrigada pelo Bloco Modular Tapajós III (BMT 3), a ser construído no *Campus* Tapajós com recursos aprovados no âmbito do Novo PAC, notadamente no grupo “Consolidação” (UFOPA [...], 2024). Adverte-se, também, que a oferta dessa graduação estará circunscrita a Santarém, *campus*-sede da instituição, tendo em vista a sua estrutura face as necessidades inerentes à realização do curso.



Figura 24 – UFOPA: vista parcial do *Campus* de Alenquer, recém-construído



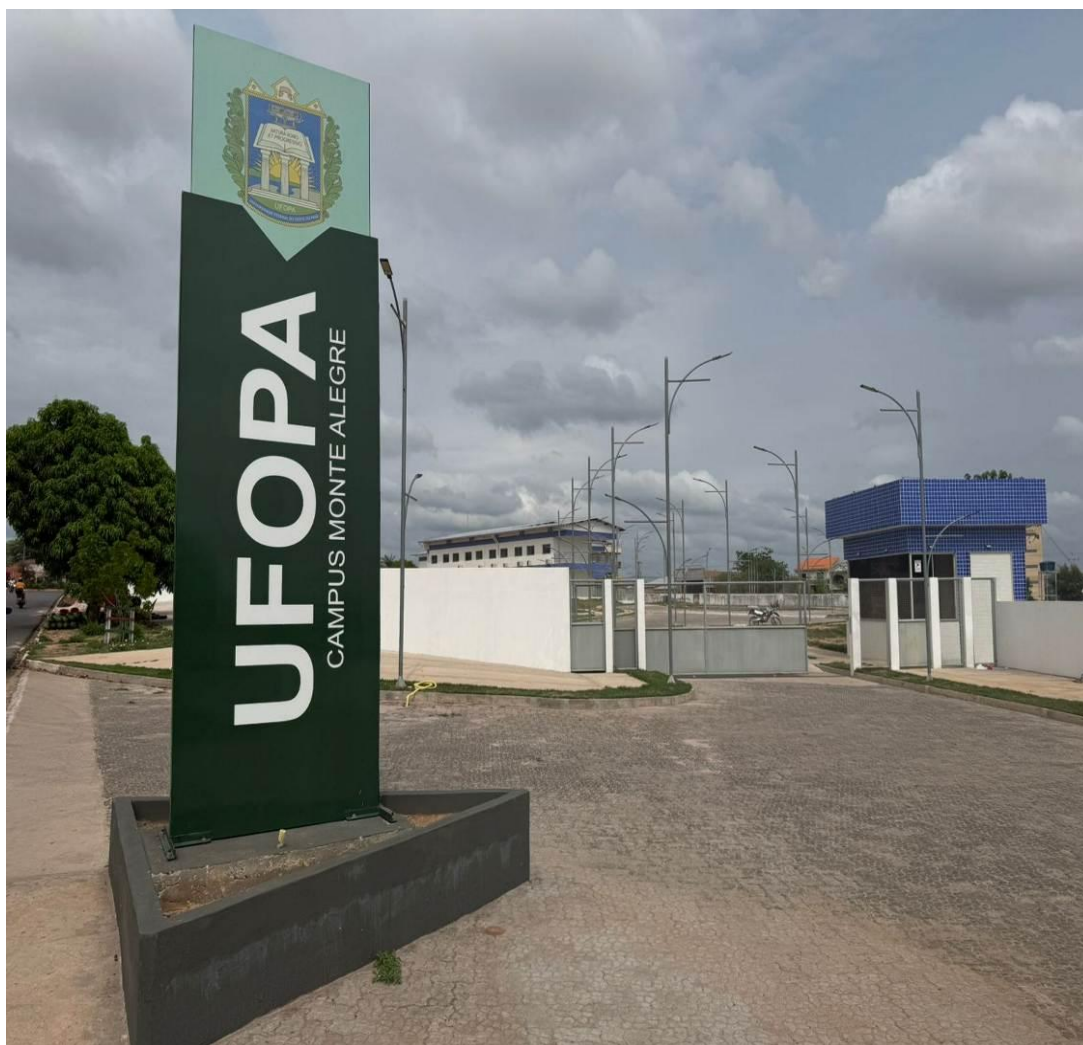
Fonte: Vieira (2021).

Figura 25 – UFOPA: vista parcial do *Campus* de Juruti, recém-construído



Fonte: UFOPA (2023a).

Figura 26 – UFOPA: vista parcial do *Campus* de Monte Alegre, recém-construído



Fonte: Saint-Clair Trindade Júnior, jan. 2025.



Figura 27 – UFOPA: vista parcial do *Campus* de Óbidos, com estrutura aproveitada da UFPA



Fonte: UFOPA (2023a).

Figura 28 – UFOPA: vista parcial do *Campus* de Oriximiná, com estrutura aproveitada da UFPA



Fonte: UFOPA (2023a).

Quadro 9 – UFOPA: breve contextualização dos *campi* e ofertas regulares de graduação presencial

| <b><i>Campus</i></b>             | <b>Breve contextualização do <i>campus</i></b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>Cursos de graduação presencial atualmente ofertados</b> |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <i>Campus de Alenquer (CALE)</i> | Alenquer possui 69.377 habitantes, dos quais 35.153 vivem na área urbana (IBGE, 2024), e é um dos municípios localizados no baixo curso do Rio Amazonas que integram a porção mais imediata a Santarém no oeste paraense. Sua cidade – uma pequena cidade – traz consigo muito da herança portuguesa, algo perceptível em sua toponímia, mas também em sua configuração territorial, conforme elabora Trindade Júnior (2021b). Não obstante, esse autor também aduz que Alenquer não perdeu os traços que a identificam como uma verdadeira cidade ribeirinha da Amazônia, posto que sua dinâmica social, econômica e urbana mantém estreita relação com a floresta e com a dinâmica das águas daquele rio. Ainda que a UFPA tenha realizado ofertas esporádicas e em regime intercalar nessa realidade como parte de suas ações de interiorização, é com a criação da UFOPA que a história da educação superior em Alenquer adquire maior substância, de modo que, já em 2010, as atividades nesse <i>campus</i> tiveram início com o ingresso de cinco turmas no contexto do PARFOR, em parceria com os governos estadual e municipal. Desde 2010, então, o <i>Campus</i> de Alenquer vem se consolidando – assim como os demais <i>campi</i> fora de sede da instituição – tanto em termos de pessoal (docentes, técnicos-administrativos, alunos etc.) quanto em termos de estrutura física. Atualmente, o <i>campus</i> conta com a oferta de apenas um curso de graduação regular, tendo a sua primeira turma ingressado no ano de 2017, mas com previsão de criação de mais dois cursos, os bacharelados em Direito e em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA, 2024b). | Administração (Bach.)                                      |
| <i>Campus de Itaituba (CITA)</i> | O município de Itaituba (123.314 habitantes, estando 107.284 deles localizados na área urbana) (IBGE, 2024) e, especialmente, sua cidade têm adquirido relativo destaque no oeste paraense em razão da convergência de diversos projetos econômicos (mineral, logístico, energético etc.) em seu território (Schuber, 2019). Sua posição estratégica, às margens do Rio Tapajós e entrecortada pela Transamazônica (BR-230), confere certa particularidade ao seu ordenamento territorial face as dinâmicas que a ela têm sido dirigidas no início do séc. XXI e que, outrossim, têm lhe provocado uma série de rebatimentos socioespaciais (Trindade Júnior, 2021b). Na perspectiva do ensino superior, destaca-se que, nos anos 1970, Itaituba abrigou um “ <i>campus</i> avançado” da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em razão do Projeto Rondon, o qual realizou projetos ligados à educação, à saúde e às questões socioeconômica e agropecuária no município (Brasil, 1980). Não obstante as ações de interiorização da UFPA, realizadas nessa cidade principalmente a partir dos anos 1990, o ensino superior vem revelar maior expressão em Itaituba com a criação da UFOPA em 2009 e a consequente instalação de seu <i>campus</i> nessa realidade, cuja estruturação inicial, assim como Alenquer, contou com a oferta de cursos intervalares de licenciatura no âmbito do PARFOR, em 2010, contribuindo com a formação de professores para atuar nas áreas urbana e rural do município. Regularmente, destaca-se que o <i>Campus</i>                                                                                                                             | Engenharia Civil (Bach.)                                   |

|                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                        |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
|                                      | de Itaituba também oferta apenas um curso regular de graduação desde 2017, na área de engenharia e construção civil, constituindo-se, assim, como um importante fixo social a estudantes oriundos de vários municípios do seu entorno, como, por exemplo, Aveiro, Jacareacanga, Trairão, Novo Progresso, Placas, Rurópolis e Uruará (UFOPA, 2024c).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                        |
| <i>Campus de Juruti (CJUR)</i>       | Banhado pelo Rio Amazonas, Juruti é um município do oeste paraense que faz divisa com o estado do Amazonas e que possui população de 50.881 habitantes. Sua cidade, onde vivem 29.791 munícipes (IBGE, 2024), conta com os impactos socioambientais de um grande projeto de mineração de bauxita desenvolvido pela Alcoa World Alumina Brazil Ltda., multinacional norte-americana em operação no município desde os anos 2000 (Marialva, 2012) e cujas atividades têm engendrado uma série de conflitos ambientais e territoriais para com a sociedade local (Canto <i>et al.</i> , 2015). É nesse contexto em que o <i>Campus</i> de Juruti fora inserido em 2010 e no qual, inicialmente, a UFOPA também realizou cinco turmas de licenciatura intervalares pelo PARFOR no mesmo ano, sendo somente em 2017 que a instituição criou dois cursos de graduação regulares em estrutura própria (até então, as atividades de ensino eram realizadas em uma escola municipal) nessa realidade (UFOPA, 2024d); cursos esses cujos perfis, aliás, parecem dialogar mais com as atividades econômicas desenvolvidas no município do que com as demandas das populações locais diretamente impactadas pelas atividades da mineradora e que, como forma de compensação, têm recebido <i>royalties</i> da empresa como uma espécie de “licença” para continuar explorando/saqueando os recursos regionais. Em 2023, destaca-se que o <i>Campus</i> de Juruti também realizou a oferta da graduação em Engenharia Civil no âmbito do programa Forma Pará, contribuindo com a formação superior no município. | Agronomia (Bach.)<br>Engenharia de Minas (Bach.)       |
| <i>Campus de Monte Alegre (CMAL)</i> | Conhecido pelo patrimônio arqueológico e histórico que possui, a comprovar, inclusive, a existência e a importância de populações locais bem antes da chegada dos portugueses que o colonizaram e o atribuíram toponímia lusitana no século XVII, o município de Monte Alegre possui 60.012 habitantes, dos quais cerca de 55% (32.654) vivem na sua cidade (IBGE, 2024). A instalação de um <i>campus</i> universitário da UFOPA em Monte Alegre permitiu que as atividades de ensino anteriormente desenvolvidas de forma esporádica pela Universidade Federal do Pará passassem a contar com certa recorrência na cidade, de modo que, entre 2010 e 2016, cinco cursos de graduação, em regime intensivo, foram ofertados pelo PARFOR, como, por exemplo, as licenciaturas plenas em Pedagogia, em Letras (Português e Inglês), e as licenciaturas integradas em Química e Biologia, História e Geografia e Matemática e Física. Em 2017, tal como nos demais <i>campi</i> de interior da UFOPA, houve a autorização do primeiro curso regular do <i>Campus</i> de Monte Alegre, desta feita, voltado ao aproveitamento dos recursos naturais aquáticos e, portanto, oferecendo boas possibilidades de diálogo com as demandas locais. O início do funcionamento desse curso suscitou a realização de melhorias na estrutura do referido <i>campus</i> , de modo a prepará-lo para receber a primeira turma de graduação regular no fim do mesmo ano (UFOPA, 2024e). Ainda hoje, o <i>Campus</i> de Monte Alegre oferece apenas este curso no município.                                         | Agronomia (Bach.)<br>Engenharia de Aquicultura (Bach.) |
| <i>Campus de</i>                     | De acordo com o último censo do IBGE, o município de Óbidos apresentou 52.229 habitantes, dos quais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Pedagogia (Lic.)                                       |

|                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                               |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| Óbidos (COBI)                     | 31.699 vivem na área urbana (IBGE, 2024), também banhada pelo Rio Amazonas. Óbidos também foi um dos espaços de atuação do Projeto Rondon, que implantou um “ <i>campus avançado</i> ” da Universidade Federal Fluminense (UFF) na cidade nos anos 1970 e realizou, principalmente, atividades de educação e saúde nessa realidade local; <i>campus</i> esse que, posteriormente, foi transferido para Oriximiná. No contexto da Universidade Federal do Pará, em seu processo de interiorização, Óbidos foi um polo da instituição e, desde 1994, contou com a oferta de cursos intervalares de Licenciatura em Pedagogia, o que, certamente, foi ao encontro da dramática necessidade de professores com formação superior para atuar nas escolas municipais e estaduais sediadas nas áreas urbanas e rurais do município. A elevação de Óbidos à condição de <i>Campus</i> Universitário, entretanto, só veio ocorrer com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, em 2009, dado o perfil de universidade <i>multicampi</i> assumido por essa instituição desde então. De maneira semelhante aos outros <i>campi</i> da UFOPA, o <i>Campus</i> de Óbidos só começou a funcionar efetivamente no ano de 2010, com a implantação de turmas de graduação intensivas ligadas ao PARFOR no interior de estabelecimentos locais de educação básica; parceria essa com os governos municipal e estadual que, semelhante ao caso da UFPA, também foi de grande valia para os primeiros momentos da interiorização da UFOPA no oeste paraense. Atualmente, aponta-se que esse <i>campus</i> mantém a oferta da graduação em Pedagogia, sendo ele, além do <i>campus</i> -sede, a única unidade regional da UFOPA que disponibiliza esse curso em regime regular (desde 2017) no oeste paraense (UFOPA, 2024f). |                                                               |
| <i>Campus</i> de Oriximiná (CORI) | Banhada pelo Rio Trombetas, Oriximiná – 68.294 habitantes, sendo 47.358 na área urbana (IBGE, 2024) – é o quarto maior município em extensão territorial do país e tem sua dinâmica local fortemente impactada pela instalação de um grande projeto de mineração liderado pela empresa Mineração Rio do Norte (MRN). Trata-se do Projeto Trombetas, o qual, desde os anos 1970, conta com um notável sistema de objetos (porto, rodovias, ferrovia e a <i>company town</i> Porto Trombetas) voltado para as atividades de exploração e exportação da bauxita no oeste paraense (Trindade Júnior, 2010a). O início da consolidação do ensino superior em Oriximiná guarda relação com esse grande projeto, pois, em 2005, a MRN e a Universidade Federal do Pará firmaram um convênio de cooperação técnica que resultou na criação do Núcleo Universitário de Oriximiná, onde foram continuados os cursos de licenciatura em Pedagogia e em Ciências Naturais, já realizados pela instituição, e ofertados novos cursos superiores (Geografia, História, Matemática e Música). Tendo desempenhado um importante papel relacionado à oferta de formação superior em Oriximiná, a estrutura desse núcleo da UFPA fora incorporada pela UFOPA em 2009 e, hoje em dia, essa instituição oferece dois cursos regulares de graduação, ambos autorizados em 2017 com vistas ao atendimento das demandas do desenvolvimento regional, conforme consta em UFOPA (2024g).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Ciências Biológicas (Bach.)<br>Sistemas de Informação (Bach.) |

Elaborado pelo autor, em 2024, com base em Brasil (1980), Canto *et al.* (2015), IBGE (2024), Marialva (2012), Schubert (2019), Trindade Júnior (2010a, 2021b), UFOPA (2024b, 2024c, 2024d, 2024e, 2024f, 2024g) e SIGAA UFOPA (2024).



A interiorização da UFOPA, da mesma forma que a da UFPA, contou com o importante apoio das prefeituras dos municípios onde a instituição tem *campus* universitário. Assim, por se tratar de uma universidade recente e com poucos recursos para potencializar a sua atuação regional, a UFOPA ainda tem caminhado no sentido de consolidar a estrutura *multicampi* que possui no oeste paraense, seja em termos de pessoal, seja em termos de infraestrutura.

No que se refere ao *Campus* de Santarém, tendo em vista o fato desse ter herdado as estruturas da UFRA e, sobretudo, da UFPA, há uma infraestrutura relativamente melhor quanto à dos *campi* fora de sede, inclusive em se tratando da oferta regular de cursos de graduação presencial: 37 em Santarém, 1 em Alenquer, 1 em Itaituba, 2 em Juruti, 2 em Monte Alegre, 1 em Óbidos e 2 em Oriximiná; cursos esses que, especialmente nos *campi* fora de sede, têm diplomado as suas primeiras turmas a partir dos últimos dois anos (UFOPA, 2024h), posto que os cursos regulares foram iniciados apenas em 2017 nesses municípios, tal como informado no Quadro 9.

Aponta-se, por conseguinte, que Santarém concentra cerca de 80% dos cursos regulares de graduação disponibilizados pela UFOPA e apresenta relativa diversidade de ofertas, haja vista a existência de graduações ligadas à formação de engenheiros diversos, mas também, evidentemente, de profissionais da saúde, do direito e implicados com as particularidades da própria sub-região, tendo em vista, por exemplo, a criação/existência de graduações relacionadas à biodiversidade, à floresta e às águas, aquando da institucionalização dessa universidade no oeste paraense. Os cursos voltados à formação de professores, historicamente importantes na região, também se fazem presentes – ainda que em menor número – e em muito contribuem com o fortalecimento da educação nessa realidade socioespacial.

Nesse sentido, apoiados nas diretrizes do Reuni, alguns cursos da UFOPA foram criados a partir de uma proposta inovadora sintonizada com a utilização das potencialidades socioeconômicas da região.<sup>121</sup> Daí advém, por conseguinte, a criação dos bacharelados interdisciplinares (Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas, Interdisciplinar em Ciências

---

<sup>121</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

Agrárias, Interdisciplinar em Ciências Ambientais, Interdisciplinar em Ciências da Terra e Interdisciplinar em Saúde), pautados na organização por grandes áreas, com foco na interdisciplinaridade (Brasil, 2010c)<sup>122</sup>, e das licenciaturas integradas (p. ex.: Matemática e Física, História e Geografia, Biologia e Química)<sup>123</sup>, concebidas com o intuito de estimular formações inter e transdisciplinares entre áreas/ciências próximas.

Ao analisarmos os cursos regulares de graduação instalados nos *campi* fora de sede, observamos um cenário com poucas ofertas. Na perspectiva da formação de professores, apenas o *Campus* de Óbidos possui curso nessa direção, a Licenciatura em Pedagogia, responsável pela formação de professores/profissionais em nível superior para a docência e/ou gestão nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Nos demais municípios que possuem *campi* universitários da UFOPA, há uma dominância de cursos de bacharelado profissionais, especialmente de ofertas que vão ao encontro das demandas ou das ditas “vocações” dos municípios, como a Engenharia de Minas, em Juruti, onde se tem a presença de uma multinacional ligada à mineração de bauxita, a Engenharia Civil, em Itaituba, em razão das questões logística e energética, e a Engenharia de Aquicultura, em Monte Alegre, relacionada à potencialidade dos recursos pesqueiros da região.

O caso de Juruti se destaca porque o município abriga um dos maiores de depósitos de bauxita do mundo, razão pela qual, em meados dos anos 2000, após adquirir o direito de concessão para exploração, a mineradora norte-americana Alcoa<sup>124</sup> implantou o seu empreendimento em Juruti, com a instalação de uma estrutura que possibilitou o início da produção de minério no Baixo Amazonas (Marialva, 2012). Assim, tendo em vista o perfil assumido por Juruti na Divisão Territorial do Trabalho, houve, com a abertura do referido *campus* universitário da UFOPA<sup>125</sup> nessa localidade, a demanda pela criação do curso de Bacharelado em

---

<sup>122</sup>Os cursos de bacharelado interdisciplinar têm duração de 3 anos, diferentemente dos bacharelados profissionais e das licenciaturas integradas e plenas, que, em média, duram entre 4 e 5 anos (UFOPA, 2018).

<sup>123</sup>Nos últimos anos, discussões foram realizadas com vistas à separação das licenciaturas integradas, de modo que, atualmente, a UFOPA não mais apresenta esse tipo de curso de graduação em seu catálogo (UFOPA, 2023b, 2024i).

<sup>124</sup>A Alcoa possui três unidades produtivas no Brasil, estando elas localizadas em São Luís (MA), Poço de Caldas (MG) e Juruti (PA) (Alcoa, s.d.).

<sup>125</sup>A própria construção do *Campus* de Juruti foi realizada por meio de um Acordo de Cooperação Financeira celebrado entre a Alcoa e a UFOPA, que destinou a doação de R\$3,5 milhões voltados à

Engenharia de Minas (UFOPA, 2020a) em meados da década de 2010, de modo a fortalecer a consolidação da atividade mineradora, bem como da grande empresa, a partir da formação de recursos humanos na região.

De alguma forma, isso também revela a contribuição da universidade com o fortalecimento de lógicas economicistas e corporativas na Amazônia paraense, dado o papel da UFOPA “na ampliação de novas oportunidades em áreas do conhecimento estratégicas para o desenvolvimento da região” (UFOPA, 2020a, local. 18) e o fato de o curso de Engenharia de Minas, por exemplo, possuir “um papel importante na formação de profissionais para atuar nas frentes de desenvolvimento que estão se instalando e para fomentar o desenvolvimento da região amazônica” (UFOPA, 2020a, local. 18). Isso, por sua vez, não se mostra diferente no caso do curso de Engenharia Civil, em Itaituba:

[...] no contexto socioeconômico do Oeste do Pará, a demanda por esse curso de Engenharia Civil se dá pelo crescimento da região, com uma série de novos empreendimentos e grandes projetos, onde a região carece de profissionais bem qualificados, muitas vezes tendo que buscar profissionais engenheiros de outras regiões do país. A estratégia de instalar o curso de Engenharia Civil no município de Itaituba se deu pensando no [...] atendimento das demandas dos empreendimentos [...] como o projeto de construção de uma ferrovia que liga o Mato Grosso ao Pará, a instalação de portos de exportação de grãos, a fábrica de cimento, o garimpo, os projetos de construção de hidrelétricas no Rio Tapajós, entre outros empreendimentos [...] (UFOPA, 2020b, p. 9)

O conteúdo do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ora analisado deixa evidente, portanto, o interesse em torno da criação dessa graduação regular na cidade de Itaituba, para o onde o avanço de lógicas econômicas ligadas à questão da logística e da produção de energia (em razão do aproveitamento hidrelétrico do alto Rio Tapajós) encerra certa centralidade urbana e consolida a configuração de uma tendência maior ao ordenamento territorial econômico-corporativo na região, o qual tem adquirido materialidade nessa porção da Amazônia paraense por meio da construção de “grandes objetos” técnicos (Santos, 1995) como ferrovias, portos, hidrelétricas e demais fixos (Schuber, 2019) que ampliam a composição orgânica do território (Santos, 1992, 2013b) para o capital.

---

aquisição de equipamentos para laboratórios e à compra de 23 hectares distribuídos em oito terrenos (UFOPA, 2020a) onde esse fixo fora edificado.

Salienta-se que, além do curso de Medicina, recém-criado na Universidade Federal do Oeste do Pará, notadamente no *Campus* de Santarém, a área da saúde também conta com as graduações em Farmácia, em Interdisciplinar em Saúde e em Saúde Coletiva; esse último muito procurado por populações indígenas e quilombolas que acessam à instituição por meio dos processos seletivos especiais, como uma forma de obter formação superior na referida área e contribuir diretamente nos seus territórios e comunidades, dada a precariedade que enfrentam.<sup>126</sup>

Contudo, verifica-se a concentração desses cursos no *campus*-sede, o que, de certa forma, aumenta os fluxos por formação superior em saúde em direção a Santarém, daí se revelando a pertinência de se criar cursos da área da saúde em outros *campi* da instituição e, com isso, garantir mais cidadania às populações desses municípios, ampliando a interiorização da UFOPA.

Ponto importante a destacar é que, não obstante a inexistência de cursos regulares de graduação criados pela Universidade Federal do Oeste do Pará a partir das especificidades dos povos da floresta, tem sido pleiteada a criação de graduações alinhadas às demandas dessas populações, como, por exemplo, os cursos de Agroecologia e de Licenciatura Intercultural Indígena:

[...] as populações indígenas pedem, né? A gente também está num movimento para a criação de uma Licenciatura Intercultural Indígena, tá? Isso a gente está avançando bastante. A gente criou no ano passado, em dezembro do ano passado, o instituto é o IFII, tá? Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural. Esse instituto está recém-criado, mas a gente está com um grupo de trabalho para a criação de uma Licenciatura Intercultural Indígena. Outros cursos interessantes que os indígenas pedem é Agroecologia. A gente também está num movimento de criação, mas isso vai demorar um pouquinho mais [...].<sup>127</sup>

Nota-se, na fala GT-UFOPA 2, certo avanço no que diz respeito à concepção do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, a ser sediado em Santarém, no Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII). Espera-se que, com a criação desse curso, a graduação em Agroecologia também seja viabilizada, de modo que a instituição também demonstre o seu compromisso social e político para

<sup>126</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

<sup>127</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

com as demandas e necessidades sociais e educacionais impostas pelos povos da floresta do oeste paraense, do mesmo modo que tem atendido aos interesses economicistas na região. Salienta-se, ainda, que, além dessas graduações, há demandas pela criação de cursos como os de Nutrição e Turismo; esse último visto como uma demanda urgente, dado o fato de Santarém, mas o Baixo Amazonas, de modo geral, ser caracterizado como um importante polo turístico nas políticas do setor voltadas ao espaço paraense.

Assim, apesar da inexistência desses cursos alinhados às especificidades dos povos da floresta, por enquanto, destaca-se a presença do curso de Antropologia na instituição, o qual tem recebido e formado importantes lideranças dos movimentos indígenas do oeste paraense. Aponta-se, também, a importante iniciativa relacionada à democratização do acesso dessas populações ao ensino superior, além de processos seletivos especiais. Trata-se da Formação Básica Indígena (FBI)<sup>128</sup>, responsável por, durante dois semestres iniciais, garantir a introdução dos discentes indígenas na universidade por meio da oferta de componentes curriculares diferenciados, sobretudo para aqueles indígenas que não dominam a língua portuguesa. Voltaremos a este ponto um pouco mais a frente.

Nesse momento, são ofertadas disciplinas de língua portuguesa e produção textual, introdução à geografia, matemática elementar, direitos humanos, informática básica, entre outras, de modo a propiciar uma melhor adaptação a esses povos da floresta antes de eles, efetivamente, iniciarem os seus respectivos cursos de graduação para os quais prestaram o processo seletivo. Tal iniciativa, sem dúvida, caracteriza-se como uma importante política de permanência, de “pós-acesso”<sup>129</sup>, para os discentes indígenas e que deve ser estendida à população quilombola, tendo em vista as várias fragilidades que têm marcado a educação básica desses povos e comunidades tradicionais no estado do Pará.

---

<sup>128</sup>A Formação Básica Indígena (FBI) – nomenclatura reformulada no ano de 2024 para Formação Acadêmica Indígena – foi aprovada na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) por meio da Resolução nº 194, de 24 de abril de 2017, sob a justificativa da localização dessa universidade em importante porção do espaço amazônico marcada por ampla diversidade de populações indígenas; disso derivando a iniciativa de “construir oportunidades fecundas de desenvolvimento sustentável, a partir da produção e socialização de conhecimentos às populações locais” (UFOPA, 2017).

<sup>129</sup>Informação concedida por TA-UFOPA, técnica-administrativa da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

Fala-se isso, por certo, sem desconsiderar os vários outros desafios enfrentados por essas populações aquando de seu ingresso, durante a sua permanência até a integralização de seus cursos graduação na universidade, como as dificuldades enfrentadas em relação às metodologias e à didática de determinados docentes, ao currículo dos cursos (muitas vezes sem qualquer adaptação em relação às especificidades desses povos), ao sustento pessoal e familiar (uma vez que muitos indígenas, por exemplo, saem de suas aldeias para acessar o ensino superior e, junto consigo, levam seu núcleo familiar para a cidade de Santarém), bem como à língua, que, no caso dos indígenas, dificulta bastante o acompanhamento das aulas e a própria realização do curso por parte desses discentes.

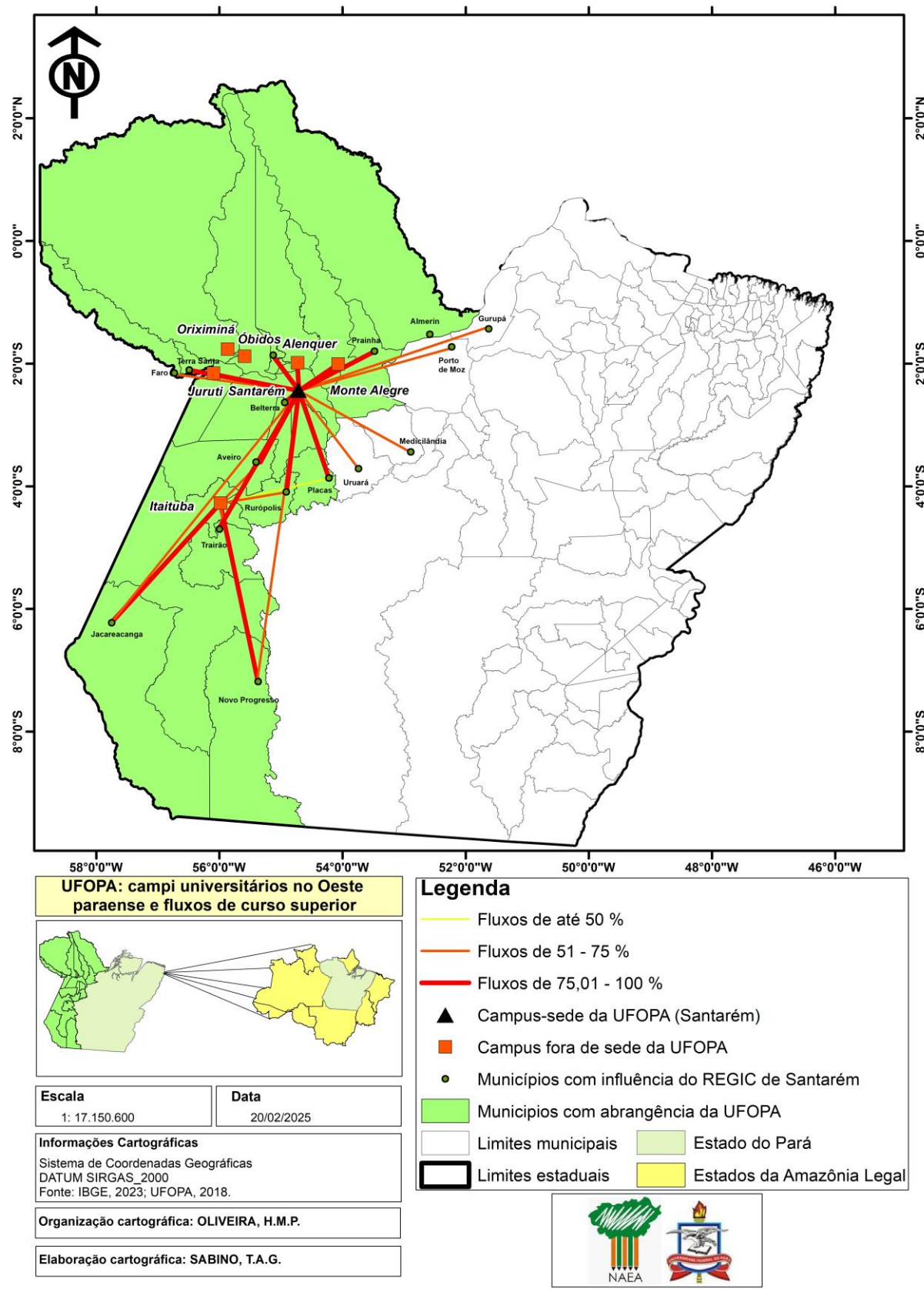
Considerando-se a universidade como um espaço permeado por distintas lógicas, aponta-se que a criação daqueles cursos, bem como o fortalecimento das políticas de acesso, de assistência estudantil e de permanência, sem dúvida ajudará a potencializar o papel cidadão dessa instituição no espaço regional e, claro, a criar e fortalecer os laços marcados por solidariedades orgânicas (Santos, 2003, 2012a), tão pertinentes ao próprio envolvimento da universidade com a região. Nesse sentido, tanto a criação de cursos concebidos em sintonia com as especificidades dos povos da floresta quanto o respeito a essas mesmas especificidades nos cursos já existentes na instituição serão fundamentais ao enraizamento da universidade no espaço paraense, a despeito das contradições tão latentes nessas instituições públicas de ensino superior.

A partir desses cursos de graduação e da própria importância sub-regional da Universidade Federal do Oeste do Pará, destacam-se os fluxos ligados à formação superior no oeste paraense a partir dessa instituição com base na *Regiões de Influência das Cidades (REGIC)* (IBGE, 2020). Dessa maneira, no Mapa 6, verifica-se a importância que a UFOPA desempenha no atendimento dessas demandas no oeste paraense, especialmente a partir das cidades onde a instituição possui *campi* universitários nessa porção do estado do Pará, com destaque para a expressiva responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) exercida pela cidade de Santarém na região, no que se refere à oferta de ensino superior, seguida por Itaituba.

Nota-se, nesse sentido, a polarização sub-regional desempenhada pela UFOPA, evidenciando, de fato, a relevância desse fixo social público (Santos, 2014a) na sub-região onde está inserido; polarização essa que, conforme também

pode ser observado, extrapola os limites sub-regionais e atinge algumas cidades do estado do Pará, as quais, em termos de zona de influência, ligam-se muito mais à cidade de Altamira (IBGE, 2020), mas, na perspectiva dos fluxos de ensino superior, têm principalmente em Santarém uma referência urbana para o atendimento das demandas por esse nível de formação, evidenciando a própria centralidade socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) do espaço urbano santareno na região.

Mapa 6 – UFOPA: *campi* universitários e fluxos ligados aos cursos regulares de graduação





Após a análise de alguns cursos da UFOPA e da centralidade urbana conferida pela instituição à Santarém, sobretudo, destaca-se que, em termos de acesso, essa universidade conta, principalmente, com três processos seletivos, além de programas como o PARFOR, o Forma Pará e o PRONERA (UFOPA, 2024j), os quais ajudam a viabilizar a oferta de ensino superior em seus *campi*, bem como em municípios onde a UFOPA não possui unidades permanentes na forma de *campus*.

Destarte, no que diz respeito aos processos seletivos próprios dessa universidade, tem-se o Processo Seletivo Regular (PSR), que, via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), oferta algo em torno de 1.400 vagas, das quais cerca de 50% são destinadas ao sistema de cotas<sup>130</sup>, e os Processos Seletivos Especiais Indígena (PSEI) e Quilombola (PSEQ), que reservam, em média, duas vagas para estudantes indígenas e duas vagas para estudantes quilombolas em todos os cursos de graduação dessa universidade, totalizando, aproximadamente, cerca de 100 vagas em cada processo seletivo especial.

A entrevistada GT-UFOPA 2 nos informou que tanto o PSEI quanto o PSEQ são processos seletivos diferenciados e, desse modo, não perpassam pelo Enem, como o PSR.<sup>131</sup> No que se refere ao PSEI, ofertado inicialmente em 2012, sua realização consiste em uma prova na qual o candidato indígena escreve uma

---

<sup>130</sup>A UFOPA possui oito grupos de cotas, os quais preveem reserva de vagas para: 1) candidatos sem deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; 2) candidatos sem deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; 3) candidatos com deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; 4) candidatos com deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; 5) candidatos sem deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; 6) candidatos sem deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; 7) candidatos com deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; e 8) candidatos com deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, que possuem renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. Somados, esses oito grupos de cotas correspondem a cerca de 50% das vagas do PSR. O restante, por sua vez, são vagas de ampla concorrência, isto é, destinadas a todos os candidatos, independentemente da procedência escolar, da renda familiar, da raça/cor e da condição de Pessoa com Deficiência (PcD) (UFOPA, 2024k).

<sup>131</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

redação em língua portuguesa. Sua correção é realizada por um grupo da instituição e não leva em consideração aspectos ortográficos e gramaticais, mas de conteúdo. Já em relação ao PSEQ, a entrevistada ponderou que a seleção não consiste em uma redação e que seu processo de elaboração foi/é todo discutido com os alunos quilombolas:

O PSEQ é uma prova diferenciada [...] A gente tem os seminários com as lideranças quilombolas e a gente apresenta uma série de artigos, cartilhas, trabalhos científicos... A gente apresenta e eles escolhem [...] algumas cartilhas e, baseado nessas cartilhas, são produzidas perguntas [...] Mas é tudo discutido com eles [...] E as perguntas são objetivas e tem duas discursivas, [...] um modelo de prova que também foi discutido com eles. Eles que escolheram desde a criação, desde 2015, que a gente tem esse processo seletivo. Então, num primeiro momento, a gente fala “Vamos fazer redação?” e eles “Não, a gente não quer redação! A gente quer um outro modelo que não o dos indígenas!”. Bacana! Então, a gente respeitou a autodeterminação [...] Todos os anos a gente tem os seminários de discussão desses editais do Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombola.<sup>132</sup>

Ao comentar sobre o PSEI e o PSEQ, o graduando indígena do curso de Direito, AI-UFOPA, considera que ambos os processos seletivos resultam de conquistas dos movimentos sociais junto à universidade. Especificando o seu raciocínio em torno do acesso dos indígenas a essa instituição, o entrevistado destaca a conquista do PSEI como uma forma de “comprometer a universidade a ser um instrumento de luta”<sup>133</sup> e, nesse processo, retoma a questão da oferta da Formação Básica Indígena (FBI), isto é, uma iniciativa da UFOPA voltada especialmente aos indígenas ingressantes e que antecede a iniciação desses alunos em seus respectivos cursos de graduação.

Dessa maneira, AI-UFOPA assevera que a Formação Básica Indígena representa uma “zona de amortecimento” para os estudantes indígenas não entrarem diretamente em seus cursos, além de servir como um tipo de formação política inicial no contexto do movimento indígena. Isso porque, ainda em sua acepção:

<sup>132</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

<sup>133</sup>Informação concedida por AI-UFOPA, aluno indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 15 de junho de 2023.

[...] a educação nas aldeias ela é diferenciada e quando [os parentes] vêm para a universidade, [eles] enfrentam uma realidade totalmente diferente, que é a universidade em si, né? De trabalho, fazer resumo, artigo... Então, tudo isso é um “bicho de sete cabeças”. E aí a formação básica, inicialmente, tinha essa ideia política [...] Primeiro, os parentes vêm do território, chegam na universidade e a formação básica tinha esse intuito de formar politicamente pro movimento indígena, né? Formar pra luta do movimento indígena, contra a invasão dos territórios, na luta por uma educação diferenciada e tudo mais. A ideia da formação básica era justamente essa, formar politicamente, mas também ser essa zona de amortecimento ao entrar na universidade, né? De não entrar diretamente no curso [...].<sup>134</sup>

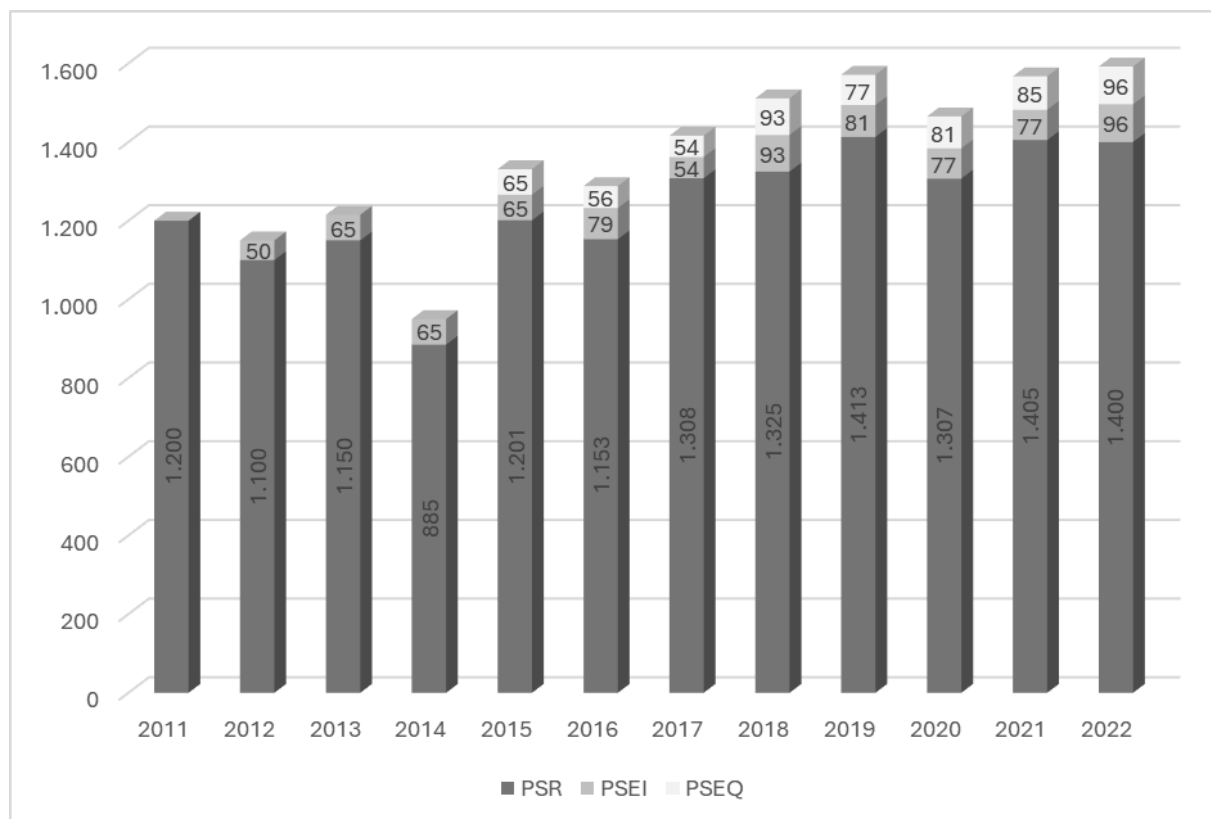
Ressalta-se, entretanto, que a iniciativa de formação básica integra uma política muito relacionada ao PSEI, portanto, ligada diretamente aos alunos indígenas que ingressam na instituição. Sua realização ocorre no contexto do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII), o qual pretende ser um espaço muito voltado à formação dos povos da floresta, do campo e das águas, mas também ao fortalecimento de suas lutas políticas na região, em uma perspectiva que fomente tanto a interdisciplinaridade, importante no diálogo de saberes, quanto a interculturalidade, tendo em vista à diversidade de culturas ligadas a essa região (UFOPA, 2023c).

A entrada dos alunos quilombolas na UFOPA, por sua vez, cujo acesso é viabilizado pelo PSEQ, ocorre diretamente nos cursos de graduação que os candidatos escolhem por ocasião do processo, ou seja, sem aquela “zona de amortecimento” comentada pelo acadêmico indígena AI-UFOPA. Questiona-se, entretanto, se a concepção de uma Formação Básica Quilombola também não se faz importante para os alunos de origem quilombola, tendo em vista, igualmente, as dificuldades inerentes à educação do campo, sobretudo no interior de uma região como a Amazônia, assim como a importância do fortalecimento da resistência desses povos em torno de seus territórios, suas culturas e suas lutas políticas.

Dessa maneira, PSR, PSEI e PSEQ são processos seletivos mediante os quais a UFOPA tem promovido o acesso ao ensino superior público e gratuito nessa realidade sub-regional, mas também no estado do Pará e demais estados brasileiros. Em perspectiva geral, o Gráfico 13 demonstra a evolução do número de vagas ofertadas pela instituição desde 2011 – ano de realização de seu primeiro vestibular enquanto UFOPA – até 2022.

<sup>134</sup>Informação concedida por AI-UFOPA, aluno indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 15 de junho de 2023.

Gráfico 13 – UFOPA: evolução do número de vagas em cursos de graduação presencial (2011-2022)



Fonte: elaborado pelo autor, em 2024, com base em UFOPA (2024I).

Os dados sistematizados revelam uma pequena expansão das vagas em cursos de graduação da UFOPA no período em destaque, a despeito da queda registrada notadamente nos anos de 2014 e 2020, em razão de questões orçamentárias (UFOPA, 2016) e dos efeitos da pandemia na vida do alunado e no funcionamento da instituição; algo que produziu rebatimentos, inclusive, na quantidade de inscritos nos processos seletivos da instituição a partir de 2020, conforme veremos. Os dados do Gráfico 13 também evidenciam a expansão das vagas voltadas para indígenas, desde 2012, e para quilombolas, desde 2015, de modo que, atualmente, a universidade tem disponibilizado cerca de 100 vagas para ingresso via PSEI e PSEQ na instituição; quantidade essa que, entre 2011 e 2022, apresentou oscilações, mas que em 2022 mostraram maior destaque em termos numéricos.

Ressalta-se que, entre 2011 e 2016, as vagas ofertadas pela UFOPA por meio dos processos seletivos regular e especiais ficaram circunscritas, principalmente, ao *Campus* de Santarém, não obstante a existência dos *campi* fora

de sede desde a criação da universidade. Fala-se principalmente porque, em 2015, os *campi* de Óbidos e Oriximiná foram os primeiros a ofertar vagas em cursos de graduação fora de sede e para além do PARFOR. Assim, Óbidos teve a oferta da Licenciatura em Pedagogia (50 vagas, sendo 40 no PSR, 5 no PSEI e 5 no PSEQ) e Oriximiná teve a oferta do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Biológicas e Conservação (55 vagas, sendo 45 no PSR, 5 no PSEI e 5 no PSEQ) (UFOPA, 2016, 2024l).

A partir de 2017, com o início dos cursos de graduação regular nos demais *campi* da instituição, a quantidade de vagas da Universidade Federal do Oeste do Pará nesse nível de formação foi ampliada. A Tabela 28 demonstra essa expansão das vagas da UFOPA entre 2017 e 2022 e, com efeito, sua interiorização nessa porção da Amazônia paraense, considerando, ainda, a demanda de inscritos.

Tabela 28 – UFOPA: vagas de graduação (VG) ofertadas e demanda (D) nos *campi* (2017-2022)\*

| Campus       | 2017         |               | 2018         |               | 2019         |               | 2020         |               | 2021         |              | 2022         |              |
|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|              | VG           | D             | VG           | D             | VG           | D             | VG           | D             | VG           | D            | VG           | D            |
| Santarém     | 1.136        | 12.059        | 1.191        | 11.490        | 1.251        | 10.091        | 1.155        | 11.057        | 1.257        | 5.807        | 1.282        | 5.476        |
| Alenquer     | 40           | 490           | 40           | 329           | 40           | 299           | 40           | 407           | 40           | 323          | 40           | 136          |
| Itaituba     | 40           | 1.022         | 40           | 543           | 40           | 582           | 40           | 564           | 40           | 296          | 40           | 223          |
| Juruti       | 80           | 1.141         | 80           | 643           | 80           | 452           | 80           | 501           | 80           | 291          | 80           | 230          |
| Monte Alegre | 40           | 410           | 40           | 249           | 40           | 153           | 40           | 161           | 40           | 44           | 40           | 59           |
| Óbidos       | 40           | 456           | 40           | 330           | 40           | 228           | 40           | 281           | 40           | 135          | 40           | 140          |
| Oriximiná    | 40           | 386           | 80           | 479           | 80           | 461           | 70           | 440           | 70           | 212          | 70           | 225          |
| <b>UFOPA</b> | <b>1.416</b> | <b>15.964</b> | <b>1.511</b> | <b>14.063</b> | <b>1.571</b> | <b>12.266</b> | <b>1.465</b> | <b>13.411</b> | <b>1.567</b> | <b>7.108</b> | <b>1.592</b> | <b>6.489</b> |

\*Dados relativos ao PSR, PSEI e PSEQ.

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFOPA (2024l).

Os dados da Tabela 28 revelam tanto a expansão quanto a interiorização da Universidade Federal do Oeste do Pará em termos de vagas de graduação nessa sub-região da Amazônia paraense. Mostram, ainda, a proeminência do *Campus* de Santarém, com números superiores a mil vagas, inobstante a demanda, seguido pelos *campi* de Juruti e Oriximiná, que, depois da sede da instituição, apresentam as maiores quantidades de vagas ofertadas no oeste do Pará. Observando a relação de inscritos (demanda) por vagas, nota-se que o *Campus* de Itaituba é o que apresenta as maiores médias, inclusive, proporcionalmente, no que tange ao *campus*-sede da UFOPA e, até mesmo, à instituição em si, conforme demonstra a Tabela 29.

Tabela 29 – UFOPA: média de inscritos por vaga na graduação em todos os *campi* (2017-2022)

| <b>Campus</b>       | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Santarém</b>     | 10,6        | 9,6         | 8           | 9,5         | 4,6         | 4,2         |
| <b>Alenquer</b>     | 12,2        | 8,2         | 7,4         | 10,1        | 8,1         | 3,4         |
| <b>Itaituba</b>     | 25,5        | 13,5        | 14,5        | 14,1        | 7,4         | 5,5         |
| <b>Juruti</b>       | 14,2        | 8           | 5,6         | 6,2         | 3,6         | 2,8         |
| <b>Monte Alegre</b> | 10,2        | 6,2         | 3,8         | 4           | 1,1         | 1,4         |
| <b>Óbidos</b>       | 11,4        | 8,2         | 5,7         | 7           | 3,3         | 3,5         |
| <b>Oriximiná</b>    | 9,6         | 5,9         | 5,7         | 6,2         | 3,1         | 3,2         |
| <b>UFOPA</b>        | 11,2        | 9,3         | 7,8         | 9,1         | 4,5         | 4,1         |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFOPA (2024I).

A alta demanda de inscritos no *Campus* de Itaituba sugere, de alguma maneira, que a Universidade Federal do Oeste do Pará melhor se atente a essa realidade local, em razão, possivelmente, da centralidade que a cidade de Itaituba tem apresentado nas últimas décadas (Schuber, 2019), e, quem sabe, amplie o número de vagas ofertadas no município, o qual, dos lugares onde a UFOPA possui *campus*, caracteriza-se como uma das unidades mais distantes da sede da instituição, relativamente.<sup>135</sup> Por outro lado, tem-se que as menores demandas, em média, relacionam-se aos *campi* de Monte Alegre (40 vagas/ano) e Oriximiná (70 vagas/ano), nessa ordem.

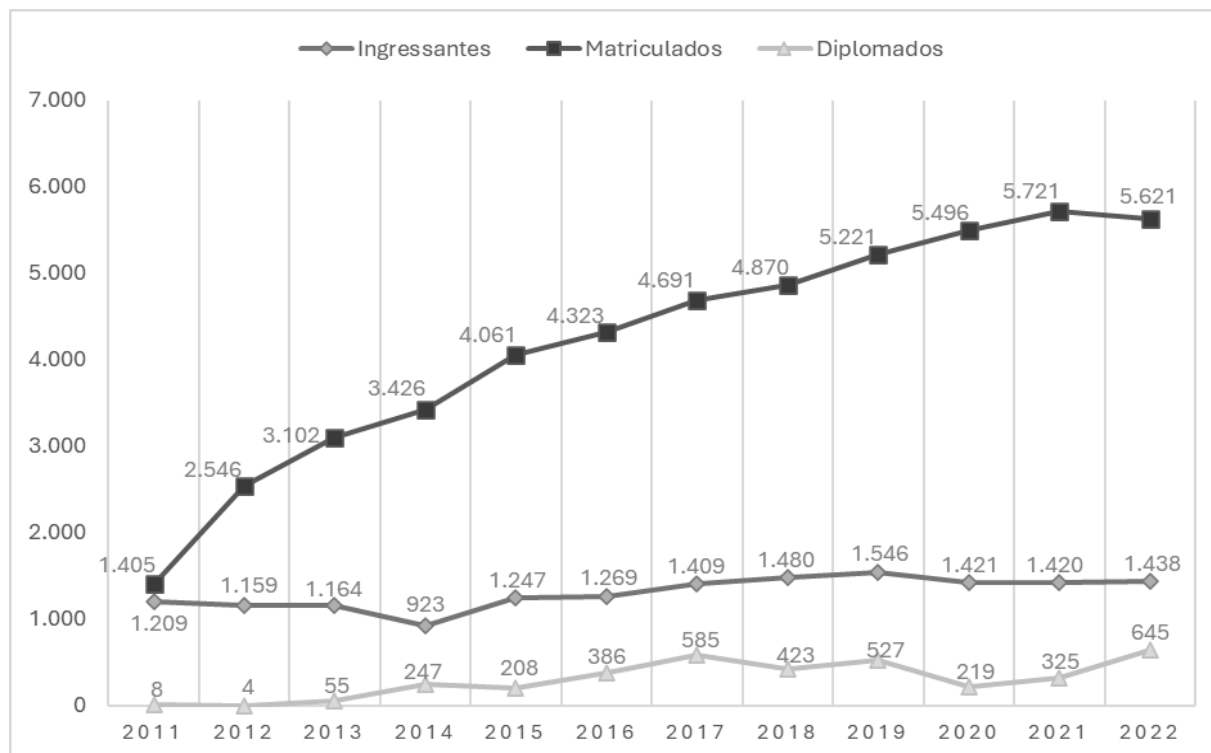
A Tabela 29 também nos informa sobre uma queda da demanda, especialmente a partir de 2020. Isso se justifica em função dos impactos da pandemia de Covid-19 na sociedade, pois, embora a quantidade de vagas ofertadas pela UFOPA tenha sido ampliada no período, o número de inscritos têm

<sup>135</sup>Em relação aos seus *campi* fora de sede, Santarém se distancia, em linha reta, a cerca de 50 quilômetros (km) de Alenquer, 247 km de Itaituba, 156 km de Juruti, 86 km de Monte Alegre, 107 km de Óbidos e 148 km de Oriximiná. Contudo, em uma região como o oeste do Pará, especialmente no contexto socioespacial do baixo curso de rios como o Amazonas e o Tapajós, onde o rio ainda se coloca como o principal meio de contato entre os municípios/cidades que o integram, as distâncias não necessariamente são medidas por quilômetros, mas em horas. Isso porque, de barco, Santarém está a mais ou menos 2h30 de lancha de Alenquer, 9 horas de lancha de Itaituba (também havendo a possibilidade de ir por rodovia, mediante a BR-163 e, depois, a BR-230), algo em torno de 10 horas de Juruti, 2 ou 3 horas de Monte Alegre (a viagem inicia de barco/balsa e, depois, segue por rodovia até a sede municipal), 8 horas de barco de Óbidos e 9 horas de barco de Oriximiná (Baía, 2024); fato esse que, inclusive, depende de diversos fatores – sobretudo em tempos de mudanças climáticas, com a preocupante questão da seca dos rios da região – e revela aspectos da particularidade regional amazônica, onde, em certa medida, o tempo lento (Santos, 2013b) parece ainda se colocar como um forte elemento na definição dos deslocamentos sub-regionais/regionais. Nessas realidades, ademais, as lanchas têm diminuído um pouco o tempo de deslocamento, dada a velocidade que atingem em relação às embarcações mais tradicionais da região (Queiroz, 2021). Depreende-se, com base nisso, a importância de a instituição conceber políticas de transporte afeitas a essa particularidade e com vistas à integração universitária entre os *campi* da instituição.

apresentado ligeira diminuição (vide as médias na Tabela 28), algo que guarda relação, principalmente, com a questão socioeconômica, tendo em vista os desafios inerentes ao sustento pessoal dos estudantes e à permanência (e conciliação das atividades) no ensino superior.

Ao observar a quantidade total de ingressantes, matriculados e diplomados pela Universidade Federal do Oeste do Pará entre 2011 e 2022, oriundos, de forma geral, dos três processos seletivos destacados, percebe-se a trajetória de uma instituição jovem e que, de fato, tem buscado se consolidar no que diz respeito à oferta de formação superior na Amazônia paraense. Em termos de alunos matriculados, a UFOPA demonstra números crescentes no oeste paraense, tendência essa que não se assemelha à do número de alunos ingressantes e à da quantidade de diplomados pela instituição, sendo ambas relativamente mais lineares se comparadas ao total de matrículas nos anos em tela, como evidencia o Gráfico 14.

Gráfico 14 – UFOPA: quantidade de alunos ingressantes, matriculados e diplomados em cursos de graduação (2011-2022)



Fonte: elaborado pelo autor, em 2024, com base em UFOPA (2024I).

Nota-se que a quantidade de alunos ingressantes na UFOPA (por meio do PSR, do PSEI e do PSEQ) não apresentou variações expressivas no período em

análise, o que, evidentemente, não significa que a instituição não tenha expandido o acesso aos seus cursos de graduação, exceto em 2014, dado o baixo quantitativo de vagas ofertadas (ver Gráfico 13) e, com efeito, o menor número de ingressantes no período em tela. Em se tratando dos matriculados, a UFOPA revelou um crescimento contínuo no intervalo de 2011 a 2021, considerando-se, entre vários fatores, a quantidade de alunos ingressantes e o pequeno número de alunos diplomados por ano, a duração média das graduações e demais percalços que dificultam a conclusão do curso por parte de vários estudantes. Em 2022 fora registrado um pequeno decréscimo no quantitativo de matriculados (Gráfico 14), o que se explica pela diplomação de vários alunos do *Campus* de Santarém e dos *campi* fora de sede.

A quantidade de alunos diplomados, por sua vez, manteve-se baixa entre 2011 e 2013 e pequeno crescimento a partir de então (Gráfico 14). Entre 2011 e 2016, a instituição formou principalmente os alunos dos sete cursos de graduação herdados das ações de interiorização da UFPA e da UFRA em Santarém, segundo nos informa o Relatório de Gestão da UFOPA (UFOPA, 2016).<sup>136</sup> Já nos anos de 2017 e 2022, em virtude, respectivamente, da conclusão do curso por parte de centenas de graduandos que ingressaram aquando do início da UFOPA e da diplomação dos primeiros estudantes de graduação dos cursos regulares iniciados nos *campi* fora de sede (UFOPA, 2024i), a universidade registrou os maiores números de alunos concluintes desde a sua criação: 585 em 2017 e 645 em 2022.

Na sequência, as tabelas que seguem nos mostram a quantidade de discentes ingressantes (Tabela 30), matriculados (Tabela 31) e diplomados (Tabela 32) pela Universidade Federal do Oeste do Pará entre os anos de 2011 e 2022, desta vez, por *campi* e de acordo com os três processos seletivos considerados nesta análise, a fim de evidenciar a interiorização dessa instituição nesse subespaço da Amazônia paraense.

---

<sup>136</sup>Evidentemente, o número de alunos diplomados pela UFOPA é baixo porque, desde a sua criação, essa universidade tem apresentado crescente quantidade de ingressantes e seus cursos de graduação duram, em média, cinco anos ou cinco anos e meio (UFOPA, 2016), ainda que muitos alunos da UFPA e UFRA tenham sido diplomados em seu contexto de formação.



Tabela 30 – UFOPA: número de ingressantes em cursos de graduação presencial por *campi* e por processo seletivo (2011-2022)

| Campus             | PS          | 2011         | 2012         | 2013         | 2014       | 2015         | 2016         | 2017         | 2018         | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         |
|--------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Santarém           | PSR         | 1.197        | 1.110        | 1.099        | 858        | 1.082        | 1.143        | 1.021        | 1.080        | 1.119        | 1.013        | 1.015        | 1.028        |
|                    | PSEI        | 12           | 49           | 65           | 65         | 59           | 75           | 55           | 60           | 61           | 58           | 67           | 73           |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0          | 38           | 47           | 54           | 61           | 60           | 58           | 69           | 65           |
|                    | <b>Sede</b> | <b>1.209</b> | <b>1.159</b> | <b>1.164</b> | <b>923</b> | <b>1.141</b> | <b>1.265</b> | <b>1.130</b> | <b>1.201</b> | <b>1.240</b> | <b>1.129</b> | <b>1.151</b> | <b>1.166</b> |
| Alenquer           | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 40           | 33           | 35           | 39           | 38           | 36           |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 1            | 0            | 0            | 0            | 1            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 4            | 1            | 2            | 1            | 2            |
|                    | <b>CALE</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>   | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>40</b>    | <b>38</b>    | <b>36</b>    | <b>41</b>    | <b>39</b>    | <b>39</b>    |
| Itaituba           | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 37           | 32           | 37           | 29           | 30           | 23           |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 4            | 2            | 2            | 2            | 2            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 4            | 2            | 1            | 2            | 2            |
|                    | <b>CITA</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>   | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>37</b>    | <b>40</b>    | <b>41</b>    | <b>32</b>    | <b>34</b>    | <b>27</b>    |
| Juruti             | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 80           | 64           | 72           | 69           | 71           | 71           |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 4            | 0            | 0            | 0            | 3            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 8            | 4            | 4            | 3            | 3            |
|                    | <b>CJUR</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>   | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>80</b>    | <b>76</b>    | <b>76</b>    | <b>73</b>    | <b>74</b>    | <b>77</b>    |
| Monte Alegre       | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 42           | 33           | 35           | 38           | 14           | 21           |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 4            | 2            | 1            | 2            | 2            |
|                    | <b>CMAL</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>   | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>42</b>    | <b>37</b>    | <b>37</b>    | <b>39</b>    | <b>16</b>    | <b>23</b>    |
| Óbidos             | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0          | 46           | 0            | 40           | 32           | 35           | 35           | 36           | 36           |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0          | 0            | 0            | 0            | 3            | 0            | 0            | 1            | 1            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0          | 5            | 0            | 0            | 4            | 2            | 2            | 2            | 2            |
|                    | <b>COBI</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>   | <b>51</b>    | <b>0</b>     | <b>40</b>    | <b>39</b>    | <b>37</b>    | <b>37</b>    | <b>39</b>    | <b>39</b>    |
| Oriximiná          | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0          | 45           | 0            | 40           | 64           | 73           | 54           | 51           | 51           |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0          | 6            | 4            | 0            | 7            | 2            | 8            | 8            | 8            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0          | 4            | 0            | 0            | 8            | 4            | 8            | 8            | 8            |
|                    | <b>CORI</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>   | <b>55</b>    | <b>4</b>     | <b>40</b>    | <b>79</b>    | <b>79</b>    | <b>70</b>    | <b>67</b>    | <b>67</b>    |
| <b>TOTAL UFOPA</b> |             | <b>1.209</b> | <b>1.159</b> | <b>1.164</b> | <b>923</b> | <b>1.247</b> | <b>1.269</b> | <b>1.409</b> | <b>1.480</b> | <b>1.546</b> | <b>1.421</b> | <b>1.420</b> | <b>1.438</b> |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFOPA (2024l).

Tabela 31 – UFOPA: número de matriculados em cursos de graduação presencial por *campi* e por processo seletivo (2011-2022)

| Campus             | PS          | 2011         | 2012         | 2013         | 2014         | 2015         | 2016         | 2017         | 2018         | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         |
|--------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Santarém           | PSR         | 1.397        | 2.486        | 2.984        | 3.252        | 3.691        | 3.925        | 3.875        | 3.731        | 3.820        | 3.863        | 3.890        | 3.793        |
|                    | PSEI        | 8            | 60           | 118          | 174          | 229          | 227          | 333          | 354          | 370          | 378          | 414          | 400          |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0            | 38           | 84           | 135          | 183          | 236          | 280          | 321          | 331          |
|                    | <b>Sede</b> | <b>1.405</b> | <b>2.546</b> | <b>3.102</b> | <b>3.426</b> | <b>3.958</b> | <b>4.236</b> | <b>4.343</b> | <b>4.268</b> | <b>4.426</b> | <b>4.521</b> | <b>4.625</b> | <b>4.524</b> |
| Alenquer           | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 40           | 66           | 92           | 121          | 145          | 138          |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 1            | 0            | 0            | 0            | 0            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 4            | 5            | 6            | 7            | 7            |
|                    | <b>CALE</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>40</b>    | <b>71</b>    | <b>97</b>    | <b>127</b>   | <b>152</b>   | <b>144</b>   |
| Itaituba           | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 32           | 57           | 85           | 102          | 116          | 113          |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 4            | 4            | 3            | 5            | 6            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 4            | 5            | 6            | 8            | 9            |
|                    | <b>CITA</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>32</b>    | <b>65</b>    | <b>94</b>    | <b>111</b>   | <b>129</b>   | <b>128</b>   |
| Juruti             | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 79           | 131          | 187          | 230          | 257          | 259          |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 4            | 3            | 3            | 3            | 4            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 7            | 11           | 14           | 14           | 14           |
|                    | <b>CJUR</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>79</b>    | <b>142</b>   | <b>201</b>   | <b>247</b>   | <b>274</b>   | <b>277</b>   |
| Monte Alegre       | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 37           | 57           | 77           | 97           | 92           | 91           |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 4            | 4            | 4            | 6            | 8            |
|                    | <b>CMAL</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>37</b>    | <b>61</b>    | <b>81</b>    | <b>101</b>   | <b>98</b>    | <b>99</b>    |
| Óbidos             | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0            | 42           | 39           | 76           | 106          | 99           | 125          | 152          | 138          |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 2            | 2            | 2            | 3            | 4            |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0            | 5            | 4            | 4            | 8            | 7            | 8            | 10           | 12           |
|                    | <b>COBI</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>47</b>    | <b>43</b>    | <b>80</b>    | <b>112</b>   | <b>108</b>   | <b>135</b>   | <b>165</b>   | <b>154</b>   |
| Oriximiná          | PSR         | 0            | 0            | 0            | 0            | 45           | 34           | 67           | 124          | 181          | 207          | 219          | 228          |
|                    | PSEI        | 0            | 0            | 0            | 0            | 6            | 6            | 9            | 15           | 17           | 25           | 31           | 35           |
|                    | PSEQ        | 0            | 0            | 0            | 0            | 4            | 4            | 4            | 12           | 16           | 22           | 28           | 32           |
|                    | <b>CORI</b> | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>0</b>     | <b>56</b>    | <b>44</b>    | <b>80</b>    | <b>151</b>   | <b>214</b>   | <b>254</b>   | <b>278</b>   | <b>295</b>   |
| <b>TOTAL UFOPA</b> |             | <b>1.405</b> | <b>2.546</b> | <b>3.102</b> | <b>3.426</b> | <b>4.061</b> | <b>4.323</b> | <b>4.691</b> | <b>4.870</b> | <b>5.221</b> | <b>5.496</b> | <b>5.721</b> | <b>5.621</b> |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFOPA (2024l).

Tabela 32 – UFOPA: número de diplomados em cursos de graduação presencial por *campi* e por processo seletivo (2011-2022)

| Campus             | PS          | 2011     | 2012     | 2013      | 2014       | 2015       | 2016       | 2017       | 2018       | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       |
|--------------------|-------------|----------|----------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Santarém           | PSR         | 8        | 4        | 55        | 247        | 208        | 383        | 564        | 403        | 458        | 207        | 256        | 459        |
|                    | PSEI        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 3          | 18         | 20         | 27         | 8          | 15         | 33         |
|                    | PSEQ        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 3          | 0          | 4          | 4          | 11         | 24         |
|                    | <b>Sede</b> | <b>8</b> | <b>4</b> | <b>55</b> | <b>247</b> | <b>208</b> | <b>386</b> | <b>585</b> | <b>423</b> | <b>489</b> | <b>219</b> | <b>282</b> | <b>516</b> |
| Alenquer           | PSR         | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 35         |
|                    | PSEI        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | PSEQ        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 2          |
|                    | <b>CALE</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>37</b>  |
| Itaituba           | PSR         | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 8          |
|                    | PSEI        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | PSEQ        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | <b>CITA</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>8</b>   |
| Juruti             | PSR         | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 38         |
|                    | PSEI        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | PSEQ        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | <b>CJUR</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>38</b>  |
| Monte Alegre       | PSR         | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | PSEI        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | PSEQ        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | <b>CMAL</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   |
| Óbidos             | PSR         | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 34         | 0          | 26         | 17         |
|                    | PSEI        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
|                    | PSEQ        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 4          | 0          | 0          | 4          |
|                    | <b>COBI</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>38</b>  | <b>0</b>   | <b>26</b>  | <b>21</b>  |
| Oriximiná          | PSR         | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 16         | 18         |
|                    | PSEI        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 4          |
|                    | PSEQ        | 0        | 0        | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 1          | 3          |
|                    | <b>CORI</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>   | <b>17</b>  | <b>25</b>  |
| <b>TOTAL UFOPA</b> |             | <b>8</b> | <b>4</b> | <b>55</b> | <b>247</b> | <b>208</b> | <b>386</b> | <b>585</b> | <b>423</b> | <b>527</b> | <b>219</b> | <b>325</b> | <b>645</b> |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UFOPA (2024l)

A interiorização da Universidade Federal do Oeste do Pará, na perspectiva do ensino de graduação, tem se realizado aos poucos, sobretudo a partir de 2017, com o início dos cursos de graduação regular nos *campi* fora de sede. Nesse sentido, observa-se que, em larga medida, ainda há uma expressiva concentração dessas atividades no *Campus* de Santarém, tanto em termos de alunos ingressantes (Tabela 30) e matriculados (Tabela 31) quanto, principalmente, de alunos diplomados (Tabela 32), com um ou outro *campus* do interior adquirindo relativo destaque.

Assim, em relação aos dados da Tabela 30, cabe destacar que, depois de Santarém, adquirem proeminência no ingresso de novos discentes os *campi* de Juruti e Oriximiná, o que ocorre em razão de ambos serem os únicos da instituição a ofertarem entre 70 e 80 vagas de graduação anualmente, diferentemente dos demais *campi* da UFOPA, que disponibilizam 40 vagas aos estudantes que desejam acessar o ensino superior. Quanto ao ingresso por meio dos processos seletivos especiais, os dados revelam que a entrada de estudantes indígenas tem sido superior à de alunos quilombolas no *campus*-sede; algo que, todavia, não tem ocorrido de igual maneira nos demais *campi* da instituição e pode indicar a centralidade socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) da cidade de Santarém face as demandas desses povos por ensino superior, dada a maior quantidade de cursos ofertados pela sede da UFOPA.

Já o acesso de quilombolas nos *campi* de Alenquer, Juruti e Óbidos tem sido mais expressivo que o de indígenas, não obstante a igual reserva de vagas para ambos os grupos sociais no contexto do PSEI e do PSEQ. O *Campus* de Monte Alegre, por seu turno, não apresentou o ingresso de nenhum estudante indígena desde 2017, apenas de quilombolas, ao passo que nos *campi* de Itaituba e Oriximiná o ingresso tanto de indígenas quanto de quilombolas revela-se numericamente semelhante desde o início das graduações regulares. Salienta-se, também, que, antes de 2017, os *campi* de Óbidos e Oriximiná dispuseram de ofertas de graduação nesses municípios, com o ingresso de 51 e 55 novos estudantes na UFOPA, respectivamente, no ano de 2015 (Tabela 30), como já comentado em outro momento.

Em certa medida, esses cenários acabam tendo rebatimentos no quantitativo de alunos matriculados nos *campi* dessa universidade (Tabela 31). Desse modo, depois do *Campus* de Santarém, os *campi* com mais destaque em termos de

matrículas na graduação são Oriximiná e Juruti, nessa ordem. No último, entretanto, há baixa presença de alunos indígenas entre os matriculados, diferentemente do primeiro, que, aliás, é o segundo *campus* da UFOPA com maior quantidade de matrículas de indígenas e quilombolas na instituição, ficando atrás somente do *campus*-sede. Nesse sentido, chama a atenção os casos de Alenquer e Monte Alegre, os quais, com registros de quilombolas entre seus matriculados, não possuem nenhuma matrícula de indígenas em seus *campi* (Tabela 31).

Ademais, em relação ao *quantum* de alunos diplomados (Tabela 32), o *Campus* de Monte Alegre é o único que não teve nenhuma diplomação até 2022. Juruti e Alenquer, nesse sentido, são os *campi* da UFOPA que, depois do *campus*-sede, apresentam as maiores quantidades de estudantes graduados, seguidos por Oriximiná, Óbidos e Itaituba, nessa sequência. Das ofertas de graduação realizadas em Óbidos e Oriximiná no ano de 2015, tem-se que apenas Óbidos conseguiu diplomar, em 2019, os alunos que ingressaram naquele ano. Ambos, inclusive, foram os *campi* que formaram as primeiras turmas regulares iniciadas em 2017, tendo a diplomação dos alunos ocorrido em 2021, consoante a Tabela 32.

Além das formas de ingresso mencionadas, adquirem destaque os programas PARFOR e Forma Pará, já comentados anteriormente e que têm um importante papel na interiorização da educação superior na Amazônia paraense. Por intermédio da UFOPA, ambos os programas em comento têm ofertado outros cursos de graduação nos *campi* da instituição, bem como em municípios que não abrigam unidades regionais dessa universidade (p. ex.: Almeirim, Faro, Rurópolis, Mojuí dos Campos, Novo Progresso, Uruará e Trairão) (UFOPA, 2024m), algo que, certamente, reafirma a pertinência das iniciativas em favor da interiorização desse direito social na região. Desse modo, nos seus 15 anos de existência, a UFOPA formou algo em torno de 3.095 professores por meio do PARFOR, enquanto o Programa Forma Pará, mais recente, promoveu o acesso de 645 estudantes ao ensino superior nos municípios dessa sub-região (UFOPA, 2024l).

Os dados relacionados à UFOPA tanto ratificam a sua importância enquanto primeira universidade com sede no interior da Amazônia brasileira – tendo em vista a oferta de formação superior, especialmente em nível de graduação, para uma série de municípios dessa sub-região paraense – como também demonstram a relevância e o papel que Santarém, sede da instituição, possui na rede urbana regional, desta vez, não apenas no que se refere às centralidades econômica e

política (Trindade Júnior, 2011a, 2016b), mas no que diz respeito à oferta de um serviço essencial à sociedade: o ensino superior. Isso, por sua vez, vai ao encontro da contribuição de Trindade Júnior (2024), quando, analisando o caso de Marabá à luz da relação território e cidadania, identifica as instituições de ensino superior como elementos definidores de uma centralidade socioterritorial nos subespaços onde estão inseridas.

Nesse sentido, não resta dúvidas sobre o fato de que a UFOPA se apresenta como um verdadeiro fixo social público (Santos, 2014a) na Amazônia paraense, contribuindo, dessa maneira, com a oferta de ensino superior e com o fortalecimento de lógicas organicamente solidárias (Santos, 2003, 2012a) na região, dada a sua interiorização nesse espaço; processo esse que, por sua vez, apresenta pontos positivos e negativos que merecem ser destacados.

Assim, alguns docentes implicados com a gestão superior da Universidade Federal do Oeste do Pará avaliam positivamente o processo de interiorização do ensino superior público no espaço paraense, a partir dessa instituição. A gestora e docente GT-UFOPA 2, por exemplo, aponta a relevância de o oeste paraense possuir uma universidade federal, bem como a ampliação de possibilidades às populações locais e regionais:

[...] é bastante significativa e a gente entende aqui a região oeste do Pará é uma região que tinha um vazio, digamos assim, de instituições públicas federais de ensino. Porque, até então, quando a gente só tinha a UFPA, a gente não tinha nenhuma universidade com aporte financeiro significativo e que pudesse ampliar a oferta de vagas etc., né? Então só com a criação da UFOPA que foi possível essa expansão na oferta de vagas e de cursos, né? Então, a partir de 2009, a gente teve a criação da UFOPA, com sede em Santarém [...] e em 6 outros municípios, né? [...] Então, a partir da criação da UFOPA a gente pôde de fato ampliar a oferta de vagas e todos os aspectos ligados ao ensino superior que uma universidade traz com ela, né? [...] como a ampliação das possibilidades de oferta de vagas, de qualificação de recursos humanos. Possibilitar que, de fato, jovens possam ter acesso a uma universidade pública, de qualidade, gratuita, sem que eles tenham que se deslocar, por exemplo, aqui de Santarém, né? “Ah, quero fazer um curso que não tem aqui. Eu tenho que me deslocar até Belém ou até Manaus”. Então a possibilidade de você ficar, se não na sua cidade, mas na sua região, em contato com a sua família, a possibilidade de você manter seu vínculo com o seu local de criação, de nascimento etc., sem necessariamente ter esse deslocamento. Então, é uma oportunidade de formação dos jovens. Então eu acho que isso é indiscutível... Talvez o ponto mais importante, né? Essa possibilidade de oferta de vagas e formação de recursos humanos, além de outras coisas [...].<sup>137</sup>

<sup>137</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

Em sua fala, a entrevistada chama a atenção para a ampliação das vagas em cursos regulares de graduação e da possibilidade que muitos jovens do oeste paraense passaram a ter em termos de acesso ao ensino superior, dada a interiorização da UFOPA na sub-região. Isso, certamente, revela-se como um processo importante à “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) em uma região marcada pelo “vazio de cidadania”, ainda segundo os termos do autor em referência, sobretudo se se pensar a oportunização do acesso a esse serviço essencial aos povos da floresta, do campo e das águas, tal como destacado por GT-UFOPA 1:

[...] para a nossa região, eu vejo como sendo muito positiva, principalmente porque isso mostra que a educação, que é um direito constitucional, e o ensino público precisam ser para todos, então eu vejo que a gente quebra um pouco aquela barreira do que a gente entendia sobre educação lá no século XX, né? Então, até final do século XX, onde universidade era uma coisa mais elitizada. Então, a interiorização vem para justamente quebrar até esses paradigmas que foram colocados, de que só entra na universidade a elite, que entra só uma determinada classe... Então eu vejo que a interiorização foi importante para consolidar o ensino público justamente em regiões onde esse ensino era pouco acessado. [...] em termos da interiorização... Você oportuniza um povo ribeirinho... Porque se você for ver grande parte dos nossos alunos aqui, eles estão – não posso te dizer com garantia, certeza, porque a gente não tem esse estudo – mas se a gente fosse fazer um levantamento, com certeza, pelo menos 70% dos nossos alunos de nível de graduação e de pós-graduação estão dentro de uma faixa de sociovulnerabilidade. E dentro desse pacote temos também as comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas, os indígenas... Então a oportunizar isso, ter uma universidade no meio justamente dessas populações tradicionais é importante, porque é a gente está dando acesso a essas pessoas que, por exemplo, não teriam esse acesso se tivesse que ir para uma capital, por exemplo. Então isso daí é extremamente importante [...].<sup>138</sup>

Nota-se, assim, a relevância que a interiorização do ensino superior público, particularmente por meio da UFOPA, possui no espaço paraense junto a populações historicamente vulnerabilizadas, dada a democratização social e espacial do acesso à educação superior, mas também, não sem desafios e obstáculos, a possibilidade de muitas pessoas poderem concluir um curso superior, no âmbito de uma instituição pública, em sua cidade e/ou mesmo em sua região, evitando deslocamentos para outras cidades, como capitais e metrópoles. No entanto, faz-se pertinente salientar a relevância de um processo como esse sem, contudo, esquecer

<sup>138</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

os aspectos negativos e que sugerem problemas e pontos a serem melhorados. Um desses aspectos ressaltados dizem respeito ao acesso de populações indígenas em um fixo social público (Santos, 2014a) localizado em uma região marcada pela presença de diversas etnias:

[...] quando você oportuniza a educação para uma determinada etnia, para uma determinada comunidade, para um determinado grupo -- e aí eu estou me referindo especificamente aos indígenas --, a UFOPA teve muitas dificuldades. A gente ainda tem, porque esse indígena, no início, não conseguia dialogar. Então, compreender o que que o professor estava repassando [foi uma dificuldade]... Foi importante a interiorização, mas faltou também um planejamento antecipado sobre o que é que a gente iria encontrar. Então, você acaba tendo professores que nunca tiveram contato, por exemplo, com a língua Wai Wai, e que isso foi o diferencial [...] Então, nesse aspecto, como ponto negativo, eu acho que faltou esse preparo, para o público que a gente vai atender. E, nesse caso, o nosso público, que eu vejo que, embora sejam minorias, eles são prioritários, porque são esses que a gente está formando, esses indígenas que nós estamos formando é que estão levando justamente a tecnologia, o acesso, o conhecimento e tentar melhorar a vida daquela população que ele está inserido [...].<sup>139</sup>

A fala da gestora supracitada bem traduz os desafios da interiorização do ensino superior em uma região como a Amazônia e, particularmente, no oeste do Pará, onde, por exemplo, há forte presença de povos indígenas politicamente articulados e que, cada vez mais, têm procurado acessar o ensino superior nas universidades públicas desse espaço regional, além de outros grupos sociais, evidentemente. Sua interpretação também demonstra o fato de a UFOPA não ter se preparado para lidar com a diversidade sociocultural existente no oeste paraense, algo que, de certo modo, vai ao encontro do que comentou EI-UFPA, egressa indígena da UFPA, a qual, outrossim, no subcapítulo anterior, chamou a atenção para esse aspecto como um desafio/problema das universidades públicas, especialmente da Amazônia.

Nesse sentido, a docente DO-UFOPA reconhece a importância da interiorização do ensino superior público na região, para a sua própria formação pessoal, política e acadêmica, posto que ela também é egressa da UFOPA, mas pontua as dificuldades que vêm com esse processo:

---

<sup>139</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.



[...] eu sou oriunda do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI). Então, assim, automaticamente, se a gente tem um processo seletivo para acadêmicos indígenas dentro dessa instituição, é porque, de fato, se pensou uma instituição para o interior da Amazônia, né? E aqui a gente tem características muito diversas, tanto étnicas quanto econômicas também. [...] E hoje a gente tem possibilidade de constituir os nossos próprios docentes aqui. E eu sou oriunda disso, né? Então, assim, é uma transformação social, né? Política também, porque isso também interfere na própria consciência [...], questão de consciência mesmo, política, intelectual [...] E eu posso dizer que hoje eu sou a prova viva de que se pensar em instituições pública nesse interior da Amazônia, com educação superior de qualidade e, sobretudo nas ações afirmativas, é possibilitar com que alunos como eu, indígenas, quilombolas, da periferia, possam também ter acesso à universidade [...] a universidade aqui ela se constitui inicialmente, e vou trazer um pouco para as ações afirmativas, porque acho que isso é um ponto muito importante dessa interiorização, porque ela contempla os povos da Amazônia. Interiorizar a universidade, as instituições públicas, é contemplar os povos daqui também, especialmente os que estão nas entranhas amazônica ali... [Indígena], quilombola, periferia e por aí vai, os outros povos. Então, um dos pontos que eu diria assim, negativo, é porque a universidade vem com uma montagem, uma estrutura pronta, né? E quando ela implementa essas ações afirmativas, ela implementa de uma maneira não dialogada com esses povos, inclusive pra abarcar toda a diversidade que vem junto. E aí quando esses povos adentram a instituição, eles vêm com o seu conhecimento, eles vêm com línguas, eles vêm com uma série de outras diferenças que o público anterior da universidade não tinha. Então, [...] traz essa diversidade, esse conhecimento que não fazia parte até então dessa instituição, né? E o que eu quero dizer com isso? Que isso vai tencionar a universidade, vai exigir que essa instituição que tem uma estrutura, um modelo, pronto já, pense e repense, construa uma nova forma de produzir conhecimento, uma nova forma de acolher, que é um aluno novo [...].<sup>140</sup>

Enquanto egressa e docente dessa universidade, DO-UFOPA pontua aspectos centrais para se pensar criticamente a interiorização de uma instituição pública de ensino superior na Amazônia, qual seja: a consideração da diversidade inerente à região e a importância de construir quaisquer políticas, em especial, as de ações afirmativas, em diálogo com os povos da floresta, do campo, das águas, entre outros, que historicamente habitam a região. Ainda que, atualmente, haja um esforço horizontal no sentido de elaborar as políticas afirmativas e os processos seletivos especiais em diálogo com essas populações, sobre qual modelo de seleção adotar etc., nem sempre a UFOPA pareceu ter tido essa preocupação, o que ratifica o não preparo da instituição em face da diversidade social, étnica, cultural e territorial da região.

<sup>140</sup>Informação concedida por DO-UFOPA, egressa e docente da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 16 de junho de 2023.

Sobre esse aspecto, a egressa EI-UFOPA, pertencente a um povo indígena do baixo Tapajós, rememora seu processo de acesso ao ensino superior e destaca que, além da falta de garantia de ações de permanência, sendo essa uma das grandes dificuldades para muitos e muitas discentes no início de seus respectivos cursos, havia um despreparo dos professores em se tratando da tarefa de lidar com alunos indígenas em sala de aula:

[...] quando eu entrei na UFOPA, ela tinha sido criada em 2010, eu entrei 2012. Então não tinha... Tinha o Processo Seletivo Especial [PSE], mas não tinha nenhuma garantia da permanência desses indígena dentro da universidade. Então eu vi várias desistindo, né? Tanto que, quando eu fui homenageada [...], foi justamente porque outras mulheres indígena não conseguiram se formar no curso. Desistiam, engravidavam. Teve até casos de suicídio, né? Na UFOPA, de mulheres indígenas... [...] Então, dentro da universidade falta haver essa garantia, principalmente, de... Porque como eu trabalho a questão de mulheres, foi o que mais acompanhei e senti isso, né? De não ter creche com nossos filhos, de não ter, na época não tinha bolsa garantida, né? A Bolsa Permanência. Depois que saiu o edital da Bolsa Permanência, mas hoje os próprios indígenas e quilombola têm que concorrer entre eles pra ganharem a Bolsa Permanência, né? Então isso não é uma garantia de política afirmativa, de dizer “Não, você passou por um Processo Seletivo Especial, então logo nós vamos garantir sua permanência”, porque nossas dificuldade é outra [...] pagando aluguel, alimentação, deslocamento e tudo muito caro nas cidades, ainda mais se tratando da Amazônia. É uma logística muito alta. E então tem essas questões que falta a universidade vê e respeitar. E a outra é o despreparo dos professores com os indígenas nas salas de aula, indígenas e quilombolas, levando, muitas vezes, a casos de racismo. Recentemente teve um fato aqui na UFPA, né? Então infelizmente isso é uma questão ainda cotidiana pra gente, né? [...]<sup>141</sup>

Viabilizado graças ao processo de interiorização do ensino superior público na região, que contribuiu com a criação da Universidade Federal do Pará e a ampliação das vagas em cursos de graduação, EI-UFOPA ressalta que seu ingresso na universidade foi permeado por inúmeros obstáculos, os quais, de modo geral, acabam sendo interpostos direta ou indiretamente à trajetória de muitos estudantes indígenas, mas também quilombolas nesse nível de formação. Os casos de racismo, por sua natureza, acabam constrangendo e oprimindo muitos estudantes oriundos da floresta, o que os leva a desistir de seus cursos e, mesmo, a “recusar” a sua própria cultura dentro dessas instituições.

---

<sup>141</sup>Informação concedida por EI-UFOPA, egressa indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.

[...] infelizmente isso é uma questão ainda cotidiana pra gente, né? São poucos que se manifestam, são poucos que falam. Mas às vezes a desistência de um indígena ou de um quilombola pode ser por um lugar hostil desse que ele tá. Teve situações que falavam assim “Ah, o parente não quer mais se pintar”, “Ah, o parente tá com vergonha”... Será que isso não é uma forma de se proteger ou de ser aceito no meio social? É mais fácil eu querer ser mais comum e diferente, como os não indígenas, do que com os meus, né? Então eu digo que é um conflito interno que a gente vive, entre a gente ter que estar vivendo nesses dois mundo. Eu sempre trato como dois mundo, né? O mundo que a gente vem aqui, tem que se enquadrar e aperfeiçoar, e o mundo da nossa cultura, né? Das nossas raízes, de onde a gente vem [...] E aí, quando o parente tá dentro da universidade e o indígena tá, e que se depara com uma questão de racismo, muitos não sabem se proteger, né? Não sabem rebater, não sabe, nem consegue identificar que aquilo é violência, que é uma violência. É crime, né?<sup>142</sup>

A entrevistada alude, ademais, que todo esse processo de dificuldades e de violências simbólicas vivenciado pelos povos da floresta dentro da Universidade Federal do Oeste do Pará acabou motivando a organização política dos povos indígenas, por exemplo, no seio desse fixo social público (Santos, 2014a), o que resultou na criação do Diretório Acadêmico Indígena (DAIN), voltado, precipuamente, às questões dos indígenas nessa instituição pública de ensino superior.

[...] então eu acompanhei alguns casos na UFOPA, quando eu tava estudando lá, tanto que a gente construiu, eu sou uma das fundadoras do DAIN, que é o Diretório Acadêmico Indígena que tem na UFOPA, assim como tem a APYE na UFPA, então a gente criou o DAIN logo depois da criação da UFOPA. Entrei [...] e eu acho que foi em 2014 que a gente criou o DAIN. Que era o DAIN que fazia essa luta dentro da universidade. E quando a gente vem pra a cidade estudar, a gente acaba trazendo mais responsabilidade pra gente, porque nossa liderança que tá lá acaba apostando na gente, “Não, você tá lá”, “Não, você sabe escrever”, “Não, você é da universidade agora”. Então acaba vindo uma responsabilidade muito maior sobre a gente, né? Pra representar. Porque uma das questão é o próprio custo de ter que trazer uma liderança, pra ter uma representação, né? E a outra é que eles vê que a gente teja mais preparado, né? Porque “Agora você tá falando a língua do branco”, “Agora você tá entendendo”... Então a gente tem duas responsabilidade, uma é estudar e a outra é a militância [...] *Foi a universidade que me descobriu como liderança, porque eu não vim como uma liderança de base* (grifo nosso).<sup>143</sup>

Contraditória e indiretamente, a Universidade Federal do Oeste do Pará acabou fortalecendo as lutas e movimentos políticos das populações indígenas no

<sup>142</sup>Informação concedida por EI-UFOPA, egressa indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.

<sup>143</sup>Informação concedida por EI-UFOPA, egressa indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.

interior da instituição; lutas essas que, como podemos perceber, foram se constituindo e se organizando em face dos casos de racismo, das violências simbólicas, de perdas e da falta de sintonia da instituição para com a particularidade dos povos da floresta que ingressavam em seus cursos de graduação, dada a precária política de ações afirmativas então praticada pela universidade; daí a afirmação de EI-UFOPA quanto à sua descoberta, no seio da UFOPA e em tensão com esse fixo social, como liderança.

[...] eu não entrei na universidade já “Ah, eu sou cacica”, como tem muitos, né? Assim, nessa questão da gente não ter bolsa, eu fiquei um ano na UFOPA sem bolsa, e aí teve um seminário, durante eu tá lá um ano, teve um seminário do processo seletivo e lá eu escrevi uma carta e me manifestei. E onde tava todas as lideranças. Aí depois disso daí, teve uma assembleia, que era do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns [CITA]. Aí as liderança olharam pra mim e “Não, você vai”, aí eu “Não, mas eu não tô preparada”, eu tava grávida, né? Aí “Não, você vai, porque você sabe falar”, e é isso que eu digo, nessa responsabilidade, essa carga de responsabilidade que a gente traz na bagagem, né? Na bolsa. [...] Mas aí eu não esperava que eu ia ter que lidar com muitas coisas. O conselho indígena, que representa juridicamente ali aquela região, mais de 18 território, mais de 12.000 indígenas, 14 etnias, com muitos conflitos, né? É agronegócio, é soja, é minério, é Alcoa, é hidrelétrica, é a pesca predatória, tudo. É o mundo. Eu tinha que defender não só o meu povo ali, [...], mas sim os outros território. Era audiência pública, era juiz, era presidente de Funai, então aquilo foi uma outra universidade pra mim. O movimento é... É duas universidades que a gente acaba fazendo [...].<sup>144</sup>

Nesse processo, EI-UFOPA, a partir de seu ingresso na Universidade Federal do Oeste do Pará e das tensões individuais e coletivas realizadas para com esse fixo social público (Santos, 2014a), acabou se constituindo como uma liderança política na região e a assumir responsabilidades de luta em defesa não apenas de seu povo, mas de todos os povos indígenas do oeste paraense. Ainda que contraditoriamente, isso, decerto, demonstra o papel da universidade na formação dos povos da floresta, inclusive no fortalecimento de solidariedades socioespaciais mais orgânicas (Santos, 2003, 2012a) e na constituição de novas horizontalidades (Santos, 1994) na região, por meio das lutas e dos movimentos políticos então gestados em seu interior.

Considerando que a luta política é um elemento inerente à vida dos povos da floresta, dada a agressividade das lógicas relacionadas ao ordenamento econômico-

<sup>144</sup>Informação concedida por EI-UFOPA, egressa indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.

corporativo e que se materializam no espaço devastando a floresta, espoliando territórios e matando populações diversas, salienta-se a importância de a instituição, em seus processos de expansão e interiorização na sub-região, incorporar a luta dos estudantes indígenas como um componente formativo em seus respectivos cursos superiores. Sobre essa questão, o discente indígena AI-UFOPA pontua:

[...] nós que entramos na universidade pela cota indígena, por exemplo, principalmente do Processo [Seletivo] Especial Indígena (PSEI), nós temos uma responsabilidade muito grande com o movimento indígena. Porque quem autoriza nós estarmos dentro da universidade são as nossas lideranças, né? Então, pra gente entrar na universidade, tem que ter uma assembleia, tem que ter o aval da liderança pra poder a gente ter a permissão de entrar na universidade. E aí o único desejo que essas lideranças têm conosco é “Construam um movimento indígena, construam esse movimento”... Que é o quê? Tá na luta contra o marco temporal, enfim, todas essas discussões que atualmente a gente vive, né? Demarcação de território, soberania alimentar dentro dos territórios, enfim... [...] Então, olha o quão cruel isso, quão cruel é isso... Tipo, “Ah, não, eu não vou lutar pelo meu povo porque eu tenho que escrever um artigo”... Então, muitos parentes, por exemplo, não conseguem porque estar no movimento é muito mais é... Da essência mesmo nossa, né? Tipo, “Eu não vou parar de lutar pelo direito vivo pra escrever um direito no papel”... Então pra nós, assim, esse olhar ainda da própria universidade ainda não chegou. Mas, por exemplo, a gente tenta fazer os flertes com algumas possibilidades, por exemplo, quem sabe a gente não consegue criar um núcleo de pesquisa na universidade ou um núcleo de trabalho que trate sobre, como que a demarcação dos territórios, por exemplo, na prática, a luta pela demarcação de territórios também é uma... É pesquisa, né? Também é uma análise concreta de uma realidade que nós vivemos. E aí, pô, quem sabe uma viagem pro Acampamento Terra Livre [ATL] não pode me gerar carga horária? Uma assembleia no meu território sobre crédito de carbono não pode me gerar carga horária? Por que que uma discussão sobre educação diferenciada ou sobre, sei lá, uma assembleia sobre o conselho local de saúde indígena não pode me gerar uma carga horária? Porque é uma pesquisa na prática, né? O pessoal da saúde, o pessoal, sei lá, do Direito sobre demarcação. Então, as nossas lutas ela ainda não é vista como essa pesquisa, como essa coisa da academia, sabe?<sup>145</sup>

Todos esses aspectos, se considerados e trabalhados em sintonia com as demandas dos povos da floresta, do campo e das águas, podem, sem dúvidas, fortalecer a importância das instituições públicas de ensino superior nas cidades e nas regiões onde elas estão presentes, como a UFOPA no oeste paraense. Um dos elementos, por exemplo, que merecem destaque nesse sentido é a política de permanência estudantil denominada como CEANAMA, cujo edital volta-se à concessão de bolsas de monitorias para estudantes da instituição acompanharem,

<sup>145</sup>Informação concedida por AI-UFOPA, aluno indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 15 de junho de 2023.

precipuaemente, alunos indígenas e quilombolas que estão com dificuldades em seu percurso acadêmico na universidade. Assim, segundo a gestora GT-UFOPA 2, essa iniciativa foi criada em 2023, de modo que:

[...] CEANAMA significa “parceiro”, em nheengatu, e essa é seleção de bolsistas CEANAMA seria um discente bolsista CEANAMA que acompanha ou um indígena ou um quilombola que está no nosso PA, que é o nosso Programa em Especial de Ajuste de Percurso Acadêmico de indígenas e quilombolas, prioritariamente. Não é só indígenas e quilombolas, porque a gente também inclui PcDs, estudantes com deficiência e outros estudantes vulneráveis. Mas prioritariamente indígenas e quilombolas. Então, é um monitor que acompanha um indígena ou um quilombola, ou um PcD, que tem dificuldade no percurso, tem dificuldade no português, na matemática... Um outro aluno ajuda, né? Nos componentes e é bolsista. Ele recebe uma bolsa de 700 reais.<sup>146</sup>

Sobre o edital CEANAMA, AI-UFOPA ressalta a potencialização do senso de coletividade e de enfrentamento aos desafios objetivos e simbólicos que se antepõem ao percurso de muitos estudantes, indígenas e quilombolas, que têm dificuldades em compreender os conteúdos, realizar os trabalhos, seja pela precariedade do ensino básico nas escolas do campo, a despeito da Formação Básica Indígena na universidade, nos semestres iniciais do curso de graduação, seja pela barreira linguística de muitos estudantes indígenas que não compreendem bem o português escrito e falado.

[...] CEANAMA, em nheengatu, significa “meu parente”, né? Então, é o meu parente me ajudando a conseguir avançar no estudo, né? [...] A gente tem esses programas de monitoria, inclusive, a gente teve vários parentes que conseguiram passar agora e, assim, quando a gente vê, a nossa construção, que é o nosso próprio parente pegando na nossa mão e dizer “vamos, vamos conseguir!”, pra gente é muito bom, assim... É maravilhoso, né? Porque é um parente que já passou por isso, que passa por isso, mas que consegue manobrar e que tá me ajudando, né? Então, a gente tem muitos parentes bilíngues que são ajudados por parentes bilíngues que conseguem, estando na universidade há mais tempo, ter essa percepção de “faz isso aqui”, “vamos, vamos por esse caminho aqui”, “vamos ajudar”. E é um trabalho não só pedagógico, né? No sentido do trabalho que tu tem que fazer é assim, mas é um trabalho coletivo mesmo, sabe? Tipo de encorajamento... Por muitas vezes é psicológico mesmo, é dizer “Não, tu vai conseguir, vamos te ajudar, estou aqui para te ajudar” e tudo mais. Então, o CEANAMA ele deixa de ser mais pedagógico e passa a ser mais coletivo mesmo, né? Eu acho que, por muitas vezes, inclusive os parentes, eles enfrentam a dificuldade de estar na universidade. [...] Por esse por esse estranhamento, de tu tá na sala de aula e ninguém quer fazer com trabalho contigo porque tu não sabe português direito, ninguém faz trabalho contigo

<sup>146</sup>Informação concedida por GT-UFOPA 2, gestora da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 13 de junho de 2023.

porque tu veio do sítio, não sabe falar nem direito, entendeu? E isso não é falado, né? Isso não é tipo “Ah, eu não vou fazer trabalho contigo porque tu não sabe falar português”, mas é velado, sabe... [...] Então, às vezes, os parentes eles não conseguem progredir muito mais por causa disso do que por causa do português em si, né? Ou de entender a matéria, alguma coisa nesse sentido [...].<sup>147</sup>

Essas e outras políticas afirmativas, de garantia de acesso, mas, principalmente, de permanência na instituição, são basilares ao sucesso acadêmico dos povos da floresta na universidade e contribuem, uma vez mais, com a potencialização do processo de interiorização do ensino superior público na Amazônia. Considerar esses elementos, a despeito de todas as contradições existentes em relação à atuação da universidade na região, como o próprio fortalecimento de lógicas econômico-corporativas por parte de alguns cursos de graduação, sugere a sua própria consolidação, dada a formação acadêmica, política, intelectual e cultural de populações verdadeiramente comprometidas com o espaço onde vivem, no sentido de torná-lo mais humano, como sugere Santos (2012b).

Isso, em certa medida, pode viabilizar a articulação de múltiplos saberes, com destaque àqueles realmente implicados com os lugares e com a região (Santos; Silveira, 2000), a potencialização de solidariedades orgânicas (Santos, 2003, 2012a) e a (re)descoberta de novas horizontalidades (Santos, 1994), qualificando, ainda que criticamente, a universidade como um verdadeiro objeto de grandeza cidadã, desta feita, pertinente à construção de um ordenamento cívico-territorial, dada a sua distribuição espacial e as articulações socioespaciais organicamente solidárias que precisam ser ainda mais consolidadas no espaço regional. A presença dos povos da floresta nesses fixos sociais, portanto, é uma grande aliada desse processo.

### **6.3 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA): a solidariedade orgânica pelo(s) conflito(s)**

Com base na Lei nº 12.824, de 05 de junho de 2013 (Brasil, 2013), estabeleceu-se a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) por desmembramento do *Campus* Universitário de Marabá, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pensada para atender às demandas

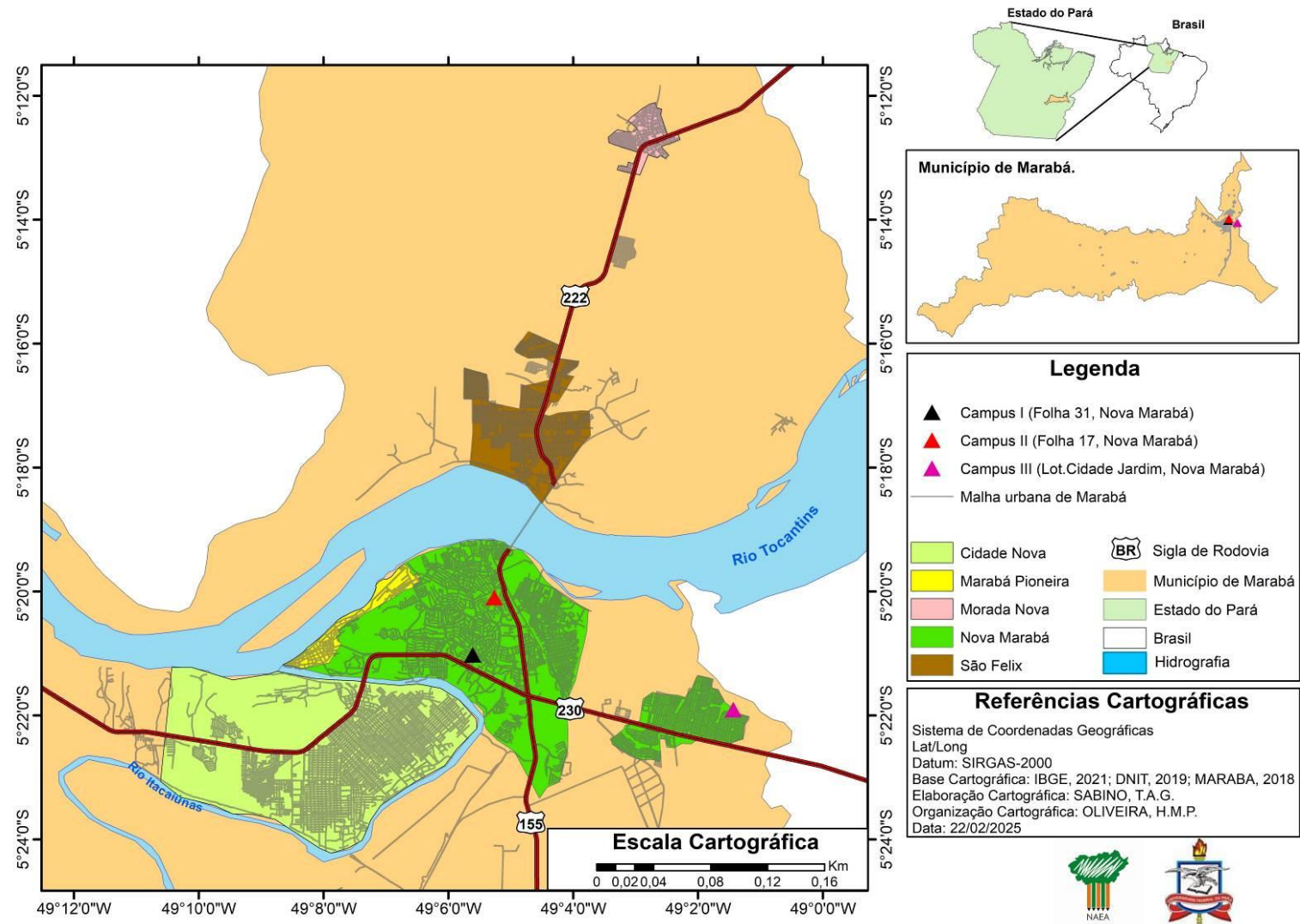
<sup>147</sup>Informação concedida por AI-UFOPA, aluno indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista realizada em Santarém (PA) no dia 15 de junho de 2023.

principalmente do sul e sudeste paraense, a UNIFESSPA está sediada no município de Marabá, onde possui três *campi* universitários (Mapa 7), e está presente em outros quatro municípios dessa sub-região onde instalou *campi* – Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara (Mapa 8) –, configurando-se, portanto, como uma universidade *multicampi* nessa porção do espaço paraense.

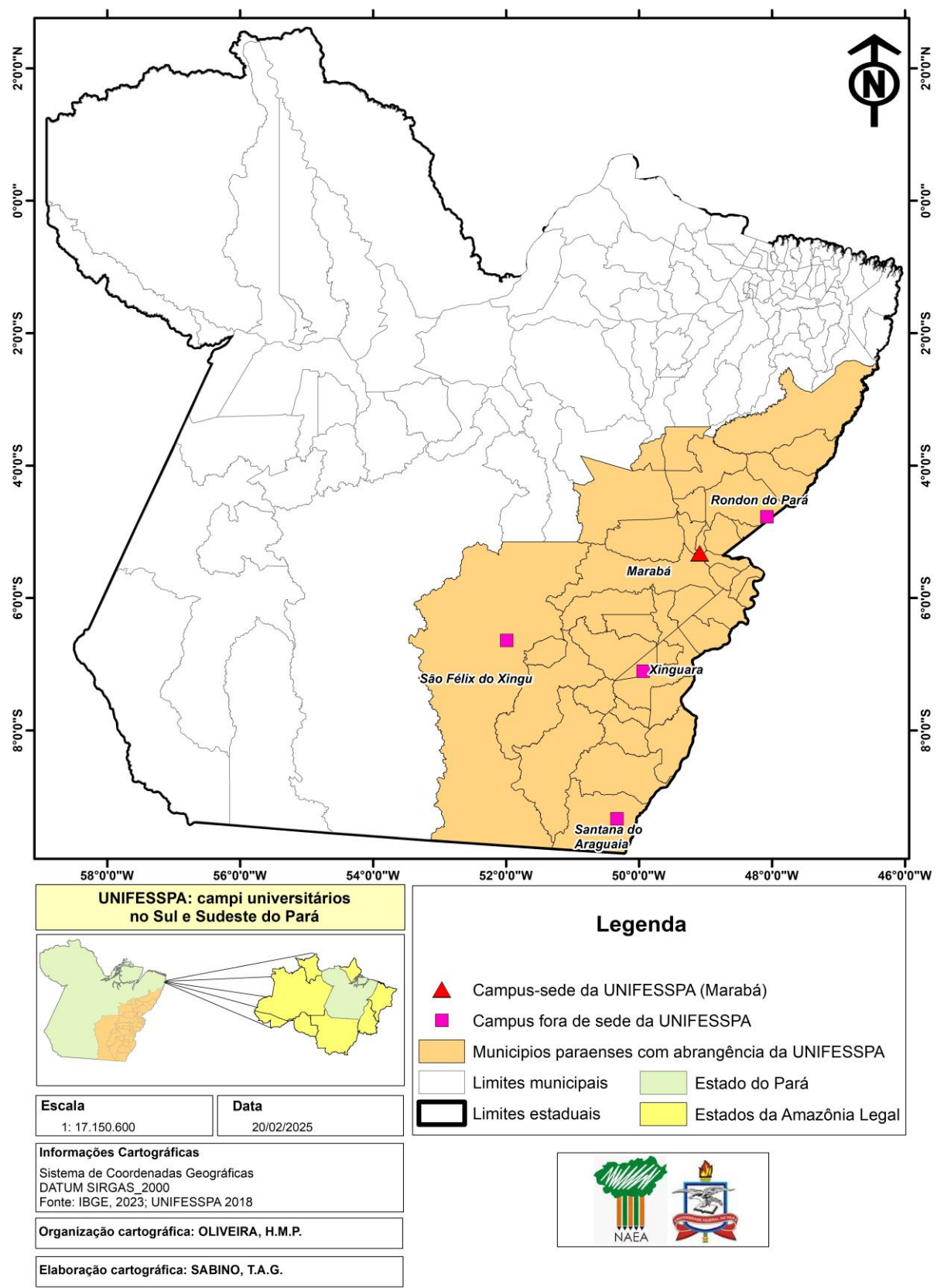
Nesse particular, a instalação da UNIFESSPA em Marabá vem, exatamente, reforçar a centralidade urbana dessa cidade no sul/sudeste do Pará, pois a instituição polariza 39 municípios dessa realidade sub-regional, além da influência que exerce no sul do Maranhão, no norte do Tocantins e, em certa medida, no estado do Mato Grosso (Marques *et al.*, 2021). Contudo, em termos econômicos e políticos, a centralidade urbana do espaço marabaense vem sendo construída desde a segunda metade do século XX, especialmente em decorrência das políticas de integração da região amazônica ao restante do território nacional e da materialização de grandes projetos de exploração e desenvolvimento que, em Marabá, tiveram um importante espaço de apoio para a realização de suas atividades econômicas nessa sub-região paraense (Becker, 1990; Trindade Júnior, 2013b).



Mapa 7 – Marabá: localização geográfica e *campi* da UNIFESSPA no espaço urbano marabaense



Mapa 8 – UNIFESSPA: *campi* universitários no sul e sudeste do Pará



Atualmente, dados do IBGE (2024) dão conta que o município de Marabá possui 266.533 habitantes, dos quais cerca de 240.000 (90%) vivem na cidade, a qual se apresenta, conforme já destacado, como uma referência econômico-política no sul e sudeste paraense, sub-região essa cuja economia é fortemente pautada por atividades produtivas ligadas à pequena produção, à agropecuária, ao extrativismo vegetal e mineral e à indústria mínero-metalúrgica (Amaral, 2010; Lima, 2013; Trindade Júnior *et al.*, 2016), responsáveis por dinamizar a região e ensejar muitos conflitos socioambientais nessa porção do estado do Pará. No que se refere à cidade, em particular, o Mapa 8 demonstra certa complexidade do espaço urbano marabaense, dado o seu perfil multinucleado e que foi definido por distintas frentes econômicas que atuaram diretamente para a conformação de sua estrutura atual (Becker, 1990; Trindade Júnior, 2024).

Dessa maneira, a cidade de Marabá é marcada pela existência de cinco núcleos urbanos (Mapa 7), quais sejam: 1) Velha Marabá ou Marabá Pioneira, um dos núcleos mais antigos e que sediou o comércio mais tradicional, abrigando, ainda, a sede da fração regional em declínio; 2) São Félix, área igualmente antiga de ocupação e interligada ao núcleo inicial nos anos 1980 pela ponte rodoferroviária de Marabá, dinamizando os fluxos e a expansão da cidade; 3) Nova Marabá, porção do espaço marabaense planejada pelo governo federal, mas que possui um padrão misto (planejado e espontâneo) de ocupação do solo, abrigando órgãos do governo municipal e as novas instituições estatais, como a UNIFESSPA; 4) Cidade Nova, espaço cuja produção foi mais espontânea, que apresenta expressivo crescimento horizontal ao longo da Rodovia Transamazônica e onde se destaca a presença de comércios e de modernos serviços (públicos e privados); e 5) Morada Nova, marcado pelos grandes fluxos advindos do entroncamento rodoviário e com significativa interação com os núcleos supracitados, a despeito de sua descontinuidade espacial em relação a eles (Amaral, 2010; Lima, 2013, 2020; Trindade Júnior, 2024).

Assim, tendo em vista a dinâmica sub-regional do sul e sudeste do Pará, a polinucleada cidade Marabá desponta como um importante “nó” na rede urbana amazônica, a ponto de ela ser considerada, atualmente, como uma das principais cidades médias da Amazônia (Amaral, 2010; Lima, 2013; Nunes; Trindade Júnior; Cardoso, 2014; Trindade Júnior *et al.*, 2016). Por isso, nas últimas décadas, Marabá tem assistido a um profundo e acelerado processo de reestruturação do seu espaço,

com a chegada de novos agentes econômicos e políticos e a instalação de uma variedade de equipamentos públicos e privados (Cardoso, 2015; Trindade Júnior *et al.*, 2016) que, com efeito, têm reforçado a sua centralidade econômico-política na região. No entanto, a presença de outros objetos (instituições de ensino superior, espaços de referência indígena, feiras livres etc.) tem suscitado a configuração de outras centralidades no espaço urbano marabaense, desta feita, de natureza mais cidadã, tal como problematizado por Trindade Júnior (2024).

Todo esse contexto, por certo, contribuiu frontalmente para a criação da UNIFESSPA em Marabá. Entretanto, ressalta-se que a presença do ensino superior público nessa realidade não começou com a criação da referida universidade. Fala-se isso porque, assim como Santarém e outros municípios paraenses que contaram com a presença dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTACs) e, com efeito, de universidades de fora da Amazônia, Marabá também foi espaço de atuação desses centros nos anos 1970, gozando, assim, da instalação de um “*campus avançado*” da Universidade de São Paulo (USP), em 1971, como parte do Projeto Rondon (Andrélo, 1976; Mendes, 1988), bem como da realização de cursos de licenciatura oferecidos pela própria UFPA em parceria com o Ministério da Educação (UFPA, [1981?]) ao longo dos anos 1970 e 1980, como já pontuado.

Dessa maneira, então, a história da Universidade de São Paulo (USP) em Marabá se expressa pela atuação da Faculdade de Educação nesse município, momento em que, conforme discutido por Andrélo (1976), a instituição instalou um “*campus avançado*” nesse município e passou a desenvolver atividades de assistência técnica e extensionista no sul/sudeste paraense. A transferência das funções desse “*campus avançado*” da USP à Universidade Federal do Pará, em meados dos anos 1980, resultou no início efetivo das atividades da instituição paraense em Marabá (Cunha, 2004), não obstante, à época, o município já ser um dos Núcleos de Educação da UFPA no espaço paraense (UFPA, [1981?]). Cunha (2004) ainda nos informa que a organização dessa unidade da UFPA em Marabá contou com a parceria dos governos federal (mediante o Projeto Rondon e a SUDAM), estadual e municipal, além de aportes da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que desde meados do século XX possuía empreendimentos de exploração mineral na região.

Da parceria com a Prefeitura de Marabá e a SUDAM, a Universidade Federal do Pará conseguiu organizar dois *campi* no município; um deles, o *Campus I*, tendo sido ampliado e adequado às novas atividades da instituição em Marabá por meio das verbas obtidas no seio do convênio com a Companhia Vale do Rio Doce (Cunha, 2004). Com a institucionalização do Programa de Interiorização da UFPA em 1986, Marabá, que até então era um Núcleo de Educação da UFPA, foi alçada à condição de *campus* dessa instituição – o *Campus Universitário do Sul do Pará* –, ofertando à sociedade local e regional cursos de nível superior voltados, sobretudo, à formação de professores, como as licenciaturas plenas intervalares em Pedagogia, História, Geografia, Matemática e Letras (UFPA, 1986; Sousa, 2011), tal qual nos demais *campi* da universidade no espaço paraense.

Ao longo da década de 1990, Marabá assiste à criação dos seus primeiros cursos regulares de graduação – Letras e Matemática, bem como a implantação da Licenciatura em Pedagogia e do Bacharelado em Direito, também em regime regular (Sousa, 2011). Destaca-se que um curso como o de Direito, por exemplo, criado em 1993 pela UFPA, nasceu, em grande medida, implicado pelos intensos conflitos agrários no sul e sudeste do Pará (UNIFESSPA, [2019?]), uma realidade fortemente impactada pelas questões fundiárias decorrentes do avanço da fronteira agrícola e cujos impactos, como a violência, estendem-se para as áreas urbanas da sub-região em comento.

Sobre o papel da instituição, Cunha (2004) acrescenta que, em 1998, por meio de carta endereçada à comunidade universitária, a UFPA estabeleceu quatro linhas de ação que traduziam as áreas tidas como “vocações naturais” do então *Campus Universitário do Sul do Pará*, a saber: formação de professores, agroambiental, sociologia rural e tecnologia de produção; esta última muito voltada às atividades de pesquisa ligadas à produção e ao beneficiamento de minérios, muito presentes na economia sub-regional em razão, principalmente, da presença da à época empresa estatal CVRD no sul/sudeste paraense, financiadora direta de estruturas do *campus*.

Assim, ao longo da década de 2000, a Universidade Federal do Pará ofertou cerca de 12 cursos de graduação no sul e sudeste paraense e demonstrou notável atuação nessa realidade socioespacial do estado. Considerando os anos 2000, 2005 e 2010, nota-se que o *Campus* de Marabá ampliou a quantidade de vagas em cursos de graduação, bem como o total de alunos matriculados e, principalmente

entre 2000 e 2005, os números de ingressantes e de alunos diplomados, conforme sistematizado na Tabela 33.

Tabela 33 – UFPA Marabá: quantidade de cursos de graduação, vagas ofertadas, ingressantes, matriculados e diplomados nesse nível de formação (2000-2010)

| UFPA Marabá         | 2000  | 2005  | 2010  |
|---------------------|-------|-------|-------|
| Cursos de graduação | 12    | 10    | 12    |
| Vagas ofertadas     | 240   | 405   | 620   |
| Ingressantes        | 215   | 385   | 288   |
| Matriculados        | 1.237 | 2.145 | 2.750 |
| Diplomados          | 68    | 201   | 140   |

Fonte: UFPA (2001, 2006, 2011).

Decerto, essa interiorização da UFPA ajudou a potencializar a centralidade de Marabá no sul e sudeste paraense não apenas em uma perspectiva econômica e política (Trindade Júnior, 2011a), mas também por um viés socioterritorial, na concepção discutida por Trindade Júnior (2018), dado o papel assumido por Marabá no que diz respeito à convergência de fluxos/demandas cidadãos por educação superior pública nessa sub-região paraense (Trindade Júnior, 2024). A criação da UNIFESSPA em 2013, algo que já vinha sendo discutido desde o início dos anos 2000 (Cunha, 2004), veio ao encontro desse processo e, sobretudo, das políticas de desenvolvimento regional pensadas pelo governo federal, notadamente no âmbito do Reuni, programa responsável por sua implementação na região, como ponderam Gumiero *et al.* (2023).

O docente e ex-gestor DO-UNIFESSPA 1 avalia que essa universidade foi pensada no interior de um projeto nacional de desenvolvimento, “como um elemento de um processo de modernização [em que] muito fortemente a inovação estaria puxada pelo chão de fábrica, pelas indústrias e pela relação com [as universidades]”<sup>148</sup>, mas em uma perspectiva de desenvolvimento com equidade social. Isso, na leitura do docente em referência, guardaria certa relação com a dinamização do setor industrial e siderúrgico em Marabá, especialmente com a promessa de implementação da Aços Laminados do Pará (ALPA)<sup>149</sup>, uma iniciativa

<sup>148</sup>Informação concedida por DO-UNIFESSPA 1, docente e ex-gestor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 3 de maio de 2023.

<sup>149</sup>O projeto em torno da ALPA previa a instalação de uma siderúrgica em Marabá, com capacidade para produzir 2,5 milhões de toneladas de aço por ano. À época, o projeto não adquiriu concretude, sendo, no ano de 2024, retomado pela Vale S.A., a qual aprovou a proposta de incorporação da

também da mineradora Vale S.A. com vistas à instalação de um polo metal-mecânico no espaço marabaense.

Associado a isso, DO-UNIFESSPA 1 aponta, ainda, que a criação dessa universidade em Marabá também fora assentada na importância histórica do município e, particularmente, na polarização que a cidade exerce nessa porção da Amazônia paraense, assim como, em sua leitura, a cidade de Santarém, no oeste do Pará. Dessa forma, no ano de 2011, Miriam Belchior (então Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil) e Fernando Haddad (então Ministro da Educação), integrantes do governo federal da época, assinaram um Projeto de Lei (PL) (Brasil, 2011) que dispunha sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará a partir do desmembramento do *Campus* de Marabá da UFPA, no âmbito do Reuni. Nesse PL, apontava-se que a criação da UNIFESSPA seria importante para o desenvolvimento do sul e sudeste paraense, bem como:

[...] para a permanência dos cidadãos na região; o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região; a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social [...] ampliando a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de aproximadamente um milhão e quinhentos mil habitantes, além de contribuir de forma estratégica para a defesa dos nossos recursos naturais, gerando um desenvolvimento sustentável. Significará, sobretudo, a oportunidade de acesso ao ensino superior para milhares de pessoas, famílias com renda insuficiente para manter seus filhos em Universidades Públicas Federais distantes ou para assumir compromissos com mensalidades em universidades que não sejam públicas (Brasil, 2011, local. 6 e 7).

Assim sendo, em 2013, por meio de lei federal já comentada (Brasil, 2013), a então presidenta Dilma Rousseff determinou a criação dessa instituição e potencializou a expansão do ensino superior na Amazônia, bem como a interiorização desse nível de formação no espaço paraense, com três *campi* universitários em Marabá (sede da instituição), denominados como *Campus* I (Figura 29), *Campus* II (Figura 30) e *Campus* III (Figura 31), e quatro *campi* fora de sede no sul e sudeste do Pará, a saber: Rondon do Pará (Figura 32), Santana do Araguaia (Figura 33), São Félix do Xingu (Figura 34) e Xinguara (Figura 35), como já destacado anteriormente.

---

ALPA S.A. com o objetivo de otimizar a estrutura das sociedades ligadas ao Grupo Vale (A Vale [...]. 2024).



Figura 29 – UNIFESSPA: vista parcial da frente do *Campus I*



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, maio 2023.



Figura 30 – UNIFESSPA: vista parcial da frente do *Campus II*



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, maio 2023.

Figura 31 – UNIFESSPA: vista parcial da frente do *Campus III*



Fonte: Helbert Michel Pampolha de Oliveira, maio 2023.



Figura 32 – UNIFESSPA: vista parcial do *Campus* de Rondon do Pará



Fonte: Prédio [...] (2017).

Figura 33 – UNIFESSPA: vista parcial do *Campus* de Santana do Araguaia



Fonte: Paula Renata Soares, mar. 2025.



Figura 34 – UNIFESSPA: vista parcial do *Campus* de São Félix do Xingu



Fonte: Cristiano Bento da Silva, mar. 2025.

Figura 35 – UNIFESSPA: vista parcial do *Campus* de Xinguara



Fonte: Yago Gabriel Teixeira dos Santos, mar. 2025.

Os *campi* I e II consistem em estruturas herdadas da UFPA, automaticamente transferidas para a UNIFESSPA por ocasião de sua lei de criação (Brasil, 2013). No *Campus* I, núcleo inicial da realização do ensino superior em Marabá, estão concentrados os institutos de Ciências Humanas (ICH) e de Estudos em Direito e Sociedade (IEDS). Já o *Campus* II, construído com recursos oriundos de convênio com a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), abriga o Instituto de Geociências e Engenharias (IGE) e o Instituto de Ciências Exatas (ICE). O *Campus* III, por sua vez, fora construído para abrigar unidades administrativas da UNIFESSPA, como a reitoria, as pró-reitorias etc., e as seguintes unidades acadêmicas: o Instituto de Estudos em Saúde e Biológicas (IESB), o Instituto de Linguística, Letras e Artes (ILLA) e o Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR).

O Quadro 10 sistematiza os cursos de graduação presencial ofertados na sede da UNIFESSPA, em cada um de seus *campi*.

Quadro 10 – UNIFESSPA: cursos de graduação presencial ofertados nos *campi* de Marabá

| <b>Campus</b>     | <b>Cursos de graduação presencial</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Campus</i> I   | Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Geografia e Licenciatura em Geografia.                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <i>Campus</i> II  | Bacharelado em Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Engenharia da Computação, Bacharelado em Engenharia de Materiais, Bacharelado em Engenharia Elétrica, Bacharelado em Engenharia Mecânica, Bacharelado em Engenharia Química, Bacharelado em Geologia e Bacharelado em Sistemas de Informação.                                                                                             |
| <i>Campus</i> III | Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Artes Visuais, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Econômicas, Licenciatura em Ciências Naturais, Licenciatura em Educação do Campo, Licenciatura em Física, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras – Inglês, Licenciatura em Letras – Português, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Psicologia, Licenciatura em Química e Bacharelado em Saúde Coletiva. |

Fonte: elaborado pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024a).

No que concerne aos *campi* fora de sede, o Quadro 11 sistematiza algumas informações e contextualizações acerca dessas estruturas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará na Amazônia paraense, assim como os cursos de graduação presencial por elas ofertados.

Quadro 11 – UNIFESSPA: breve contextualização dos *campi* e ofertas regulares de graduação presencial

| <i>Campus</i>       | Contextualização do <i>campus</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Cursos de graduação presencial oferecidos no <i>campus</i>                                      |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Rondon do Pará      | O município de Rondon do Pará foi criado no ano de 1982, na área de influência da PA-070 (Tavares, 2008), e, hoje, possui 53.143 habitantes, dos quais 33.871 vivem na área urbana (IBGE, 2024). A presença do ensino superior em Rondon do Pará guarda relação com a interiorização da Universidade Federal do Pará e a consequente criação de um núcleo universitário da instituição no município, em 1994, no âmbito do qual eram ofertados cursos de graduação que o tornavam um núcleo estratégico na BR-222, atendendo à demanda de estudantes de vários municípios do sul e sudeste paraense, mas também do estado do Maranhão. Com a criação da UNIFESSPA em 2013, o Núcleo da UFPA em Rondon do Pará foi elevado à condição de <i>Campus</i> Universitário da nova universidade, com destaque para a instalação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Esse instituto iniciou suas atividades ofertando os bacharelados em Administração e Ciências Contábeis; oferta essa que fora ampliada no ano de 2018, com a abertura do curso de Jornalismo, reforçando a oferta de ensino superior na sub-região em tela.                                                                                                                                    | Administração (Bach.)<br>Ciências Contábeis (Bach.)<br>Jornalismo (Bach.)                       |
| Santana do Araguaia | Santana do Araguaia é um município do sul/sudeste paraense que possui 32.413 munícipes (25.819 habitam a área urbana) (IBGE, 2024) e tem sua origem ligada ao desmembramento do município de Conceição do Araguaia, no começo dos anos 1960, em um contexto marcado pela construção da Rodovia Belém-Brasília, que, segundo Tavares (2008), provocou um surto de municipalização no Pará; momento esse em que o município em questão fora criado. Até 2014, quando há a instalação do <i>campus</i> universitário da UNIFESSPA em Santana do Araguaia, a população local acessava o ensino superior por meio, principalmente, dos núcleos de ensino da Universidade Federal do Pará (sobretudo no âmbito do PARFOR), cuja atuação possuía tímida capilaridade pelo sul e sudeste paraense, inobstante a centralidade sub-regional de Marabá. Já com a abertura e o funcionamento do <i>Campus</i> de Santana do Araguaia, a UNIFESSPA empreendeu a criação do Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA) na localidade, o qual reúne um curso de licenciatura e dois de bacharelado e, doravante, passou a atuar como mais um importante <i>locus</i> de anteparo aos fluxos e demandas por ensino superior público nessa sub-região do Pará (Simas <i>et al.</i> , 2022). | Matemática (Lic.)<br>Engenharia Civil (Bach.)<br>Arquitetura e Urbanismo (Bach.)                |
| São Félix do Xingu  | Assim como o <i>Campus</i> de Santana do Araguaia, o <i>Campus</i> de São Félix do Xingu da UNIFESSPA também foi criado no ano de 2014, em linha com a política <i>multicampi</i> da instituição. Nesse momento, a universidade implantou o seu Instituto de Estudos do Xingu (IEX) e, desde então, passou a ofertar cursos de graduação para a sociedade local e regional, colocando-se como mais um espaço voltado à formação superior no sul e sudeste                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Ciências Biológicas (Lic.)<br>Letras – Língua Portuguesa (Lic.)<br>Engenharia Florestal (Bach.) |



|          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                           |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
|          | do Pará. Também surgido no ano de 1961, a partir da criação da Rodovia Belém-Brasília (Tavares, 2008), São Félix do Xingu é habitado por 65.418, sendo 39.114 deles moradores da área urbana (IBGE, 2024). Além do mais, hoje, é um dos maiores municípios brasileiros e paraenses em termos de extensão territorial (84.212,901 km <sup>2</sup> , ficando atrás, no Pará, somente de Altamira e Oriximiná, nessa ordem) e fortemente impactado por atividades pecuárias, notadamente a pecuária de corte, com um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, destacando-se, a título de exemplo, a chamativa proporção de 38 bois por habitante (IBGE, 2023; Tavares; Mazza; Buono, 2023; Serra <i>et al.</i> , 2024), algo que bem reflete o papel conferido a esse município na economia regional e nacional. Em termos de oferta universitária em nível de graduação, o <i>Campus</i> de São Félix do Xingu dispõe, atualmente, de três cursos de graduação à sociedade, sendo duas licenciaturas e um bacharelado.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                           |
| Xinguara | Conhecido como a “capital do boi gordo”, o município de Xinguara apresenta 52.893 munícipes de acordo com o último censo do IBGE (2024), sendo que 46.390 habitam a área urbana (IBGE, 2024). Seu surgimento ocorre no mesmo contexto de municipalização que deu origem a Rondon do Pará, em 1982, porém, sob a influência dos fluxos e dinâmicas inerentes à PA-150 (Tavares, 2008). Nesse sentido, ainda que sua toponímia remeta ao nome de dois importantes rios da região, Xingu e Araguaia, é à lógica da rodovia que Xinguara deve a sua criação e dinamismos no sul e sudeste paraense (Trindade Júnior, 2021b); dinamismos esses que, hodiernamente, guardam estreita relação com a forte presença da pecuária e do agronegócio nessa sub-região. Tendo sido um dos núcleos da UFPA desde 1994, Xinguara desempenhava um papel importante na oferta esporádica de ensino superior nessa porção da Amazônia paraense, até que, cerca de 20 anos depois, foi transformada em <i>campus</i> universitário da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, dispondo, na atualidade, de cursos ligados à formação de professores, mas também às atividades econômicas fortemente desenvolvidas nesse contexto socioespacial, vide o perfil dos cursos de bacharelado que o <i>campus</i> disponibiliza. | História (Lic.).<br>Geografia (Lic.)<br>Medicina Veterinária (Bach.)<br>Zootecnia (Bach.) |

Elaborado pelo autor, em 2024, com base em IBGE (2023, 2024), Serra *et al.* (2023), Simas *et al.* (2022), Sousa (2011), Tavares (2008), Tavares, Mazza e Buono (2023), Trindade Júnior (2021b) e UNIFESSPA (2024b, 2024c, 2024d, 2024e).

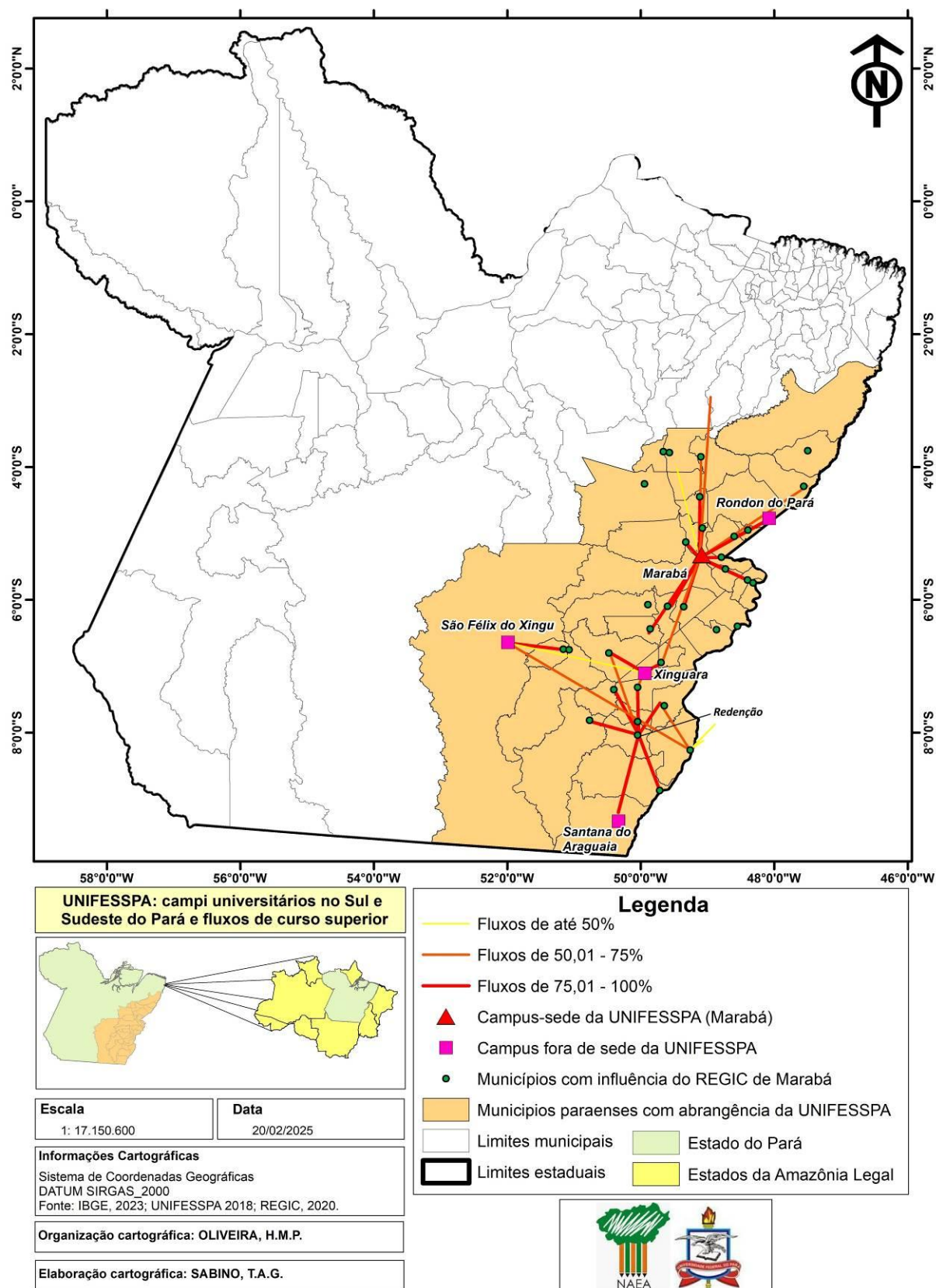
Assim sendo, a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em Marabá e de seus quatro *campi* fora de sede promoveu, sem dúvida, uma desconcentração da oferta de ensino superior público na região (Gumiero *et al.*, 2023), além do relativo fortalecimento dos municípios/cidades que abrigam esses fixos sociais públicos e, de certa forma, colocam-se como polos sub-regionais para onde convergem fluxos ligados à oferta de formação superior, não obstante a expressiva centralidade exercida por Marabá (Trindade Júnior, 2011a, 2024) na região, seja enquanto sede da instituição, seja como principal cidade do sul e sudeste paraense em termos econômicos e políticos. Daí o porquê, talvez, Simas *et al.* (2022) reconhecerem a UNIFESSPA como uma universidade regional, dada a sua importância no contexto onde está diretamente inserida no espaço paraense.

Considerando os fluxos ligados aos cursos regulares de graduação, com apoio também na REGIC (IBGE, 2020), o Mapa 9 demonstra a abrangência da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará na sub-região em comento. Evidencia-se a significativa centralidade de Marabá – principal cidade da região – na oferta desse importante serviço junto a cidades menores do seu entorno, ratificando a sua responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) em se tratando, neste caso, das demandas por ensino superior público.

Fica patente, ademais, as subcentralidades relativamente exercidas pelas demais cidades que abrigam *campi* universitários da UNIFESSPA, com expressivos fluxos junto aos subespaços de seus respectivos entornos (Mapa 9). Chama a atenção, com base na REGIC, a importância revelada por Redenção (PA) quanto aos fluxos ligados ao ensino superior em certa porção do sul e sudeste do Pará, sendo ela uma cidade voltada às necessidades de expansão da produção de *commodities* (Santos, 2020) e com maior dinamismo que, por exemplo, Santana do Araguaia.

Contudo, destaca-se que São Félix do Xingu e Santana do Araguaia, *exempli gratia*, duas cidades marcadas pelas lógicas do agronegócio, foram escolhidas para sediar *campi* universitários da UNIFESSPA como uma forma de incentivar o estabelecimento de novas centralidades na região, a partir da oferta de ensino superior público, algo, em certa medida, demonstrado pela análise dos fluxos indicados no mapa.

Mapa 9 – UNIFESSPA: *campi* universitários e fluxos ligados aos cursos regulares de graduação



Quanto às ofertas regulares de graduação, assevera-se que muitos de seus cursos foram herdados da Universidade Federal do Pará, que, no seio do seu projeto de interiorização, nos anos 1970 e 1980, implantou licenciaturas e bacharelados com o intuito de formar professores e, desse modo, qualificar recursos humanos. Sobre isso, acrescenta-se que a formação de professores, em particular, resulta da demanda dos movimentos sociais da região, os quais lutaram para que houvesse formação superior nessa realidade paraense; elemento esse muito peculiar à sub-região sul e sudeste do Pará, cujas solidariedades orgânicas (Santos, 2003, 2012a) tem o seu fortalecimento pautado, principalmente, nos conflitos e lutas realizados pelos movimentos sociais da região.

O curso de Direito, já comentado, fora criado ainda no contexto no *Campus* Universitário do Sul do Pará, da Universidade Federal do Pará, nos anos 1990, mas com forte inclinação às questões relacionadas aos conflitos agrários instaurados nessa sub-região do estado, palco de históricos e violentos conflitos pela terra, conforme revelado no Plano Pedagógico do Curso (PPC) (UNIFESSPA, [2019?], como a Guerrilha do Araguaia, no início dos anos de 1970, e o Massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, ocasião essa em que 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar do estado do Pará. Incorporada pela UNIFESSPA em 2013, essa graduação segue alinhada, em certa medida, com as demandas sociais advindas da luta pela terra na região.

Além disso, cabe destacarmos a relação estabelecida entre a UFPA e uma grande empresa de mineração, no último quartel do século XX, como a, à época estatal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente nomeada de Vale S.A. e responsável por explorar a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, no sul e sudeste do Pará. Em linhas gerais, aponta-se que tal relação adquiriu expressão por meio de um convênio público-privado, firmado entre a universidade e a mineradora, que garantiu à UFPA o financiamento direto de infraestruturas, como a urbanização do *Campus* II da instituição, mas também de pesquisas na região.

Ora, a sub-região sul e sudeste do Pará abriga uma das áreas mais ricas do mundo no que concerne aos recursos minerais metálicos e, a partir daquela relação, bacharelados como, por exemplo, os de Engenharia de Minas e Meio Ambiente (em 2004) e de Geologia (em 2005) foram criados para, de certa forma, darem suporte para as atividades mineradoras historicamente instalada nessa porção do espaço paraense, mediante a formação de profissionais – engenheiros de minas e geólogos

– para atuarem na área da mineração e da pesquisa mineral. Ou seja, cursos que vão ao encontro da dita “vocação regional” dessa região paraense, à luz, precipuamente, de um ordenamento econômico-corporativo do território.

Demonstra-se, com isso, o papel da universidade também em criar cursos para atender às necessidades de grandes atividades econômicas, sem desconsiderar, evidentemente, o cumprimento do próprio papel de uma instituição pública de ensino superior em face das dinâmicas da sociedade e da necessária formação de profissionais para atuação nas mais diversas áreas, como, igualmente, pode-se reconhecer na atuação da UNIFESSPA na sub-região onde esta foi implantada. Dessa maneira, e a título de exemplo do que ora está sendo problematizado, destaca-se um excerto do PPC de Geologia, realizado em 2016, que bem demarca o contexto ao qual a referida graduação tem sido relacionada:

[...] ainda é evidente a carência de profissionais em Geologia para atender projetos mineiros instalados no Estado, principalmente, no sul e sudeste, em especial no Pólo Minero-Metalúrgico de Marabá. Além disso, há fortes perspectivas da execução de projetos de grande magnitude na região, tal como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, um dos principais troncos viários do corredor Centro-Norte brasileiro, a instalação da Hidrelétrica de Marabá que terá capacidade de produção de 2.160 MW, tornando-se um aporte considerável para o Sistema Interligado Nacional, e a criação da siderúrgica Aços Laminados do Pará – ALPA, que promete investir R\$ 8 bilhões no município de Marabá, gerando cerca de 18 mil empregos diretos. Essas obras, sem dúvidas trarão desenvolvimento para a região e exigirá mão de obra qualificada. Consequentemente, as atividades de pesquisa e os estudos geológicos nesta região vêm sendo cada vez mais requisitadas, demandando novos investimentos na formação de recursos humanos especializados na área da geologia e da pesquisa mineral (UNIFESSPA, 2016, p. 8).

Mediante a análise do conteúdo desse PPC, verifica-se que a relação do curso e da formação de novos geólogos com vistas ao apoio profissional, científico e tecnológico está ligada à consolidação de um ordenamento territorial que referenda em parte a lógica econômico-corporativa que desde a segunda metade do século XX tem orientado o quadro regional, muito fortemente representado pelo avanço e pela estruturação, via sistemas de objetos e ações (Santos, 2012a), de investimentos econômicos extravertidos e predatórios da Amazônia, como, nesse caso, a mineração e a siderurgia. Outras ofertas que também podem ser entendidas nessa perspectiva são os bacharelados em Zootecnia e em Medicina Veterinária, ambos realizados no *Campus* de Xinguara, da UNIFESSPA, desta feita, mais implicados com a agropecuária.

Sabe-se que a agropecuária é uma das atividades econômicas muito fortes nessa realidade sub-regional do estado do Pará. Particularmente, embora Xinguara tenha a referência de dois importantes rios da região (Xingu e Araguaia) em sua toponímia, conforme destaca Trindade Júnior (2021b), é à rodovia e aos fluxos que por ela passam que essa cidade deve o seu dinamismo, bem como aos investimentos agropecuários, sendo, inclusive, conhecida como “capital do boi gordo” no sul e sudeste paraense, dado o peso dessa atividade em sua economia. Esse dinamismo econômico, peculiar à lógica da fronteira, talvez tenha sido determinante para o governo federal na escolha dos municípios para sediar *campi* dessa instituição, sobretudo quando se pensa, por exemplo, em São Félix do Xingu e Xinguara, não obstante a luta dos movimentos, à contrapelo, a partir das reais demandas da região.

Nesse sentido, destaca-se que a criação de ambos os cursos – Medicina Veterinária e Zootecnia – acabam indo ao encontro das principais lógicas econômicas relacionadas à dinâmica agropecuária desse município e de sua cidade, notadamente em torno da cadeia produtiva de gado de corte, em que pese a importância da pequena produção para a sobrevivência de muitas famílias locais. Assim, considerando-se a expressiva atividade de produção pecuária, dada a crescente expansão da produção animal na região, e a forte presença de frigoríficos que, a partir dessa sub-região, atendem aos mercados internos e externos (com destaque para Xinguara e municípios do seu entorno, que exportam carne para mais de 20 países) (UNIFESSPA, 2021a, 2021b), a criação e a oferta daqueles cursos pela UNIFESSPA parecem se justificar.

Dessa forma, ainda que o PPC da graduação em Medicina Veterinária, por exemplo, destaque que o curso irá colaborar “com a formação de indivíduos oriundos da região que, preferencialmente, irão suprir as demandas internas e [...] que atenderá às necessidades da população regional” (UNIFESSPA, 2021a, p. 9), sugerindo um reforço de perspectivas organicamente solidárias (Santos, 2012a) no sul e sudeste paraense, sabe-se que essa oferta irá fortalecer, precípua e diretamente, o setor da agropecuária e do agronegócio na região, cujas atividades e lógicas, pautadas em solidariedades organizacionais (Santos, 2012a), contribuem frontalmente com o desmatamento e a conversão de florestas em pasto. Não se quer, com isso, estabelecer uma crítica leviana, tampouco desmerecer a importância

do curso, mas, sobretudo, chamar a atenção para as lógicas que, contraditoriamente, a universidade ajuda a fortalecer na região.

Por outro lado, ressalta-se que o interesse por esses cursos – como o de Medicina Veterinária, que, inclusive, recebeu de um pecuarista da região, considerado dono do maior rebanho brasileiro (Freire, 2024), a doação de uma área de 60 hectares (avaliada em R\$ 2 milhões) para a construção do hospital veterinário da UNIFESSPA nesse município (Xinguara [...], 2022) – acaba revelando a desvalorização conferida a outras graduações ofertadas pelo *Campus* de Xinguara, como as licenciaturas em História e em Geografia; cursos esses que são essenciais para entender a formação história e territorial dessa região e para subsidiar políticas e ações comprometidas com uma lógica mais endógena e cidadã.

O contraponto a essa lógica perversa inerente a certas atividades produtivas da região e que instrumentaliza a massa de profissionais formados por uma instituição pública de ensino superior em favor de seus interesses pode ser feito levando-se em conta, por exemplo, um curso como o de Licenciatura em Educação do Campo. Sabe-se que a história dessa graduação é anterior à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e guarda estreita relação com os sindicalismos e os movimentos sociais implicados com a luta pela terra na região.

Criado oficialmente em 2009, no então *Campus* Universitário do Sul do Pará, da UFPA, como resultado de um longo processo de articulação entre os movimentos sociais da região, principalmente o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) e a universidade<sup>150</sup>, o curso de Licenciatura em Educação do Campo foi construído com base em princípios segundo os quais não basta apenas garantir a oferta de uma escolarização no campo e para as populações do campo, mas, efetivamente, assegurar uma educação “do” campo, realizada com/pelos sujeitos oriundos desse contexto sociocultural e por meio de um currículo que considere esse contexto e suas especificidades como conteúdo essencial do processo formativo dos discentes (UNIFESSPA, 2023).

Dessa maneira, já no contexto da UNIFESSPA, destaca-se a realização de um processo específico, o PSE-Educação do Campo, voltado à seleção de estudantes camponeses, indígenas e quilombolas que desejam cursar essa

---

<sup>150</sup>Sobre o processo de institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, consultar a tese de Maura Anjos (2020) sobre a questão.

licenciatura. Estruturado com base na alternância pedagógica, os alunos ingressantes experienciam o curso mediante dois períodos intervalares, sendo eles o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, tal como já comentado neste capítulo em relação ao curso de Etnodesenvolvimento da UFPA Altamira. A partir desse movimento, como nos informa o DO-UNIFESSPA 2, docente da instituição, houve, por meio de lutas, o estabelecimento de “um processo de construção de relações reais com as dinâmicas reais da vida da região”<sup>151</sup>, sobretudo no que concerne às populações do campo, que enfrentam uma diversidade de desafios em seus territórios.

Sobre essa questão, o egresso indígena EI-UNIFESSPA, um dos representantes da Associação dos Estudantes Indígenas da instituição, avalia a importância de se compreender “o que é uma comunidade indígena, com seus ensinamentos histórico, e o que é uma academia”<sup>152</sup>, de modo que sua cultura e seus conhecimentos sejam plenamente considerados no âmbito de um curso superior; algo, de certa forma, valorizado pela Licenciatura em Educação do Campo, especialmente em razão do perfil do curso e da realização dos tempos Universidade e Comunidade, enquanto uma maneira de o estudante indígena, ribeirinho, quilombola etc. não se dissociar do seu território durante o período de sua graduação. Isso porque, também na concepção desse egresso, a retirada de um indígena de sua aldeia, de um ribeirinho da beira do rio ou mesmo de um quilombola de seu quilombo pode representar um ataque à sua cultura e mesmo à cultura de seu povo.

Ainda em reflexão sobre a importância da Licenciatura em Educação do Campo, EI-UNIFESSPA acrescenta que um dos diferenciais do curso é o estímulo ao reconhecimento dos graduandos como sujeitos no seu próprio território:

[...] quando eu tive a oportunidade realmente de conhecer o curso da Educação do Campo, justamente foi pelas questões sociais. Quando o meu vô começou a sempre falar “Ah, vocês vão pros movimento, vocês vão pra reunião, vocês vão participar desse seminário, vocês vão participar desse congresso”, então sempre quando eu ia pra esses movimento, as pessoas que tavam debatendo eram os professores da Educação do Campo, né? Eram aquelas pessoas que lutam pelas coisas, pelas questões social. E eu

<sup>151</sup>Informação concedida por DO-UNIFESSPA 2, docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 03 de maio de 2023.

<sup>152</sup>Informação concebida por EI-UNIFESSPA, egresso da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.



fui procurando “Pô, aquele cara fala bem”, “De onde é esse cara? É professor da onde?”. Então eu fui procurando, fui tendo interesse, né? Aí até quando eu tive a oportunidade de poder fazer, entendi como funcionava [...] E quando eu entendi o que que era a Educação do Campo, eu entendi assim ele muito amplo, né? “Ah, é um curso que tu entra, é pra licenciar professor, pra poder dar aula no campo, de comunidades indígena, quilombola. E dentro desse processo tu estuda ali pra tu poder encontrar uma área pra tu poder dar aula, né? Aí tu tem ciências, tu tem matemática, tu tem português e... Ciências, matemática, português e... Ciências sociais, né? Ciências naturais e ciências sociais. Aí eu falei, “Pô, cara, bacana! Então, eu vou fazer!”. [...] E quando eu entrei dentro desse curso, ele foi algo que me surpreendeu, porque [...] a Licenciatura em Educação do Campo ele é um curso que ele faz a pessoa se reconhecer como sujeito, que é o principal. E quando tu pega um sujeito que ele não tem o caráter, não é o caráter, quando ele não tem assim o seu reconhecimento de espaço, de território, de formador, daquele lugar que ele vive, ele não consegue se desenvolver. E a Educação do Campo ela promove isso, ela promove ali nos seus dois semestres um reconhecimento pessoal do sujeito. Quem é tu? Tu é um indígena? Tu é um quilombola? Tu é um ribeirinho? Tu é um colono? Então ele te forma nesse contexto, ele te faz reconhecer quem tu é, aí aonde tu entende a tua valorização social. Aonde tu se entende como pessoa realmente naquela localidade, né? Aí é onde tu vai conhecer todo o teu contexto histórico, toda a luta social do teu povo, da tua comunidade. Então tu se reconhece ali nos dois primeiros semestres, e tu reconhece estudando, que é o mais legal. Tu aprende ali nos dois primeiros semestres, se divertindo assim. “Pô, cara, eu sou isso. Eu sou aquilo. Meu povo faz isso. Meu povo lutou isso. Meu vô fez isso. Meus pais lutaram por isso. Meu pai lutou pela terra, meu pai lutou pelo território”. Então tu se reconhece como sujeito, né? Que é o principal que eu acho na Educação do Campo.<sup>153</sup>

Considerando-se esse primeiro e importante momento nos dois semestres iniciais da Licenciatura em Educação do Campo, em que são trabalhadas as perspectivas pessoais de cada estudante diante de sua coletividade e de seu próprio território (perspectivas sociais, étnicas e territoriais, portanto), o curso passa, então, a se desenvolver por meio da realização de aulas ligadas a Letras e Linguagens, à Matemática, a Ciências Humanas e Sociais e a Ciências da Natureza; áreas essas que irão servir para os alunos definirem as suas preferências pessoais e a ênfase por eles escolhida no momento da integralização de seu curso, com vistas à diplomação como Licenciado(a) em Educação do Campo.

Assim, a relação cultivada entre os povos indígenas, quilombolas e as populações do campo no contexto da Licenciatura em Educação do Campo vai ao encontro da construção de um importante enraizamento social, cultural e territorial consigo e, evidentemente, com a própria região, muito embora a institucionalidade da universidade, com seus processos burocratizantes e, por vezes, excludentes,

<sup>153</sup>Informação concebida por EI-UNIFESSPA, egresso da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.

possa engessar as formas de saber e de viver de muitos discentes desse curso, em particular, e representar um obstáculo à permanência deles na instituição.<sup>154</sup> Com isso, salienta-se a importância da luta e da resistência desses povos e dos movimentos sociais que, juntos, e não sem conflitos, produzem uma solidariedade orgânica que tensiona a universidade e, paulatinamente, vai abrindo essa instituição para outras culturas, outros saberes.

Trata-se, assim, de um movimento que não partiu necessariamente da universidade para com esses povos, mas desses povos para com a instituição mediante muito tensionamento. Daí, a criação do curso, de processos seletivos diferenciados, entre outros elementos, vem como conquistas alcançadas pelos movimentos da região junto à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; processo esse entendido como algo “novo” para a instituição e em relação ao qual ela não “estava preparada para receber” e acolher, com as devidas políticas de assistência e permanência, conforme frisa EI-UNIFESSPA.<sup>155</sup>

Desse modo, a partir de Marabá, há o estabelecimento de relações horizontais no sul e sudeste paraense forjadas a partir da luta dos movimentos sociais e das populações indígenas, camponesas e quilombolas, as quais, mediante as suas formas de resistência, ajudam a consolidar outras lógicas em uma região marcada pelo avanço agressivo do capitalismo. Cursos como o de Educação do Campo, por exemplo, acabam se revelando como verdadeiros *cursos para a floresta*, dada a valorização das lutas e dos saberes desses sujeitos e grupos sociais historicamente marginalizados e marcados pela violência contra suas culturas e seus territórios.

No que diz respeito à possibilidade de expansão da UNIFESSPA no sul e sudeste paraense, a gestora GT-UNIFESSPA 1<sup>156</sup> chama a atenção para Canaã dos Carajás, dado o poder econômico do município em razão dos *royalties* da mineração e, desse modo, a manutenção do convênio firmado<sup>157</sup> com a universidade, por meio

<sup>154</sup>Informação concedida por DO-UNIFESSPA 2, docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 03 de maio de 2023.

<sup>155</sup>Informação concebida por EI-UNIFESSPA, egresso da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.

<sup>156</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 02 de maio de 2023.

<sup>157</sup>Trata-se do Processo Seletivo Simplificado (PSS) Canaã dos Carajás, que, desde 2019, tem ofertado entre 30 e 40 vagas em diversos cursos de graduação oferecidos pela instituição nesse

do Polo de Ensino, Pesquisa, Extensão Tecnologia e Inovação (PEPETI)<sup>158</sup>; programa esse que, desde 2019, através do referido financiamento municipal, tem garantido a estrutura necessária para a oferta demandada de diversas atividades acadêmicas em Canaã dos Carajás, dentre elas, cursos de graduação para a sociedade local e regional, entre 2019 e 2021 (Quadro 12). Tendo em vista esse processo e a infraestrutura propiciada pelo convênio, a entrevistada salienta a forte chance de Canaã dos Carajás tão logo se tornar um *campus* da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará na região.

Quadro 12 – UNIFESSPA: cursos de graduação ofertados em Canaã dos Carajás a partir dos *campi* da instituição

| <b>Campi</b>        | <b>Cursos ofertados em Canaã dos Carajás (vagas e ano)</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Marabá              | Bacharelado em Agronomia (40 vagas em 2019 e 40 vagas em 2020)<br>Bacharelado em Ciências Biológicas (30 vagas em 2020)<br>Bacharelado em Engenharia de Minas e Meio Ambiente (30 vagas em 2020)<br>Bacharelado em Engenharia Mecânica (30 vagas em 2021)<br>Bacharelado em Geografia (30 vagas em 2020)<br>Bacharelado em Geologia (30 vagas em 2020)<br>Bacharelado em Sistemas de Informação (40 vagas em 2021)<br>Licenciatura em Geografia (30 vagas em 2021)<br>Licenciatura em Letras – Inglês (30 vagas em 2021) |
| Rondon do Pará      | Bacharelado em Ciências Contábeis (40 vagas em 2019)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Santana do Araguaia | Bacharelado em Engenharia Civil (40 vagas em 2021)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| São Félix do Xingu  | Sem ofertas demandadas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Xingura             | Sem ofertas demandadas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

Elaborado pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Verifica-se, por meio desse convênio, o atendimento das demandas de Canaã dos Carajás por formação superior no sul e sudeste paraense por parte da UNIFESSPA. Além de Marabá, *campus*-sede da instituição e responsável pela oferta de 330 vagas em cursos de graduação naquele município, destacam-se Rondon do Pará e Santana do Araguaia com a oferta das graduações em Ciências Contábeis e em Engenharia Civil, respectivamente, em Canaã dos Carajás, o que, de certa forma, indica o estabelecimento de horizontalidades espaciais por parte da

---

município. Desse modo, entre 2019 e 2022, o PSS Canaã dos Carajás já ofertou 310 vagas à população canaense (UNIFESSPA, s.d.).

<sup>158</sup>Implantado em Canaã dos Carajás com vistas à formação e/ou formação continuada de profissionais aptos para atuar na região, o Polo de Ensino, Pesquisa, Extensão, Tecnologia e Inovação de Canaã dos Carajás (PEPETI) Canaã dos Carajás foi criado com o objetivo de desenvolver atividades acadêmico-pedagógicas voltadas à difusão e à consolidação do ensino superior nessa realidade do espaço paraense, especialmente por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão (UNIFESSPA, 2022).

UNIFESSPA nessa região. Não houve demandas por parte da prefeitura canaense quanto aos cursos ofertados por São Félix do Xingu e Xinguara.

Além do mais, ao seguir destacando em sua leitura que “a universidade se presentifica em outros municípios que não são *campi*”<sup>159</sup>, GT-UNIFESSPA 1 também assevera a realização de convênio com o município de São Geraldo do Araguaia, onde, em 2018, foram ofertadas 40 vagas de graduação, bem como a importância do PARFOR<sup>160</sup> e do Forma Pará na oferta de formação superior na região, principalmente por envolver municípios que, como destacado, não abrigam *campi* da universidade, senão, em alguns casos, na forma de polos de outras instituições públicas de ensino superior, como a UFPA, a UFRA ou a UEPA.

Nesses termos, entre 2014 e 2022, a UNIFESSPA já diplomou centenas de novos professores pelo PARFOR, tendo, inclusive, realizado um curso de graduação em Almeirim, no oeste paraense, o que revela a atuação da instituição para além do sul e sudeste do Pará. Já no âmbito do Forma Pará, a UNIFESSPA ofertou cerca de 330 vagas em cursos de graduação em sua sub-região só no ano de 2022<sup>161</sup>, demonstrando a sua importância na Amazônia.

Dos processos seletivos realizados pela UNIFESSPA para o acesso à graduação<sup>162</sup>, destacam-se, aqui, principalmente, o Processo Seletivo por meio do SISU (PS-SISU), o Processo Seletivo para Indígenas e Quilombolas (PSIQ) e o Processo Seletivo Especial (PSE) Educação do Campo. De maneira ampla, o PS-SISU fora criado aquando da institucionalização da UNIFESSPA, em 2013, e se volta para o público em geral, seguindo as regulamentações nacionais e a própria

<sup>159</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 02 de maio de 2023.

<sup>160</sup>Na UNIFESSPA, as vagas do PARFOR são ofertadas por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS) PARFOR voltado à composição de turmas especiais do programa com vistas à formação de professores (UNIFESSPA, s.d.). Para além de seus *campi*, destaca-se que, até 2022, a UNIFESSPA já atuou em diversos municípios do espaço paraense por meio do PARFOR, como, por exemplo, Breu Branco, Itupiranga, Moju, Pacajá e Piçarra (UNIFESSPA, 2024f).

<sup>161</sup>Em 2022, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará teve 325 alunos ingressantes por meio do Forma Pará, sendo eles nos *campi* de Rondon do Pará (31 alunos em Geologia) e São Félix do Xingu (40), mas também nos municípios de Canaã dos Carajás (40 alunos em Arquitetura e Urbanismo), Itupiranga (50 alunos em Direito), Piçarra (44 alunos em Zootecnia), Redenção (40 alunos em Arquitetura e Urbanismo), Tucumã (40 alunos em Medicina Veterinária) e Tucuruí (40 alunos em Pedagogia) (UNIFESSPA, 2024f).

<sup>162</sup>A UNIFESSPA oferece à sociedade os seguintes processos seletivos, conforme indicado em seu site (UNIFESSPA, s.d.): Processo Seletivo para Ingresso por meio do SISU (PS-SISU), PSS Vagas Remanescentes do SISU e Transferências, PS Indígenas e Quilombolas (PSIQ), Processo Seletivo Especial (PSE) Educação do Campo, PSS-Mobin/Mobex (Mobilidade Interna e Mobilidade Externa), PSS Canaã dos Carajás, PSE PRONERA e PSS-PARFOR. Para efeitos de discussão, serão levados em consideração, mormente, o PS-SISU, o PSIQ e o PSE Educação do Campo.

Lei de Cotas (Brasil, 2012). No contexto do PS-SiSU, destaca-se o chamado “bônus regional”, o qual consiste em uma bonificação de 20% em cima das notas daqueles alunos da própria Amazônia, como uma forma de amenizar as assimetrias regionais ligadas à formação desses estudantes no ensino médio, notadamente em relação àqueles candidatos de regiões brasileiras mais bem assistidas em termos de educação escolar.

Já em relação ao PSIQ, herdado da Universidade Federal do Pará, esse processo seletivo se destaca por reservar duas vagas para alunos indígenas e duas vagas para alunos quilombolas (que concorrem somente entre eles, cada grupo) em todos os cursos de graduação da instituição. Sobre essa questão, a gestora GT-UNIFESSPA 2 acrescenta o seguinte:

[...] nós temos um processo seletivo específico indígena e quilombola [PSIQ], né? Que já havia na UFPA, inclusive. E aqui também, quando desmembrou enquanto UNIFESSPA, teve uma resolução específica pra inclusão, então são vagas suplementares. Se nós temos 40 vagas em cada curso, nós vamos acrescentar mais duas para indígenas e mais duas para quilombola, dentro de cada um dos 42 cursos da UNIFESSPA, através de um processo seletivo específico, que é diferenciado, que é pautado em uma redação ou uma carta de intenção, depende muito do processo seletivo e também de uma entrevista direcionada pra esses discentes, com comprovação evidente de que são as comunidades quilombola ou indígenas ou que pertencem a povos indígenas e quilombolas, mesmo que não vivam em comunidade ou que não sejam aldeados, por exemplo, né? Mas tem que ter essa comprovação, esse reconhecimento público de que são pertencentes a esses povos em alguma medida ou dimensão. Então, há quatro vagas, duas para indígenas e duas para quilombolas em todos os anos, né? Em cada um dos nossos 42 cursos, que são também políticas afirmativas de acesso dessas populações ao ensino superior [...].<sup>163</sup>

Além dessa política afirmativa voltada ao acesso dos povos da floresta, a instituição também conta com a oferta do PSE-Educação do Campo, o qual, por sua vez, iniciou-se junto com a criação da UNIFESSPA e diz respeito a um processo de seleção diferenciada para ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo; curso esse que, como vimos, é anterior à UNIFESSPA e tem um papel muito importante na formação de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, assentadas, entre outras, dessa região. Trata-se de um processo seletivo específico que é regular, abrindo todos os anos, portanto, com vagas para esses povos do campo, da floresta e das águas.

<sup>163</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 02 de maio de 2023.

Por intermédio desses certames, essa instituição garante o acesso anual de milhares de estudantes ao ensino superior público, fazendo valer, nesse particular, tanto a política de cotas (Brasil, 2012) – que reserva 50% de vagas no PS-SiSU para pessoas oriundas de escolas públicas, de baixa renda, portadores de deficiência ou autodeclarados pretos, pardos e indígenas – quanto o direito de estudantes indígenas, quilombolas, camponeses, assentados e ribeirinhos ingressarem no ensino superior público na região, mediante o PSIQ e o PSE-Educação do Campo.

Esse aspecto da interiorização do ensino superior, sem dúvidas, contribuiu com a promoção da inclusão social no sul e sudeste paraense, na Amazônia e mesmo no Brasil, já que a procura/demanda pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará não se limita ao espaço paraense (UNIFESSPA, s.d.; Marques *et al.*, 2021). Assim, desde a sua criação até o ano de 2022, a UNIFESSPA ofertou mais de 11 mil vagas em cursos de graduação presencial, oportunizando o acesso ao ensino superior público nessa sub-região da Amazônia paraense.

A seguir, são destacadas as quantidades de vagas em graduações presenciais ofertadas no âmbito desses processos seletivos ora rapidamente comentados, o PS-SiSU (Tabela 34), o PSIQ (Tabela 35) e o PSE-Educação do Campo (Tabela 36). Os dados disponibilizados pela instituição acerca das vagas ofertadas no PSIQ não demonstram as quantidades de vagas especificamente voltadas para estudantes indígenas e para estudantes quilombolas. Aponta-se, ainda, que o período indicado nos documentos para os três processos seletivos em destaque inicia-se no ano de 2014.

Em relação às vagas ofertadas pelo PSE-Educação do Campo, originalmente foram ofertadas 60 vagas, contudo, no contexto do edital PROCAMPO, em 2013, houve um incremento de mais 60 vagas no curso até 2016, resultando na entrada de três turmas (2014, 2015 e 2016) com 120 discentes cada, “garantindo a essas alojamento, material didático e alimentação até janeiro e fevereiro de 2017” (UNIFESSPA, 2023, p. 3). No entanto, após o término do edital e considerando o fato de a Licenciatura em Educação do Campo ser uma graduação institucionalizada desde 2009 na UNIFESSPA, essa universidade seguiu assumindo o PSE em questão com a oferta anual de 60 vagas.

Assim, no período de 2014 a 2022, nota-se um cenário de expansão e interiorização das vagas de graduação presencial ofertadas pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará nessa sub-região da Amazônia paraense, nos três

processos seletivos (tabelas 34, 35 e 36). Marabá, evidentemente, apresenta as maiores quantidades de vagas (tanto no PS-SiSU quanto no PSIQ, uma vez que a Licenciatura em Educação do Campo é ofertada na sede da universidade), dada a centralidade urbana de sua cidade e, mesmo, a maior estrutura da instituição em face de seus demais *campi*. Desses, chamam a atenção, atualmente, Xinguara (140 vagas) e Rondon do Pará (120 vagas) como os *campi* fora de sede que mais ofertam vagas de graduação na UNIFESSPA, seguidos por São Félix do Xingu (110 vagas) e Santana do Araguaia (100 vagas).

Tabela 34 – UNIFESSPA: vagas ofertadas em cursos de graduação presencial mediante o PS-SiSU (2014-2022)

| <b>Campus</b>       | <b>2014</b> | <b>2015</b>  | <b>2016</b> | <b>2017</b>  | <b>2018</b>  | <b>2019</b>  | <b>2020</b>  | <b>2021</b>  | <b>2022</b>  |
|---------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Marabá              | 780         | 810          | 790         | 900          | 926          | 940          | 970          | 945          | 905          |
| Rondon do Pará      | 80          | 80           | 80          | 80           | 100          | 100          | 100          | 120          | 120          |
| Santana do Araguaia | 40          | 40           | 40          | 40           | 70           | 100          | 100          | 110          | 100          |
| São Félix do Xingu  | 40          | 40           | 40          | 40           | 80           | 120          | 120          | 120          | 110          |
| Xinguara            | 40          | 40           | 40          | 40           | 140          | 140          | 160          | 140          | 140          |
| <b>UNIFESSPA</b>    | <b>980</b>  | <b>1.010</b> | <b>990</b>  | <b>1.100</b> | <b>1.316</b> | <b>1.400</b> | <b>1.450</b> | <b>1.435</b> | <b>1.375</b> |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Tabela 35 – UNIFESSPA: vagas ofertadas em cursos de graduação presencial mediante o PSIQ (2014-2022)

| <b>Campus</b>       | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Marabá              | 116         | 116         | 116         | 116         | 116         | 112         | 116         | 116         | 112         |
| Rondon do Pará      | 8           | 8           | 8           | 12          | 12          | 12          | 12          | 12          | 12          |
| Santana do Araguaia | 4           | 4           | 4           | 4           | 4           | 12          | 12          | 12          | 12          |
| São Félix do Xingu  | 4           | 4           | 4           | 4           | 4           | 12          | 12          | 12          | 12          |
| Xinguara            | 8           | 8           | 8           | 16          | 16          | 16          | 16          | 16          | 16          |
| <b>UNIFESSPA</b>    | <b>140</b>  | <b>140</b>  | <b>140</b>  | <b>152</b>  | <b>152</b>  | <b>164</b>  | <b>168</b>  | <b>168</b>  | <b>164</b>  |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Tabela 36 – UNIFESSPA: vagas ofertadas mediante o PSE Educação do Campo (2014-2022)

| <b>Campus</b>    | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Marabá           | 120         | 126         | 120         | 56          | 60          | 60          | 60          | 60          | 60          |
| <b>UNIFESSPA</b> | <b>120</b>  | <b>126</b>  | <b>120</b>  | <b>56</b>   | <b>60</b>   | <b>60</b>   | <b>60</b>   | <b>60</b>   | <b>60</b>   |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2023, 2024f).



Todos esses processos, com suas devidas particularidades, apresentam-se de suma importância à promoção e à democratização do acesso ao ensino superior na UNIFESSPA, não obstante as dificuldades ligadas à permanência dos discentes na instituição. Sobre as ações de assistência estudantil, destaca-se, principalmente, a Bolsa Permanência, do Ministério da Educação (MEC), que é insuficiente, dada a demanda e a particularidade dos povos da região, e acrescida pela UNIFESSPA, com recursos próprios, mediante o Auxílio Permanência para Indígenas e Quilombolas (APEIQ); o Auxílio Emergencial, destinado a todos os discentes da instituição; o Auxílio Creche; o Auxílio Deslocamento; bem como o próprio Restaurante Universitário, importante política de alimentação que, desde 2021, fornece refeições subsidiadas aos estudantes pelo preço de R\$ 2,50 (UNIFESSPA, 2021c).

Notadamente voltados à permanência de indígenas e quilombolas na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, a gestora GT-UNIFESSPA 2 salienta dois programas da instituição, o Programa de Apoio ao Estudante Indígena (PAIND) e o Programa de Apoio ao Estudante Quilombola (PAEQUI):

[...] Também como política de permanência, a gente tem dois programas que, antes, estavam vinculados à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, mas a partir agora, de 2023, nós incorporamos ao NUADE por conta das especificidades, de envolver estudantes indígenas e quilombola, que são dois programas voltados pro apoio pedagógico. Então, eles estão pautados na dimensão da permanência que não é financeira, mas também do ponto de vista pedagógico na universidade, do sucesso acadêmico dos estudantes, que é o Programa de Apoio ao Estudante Indígena (PAIND) e o Programa de Apoio Estudante Quilombola (PAEQUI), que são programas que têm esse viés de apoio pedagógico, de orientação educacional, de acompanhamento de estudantes indígenas e quilombola pro seu sucesso acadêmico. Então a gente tem professores que são coordenadores de diferentes ações, com bolsistas preferencialmente são indígenas ou quilombolas, pra poder fazer esse acompanhamento desses estudantes e garantir minimamente também essa questão da permanência [...].<sup>164</sup>

Sobre a concepção desses programas, em meados dos anos 2010, o entrevistado TA-UNIFESSPA informa que o primeiro edital ligado a essas iniciativas, executado em 2017, foi dialogado com representantes discentes, indígenas, quilombolas e lideranças.

<sup>164</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 02 de maio de 2023.

[...] desde quando eles foram idealizados, pensados, porque estão sendo executados desde 2017, eles já foram, desde o primeiro edital, pensados como programas que precisavam ter essa articulação e também esse trabalho em conjunto com os próprios grupos ou agrupamentos que justificam a existência desses programas. Então, quando a gente fez o primeiro edital, a gente convidou, por exemplo, o grupo de indígenas, representantes dos discentes, também os líderes das aldeias e tal, pra a gente conversar sobre o edital, falar sobre o programa, que a gente tinha um programa, qual era o objetivo desse programa. Então tornar um pouco mais próximo o entendimento deles a respeito dessa nossa ação que estava sendo proposta. E eles fizeram proposições de mudanças em relação ao edital, incorporamos aquilo que foi possível. Então, assim, a gente só não incorporou aquilo que tinha algum regramento que impossibilitava mesmo [...] A gente lança um edital, os professores da UNIFESSPA são convidados a construir projetos, pensar em um determinado tempo de execução desse projeto dentro do edital, de acordo com o recurso pra cada edital [...] O professor que tem esse projeto aprovado [...] ele vai coordenar a ação de alguns bolsistas, que são discentes de graduação, mais veteranos, e esses discentes de graduação, orientados por esse docente, irão fazer o trabalho, digamos assim, de aproximação ou um trabalho de apoio à permanência, né? Pra que esses indígenas e esses quilombolas possam ter sucesso acadêmico. Então o objetivo é esse. Os bolsistas eles atuam nas mais diferentes frentes, desde, por exemplo, atuar algo como se fosse uma função de um monitor, que, de certa forma, é dar um apoio para a compreensão em determinada área do conhecimento, até também aproximar ou estreitar essa relação UNIFESSPA com esses grupos e esses grupos com a UNIFESSPA [...].<sup>165</sup>

Nesse aspecto, GT-UNIFESSPA 1 comenta sobre o papel da instituição na garantia dessas ações e sobre as dificuldades inerentes a esse processo, sobretudo ligadas à questão financeira da instituição:

[...] a gente tem essas políticas de acesso específico e as de permanência, que também são bem diversas as ações que a gente tem. E o tempo inteiro a gente avalia, senta, discute com as lideranças indígenas, quilombolas, “É assim mesmo? É nesse rumo? O que a gente vai fazer para mudar?”... E isso tem favorecido que esses estudantes permaneçam, concluam com qualidade, e possam retornar atuando profissionalmente nas suas comunidades. Então eu avalio muito positivamente o que a gente tem feito em termos de políticas de ações afirmativas de acesso e de permanência! Poderia ser melhor? Poderia se a gente tivesse mais recursos, né?! Com o perfil da universidade que a gente tem, mas infelizmente a gente ainda não tem essa dotação orçamentária para fazer melhor [...].<sup>166</sup>

Avaliando criticamente esses elementos, o egresso indígena EI-UNIFESSPA pondera acerca da relevância dessas iniciativas de acesso, mas chama a atenção para os próprios desafios ligados à permanência dos povos da floresta, do campo e

<sup>165</sup>Informação concedida por TA-UNIFESSPA, técnico-administrativo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 27 de abril de 2023.

<sup>166</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 02 de maio de 2023.

das águas e demais populações socioeconomicamente vulneráveis na universidade, a representar que não basta apenas garantir o acesso sem estabelecer políticas sólidas de permanência; ações essas, tanto de ingresso quanto de assistência estudantil, conquistadas a partir das tensões historicamente estabelecidas por aquelas populações para com a UNIFESSPA.

[...] quando tu trata disso, uma das pessoas principais que lutaram pra esses processos acontecer dentro da instituição foi [...] Zeca Gavião, e também teve influência ali, antes dele, do meu [inaudível]. Mas em 2008, o [...] Zeca Gavião, ele foi uma pessoa fundamental desse processo, junto com a esposa dele também, que a gente tem que falar, né, que é a Concita Sompré, que hoje é a presidente da FEPIPA [Federação dos Povos Indígenas do Pará]. Eles tiveram um fator principal pra criar isso. E quando a gente vê que aquele projeto deles deu certo, [...] a gente vê que a luta ela sempre é válida, né? E assim, a divulgação da instituição, a divulgação do movimento, hoje a gente consegue ser amplo, a gente consegue trazer uma aproximação mais próxima dessas pessoas [...] E quando a gente vê esses alunos vindo de outra localidade, vindo de outra, de outro estado, a gente vê que a gente tá... Tanto a instituição como nós, os movimentos sociais indígena e quilombola, a gente tá se conversando realmente, né? A gente tá dando essa oportunidade. E quando a universidade traz essa inserção, a gente já se preocupa mais em garantir a permanência, né? Tanto que a gente briga muito por isso. E é em qualquer setor, qualquer setor a gente tá brigando realmente para poder ter, pra poder inserir, mas também poder manter esses alunos até eles concluírem o curso.<sup>167</sup>

A partir da fala do egresso supracitado, percebe-se que a conquista de ações de permanência se deu, principalmente, pela luta dos movimentos indígenas e quilombolas que, fora da universidade, e não sem conflitos, constituíram uma solidariedade orgânica (Santos, 2003, 2012a) em torno das demandas desses povos pelo acesso e permanência no ensino superior e implicaram a UNIFESSPA em se comprometer com o atendimento dessas necessidades sociais, de modo que, atualmente, ainda que sob dificuldades, a instituição tem demonstrado o interesse em dialogar e alinhar suas políticas de ingresso e de assistência estudantil com as particularidades dessas populações regionais.

O graduando AQ-UNIFESSPA, um dos representantes da Associação dos Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ADQ-UNIFESSPA), também reafirma o papel das políticas de acesso garantidas pela instituição e comenta os desafios em torno da permanência na universidade, sobretudo no que diz respeito aos quilombolas, questionando, inclusive, uma certa

<sup>167</sup>Informação concebida por EI-UNIFESSPA, egresso da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Belém (PA) no dia 19 de dezembro de 2024.

visão romantizada que é construída acerca do acesso dessas populações a uma instituição pública de ensino superior. Outrossim, o aluno aduz que todo esse processo, por sua vez, acabou por fortalecer a luta política, sua e do coletivo, no interior da UNIFESSPA.

[...] eu faço jus de uma coisa que é algo que é meu de direito, sabe? Então eu tenho que tá defendendo essa causa porque eu acredito. Como eu moro [em Moju-PA] a mais de 12 horas de ônibus ou carro pra mim chegar até Marabá, o polo mais próximo que tem aqui pra nós tá dentro de uma universidade, ou é a UFPA ou é a UNIFESSPA. Então, esse processo ele traz esse aprimoramento pra gente e essa busca de conhecimento. É um processo que eu acredito que poderia passar por uma mudança, até mesmo de abrangência de curso, mas é um processo que eu acredito que muitos quilombola e indígena consegue chegar até uma instituição federal justamente por esse processo. Então é uma causa que eu defendo e busco sempre tá divulgando na nossa comunidade pra os mais jovens tá tendo a mesma oportunidade. Porque, como a gente fala, se fosse até mesmo pra tá pagando uma universidade particular ou até mesmo se manter em uma universidade, como a gente vê que é difícil, muitos do nosso quilombo não teriam condições de tá acessando. Então é um processo que vem pra tá nos ajudando a ter esse acesso dentro da instituição [...] No meu curso de História, somos dois quilombola, sou eu e tenho mais uma amiga que que é daqui da comunidade vizinha, que faz o curso de História. Eu não... No começo não dificuldade pra o ensino. Eu tive uma dificuldade ainda maior por parte de tá dentro da instituição, porque quando eu entrei na universidade, em 2021, a gente tava no período da pandemia [...] Aí quando deu o processo e eu fui para Marabá, em 2022, aí eu fui com a intenção de que o PSE faz o teu acesso à universidade e automaticamente o governo federal ele passa a te pagar uma Bolsa Permanência, que na época o valor era de R\$ 900,00 [...] E quando eu cheguei em Marabá, muitos dos que estavam já na instituição, eles não recebiam ainda esse valor, mas já estudavam muitos anos ali. Então tinha toda essa dificuldade pra você ter acesso ao valor, que era justamente pra tá se mantendo na cidade e... Mas simplesmente você não recebia, aí ficava inviável. Então que quando eu cheguei pra lá, eu... Que logo após eu me tornei o presidente da ADQ lá, e foi justamente por essa luta, por você ter um direito de política pública, que fala que você tem direito a R\$ 900,00 pra ti se manter, que as instituição são longe do quilombo, mas simplesmente você não tem acesso a esse valor, porque você vai pra uma cidade e tem que pagar aluguel, tem que se alimentar, tem que ter aquela higienização, tem que pagar energia, tem que tem que custear, porque tu não vai morar de graça, né? Aí quando eu chego pra lá, que tem esse valor disponível, mas eu não tenho acesso a ele, aí foi o momento de correr junto atrás da universidade, pra ver o que que a universidade poderia tá me preparando ou me ajudando pra mim tentar levar um sonho adiante. Aí foi na hora que a gente vê que a realidade de acesso à instituição ela é legal, “Ah, passou no vestibular, tá dentro de uma instituição federal”, só que aí vem o problema: como eu vou me manter dentro de uma instituição federal? Sendo que a gente fala na questão do “Ah, a gente tem que ser plural, a gente tem que deixar a universidade cheia de cores”, mas quando a gente entra dentro da instituição, a gente vê que a cor da gente não é aquela que eles querem lá dentro da instituição. Aí isso pra mim foi um choque de realidade, onde eu não tinha no quilombo, né? Mas, tipo, procurando ser direito, procurando até mesmo já orientar os meninos que tavam chegando pra ter esse acesso mais viável que a gente, aí foi aí onde eu senti que deveria ir e queria fazer alguma coisa. No entanto, mas foi justamente por isso, por você ter acesso à universidade e

você se manter numa universidade, porque a gente fala que lá em Marabá, na [ADQ], que é legal você chegar lá dentro da instituição, mas é melhor ainda você sair da instituição formado. E pra você ter uma formação, você precisa ter um ambiente legal, como você ter uma família em Marabá, ter um espaço pra você chegar, porque você chega da universidade cansado, você trabalha, pra você ter um descanso. Então, o meu objetivo na questão de valores e dessa permanência dentro da instituição foi muito ligado nesse propósito de querer uma mudança lá pros, como até mesmo os indígena fala, "Os parente chegar e terem um acolhimento melhor do que o meu". Mas a gente vê que esse acesso às política pública ela é bastante complicado dentro da instituição. Ela é muito, ela é muito... Tipo, romantizada, né? "Ah, o quilombola na instituição é legal", só que não hora que a gente vê lá, a realidade é totalmente diferente. Mas isso, eu acredito que isso também traz ainda mais aquela vontade de você conseguir, né? Chegar no final e falar "Olha, eu consegui, né? Mesmo não tendo todas essas adversidade, essa dificuldade, eu tô aqui, eu consegui". Aí você já se torna um exemplo pra comunidade onde você pertence.<sup>168</sup>

A interpretação de AQ-UNIFESSPA joga luzes sobre pontos importantes a considerar nas políticas de assistência estudantil a populações da floresta, do campo e das águas que ingressam em uma instituição pública de ensino superior. Demonstra que, mesmo com a existência de ações de permanência, como a Bolsa MEC, inicialmente de R\$ 900,00 e, hoje, no contexto do terceiro governo de Lula da Silva, aumentada para R\$ 1.400,00, os desafios ainda estão presentes na trajetória desses discentes na universidade, sobretudo se se considerar os atos de racismo que violentam o próprio estar dessas populações nesses fixos sociais públicos (Santos, 2014a).

Nessa direção, a GT-UNIFESSPA 3 ratifica as dificuldades apresentadas por AQ-UNIFESSPA quanto aos desafios à permanência de discentes quilombolas e indígenas na universidade, mencionando, por exemplo, o alto custo de vida em Marabá, em particular, e a falta de importantes estruturas de acolhimento a esses estudantes que chegam na cidade para cursar o ensino superior.

[...] uma dificuldade que a gente tem notado, mais recente, não tão recentemente, mas que tem ganhado maior visibilidade recentemente, é a questão da permanência desses alunos em relação ao custo de vida em Marabá, particularmente em Marabá, né? Porque o aluno ele entra pelo Processo Seletivo Especial [PSE], o indígena ou o quilombola, ele entra pelo Processo Seletivo Especial. A concorrência é interna, então o indígena ele concorre apenas com outros indígenas, o quilombola apenas com outros quilombolas. Só que quando ele chega em Marabá pra iniciar o curso de graduação, ele não tem, por exemplo, uma casa universitária, uma casa de estudantes, né? [...] O que a UNIFESSPA tem efeito pra auxiliar nesse

<sup>168</sup> Informação concedida por AQ-UNIFESSPA, aluno quilombola da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada no dia 23 de dezembro de 2024.

sentido [...] são auxílios, por exemplo, pra alimentação, pra moradia, pra transporte [...].<sup>169</sup>

Diante da consideração desses aspectos ligados ao ingresso e à permanência estudantil na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, cabe, agora, destacarmos alguns elementos ligados ao ensino regular de graduação dessa instituição, como o quantitativo de alunos ingressantes (Tabela 37), matriculados (Tabela 38) e diplomados (Tabela 39) pela universidade entre os anos de 2013 e 2022.

---

<sup>169</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 3, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 27 de abril de 2023.

Tabela 37 – UNIFESSPA: alunos ingressantes em cursos de graduação presencial (2013-2022)

| <b>Campus</b>       | <b>2013</b> | <b>2014</b>  | <b>2015</b>  | <b>2016</b>  | <b>2017</b>  | <b>2018</b>  | <b>2019</b>  | <b>2020</b>  | <b>2021</b>  | <b>2022</b>  |
|---------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Marabá              | 624         | 849          | 981          | 1.047        | 984          | 1.267        | 1.152        | 1.017        | 969          | 870          |
| Rondon do Pará      | 0           | 86           | 81           | 102          | 81           | 108          | 107          | 124          | 116          | 124          |
| Santana do Araguaia | 0           | 33           | 31           | 83           | 22           | 53           | 96           | 77           | 80           | 49           |
| São Félix do Xingu  | 0           | 41           | 40           | 29           | 27           | 108          | 102          | 106          | 88           | 88           |
| Xinguara            | 0           | 46           | 55           | 60           | 33           | 142          | 131          | 139          | 125          | 92           |
| <b>UNIFESSPA</b>    | <b>624</b>  | <b>1.055</b> | <b>1.188</b> | <b>1.321</b> | <b>1.147</b> | <b>1.678</b> | <b>1.588</b> | <b>1.463</b> | <b>1.378</b> | <b>1.223</b> |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Tabela 38 – UNIFESSPA: alunos matriculados em cursos de graduação presencial (2013-2022)

| <b>Campus</b>       | <b>2013</b>  | <b>2014</b>  | <b>2015</b>  | <b>2016</b>  | <b>2017</b>  | <b>2018</b>  | <b>2019</b>  | <b>2020</b>  | <b>2021</b>  | <b>2022</b>  |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Marabá              | 2.537        | 2.861        | 3.027        | 3.187        | 3.253        | 3.645        | 3.863        | 3.863        | 3.686        | 3.505        |
| Rondon do Pará      | 0            | 76           | 139          | 218          | 252          | 325          | 336          | 392          | 362          | 403          |
| Santana do Araguaia | 0            | 31           | 51           | 117          | 121          | 146          | 206          | 217          | 199          | 181          |
| São Félix do Xingu  | 0            | 35           | 66           | 81           | 85           | 183          | 238          | 302          | 284          | 266          |
| Xinguara            | 0            | 39           | 68           | 100          | 96           | 203          | 269          | 348          | 358          | 360          |
| <b>UNIFESSPA</b>    | <b>2.537</b> | <b>3.042</b> | <b>3.351</b> | <b>3.703</b> | <b>3.807</b> | <b>4.502</b> | <b>4.912</b> | <b>5.122</b> | <b>4.889</b> | <b>4.715</b> |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Tabela 39 – UNIFESSPA: alunos diplomados em cursos de graduação presencial (2013-2022)

| <b>Campus</b>       | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Marabá              | 283         | 377         | 531         | 413         | 522         | 317         | 464         | 315         | 396         | 393         |
| Rondon do Pará      | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 64          | 43          | 43          | 41          | 76          |
| Santana do Araguaia | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 9           | 4           | 42          | 11          | 3           |
| São Félix do Xingu  | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 11          | 12          | 9           | 14          | 32          |
| Xinguara            | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 16          | 13          | 19          | 16          | 19          |
| <b>UNIFESSPA</b>    | <b>283</b>  | <b>377</b>  | <b>531</b>  | <b>413</b>  | <b>522</b>  | <b>417</b>  | <b>536</b>  | <b>428</b>  | <b>478</b>  | <b>523</b>  |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

A análise dos dados de ingressantes, matriculados e diplomados pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará no período em questão atesta os seus processos de expansão e interiorização nessa realidade sub-regional do espaço paraense, o que, evidentemente, demonstra a promoção desse importante serviço social e, com efeito, a garantia de cidadania às populações amazônidas ou não. Aos observarmos as quantidades de ingressantes, por exemplo, constata-se que, depois de Marabá, o *Campus* de Rondon do Pará apresentou os maiores números entre 2013 e 2017/2018, momento em que houve uma expansão das vagas de graduação dos *campi* fora de sede e, por conseguinte, relativa ampliação dos alunos ingressantes até 2022 (Tabela 37).

Os números de alunos matriculados, em linhas gerais, refletem o perfil quantitativo dos estudantes ingressantes nessa instituição pública de ensino superior. Contudo, cabe destacar que todos os *campi* apresentaram certo crescimento em termos de matrículas de graduação até mais ou menos o ano de 2020, quando, por conta do período pandêmico, a maioria dos *campi* fora de sede apresentou uma diminuição na quantidade de alunos matriculados (Tabela 38). O contexto econômico-político de cortes orçamentários e de desinvestimentos nas universidades públicas brasileiras a partir de 2018, aprofundado no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), possivelmente contribuiu para a diminuição do total de ingressantes (Tabela 37) e matriculados (Tabela 38) na UNIFESSPA nesse período.

Soma-se a isso, como um dos principais efeitos desse contexto, o agravamento das dificuldades para a permanência de muitos alunos socioeconomicamente vulneráveis e que moram em outros municípios que não esses que possuem *campi* da UNIFESSPA, não obstante o fato de a universidade possuir e ofertar programas de permanência para esses discentes, como os já mencionados PAEQUI e PAIND (UNIFESSPA, 2024g). Esse cenário de aprofundamento dos desafios ligados à permanência na instituição, sem dúvida, contribui para a desistência/abandono de muitos graduandos em relação ao seu curso superior e, também, vai ao encontro da diminuição do quantitativo de matriculados na graduação, por exemplo. Chama-se a atenção, nesse sentido, para a importância da retomada e ampliação dos investimentos nas universidades públicas brasileiras, em especial, naquelas situadas no interior de regiões periféricas como a Amazônia e que são duramente impactadas pelas assimetrias engendradas em ordenamentos territoriais economicistas.



No que se refere aos alunos diplomados pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, a Tabela 39 evidencia que, entre 2013 e 2022, a instituição formou cerca de 4.500 novos profissionais na região. Nota-se que os *campi* fora de sede começaram a diplomar os seus primeiros estudantes de graduação a partir do ano de 2018, dado o tempo médio de 4 ou 5 anos de duração dos cursos de graduação realizados pela instituição, com destaque para o *Campus* de Rondon do Pará. Entre 2013 e 2017/2018, ressalta-se que a quase totalidade dos diplomados pela UNIFESSPA em Marabá é de graduandos oriundos do *Campus* Universitário do Sul do Pará, da Universidade Federal do Pará; alunos esses ingressantes do então *Campus* da UFPA em Marabá, no período de 2009 a 2012, e transferidos para a UNIFESSPA aquando da criação dessa universidade em 2013.

As tabelas 40, 41 e 42, por sua vez, sistematizam dados referentes aos estudantes indígenas e quilombolas ingressantes, matriculados e diplomados no contexto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e nos evidenciam, analiticamente, a existência de desafios a superar, no sentido de garantir o acesso, a permanência e conclusão do ensino superior por parte desses sujeitos e grupos sociais na universidade.

Tabela 40 – UNIFESSPA: alunos indígenas e quilombolas ingressantes em cursos de graduação presencial (2013-2022)

| <i>Campus</i>              | <i>PS</i>          | 2013     | 2014     | 2015      | 2016      | 2017      | 2018      | 2019      | 2020      | 2021      | 2022      |
|----------------------------|--------------------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Marabá</b>              | Indígenas          | 6        | 3        | 21        | 33        | 23        | 0         | 32        | 28        | 17        | 33        |
|                            | Quilombolas        | 0        | 0        | 0         | 24        | 27        | 40        | 27        | 44        | 39        | 19        |
| <b>Rondon do Pará</b>      | Indígenas          | 0        | 0        | 1         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         | 0         | 0         |
|                            | Quilombolas        | 0        | 0        | 0         | 1         | 1         | 4         | 1         | 3         | 0         | 1         |
| <b>Santana do Araguaia</b> | Indígenas          | 0        | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         |
|                            | Quilombolas        | 0        | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         | 1         | 0         |
| <b>São Félix do Xingu</b>  | Indígenas          | 0        | 0        | 0         | 1         | 0         | 0         | 1         | 0         | 1         | 4         |
|                            | Quilombolas        | 0        | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         | 0         | 0         |
| <b>Xinguara</b>            | Indígenas          | 0        | 0        | 0         | 1         | 0         | 0         | 3         | 1         | 0         | 0         |
|                            | Quilombolas        | 0        | 0        | 0         | 1         | 0         | 3         | 2         | 2         | 3         | 4         |
| <b>UNIFESSPA</b>           | <b>Indígenas</b>   | <b>6</b> | <b>3</b> | <b>22</b> | <b>35</b> | <b>23</b> | <b>-</b>  | <b>36</b> | <b>30</b> | <b>18</b> | <b>38</b> |
|                            | <b>Quilombolas</b> | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>26</b> | <b>28</b> | <b>47</b> | <b>30</b> | <b>51</b> | <b>42</b> | <b>27</b> |

\* O documento fornecido pela instituição com informações referentes aos ingressantes indígenas na universidade não indicou dados relativos a 2018.

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Tabela 41 – UNIFESSPA: alunos indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação presencial (2013-2022)

| <i>Campus</i>              | <i>PS</i>          | 2013      | 2014      | 2015      | 2016      | 2017      | 2018      | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       |
|----------------------------|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|
| <b>Marabá</b>              | Indígenas          | 27        | 23        | 38        | 65        | 75        | 92        | 102        | 111        | 108        | 118        |
|                            | Quilombolas        | 0         | 0         | 0         | 24        | 50        | 86        | 100        | 125        | 144        | 136        |
| <b>Rondon do Pará</b>      | Indígenas          | 0         | 0         | 1         | 1         | 1         | 3         | 2          | 2          | 1          | 0          |
|                            | Quilombolas        | 0         | 0         | 0         | 1         | 2         | 6         | 7          | 9          | 8          | 8          |
| <b>Santana do Araguaia</b> | Indígenas          | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0          | 0          | 0          | 1          |
|                            | Quilombolas        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0          | 1          | 0          | 0          |
| <b>São Félix do Xingu</b>  | Indígenas          | 0         | 0         | 0         | 1         | 1         | 1         | 3          | 1          | 1          | 5          |
|                            | Quilombolas        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0          | 1          | 0          | 0          |
| <b>Xinguara</b>            | Indígenas          | 0         | 0         | 0         | 1         | 0         | 1         | 4          | 5          | 5          | 5          |
|                            | Quilombolas        | 0         | 0         | 0         | 1         | 0         | 3         | 5          | 7          | 9          | 12         |
| <b>UNIFESSPA</b>           | <b>Indígenas</b>   | <b>27</b> | <b>23</b> | <b>39</b> | <b>68</b> | <b>77</b> | <b>97</b> | <b>111</b> | <b>119</b> | <b>115</b> | <b>129</b> |
|                            | <b>Quilombolas</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>  | <b>0</b>  | <b>26</b> | <b>52</b> | <b>95</b> | <b>112</b> | <b>143</b> | <b>161</b> | <b>156</b> |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Tabela 42 – UNIFESSPA: alunos indígenas e quilombolas diplomados em cursos de graduação presencial (2013-2022)

| <b>Campus</b>              | <b>PS</b>   | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Marabá</b>              | Indígenas   | 0           | 1           | 3           | 3           | 5           | 4           | 5           | 2           | 7           | 6           |
|                            | Quilombolas | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 1           | 2           | 6           | 12          |
| <b>Rondon do Pará</b>      | Indígenas   | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 1           | 0           | 1           | 0           |
|                            | Quilombolas | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 1           | 0           | 0           | 1           |
| <b>Santana do Araguaia</b> | Indígenas   | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
|                            | Quilombolas | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
| <b>São Félix do Xingu</b>  | Indígenas   | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
|                            | Quilombolas | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
| <b>Xinguara</b>            | Indígenas   | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
|                            | Quilombolas | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
| <b>UNIFESSPA</b>           | Indígenas   | 0           | 1           | 3           | 3           | 5           | 4           | 6           | 2           | 8           | 6           |
|                            | Quilombolas | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 2           | 2           | 6           | 13          |

Fonte: elaborada pelo autor, em 2024, com base em UNIFESSPA (2024f).

Os dados das tabelas 40, 41 e 42 evidenciam os desafios da expansão, da interiorização e da democratização do acesso ao ensino superior público em uma região como o sul e sudeste do Pará, mas que podem facilmente ser estendidos para a Amazônia como um todo. Isso porque, não obstante a criação de *campi* universitários para além da sede de uma instituição, a expansão da quantidade de vagas de graduação e a existência de processos seletivos especiais voltados à garantia do acesso de determinados grupos sociais – como indígenas e quilombolas – a esse nível de formação, há que se fortalecer, uma vez mais, os programas e demais mecanismos ligados à permanência desses sujeitos na instituição.

Assim, nota-se que poucos alunos indígenas e quilombolas têm se formado (Tabela 42) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, se se considerar os totais de ingressantes (Tabela 40) e matriculados (Tabela 41) referentes a esses grupos – ainda que não tão expressivos – que a instituição apresenta desde a sua criação. Nesse sentido, embora os quilombolas tenham passado a ingressar efetivamente na instituição a partir de 2016 (após os indígenas), por meio do PSIQ, no ano de 2022 os números de matriculados e diplomados quilombolas são superiores aos quantitativos ligados aos indígenas. Isso, talvez, possa indicar os desafios (língua, acesso a sistemas etc.) que, particularmente, os povos indígenas têm enfrentado ao ingressar na instituição, representando obstáculos tanto à sua permanência quanto, evidentemente, à conclusão de seu curso superior na universidade.

Outro aspecto a observar diz respeito a também evidente baixa presença de estudantes indígenas e quilombolas matriculados nos *campi* fora da sede dessa instituição. Além de Marabá (sede da UNIFESSPA), que dispõe da maior quantidade de cursos de graduação ofertados por essa universidade e, inevitavelmente, concentra os maiores números de matrículas, tem-se que os *campi* de Xinguara e Rondon do Pará, nessa ordem, são os únicos que adquirem um pequeno destaque em termos de matriculados. Em ambos, a quantidade de matrículas de quilombolas é superior à de indígenas, algo que não se verifica em São Félix do Xingu e em Santana do Araguaia, onde, mesmo timidamente, os estudantes indígenas estão em maior quantidade que os alunos quilombolas.

Nessa perspectiva, chama-se a atenção, novamente, tanto para o fortalecimento das políticas e programas de permanência ofertados pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará nessa porção da Amazônia, de

modo a ampliar as possibilidades aos estudantes indígenas e quilombolas e coibir quaisquer práticas de racismo institucional e demais outras barreiras que constriam e impeçam esses estudantes de permanecerem e concluírem seus respectivos cursos de graduação na universidade. Alerta-se, ainda, para a importância de realizar uma diversificação dos cursos de graduação ofertados nos *campi* fora de sede, de modo a ampliar as opções para a sociedade local e regional e, quem sabe, potencializar a busca e o acesso de populações indígenas, quilombolas e outras por ensino superior na região.

Tais aspectos, contudo, acabam nos levando a pensar nos pontos positivos e negativos do processo de interiorização do ensino superior público. Em se tratando do processo ligado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, algumas falas nos revelam o potencial de transformação social e humana que podem estar inerentes à interiorização de uma instituição pública de ensino superior, a despeito das contradições e da precariedade ligadas ao processo:

[...] esse processo de interiorização ele se deu de uma forma muito lenta, mas ele se deu, mesmo que lentamente, por força da pressão dos movimentos sociais na região. Então, não foi só uma mera boa vontade dos gestores pra implantar a interiorização. E ela significou realmente o início de uma história de democratização de acesso à educação superior a uma população aqui nessa região que não teria oportunidade de cursar o ensino superior se não fosse através da política multicampi, da política de interiorização [...] então eu posso dizer assim que foi precário o processo de interiorização? Foi! Muitas gerações sofreram com essas lacunas, né? Que não tinha condições suficientes de se ofertar um ensino de qualidade. Nós não tínhamos livros, né? Então a gente tinha que, muitas vezes, ir para as ruas, pedir ajuda pra poder adquirir livros, né? A minha turma foi uma turma que fez isso e conseguiu comprar bastante livros para a biblioteca, por exemplo. Então, esse processo de interiorização, ao mesmo tempo que ele resulta de luta, o fato de ter a chancela, de ter sido criado como *campus*, isso não garantiu, digamos assim, um processo de desenvolvimento justo, né? Com a qualidade, não é? Então, por isso que essa universidade ela traz uma marca muito beligerante assim, de uma identidade muito resistente, muito resiliente... Porque a gente passou por essas mais precárias condições pra gente subsistir e hoje existir ou resistir enquanto UNIFESSPA [...] eu penso que a interiorização ela tinha que acontecer. E aí ela vai sofrendo metamorfose nessa dinâmica, né? Que se encontra com as contradições, com a reatividade daquela realidade que está inserida. Mas assim, no geral, pra mim é algo positivo, esse impacto de transformação social, humana, que a formação superior, que o ensino, a pesquisa e a extensão, que a ciência é capaz de promover nessa região tão imensa que é o aqui o chamado sul e sudeste do Pará [...].<sup>170</sup>

<sup>170</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 02 de maio de 2023.

Tendo vivenciado parte importante do processo ainda como aluna do *Campus* da UFPA em Marabá nos anos 2000, sob muitas dificuldades e desigualdades resultantes da relação capital x interior, a GT-UNIFESSPA 1 aponta que a interiorização do ensino superior público, embora lenta, também ocorreu graças à força dos movimentos sociais da região, de modo que a criação de uma nova universidade federal nessa realidade acabou reforçando a produção de uma ação transformadora (Santos, 1992b, 2013b) no sul e sudeste do Pará, especialmente a partir da potencialidade em torno da atuação desses fixos sociais (Santos, 2014a) na região. Além disso, a garantia da oferta de ensino superior público para as pessoas em sua própria sub-região também se revela como um aspecto positivo, como destaca a gestora GT-UNIFESSPA 3:

[...] acho que o processo de interiorização da UNIFESSPA, além da qualidade do ensino superior no interior, no sul e sudeste do Pará, garante também a oportunidade para quem eventualmente não tem condições de fazer uma graduação em outro lugar. É, eu acho que... Eu consigo ver a UNIFESSPA como um mundo de oportunidade aqui no sul e sudeste do Pará. E assim, é uma coisa que nós ainda estamos [...] trabalhando muito, é pra tentar garantir que o aluno que ingressa no curso de graduação da UNIFESSPA ele permaneça e saia daqui diplomado. Apesar da gente ter democratizado muito o acesso desses alunos ao ensino superior, ainda estamos com muita dificuldade em conseguir manter esse aluno na universidade, até o final do curso de graduação. Então eu vejo a UNIFESSPA como um ponto-chave pro crescimento regional, mas, apesar da importância, nós precisamos crescer, melhorar nesse sentido ainda [...].<sup>171</sup>

Nota-se em sua fala a importância do acesso à formação superior oportunizado o mais próximo possível dos lugares de vida de muitos estudantes que almejam realizar um curso de graduação. Na perspectiva da cidadania, trata-se de um esforço de grande impacto nas realidades local e regional de muitas populações, dada a formação de profissionais que, antes, face a escassez de fixos sociais (Santos, 2014a) como polos e/ou *campi* universitários em cidades médias e pequenas, precisavam se deslocar para as capitais e/ou grandes cidades brasileiras para ingressar no ensino superior. Hoje, entretanto, com a relativa distribuição espacial desses importantes objetos de grandeza cidadã, muitas pessoas têm a possibilidade de acessar esse nível de formação e continuar em seus próprios

---

<sup>171</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 3, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 27 de abril de 2023.

lugares, contribuindo com o desvelamento e o fortalecimento das dinâmicas locais e regionais (Santos; Silveira, 2000).

De todo modo, a entrevistada ressalta as dificuldades ligadas à permanência estudantil nesse processo de democratização social e espacial da educação superior pública no espaço paraense. Nessa perspectiva, a fala do TA-UNIFESSPA parece ir ao encontro da pertinência da interiorização das universidades na região, sobretudo no que se refere ao sul e sudeste do Pará:

[...] quando a gente começa a pensar que Marabá é uma cidade polo, e pensando aqui nos outros lugares nos quais a gente tem os outros *campi* da UNIFESSPA, e que são locais de mais difícil acesso do que Marabá, então quanto mais longe, quanto mais difícil acesso, maior é a importância da educação superior e de forma geral chegar nessas regiões. E certamente isso é um fator que traz uma diferença na vida das pessoas, dando possibilidades de acessarem a conhecimentos e trazer um impacto pra vida, pro futuro da própria pessoa, né? E das famílias também.<sup>172</sup>

Entretanto, algumas falas também adquirem destaque no sentido de apontar alguns aspectos negativos relacionados ao processo de interiorização da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como, por exemplo, a falta de condições básicas para o seu funcionamento, tanto na sede quanto nos *campi*, e o próprio desconhecimento quanto ao papel e à importância de uma universidade na região:

[...] pra interiorizar você tem que ter condições básicas pra funcionar com qualidade. E aí, quando a universidade é criada em 2013, em que você tem que criar os *campi*, tinha que criar 4 *campi* e mais o da sede... Você tinha que assegurar lá uma quantidade mínima de docentes que não foi garantida, você tinha que assegurar uma quantidade de técnicos que não foi garantida, prédios... Então ela começa como começou [o *Campus* da UFPA] em Marabá, com prédios cedidos, prédios de escolas cedidos que não são espaços arquitetônicos, espaços físicos adequados à formação acadêmica com qualidade [...] Então [...] o que eu vejo é você interioriza, você sabe que aquela região precisa de universidade, mas isso não caminha diretamente com a construção cultural da sociedade, de perceber esse papel importante da universidade [...].<sup>173</sup>

<sup>172</sup>Informação concedida TA-UNIFESSPA, técnico-administrativo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 27 de abril de 2023.

<sup>173</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 1, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 02 de maio de 2023.

Isso, de certa forma, vai ao encontro da necessidade por recursos orçamentários, no sentido de ampliar e potencializar a atuação regional da universidade no sul e sudeste do Pará, conforme aponta GT-UNIFESSPA 3:

[...] eu acho que o ponto mais negativo, hoje, do processo de interiorização, é que ele começa de forma lenta, mas ele precisa de incentivo orçamentário pra que ele tenha sucesso. E a gente sofre muito com isso. A gente não consegue, por exemplo, competir em pé de igualdade com a UFPA, que já é mais antiga isso. Então, por exemplo, um edital de pesquisa, um edital universal de pesquisa, a gente não tem corpo docente com o mesmo nível de profissionais, em nível de currículo, com o mesmo nível que os da UFPA, que já são mais antigos, têm. Então a gente geralmente perde. Eu acho que o ponto mais negativo dentro do processo é sermos considerados, sermos comparados a instituições mais antigas, mesmo não tendo as mesmas condições, mesmo sendo mais jovens, mesmo tendo todas as dificuldades... Nenhuma dessas dificuldades elas são usadas como parâmetro, em nenhum processo. É como se nós estivéssemos lá, no mesmo nível que universidades que têm 100, 200 anos no Brasil. E não é o caso, né? Então, interiorização ela não leva em consideração essas dificuldades pontuais e acho que dificulta muito o próprio desenvolvimento da instituição nessas localidades. E isso não acontece só com a gente. Essas universidades mais recentes, criadas em regiões mais distantes, elas passam pela mesma situação do que nós. É o caso da [Universidade] Federal do Norte do Tocantins, a UFNT, criada há pouquíssimo tempo. E aí a gente passa pelos mesmos problemas. O orçamento é bem menor, porque eles levam em consideração inúmeros fatores, e a gente sempre acaba perdendo [...].<sup>174</sup>

A falta de incentivo orçamentário e de condições equânimes quanto à distribuição de recursos em relação às instituições mais antigas e consolidadas na região coloca-se como um dos principais pontos negativos do processo de interiorização da UNIFESSPA no espaço paraense. A despeito da existência de *campi* universitários da instituição no sul e sudeste do Pará, com cursos regulares e vagas de graduação, a universidade carece de investimentos adequados para potencializar a sua estrutura de atuação (construção de novos prédios, ampliação de vagas, de cursos, realização de pesquisas, de ações afirmativas etc.) nesse espaço regional, algo que, segundo a entrevistada, vai ao encontro do próprio desenvolvimento da instituição na Amazônia.

A GT-UNIFESSPA 2, por sua vez, chama a atenção para o mesmo aspecto como um ponto negativo, em sua reflexão sobre a interiorização da UNIFESSPA:

[...] é evidente que é muito potente, é muito importante essa interiorização, em especial no caso do Norte e do Nordeste, né? No sentido de que nós

<sup>174</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 3, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 27 de abril de 2023.



podemos não só oferecer essa formação no ensino superior, mas também desenvolver ensino, pesquisa, extensão, de desenvolver as potencialidades de cada região, né? [...] Mas quando a gente fala de interiorização, a gente fala da necessidade de ter profissionais, de ter infraestrutura, de ter doutores também pra trabalhar em termos de universidade, né? Nós temos isso, mas nós temos sem os recursos que essas universidades ou centros de pesquisa localizados no Sul e Sudeste possuem [...] o que não é o caso das universidades novas, que passaram por esse processo, estão passando por esse processo de interiorização e sua consolidação. Então, quando a gente lida com recursos, com disputa por recursos, com projetos de financiamento, mesmo estando em governos mais progressistas, como estamos agora, esses recursos não chegam até nós. Então isso é um grande desafio da interiorização. Nós não disputamos enquanto uma universidade no interior da Amazônia, né? Que tem limitações em termos de consolidação, limitações em termos de orçamento, limitações em termos de pessoal, nós não temos os nossos códigos de vaga todos preenchidos até hoje, nem em termos de técnicos administrativos, nem em termos de professores. Então, nós vamos disputar como qualquer outra instituição deste país, sem termos os mesmos, é... As mesmas condições e oportunidades que essas outras instituições têm [...] Então, os nossos limites são bem fortes e nós dificilmente conseguimos ganhar nessas concorrências ditas públicas, concorrendo em pé de igualdade, porque nós não estamos em pé de igualdade. Nós estamos falando de uma universidade em processo de consolidação no interior da Amazônia. Com discussões que envolvem infraestrutura, logística [...] essa realidade nunca é considerada em nenhum edital e nenhuma seleção, nada que envolva recursos, financiamentos, suporte, apoio para o interior da Amazônia, que é a palavra-chave, é a Amazônia [...] quando a gente pensa no interior da Amazônia, nós não temos nenhum tipo de vantagem ou cota ou benefício, enfim, que possa estimular a permanência nesse interior da Amazônia, o desenvolvimento regional neste interior da Amazônia, a fixação de doutores nesse interior da Amazônia.<sup>175</sup>

A docente e gestora supracitada também classifica a concorrência e a dificuldade na obtenção de recursos como um dos principais desafios à consolidação e à interiorização de uma universidade como a UNIFESSPA na Amazônia; instituição essa que possui apenas 11 anos de existência como tal e que disputa recursos com universidades estabelecidas há décadas na região. Ainda assim, diante de tantos problemas internos e de tantas limitações externamente impostas, destaca-se a importância da interiorização da UNIFESSPA no espaço paraense.

Os elementos indicados nas falas dos entrevistados nos revelam aspectos importantes acerca do processo de interiorização do ensino superior público no espaço paraense, mostrando que, embora seja um movimento de grande valia para pensar a cidadania e a geografização de direitos no território, há que se considerar,

---

<sup>175</sup>Informação concedida por GT-UNIFESSPA 2, docente e gestora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em entrevista realizada em Marabá (PA) no dia 2 de maio de 2023.

sem dúvidas, as fragilidades e mesmo os “gargalos” desse processo, de modo a aprimorá-lo e, assim, garantir a ampliação do acesso à formação superior de natureza pública na região. Com a interiorização da UFPA, inicialmente, houve possibilidades de expandir o ensino superior (quantidade de cursos, vagas etc.) nessa região e, com isso, criar uma instituição, a UNIFESSPA, a qual, por sua vez, tem procurado se interiorizar no sul e sudeste do Pará.

Assim, não sem problemas, evidentemente, a presença da UNIFESSPA nessa porção da Amazônia paraense, por certo, vai ao encontro de lógicas cidadãs, dado o atendimento das demandas por formação superior na sub-região em questão. Isso acaba fortalecendo lógicas de centralidades urbanas outras, não meramente pautadas em aspectos econômicos e políticos, mas ligadas à oferta e distribuição de serviços sociais – neste caso, públicos – essenciais à sociedade local e regional; algo que um autor como Trindade Júnior (2018, 2024) tem chamado, conforme salientado várias vezes nesta tese, de centralidades socioterritoriais.

Desse modo, cidades que abrigam *campus* dessa instituição no sul e sudeste paraense, certamente, potencializam a consolidação desse tipo de centralidade urbana, dada a atração de demandas populacionais próximas ou não por formação superior e que podem revelar outras lógicas de produção do espaço urbano e regional na Amazônia, especialmente a partir da ação desses objetos de grandeza cidadã.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Para superar a aparente inevitabilidade da  
“contrafinalidade” própria à matéria inerte, será  
preciso criar novos mecanismos [...] e inventar outros objetos geográficos [...] destinados sobretudo a ajudar a liberação do homem e não a sua dominância.*  
(Milton Santos)

O avanço da fronteira econômica na Amazônia oriental, a partir da segunda metade do século XX, foi responsável por definir a configuração de um ordenamento econômico-corporativo do território na região, o qual foi pautado, em grande medida, pela instalação de “grandes objetos” (Santos, 1995) fortemente orientados por uma solidariedade socioespacial hierárquica, organizacional (Santos, 2003, 2012a). Tal ordenamento, por sua vez, foi responsável por promover desarticulações várias junto aos territórios e modos de vida de populações historicamente viventes nesse espaço regional. Diante desse cenário, problematizou-se a existência da lógica em tela, de modo a pensar nos contornos de uma outra forma de ordenar o território.

Por essa razão, esta tese analisou a construção de um possível ordenamento cívico-territorial a partir dos processos de expansão e de interiorização recentes do ensino superior público no espaço paraense. Isso foi realizado levando-se em conta, precipuamente, a distribuição espacial dos *campi* de três importantes universidades federais amazônicas – a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – que, em diferentes sub-regiões do Pará, ofertam cursos regulares de graduação e, de certa forma, atendem às demandas regionais por esse importante nível de formação.

No entanto, sem desconsiderar, em um contexto mais geral, que a criação e, principalmente, a expansão das universidades brasileiras no século XX ocorrem em um momento de urbanização corporativa do território e de integração nacional (Santos, 2013b), de modo a formar mão de obra qualificada para as novas atividades econômicas que se estabeleciam no país (Santos; Silveira, 2000), a pesquisa revelou que a interiorização da educação superior no espaço paraense, a partir dos anos 1980, sobretudo, exerceu um duplo papel: se por um lado ajudou a garantir a formação de professores e, com isso, incrementar a qualidade da educação básica no estado, por outro, não deixou de fortalecer a consolidação de

grandes atividades econômicas nessa porção da Amazônia; atividades essas pouco preocupadas em, verdadeiramente, proporcionar melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento socioespacial para a região.

Fala-se isso levando-se em conta a atuação da Universidade Federal do Pará, a qual, desde 1957, oficialmente, passou a ofertar ensino superior no estado do Pará (Moreira, 1989; Nunes, 2012) e, a partir das décadas de 1970 e, principalmente, 1980, empreendeu um importante e ousado projeto de interiorização de sua estrutura pelo estado do Pará (Camargo, 1997; Fontes, 2012), resultando na criação de *campi* universitários e nas ofertas intervalares, em grande medida, de seus primeiros cursos de graduação fora de sua sede, localizada em Belém (PA), capital do estado. Assim, nos anos 1990 e 2000, a instituição começou a consolidar seus *campi* no interior, com destaque para a realização das graduações regulares que, ainda que de forma limitada, dada a pouca diversidade de cursos e a baixa quantidade de vagas e de ofertas, desempenharam um importante papel na garantia de acesso ao ensino superior – de cidadania, portanto – a muitas pessoas que, em um contexto de ausência dos *campi*, não conseguiriam se deslocar para a capital.

Nesse particular, destaca-se que o mote inicial do projeto de interiorização da Universidade Federal do Pará foi constituído pela oferta de cursos de licenciatura (intervalares e, depois, regulares) em todos os seus *campi* universitários na Amazônia paraense (Fontes, 2012), notadamente nas áreas de Letras – Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Pedagogia, áreas tidas como básicas e cujas ofertas tinham como objetivo principal atacar o precário quadro de professores devidamente licenciados para atuar na profissão (UFGA, 1986) no estado, no sentido de melhorar os índices da educação básica no espaço paraense.

Aponta-se, assim, uma preocupação cidadã e eminentemente social da instituição em promover a formação de professores nos distintos subespaços do Pará, algo que, conforme pudemos demonstrar, acabou viabilizando a formação de docentes que, tempos depois, como professores da instituição, puderam contribuir com a interiorização desse fixo social público nos termos de Santos (2014a), como, por exemplo, o atual reitor da universidade, o Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (Silva, 2025), entre muitos outros docentes da UFGA.

Com o aprimoramento do referido projeto da instituição na virada do século XX para o século XXI, incorporaram-se as demandas locais e regionais pela oferta de cursos de graduação, desta feita, de bacharelados, como uma forma de

potencializar a interiorização do ensino superior nos *campi* universitários da instituição no extenso território paraense. Nesse momento, ressalta-se que os cursos foram escrutinados com base nas chamadas “vocações” das sub-regiões paraenses (Freitas, 2005), de modo que as graduações implantadas pela UFPA nas respectivas áreas dialogassem com as principais atividades econômicas que definiam o papel que tal ou qual município desempenhava, mormente, na Divisão Territorial do Trabalho.

Sem dúvida, esse aspecto da interiorização do ensino superior no espaço paraense a partir da UFPA bem reflete o argumento sustentado por Santos e Silveira (2000), para quem o território, como um dado ativo da dinâmica social, cria demandas educacionais que, por um lado, vão ao encontro das transformações socioespaciais em determinada realidade e, por outro lado, sugerem tanto a ampliação das ofertas quanto a criação de novos cursos de graduação, promovendo uma verdadeira geografia do ensino superior. No bojo desse processo, e à luz do que discutimos nesta tese para o espaço paraense, há um movimento dialético de reforço de lógicas econômico-corporativas *pari passu* à produção de outras lógicas, mais cidadãs e implicadas com as demandas verdadeiramente locais; lógicas essas que, em nossa leitura, sinalizam para a construção de um outro ordenamento do território.

Salienta-se, ainda, que o processo de interiorização da Universidade Federal do Pará acabou sendo determinante para a própria expansão do ensino superior público na Amazônia paraense, com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará no ano de 2009, sediada na cidade de Santarém, e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em 2013, com sede no espaço urbano marabaense. A partir desse movimento, ambas as novas instituições de educação superior puderam realizar os seus próprios processos de interiorização nas suas respectivas sub-regiões, seja herdando as estruturas de atuação da UFPA em muitos municípios do oeste e do sul e sudeste paraenses (inclusive cursos de graduação), seja construindo novos *campi* universitários em espaços que, outrora, contavam somente com polos de outras instituições, incentivando, com isso, a criação de novas centralidades urbanas na região.

Tal como a Universidade Federal do Pará, tanto a UFOPA quanto a UNIFESSPA ampliaram as suas respectivas ofertas regulares de graduação de modo a atender às demandas regionais impostas pelo território a essas instituições.

No oeste paraense, verificou-se que a Universidade Federal do Oeste do Pará buscou dialogar com as particularidades sub-regionais, ligadas fortemente à questão da biodiversidade, das águas e da floresta, mas também das engenharias voltadas à exploração dos recursos regionais, criando graduações regulares que potencializassem tais aspectos da sub-região, além das licenciaturas, em grande medida, advindas da atuação da UFPA. No sul e sudeste paraense, por seu turno, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará também potencializou os cursos regulares já existentes, notadamente aqueles concernentes à formação de professores, inclusive do campo, ao direito (sobretudo agrário), à questão mineral e à pecuária.

Nessa perspectiva, demonstrou-se que as três instituições públicas de ensino superior, em seus respectivos processos de expansão e interiorização na Amazônia paraense, fortaleceram tanto solidariedades orgânicas (Santos, 2003, 2012a), com a potencialização de cursos ligados à formação de professores, por exemplo, como solidariedades organizacionais, *exempli gratia*, com a oferta de graduações que vão ao encontro do fortalecimento/consolidação de atividades econômicas ligadas ao ordenamento econômico-corporativo do território, como, entre outras, a mineração, a pecuária e a produção de infraestruturas, historicamente responsáveis pela devastação dos recursos regionais e pela produção de violências contra os povos da floresta.

A análise de conteúdo de documentos como o Plano Pedagógico Curricular (PPC) de determinados cursos da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal do Oeste do Pará e da Universidade Federal do Sul e Sudeste Pará demonstrou esse aspecto ligado a atuação regional dessas instituições no espaço paraense. Pela via da solidariedade organizacional, chamou a atenção a criação de graduações como, por exemplo, em Medicina Veterinária, ofertada pelo *Campus* de Castanhal da UFPA, no nordeste do Pará, e pelo *Campus* de Xinguara da UNIFESSPA, no sul e sudeste deste estado; cursos claramente criados com o intuito de fortalecer as lógicas econômico-corporativas inerentes à produção de gado de corte, sobretudo para a exportação. Ainda no *Campus* de Xinguara, cuja cidade é conhecida como a “capital do boi gordo”, dado o papel por ela desempenhado na Divisão Territorial do Trabalho, destaca-se, outrossim, a criação do curso de Zootecnia, também voltado à agropecuária desenvolvida na região.

Na mesma linha, bacharelados como Geologia e Engenharia de Minas e Meio Ambiente, herdados da UFPA e, atualmente, ofertados pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, mas em seu *campus*-sede, também demonstram aderência às demandas econômicas ligadas a uma das principais “vocações regionais” do sul e sudeste do Pará na Divisão Territorial do Trabalho, qual seja, a mineração, tendo em vista o fato de, nessa sub-região, estar localizada uma das áreas mais ricas do mundo no que concerne aos recursos minerais metálicos; recursos esses há décadas explorados pela multinacional Vale S.A., a qual, no último quartel do século XX, fora uma estatal brasileira do ramo que financiou, por meio de convênio público-privado, infraestruturas e atividades da Universidade Federal do Pará em seu antigo *Campus* Universitário do Sul do Pará, hoje UNIFESSPA.

No oeste paraense, o conteúdo de documentos da UFOPA analiticamente tratados nesta pesquisa também evidenciam o papel de cursos como Engenharia Civil, no *Campus* de Itaituba, e Engenharia de Minas, no *Campus* de Juruti; ambas as graduações criadas para atender aos interesses econômico-corporativos, seja da produção de infraestruturas previstas na sub-região, como a construção de rodovias, ferrovias e hidrovias, com o intuito de conferir maior fluidez à logística das *commodities*, ou mesmo a edificação de barragens no Rio Tapajós com vistas ao aproveitamento hidrelétrico, seja da exploração de minérios no Baixo Amazonas, dada a existência de um dos maiores depósitos de bauxita do mundo e a presença de uma mineradora norte-americana voltada à exploração do referido minério no município de Juruti.

No entanto, a democratização espacial do ensino superior, propiciada pelo processo de interiorização das instituições ora analisadas neste trabalho, também tem se feito acompanhar de relativa democratização social desse nível de formação, a qual tem se dado nas três universidades em tela sob muitas dificuldades e contradições. De todo modo, tais processos têm viabilizado o acesso dos povos da floresta à educação superior; povos esses cujas demandas, sob tensões, têm sido atendidas pelas instituições a partir da criação de cursos regulares de graduação alinhados às suas particularidades. Trata-se, assim sendo, de conquistas derivadas das lutas políticas dos povos da floresta em conflito com essas universidades paraenses, a demonstrar um aspecto interessante da solidariedade orgânica (Santos, 2003, 2012a) na Amazônia.

Nesse sentido, adquirem destaque cursos como, por exemplo, o de Licenciatura em Etnodesenvolvimento, criado em 2009 pela Universidade Federal do Pará no *Campus* de Altamira, e de Licenciatura em Educação do Campo, instituído no também ano de 2009 pela UFPA, no antigo *Campus* Universitário do Sul do Pará, em Marabá, e desde 2013 incorporado e potencializado, sob muitos desafios, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Consoante a literatura acessada, os documentos analisados e as entrevistas semiestruturadas realizadas, tais graduações foram edificadas a partir das reivindicações dos povos da floresta por cursos diferenciados de formação superior, isto é, sintonizados com as particularidades de camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores, entre outros, que, por meio de estratégias diversas, como a alternância pedagógica, têm a possibilidade de acessar um curso de graduação, diplomar-se e contribuir com suas próprias realidades.

Na Universidade Federal do Oeste do Pará, por seu turno, há indícios ligados à criação de cursos como o de Licenciatura Intercultural e o de Agroecologia, demandados diretamente pelos povos da floresta em suas reivindicações junto à instituição, como destacado em uma das entrevistas realizadas. Além do mais, destaca-se a existência das graduações em Antropologia, Arqueologia, Biotecnologia, Geografia, História, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Engenharia Florestal, entre outras, que, em certa medida, dialogam com as particularidades sub-regionais do oeste paraense, muito ligadas à biodiversidade, à floresta e às águas, sendo, assim, demandas do território.

Instalada em uma região fortemente marcada pela presença de povos indígenas, a UFOPA conta políticas de ações afirmativas de grande importância para o acesso e a permanência dos povos da floresta. Além de ofertar vagas para alunos indígenas e quilombolas em todos os cursos da instituição, tal como também o fazem a UFPA e a UNIFESSPA, verificou-se que a UFOPA, em relação aos indígenas, realiza dois semestres de formação básica para aqueles indígenas ingressantes na instituição, a representar uma “zona de amortecimento” para esses discentes, tal como informado, durante entrevista, por um aluno e representante do movimento indígena nessa universidade.

Evidentemente, a análise dessas graduações não esgota, nem de longe, as contradições e mesmo as potencialidades inerentes à atuação dessas instituições de ensino superior diferentemente interiorizadas no espaço paraense, tendo em vista à



própria condição desses fixos sociais públicos (Santos, 2014a) enquanto espaços de contenda, permeados por muitas contradições. Contudo, o contraponto estabelecido em face dos perfis dos cursos de graduação nos ajuda a ter em conta as possibilidades ligadas ao fortalecimento de distintas lógicas que, historicamente, coexistem e atuam diferencialmente na produção regional do espaço amazônico, em particular, na Amazônia paraense.

Também pudemos perceber que essa e outras iniciativas voltadas à garantia do acesso e da permanência dos povos da floresta nas universidades analisadas são frutos da luta política dessas populações dentro e fora das instituições públicas de ensino superior; algo que demonstra a constituição de um movimento de democratização da universidade que não parte espontaneamente desses fixos sociais (Santos, 2014a) para com os povos da floresta, mas, sim, da tensão estabelecida por lideranças e grupos de estudantes indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhos em relação às universidades, conforme nos foi revelado pelas entrevistas. Isso, por sua vez, atesta que a articulação dos saberes da floresta no interior das instituições públicas de educação superior, bem como a potencialização das lutas e movimentos políticos desses povos a partir desses fixos sociais (Santos, 2014a), é algo, em grande medida, constituído de fora para dentro, *id est*, do movimento para com a universidade, e não o contrário.

Mediante o exposto, é lícito destacar que os processos de expansão e interiorização do ensino superior público, notadamente a partir da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal do Oeste do Pará e da Universidade Federal do Sul e Sudeste Pará, contribuem com a consolidação de centralidades urbanas de natureza socioterritorial (Trindade Júnior, 2018) no espaço paraense, sobretudo se se considerar a distribuição espacial dos *campi* universitários nesse território estadual e os fluxos ligados aos cursos regulares de graduação ofertados nessas instituições, em especial, aqueles derivados das demandas dos povos da floresta.

No que concerne à Universidade Federal do Pará, trata-se de uma instituição que possui mais de seis décadas de história e cerca de 40 anos de atuação interiorizada na Amazônia paraense. Sua presença nas cidades onde constituiu *campi* universitários, sem dúvida, confere certo destaque a esses espaços nos seus entornos sub-regionais, com exceção, por exemplo, de Soure, que tanto possui baixa oferta de cursos quanto não estabelece significativa polarização no Marajó

ocidental, onde se localiza. Essa situação, por seu turno, não se assemelha à situação de Breves, no Marajó oriental, cujo *Campus* da UFPA exerce centralidade socioterritorial em sua sub-região, assim como, *exempli gratia*, Altamira, Cametá e Bragança; daí o porquê, conforme verificado através da análise documental, a proposta de criação de novas universidades no espaço paraense a partir desses *campi*, sendo elas as federais do Marajó (com sede em Breves), do Xingu (com sede em Altamira), da Amazônia Tocantina (com sede em Cametá) e do Nordeste Paraense (com sede em Bragança).

Particularmente, a criação da UFOPA em Santarém e da UNIFESSPA em Marabá, a partir do desmembramento da UFPA, reforçaram a responsabilidade territorial (Bitoun, 2009) dessas cidades em suas respectivas sub-regiões, o oeste paraense e o sul e sudeste do Pará, o que, de certa forma, amplia a leitura em torno da centralidade urbana dessas importantes cidades médias da Amazônia (Trindade Júnior, 2015c, 2018), que, além de referências econômicas e políticas a uma diversidade de agentes nos espaços onde se inserem, também desempenham um expressivo papel na oferta de serviços essenciais como, por exemplo, a educação superior.

A criação de *campi* universitários dessas instituições em outras cidades de suas sub-regiões também é um indicativo da importância de se pensar e criar novas centralidades na região, como uma forma de ampliar, interiorizando, a democratização espacial e social do ensino superior público no espaço paraense.

Os cursos de formação superior, como pudemos demonstrar, acabam sendo concebidos em linha com as demandas criadas pelos territórios (Santos; Silveira, 2000), sejam elas organicamente ou, ainda, organizacionalmente solidárias (Santos, 2012a). Nesse particular, destacam-se as demandas sociais dos povos da floresta, que, quando atendidas, oferecem possibilidades de ampliar o potencial das instituições públicas de ensino superior, pela pluralidade de saberes, de culturas, de cores, enfim, de existências (Xavier, 2018), mas também pelo fortalecimento de lutas políticas que, com efeito, representam um tipo de oxigenação ao perfil e à estrutura de espaços historicamente elitizados, como as universidades.

Nesse processo, a luta dessas populações tensiona esses fixos sociais públicos (Santos, 2014a) a ampliar a quantidade de cursos, a quantidade de vagas, a quantidade de bolsas e auxílios de permanência/assistência estudantil,

potencializando, dialeticamente, uma importante mudança qualitativa nessas instituições.

Por todos esses elementos apontados em torno da interiorização das instituições públicas de ensino superior na Amazônia paraense, engendrados por meio de tensões, conflitos e contradições, *sustenta-se que as universidades promovem, sim, a expansão da “geografização da cidadania” (Santos, 2014a) no território, ou mesmo uma “geografização da florestania”, tendo em vista a relação estabelecida para com os povos da floresta no contexto desses fixos; daí o reconhecimento desses fixos sociais, ora problematizados nesta tese, como “objetos de grandeza cidadã”, os quais, por meio de suas ações, especialmente aquelas eminentemente voltadas ao reforço de solidariedades socioespaciais regionais, orgânicas, (Santos, 2003, 2012a), corroboram a construção de um ordenamento cívico do território na Amazônia.*

A proposição miltoniana que nos dá base para pensarmos em um outro ordenamento territorial chama a atenção para o atendimento das demandas cidadãos como um elemento prioritário na reflexão sobre o território (Santos, 2014a), de modo que esse seja não um mero reflexo, mas um dado ativo na dinâmica social (Santos et al., 2000), importando, assim, não o território *per se*, mas o território usado, isto é, o chão mais as vivências das pessoas.

Diante da crítica então construída nesta tese de doutorado, acerca do que vimos denominando como ordenamento territorial econômico-corporativo, em que os interesses político-economicistas voltados à exploração dos territórios e à obtenção de lucros são priorizados nas políticas e demais ações de desenvolvimento, busca-se apontar e sugerir elementos que nos ajudem a pensar em um outro ordenamento do território, desta feita, mais cidadão e que considere o território como condição de cidadania, um ordenamento cívico-territorial, portanto.

No entanto, reconhece-se, outrossim, as contradições que permeiam a ação desses objetos na região, mormente no reforço de lógicas economicistas que historicamente viabilizam a exploração irracional dos recursos regionais e o prejuízo à vida e aos territórios dos povos da floresta. Porém, considerando esse arrazoado, o esforço analítico buscou jogar luzes sobre aspectos que, a partir do atendimento das demandas sociais dessas populações camponesas, quilombolas, ribeirinhas, indígenas etc. e da presença delas nesses fixos públicos, contribuem com a potencialização de lógicas locais e regionais, em sintonia com suas particularidades

e singularidades na Amazônia. Nessa perspectiva, defende-se que os objetos de grandeza cidadã têm uma importância central na produção e no fortalecimento de resistências, contribuindo, assim, para a construção de um ordenamento territorial mais cidadão ou, se quisermos, mais “florestano”.

Por fim, dentre vários aspectos, pudemos verificar que tais instituições são tanto espaços de acolhimento, como também de adoecimento a muitos discentes, técnicos e docentes diretamente implicados pelos desafios e pelas dificuldades que universidades públicas situadas da Amazônia experimentam. Dessa maneira, sugere-se o fortalecimento das políticas de assistência/permanência estudantil, de modo a viabilizar alimentação, transporte, moradia, atendimento psicossocial, enfim, as condições necessárias para garantir a permanência dos discentes e a integralização de seus respectivos cursos na instituição. Sugere-se, ainda, maior atenção à divisão dos recursos públicos, especialmente para as instituições situadas na Amazônia, seja para aquelas localizadas na capital, seja, principalmente, para aquelas instaladas no interior da região.

Concordando com o filósofo e crítico literário Benedito Nunes (2012), aponta-se que o sucesso das universidades amazônicas (sobretudo as paraenses, foco desta pesquisa) em seus processos de interiorização depende, antes de tudo, de dinheiro, de modo a, suficientemente, “alcançar a plenitude de seus fins próprios e conquistar a sua identidade amplificada” (Nunes, 2012, p. 73). Políticas de acesso, políticas de permanência, ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa, extensão, inovação, entre outros aspectos, carecem de estruturas adequadas que, por sua vez, dependem da justa destinação orçamentária para tanto, algo também pensado por Leite (2019) aquando de sua reflexão sobre ordenamento cívico do território.

Isso porque, por mais óbvio que pareça, a criação suscita a adequada manutenção, o que, sabe-se, perpassa pelas conjunturas políticas e pelo perfil dos governos à frente do executivo nacional. Esta tese, no entanto, problematizou apenas a questão dos cursos regulares de graduação, escopo esse que, decerto, pode ser ampliado em outros estudos e pesquisas, de modo a considerar os cursos de pós-graduação e as atividades de pesquisa e extensão, redimensionando ainda mais a importância desses objetos de grandeza cidadã para as comunidades locais e para as sub-regiões onde estão localizados.

## REFERÊNCIAS

- A VALE retomará o projeto da Aços Laminados do Pará? **Brasil Mineral**, São Paulo, 04 out. 2024. Siderurgia. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/a-vale-retomara-o-projeto-da-acos-laminados-do-para>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- ABLAS, L. A. Q. O “estudo dos eixos” como instrumento de planejamento regional. *In*: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 171-186.
- AB’SABER, A. N. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 4-20, abr. 1989.
- AB’SÁBER, A. N. A região amazônica. *In*: D’INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 77-84.
- AB’SÁBER, A. N. Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo de floresta-em-pé. *In*: AB’SÁBER, A. N. **Amazônia: do discurso à práxis**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 131-190.
- ABUD, M. O que é florestania? **Instituto Claro**, São Paulo, 21 dez. 2022. Cidadania. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/podcasts/o-que-e-florestania/>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- ACEVEDO MARIN, R. E. *et al.* **Povos tradicionais no Arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: CASA 8, 2015. 181 p.
- AKRICH, M. Como descrever os objetos técnicos? **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 161-182, 2014.
- ALCOA. Sobre a Alcoa. **Alcoa**, São Paulo, s.d. Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/about>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental - Marabá (PA) e Macapá (AC)**. 2010. 346 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANDRÉLLO, R. Uma experiência de “campus” avançado – a Faculdade de Educação no “Campus” Avançado da USP em Marabá, estado do Pará. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 2, n. 2, p. 205-215, dez. 1976.
- ANJOS, M. P. **Institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo na UNIFESSPA: avanços e contradições**. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) –

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

ARAGÓN, L. E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar – cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

ARAGÓN, L. E. NAEA 45 anos: uma utopia criadora. **Papers do NAEA**, Belém, v. 28, n. 1, p. 9-39, 2019.

ARAGÓN, L. E.; IMBIRIBA, N. Introdução. *In*: ARAGÓN, L. E.; IMBIRIBA, N. (org.). **Universidade e desenvolvimento amazônico**. Belém: Editora da UFPA, 1988. p. 3-8.

ARAÚJO, T. B. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. *In*: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013a. p. 39-51.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. *In*: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. Rio de Janeiro, RJ: FLACSO, 2013b. p. 157-171.

ARAÚJO, R. S. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará**: um estudo de caso do campus universitário de Altamira. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

ARROYO, M. M. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. *In*: SILVEIRA, M. L. (org.). **Continente em chamadas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 209-242.

ARROYO, M. M. Milton Santos: uma teoria para pensar e construir o futuro. *In*: SILVA, M. A. (org.). **Milton Santos**: o homem e sua obra. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 187-200.

ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858-881, out./dez. 2015.

BAÍIA, L. A. A. **[Sobre o tempo de viagem partindo de Santarém em direção a Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná]**. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. [S. l.], 13 dez. 2024. 1 mensagem eletrônica via WhatsApp.

BALBIM, R.; CONTEL, F. B. Região e regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. *In*: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (ed.). **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 25-47.

BARBOSA, Z. M.; ALMEIDA, D. L. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2013. p. 38-46.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1979. 226 p.

BARRACLOUGH, G. **An introduction to contemporary history**. Londres: Penguin Books, 1969. 285 p.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2008. p. 189-217.

BAUMGARTNER, W. H. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 91-111, jul. 2015.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. 112 p.

BECKER, B. K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. *In*: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 421-444.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica da virada no terceiro milênio. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BELTRÃO, J. F. De Núcleo Pioneiro do Guamá ao território UFPA. *In*: MELLO, A. B. F. (org.). **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: EDUFPA, 2007. p. 111-119.

BERBARY, E. E. A. Antonio Vizeu, um sub que foi muito pró. *In*: MELLO, A. B. F. (org.). **UFPA 50 anos**: história e memórias. Belém: EDUFPA, 2007. p. 65-75.

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. Brasil: de instituições de ensino superior tuteladas – passando por experiências fundantes – à regulação. *In*: BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. **Da universidade à commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017. p. 33-73.

BISCHOFF, W. Governo retira Correios e outras estatais de programas de privatização. **G1**, São Paulo, 7 abr. 2023. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/07/governo-retira-correios-e-outras-estatais-de-programas-de-privatizacao.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2024.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 17-44.

BIZERRIL, M. A interiorização das universidades federais foi um acerto estratégico. **UnB Notícias**, Brasília, DF, 24 out. 2018. Opinião. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/2580-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico-para-o-brasil#:~:text=A%20interioriza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Universidades%20Federais%20foi%20um%20acerto%20estrat%C3%A9gico%20para%20o%20Brasil,-24%2F10%2F2018&text=O%20ensino%20superior%20iniciou%2Dse,de%20Janeiro%20e%20da%20Bahia..> Acesso em: 16 jun. 2020.

BOBBIO, N. A dialética de Marx. In: BOBBIO, N. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 121-147.

BONAZZI, T. Conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1998. v. 1, p. 242-246.

BORGES, D. *et al.* Extensão universitária e Projeto Rondon: o papel da universidade no desenvolvimento social. **Research, Society and Development**, [s. l], v. 10, n. 1, e43210111930, 2021.

BORGES, L. M. R. **Políticas territoriais e o setor elétrico no Brasil**: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia pelo Programa de Aceleração do Crescimento no período de 2007 a 2014. 2018. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E B. (org.). **Perspectivas da urbanização**: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 99-118.

BRASIL. **Expansão das universidades federais**: o sonho se torna realidade – período 2003 a 2006. Brasília, DF: MEC, [2006?].

BRASIL. Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu? **Ministério da Educação**, Brasília, DF, [2020?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>. Acesso em: 10 fev. 2023.



BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro, DF: Congresso Nacional, [1891]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=COF&numero=&ano=1891&ato=13c0TPn1UMrpXTafb>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, [1920]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados [...]. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, [1931]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19851.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm). Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934**. Crea a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, [1934]. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro, DF: Congresso Nacional, [1946]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, [1953]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l1806.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1806.htm). Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957**. Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, [1957]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l3191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3191.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1961]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965**. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1965]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4759.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm). Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1968]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.540%2C%20DE%2028%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=Revogada%20pela%20Lei%20n%C2%BA%209.394,lei%20n%C2%BA%20618%2C%20de%201969.&text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.540%2C%20DE%2028%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=Revogada%20pela%20Lei%20n%C2%BA%209.394,lei%20n%C2%BA%20618%2C%20de%201969.&text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias..) Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 1974. 118 p.

BRASIL. **Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia**: POLAMAZÔNIA. Brasília, DF: Secretaria de Planejamento e Operações, 1976. 40 p.

BRASIL. **Uma visão do campus avançado**. Brasília, DF: Departamento de Documentação e Divulgação, 1980. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

BRASIL. Ata da 15ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, Comissão da Ordem Econômica, em 6 de maio de 1987. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**: Brasília, DF, ano 1, suplemento ao n. 102, p. 88-107, 23 jul. 1987.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988a]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988b.

BRASIL. Ata da 15ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, Comissão da Ordem Econômica, em 6 de maio de 1987. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**: Brasília, DF, ano 1, suplemento ao n. 102, p. 88-107, 23 jul. 1987.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, [1990]. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 1998**. Brasília, DF: INEP, 1999.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2002**. Brasília, DF: INEP, 2003a.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 657, de 2003**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Estado do Pará e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2003b]. Disponível em:  
[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=229500&filename=PRL+1+CFT+%3D%3E+PL+657/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=229500&filename=PRL+1+CFT+%3D%3E+PL+657/2003). Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2003**. Brasília, DF: INEP, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, [2007a]. Disponível em:  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI**: diretrizes gerais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007b. 44 p.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008. 112 p.

BRASIL. **Lei Nº 12.085, de 05 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009a]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12085.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12085.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro de 2010**. Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2010a]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7378.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7378.htm). Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. **Ministério da Economia**, Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/338>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. **Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares**. Brasília, DF: MEC, 2010c.

BRASIL. **Projeto de Lei**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2011]. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=916026#:~:text=UNIFESSPA%2C%20por%20desmembramento%20da%20Universidade%20Federal%20do%20Par%C3%A1%20%2D%20UFPA%2C,2%20de%20julho%20de%201957..](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=916026#:~:text=UNIFESSPA%2C%20por%20desmembramento%20da%20Universidade%20Federal%20do%20Par%C3%A1%20%2D%20UFPA%2C,2%20de%20julho%20de%201957..) Acesso em: 6 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.824, de 05 de junho de 2013**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12824.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2014**. Brasília, DF: INEP, 2015.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2016**. Brasília, DF: INEP, 2017.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2019**. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 591/2021**. Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2021a]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2270894>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2020**. Brasília, DF: INEP, 2021b.

BRASIL. Ferrogrão – EF-170. **Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT**, Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt->

br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ferrograo-ef-170. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2022**. Brasília, DF: INEP, 2023b.

BRASIL. **Projeto de Lei 2.117, de 2024**. Altera a Lei nº 12.711, de 2012, para inserir, entre os beneficiários de cotas para acesso às instituições federais de ensino, os povos ribeirinhos. Brasília, DF: Presidência da República, [2024].

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=243711>

5. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal: unidades territoriais e estratégias. **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, DF, s.d. Disponível em:

[https://antigo.mma.gov.br/estruturas/225/\\_imagens/08\\_unidades\\_territoriais\\_26\\_10\\_2010\\_225.jpg](https://antigo.mma.gov.br/estruturas/225/_imagens/08_unidades_territoriais_26_10_2010_225.jpg). Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL, W. **Ciência e educação superior na Amazônia**. Porto Velho: Editora da UNIR, 2008. 230 p.

BRASIL, W.; ACEVEDO MARIN, R. E. Ensino superior na Amazônia: bases para a cooperação interuniversitária. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). **UNAMAZ 15 anos**. Belém: UFPA/UNAMAZ, 2003. p. 30-45.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, dez. 2016.

BRITO, L. C. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. **Espaço e Economia**: revista brasileira de geografia econômica, [s. l.], ano 2, n. 4, p. 1-18, 2014.

BRITO, R. S.; CASTRO, E. Desenvolvimento da Amazônia? O Plano BR-163 Sustentável dez anos depois. In: CASTRO, E. (org.). **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 253-275.

CAIXA além dos números: agências-barco da CAIXA levam esperança para municípios do Amazonas e Pará. **Caixa Notícias**, Brasília, DF, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://caixanoticias.caixa.gov.br/Paginas/Not%C3%ADcias/2024/11-NOVEMBRO/CAIXA-Alem-dos-Numeros-agencias-barco-da-CAIXA-levam-esperanca-para-municipios-do-Amazonas-e-Para.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CAMARGO, A. M. M. **A universidade na Região Amazônica**: um estudo sobre a interiorização da UFPA. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

CAMARGO, A. M. M.; ARAÚJO, I. M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 40, n. 1, e37659, 2018.

CAMARGO, A. M. M.; MEDEIROS, L. G. M. Expansão da educação superior, cursos de licenciatura e criação das novas universidades federais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 244-274, jan./mar. 2018.

CAMARGO, A. M. M. *et al.* Universidade Federal do Pará (UFPA): um modelo de universidade multicampi para a Amazônia. *In*: MOROSINI, M. C. (org.). **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. 2. ed. Brasília, DF: INEP, 2011. p. 143-154.

CAMPANI, A.; HOLANDA, V. C. C. Os programas de formação de professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú: aportes para refletir sobre a interiorização do ensino superior. **Uni-Pluri/versidad**, Antioquia, v. 20, n. 2, e20202011, 2020.

CAMPOS, I. A. M. **Territórios conectados pela educação à distância no Amazonas**. 2011. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CANÊDO, L. B. Aprendendo a votar. *In*: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 30-71.

CANTO, O. *et al.* Mineradora Alcoa: território e conflito no município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. **GeoAmazônia**, Belém, v. 3, n. 5, p. 63-79, jan./jun. 2015.

CARDOSO, S. M. **Circuito superior da economia urbana e verticalidades geográficas em Marabá-PA**. 2015. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CARDOSO, S. M. **A cidade dos invisíveis?** Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARMO, E. D.; FERNANDES, M. V. C.; MEDEIROS, N. S. Precarização, sofrimentos e memórias dos trabalhadores das madeireiras no Marajó: a quem interessa(va) o silêncio? **Espirales**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 5, p. 27-46, set. 2020.

CARVALHO, C. H. A. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da Reforma Universitária de 1968 ao PROUNI. *In*: ALMEIDA, M. L. P.; BONETI, L. (org.).

**Educação e cidadania no neoliberalismo:** da experiência à análise crítica. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. p. 35-50.

CARVALHO, G. B.; CONCEICAO, R. S.; AMARAL, M. D. B. Reestruturação urbana da cidade de Altamira (Pará) a partir da implantação da UHE Belo Monte.

**Interespaço:** revista de geografia e interdisciplinaridade, [s. l.], v. 5, p. 1-22, 2019.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 270 p.

CASTRO, E. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. *In:* CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos:** desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 91-120.

CASTRO, E. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. *In:* COELHO, M. C. N.; CASTRO, E.; MATHIS, A.; HURTLENNE, T. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia:** gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup, 2001. p. 7-33.

CASTRO, E. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. *In:* MENDES, A. D. (org.). **Amazônia, terra & civilização:** uma trajetória de 60 anos. Belém: BASA, 2004. p. 45-77.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In:* CASTRO, E. (org.). **Cidades na floresta.** São Paulo: Annablume, 2008. p. 11-39.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, E. Produção de conhecimentos sobre hidrelétricas na área das ciências humanas no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 3, p. 31-59, set./dez. 2018.

CASTRO, E. Estratégias de expansão territorial da mineração na Amazônia, desastres socioambientais e zonas de sacrifício. *In:* CASTRO, E.; CARMO, E. D. (org.). **Dossiê desastres da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho.** Belém: NAEA, 2019. p. 17-34.

CASTRO, E.; ACEVEDO MARIN, R. E. Amazônia oriental: territorialidade e meio ambiente. *In:* LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. p. 121-148.

CASTRO, E.; CAMPOS, Í. Formação socioeconômica da Amazônia. *In:* CASTRO, E.; CAMPOS, Í. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia.** Belém: NAEA, 2015. v. 2, p. 15-36.

CASTRO, E.; CARMO, E. D. (org.). **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho.** Belém: NAEA, 2019. 256 p.

CASTRO, I. E. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **GeoSul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, jul./dez. 2003.

CEF. Agências-barco. **Caixa Econômica Federal**, Brasília, DF, s.d. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/investimentos-socioambientais/agencia-barco/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 jul 2024.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2008. p. 244-270.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 78-90, 2012.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996. 131 p.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 205 p.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 23, p. 5-15, set./dez. 2003.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: leis e categorias da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. 354 p.

CHIZZOTTI, A. Análise de conteúdo, análise de narrativa, análise do discurso. In: CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 113-134.

COELHO, R. O.; PENHA, P. H. E.; MILANSKI, B. A. Novas tendências, mais concentração? Os padrões de distribuição de matrículas no ensino superior brasileiro entre 2010 e 2019. **Plural: revista do programa de pós-graduação em sociologia da USP**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 14-35, jan./jun. 2022.

COELHO, M. S. C. **Nas águas do diploma: o olhar dos egressos sobre a política de interiorização da UFPA em Cametá-PA**. 2008. 332 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CORNÉLIO, G. S.; AMARAL, M. D. B. Transformações urbanas na cidade de Vitória do Xingu/PA face a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 272-291, 2023.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, F. A. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável**. Belém: Cejup, 1998. 168 p.



COSTA, S. M G.; HAZEU, M. T. Apresentação. *In*: COSTA, S. M G.; HAZEU, M. T. (org.). **Destinação de terras e produção das desigualdades sociais na Amazônia**: transformações socioterritoriais na região do Baixo Tocantins. Belém: Paka-Tatu, 2024. p. 9-15.

CRAIDE, S. Novo PAC deve triplicar investimentos em infraestrutura. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 9 ago. 2023. Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/novo-pac-deve-triplicar-investimentos-em-infraestrutura#:~:text=A%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do%20PAC%20dever%C3%A1,bilh%C3%B5es%20para%20R%24%2060%20bilh%C3%B5es..> Acesso em: 9 ago. 2023.

CUNHA, D. A. **Democratização da universidade amazônica**: a experiência de descentralização e participação nos *campi* da UFPA. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

CUNHA, L. A. C. R. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 216 p.

DANIEL JÚNIOR, G. M. **Universidade e sociedade na Amazônia contemporânea**: o processo de interiorização do ensino superior público na região amazônica. 2018. 200 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

DELANI, D. **Meio natural, meio técnico e epidemiologia**: as hidrelétricas e a difusão da dengue no Complexo do Rio Madeira (Porto Velho, RO). 2015. 271 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DEUS, Z. A. T1:E9 – Políticas de ações afirmativas – Zélia Amador de Deus. [S. l.: s.n.], 2013. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal GloboPlay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5567877/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DINIZ, C. W. P. **Universidades da Amazônia brasileira**: o pecado e a penitência. Belém: UFPA/PROPESP, 1996. 88 p

DOMINGUES, W. C. L. **Cachaça, Concreto e Sangue!** Saúde, alcoolismo e violência: povos indígenas no contexto da Hidrelétrica de Belo Monte. 2017. 119 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: NUPES/USP, 2003. 42 p.

EL KADRI, M. R. *et al.* Unidade Básica de Saúde Fluvial: um novo modelo de Atenção Básica para a Amazônia, Brasil. **Interface**: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 23, e180613, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jJWLyMsndVmG3N9BTc5M4GG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FACETNO. Histórico do curso de Etnodesenvolvimento. **Faculdade de Etnodiversidade**, Altamira, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://facetnoaltamira.ufpa.br/index.php/hist-etno>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FAU UFPA. O surgimento do Núcleo Pioneiro da UFPA em 1967. **Laboratório Virtual – FAU UFPA**, Belém, 21 out. 2016. Disponível em: <https://fauufpa.org/2016/10/21/o-surgimento-do-nucleo-pioneiro-da-ufpa/>. Acesso em: 17 maio 2023.

FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M. (org.). **Conhecimento e fronteira**: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FAVATO, M. N.; RUIZ, M. J. F. REUNI: política para a democratização da educação superior? **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago. 2018.

FIGUEIREDO, J. C. Impeachment no Brasil: o Governo Temer e a privatização nas universidades públicas brasileiras. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 161-181, dez. 2017.

FONTES, E. J. O. A invenção da Universidade Federal do Pará. *In*: MELLO, A. B. F. (org.). **UFPA 50 anos**: história e memórias. Belém: EDUFPA, 2007. p. 13-67

FONTES, E. J. Memória e história da interiorização da UFPA: quando a memória constrói uma história coletiva. **Fronteiras**: revista catarinense de história, Florianópolis, n. 20, p. 93-114, 2012.

FRANK, E. **Projeto Rondon – primeira fase (1967-1989)**: participação da UFRGS. Porto Alegre: s.n., 2020.

FREIBERGER, R. M. A. S. “Integrar para não entregar”: a atuação das juventudes no Projeto Rondon (1967-1969). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UnB, 2017. p. 1-10.

FREIRE, J. Quem é Roque Quagliato, dono do maior rebanho brasileiro? **Compre Rural**, [s. l.], 8 mar. 2024. Disponível em: <https://www.comprerural.com/quem-e-roque-quagliato-dono-do-maior-rebanho-brasileiro/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FREITAS, M. M. **Universidade multicampi**: conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005. Belém: EDUFPA, 2005. 73 p.

GALA, P. O trauma de 2015 e 2016 no Brasil. **Money Times**, [s. l.], 15 set. 2020. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/o-trauma-de-2015-e-2016-no-brasil/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2008. p. 64-89.

GOMES, A. M. Expansão e privatização da educação superior: do período civil-militar ao neoliberal-popular. *In*: SOUSA, J. V.; CUNHA, C.; SILVA, M. A. (org.). **Expansão e avaliação da educação superior: diferentes cenários e vozes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 21-49.

GOMES, D. Belém é a única capital do Brasil aprovada no edital do SUS com o projeto Farmácia Nativa. **Agência Belém**, Belém, 15 out. 2022. Destaque na saúde. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/228491/belem-e-a-unica-capital-do-brasil-aprovada-no-edital-do-sus-com-o-projeto-farmacia-nativa>. Acesso em: 12 ago. 2024

GOMES, I. C. C. **O processo de criação de uma universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA**. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

GOVERNO federal anuncia reajuste em bolsas de graduação, pós, iniciação científica e Bolsa Permanência. **Governo Federal**, Brasília, DF, 15 fev. 2023. Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/02/governo-federal-anuncia-reajuste-em-bolsas-de-graduacao-pos-iniciacao-cientifica-e-bolsas-permanencia>. Acesso em: 18 fev. 2023.

GUDYNAS, E. Cidadanias, direitos e meio ambiente. *In*: GUDYNAS, E. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 209-229.

GUMIERO, R. G. *et al.* A expansão do conhecimento científico na Amazônia: desdobramentos do projeto de interiorização do ensino federal superior da Unifesspa. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 39, e20237999, jan./dez. 2023.

GÜNTER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p.201-210, maio/ago. 2006.

HADDAD, P. R. Apresentação. *In*: SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. V. (org.). **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 17-26.

HAESBAERT, R. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2006.

HAESBAERT, R. Ordenamento territorial. *In*: GRIEBELER, M. P. D. (org.). **Dicionário do desenvolvimento regional e temas correlatos**. 3. ed. Uruguaiana> Conceito, 2024. p. 1024-1026.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. *In*: HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 115-148.

HÉBETTE, J. Apresentação. *In*: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 7-13.

HÉBETTE, J. Prefácio. *In*: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995a. Não paginado.

HÉBETTE, J. Além dos pequenos e dos grandes projetos: o papel da universidade. *In*: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995b. p. 361-370.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. E. **Colonização para quem?** Belém: UFPA: NAEA, 1979. 173 p.

HOLANDA, V. C. C. A expressão regional das universidades públicas nas cidades médias de Sobral-CE e Parnaíba-PI. **Sociedade e Território**, Natal, v. 30, n. 1, p. 94-112, jan./jun. 2018.

IBGE. Censo demográfico de 1935. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 1938. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IBGE. Censo demográfico de 1945. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 1947. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IBGE. Censo demográfico de 1960. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 1962. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>. Acesso em: 10 fev. 2022

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

IBGE. Cidades e Estados. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 26 dez. 2023.

IBGE. Unidades territoriais do nível município: pessoas. **SIDRA – IBGE**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N6>. Acesso em: 10 out. 2024.

IFAC. Campi. **Instituto Federal do Acre**, Rio Branco, 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/campi>. Acesso em: 02 set. 2021.

IFAM. Início. **Instituto Federal do Amazonas**, Manaus, 2021. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/>. Acesso em: 02 set. 2021.

IFAP. Início. **Instituto Federal do Amapá**, Macapá, 2021. Disponível em: <https://ifap.edu.br/>. Acesso em: 02 set. 2021.

IFPA. Campi. **Instituto Federal do Pará**, Belém, 2019. Disponível em: [https://www.ifpa.edu.br/ifpa\\_campi\\_square.html](https://www.ifpa.edu.br/ifpa_campi_square.html). Acesso em: 02 set. 2021.

IFRO. Início. **Instituto Federal de Rondônia**, Porto Velho, 2021. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/>. Acesso em: 02 set. 2021.

IFRR. Início. **Instituto Federal de Roraima**, Boa Vista, 2021. Disponível em: <https://reitoria.ifrr.edu.br/>. Acesso em: 02 set. 2021.

IFRR. Início. **Instituto Federal do Tocantins**, Palmas, 2024. Disponível em: <https://reitoria.iftoc.edu.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

II PROJETO Norte de Interiorização: documento das instituições federais de ensino superior da Amazônia 1994-1997. [Manaus]: [s.n.], [1993]. 251 p.

IMV. Faculdade de Medicina Veterinária - FAMEV. **Instituto de Medicina Veterinária**, Castanhal, 2020. Disponível em: <https://imv.ufpa.br/faculdade-de-medicina-veterinaria-famev>. Acesso em: 10 jan. 2025.

INEP. Censo da Educação Superior: 2022. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, DF, 2023.

KAHIL, S. P. Psicosfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 475-485, dez. 2010.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSIC, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 250 p.

LAPOLA, D. M.; REPETTO, M. Os Wai Wai da Comunidade Jatapuzinho, em Roraima, frente aos grandes projetos na Amazônia. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 148-175, 2018.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEFÈBVRE, H. Du pacte social au contrat de citoyenneté. In: LEFÈBVRE, H. *et al.* (org.). **Du contrat de citoyenneté**. Paris: Syllepse: Périscope, 1990. p. 15-37.

LEFÈBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991. 301 p.

LEFÈBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFÈBVRE, H. **Marxismo**: uma breve introdução. Porto Alegre: L&PM, 2017. 128 p.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019. 178 p.

LEITÃO, K. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEITE, G. C. S. **Por um ordenamento cívico do território**: reflexões sobre o planejamento urbano e regional a partir da obra de Milton Santos. 2019. 499 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, 2007. Disponível em: <https://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LENCIONI, S. Observações sobre os conceitos de cidade e urbano. **GEOUSP**: espaço e tempo, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

LIMA, M. M. **A ribeira & a orla**: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LIMA, M. M. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 2020. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

LOUREIRO, J. J. P. O tempo que é do tempo que foi. In: MELLO, A. B. F. (org.). **UFPA 50 anos**: história e memórias. Belém: EDUFPA, 2007. p. 121-135

MACHADO, L. O. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (org.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, DF: Editora UnB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990. p. 107-113.

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, v. 1, p. 109-138, jan./jul. 1999.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia**. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MALHEIRO, T. C. C. **(Etni)cidade indígena na Amazônia**: por uma geografia do contato interétnico. 2019. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARGARIT, E. **Integração territorial competitiva do Amapá**: o Programa de Aceleração do Crescimento e os grandes projetos de desenvolvimento. 2019. 403 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MARIALVA, D. A. **Novas dinâmicas territoriais na Amazônia**: desdobramentos da mineração da bauxita em Juruti (PA). 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARQUES, A. C. H.; CÊPEDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012.

MARQUES, M. B. **[RE: (Pesquisa de doutorado) Dados sobre o campus de Capanema da UFPA]**. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. [S. l.], 6 nov 2024. 1 e-mail. Disponível em: helbertmichel93@gmail.com. Acesso em: 6 nov. 2024.

MARQUES, G. *et al.* **UFPA pública e gratuita**. Belém: Paka-Tatu, 2021.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 4-6, 2002.

MARTINS, J. S. A chegada do estranho. *In*: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando**: impactos do grande capital na Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 15-33.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179 p.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARX, K. O método da economia política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 218-226.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. t. 1. 894 p.

MANZINI-COVRE, M. L. **O que é cidadania?** 3. ed. 10. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MEDEIROS, L. G. M. **O REUNI – uma nova regulação da política de expansão da educação superior**: o caso da UFPA. 2012. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MEIRA, A. Universidade Federal do Pará. Como tudo começou. In: MELLO, A. B. F. (org.). **UFPA 50 anos**: história e memórias. Belém: EDUFPA, 2007. p. 9-23

MELITO, L. Ferrogrão afetará pelo menos 6 terras indígenas, 17 unidades de conservação e 3 povos isolados. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 jul. 2023. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/06/ferrograo-afetara-pelo-menos-6-terras-indigenas-17-unidades-de-conservacao-e-3-povos-isolados>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MELO, J. S.; AMARAL, M. D. B. Pequenas cidades e centralidades geográficas no Salgado Paraense. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 91-111, 2024.

MELLO, A. B. F. **Para construir uma Universidade na Amazônia**: realidade e utopia. Belém: EDUFPA, 2002. 140 p.

MELLO, A. B. F. (org.). **UFPA 50 anos**: relatos de uma trajetória. Belém: Ed. da UFPA, 2007. 251 p.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELLO, N. A.; THÉRY, H. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. **ALCEU**: revista de comunicação, cultura e política, v. 1, n. 2, p. 181-214, jan./jun. 2001.

MENDES, A. D. **Ciência, universidade e crise**. Belém: Grafisa, 1981. 190 p.

MENDES, A. D. O papel da universidade amazônica no desenvolvimento científico e tecnológico da região amazônica. In: ARAGÓN, L. E.; IMBIRIBA, N. (org.). **Universidade e desenvolvimento amazônico**. Belém: Editora da UFPA, 1988. p. 9-60.



MENDES, A. D. NAEA: os primórdios. *In*: COSTA, M. M. (org.). **Desenvolvimento regional**: NAEA, uma década de experiência amazônica – Relatório de gestão (1973-1983). Belém: NAEA, 2008. p. 97-101.

MESQUITA, E.; SEVÁ, A. O. Ameaçados por grandes projetos: a problemática dos indígenas da fronteira Acre-Peru. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, [s. l.], 2019. Disponível em: <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/issue/view/36/showToc>. Acesso em: 03 jul. 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

MIRANDA, R. R. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia**: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MIRANDA, R. R. A (re)organização territorial da Amazônia a partir das ferrovias. **Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432207, jul./dez. 2024.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2017. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

MONDAINI, M. O respeito aos direitos dos indivíduos. *In*: PINSKY, J.; PINSKY, C. (org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 115-133.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011. 160 p.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. O ponto de partida: o método. *In*: MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 26-34.

MORAIS, M. J. O processo de urbanização no estado do Acre-Brasil. **Observatório Geográfico da América Latina**, Cidade do México, 2001. Egal 8. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/56.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

MOREIRA, E. Para a história da Universidade Federal do Pará: panorama do primeiro decênio. *In*: CEJUP; SECULT. Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Belém: Cejup, 1989, v. 5. p. 109-175.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica da sociedade. **GEOgraphia**, Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-42, 2001.

MORHY, E. Campus direciona suas atividades para as necessidades regionais. **Jornal Beira do Rio**, Belém, ano I, n. 5, p. 6-7, jan. 2003. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1BWRUpIKXV5h\\_48uQsILOYtAORSMEBW0c](https://drive.google.com/drive/folders/1BWRUpIKXV5h_48uQsILOYtAORSMEBW0c). Acesso em: 10 out. 2024.

MORHY, E. Os avanços e desafios da interiorização. **Jornal Beira do Rio**, Belém, ano 4, n. 52, p. 6, jun./jul. 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0BzATWskzyfeneEZjWjFSUII0Qmc?resourcekey=0-iljZsCdYCnciy2RJrgvbtg>. Acesso em: 10 maio 2024.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; MOURÃO JÚNIOR, M.; GOMES, D. Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no Nordeste paraense. *In*: CASTRO, E. (org.). **Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 353-382.

NAHUM, J. S. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVII, n. 985, jul. 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

NASCIMENTO, S. M. O licenciamento ambiental da Hydro Alunorte: o que há entre desastres, licenças e expansões produtivas? *In*: CASTRO, E.; CARMO, E. D. (org.). **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém: NAEA, 2019. p. 91-104.

NASCIMENTO, S. M.; CASTRO, E. Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte. *In*: CASTRO, E. (org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017. p. 139-176.

NASCIMENTO, P. A. M. M.; LONGO, G. F. Qual o custo implícito do FIES para o contribuinte brasileiro? **Radar**, [s. l.], n. 46, p. 13-21, ago. 2016.

NASSER, B. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 145-178, 2000.

NOGUEIRA, C. M. M. *et al.* Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, n. 2, p. 61-90, abr./jun. 2017.

NOVAES, J. S.; ACEVEDO MARIN, R. E. Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processo

de expropriação. *In*: ACEVEDO MARIN, R. E.; NOVAES, J. S. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e no Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 173-203.

NUNES, B. Universidade e regionalismo. *In*: NUNES, B.; PINHEIRO, V. S. (org.) **Do Marajó ao arquivo**: breve panorama da cultura no Pará. Belém: EDUFPA: Secult, 2012. p. 61-74.

NUNES, D. A.; TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; CARDOSO, S. M. De “cidade dos notáveis” a “cidade corporativa”: aspectos do circuito superior da economia urbana em Marabá (Pará). **Papers do NAEA**, Belém, n. 335, p. 3-26, dez. 2014.

NUNES, D. A.; TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TRINDADE, G. O. Cidades médias na Amazônia brasileira: da centralidade econômica à centralidade política de Marabá e Santarém (Estado do Pará). **Confins**, Paris, n. 29, p. 1-18, dez. 2016.

OLIVEIRA, F. P. **Sistemas e instrumentos de execução dos planos**. Coimbra: Almedina, 2002.

OLIVEIRA, H. M. P. **Santarém**: circuito superior da economia e políticas de ordenamento territorial. 2017. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, H. M. P. **A noção de região em Milton Santos**: contribuições para pensar a Amazônia. 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

OLIVEIRA, H. M. P. Amazônia: desenvolvimento e ordenamento cívico-territorial desde uma “região do desobedecer”. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA, 3., 2021, Belém. **Anais [...]**. Belém: NAEA/UFPa, 2021. p. 353-370.

OLIVEIRA, H. M. P. Uma região que obedece? Alguns elementos para pensar o planejamento regional na Amazônia. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, e024003, 2024.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000. 224 p.

OLIVEN, A. C. Histórico da Educação Superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília, DF: CAPES, 2002. p. 24-38.

PACÍFICO FILHO, M. *et al.* Cidades médias da Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, ed. esp., p. 1477-1503, 2020.

PADINHA, M. R. **Grandes objetos na Amazônia**: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. 2017. 444 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 18. ed. Campinas: Papirus Editora, 2016. 144 p.

PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. **Uso do território e gênero de vida na Amazônia**: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PALHARES, I. MEC vai apurar alta proporção de alunos por professores em 11 faculdades particulares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/01/mec-vai-apurar-alta-proporcao-de-alunos-por-professor-em-11-faculdades-particulares.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PARÁ. **Universalização do ensino superior no estado do Pará**. [2023]. 20 slides, color. Disponível em: [https://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/Forma%20Par%C3%A1\\_.pdf](https://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/Forma%20Par%C3%A1_.pdf). Acesso em: 24 fev. 2024.

PARENTE, F. A. Opinião: Etnodesenvolvimento e impactos transformativos. **Jornal Beira do Rio**, Belém, 9 abr. 2018. Disponível em: <https://beiradorio.ufpa.br/edicoes2018/94-142-abril-e-maio/225-opinio-etnodesenvolvimento-e-impactos-transformativos>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PARFOR. O que é o Parfor? **Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**, Belém, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://parfor.ufpa.br/o-que-e-o-parfor>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PAULA, C. M. **Neoliberalismo e reestruturação da educação superior no Brasil**: o REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica atual do estágio de acumulação do capital. 2009. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. 2 v.

PEREIRA, J. C. M. Cidade e hidrelétrica na Amazônia brasileira: espaço e memória entre o “velho” e o “novo” Repartimento (Pará). **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 25, n. 2, p. 297-321, maio/ago. 2022.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967. 755 p.

PESQUISA sobre biodiversidade em Alter do Chão indica ameaça às savanas amazônicas. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 14 jan. 2022. Pesquisa e inovação. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/pesquisa-sobre-biodiversidade-em-alter-do-chao-indica-ameaca-as-savanas-amazonicas/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PICANÇO, V. L. L. **Interiorização da Universidade do Estado do Pará**: um estudo do campus de Santarém. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-13.

PINTO, L. F. A desorganização do grande projeto. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 47-58.

PINTO, L. F. Prefácio. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012. p. 10-18.

PINTO, W. Das faculdades isoladas à criação da UFPA. **Jornal Beira do Rio (UFPA)**, Belém, p. 3, jun./jul. 2007. Origem. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0BzATWskzyfeneEZjWjFSUII0Qmc>. Acesso em: 14 set. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRATES, A. A. P. Ampliação do sistema de ensino superior nas sociedades contemporâneas no final do sec. XX: os modelos de mercantilização e diferenciação institucional - o caso brasileiro. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 15, p. 125-146, 2010.

PRÉDIO do Campus Universitário de Rondon do Pará será inaugurado dia 3 de fevereiro. **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**, Marabá, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/o-que-e-rss/2-uncategorised/1273-predio-do-campus-universitario-de-rondon-do-para-sera-inaugurado-dia-3-de-fevereiro.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PROJETO Norte de Interiorização: documento das instituições federais de ensino superior da Amazônia 1986-1989. [Manaus]: [s.n.], [1989]. 60 p.

QUEIROZ, K. O. As lanchas “ajato” no Solimões: modernização pretérita e integração territorial. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 22, n. 1, p. 89-109, jan./mar. 2019

RAMOS, E. S. **A importância da preservação de documentos para o acesso à informação**: uma visão a partir dos processos de interiorização da UFPA no Arquivo

Central. 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Arquivologia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RENHA, C. E. A política desenvolvimentista para a Amazônia: implementação, objetivos e o revés da SPVEA (1953-1966). **Saeculum**: revista de história, João Pessoa, v. 40, p. 85-107, jan./jun. 2019.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 4. ed. São Paulo: Global, 2022.

RIBEIRO, M. A. C. Amazônia: a dimensão do urbano e a qualidade ambiental. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 41-65, abr./jun. 1995.

RIBEIRO, L. H. L. **Território e macrossistema de saúde**: os programas de fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). 2015. 305f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015 .

RIBEIRO, L. H. L. O Sistema Único de Saúde (SUS) como macrossistema: território, técnica e política. **GEOUSP**: espaço e tempo, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 737-754, dez. 2017.

RICHTA, R. **Economia socialista e revolução tecnológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ROLIM, C.; SERRA, M. A. Instituições de Ensino Superior e desenvolvimento regional: o caso da região norte do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, p. 87-102, 2009.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES-USP, 1991.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Ensino Superior Unicamp**, Campinas, v. 4, n. 5, p. 28-43, 2011.

SAMPAIO, H.; BALBACHESKY, E.; PEÑALOZA, V. **Universidades estaduais no Brasil**: características institucionais. São Paulo: NUPES-USP, 1998.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, D. B. **Economia madeireira**: dificuldades de regulação e efeitos sobre quilombolas no arquipélago do Marajó. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTOS, E. R. C. Grandes projetos amazônicos e configuração geográfica do Amapá. *In*: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (org.). **Interações fronteiriças no Platô das Guianas**: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Publit, 2010. p. 45-72.

SANTOS, F. P.; AMARAL, P.; LUZ, L. Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 1-35, 2023.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SANTOS, M. La totalité du diable. **Espace Temps**, Paris, n. 8, p. 60-75, 1978.

SANTOS, M. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. *In*: RATTNER, H. (org.). **Brasil 1990**: caminhos alternativos do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979. p. 143-161.

SANTOS, M. O território e a constituição. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 65-69, out./dez. 1986.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1992a.

SANTOS, M. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, Florianópolis, ano VII, n. 14, p. 49-59, 1992b.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. A universidade: da intencionalidade à universalidade. **Anuário Estatístico de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 13-15, 2000a.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000b. 174 p.

SANTOS, M. Os deficientes cívicos. *In*: SANTOS, M. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 149-152.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. *In*: LIMA, L. C. (org.). **Conhecimento e reconhecimento**: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 432 p.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. 176 p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 288 p.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009a. 123 p.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009b. 136 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012a. 392 p.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012b. 96 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013a. 176 p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013b. 176 p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014a. 176 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014b. 136 p.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. **Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília, DF: ABMES, 2000. 163 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 473 p.

SANTOS, T. O. **Redenção**: uma cidade média do agronegócio. 2020. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.



SANTOS, T. V. **Metrópoles amazônicas**: dinâmicas regionais, estruturas urbanas e políticas de planejamento e gestão em Belém, Manaus e São Luís. Belém: Paka Tatu, 2022.

SANTOS JÚNIOR, G. S. **Ações e políticas do Estado e da sociedade acerca da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure/Marajó – PA**. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SARAMAGO, J. **Democracia e universidade**. Belém: EDUFPA, 2013.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010.

SBPC. **Povos da floresta**. [S. l.]: SBPC, 2007. 56 p.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012. 496 p.

SCHOR, T.; COSTA, D. P. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões-Amazonas - AM. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2007. 1-17.

SCHOR, T.; COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A. Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; CARVALHO, G.; MOURA, A.; GOMES NETO, J. (org.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: FASE/UFPA, 2009. p. 35-58.

SCHUBER, E. S. M. **Neodesenvolvimentismo, reestruturação urbana e cidades médias na Amazônia**: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós. 2019. 382 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SERRA, H. R. H. *et al.* Trabalho de Campo Integrado na Amazônia Meridional: a experiência da base comunitária agrícola em São Félix do Xingu -PA. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 16, p. e00115, 2024. Disponível em: <https://geopuc.emnuvens.com.br/revista/article/view/115>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. V. Universidades e a “mão invisível” do desenvolvimento regional. In: SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. V. (org.). **Universidades e desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 31-52.

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. (org.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004. p. 33-52.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, 2006.

SIGAA UFOPA. Consulta de cursos. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024.

Disponível em: <https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/curso/lista.jsf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SIGAA UFPA. Consulta de cursos. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal do Pará**, Belém, 2024. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/curso/lista.jsf;jsessionid=CF933CDDD931517C3345A3EA83DE9BEE.morango2>. Acesso em: 14 jun. 2024

SIGAEST UFPA. Auxílios e serviços prestados pela SAEST/UFPA aos estudantes. **Sistema de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará**, Belém, s.d. Disponível em: <https://sigaest.ufpa.br/sigaest/programas.php>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SILVA, D. C. **Uma interpretação geográfica dos impactos da Hidrelétrica Belo Monte**: estudo de caso da Vila Santo Antônio e da Comunidade Babaquara na Microrregião de Altamira-PA. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, F. C.; RAVENA, N. Formação institucional e desenvolvimento regional na Amazônia: fundamentos teóricos e síntese histórica. *In*: SILVA, F. C.; RAVENA, N. (org.). **Formação institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. v. 1. p. 15-37.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999. 486 p.

SILVEIRA, M. L. Ao território usado, a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. *In*: VIANA, A. L.; IBAÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M. (org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 127-150.

SILVEIRA, M. L. Os dinamismos da pobreza. *In*: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U, (org.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 59-70.

SILVEIRA, M. L. O lugar defronte os oligopólios. *In*: DANTAS, A.; TAVARES, M. A. A. (org.). **Lugar-mundo**: perversidades e solidariedades. Encontros com o pensamento de Milton Santos. Natal: EDUFRN, 2011. p. 79-100.

SIMAS, T. B. *et al.* The interiorization of public higher education in Santana do Araguaia, Brazil. **Social Inclusion**, [s. l.], vol. 10, n. 2, p. 106-116, 2022.

SIMONDON, G. **Du mode d'existence des objets techniques**. 5. ed. Paris: Aubier, 2001. 336 p.

SOARES, C. G. S.; AGUIAR, D. M.; NEVES, D. B. S.; BROCK, M. F. A interiorização de ensino superior no Amazonas. **Revista Direitos Humanos & Sociedade**, Criciúma, v. 3, n. 1, p. 171-187, 2020.

SOUSA, F. M. L. **O ensino superior público em Santarém**: das origens à criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (1970-2009). 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

SOUSA, F. M. L.; COLARES, A. A. O campus avançado da UFSC em Santarém: extensão e pioneirismo em um contexto de contradições. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 24, n. 42, p. 254-274, 2019.

SOUSA, I. S. Grandes projetos na Amazônia: mudanças e perspectivas na produção do espaço urbano em Iranduba-AM. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ed. esp. Cidades na Amazônia, p. 71-80, 2011.

SOUSA, M. P. S. **Expansão da educação superior no Pará**: programas EXPANDIR e REUNI e a composição de quadros docente dos *campi* da Universidade Federal do Pará (2001-2010). 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUSA NETO, M. F. A expansão financeirizada do ensino superior e da pós-graduação no Brasil. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, v. 13, p. 18-29, 2017.

SOUZA, M. J. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPATTI, A. C.; SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Universidade e pertinência social: alguns apontamentos para reflexão. **Avaliação**, Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 341-360, jul. 2016.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP, 2001. p.609-643.

STAEVIE, P. M. **O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima**. 2012. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

STIEGLER, B. **La técnica y el tempo**: el pecado de Epimeteo. Barcelona: Cultura Libre, 2002. v. 1. 411 p.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p. 83-104.

TAVARES, J. C. Eixos: novo paradigma do planejamento regional? Os eixos de infraestrutura nos PPA's nacionais, na IIRSA e na macrometrópole paulista. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 671-695, set./dez. 2016.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ano 2, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v. 29, p. 107-121, 2011.

TAVARES, P.; MAZZA, L.; BUONO, R. Cidade com maior rebanho bovino do Brasil, São Félix do Xingu tem 38 bois por habitante. **Piauí**, São Paulo, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cidade-com-maior-rebanho-bovino-do-brasil-sao-felix-do-xingu-tem-38-bois-por-habitante/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TELLA, G. Construindo centralidades cívicas: estratégias de articulação espacial e funcional. **ArchDaily Brasil**, São Paulo, 07 jun. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/789014/construindo-centralidades-civicas-estrategias-de-articulacao-espacial-e-funcional>. Acesso em: 30 ago. 2021.

TOCANTINS, L. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1982.

TOLEDO, M. R. **O mundo no lugar: o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA): (A viabilidade do território brasileiro para uso corporativo e a modernização do Porto de Santarém)**. 2009. 154f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009

TRINDADE, G. O. **A cidade & a soja: impactos da produção e circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. **Humanitas**, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Pensando a concepção de Amazônia. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (org.). **Panorama da Geografia brasileira: problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2006. v. 1, p. 355-364.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia oriental. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.;

MOURÃO, P. F. C. (org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 313-329.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível territorial. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010b.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades médias da Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 135-151, nov. 2011a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Laços e nós: dinâmicas sub-regionais e interfaces cidade-rio na Amazônia. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. esp. EGAL, p. 1-16, 2011b.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013b.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015b.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Entre “solidariedades orgânicas” e “solidariedades organizacionais”: pensando as cidades médias na Amazônia. In: DIAS, P. C.; BRANDÃO, P. R. B. (org.). **Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e relações cidade-campo**. Salvador: SEI, 2015c. p. 51-69.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016a. 388 p.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **“Sonhos de rio”**: memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia. Belém: NAEA, 2016b. 177 p.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Perspectivas de fragmentação política do espaço: formas de pensar e usar o território na Amazônia brasileira. In: SILVA, J. B.; SILVA, C. N. M.; DANTAS, E. W. C. (org.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 81-104.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. *In*: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (org.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 249-266.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Confinamento, dispersão e difusão: processos e configurações espaciais de uma metrópole em formação. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; SANTOS, T. V. (org.). **O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 143-160.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 312-324, jan./dez. 2021a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos**. Belém: Paka-Tatu, 2021b. 157 p.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Regionalização, cidades e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 17, n. 43, p. 222-239, 2023.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades médias e centralidades socioterritoriais na Amazônia: reflexões a partir de Marabá, Pará. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 14, n. esp., p. 191-215, 2024.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; LEITE, G. C. S.; OLIVEIRA, H. M. P. **O pensamento de Milton Santos e a Amazônia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2021a.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; LEITE, G. C. S.; OLIVEIRA, H. M. P. Amazônia: saberes locais, solidariedades orgânicas e flexibilidade equatorial. **RA'E'GA: o espaço geográfico em análise**, Curitiba, v. 52, núm. especial, p. 84-107, nov. 2021b.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. *In*: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; RIBEIRO, R. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. *et al.* (org.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA/UFGA, 2009. p. 333-359.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TAVARES, M. G. C. Cidades ribeirinhas: uma apresentação do tema. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 09-12.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TRINDADE, G. O.; OLIVEIRA, H. M. P. Modernização do território e cidade média na Amazônia paraense: Santarém, entre horizontalidades e verticalidades geográficas. *In*: CASTRO, E.; FIGUEREDO, S. L. (org.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014. p. 89-104.

UEA. UEA cursos. **Universidade Estadual do Amazonas**, Manaus, 2021. Disponível em: <https://cursos1.uea.edu.br/index.php?mode=municipio>. Acesso em: 03 set. 2021.

UEAP. Início. **Universidade do Estado do Amapá**, Macapá, 2021. Disponível em: <http://www.ueap.edu.br/>. Acesso em: 03 set. 2021.

UEPA. Centros e campi. **Universidade do Estado do Pará**, Belém, 2021a. Disponível em: <https://www.uepa.br/pt-br/pagina/centros-e-campi>. Acesso em: 03 set. 2021.

UEPA. Início. **Universidade do Estado do Pará**, Belém, 2021b. Disponível em: <https://www.uepa.br/pt-br/>. Acesso em: 03 set. 2021.

UERR. Campi. **Universidade Estadual de Roraima**, Boa Vista, 2021. Disponível em: <https://www.uerr.edu.br/#>. Acesso em: 03 set. 2021.

UFAC. Início. **Universidade Federal do Acre**, Rio Branco, 2021. Disponível em: <http://www.ufac.br/>. Acesso em: 03 set. 2021.

UFAM. Unidades acadêmicas. **Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, 2021. Disponível em: <https://ufam.edu.br/unidades-academicas.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

UFNT. Início. **Universidade Federal do Norte do Tocantins**, Araguaína, 2024. Disponível em: <https://ufnt.edu.br/>. Acesso em: 12 maio 2024.

UFOPA. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. Santarém: UFOPA, 2016.

UFOPA. **Resolução nº 194, de 24 de abril de 2017**. Aprova o Projeto de Formação Básica Indígena da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: Conselho Superior de Pesquisa e Extensão, [2017]. Disponível em: <https://ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2024/4aaa4b2e2f143302941871d79fa264a2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

UFOPA. **Relatório de gestão do exercício de 2017**. Santarém: UFOPA, 2018.

UFOPA. **Resolução nº 336, de 25 de novembro de 2020**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Minas, do Campus Juruti,

da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: Consepe, [2020a]. Disponível em:

[https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/juruti/documentos/2022/d65ee43537478ad7365f2c2b39b1e5ed\\_BIKlCyU.pdf](https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/juruti/documentos/2022/d65ee43537478ad7365f2c2b39b1e5ed_BIKlCyU.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. **Resolução nº 326, de 11 de setembro de 2020**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, do Campus Itaituba, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: Consepe, [2020b]. Disponível em:

<https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/verProducao?idProducao=519880&&key=2d856f2b9d78b7ab7e64aa8e1f51a8ee>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Início. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2021.

Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/>. Acesso em: 03 set. 2021.

UFOPA. Histórico e localização. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2023a. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/historico-e-localizacao/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

UFOPA. **Resolução Consepe nº 416, de 13 de dezembro de 2023**. Aprova a criação do curso de Licenciatura em Física e o Projeto Pedagógico do Curso, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: Consepe, [2023b]. Disponível em:

<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/iced/documentos/2025/bf6b879d7a8da4554331aba9fb59e787.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

UFOPA. Histórico: do CFI ao IFII. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2023c. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ifii/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 12 set. 2024.

UFOPA. Unidades acadêmicas. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024a. Disponível em:

<https://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/unidades-academicas/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Campus Alenquer. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024b. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/alenquer/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Campus Itaituba. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024c. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/itaituba/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Campus Juruti. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024d. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/juruti/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Campus Monte Alegre. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024e. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/montealegre/>. Acesso em: 10 jan. 2025.



UFOPA. Campus Óbidos. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024f. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/obidos/institucional/sobre-o-cobi/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Campus Oriximiná. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024g. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/oriximina/o-campus/conselhow/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Multicampi. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024h. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/?page=2&tag=multicampi>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Cursos de graduação. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024i. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/ensino/cursos-de-graduacao-2/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. Início. **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**, Santarém, 2024j. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/proen/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UFOPA. **Edital nº 23/2024-CPPS/UFOPA, de 15 de abril de 2024**. Processo Seletivo Regular Unificado 2024 (PSR/UFOPA 2024) [...]. Santarém: Comissão Permanente de Processos Seletivos, [2024k]. Disponível em: <https://ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2024/3d472bc8cabd2192b818588457869983.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2025.

UFOPA. Painel de ensino de graduação. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024l. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMzQ3M2E0N2EtZGNIOS00MzViLWFiZjEtZGNkYTJiNGU5MjBhliwidCI6ImQ0ZmFjOGQ4LTkxMjMtNDZiMi1iOTRkLTE1NzlwODgwZWVjMiJ9>. Acesso em: 10 nov. 2024.

UFOPA. Programa Forma Pará. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 2024m. Disponível em: <https://ufopa.edu.br/proen/cursos-de-graduacao/programa-forma-para/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

UFOPA recebe R\$ 42 milhões para investir em obras e ganha novo campus em Rurópolis. **Universidade Federal do Oeste do Pará**, Santarém, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-recebe-r-42-milhoes-para-investir-em-obras-e-ganha-novo-campus-em-ruropolis/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UFPA. **Ação universitária nas zonas rurais e a interiorização da UFPA**. Belém: Editora da UFPA, [1981?].

UFPA. PPCs aprovados. **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**, Belém, [2016?]. Disponível em: <http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view/inicio/visitante.php>. Acesso em: 18 dez. 2024.

UFPA. Início. **Campus Universitário de Capanema**, Capanema, [2018?]. Disponível em: <https://campuscapanema.ufpa.br/>. Acesso em: 10 set. 2024.

UFPA. **Resolução nº 1.355, de 3 de fevereiro de 1986**. Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará. Belém: Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, [1986]. Disponível em: [https://www.sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/1986/1355%20Aprova%20programa%20de%20interiorizacao.pdf](https://www.sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/1986/1355%20Aprova%20programa%20de%20interiorizacao.pdf). Acesso em: 5 maio 2023.

UFPA. **Anuário estatístico 2000**. Belém: UFPA, 2001.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001-2010**. Belém: UFPA, 2002.

UFPA. **Anuário estatístico 2005**. Belém: UFPA, 2006.

UFPA. **Plano de reestruturação e expansão 2008-2012**. Belém: UFPA, 2007.

UFPA. **Resolução nº 673, de 19 de maio de 2009**. Cria o *campus* universitário de Capanema. Belém: Consun, [2009]. Disponível em: [https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20673.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20673.pdf). Acesso em: 10 ago. 2024.

UFPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecânica**. Tucuruí: PROEG/UFPA, 2010.

UFPA. **Anuário estatístico 2010**. Belém: UFPA, 2011.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2016-2025**. Belém: UFPA, 2016a.

UFPA. **Anuário estatístico 2015**. Belém: UFPA, 2016b.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário de Altamira: 2017-2020**. Altamira: UFPA, 2017a.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário de Capanema: 2017-2020**. Capanema: UFPA, 2017b.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário do Marajó-Soure: PDU 2018-2020**. Soure: UFPA, 2017c.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário de Ananindeua: 2022-2025**. Ananindeua: UFPA, 2021a.

UFPA. **Resolução nº 5.407, de 25 de agosto de 2021**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Costeira e Oceânica – Bacharelado, de interesse do Campus Universitário de Salinópolis. Belém: Consepe, [2021b]. Disponível em: [https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/2021/5407%20A](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2021/5407%20A)

prova%20o%20Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso%20de%20Bacharelado%20em%20Engenharia%20Costeira%20Oc%C3%AAnica.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

UFPA. **Anuário estatístico 2020**. Belém: UFPA, 2021c.

UFPA. **PDU 2022-2025**: Campus Universitário do Marajó-Breves. Breves: UFPA, 2022a.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento da Unidade do Campus Universitário do Tocantins/Cametá**: 2022-2025. Cametá: UFPA, 2022b.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário de Castanhal**: 2022-2025. Castanhal: UFPA, 2022c.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário de Tucuruí - CAMTUC**: 2022-2025. Tucuruí: UFPA, 2022d.

UFPA. **Relatório institucional de acompanhamento dos estudantes ingressantes do Processo Seletivo Especial Indígenas e Quilombolas**: ações afirmativas. Belém: PROEG-UFPA, 2022e. Disponível em: <http://www.proeg.ufpa.br/images/conteudo/I-Relatorio-Institucional-PSE-IQ.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

UFPA. **Anuário estatístico 2022**. Belém: UFPA, 2022.

UFPA. Início. **Universidade Federal do Pará**, Belém, 2024a. Disponível em: <https://ufpa.br/#>. Acesso em: 26 set. 2024.

UFPA. Cursos de graduação. **Universidade Federal do Para**, Belém, 2024b. Ensino de graduação. Disponível em: [https://ufpa.br/categoria-do-orgao/curso-de-graduacao/?\\_sfm\\_curso\\_municipio\\_oferta=2266&\\_sft\\_modalidade=presencial](https://ufpa.br/categoria-do-orgao/curso-de-graduacao/?_sfm_curso_municipio_oferta=2266&_sft_modalidade=presencial). Acesso em: 10 maio 2024.

UFPA. **Campus de Abaetetuba**: Plano de Desenvolvimento da Unidade 2022-2025. Abaetetuba: UFPA, 2024c.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento da Unidade Campus Universitário de Bragança**: PDU 2024-2028. Bragança: UFPA, 2024d.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento do Campus Universitário de Salinópolis**: PDU 2024-2028. Salinópolis: UFPA, 2024e.

UFPA. Ingresso na graduação. **Universidade Federal do Para**, Belém, 2024f. Disponível em: <https://ufpa.br/ingresso-na-graduacao/>. Acesso em: 10 maio 2024.

UFOPA. **Edital nº 05-COPERS, de 4 de outubro de 2024**. Processo Seletivo 2025 – PS 2025. Belém: Comissão Permanente de Processos Seletivos, [2024g]. Disponível em:

[https://www.ceps.ufpa.br/images/conteudo/Vestibular/PS%202025/editais%20aviso/Edital\\_05\\_2024\\_COPERPS\\_PS2025\\_retificado.pdf](https://www.ceps.ufpa.br/images/conteudo/Vestibular/PS%202025/editais%20aviso/Edital_05_2024_COPERPS_PS2025_retificado.pdf). Acesso em: 8 jan. 2025.

UFRA. Fato 9: EAA – FCAP – UFRA: a transformação em universidade. **Universidade Federal Rural da Amazônia**, Belém, 17 abro. 2021a. Disponível em: <https://novo.ufra.edu.br/images/FATO9.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

UFRA. Início. **Universidade Federal Rural da Amazônia**, Belém, 2021b. Disponível em: [www.novo.ufra.edu.br](http://www.novo.ufra.edu.br). Acesso em: 12 set. 2022.

UFRA. Fato 63. **Universidade Federal Rural da Amazônia**, Belém, 2021c. Disponível em: <https://novo.ufra.edu.br/images/FATO63.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2023.

UFRR. Ensino. **Universidade Federal de Roraima**, Boa Vista, 2019. Disponível em: <http://ufrr.br/>. Acesso em: 03 set. 2021.

UFT. Portal UFT. **Universidade Federal do Tocantins**, Palmas, 2024. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UNIDADES Básicas de Saúde Fluviais. **Ministério da Saúde**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/ubsf>. Acesso em: 10 jan. 2025

UNIFAP. Campi. **Universidade Federal do Amapá**, Macapá, 2021. Disponível em: <http://www.unifap.br/campi/>. Acesso em: 03 set. 2021.

UNIFESSPA. **Projeto Político Pedagógico do curso de Geologia**. Marabá: FAGEO, 2016. Disponível em: [https://fageo.unifesspa.edu.br/images/PPC/PPC\\_FAGEO\\_Unifesspa.pdf](https://fageo.unifesspa.edu.br/images/PPC/PPC_FAGEO_Unifesspa.pdf). Acesso em: 10 out 2024.

UNIFESSPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**. Marabá: FADIR, [2019?]. Disponível em: <https://crca.unifesspa.edu.br/images/ppc/11-Direito-PCC.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

UNIFESSPA. **Projeto Pedagógico do curso de graduação em Medicina Veterinária**. Xinguara: IETU, 2021a. Disponível em: <https://veterinaria.unifesspa.edu.br/images/PPC2021.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

UNIFESSPA. **Projeto Pedagógico do curso de graduação em Zootecnia**. Xinguara: IETU, 2021b. Disponível em: [https://zootecnia.unifesspa.edu.br/images/PPC\\_verseos/PPC\\_Zootecnia\\_IETU\\_2021.pdf](https://zootecnia.unifesspa.edu.br/images/PPC_verseos/PPC_Zootecnia_IETU_2021.pdf). Acesso em: 10 out. 2024.

UNIFESSPA. Calouro. **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**, Marabá, 2021c. Disponível em: <https://calouro.unifesspa.edu.br/2-uncategorised/92-assist%C3%A2ncia-estudantil.html?showall=1#:~:text=I%20%E2%80%93%20Moradia%20estudantil%3B>

%20II%20%E2%80%93e%20altas%20habilidades%20e%20superdota%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 8 out. 2024.

UNIFESSPA. Apresentação. **PEPETI UNIFESSPA**, Marabá, 2022. Disponível em: <https://pepeti.unifesspa.edu.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

UNIFESSPA. **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Marabá: FECAMPO, 2023. Disponível em: [https://fecampo.unifesspa.edu.br/images/arquivos/PPCs/PPC\\_do\\_curso\\_atualizado\\_NDE\\_Conselho.pdf](https://fecampo.unifesspa.edu.br/images/arquivos/PPCs/PPC_do_curso_atualizado_NDE_Conselho.pdf). Acesso em: 10 out. 2024.

UNIFESSPA. Cursos de graduação. **Centro de Registro e Controle Acadêmico**, Marabá, 2024a. Disponível em: <https://crca.unifesspa.edu.br/crca/cursos/graduacao.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

UNIFESSPA. Histórico do Campus Rondon. **Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**, Rondon do Pará, 2024b. Disponível em: <https://icsa.unifesspa.edu.br/hist%C3%B3rico.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

UNIFESSPA. Histórico. Unifesspa: conquista da nação brasileira. **Instituto de Engenharia do Araguaia**, Santana do Araguaia, 2024c. Disponível em: <https://iea.unifesspa.edu.br/historico.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

UNIFESSPA. Apresentação. **Instituto de Estudos do Xingu**, São Félix do Xingu, 2024d. Disponível em: <https://iex.unifesspa.edu.br/apresentacao.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

UNIFESSPA. Histórico. **Instituto de Estudos do Trópico Úmido**, Xinguara, 2024e. Disponível em: <https://ietu.unifesspa.edu.br/historico.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

UNIFESSPA. Números CRCA/Unifesspa - versão 2.0: dados gerais por curso de graduação e cota. **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**, Marabá, 2024f. Disponível em: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sCj8CZR32A2PSdGORdiAma0q8TO\\_5XPUMgwOh0Hb7tQ/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sCj8CZR32A2PSdGORdiAma0q8TO_5XPUMgwOh0Hb7tQ/edit?usp=sharing). Acesso em: 10 dez. 2024.

UNIFESSPA. Painel e Paequi. **Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade**, Marabá, 2024g. Disponível em: <https://nuade.unifesspa.edu.br/paind-e-paequi.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

UNIFESSPA. Página inicial. **Centro de Processos Seletivos**, Marabá, s.d. Disponível em: <https://ceps.unifesspa.edu.br/>. Acesso em: 12 set. 2024.

UNIR. Multicampi. **Universidade Federal de Rondônia**, Porto Velho, 2021. Disponível em: <https://www.unir.br/index.php?pag=menu&id=1551&titulo=MultiCampi>. Acesso em: 03 set. 2021.

UNITINS. Início. **Universidade Estadual do Tocantins**, Palmas, 2024. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/>. Acesso em: 10 maio 2024

VALENÇA, M. R. Ensino superior em Caruaru-PE: uma cidade de responsabilidade territorial? *In*: MAIA, D. S.; MARAFON, G. J. (org.). **Ensino superior e desenvolvimento regional**: reconfigurando as relações entre as cidades e o campo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 47-80.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. **Universidade, modelo nacional desenvolvimentista e financiamento da pesquisa na UFPA**. 2000. 125 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

VENCESLAU, I. **Correios, logística e uso do território**: o serviço de encomenda expressa no Brasil. 2017. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VENCESLAU, I. Como os Correios integraram o Brasil. **Outras Palavras**, São Paulo, 22 abr. 2020. Crise brasileira. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/outras-cartografias-como-os-correios-integraram-o-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VERGOLINO, J. R.; GOMES, G. M. Metamorfoses da economia amazônica. *In*: MENDES, A. D. (org.). **Amazônia, terra & civilização**: uma trajetória de 60 anos. Belém: BASA, 2004. p. 447-479.

VIEIRA, S. Inauguração do Campus da UFOPA em Alenquer consolida projeto multicampi no oeste do Pará. **G1**, Santarém, 1º fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/02/01/inauguracao-do-campus-da-ufopa-em-alenquer-consolida-projeto-multicampi-no-oeste-do-para.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2022.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: COHN, G. (org.). WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004. p. 18-39.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência 1850-1920. São Paulo: Hucitec, 1993.

WERNER, D. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito China” no Brasil pós-1990. **EURE**, [s. l.], v. 46, n. 139, p. 143-162, set. 2020.

XAVIER, M. Lugar, pluralidade da existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 506-521, set./dez. 2018.

XINGUARA: doação de terreno para construção do hospital veterinário é concretizada. **A Notícia**, Marabá, 20 jan. 2022. Sul do Pará. Disponível em: <https://www.an10.com.br/xinguara-doacao-de-terreno-para-construcao-do-hospital-veterinario-e-concretizada/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM  
DISCENTES DAS UNIVERSIDADES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**PESQUISA**

*Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã: interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na Amazônia paraense*

**PESQUISADOR**

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira*

**1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO.**

- a. Qual é o seu nome completo?
- b. Qual é a sua idade?
- c. Você é natural do estado do Pará?
- d. Quais são as suas raízes (indígenas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas etc.)? Como você se reconhece?
- e. Qual é o seu curso?

**2. ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO.**

- a. Como se deu o seu ingresso no ensino superior público? Utilizou algum mecanismo que garantisse uma forma de acesso diferenciada?
- b. Você defende a oferta de formas de democratização do ensino superior público como, por exemplo, cotas e processos seletivos especiais? Por quê?
- c. Você tem sentido dificuldades para permanecer na instituição onde estuda e/ou para realizar o curso escolhido? Se sim, quais?
- d. Recebe algum benefício que viabilize a sua permanência na instituição/no seu curso? Qual?

**3. DEMANDAS CIDADÃS E ENSINO SUPERIOR PÚBLICO.**

- a. Você precisou mudar de município para ter acesso ao ensino superior público?

- b. Se não mora próximo à instituição pública de ensino superior (IPES) onde estuda, qual(is) meio(s) você se utiliza para se deslocar até ela?
- c. Comente sobre as motivações que o levaram a escolher a instituição onde estuda e o curso que você optou.
- d. Em sua opinião, qual é a importância de uma IPES situada em municípios do interior da região amazônica e, particularmente, no estado do Pará?
- e. Os cursos ofertados pela instituição em que você estuda representam as demandas locais e/ou sub-regionais da realidade onde ela se encontra inserida? De que maneira?

#### **4. FORMAÇÃO SUPERIOR E ATUAÇÃO CIDADÃ**

- a. Você já atua ou pretende atuar em seu lugar de origem? De que maneira?
- b. Como você avalia a contribuição do seu curso superior e de sua formação para a transformação social de sua realidade?
- c. Conhece trabalhos e/ou iniciativas que demonstrem o papel e a importância da universidade para a transformação da realidade social? Quais?



**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM  
TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS UNIVERSIDADES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**PESQUISA**

*Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã: interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na Amazônia paraense*

**PESQUISADOR**

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira*

**1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO.**

- a. Qual é o seu nome completo?
- b. Qual é a sua idade?
- c. Em qual instituição você trabalha? Há quanto tempo?
- d. Qual é a função que você exerce nessa instituição?

**2. PARTICIPAÇÃO/RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO.**

- a. Qual é a sua impressão sobre o processo de interiorização da instituição da qual você fez/faz parte na Amazônia paraense?
- b. Você teve alguma participação direta nesse processo de interiorização?
- c. Você saberia informar quais os principais elementos que definiram/nortearam a interiorização dessa instituição?
- d. Qual é a importância do processo de interiorização em uma região como a Amazônia e, particularmente, em um estado como o Pará na atualidade?
- e. No seu ponto de vista, quais os aspectos positivos e negativos desse processo na realidade local e sub-regional em que você vive?

**3. PAPEL CIDADÃO DA INSTITUIÇÃO NA REGIÃO.**

- a. Como você avalia o papel desenvolvido pela instituição em que você trabalha nesse município e nessa região?
- b. Os cursos ofertados por sua instituição estão em sintonia com as demandas e necessidades locais e sub-regionais?

- c. Qual é a sua interpretação sobre o acesso dos povos da floresta às instituições públicas de ensino superior, em particular, na que você trabalha?

#### **4. ATUAÇÃO CIDADÃ DOS EGRESSOS E ORDENAMENTO TERRITORIAL.**

- a. Qual é a sua leitura sobre o potencial de atuação cidadã dos egressos dessa instituição em suas realidades de origem? Há participação efetiva deles nos problemas sociais e educacionais de suas comunidades e/ou municípios?
- b. Do seu ponto de vista, qual é a importância dos municípios/cidades que abrigam IPES nas sub-regiões onde estão inseridos?
- c. Como você avalia essas “externalidades” em relação ao ordenamento territorial da Amazônia paraense?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM  
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**PESQUISA**

*Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã: interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na Amazônia paraense*

**PESQUISADOR**

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira*

**1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO.**

- a. Qual é o seu nome completo?
- b. Qual é a sua idade?
- c. Qual é a sua formação em nível de graduação e pós-graduação?
- d. Em qual instituição você trabalha e há quanto tempo?
- e. Você faz parte de qual departamento/faculdade?
- f. Quais disciplinas são ministradas por você?

**2. PARTICIPAÇÃO/RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO.**

- a. Qual é a sua impressão sobre o processo de interiorização da instituição da qual você fez/faz parte na Amazônia paraense?
- b. Você teve/tem alguma participação direta nesse processo de interiorização?
- c. Você saberia informar quais os principais elementos que definiram/nortearam a interiorização dessa instituição?
- d. Qual é a importância do processo de interiorização em uma região como a Amazônia e, particularmente, em um estado como o Pará na atualidade?
- e. No seu ponto de vista, quais os aspectos positivos e negativos desse processo na realidade local e sub-regional em que você vive?

**3. PAPEL CIDADÃO DA INSTITUIÇÃO NA REGIÃO.**

- a. Como você avalia o papel desenvolvido pela instituição em que você trabalha nesse município e nessa região?

- b. Os cursos ofertados por sua instituição estão em sintonia com as demandas e necessidades locais e sub-regionais?
- c. Qual é a sua interpretação sobre o acesso dos povos da floresta às instituições públicas de ensino superior, em particular, na que você trabalha?

#### **4. FORMAÇÃO SUPERIOR, ATUAÇÃO CIDADÃ DOS EGRESSOS E ORDENAMENTO TERRITORIAL.**

- a. Considerando a formação que obtiveram, qual é a sua leitura sobre o potencial de atuação cidadã dos egressos dessa instituição em suas realidades de origem? Você tem conhecimentos sobre a participação efetiva deles nos problemas sociais e educacionais de suas comunidades e/ou municípios?
- b. Você orientou/acompanhou algum estudante cujo trabalho de conclusão tenha apresentado rebatimentos práticos nos seus lugares de trabalho/vida?
- c. Do seu ponto de vista, qual é a importância dos municípios/cidades que abrigam IPES nas sub-regiões onde estão inseridos?

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS  
REITORES E PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO  
SUPERIOR**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**PESQUISA**

*Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã: interiorização do ensino  
superior público e ordenamento cívico-territorial na Amazônia paraense*

**PESQUISADOR**

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira*

**1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO.**

- a. Qual é o seu nome completo?
- b. Qual é a sua formação em nível de graduação e pós-graduação?
- c. Você trabalha há quanto tempo nesta instituição?

**2. PARTICIPAÇÃO/RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO.**

- a. Qual é a importância do processo de interiorização do ensino superior em uma região como a Amazônia e, particularmente, em um estado como o Pará?
- b. Sobre a interiorização desta universidade, comente a importância desse processo no espaço paraense/amazônico, apontando seus pontos positivos e negativos.
- c. Você teve alguma participação direta nesse processo de interiorização da instituição?
- d. Você saberia informar quais os principais elementos que definiram/nortearam a interiorização desta universidade?

**3. PAPEL CIDADÃO DA INSTITUIÇÃO NA REGIÃO.**

- a. Como você avalia o papel que esta instituição desenvolve na Amazônia?

- b. Os cursos ofertados por esta universidade estão em sintonia com as demandas e necessidades locais e sub-regionais?
- c. Qual é a sua interpretação sobre o acesso dos povos da floresta (ribeirinhos, quilombolas, indígenas, camponeses etc.) às instituições públicas de ensino superior, em particular, nesta universidade?

#### **4. FORMAÇÃO SUPERIOR, DEMANDAS CIDADÃS E ORDENAMENTO TERRITORIAL.**

- a. A universidade tem recebido muitas demandas pela criação de cursos de graduação e de pós-graduação, especialmente, de cursos ligados aos povos da floresta?
- b. Existe uma participação efetiva dos universitários, egressos ou não, nos problemas sociais e educacionais das comunidades e/ou no município onde vivem?
- c. Como tem se dado a relação da instituição com os movimentos sociais da região? Na sua leitura, a universidade tem fortalecido as lutas políticas desses movimentos?
- d. A universidade está presente em vários municípios paraenses, sendo que em alguns ela possui *campi* universitários. Do seu ponto de vista, qual é a importância dos municípios/cidades que abrigam um *campus* desta instituição nas sub-regiões onde ela está inserida?
- e. Há previsão de criação de novos *campi* para a instituição?

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM  
EGRESSOS DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**PESQUISA**

*Dos grandes objetos aos objetos de grandeza cidadã: interiorização do ensino superior público e ordenamento cívico-territorial na Amazônia paraense*

**PESQUISADOR**

*Helbert Michel Pampolha de Oliveira*

**5. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO.**

- a. Inicialmente, peço para que você se apresente: nome, município/lugar de origem, qual a sua formação acadêmica (graduação e pós-graduação).
- b. Você entrou em que ano nesta instituição? Formou-se em que ano?

**6. PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO.**

- a. Em sua opinião, qual é a importância do processo de interiorização de uma universidade pública, em particular, em uma região como a Amazônia e em um estado como o Pará?
- b. Em relação à interiorização de sua universidade, qual é a sua impressão sobre o processo?
- c. No seu ponto de vista, quais os aspectos positivos e negativos desse processo de interiorização no estado do Pará e, em particular, na realidade onde você vive?

**7. PAPEL CIDADÃO DA INSTITUIÇÃO NA REGIÃO.**

- a. Como você avalia o papel que esta instituição desenvolve quanto à oferta de ensino superior no estado do Pará?
- b. De forma geral, os cursos ofertados pela universidade estão alinhados/em sintonia com as demandas e necessidades da região, ou seja, com a nossa realidade?

- c. Sobre o acesso dos povos da floresta às instituições públicas de ensino superior, em particular, nesta universidade, qual é a sua interpretação sobre esse processo?

## **8. PERMANÊNCIA, FORMAÇÃO SUPERIOR E CIDADANIA.**

- a. Quais têm sido os desafios à permanência dos estudantes nesta universidade?
- b. Há uma participação efetiva dos universitários desta instituição – egressos ou não – nas questões desta sub-região e da Amazônia em si?
- c. Como tem se dado a relação da universidade com os movimentos sociais, sobretudo com os movimentos relacionados aos povos da floresta?
- d. Em relação à formação adquirida na e com esta universidade, qual é a importância dela para a sua vida e suas atividades políticas?



## APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEOS DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**Título da pesquisa:  
DOS GRANDES OBJETOS AOS OBJETOS DE GRANDEZA CIDADÃ:  
INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E ORDENAMENTO  
CÍVICO-TERRITORIAL NA AMAZÔNIA PARAENSE**

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Orientando: Helbert Michel Pampolha de Oliveira

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Concordei em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de pós-graduação Helbert Michel Pampolha de Oliveira, do curso de doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que pode ser contatado pelo e-mail [helbertmichel93@gmail.com](mailto:helbertmichel93@gmail.com). Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com pessoas que possam contribuir para a tese intitulada “**DOS GRANDES OBJETOS AOS OBJETOS DE GRANDEZA CIDADÃ: INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E ORDENAMENTO CÍVICO-TERRITORIAL NA AMAZÔNIA PARAENSE**”, que tem como objetivo analisar a possibilidade de um ordenamento cívico-territorial à luz da expansão e da interiorização recentes da educação superior pública e do correlato atendimento das demandas dos povos da floresta por esse nível de formação. Por entender que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, participei concedendo entrevista que foi gravada, transcrita e a mim apresentada, e liberada para ter seu conteúdo divulgado, usando ou não o meu nome, juntamente com o material do meu acervo, desde que assegure minha privacidade e integridade moral.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
*Assinatura do(a) entrevistado(a)*